

HOMENAGEM A J. R. DOS SANTOS JÚNIOR

VOLUME I

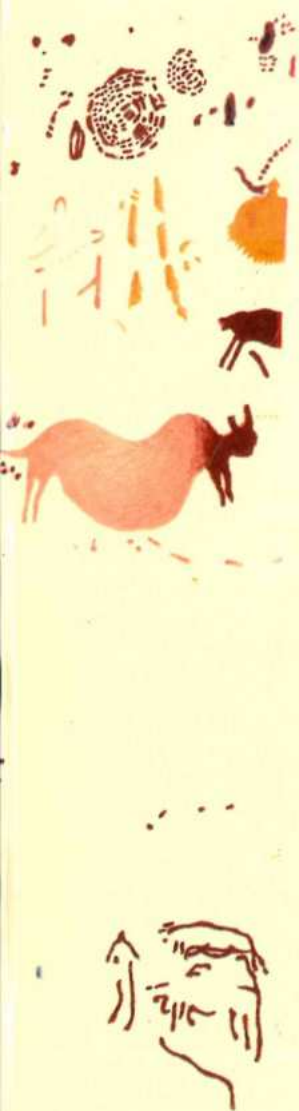


INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA TROPICAL



LISBOA - 1990





Capa de M. Conceição Rodrigues
tendo por base as Pinturas de Riane,
segundo Santos Junior



Fig. 10 — Mitografias, de estilo *estilizado-dinâmico*, relacionadas com a caça. A — Rocha 37 da Lomba da Barca (P. III-B); B — Rocha 3 de Chão da Velha (P. III-C); C — Rocha 158 de S. Simão (P. III-A)



Fig. 11 — Cena, de caça (?), do período *estilizado-dinâmico* (P. III-B). Rocha 60 do Alagadouro



ERRATA

A gravura da pág. 130 (Foto 1) está trocada com a gravura da pág. 144 (Foto 1).

Pág. 170: a figura 11 do artigo *A Rocha 49^a de Fratel e os períodos estilizado-estático e estilizado-dinâmico da Arte do Vale do Tejo* foi invertida a sua posição, pelo que a correcta será a que se junta.



ISBN 972-672-539-9

Os pedidos devem ser dirigidos ao Centro de Documentação e Informação do IICT — Rua Jau, 47 — 1300 Lisboa — Portugal

MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO E DA ADMINISTRAÇÃO DO TERRITÓRIO
SECRETARIA DE ESTADO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA
INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA TROPICAL

HOMENAGEM
A
J. R. DOS SANTOS JÚNIOR

VOLUME I

COORDENAÇÃO DE M. CONCEIÇÃO RODRIGUES



*Barcelone
P. m.*



LISBOA - 1990

NOTA INTRODUTÓRIA

De entre os muitos e dedicados colaboradores científicos do Instituto de Investigação Científica Tropical e dos Organismos seus predecessores (Junta das Missões Geográficas de Investigações Coloniais, Junta de Investigações do Ultramar e Junta de Investigações Científicas do Ultramar), um nome se destaca no âmbito dos estudos interdisciplinares, da Antropologia, da Pré-história e da Arqueologia: o do Doutor Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior, Professor Catedrático Jubilado da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.

Com efeito, este distinto Professor prestou um valioso contributo ao actual Centro de Pré-história e Arqueologia desta Instituição, nomeadamente no que respeita aos estudos de investigação que realizou nos domínios científicos acima referidos, no território de Moçambique, bem como em Angola, onde os mencionados trabalhos incidiram principalmente sobre os aspectos da Arte Rupestre.

É a esta destacada figura da Cultura e da Ciência portuguesas que o IICT dedica este Livro de Homenagem, assim como um segundo volume a publicar no próximo ano.

Na verdade, tendo este Instituto anunciado a intenção de editar uma publicação dedicada ao Professor Santos Júnior, integrada no seu Plano de Actividades para 1989, logo numerosos colegas e antigos colaboradores do mencionado cientista manifestaram o desejo de participarem na homenagem, pelo que houve que projectar não um, mas os dois volumes que irão acolher todos os trabalhos científicos já entregues.

Naturalmente que o signatário, na dupla qualidade de Amigo e admirador do Homenageado e de Presidente do IICT, não pode deixar de se congratular com o êxito da iniciativa, até porque o Mestre e o Homem de Ciência não deixará certamente de se sentir verdadeiramente recompensado, ao congregar, neste grande movimento de solidariedade intelectual, a produção de trabalhos de investigação de tão elevado mérito científico.

A tão Ilustre Professor e Investigador presta, assim, este Instituto a sua mais profunda homenagem, plenamente justificada, como atrás se disse, quer pela contribuição científica dada à Instituição, quer pelos elevados serviços que prestou ao País e ao mundo da Ciência em geral.

Lisboa. Dezembro de 1989.

*J. A. Cruz e Silva
Presidente do IICT*

COLABORADORES DO VOLUME I

ABEL SAMPAIO TAVARES

Faculdade de Medicina do Porto

ADÉRITO MEDEIROS DE FREITAS

Escola Secundária Martins Sarmiento — Guimarães

ADELINO TORRES

Instituto Superior de Economia da Universidade Técnica de Lisboa

ADÍLIA ALARCÃO

Museu Monográfico de Conímbriga — Condeixa

AGOSTINHO CAMPOS FERREIRA

Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia — Porto

AMÍLCAR MATEUS

Faculdade de Ciências da Universidade do Porto

ANA ISABEL SÁ CAESSA

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

ANTÓNIO A. HUET B. GONÇALVES

Instituto de Antropologia Dr. Mendes Corrêa — Porto

ANTÓNIO DA EIRA E COSTA

Escola Secundária de Rates — Póvoa de Varzim

ANTÓNIO RITA FERREIRA

Departamento de História, Universidade do Zimbabué

CARLOS ERVEDOSA

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro — Vila Real

CARLOS TAVARES DA SILVA

Museu de Arqueologia e Etnografia de Setúbal

EDUARDO CUNHA SERRÃO

Associação dos Arqueólogos Portugueses de Lisboa

JOÃO BARROSO DA FONTE

Universidade Católica de Braga

JÚLIO COLA ALBERICH

Faculdade de Ciências de Madrid

JÚLIO ROQUE CARREIRA

Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia de Lisboa

JUSTINO MENDES DE ALMEIDA

Universidade Autónoma de Lisboa «Luís de Camões»

LUÍS RAPOSO

Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia de Lisboa

MARIA DA CONCEIÇÃO RODRIGUES

Centro de Pré-história e Arqueologia do Instituto de Investigação Científica Tropical — Lisboa

MARIA ISABEL PESTANA DE MELLO MOSER

Universidade Autónoma de Lisboa «Luís de Camões»

MÁRIO VARELA GOMES

Parque Oceano, lote 3, 2.º, Dto., Santa Amaro de Oeiras — 2780 Oeiras

MIGUEL RAMOS

Centro de Pré-história e Arqueologia do Instituto de Investigação Científica Tropical — Lisboa

NUNO CARVALHO SANTOS

Centro de Pré-história e Arqueologia do Instituto de Investigação Científica Tropical — Lisboa

RENÉ DE NAUOIS

Universidade de Toulouse

VÍCTOR DE OLIVEIRA JORGE

Instituto de Arqueologia — Faculdade de Letras do Porto

ÍNDICE

NOTA INTRODUTÓRIA, <i>Joaquim Alberto da Cruz e Silva</i>	5
A HOMENAGEM AO PROF. DOUTOR JOAQUIM RODRIGUES DOS SANTOS JÚNIOR: A ideia e os factos, <i>M. Conceição Rodrigues</i>	9
A INVESTIGAÇÃO DE ONTEM E A SUA CONTRIBUIÇÃO PARA UM MELHOR CONHECIMENTO DO FUTURO, <i>M. Conceição Rodrigues</i> ..	11
O PROFESSOR SANTOS JÚNIOR NA UNIVERSIDADE DE LUANDA, <i>Carlos Ervedosa</i>	31
BREVES NOTAS HISTÓRICAS SOBRE A MISSÃO ANTROPOLÓGICA E ETNOLÓGICA DA GUINÉ (1946-1947), <i>Amílcar Mateus</i>	35
A ESTAÇÃO PRÉ-HISTÓRICA DE CACHOMBA (VALE DO ZAMBEZE — TETE, MOÇAMBIQUE), <i>Miguel Ramos</i>	47
PRÉ-HISTÓRIA DO ZAMBEZE (MOÇAMBIQUE): Do descobrimento às técnicas de registo, <i>Nuno Carvalho Santos</i>	55
LIMITAÇÕES DO MÉTODO COMPARATIVO NA INTERPRETAÇÃO DOS TESTEMUNHOS ARQUEOLÓGICOS, <i>Eduardo Cunha Serrão</i>	59
AS INVESTIGAÇÕES DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA ULTRAMARINAS NA ACTIVIDADE CIENTÍFICA DO INSTITUTO DE ANATOMIA DA FACULDADE DE MEDICINA DO PORTO, <i>Abel Sampaio Tavares</i>	75
DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO NA ÁFRICA AO SUL DO SAHARA (Teorias e experiências), <i>Adelino Torres</i>	79
REFLEXÕES SOBRE A INTEGRAÇÃO PRÉ-GÂMICA DA ÁFRICA SUBEQUATORIAL NA REDE COMERCIAL DO ÍNDICO, <i>A. Rita Ferreira</i> ..	89
NÚMEROS SIMBÓLICOS Y RITUALES EN EL AFRICA SUBSAHARIANA, <i>Julio Cola Alberich</i>	99
DEUX APODIDAE DES ÎLES DE S. TOMÉ ET PRINCE (GOLFE DE GUINÉE): <i>APUS AFFINIS BANNERMANI</i> HARTERT 1900 ET <i>CYPSIURUS PARVUS LICHTENSTEIN</i> , 1823: Description d'une nouvelle sous-espèce, <i>René de Naurois</i>	105
PALÉOCLIMATOLOGIE ET ENDÉMISME: Histoire des peuplements d'oiseaux aux îles du Cap Vert, <i>René de Naurois</i>	113
ARTE RUPESTRE EM PORTUGAL: O problema da sua preservação, <i>Adília Alarcão</i>	123
SANTOS JÚNIOR — PATRIARCA DA CULTURA BARROSÁ, <i>João Barroso da Fonte</i>	127
AS INSCRIÇÕES LUSITANO-ROMANAS DO MUSEU DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES (Catalogação e estudo) (1.ª parte), <i>Justino Mendes de Almeida e Maria Isabel Pestana de Mello Moser</i>	129
AS NINFAS: DIVINDADES LOCAIS? (A propósito de um artigo de Santos Júnior e Mário Cardozo), <i>Ana Isabel de Sá Caessa</i>	143
A ROCHA 49 ¹ DE FRATEL E OS PERÍODOS ESTILIZADO-ESTÁTICO E ESTILIZADO-DINÂMICO DA ARTE DO VALE DO TEJO, <i>Mário Varella Gomes</i>	151
AS GRAVURAS RUPESTRES DO ALTO DA MÃO DO HOMEM (VILA REAL), <i>Carlos Ervedosa</i>	179
ACERCA DOS «RASPADORES NUCLEIFORMES SOBRE SEIXO» DA INDÚSTRIA ACHEULENSE FINAL DE MILHARÓS (VALE DO FORNO, ALPIARÇA), <i>Luís Raposo e Júlio Roque Carreira</i>	183
REGISTOS ARQUEOLÓGICOS DO PROF. DOUTOR MENDES CORRÊA (1920-1934), <i>António A. Huet B. Gonçalves</i>	193
NECRÓPOLE PRÉ-HISTÓRICA DA ABOBOREIRA (DISTRITO DO PORTO), UMA HIPÓTESE DE DIACRONIA, <i>Victor Oliveira Jorge</i>	205
DO MESOLÍTICO AO NEOLÍTICO NO SUL DE PORTUGAL: PARA O ESTUDO DAS ESTRATÉGIAS DE SUBSISTÊNCIA, <i>Carlos Tavares da Silva</i>	215
ANTAS DE PAREDES DA BEIRA (Contribuição para o seu inventário), <i>Agostinho Campos Ferreira</i>	219
A CERCA DE RIBAS E A SUA NOTÁVEL REDE DE MURALHAS, <i>Adérito Medeiros de Freitas</i>	233
COMO ENCONTREI O «CASTELO DO MAU VIZINHO», <i>António da Eira e Costa</i>	251

A HOMENAGEM AO PROF. DOUTOR JOAQUIM RODRIGUES DOS SANTOS JÚNIOR

A ideia e os factos

M. CONCEIÇÃO RODRIGUES

A ideia de dar à estampa um volume de homenagem à vida e à obra do distinto investigador Prof. Doutor Santos Júnior, dando especial relevância à sua acção como chefe da Missão Antropológica de Moçambique, começou a tomar forma em 1986, tendo a signatária, em 1987, sido o vector deste propósito junto do Ex.^{mo} Sr. Presidente do IICT, Prof. Doutor Joaquim Alberto da Cruz e Silva, que de pronto aderiu à iniciativa.

A signatária expôs as razões dessa vontade de prestar uma justa homenagem a quem tanto fez em prol da investigação em geral e, em particular, do conhecimento da Pré-história, da Arqueologia, da Etnografia e da Antropologia da terra moçambicana, em que foi um dos pioneiros do seu estudo em bases científicas.

A ideia foi tão bem aceite, que de imediato se deu conhecimento ao Sr. Director do Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, Prof. Doutor Machado da Cruz, o qual manifestou igualmente o seu inteiro apoio para a realização desta homenagem.

Toda esta receptividade motivou profundamente a signatária e deram-lhe mais força para levar por diante todo o trabalho inerente à sua concretização.

O nosso relacionamento com o Prof. Santos Júnior foi iniciado há mais de dez anos, mais precisamente quando do III Congresso Nacional de Arqueologia, que teve lugar no Porto em 1973; desde logo o seu saber e entusiasmo nos cativaram.

Desde então, os nossos contactos permitiram que, pouco a pouco, fôssemos aprofundando o conhecimento sobre o vasto trabalho de investigação desenvolvido ao longo da sua vida, nomeadamente no que respeita aos estudos de Pré-história, de Arqueologia e de Etnografia sobre Moçambique. Tivemos também ensejo de, há já alguns anos, ter iniciado o estudo de parte do espólio recolhido por aquele Professor durante as suas missões, algum dele ainda inédito.

Nos finais de 1987 e em 1988, esse relacionamento foi bem mais estreito e frutuoso, tendo o Prof. Santos Júnior, assim como o seu filho, Sr. Norberto dos Santos, colaborado na preparação dos

materiais de interesse arqueológico relativos a cada uma das campanhas da Missão Antropológica e Etnológica de Moçambique, que tiveram lugar entre os anos de 1936 e 1956.

As tarefas que então realizámos tiveram por objectivo criar condições para que, sem perda do seu valor científico, os espólios, tais como: indústrias líticas, cerâmicas, elementos iconográficos, etc., pudessem ser finalmente transferidos do Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, onde se encontravam em depósito, para o Centro de Pré-história e Arqueologia, do Instituto de Investigação Científica Tropical, instituição que sucedeu à antiga Junta de Investigações do Ultramar, de acordo com a decisão tomada pelos respectivos presidentes, com o apoio do Prof. Santos Júnior.

O trabalho inerente à identificação e embalagem do espólio foi efectuado segundo todas as normas da museologia e levado a cabo pela signatária entre os meses de Janeiro e Junho de 1988.

As tarefas respeitantes ao restauro e conservação do espólio foram também iniciadas pela signatária, bem como a análise dos espólios cerâmicos e artísticos.

Os trabalhos de investigação para o estudo dos materiais Pré e Proto-históricos serão da responsabilidade do Investigador Principal do IICT Dr. Miguel Ramos, por nós desenvolvidos e, eventualmente, por outros investigadores, com o apoio e colaboração científica do Prof. Santos Júnior, conforme seu desejo expresso.

Apesar da sua idade, o ilustre homenageado não deixou esfriar o entusiasmo pela investigação, prestando-se também o seu filho, Sr. Norberto dos Santos, que foi adjunto da Missão desde 1945 até 1956, a colaborar.

As personalidades que têm dado a sua contribuição à homenagem agora prestada cobrem um vasto leque de sectores científicos a que o Prof. Santos Júnior não foi estranho: professores e investigadores, alguns deles seus antigos alunos e /ou colaboradores, se têm manifestado, não só enviando artigos, como comunicando a sua aderência, apesar de, por motivos de saúde ou outros, não lhes ser possível concretizar a sua adesão de forma mais substancial.

Todos comungaram do mesmo ideal, que é o que mais interessa.

Parece ter sido esta uma das melhores maneiras de manifestar o apreço que é devido ao Prof. Santos Júnior, pelos seus mais de sessenta anos de actividade científica.

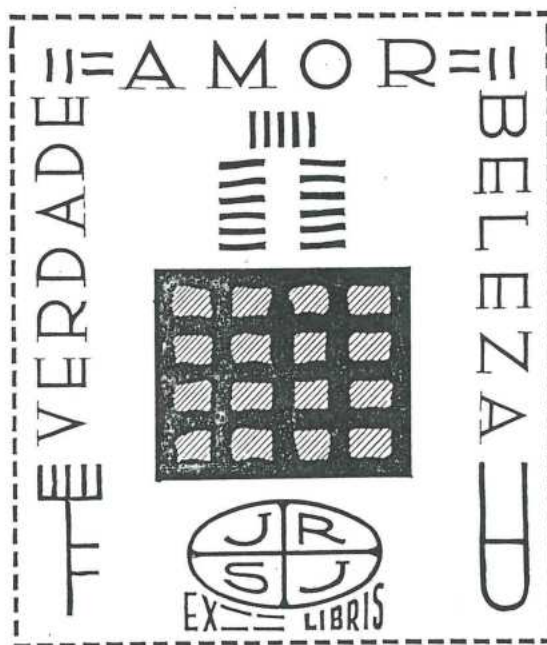
Muito se aprendeu e aprende com a sua experiência tão diversificada e até indispensável à abordagem de determinados assuntos.

Lega-nos um património científico de raro valor, fruto do seu esforço, dedicação, saber, empenhamento e coragem.

Sim, coragem! «O mais importante é a coragem», como dizia Fernando Namora, e essa parece nunca ter faltado ao Prof. Santos Júnior.

Ele foi sempre e ainda o é hoje, com os seus 88 anos, um homem cheio de coragem.

Março de 1989.



A INVESTIGAÇÃO DE ONTEM E A SUA CONTRIBUIÇÃO PARA UM MELHOR CONHECIMENTO DO FUTURO

M. CONCEIÇÃO RODRIGUES

1 — Introdução

Neste volume, dedicado à vida e à obra do Prof. Doutor Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior (1), iremos abordar a contribuição dada por este digníssimo Professor do Instituto de Antropologia da Faculdade do Porto, mas em particular é no que toca ao trabalho desenvolvido como investigador incansável em Moçambique que a nossa síntese se vai ocupar.

O estudo e as pesquisas sistemáticas que efectuou foram certamente as mais completas até hoje realizadas naquelas paragens.

Os seus trabalhos de investigação em terras africanas foram iniciados em Moçambique, já no longínquo ano de 1936, tendo findado no ano de 1956.

Ao longo desses vinte anos de investigações, os trabalhos de campo distribuíram-se por seis campanhas, realizadas em tempo e datas superiormente definidas pelos governantes de então.

Os campos de acção e as tarefas que lhe foram cometidas tiveram como base as que foram consideradas altamente prioritárias e haviam sido apontadas nas conclusões do I Congresso Colonial realizado no Porto em 1934.

A personagem escolhida à partida para o desempenho dessa missão foi o Prof. Doutor Mendes Corrêa (2), Mestre eminente da Antropologia portuguesa, tendo este designado o seu Assistente, o Dr. Santos Júnior, para ir como «investigador especializado e de reconhecida competência», a Moçambique, dado o grande interesse científico que por aquela ex-província ultramarina havia nascido.

O então Dr. Santos Júnior soube imprimir, desde a primeira hora, um cunho pessoal ao desempenho da «missão» para que tinha sido designado pelo seu superior hierárquico, o ilustre Prof. Doutor Mendes Corrêa, e conseguiu realizar uma investigação com bases científicas que se pode considerar exemplar. Fez investigação, prospecção, recolhas de dados e de materiais referentes à Antropologia Física, à Pré-história e Arqueologia e à Etnologia em praticamente todo o Moçambique, durante os períodos de vigência da Missão. Tão grande tarefa não lhe permitiu longas permanências em qualquer dos locais onde os estudos se desenvolveram, dada a grande área que teve de percorrer.

1.1 — O aparecimento da Missão

A criação da Missão Antropológica de Moçambique nasceu de uma decisão conjunta do Instituto de Alta Cultura e da Junta das Missões Geográficas e Investigações Coloniais e foi definida pelo Decreto n.º 26 842, de 28 de Julho de 1936 (sendo Ministro das Colónias Francisco Vieira Machado).

Era então presidente da Junta o contra-almirante Manuel dos Santos Fradique, responsável pelo avanço da investigação em direcção a Moçambique.

As duas primeiras campanhas realizaram-se respectivamente em 1936 e 1937, tendo a Missão ficado agregada, nesta primeira fase, à Missão Geográfica de Moçambique. Efectuaram-se estudos antropológicos e arqueológicos nas regiões em que trabalhava aquela Missão.

As explorações (nome como foram designadas na época) em Moçambique eram praticamente inexistentes e a Pré-história e a Arqueologia haviam sido como que ignoradas.

Aquela «provincia» era como «um cofre fechado», enquanto nos países vizinhos já muito se havia feito nesse campo.

Com a reforma de 1945, a Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais foi reestruturada e passou a Junta de Investigação Colonial (depois do Ultramar). Esta reforma manteve-se em vigor até 1973.

Nos termos da reforma, a Junta era «um organismo técnico e administrativo», orientado e fiscalizado pelo Ministro do Ultramar.

(1) Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior nasceu em Barcelos no dia 21 de Maio de 1901. Terminou a sua primeira licenciatura em Ciências Histórico-Naturais na Universidade do Porto, em 1922-1923. Posteriormente frequentou a Faculdade de Medicina da mesma Universidade e concluiu a sua segunda licenciatura, no ano de 1931-1932, em Medicina e Cirurgia.

(2) O Prof. Doutor Mendes Corrêa era nesta data professor da Faculdade de Ciências do Porto. Mais tarde viria a ser director da Escola Superior Colonial, que depois passou a Instituto Superior de Estudos Ultramarinos, e director do Centro de Etnologia do Ultramar. Em 1946 seria nomeado presidente da Junta das Missões Geográficas de Investigações do Ultramar e, posteriormente, presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa.

Importa aqui salientar que ao reconhecimento geográfico se ia acrescentar a partir de então o reconhecimento científico.

A Missão Antropológica e Etnológica de Moçambique foi criada pelo Decreto n.º 34 478, de 3 de Abril de 1945, e nesse mesmo ano teve início a terceira campanha.

Não se pode deixar de referir que a guerra tinha acabado e que, com o regresso da paz, se desenvolveram a ocupação e o interesse pelo estudo do continente africano.

A Junta de Investigações do Ultramar irá ter a partir de então mais peso, adquirir um prestígio invejável e realizar trabalhos de grande alcance e actualidade científica.

O Prof. Doutor Santos Júnior era um dos seus brilhantes investigadores, muito embora a investigação continuasse a ser superiormente encarada como uma actividade de indivíduos em parte isolados, dado que o espírito do explorador do século passado continuava a ter grande peso.

Desse isolamento queixar-se-ia, nos seus relatórios, o Prof. Santos Júnior, dado o facto de ter de trabalhar sozinho, por não poder dispor de equipa, principalmente no referente às duas primeiras campanhas.

Talvez o grave acidente ocorrido em Novembro de 1937 (mais precisamente no dia 5), que quase ia custando a vida ao ilustre professor e o deixaria marcado para sempre, não tivesse atingido tais proporções se, enquanto estudava as pinturas rupestres na serra de Chicolone, dispusesse de uma verdadeira equipa de investigação, e não apenas de um conjunto de trabalhadores para transporte de materiais e apoio em tarefas secundárias.

Apesar desse acidente, o seu alto sentido de responsabilidade foi bem mais forte e o trabalho que o Prof. Santos Júnior veio a desenvolver ao longo dos mais de dezanove anos em que chefiou as campanhas da Missão Antropológica acabou por não ser prejudicado.

As publicações que levou a cabo e os espólios recolhidos são o espelho dos conhecimentos e dos cuidados que lhe dedicou.

2 — Alguns aspectos da Missão e sua actividade científica

A Missão teve a designação de Antropológica e Etnológica de Moçambique, tal como todas as outras que foram criadas mais ou menos na mesma altura para Angola e Guiné, pela então Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais.

Às Missões Antropológicas cabia o estudo das populações do ponto de vista bioétnico.

O grande espaço dessa investigação é integrado nos estudos antropológicos, o que parece em tudo enquadrar-se no perfil do Prof. Santos Júnior e estar de acordo com a sua formação académica.

O programa de trabalho para cada campanha era desenvolvido a partir de um plano de investigação científico-político previamente estabelecido e aprovado pelo Presidente da Junta de Missões Geográficas e de Investigações Coloniais e pelo Ministro do Ultramar, conjugado com o plano de actividades proposto e estruturado pelo Prof. Santos Júnior, tendo em conta o espaço geográfico a investigar.

Tiveram interferência de relevo nas actividades da Missão, isto é, no modo como a investigação e recolha de dados decorreram, os

governadores da então província de Moçambique e demais autoridades administrativas ao nível de cada concelho e circunscrição. Essa colaboração foi determinante para o desenvolvimento do trabalho diário, dele dependendo uma boa e atempada execução do plano de investigação superiormente aprovado, conforme declara o Prof. Santos Júnior. A Missão Antropológica cabia ainda propor medidas para preservar os valores humanos e as suas respectivas culturas.

O Prof. Santos Júnior dedicou-se de alma e coração à causa que se propôs levar a cabo, um trabalho incomensurável, que consistia em dar ao conhecimento científico a terra moçambicana, com os seus quase 800 000 km². Tratou-se de uma verdadeira epopeia, não o podemos deixar de afirmar, dadas as dificuldades de vária ordem que teve de vencer, pondo em risco muitas vezes a própria vida, não se poupando a esforços. Só depois da reestruturação de 1945 lhe foi permitido criar uma equipa, na qual há a destacar o seu adjunto, o jovem Norberto dos Santos, seu filho e estreante nas lides africanas. Essa equipa deu à estampa uma vasta obra de largo espectro e de grande interesse científico, de que se destacam os trabalhos publicados pelo Prof. Santos Júnior, por Norberto dos Santos e pelo Dr. António Augusto, e são, em parte, o resultado das investigações e estudos que desenvolveram.

O programa que havia sido estabelecido para executar em cada uma das missões foi basicamente o mesmo ao longo de vinte anos, só variando no âmbito geográfico e nos meios de transporte utilizados, que vão da machila, ao burro, da «caminheta» à camioneta e ao barco, a par de grandes caminhadas a pé através do mato.

Com excepção da primeira campanha, em que grande parte do tempo foi dedicado, logo à partida, a um programa de estudo que permitiu ao Prof. Santos Júnior uma integração real na problemática científica africana, foram realizadas visitas de estudo a museus, institutos e universidades, e proveitosos e oportunos contactos profissionais com professores e investigadores da África do Sul, e das então Rodésias do Norte e do Sul — hoje respectivamente Zâmbia e Zimbabué. O Professor visitou também estações de arte rupestre, o Grande Zimbabué, etc.

Estas visitas de estudo foram possíveis porque o Prof. Santos Júnior era bolseiro do Instituto para a Alta Cultura.

No final da sexta campanha, o Prof. Santos Júnior voltou ao Museu Livingstone para reatar os contactos profissionais com os investigadores sul-africanos, nomeadamente com o Prof. Desmond Clark.

As campanhas decorreram, respectivamente, nos anos de 1936, 1937, 1945, 1946, 1948 e 1955.

Ordem de trabalhos de campo por distrito e província, de acordo com a divisão administrativa que vigorava, e sua actualização:

- 1.^a campanha (1936): estudou parte do distrito de Tete.
- 2.^a campanha (1937): completou o estudo do distrito de Tete.
- 3.^a campanha (1945): estudou o distrito da Beira. Ficou assim concluído, através destas três campanhas, o estudo da província de Manica e Sofala (hoje províncias de Tete, Manica e Sofala).
- 4.^a campanha (1946): estudou o distrito de Lago, parte do de Cabo Delgado, o distrito de Nampula, a província de

Niassa, e ainda parte do distrito de Quelimane e da província da Zambézia (actualmente províncias de Niassa, Cabo Delgado e Zambézia).

5.^a campanha (1948): estudou o litoral das províncias de Niassa e Zambézia, concretamente os distritos de Quelimane, Nampula e Cabo Delgado (actualmente províncias de Cabo Delgado, Nampula e Zambézia).

6.^a campanha (1955-1956): estudou a província do Sul do Save e os distritos de Inhambane e Gaza (actualmente províncias de Inhambane, Gaza e Maputo).

Em conformidade com este programa, a Antropologia Física ocupou cerca de 75% do trabalho de campo efectuado. Segundo o Prof. Santos Júnior, através dela procurou-se definir com precisão a natureza étnica dos diferentes grupos.

A Antropologia Física e a Psicologia Comparada estudam o Homem nos seus principais aspectos e procuram as causas, mesmo as mais remotas e profundas, que tantas vezes condicionam a maneira de ser da natureza humana.

A Etnografia descreve os hábitos, usos e costumes diários.

A Pré-história descobre e estuda criteriosamente culturas já desaparecidas e sua relação com as actuais e fornece rumos que devem orientar a pesquisa antropológica.

Portanto, a investigação efectuada abrangia não só o estudo físico ou somático do Homem, mas também a sua fisiologia, a genética, os grupos sanguíneos, as capacidades psicológicas — Psicotecnia; e abarcava igualmente as manifestações culturais — Etnografia. Poderíamos mesmo afirmar que no seu conceito largo de Antropologia estavam incluídas a Pré-história e a Arqueologia, concretizada na prospecção e recolha de espólio com vista ao seu estudo e à criação de um museu dedicado ao Ultramar. Segundo o Prof. Santos Júnior, o Museu «é a escola onde se aprende sem esforço e templo onde se está com respeito».

QUADRO DAS ACTIVIDADES DA MISSÃO ANTROPOLÓGICA

Antropologia	Caracteres somáticos (somatologia) Caracteres fisiológicos (fisiologia) Caracteres psicológicos (psicologia) — Psicotecnia	Mediação de inteligência Orientação profissional
Etnografia	Habitação Alimentação — Condições Usos e costumes Antropologia social	territoriais sociais
Demografia	Natalidade e mortalidade Alimentação Nutrição	
Pré-história e Arqueologia	Investigação sistemática	Indústrias pré e proto-históricas Líticas Metálicas Arte — Arte parietal Pinturas Gravuras Recintos muralhados Zimbabués

Síntese do quadro organizado pelo Prof. Santos Júnior, que não se publica na íntegra por ultrapassar o âmbito do objectivo deste artigo.

Foi dentro destes conceitos e parâmetros que se pautaram os trabalhos de campo e as investigações efectuadas.

Estava dado um grande passo em frente e à investigação geográfica passou a poder somar-se uma investigação científica mais alargada, missões de que o IICT se deve orgulhar.

O Prof. Santos Júnior desenvolveu ainda durante as campanhas da Missão uma actividade notável como conferencista, tendo proferido várias conferências em diversas cidades, nomeadamente Maputo (Lourenço Marques), Beira, Nampula e Quelimane, entre outras.

No estrangeiro, durante a vigência da Missão realizou conferências: em Paris, no Institut International d'Anthropologie, em Novembro de 1938, proferiu uma conferência em que expôs perante a comunidade científica internacional os resultados científicos das campanhas antropológicas de 1936 e 1937.

Na Universidade Central de Madrid proferiu duas conferências. A primeira sobre a Pré-história de Moçambique, a segunda sobre os negros de Moçambique e especialmente da Zambézia, respectivamente em 26 e 28 de Maio de 1941.

Em Portugal o seu palmarés é também respeitável, salientando-se as conferências proferidas na Semana das Colónias, que decorreu no Porto em 1938; na Associação dos Arqueólogos Portugueses, em 2 de Junho de 1938; no 1.º Congresso Nacional de Ciências Naturais, em Junho de 1941; na Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais, em Março de 1947, e na antiga Escola Superior Colonial, em Maio de 1947.

Participou em inúmeros congressos, em representação de Portugal, dos quais se destacam: o XVIII Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-histórica (Paris, Julho de 1939); o XIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências (Lisboa, 1950), e o II Congresso Pan-Africano de Pré-história (Argel, 1952).

A temática foi fundamentalmente, durante mais de duas décadas, a dos resultados dos estudos levados a cabo em Moçambique.

3 — Contribuição científica da Missão Antropológica de Moçambique para o estudo das sociedades sem escrita

Os trabalhos realizados pela Missão permitem e permitirão sempre um conhecimento científico sobre Moçambique, tendo como base a investigação e o largo espectro de dados recolhidos durante as campanhas da Missão pelo Prof. Santos Júnior e onde a Antropologia, a Pré-história, a Arqueologia e a Etnografia, bem como as tradições orais foram largamente estudadas e investigadas.

O plano de estudo e pesquisa praticado segundo os actuais critérios poderá ser susceptível de críticas, nomeadamente no que concerne à Pré-história e Arqueologia, mas o seu mérito, apesar de tudo, é evidente: foram localizadas dezenas de estações líticas cujo impacto científico na segunda metade dos anos 30 não é hoje possível avaliar facilmente, tão grande foi.

De facto, até 1936 as únicas informações sobre a existência de indústrias líticas em Moçambique deviam-se a L. Peringuey (3), que

(3) L. Peringuey (1912) — «Our Prehistoric Stone Implements», *Mozambique Gazette*, vol. 1, n.º 1, p. 10.

publicou umas notas sobre os materiais recolhidos no vale do Umbelúzi por S. Ryan, a Leite de Vasconcelos (4), que se referiu a uma peça encontrada na Ribeira de Buzi, e a E. J. Wayland (5), que publicou em 1915 um artigo sobre alguns objectos líticos de talhe grosseiro e rolados, recolhidos à superfície do cascalho do rio Monapo.

Mendes Corrêa (6), em 1936, ao enunciar um plano para o estudo da pré-história de Moçambique, também não encontrou quaisquer outras referências a estudos anteriormente efectuados.

O mérito da descoberta da primeira jazida pré-histórica, com magníficas peças da Idade da Pedra (Later Stone Age), em Moçambique, coube ao Prof. Santos Júnior e ocorreu durante a primeira campanha da Missão Antropológica, mais precisamente a 29 de Outubro de 1936, em Marissa. Esta estação lítica situa-se na margem esquerda do rio Zambeze, na região de Chicóa (7).

As pesquisas sistemáticas, para a recolha de dados no campo da arqueologia, não puderam ser efectuadas com maior rigor, de acordo com a metodologia científica, porque o Prof. Santos Júnior não pôde dispor de uma equipa para esse fim.

Importa aqui esclarecer como se processou, por exemplo, a sua acção arqueológica, por ser o que mais directamente nos interessa.

A clarificação de critérios resultou de uma imposição meramente administrativa, quando se tornava necessário, para uma intervenção arqueológica, por mais limitada que tivesse de ser, da elaboração de um projecto prévio, o qual devia ter sido desenvolvido por fases bem definidas.

Tal definição só havia sido feita para os estudos de Antropologia Física, ao passo que para os outros sectores a investigar cabiam apenas os intervalos possíveis.

O trabalho de campo começou de imediato, só sendo possível determinar os limites geográficos e temporais para cada campanha.

Para dificultar ainda mais as suas pesquisas, o Dr. Santos Júnior foi mandado sozinho para Moçambique nas duas primeiras campanhas (como se referiu), sendo-lhe agregado em Tete como colaborador o chefe da Polícia local e posteriormente um agricultor, o Sr. Vieira, que lhe servia de «língua», nome que corresponde ao de intérprete (8).

Segundo tivemos oportunidade de constatar através dos escritos do Prof. Santos Júnior, parece que, em parte, ele nunca foi entendido nem atendido, quer pelos Ministros quer pelos então dirigentes da JMGIC.

Os governos de então, segundo tudo leva a crer, não terão dado a devida colaboração para que os trabalhos de prospecção, investi-

gação e recolha de dados e materiais se processassem conforme o plano de trabalho proposto pelo Prof. Santos Júnior para aprovação durante as fases de preparação das campanhas.

Foram negados os colaboradores que escolheu para permitir um estudo aprofundado de áreas específicas, como seja o de Linguística, Pré-história e Arqueologia.

Contudo, o trabalho que realizou teve o grande mérito de levar a cabo um reconhecimento sistemático das regiões que percorreu no sector da Arqueologia, Antropologia e Etnologia.

O seu trabalho de investigação foi espartilhado entre a falta de colaboradores e o factor tempo, porque este era também muito limitado, não podendo deixar de referir-se que o tempo gasto na viagem de ida e volta era longo e as dificuldades de movimentação dentro de Moçambique eram condicionadas pelo estado das estradas e da rede de transporte fluvial. Essa falta fez-se sentir com mais relevância na recolha de espólios, nas estações líticas e no estudo de recintos muralhados, onde somente em alguns casos foi possível fazer escavações ou sondagens e efectuar ainda o levantamento esquemático dos zimbabuéus, que localizou.

As cerca de 70 estações líticas localizadas pelo Prof. Santos Júnior abrangem praticamente toda a Pré-história, indo desde o Olduvense à cultura de Wilton, tendo recolhido vários milhares de peças.

Estudou *in situ* 12 estações de arte rupestre. Algumas delas já haviam sido vistas e/ou referidas por outros investigadores ou por quem no exercício de outras funções as havia encontrado.

Não se pode deixar de referir que o Prof. Santos Júnior foi sem dúvida um dos pioneiros no estudo da Pré-história, da Arte Parietal e da Antropologia em Moçambique.

No que concerne à arte parietal, os estudos feitos *in situ* são notáveis. Em algumas grutas, como as de Riane e Nipungo à Murumbu, fez também escavações e executou pessoalmente, com o máximo rigor e metodologicamente, o registo iconográfico em papel transparente dos motivos representados nos diversos núcleos de pinturas e até uma paleta de cores foi ensaiada no local, além de ter fotografado largamente os motivos representados, o local e os arredores.

Da totalidade das estações que estudou destacam-se: a de Riane (considerada das mais belas de África), a de Mavita e as de Chicolone.

É muito provável que hoje muitas delas já se não encontrem como foram vistas por este ilustre investigador, dadas as vicissitudes do tempo e a acção do Homem.

O espaço que dedicou ao estudo da arte rupestre foi fundamental para a sua compreensão, porque ela é com toda a propriedade a primeira manifestação da Arte Negra.

As pinturas e gravuras parietais são manifestações primárias do Homem perante o Universo imenso e assustador e a expressão de pesquisa nascente espectacular e profunda.

Através do seu estudo é-nos revelado como nasceram o primeiro artista e o primeiro pensador, que souberam traduzir nas paredes das rochas a sua visão do mundo, com os seus medos, os seus desejos e aspirações.

Sendo o papel do arqueólogo como que o de «um criador de novos mundos», com as suas investigações ele obtém documentação de grande rigor que lançam luz sobre a origem e a vida dos povos.

(4) Leite de Vasconcelos (1913) — «Instrumentos prehistóricos da África Portuguesa», *O Arqueólogo Português*, vol. XXVIII, pp. 174-177.

(5) E. J. Wayland (1915) — «Notes on the Occurrence of Stone Implements in the Province of Mozambique», *Man*, vol. xv, pp. 97-101.

(6) Mendes Corrêa (1936) — Pré-história de Moçambique: Um plano de estudos, *Anais da Faculdade de Ciências do Porto*, vol. xx.

(7) Santos Júnior (1937) — *Contribuição para o estudo da Idade da Pedra em Moçambique — A estação lítica de Marissa (Tete)*, Lourenço Marques. (1938) — *Relatório da Missão Antropológica à África do Sul e a Moçambique — I.ª Campanha*, Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, Porto.

(8) O agricultor e intérprete Sr. Manuel Vieira de Sousa tinha na época trinta e quatro anos de África.

Esse trabalho em relação a Moçambique não está ainda completado, mas é possível com os dados recolhidos pelo Prof. Santos Júnior, que são uma contribuição de base, torná-lo realidade.

Os estudos etnológicos, dedicados aos usos e costumes, artes, técnica, magia e religião, que são fundamentais para uma melhor compreensão do Homem e do seu meio, foram atentamente investigados pelo Prof. Santos Júnior, que documentou o estudo desses valores com larga realização iconográfica, fotografia e desenhos, e com uma recolha de artefactos e de tradições orais.

É oportuno referir que fez uma boa recolha de instrumentos musicais e de recipientes cerâmicos e ainda de uma notável colecção de esculturas.

No campo da Antropologia Física, o trabalho que realizou foi quase exaustivo — somente algumas etnias não foram estudadas.

O trabalho neste sector foi executado com toda a minúcia e rigor científicos e foi considerado sempre prioritário, por se considerar em nosso entender que o seu aproveitamento era imediato, e visava esclarecer fundamentalmente: 1) a origem e relações das populações umas com as outras; 2) as condições de vitalidade e de robustez dos vários grupos étnicos; e 3) as aptidões e tendências predominantes dos mesmos.

Portanto, foi sem dúvida do maior interesse social, político e económico. Foram produzidas milhares de fichas em cada campanha. A documentação iconográfica de cariz naturalista é abundante e ilustra as tatuagens usadas, os objectos de adorno de cada um dos indivíduos estudados, o seu tipo de penteado, etc. (O Prof. Santos Júnior é um exímio desenhador, como provam os desenhos naturalistas que fez, dos quais seleccionamos dois.)

Uma das vertentes do trabalho realizado foi a determinação dos grupos sanguíneos, que hoje está de novo a ter grande actualidade científica para os trabalhos de genética.

É ainda da máxima importância referir que com os dados antropológicos obtidos durante as duas primeiras «campanhas», o Prof. Santos Júnior produziu a sua dissertação de doutoramento na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, no ano de 1944. Intitulada «Contribuição para o estudo da Antropologia de Moçambique — Nhungués e Antumbas», a dissertação veio a merecer os maiores louvores, de que se destacam os de alguns consagrados mestres estrangeiros da época.

Como é possível verificar, durante os anos que medeiam entre as 2.^a e 3.^a campanhas, ou seja os anos da Segunda Grande Guerra, o Professor não perdeu tempo. Conseguiu dar à estampa vários trabalhos, sendo a sua tese um dos trabalhos mais completos sobre Antropologia publicados na altura, indo assim muito mais além do que havia sido programado.

Os trabalhos publicados pelo Prof. Santos Júnior, bem como os relatórios apresentados, têm também o mérito de apontar criteriosamente os caminhos a seguir.

Com os elementos que recolheu durante as campanhas da Missão elaborou três «cartas» de Moçambique, que ainda hoje continuam válidas: a *Carta da Pré-história*, a *Carta da Arte Rupestre* e a *Carta Etnológica*.

Nas duas primeiras localiza não só as estações que descobriu, mas também outras de que teve conhecimento e que, por razões já apontadas, não teve oportunidade de investigar.

Fez posteriormente uma reedição da *Carta da Pré-história*, em que viria a englobar novas descobertas.

Na *Carta Etnológica*, que organizou no final das seis campanhas de estudo e investigação de campo, figuram 80 designações etnológicas, com base nas 12 000 fichas de antropologia física que elaborou. Em cada uma dessas fichas tinham sido registadas, em média, 20 medições.

Pela sua dimensão, o trabalho realizado por este Professor e Investigador é dos mais longos e produtivos deste século entre nós, quer do ponto de vista quantitativo quer do ponto de vista qualitativo. O que se impõe é efectuar o seu estudo com tempo e sem preconceitos e compreender as dificuldades de toda a ordem que houve que vencer para levar a bom porto tão grande nau.

Conclusão

O Prof. Santos Júnior procurou fazer uma correcta leitura das civilizações africanas, onde os valores tradicionais, incluindo os religiosos, são respeitados e até exaltados como elementos de identidade de cada grupo étnico.

Alertou para a transformação que já se começava a fazer sentir no continente africano e para a necessidade urgente de um estudo mais profundo e pormenorizado em todos os campos da Antropologia.

Conseguiu interpretar a história de África à luz dos Ritos e Mitologias, o que está bem patente em trabalhos como *Alguns Muzimos da Zambézia e o Culto dos Mortos* e *O Minepa e o Malaíca, Fantasma Moçambicano*.

Pode-se afirmar que o Prof. Santos Júnior foi sem dúvida um verdadeiro cooperante com a gente de África que estudou e com quem privou durante tantos anos.

Os dados que obteve nos campos da Pré-história, Arqueologia, Antropologia Física, Etnologia, Etnografia, serão sempre de grande utilidade para a compreensão da África do futuro.

Fevereiro 89.

BIBLIOGRAFIA

Trabalhos publicados no âmbito da actividade da Missão Antropológica de Moçambique

- SANTOS JÚNIOR, Joaquim Rodrigues dos (1936) — «Arte rupestre — Definição e considerações de ordem geral», *Naturalia*, v. 1 (1), pp. 19-29.
- (1937) — «Contribuição para o estudo da Idade da Pedra em Moçambique. A estação lítica de Marissa (Tete)», *Moçambique*, Lourenço Marques, n.º 12, pp. 93-103.
- (1937) — «Grupos sanguíneos nos indígenas de Tete (Zambézia)», *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, vol. VIII (2).
- (1938) — «Relatório da Missão Antropológica à África do Sul e a Moçambique — 1.^a campanha de trabalhos», *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, Porto, vol. VIII (3-4), pp. 303-305.
- (1938) — «Pinturas rupestres de Chifumbázi», *Moçambique*, Lourenço Marques, n.º 13, pp. 5-19.
- (1939) — «Mission Anthropologique de Mozambique», *Revue Anthropologique*, Paris, vol. II (7-9), pp. 170-183.
- (1939) — «Anomalias dos membros em Negros da Zambézia portuguesa», *Moçambique*, Março 1939, Lourenço Marques.
- (1940) — «Museu Colonial», *Congresso do Mundo Português*, vol. XIV, Lisboa, pp. 99-109.

- (1940) — «Pré-história de Moçambique», *Congresso do Mundo Português* (Lisboa, 1940), vol. XIV, Lisboa, pp. 309-356.
- (1940) — «Alguns 'Muzimos' da Zambézia e o Culto dos Mortos», *Congresso do Mundo Português* (Lisboa, 1940), vol. XIV, Lisboa, pp. 357-373.
- (1940) — *Missão Antropológica de Moçambique — 2.ª campanha. Agosto de 1937 a Janeiro de 1938*, Agência-Geral das Colónias, Lisboa.
- (1940) — *Pré-História de Moçambique*, Instituto de Antropologia da Universidade do Porto, Lisboa.
- (1941) — «On the prehistory of Mozambique», *Moçambique*, Lourenço Marques, n.º 28, pp. 23-88.
- (1942) — «Missões Antropológicas», *I Congresso Nacional de Ciências Naturais* (Lisboa), Actas, livro I, Lisboa, pp. 215-233.
- (1944) — *Contribuição para o estudo da Antropologia de Moçambique — Nhúnguês e Antumbas*, dissertação para doutoramento na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, Porto.
- (1944) — *Contribuição para o estudo da Antropologia de Moçambique — Algumas tribos do Distrito de Tete*, Porto.
- (1944) — «Missão Antropológica de Moçambique», *Las Ciencias*, Madrid, vol. IX (3), pp. 1-10.
- (1945) — *Contribuição para o estudo da Antropologia de Moçambique — Algumas tribos do Distrito de Tete*, Ministério do Ultramar, Porto.
- (1945) — *Contribution à l'étude de l'Anthropologie de Mozambique — Quelques tribus du District de Tete (Résumé)*, Ministério do Ultramar, Porto.
- (1945) — *Contribution to the study of Anthropology of Mozambique — Some Tribes of the Tete District (Summary)*, Ministério do Ultramar, Porto.
- (1945-1946) — «Acerca da origem de palafitas africanas na região de Gaza (Moçambique)», *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, Porto, vol. X (3-4), pp. 247-250.
- (1946) — «Missão Antropológica de Moçambique — resumo da 4.ª campanha da Missão Antropológica de Moçambique», *Anais, Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais*, Lisboa, vol. I, pp. 453-463.
- (1947) — «Anomalias pododigitais na tribo das Demas», *Homenagem ao Prof. Doutor Joaquim Pires de Lima*, Porto.
- (1947) — «Aspectos de flutuações demográficas em indígenas de Moçambique», *Boletim Geral das Colónias*, 265, Lisboa, pp. 41-50.
- (1947) — «Alguns aspectos da 4.ª campanha da Missão Antropológica de Moçambique», *Bulletin de la Société Portugaise des Sciences Naturelles*, Lisboa, vol. XV (25), pp. 128-151.
- (1948) — «Tabelas de apreciação de alguns caracteres descritivos em Antropologia», dissertação de concurso a professor extraordinário da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, Porto.
- (1950) — *Lista dos Trabalhos da Missão Antropológica de Moçambique*, Porto.
- (1950) — «Nótulas Etnográficas Moçambicanas», *Revista do Ultramar*, ano 3, n.º 20, Setembro, 1950, Lisboa, p. 11.
- (1950) — «Notas Etnográficas de Moçambique», *XIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências* (Lisboa, 1950, 4.ª Secção), t. V, pp. 609-623, de colaboração com o Dr. FERNANDO BARROS.
- (1950) — «Carta Etnológica de Moçambique», *XIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências* (Lisboa, 1950, 4.ª Secção), t. V, pp. 625-645.
- (1950) — «Carta da Pré-história de Moçambique», *XIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências* (Lisboa, 1950, 4.ª Secção), t. V, pp. 647-656.
- (1950) — «Notas de Vocabulário indígena do Niassa e da Zambézia (Moçambique)», *XIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências* (Lisboa, 1950, 4.ª Secção), t. V, pp. 657-671, de colaboração com o P.º FRANCISCO CASTRO.
- (1950) — «A alma do indígena através da Etnografia de Moçambique», Instituto de Antropologia da Universidade do Porto, *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, n.º 7-8.
- (1951) — «II Congresso Pan-Africano de Pré-história (Argel)», *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. XIII (1-2), Porto, pp. 150-155.
- (1951) — «Pinturas rupestres de Riane (Moçambique)», *Congresso Soc. Esp. Prog. Cien.* (Málaga, 1951).
- (1951) — «Précisions Apportées à l'Appréciation de quelques Caractères Descriptifs en Anthropologie», *Revue de Morpho-Physiologie Humaine*, fasc. II, Paris.
- (1952) — «Les peintures rupestres de Mozambique», *Congresso Pan-Africano de Pré-História*, 2.ª sessão, Alger, pp. 747-758.
- (1952) — «Nota sobre o transporte da tsé-tsé à distância», *Congresso Nacional de Medicina Tropical*, Lisboa.
- (1955) — «Les peintures rupestres de Mozambique», *IIème Congr. panaf. Pré-hist.* (Alger, 1952), Actes, 2ème séan, Paris, Arts et Métiers Graphiques, pp. 747-758.
- (1956) — «Antropologia de Moçambique», *Diário da Manhã*, Lisboa, Setembro, n.º extr., pp. 5-22.
- (1957) — «Grupos sanguíneos em pretos de Moçambique», *Garcia de Orta*, vol. V (3), Lisboa, pp. 405-430, de colaboração com o Dr. AGOSTINHO ISIDORO.
- (1958) — «Pré-história de Moçambique. O que está feito, o que pode e deve fazer-se», *I Congresso Nacional de Arqueologia* (Lisboa, 1958), Actas, vol. I, pp. 449-460.
- (1959) — «Table for the general shape of the Negroes' hair», *Homenagem ao Professor Mendes Corrêa*, Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, vol. XVII, Porto, pp. 25-33.
- (1966) — «Pinturas rupestres de Moçambique», *Comemoração do 1.º Centenário da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, Lisboa, vol. I, pp. 217-220.
- (1966) — «As pinturas rupestres de Mwala uá-Zirembe (Moçambique)», *IV Colóquio Portuense de Arqueologia* (Porto, 1965), Actas, *Lucerna*, Porto, v. 5, 30 p.
- (1973) — «O Minepa e o Malaíca, Fantasmas Moçambicanos», *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, vol. XXII (2), Porto, pp. 127-144.

Trabalhos realizados sob orientação do Prof. Doutor Santos Júnior

- NORBERTO DOS SANTOS, J. (1948) — «Mutilações auriculares na tribo dos Suáílis (Moçambique)», *Actas e Memórias de la Sociedad Española de Antropología, Etnografía y Prehistoria*, Homenaje a Júlio Martínez de Santa-Olalla, vol. 3, t. XXIII (1-3), Madrid.
- (1950) — «Impressões dermo-papilares de indígenas de Moçambique. I — Sobre os desenhos das cristas das polpas dos dedos das mãos», *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, vol. XII (3-4), Porto.
- (1950) — «Impressões dermo-papilares de indígenas de Moçambique. II — Novos elementos para o estudo dos desenhos das cristas digitais das mãos», *Anais, Junta de Investigações do Ultramar*, vol. V, t. VII, Lisboa.
- (1957) — «O 'Marombo' ou 'Malombo' — Tete, Moçambique», *Garcia de Orta*, vol. V (4), Lisboa.
- (1957) — «Algumas canções indígenas de Marracuene — Moçambique», *Garcia de Orta*, vol. V, Lisboa.
- (1958) — «O Pango ou Panco — Contribuição para o estudo dos instrumentos musicais dos indígenas de Moçambique», *Garcia de Orta*, vol. VI (3), Lisboa.
- (1958) — «A Chitata», *Garcia de Orta*, vol. VI (2), Lisboa.
- (1962) — «Mutilações dentárias em negros de Moçambique», *Garcia de Orta*, vol. X (2), Lisboa.
- NORBERTO DOS SANTOS, J. e LUÍS DOS SANTOS (1950) — «Nota sobre o 'Muzimo' do abrigo com pinturas rupestres de Mavita», *XIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências*, vol. V, Lisboa.
- LUÍS DOS SANTOS (1949) — «Apontamentos sobre a etnografia dos Nhúnguês — Cerimónias gentílicas», *Anais, Junta de Investigações do Ultramar*, t. V, vol. IV, Lisboa.
- ANTÓNIO AUGUSTO (1948) — «Medições de inteligência de algumas tribos indígenas da Zambézia e do Niassa (Moçambique)», *Anais, Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais*, Lisboa, t. V, vol. III.
- (1949) — *Estudos psicotécnicos — nível intelectual de algumas tribos de Moçambique*, Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais.
- (1950) — «A evolução intelectual das crianças pretas de Moçambique», *A Criança portuguesa*, ano IX, Lisboa.
- (1950) — «Inteligência global dos Macuas», *XIII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências*, t. V, Lisboa.
- VIANA, Miguel José (1947) — «Da tatuagem 'Nembo' entre os Wa-Yao», *Boletim Geral das Colónias*, Agência-Geral das Colónias, Lisboa.
- GARCIA, Irene da Conceição (1949) — «Assimetria dos membros em Nhúnguês e Antumbas», *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, vol. XII (3-4), Porto.



Fig. 1 — O Prof. Doutor Santos Júnior (à direita) em companhia do Prof. Doutor Raymond Dart observam uma escultura do *Australopithecus Africanus* em 1969

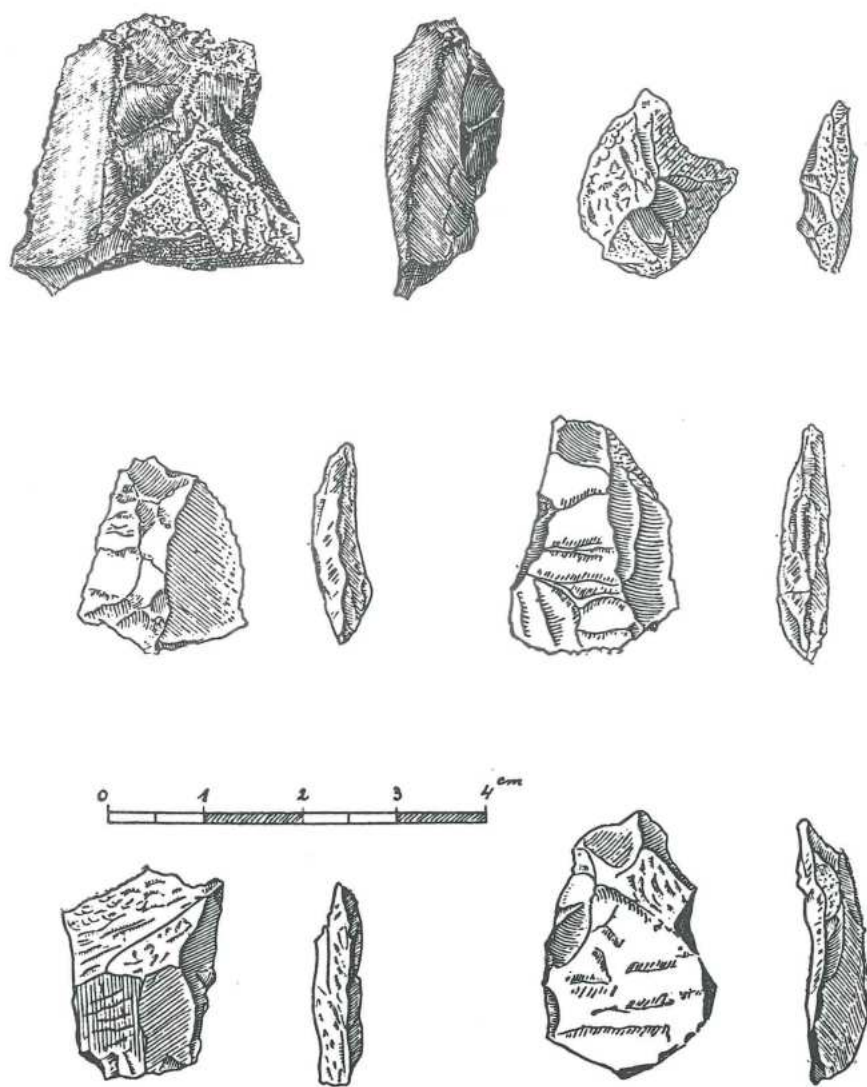


Fig. 2 — Peças líticas da jazida pré-histórica de MARISSA, descoberta pelo Prof. Santos Júnior em 1936

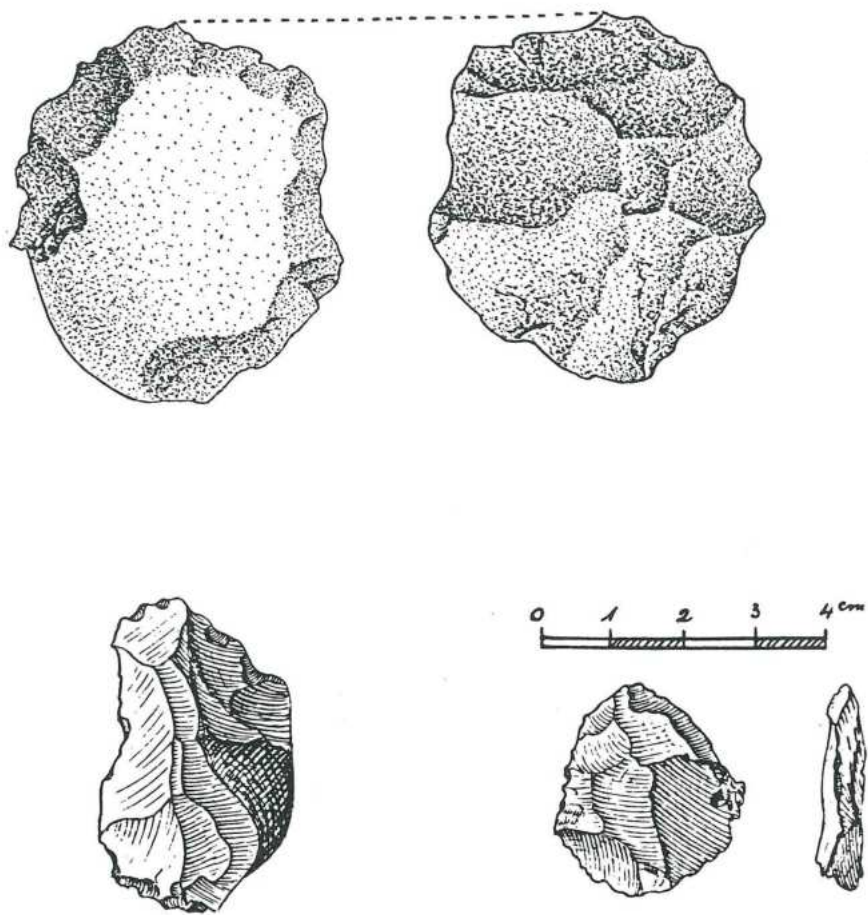


Fig. 3 — Peças líticas da jazida de MARISSA



Fig. 4 — Pormenor das pinturas da estação de arte rupestre de MAVITA estudada pelo Prof. Santos Júnior em 1945

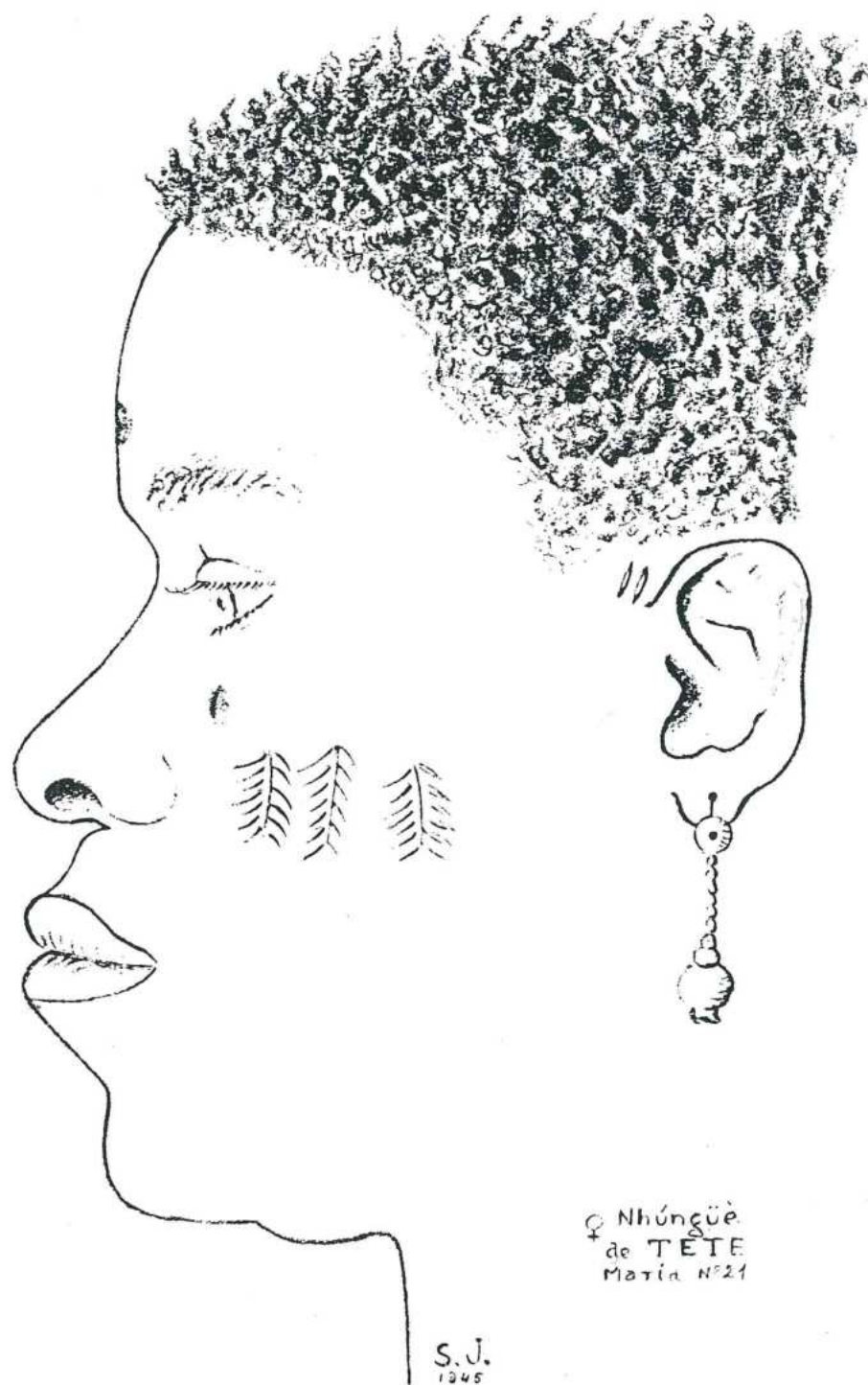


Fig. 5 — Desenho feito pelo Prof. Santos Júnior em Tete, 1945

MOCIMBOA
♀ Muane

Nhimbe ♀
Muane
Mocimboe
7-VIII-1948

Estava com o
cabelo todo lavado



Fig. 6 — Desenho (considerado não acabado) feito pelo Prof. Santos Júnior em Mocimboa da Praia, 1948

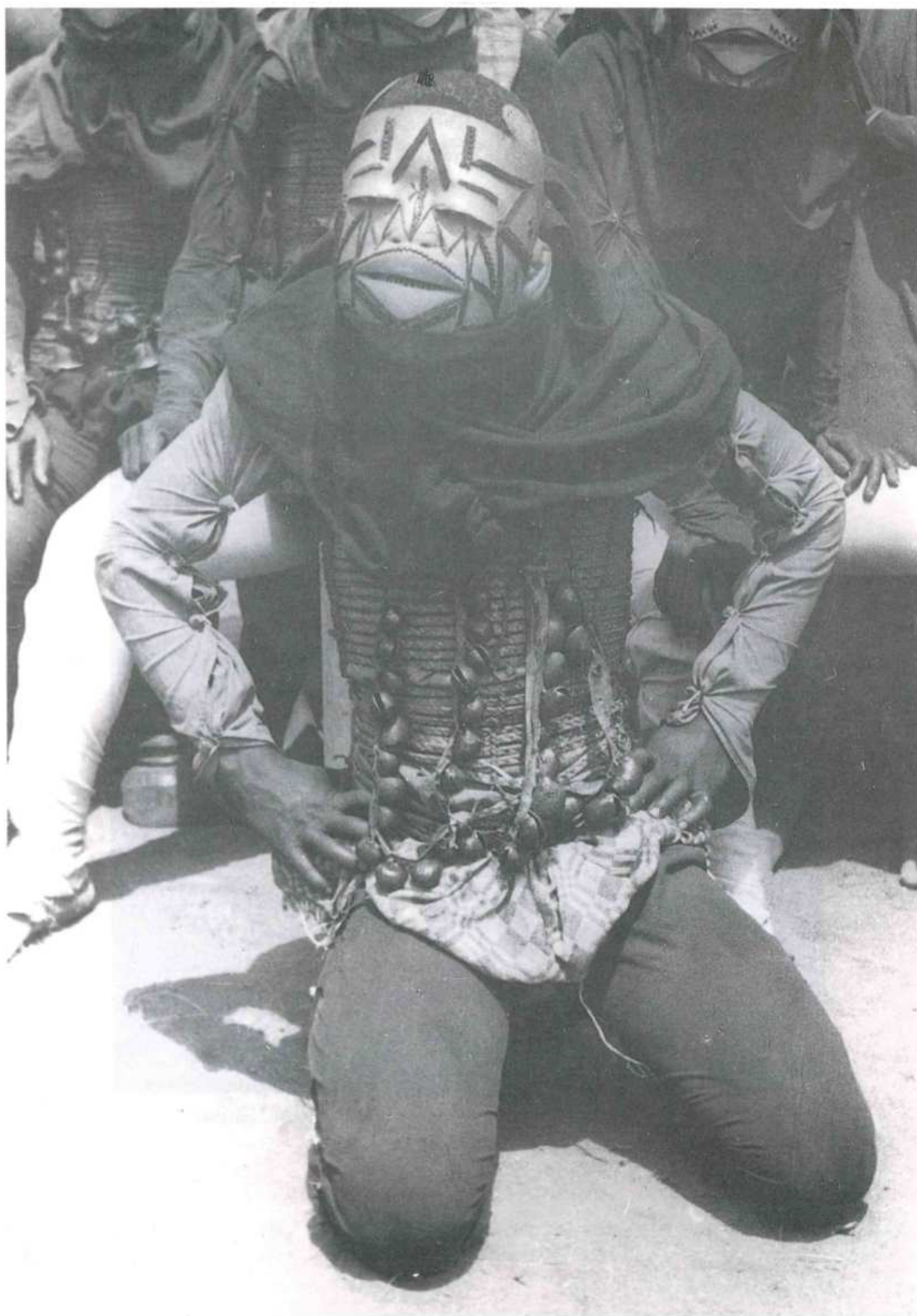


Fig. 7 — Dançarino do Mapico. Foto do Prof. Santos Júnior em Mueda, 1946

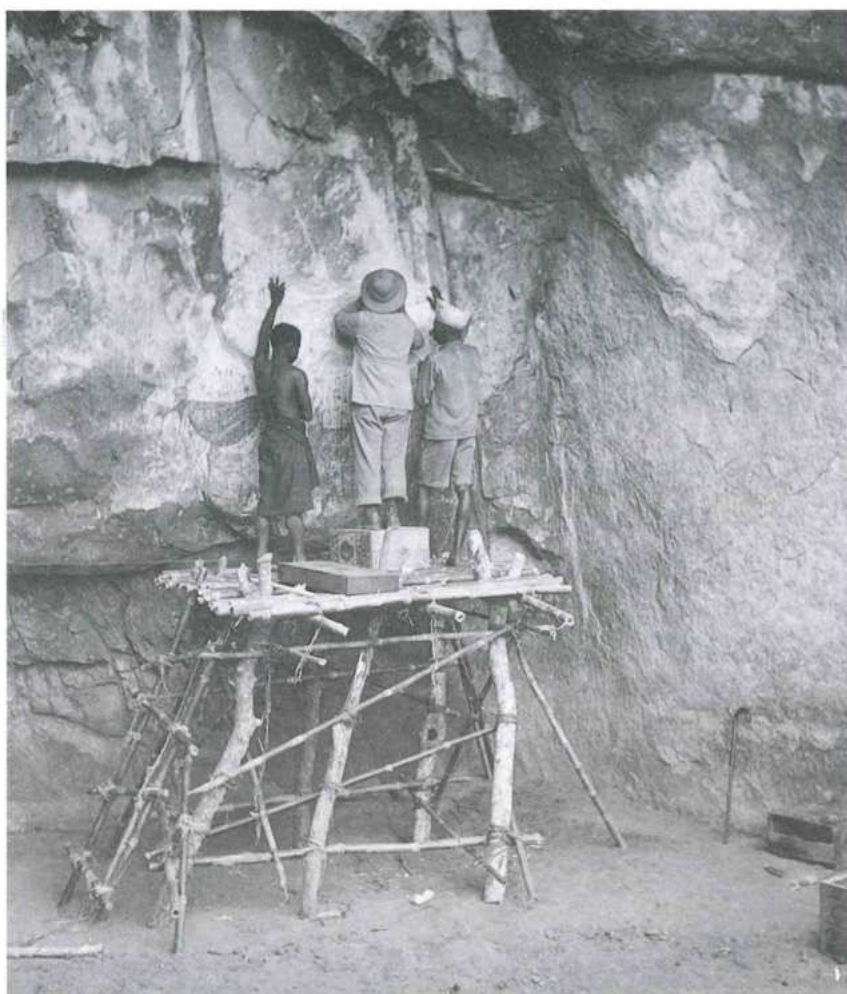


Fig. 8 — O Prof. Santos Júnior decalcando as pinturas de RIANE, em 1946.
(Foto de Norberto dos Santos)



Fig. 9 — Carta da PRÉ-HISTÓRIA DE MOÇAMBIQUE

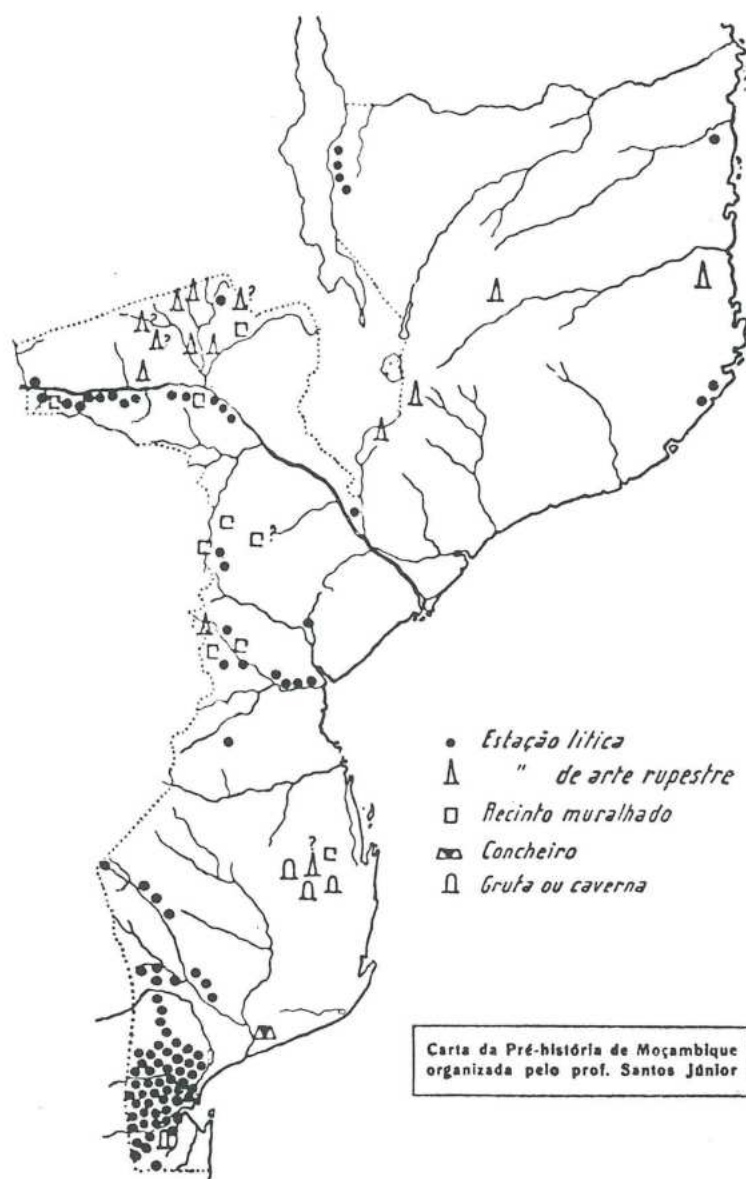


Fig. 10 — A última carta da PRÉ-HISTÓRIA DE MOÇAMBIQUE organizada em 1956

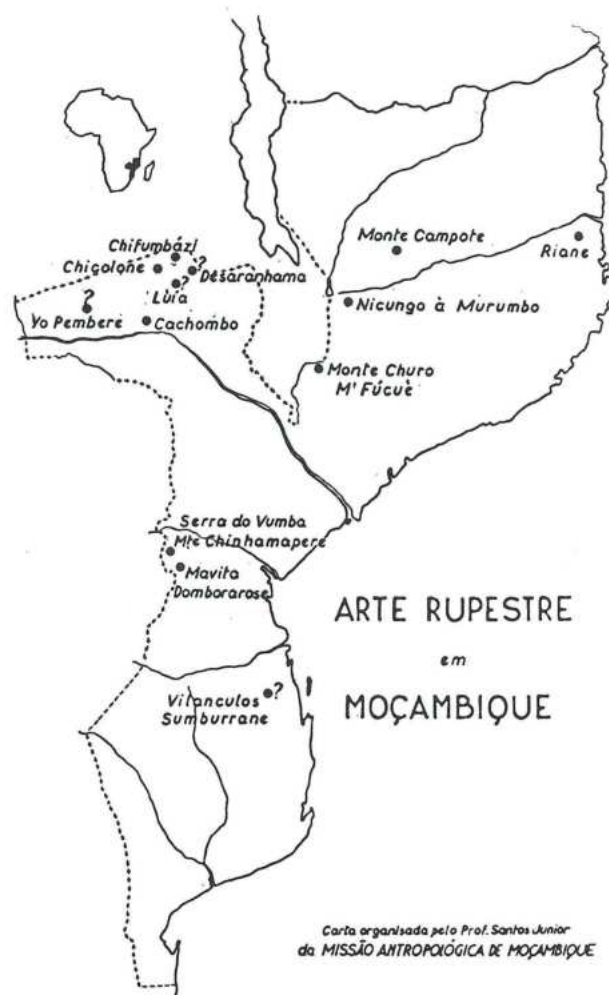


Fig. 11 — Primeira carta da ARTE RUPESTRE de MOÇAMBIQUE



Fig. 12 — Esboço da carta ETNOLÓGICA DE MOÇAMBIQUE, elaborada em 1950

O PROFESSOR SANTOS JÚNIOR NA UNIVERSIDADE DE LUANDA

CARLOS ERVEDOSA

Em Janeiro de 1969 o Prof. Santos Júnior voltaria a África, acompanhado de sua dedicada esposa, mas desta vez para leccionar e organizar o Departamento de Biologia da Faculdade de Ciências da jovem Universidade de Luanda.

Foi então que tive a honra de ser escolhido para trabalhar directamente a seu lado, nas campanhas de investigação arqueológica e ornitológica.

O Professor quis assim premiar o aluno dedicado que eu fora na Universidade do Porto, quanto o tive como «Mestre» na cadeira de Antropologia Geral.

Nesse ano regeu a cadeira de Zoologia Geral e começou a equipar as instalações que lhe tinham sido distribuídas, desde o mobiliário ao equipamento técnico, a recrutar o pessoal, desde a dactilógrafa aos preparadores e assistentes.

Publicou textos de apoio aos seus alunos e deu início à investigação científica, sobretudo nos sectores da ornitologia e da arqueologia.

Pesquisou os terraços marinhos da região de Luanda, desde a Barra do Dande, a norte, até à Barra do Cuanza, a sul, tendo encontrado numerosas e importantes jazidas paleolíticas e concheiros.

Estudou ainda a estação arqueológica de Benfica.

Iniciou também o estudo das aves, quer marinhas, quer continentais, com a captura e anilhagem de várias espécies, utilizando redes que levava consigo.

Concluído o ano lectivo de 68/69, o Prof. Santos Júnior regressou a Portugal para continuar os trabalhos de investigação que aqui deixara em suspenso, como as escavações arqueológicas no Castro de Carvalhelhos e a anilhagem de aves na Reserva Ornitológica do Mindelo.

No segundo ano lectivo, 69/70, regeu as cadeiras de Zoologia Geral e Desenho Biológico e continuou o estudo das estações paleolíticas e dos concheiros ao sul de Luanda, sobretudo o Concheiro da Quitala.

Alertado pela notícia da descoberta de um abrigo com pinturas no Caninguiri, distrito do Huambo, logo ali se deslocou e nele trabalhou durante quinze dias, efectuando fotografias e desenhos, escavando no solo do abrigo.

Organizou a revista do Departamento, a que deu o nome de *Ciências Biológicas*, e ainda nesse ano publicou o primeiro fascículo. Nele se podem encontrar alguns trabalhos da sua autoria, como «A estação arqueológica de Benfica», «Lungaculo da tribo dos Bassorongos» e «O canário do Cuanza, seusinhos e ovos».

Em viagem de estudo deslocou-se à África do Sul, tendo visitado museus e serviços. Em companhia do seu velho amigo, o Prof. Raymond Dart, o célebre descobridor do *Australopithecus*, visitou em Sterkefontein a famosa jazida destes hominídeos, ali descoberta por R. Broom.

No ano lectivo de 70/71, depois do período de férias em Portugal, onde continuou os seus trabalhos de investigação, deslocou-se à Holanda para participar com o seu estudo «The birds of the bay of Luanda» no XV World Conference, organizado pela International Council for Bird Preservation. E a seguir, em Madagáscar, participou na Conference Internationale sur l'Utilization Rationnelle et la Conservation de la Nature, com o trabalho intitulado «Le plan de reserves de protection de la nature à creer au Portugal et à Angola».

Em Luanda regeu então as cadeiras de Zoologia Geral e de Antropologia Geral, tendo-me como assistente das aulas práticas desta última cadeira, e escreveu igualmente para ela os testes de apoio.

Proseguiu os trabalhos de captura e anilhagem de aves nos arredores da cidade, assim como a investigação arqueológica.

No deserto de Moçâmedes deu início ao estudo das gravuras rupestres do Tchitundo-hulo e na região cafeeira do Negaje, a norte do território, estudou as pinturas rupestres de Kessari.

Publicou o segundo fascículo da revista *Ciências Biológicas*, onde se podem ler novos trabalhos da sua autoria e também resultantes da actividade científica desenvolvida em Angola, como «As pinturas rupestres do Caninguiri», «As cobras nas lendas e tradições angolanas» e «Peixe raro na costa de Angola».

Em Maio de 1971, atingido o limite de idade, por força da lei o Prof. Santos Júnior cessou os seus trabalhos de docência e regressou a Portugal. Mas a Universidade de Luanda não quis prescindir dos seus serviços e convidou-o a prosseguir, agora na qualidade de colaborador.

E assim, «o velho mestre», sempre com a África no coração, voltou uma vez mais a Angola, onde permaneceu até Maio de 1972.

Neste lapso de tempo concluiu o estudo das gravuras rupestres do Tchitundo-hulo, no deserto de Moçâmedes, e estudou os abrigos rupestres da Galanga e de Cambâmbi, efectuando escavações, fotografando e copiando as pinturas.

No Ebo, fotografou e copiou as pinturas dos abrigos da região. Na Quibala, fotografou igualmente e copiou as pinturas da Pedra Quinhengo e da Pedra Quissanje e no alto dos morros da região fotografou os túmulos de pedra ali construídos.

Prosseguiu os trabalhos de anilhagem nos arredores de Luanda e criou oficialmente a Reserva Ornitológica da Ilha dos Pássaros, na baía do Mussulo, reserva a que já não pôde dar corpo.

Em Portugal publicaria mais tarde, em revistas da especialidade, o resto dos seus estudos, como «As gravuras rupestres do Tchi-

tundo-hulo — Virei — Moçâmedes — Angola», «As pinturas rupestres da Galanga» e «Arte rupestre em Angola».

Em três anos e três meses o Prof. Santos Júnior realizou, com verdadeiro espírito de missão, uma obra notável. Deu aulas, fez investigação e conferências, participou em congressos e escreveu na imprensa local.

Com a modéstia própria dos grandes homens, ele escreveu um dia, no seu relatório «Ao serviço da Universidade de Luanda»:

Ao fazer o balanço da minha actividade nos três anos e três meses em que servi na Universidade de Luanda, embora ficasse aquém daquilo que desejei fazer, suponho ter cumprido.

Isso me dá um certo grau de consolo espiritual.

É bem sabido, e notório, que os prazeres e consolações espirituais valem mais que as delícias do mundo e os prazeres da terra.

Março 1989

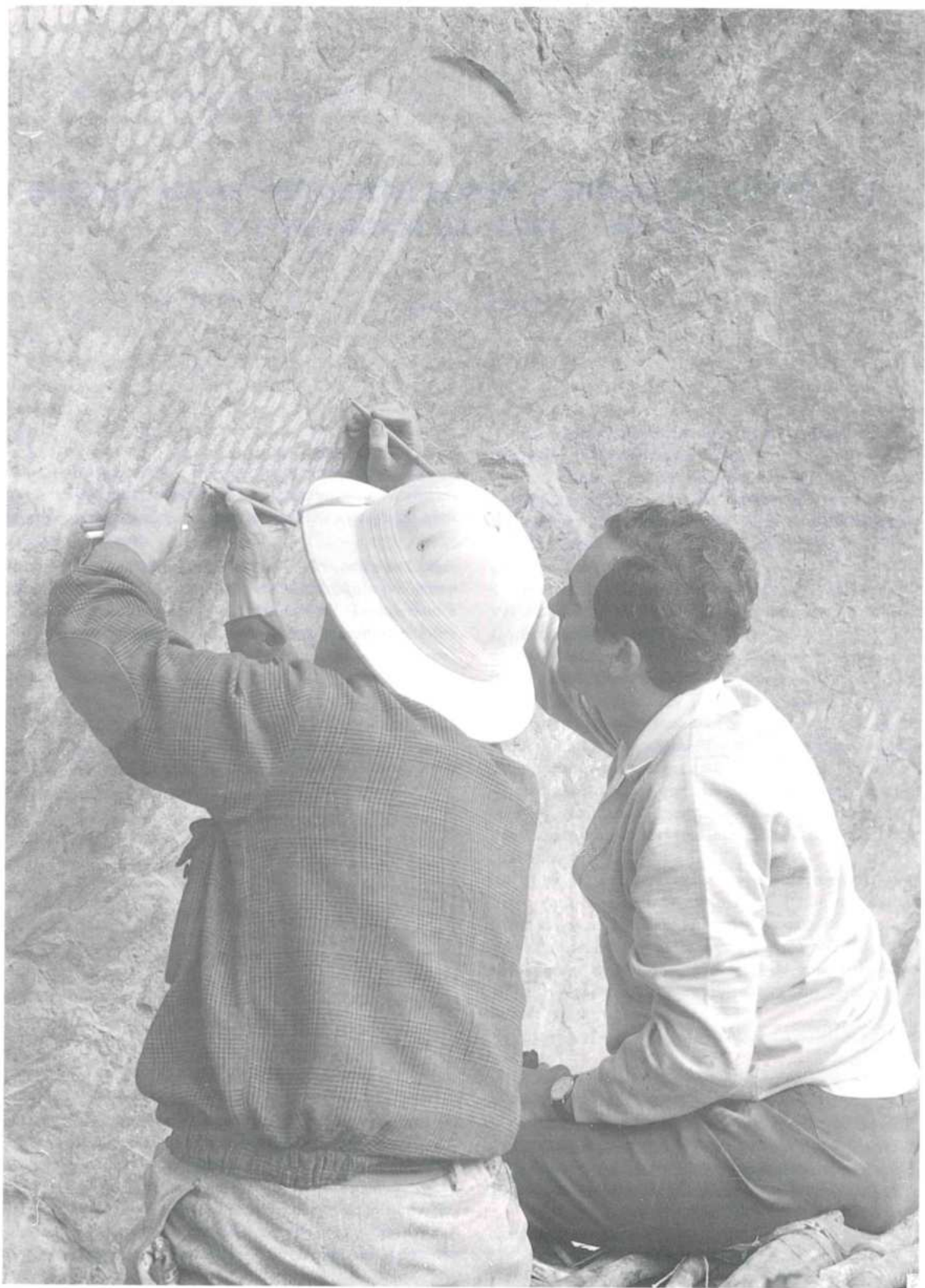


Fig. 1 — O Autor e o Prof. Santos Júnior em Caninguiri

BREVES NOTAS HISTÓRICAS SOBRE A MISSÃO ANTROPOLÓGICA E ETNOLÓGICA DA GUINÉ (1946-1947)

AMÍLCAR MATEUS

Preâmbulo

A II Guerra Mundial tinha acabado pouco antes (15 de Agosto de 1945) e em virtude das circunstâncias internacionais, as instâncias superiores portuguesas resolveram intensificar a ocupação científica do, então, ultramar.

Já tinham sido constituídas antes a Missão Zoológica da Guiné, chefiada pelo Prof. Dr. Fernando Frade, e a Missão Antropológica e Etnológica de Moçambique, tendo por chefe o Prof. Doutor Santos Júnior, que agora se homenageia. Outras se constituíram ou estavam constituídas, abrangendo diferentes campos científicos.

O Prof. Doutor Mendes Corrêa propôs a constituição da Missão Antropológica e Etnológica da Guiné, por mim chefiada, e na mesma proposta figurava minha mulher, Emília de Oliveira Mateus, com a licenciatura em Ciências Histórico-Naturais. A acção desta Missão seria precedida de uma curta missão chefiada pelo Prof. Doutor Mendes Corrêa, sendo eu seu adjunto.

Para os trabalhos desta curta missão saímos do Porto na véspera do Natal de 1945. No dia seguinte tomámos o avião que nos levou a Casa Branca. Pelas relações que o Prof. Doutor Mendes Corrêa tinha com agentes consulares, conseguiu-se instalação no Hotel Anfa, ocupado pela aviação americana e onde se tinha realizado a conferência entre Churchill e Roosevelt. Não longe do hotel ficava o aeródromo e esperámos que um avião nos pudesse levar para Dacar. Entretanto explorámos as imediações, onde encontrámos e colhe-mos objectos líticos pré-históricos em duas estações. Figuram no Museu de Antropologia da nossa Faculdade.

Depois de alguns dias de espera, embarcámos, no dia 31 de Dezembro, num avião de transporte de tropas para Dacar, tendo por conseguinte passado o fim do ano no ar.

Em Dacar visitámos o então chamado Instituto Francês da África Negra, instituição científica de grande prestígio, onde fomos recebidos pelo seu director e fundador, Prof. Doutor T. Monod, com o qual mais tarde realizámos trabalhos científicos durante a Missão Biaçores, organizada pelo Museu Nacional de História Natural de Paris. Travámos também conhecimento com outros cientistas, como, por exemplo, o Dr. Pales, subdirector do Museu do Homem, de Paris.

De Dacar seguimos num avião francês para Ziguinchor, já próximo da fronteira da Guiné.

Em Ziguinchor, por não haver transportes organizados que nos permitissem entrar na Guiné, tivemos de seguir na velha camioneta do correio até S. Domingos, sede da administração do mesmo nome. Fomos recebidos pelo administrador, Sr. Montenegro, e pela esposa. Aqui pernoitámos.

Foi o meu primeiro contacto com terras guineenses e é indescritível a sensação que senti quando à noite ouvi os sons de animais da floresta próxima.

No dia seguinte o Prof. Mendes Corrêa ocupou-se especialmente de estudos etnográficos dos nativos da região, nomeadamente linguística e caracteres físicos, em que colaborei.

Partimos para Bissau num automóvel que nos enviou o Sr. Governador, comandante Sarmiento Rodrigues, a quem depois fomos cumprimentar e dar-lhe conta dos trabalhos projectados.

Num automóvel que nos foi cedido, percorremos algumas das regiões, realizando observações, especialmente etnográficas (1). Em certos trajectos servimo-nos de outros meios de transporte (carrinhas).

No dia 16 iniciámos a viagem de regresso, pernoitando, de novo, em S. Domingos. No dia seguinte de manhã ainda foram observados alguns indivíduos de grupos próximos e à tarde partimos para Ziguinchor, onde tomámos o avião para Dacar. Aí permanecemos cerca de três dias, visitando de novo o Instituto Francês da África Negra, entrando outra vez em contacto com os seus investigadores.

No dia 20 foi o regresso a Lisboa e no dia seguinte a partida para o Porto.

Como é natural, estava desejoso de saber o estado de saúde de minha mulher, a quem deixei no hospital, na véspera do Natal, após ter sido submetida a uma operação. Tinha ido, logo que pôde, para casa de uma pessoa amiga para convalescer e aí a fui encontrar bem disposta e já um tanto refeita. Passados poucos dias regressámos ao Porto para prepararmos a expedição que eu agora chefiava.

(1) Para mais pormenores, consultar: António Mendes Corrêa, 1947, *Uma Jornada Científica na Guiné Portuguesa*. Agência-Geral das Colónias, Lisboa.

A Missão Antropológica e Etnológica da Guiné

Organização e propósito. — Logo que voltei ao Porto, com a boa colaboração do Sr. António Marques de Almeida Júnior, técnico do Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciências do Porto, organizámos a expedição da 1.^a campanha.

Entretanto entrei em contacto com a Junta das Missões Geográficas e de Investigações Coloniais (actualmente Instituto de Investigação Científica Tropical) para a resolução de problemas burocráticos. Resolvidos estes, a Missão ficou constituída por mim, como chefe, por minha mulher, Licenciada Emília de Oliveira Mateus, como adjunto do chefe, autora, como eu, de vários trabalhos de investigação antropológica, e pelo Sr. Marques de Almeida Júnior, como técnico, pois estava habituado a lidar com elementos de vários campos da Antropologia.

Convinha partirmos para a Guiné o mais brevemente possível, para aproveitarmos o tempo que ainda restava da época seca, pois na época das chuvas é impossível trabalhar, pelo menos na maior parte da actividade de uma missão como a nossa.

Segundo o plano proposto pelo Prof. Mendes Corrêa, a Missão iniciaria os seus trabalhos na Circunscrição de S. Domingos, mas em virtude do escasso tempo de que dispúnhamos e de não termos meios de transporte, nem podermos contar com os das instâncias oficiais da Guiné, resolvemos, de comum acordo, limitarmos a nossa acção ao arquipélago dos Bijagós.

Que nos propúnhamos fazer? Iríamos dedicar-nos ao estudo da Antropologia Física; de notas etnográficas; determinação de grupos sanguíneos; de provas de Psicotecnia; do estudo sanitário das populações, e da Pré-história.

Em Antropologia Física tiraram-se 62 medidas a cada indivíduo, observaram-se 37 caracteres descritivos, tiraram-se impressões digitais palmares e plantares.

As notas etnográficas pormenorizadas só podem ser feitas por quem lide com as populações durante muito tempo, não só para ganhar confiança e poder assistir a práticas reservadas, como a da iniciação, mas também para ter conhecimento da língua e poder comunicar, pois como verifiquei, nem sempre o crioulo é suficiente, por exemplo, em provas psicotécnicas, em que era necessário a ajuda de um intérprete.

Só determinámos o grupo sanguíneo a 50 indivíduos, por se ter esgotado o soro, mas na 2.^a campanha voltámos aos Bijagós determinando mais e conseguimos número suficiente em outros grupos étnicos, o que me permitiu redigir um trabalho com tratamento estatístico (1). Limitámo-nos ao sistema A B O e o número total de indivíduos observados nas duas campanhas foi de 1403. Deve notar-se que nem sempre foi fácil a colheita de sangue, por recusa, muitas vezes, de se deixarem picar. Atente-se também que entre alguns grupos étnicos há rituais em que se utiliza o sangue. Com um pouco de habilidade, consegui aquele número, o que causou admiração ao Sr. Governador. Usava, por vezes, a seguinte tática: quando estava entre os Bijagós dizia-lhes que havia quem dissesse que eles eram mais fracos do que os Felupes, mas que só o sangue podia

decidir. O mesmo se fazia para os outros grupos. Tínhamos levado um microscópio e, colocando uma gota de sangue entre lâmina e lamela, dizia-lhes para observarem. Ficavam admirados com a existência dos glóbulos e muitas vezes convencidos a deixarem-se picar. Quando na 2.^a campanha voltámos à Guiné e estava ocupado a determinar grupos sanguíneos, veio o régulo de Bubaque dizer-me: «Então o Sr. Doutor, que era tão amigo dos Bijagós, agora quer matá-los tirando-lhes o sangue?» Respondi-lhe que continuava amigo dos Bijagós, tanto que tratei as doenças de alguns. De resto, a quantidade de sangue que tirava é tão pequena que não chegava para matar ninguém.

Vem a propósito dizer que me interessava saber do estado sanitário das populações, uma das tarefas da Missão. Encontrei várias doenças, especialmente as que apresentavam sintomas visíveis: lepra, cegueira, doenças parasitárias, bócio, etc. Quanto à lepra, recomendava que recorressem aos serviços médicos oficiais e o mesmo dizia para outras doenças para as quais não tinha processo de tratamento. Mas aldeias havia, situadas longe dos centros, sem comunicação fácil com estes. Muitas vezes as doenças progrediam até à morte. Nalguns casos, a mortalidade infantil era grande. Passámos por aldeias onde os habitantes eram quase todos cegos, como consequência de inflamações oculares. Quando a infecção era muito acentuada, tratava-os, na qualidade de médico, que também sou, com colírio. Uma ocasião, passando na aldeia de Bubaque, ouvi chorar alguém que estava dentro de uma palhota. Perguntei quem era e informaram-me de que era o Papo Seco (encontram-se muitas vezes epítetos estranhos, por influência dos brancos) que tinha «dor de olhos». Entrei na palhota e encontrei-o na parte mais escura da casa e com a cabeça tapada por um pano negro. Pedi-lhe para vir para a claridade para lhe ver os olhos. À luz ainda mais se queixava. Tratei-o com o colírio. Quando voltei aos Bijagós na 2.^a campanha, veio ter comigo muito alegre a mostrar-me os olhos e a dizer que estava curado. Devo dizer que a Missão levava uma caixa com variados medicamentos.

Também em Bubaque, onde permanecemos mais tempo, fiz a extracção da «pulga penetrante», a *matacanha*, no dizer dos nativos, a muitas pessoas, especialmente a crianças. Chegavam a ficar sem dedos dos pés por causa deste parasita e falta de tratamento.

Foram estes os exemplos que lembrei ao régulo.

Em regiões do interior encontrei muitos casos de bócio, certamente por falta de sal. Nessas ocasiões dava-lhes tintura de iodo, ensinando-os a usá-la.

Tirámos muitas fotografias, especialmente de tipos morfológicos, de habitações, de pinturas murais, etc. Também filmámos danças e outras manifestações culturais e ainda um funeral felupe.

Este foi o procedimento seguido nas duas campanhas, com a diferença de que, nos Bijagós, não encontramos vestígios pré-históricos.

1.^a campanha. — Como disse anteriormente, logo que cheguei ao Porto, depois da «pequena missão» em que acompanhei o Prof. Doutor Mendes Corrêa, comecei a preparar a partida da missão de que tinha sido nomeado chefe.

Só foi possível partir para a Guiné no dia 22 de Março, com um orçamento reduzido a metade do estipulado, por incúria de funcionários responsáveis pelo assunto. Tivemos mais tarde um pe-

(1) MATEUS, A. (1947) — «Contribuição para o estudo da sero-antropologia». Publ. Instit. Zool. do Porto, 33: 1-87.

queno reforço. Embarcámos naquele dia em Lisboa no velho paquete *Guiné*. Era o antigo *S. Miguel*, que fazia carreiras entre Lisboa e Ponta Delgada e que foi atacado por um submarino alemão durante a I Guerra Mundial e defendido pelo barco de guerra português comandado por Carvalho Araújo, em cuja batalha perdeu a vida.

Após dez dias de viagem, desembarcámos em Bissau, no dia 2 de Abril à noite.

No dia seguinte avistei-me com o Sr. Governador, que concordou com a alteração do plano inicial e informou-me de que o Sr. Administrador Augusto Lima estava em Bissau. Já o conhecíamos, pois fez a viagem connosco no *Guiné*. O Sr. Administrador ficaria alguns dias em Bissau, onde aguardava o rebocador da Administração para nele ir para Bubaque.

Aproveitámos aqueles dias para acondicionarmos o material e fazermos observações em algumas aldeias da ilha de Bissau, terra de Papéis.

Embarcámos no rebocador no dia 14 de Abril. Instalámo-nos em Bubaque numa casa pertencente à Companhia Agrícola e Fabril da Guiné, de momento inactiva por ter sido requisitada pelo Governo, em virtude da guerra, pois pertencia a uma empresa alemã. Dedicava-se à exploração do coconote e óleo de palma dos palmares de que Bubaque é muito rica, considerando-se que é o maior palmar espontâneo do Mundo. Administrava os bens da companhia um alemão, que habitava numa das casas a ela pertencente e a quem pagávamos renda, pois alugámos-lhe uma casa dupla, para a nossa instalação.

Destinámos uma parte da casa a depósito de material, a laboratório, a cozinha, a sala de jantar e quarto de dormir, para mim e para minha mulher. Na casa anexa ficou o técnico, Sr. Almeida, e dois amanuenses que contratámos em Bissau. Também nos auxiliaram, em certos serviços, três auxiliares nativos.

Permanecemos nos Bijagós 67 dias, a maior parte do tempo em Bubaque. Sempre que o Sr. Administrador se deslocava a outras ilhas, íamos com ele, aproveitando o transporte, e nelas fazíamos os nossos trabalhos. Ficávamos a pernoitar, em geral, em construções

administrativas, incluindo um barracão mal vedado, onde fomos atacados por mosquitos.

Na ilha de Canhabaque montámos acampamento perto do posto administrativo e aí ficámos 7 dias. Soubemos no dia seguinte àquele em que montámos o acampamento, e na noite do dia da chegada, que um grupo de nativos esteve escondido atrás de uma paliçada, armados de «longas», isto é, espingardas de cano comprido, para vigiarem o que nós fazíamos. Enviaram um *espia* para junto de nós para o mesmo fim. Passados poucos dias convenceram-se de que éramos inofensivos e que não pertencíamos a qualquer organismo do Estado. O *espia* quis tirar uma fotografia comigo e pediu-me uma espingarda das que tínhamos para nossa defesa e para caçar. Confiantemente emprestei-lha, e daí em diante não nos faltou carne fresca no acampamento.

Visitámos quase todas as ilhas, e de algumas a que não pudemos ir recebemos habitantes para o nosso estudo. Estudámos um total de 1350 bijagós.

Recebi um telegrama informando que teríamos barco para Lisboa entre o dia 7 e o dia 10 de Agosto e outro no dia 11. Como era necessário acondicionar o material, quer em Bubaque, quer em Bissau, onde ficaria à espera da 2.^a campanha, e como tínhamos colhido suficientes dados, aproveitámos o rebocador, partindo para a capital no dia 25 de Julho.

Não se confirmou a partida do primeiro barco para Lisboa. Tivemos de esperar pelo segundo.

Acondicionado o material, aproveitámos os restantes dias para fazer mais observações. Ainda conseguimos observar 100 papéis.

Chegámos a Lisboa no dia 23 de Agosto. Regressados ao Porto, ocupámo-nos na disposição e etiquetagem do material etnográfico (vestuário, etc.) e a estudar alguns elementos colhidos.

Pronunciei uma palestra na Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia do Porto, subordinada ao título: «Três meses entre os Bijagós».

2.ª Campanha



Estávamos preparados para a 2.^a campanha.

2.^a campanha. — Preparados para a partida, embarcámos no *Guiné* no dia 30 de Novembro do mesmo ano (1946) e chegámos a Bissau no dia 10 de Dezembro.

No dia imediato fui cumprimentar o Sr. Governador, dando-lhe parte do plano de trabalho e dizendo-lhe que a Missão iria adquirir uma caminheta, indispensável para nos deslocarmos no continente. Não havia nenhuma carroçada; fiz então o esquema de uma carroçaria que permitisse o transporte de pessoas, além das que iam na cabina, e transporte de carga.

Como a carroçaria demorava a construir e a montar, aproveitámos o tempo de espera em mais trabalhos na ilha de Bissau, nomeadamente no local da captação das águas, onde Mollard encontrou um instrumento lítico pré-histórico. Nada encontramos de semelhante, mas alguns fósseis inclassificáveis, os quais, bem como amostras de rochas, entregámos à Missão Geológica.

Resolvidas as formalidades nesse período, aproveitámos a estada em Bissau do rebocador dos Bijagós para voltarmos àquele arquipélago e completarmos a determinação dos grupos sanguíneos. Tivemos alguns percalços, como o encalhe do barco nas rochas do litoral da ilha Formosa, e mais tarde outro, num baixio entre Bubaque e o continente. Passámos fome, pois não estava previsto tal contratempo e não tínhamos levado comida. Só no dia seguinte pudemos partir para Bissau, depois do desencalhe.

Acondicionado o material na caminheta, seguimos para o Gabú, sede da circunscrição do mesmo nome, onde chegámos depois de vencidas algumas contrariedades. O Sr. Administrador Garcia recebeu-nos com simpatia. Como já era tarde, não montámos o acampamento, a conselho do Sr. Administrador, que nos alojou na casa da Administração, a mim, minha mulher e ao Sr. Almeida. O resto do pessoal instalou-se em casa do Sr. Secretário da Administração. No dia seguinte armámos o acampamento (Fig. 2). O Sr. Administrador propôs que eu e minha mulher continuássemos no quarto que nos tinha cedido na Administração. Agradei-lhe, mas disse-lhe que o meu lugar devia ser no acampamento junto do restante pessoal. Pedi-lhe, porém, que deixasse ficar no quarto que ocupava, o Sr. Almeida, atendendo à sua idade.

O meu grande desejo era explorar a caverna de Nhampasseré, de que tive conhecimento por um relatório da Missão Zoológica e por informação obtida durante a 1.^a missão. O Sr. Administrador confirmou a sua existência e mandou limpar o caminho que levava lá. A caminheta não conseguia ir até à caverna, mas o Sr. Administrador emprestou-nos uma carrinha, com a qual conseguimos aproximarmo-nos bastante. No local até onde pôde ir há um afloramento de quartzite, à volta do qual há calhaus soltos. Revolvemo-los, mas não encontramos qualquer instrumento pré-histórico. Seguimos então para a caverna, aberta num bloco enorme quartzítico. A entrada é larga e a ela segue-se um grande átrio de onde partem corredores que levam para o exterior ou para outros átrios. Por vezes é necessário rastejar para se prosseguir nesses corredores.

Examinámos todo o solo da caverna, bem como as paredes. Naquele nada encontramos digno de nota, nem mesmo escavando

um pouco. Nas paredes procurámos pinturas, mas não havia nenhuma.

Se bem que não desanimássemos e não perdéssemos a esperança de encontrarmos objectos de interesse na caverna, fazendo escavações, a conselho do nosso guia, dirigimo-nos para nascente, onde havia mais cavidades em rochas, e encontramos mais formações quartzíticas, uma das quais apresentava uma abertura que dava para um curto corredor, isento de interesse.

Voltámos à caverna, mas agora providos de ferramentas e de auxiliares. Abriu-se uma vala no átrio principal e tivemos grande alegria quando, chegados aos 80 cm de profundidade, começámos a encontrar peças líticas de quartzo e de grés, bem como fragmentos de cerâmica com gravuras incisas, e carvão. Este achado dava-nos muita satisfação, pois permitia apresentar à II Conferência Internacional dos Africanistas Ocidentais um trabalho sobre a Pré-história da Guiné, o que de facto aconteceu, tendo-se realizado a Conferência no ano seguinte em Bissau.

Continuando a escavação, encontramos, pouco depois, rocha dura. Fez-se outra vala perpendicular à primeira, que voltou a fornecer objectos idênticos.

Fizeram-se outras escavações em outros lugares da caverna e na sua vizinhança, mas nada encontramos digno de interesse.

Voltámos para o acampamento, onde, no dia seguinte, nos ocupámos em limpar e pôr em ordem os objectos encontrados.

Tencionávamos, numa 3.^a campanha, explorar completamente a caverna com remoção e peneiração da terra, deixando intacta uma zona como testemunho. Infelizmente não se realizou mais nenhuma campanha e a Missão foi extinta por determinação ministerial, embora, antes disso, tivéssemos publicado vários trabalhos sobre os assuntos de que nos tínhamos ocupado.

A estação de Nhampasseré forneceu centenas de objectos: pontas de seta, lâminas, buris, crescentes, de quartzo; placas de dolerito polidas nas duas faces; fragmentos de cerâmica.

Visitámos outros locais do Gabú: fracturas e poços pouco profundos na laterite, mas que não deram nada de interesse.

Como MacLaud tivesse encontrado objectos líticos sobre os quais surgem dúvidas de serem feitos pelo Homem, na região do Fefiné, preparámos uma expedição para atingirmos essa região. Carregámos a caminheta com material e alimentos, pois íamos atravessar uma zona pouco povoada, uma parte da qual coberta com floresta formada por árvores de grande porte e seguindo por caminhos gentílicos que só o guia conseguia descortinar. Fomos de caminheta até Cabuca, onde a deixámos à guarda do chefe da povoação, e aí pernóitámos em palhotas. No mesmo dia deslocámo-nos a um local designado por Mansabere, onde nos tinham informado que existia uma caverna. De facto encontrámo-la. Tem uma entrada para um corredor estreito. Nada encontramos, nem mesmo numa escavação que fizemos.

No dia seguinte de madrugada, cerca das 4 horas, reunimos os carregadores necessários, o que nem sempre foi fácil, e seguimos a pé até ao rio Cocoli, em cujas margens tomámos o pequeno-almoço. Enquanto comíamos, os carregadores transportavam a carga em pirogas para a outra margem do rio; depois da travessia, seguimos para a povoação de Dubere e aí almoçámos. Foi nesta povoação que encontramos grande quantidade de cegos e em Cabuca a maior quantidade de bócio.

Na tarde desse dia explorámos as colinas das imediações. A esta região chegam alguns contrafortes do Futa Djalon, sendo por isso mais acidentada do que o resto da Guiné. Também explorámos o leito de um ribeirão, examinando atentamente os calhaus aí existentes. Nada encontramos de interesse, depois de um dia quase só de marcha.

Descansámos em palhotas da povoação. Pouco dormimos por causa das danças e cantares dos carregadores e dos habitantes.

No dia seguinte, outra vez de madrugada, levantámo-nos e, organizada a caravana, dirigimo-nos para as margens do rio Fefiné e aí tomámos o pequeno-almoço. Como sempre, íamos com atenção ao solo e às imediações, com a esperança de encontrarmos algo de interessante.

O rio Cocoli foi atravessado de piroga por nós, enquanto os carregadores se meteram à água, que lhes dava pelos sovacos. Deste modo, conseguimos fazer a travessia mais rapidamente.

Subimos até perto da nascente do rio Saquiri, afluente do Fefiné, onde existem duas cavernas, que explorámos ingloriamente. Encontrámos fragmentos de cerâmica recente, fabricada por Biafadas que em tempos viveram no local, e instrumentos líticos à superfície, que também encontramos perto de Dubere e ainda entre os rios Cocoli e Fefiné.

Seguimos a margem do Saquiri, atravessámo-lo, e depois de uma boa caminhada chegámos a Burodje, povoação onde já se encontrava o resto da comitiva à nossa espera para almoçarmos. É interessante que nesta povoação todos os homens tinham ido para o mato e as mulheres conservavam-se dentro das palhotas, receosas dos macacos-cães (*Papio papio*) que tinham invadido a povoação.

Depois de termos pesquisado a região e vissemos que nada tinha de interesse, continuámos a marcha em direcção a Tabadara, onde chegámos ao anoitecer. O chefe da povoação veio receber-nos à entrada com manifestações de regozijo por nos ter como hóspedes. O seu regozijo aumentou quando lhe dei algumas nozes de cola. Pernoitámos na povoação nessa noite e na seguinte, ocupando duas palhotas, ficando o dia de permeio para explorações.

A norte de Tabadara fica uma colina onde nos indicaram uma caverna espaçosa, escavada na rocha laterítica que a forma e que é pouco hidratada e pouco compacta. Nessa rocha deve haver alguma zona constituída por magnetite, pois é fortemente magnética. Explorada a caverna em todos os sentidos, inclusivamente os corredores que partem do átrio central, nada se encontrou digno de interesse.

Regressámos a Tabadara, desviando-nos um pouco do caminho directo para passarmos junto à fronteira com o território francês, onde atingimos o marco fronteiro n.º 46.

Depois do almoço fomos para sul da povoação e também nada encontramos de proveitoso.

No dia seguinte levantámo-nos às 5.30 e, logo que possível, caminhámos em direcção a Dantari, passando na base da colina que tínhamos explorado na véspera. Durante o trajecto verifiquei que a agulha da bússola se desviava em direcção à colina, rodando à medida que a contornávamos. Passámos de novo junto à fronteira e o nosso guia indicou-nos ao longe uma grande povoação, Codé, em território francês, considerada pelos Futa-Fulas como capital do seu «chão». Tomámos o pequeno-almoço em Dantari.

Ao sairmos desta povoação, formou-se de cada lado do nosso grupo uma fila de mulheres, que olhavam para nós com muita

curiosidade. Perguntei ao guia a razão por que nos seguiam e ele informou-me de que estavam desejosas de se aproximarem de nós, pois nunca tinham visto uma «senhora branca». Quando fiz sinal para que viessem até nós, foi uma alegria, sobretudo quando puderam tocar a «Senhora Branca» (minha mulher), a quem fizeram muita festa.

De Dantari seguimos para as margens do rio Cocoli, perto da sua confluência com o rio Seli-Seli, que só leva água na época das chuvas, e aí almoçámos.

Depois do almoço tínhamos que atravessar o Cocoli. Como no local onde estávamos não havia barco para a travessia, dois dos nossos acompanhantes foram à outra margem, a nado, para trazerem as pirogas que lá havia, nas quais transportámos material e pessoal.

Seguimos para Cabuca, onde reencontrámos a caminheta, que nos levou de novo ao Gabú, onde chegámos já de noite, depois de termos feito um percurso a pé calculado em mais de 80 km por caminhos estreitos, com mau piso, com subidas e descidas, por vezes íngremes.

O dia seguinte foi destinado ao acondicionamento das amostras de rochas colhidas pelo caminho, que oferecemos à Missão Geológica, e dos instrumentos líticos encontrados perto de Dubere e nas margens do Saquiri e do Fefiné.

Na véspera da chegada, outra vez, do navio *Guiné*, fui a Bissau trazer mais um técnico vindo do Porto e que muito contribuiu para o rendimento do trabalho da Missão. Era o Sr. Manuel Pimentá, que não nos acompanhou desde o início por razões burocráticas. Os companheiros que ficaram no Gabú aproveitaram os dias da minha ausência para voltarem a Nhampasseré, onde colheram mais instrumentos pré-históricos.

No dia seguinte ao do meu regresso ao Gabú fomos para Madina do Boé, onde estivemos alguns dias a fazer trabalhos de antropologia, etnografia e procura de instrumentos pré-históricos. Estes não apareceram. Tinham-me informado de que no Boé, a oeste de Madina, havia um poço que dava para uma galeria subterrânea a que se seguia um rio onde já tinham apanhado peixes. Ficava em Pai-Ai-Gaide. Organizámos uma expedição, constituída por mim, pelo Sr. Pimentá, por um guia-intérprete e por alguns carregadores. Fomos a pé, pois estrada ou picada não havia, e pernoitámos numa palhota fumarenta da povoação de Calam-oi. No dia seguinte, de manhã cedo, continuámos a caminhar, até que encontramos o referido poço, ao fundo do qual descemos. Seguimos o túnel, que tem cerca de 20 m até ao tal rio subterrâneo onde, segundo o guia, têm sido pescados peixes grandes. Seria interessante o seu exame. Serão cegos e despigmentados? Não me consta que a Missão Zoológica tenha capturado algum. Quanto a instrumentos líticos, nada encontramos.

Depois de realizado o trabalho em Madina, regressámos ao Gabú, onde fizemos centro de irradiação para estudos em vários locais.

Desmontámos o acampamento do Gabú, montando-o em outros locais, quando necessário, seguindo os trajectos indicados no mapa e realizando os trabalhos habituais.

Por altura da Páscoa, a convite do Sr. Administrador Lima, fomos de novo aos Bijagós, para completar a série dos grupos sanguíneos.

A última região onde trabalhámos foi a da Circunscrição de S. Domingos. Tivemos licença para nos instalarmos na casa de repouso do Governo.

Muitas vezes tínhamos de nos deslocar às aldeias (tabancas) para conseguirmos fazer observações antropológicas e outras.

Tive a sorte de poder filmar um funeral felupe desde o início até final.

Demos por finda a nossa 2.^a e última missão da Guiné, embora estivesse prevista mais outra, pelo menos.

Não se suponha que o nosso trabalho foi fácil. Além das dificuldades de recrutamento de pessoal para estudo, tivemos de percorrer estradas más, de macadame, por vezes, mesmo picadas; e a pé, caminhos difíceis, muitas vezes através do mato, sujeitos aos perigos inerentes.

Ainda assim, estudámos 2728 indivíduos.

No dia 30 de Maio regressámos ao velho Guiné. Chegámos a Lisboa no dia 9 de Junho e depois ao Porto.

Logo que possível, iniciámos os trabalhos de gabinete, de que resultou a publicação de várias memórias sobre o enorme conjunto de material que conseguimos colher. Algum desse material foi aproveitado pelo Dr. Pales, como já disse subdirector do Museu do Homem de Paris, que o utilizou em vários trabalhos seus de Antropologia Física.

No ano seguinte ao do nosso regresso, realizou-se a II Conferência dos Africanistas Ocidentais, que teve lugar em Bissau. Nela, onde pude ir com outros cientistas portugueses, apresentei uma nota prévia⁽²⁾ que despertou grande interesse, especialmente do Dr. Mauny. Este cientista tinha trabalhado na, então, África Ocidental Francesa, mas os instrumentos líticos que encontrou jaziam à superfície. Isto é, os objectos de Nhampasseré vieram autenticar como antigos os das estações de superfície. Pediu-me para lhe deixar desenhar os objectos que tinha levado comigo. Sobre a Pré-história da Guiné publiquei mais dois trabalhos.

A 3.^a campanha não se realizou e os trabalhos de gabinete foram suspensos por vontade de um ministro das Colónias que «não compreendia» (no dizer dele) o interesse dos mesmos.

Algum tempo depois, as missões foram extintas!

Ignoti nulla cupido (OVÍDIO).

(Não se deseja o que se não conhece).

Frase equivalente à do nosso grande épico Camões.

Quem não sabe arte não na estima

Porto, 31 de Janeiro de 1989.

BIBLIOGRAFIA

- ALVES PEREIRA, F. (1908) — «Utensílios da época da pedra na Guiné Portuguesa». *O Archeólogo Português*, 13: 5-6.
- BREUIL, H. (1944) — «Le paleolithique au Congo Belge, d'après les recherches du Dr. Cabu». *Trans. royal Soc. South Africa*, 30: 134-160.
- CARRINGTON DA COSTA, J. (1946) — *Fisiografia e Geologia da Província da Guiné*. Porto.
- DELCROIX, R. & VRUFREY (1939) — «Le Toubmien de la Guinée Française». *Anthrop. (Paris)*, 49: 265-312.
- FAGG, B. (1944) — «Preliminary report on a microlithic industry at Rop rock-shelter, North Nigeria». *Proc. Prehist. Soc.*, 68-69.
- HAMY, E. T. (1905) — «Note sur un gisement de labradorites taillées découvertes par le Dr. Maclaud au confluent de la Féfiné et du Rio-Grande». *Anthrop. (Paris)*, 16: 625-628.
- JOIRE, J. (1952) — «La préhistoire de la Guinée Française. Inventaire et mise au point de nos connaissances». *Actas da 2.^a Conferência Intern. dos Africanistas Ocidentais em Bissau, 1947*, vol. IV: 247-365.
- MASON, A. Y. (1934) — «The problem of the stone strutures in Southern Africa». *Trabalhos do I Congresso Nacional de Antrop. Colonial Porto*, vol. II: 501-531.
- MATEUS, A. M. (1952) — «Nota preliminar acerca da estação pré-histórica de Nhampasseré (Guiné Portuguesa)». *Actas da 2.^a Conferência Intern. dos Africanistas Ocidentais, Bissau, 1947*, vol. IV, 1.^a parte: 377-386.
- (1963) — «A importância da estação pré-histórica de Nhampasseré (Guiné Portuguesa)». *Las Ciencias*, 18 (2): 369-376.
- (1954) — «Acerca da Pré-história da Guiné». *Bol. Cult. da Guiné Portuguesa*, 35 (ano IX): 457-472 + XIII.
- MAUNY, R. (1949) — «État actuel de nos connaissances sur la préhistoire de la colonie du Niger». *Bull. Instit. Franç. Afrique Noire II*: 141-158.
- (1953) — «Les recherches archéologiques en A. O. F. particulièrement de 1938 à 1952». *Bull. Instit. Franç. Afrique Noire*, 15: 859-863.
- MENDES CORRÊA (1943) — *Raças do Império*. Porto.
- (1947) — *Uma Jornada Científica na Guiné Portuguesa*. Agência-Geral das Colónias, Lisboa.
- MENGHIN, O. (1925) — «Die Tumbakultur am unteren Kongo». *Anthropos*, 20.
- (1931) — *Weltgenchihte der Steinzeit*. Wien.
- SANTOS JÚNIOR, J. R. (1941) — «On the prehistory of Mozambique». *Moçambique*, 28: 23-75.

(2) Amílcar Mateus, «Nota preliminar acerca da estação pré-histórica de Nhampasseré», 1952.



Fig. 1 — Dançarinos da ilha de Bubaque



Fig. 2 — Acampamento da Missão em Gabú

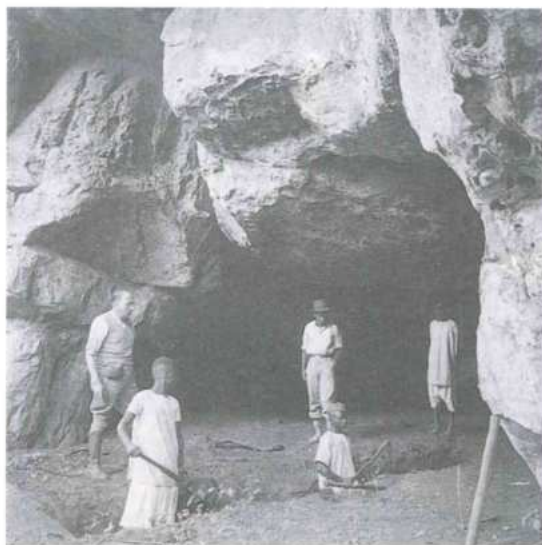


Fig. 3 — Vala de exploração na gruta de Nhampasseré (Gabú)



Fig. 4 — No afloramento de quartzite em Nhampasséré: escolha de material (Gabú)

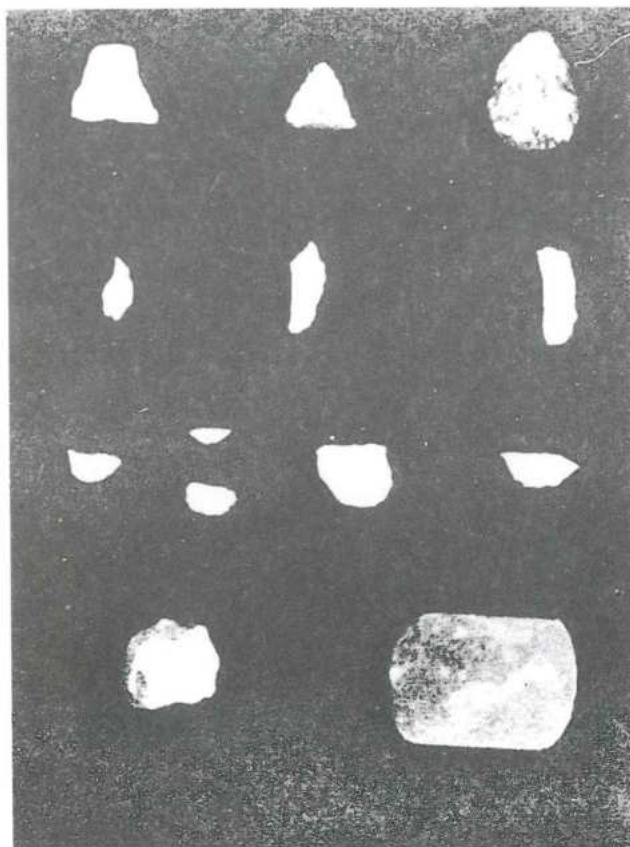


Fig. 5 — Instrumentos de quartz e uma placa de dolerito (Caverna de Nhampasséré)

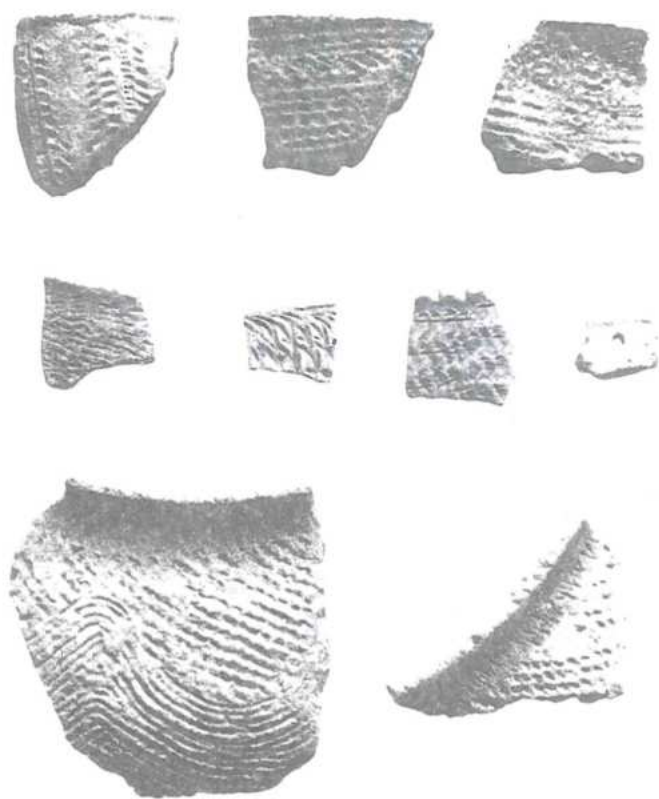


Fig. 6 — Bordos de vasos (Caverna de Nhampasserê)

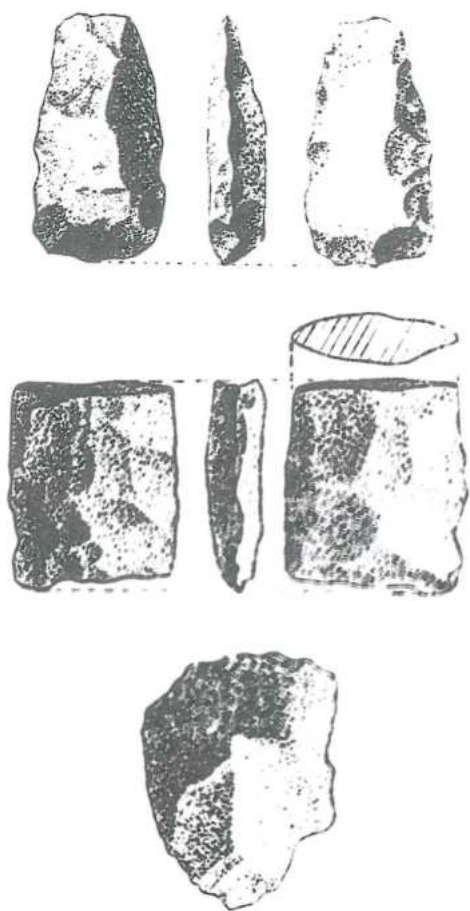


Fig. 7 — Instrumentos de dolerito colhidos num terraço entre o rio Cocoli e Fefiné

A ESTAÇÃO PRÉ-HISTÓRICA DE CACHOMBA (VALE DO ZAMBEZE — TETE, MOÇAMBIQUE)

MIGUEL RAMOS

Introdução

Um dos objectivos dos trabalhos de campo efectuados em 1972 pela Brigada de Pré-história e Arqueologia do Grupo de Missões Científicas do Zambeze — constituída por pessoal da Secção de Pré-história e Arqueologia da antiga Junta de Investigações Científicas do Ultramar — foi o de proceder ao levantamento rigoroso do Forte de Cachomba, que iria ficar submerso pelas águas da albufeira de Cahora Bassa.

Não tendo sido possível deslocar, por razões logísticas, a totalidade da Brigada para o local, o trabalho teve de ser em grande parte efectuado pelo autor, o que lhe impediu, como era seu desejo, de proceder a uma aturada prospecção das jazidas pré-históricas eventualmente existentes naquela área.

Essa tarefa chegou a estar programada para uma campanha posterior, que já não foi possível realizar antes do enchimento da barragem.

Foi de facto pena, por se tratar de um dos poucos pontos então ainda «acessíveis» dentro da área de regolho de Cahora Bassa.

Todavia, durante um reconhecimento que efectuámos em torno do forte e da povoação, encontrámos na superfície do «terraço superior», a 100 m a sudoeste do «acampamento fixo» do Gabinete do Plano do Zambeze (GPZ), um conjunto de peças líticas que constituem o tema deste estudo.

Chamamos «terraço superior» à grande planície aluvial onde o Forte de Cachomba havia sido construído, separada por um degrau bem marcado de um terraço inferior (leito de cheias) que se estendia até à margem do Zambeze e que apresentava um declive que, sem ser muito acentuado, contrastava com o aplanamento da superfície superior.

O troço do rio fronteiro a Cachomba mostrava-se, de uma maneira geral, bastante assoreado.

A existência, a montante, da barragem de Kariba vinha já há anos exercendo a sua acção regularizadora, estabilizando praticamente o nível das águas ao longo do ano, o que facilitaria o desenvolvimento da cobertura vegetal de algumas ilhotas formadas por acumulação da carga sólida.

O substrato geológico é constituído por formações do Sistema do Karroo, cobertas pelos depósitos dos terraços, essencialmente de limo e de alguns calhaus rolados — a recolha de amostras, para o seu estudo sedimentológico e demais análises laboratoriais, não se chegou a efectuar pelas razões já apontadas.

O clima da região é quente e relativamente seco, com uma pluviosidade média anual da ordem dos 600 a 700 mm, com uma estação das chuvas que atinge o seu máximo de Dezembro a Fevereiro, sendo a precipitação praticamente nula entre Maio e Outubro.

O revestimento vegetal é dominado pela floresta aberta de *Colophospermum mopane*, com o estrato arbóreo decíduo (*Zambesian mopane woodland*) e com elementos herbáceos, por vezes pouco densos.

O material lítico recolhido forma um conjunto de 18 peças, de quartzo, de vários tipos de quartzito e por uma lasca de uma rocha eruptiva que não foi possível determinar, dado que, para o fazermos, teríamos de a destruir em virtude das suas reduzidas dimensões.

Um pequeno seixo de quartzo, muito bem rolado, que parecia estar associado aos outros objectos, depois de examinado à lupa binocular, não apresentou quaisquer indícios de acção humana.

Coordenadas da jazida: Long. 31° 54' 30"; Lat. 15° 38' 39".



Fig. 1 — Localização de Cachomba relativamente à albufeira de Cahora Bassa

Indústria lítica

- *Percutor* de quartzito bastante utilizado, apresentando duas pequenas facetas destacadas da zona principal de percussão, que lhe dão um aspecto subpoliédrico. Fig. 2 (1).

C-5,7; L-5,3; E-4,8 cm.

- *Percutor* de quartzo, apresentando duas zonas de percussão, opostas, e um negativo que pode ter resultado de lascamento ocasional.

C-4,9; L-5,3; E-4,8 cm.

- *Chopper* de quartzito em que dois terços do gume formam um raspador côncavo com finos retoques que em parte podem estar relacionados com a sua utilização.

C-6,0; L-6,3; E-3,5 cm.

- *Chopping-tool* de quartzito, em que o sector mediano do gume foi utilizado como raspador côncavo. Fig. 2 (2).

C-6,0; L-7,3; E-4,9 cm.

- *Raspador de extremidade* convexo associado a um raspador lateral côncavo sobre grande lasca de quartzito de dorso parcialmente cortical. Morfologicamente apresenta-se ligeiramente estrangulada na região proximal, por talhe abrupto no lado oposto ao raspador lateral. Os raspadores apresentam traços de uma utilização muito intensa, apresentando-se o raspador distal como se tivesse sido grosseiramente polido em cerca de dois terços da sua parte útil. Pela forma da peça e do polimento grosseiro que apresenta, poder-se-ia pensar tratar-se de um machado polido muito incipiente. Fig. 3 (1).

C-10,1; L-7,9; E-3,3 cm.

- *Raspador recto* nucleiforme de quartzito, apresentando a parte útil finamente retocada, em parte por negativos de esquirolas que parecem ter sido destacadas pela utilização. Fig. 3 (2).

C-6,3; L-6,5; E-3,1 cm.

- *Raspador côncavo* nucleiforme de quartzito, sobre pequeno calhaus espesso. Parece tratar-se do aproveitamento de um núcleo desbastado por lascamento directo, apresentando dois talhes inversos, um dos quais serviu para definir a aresta utilizada como raspador. Dada a morfologia do calhaus ser um pouco irregular, corresponderia a um aproveitamento já próximo da exaustão.

C-3,7; L-3,4; E-2,7 cm.

- *Raspador convexo*, ligeiramente denticulado, sobre lasca espessa de quartzito, de dorso cortical com dois talhes laterais e aperfeiçoamento da superfície oposta ao córtex. Fig. 3 (3).

C-6,1; L-4,9; E-2,9 cm.

- *Raspador de extremidade*, duplo, sobre lasca espessa de quartzo, que embora com maiores dimensões está na mesma linha morfológica dos *thumbnail scrapers* das fácies mais evoluídas do Wilton. Fig. 3 (4).

C-4,7; L-2,6; E-2,0 cm.

- *Raspador lateral* côncavo (encoche?) e aresta burilante, de quartzo, parecendo resultar de pequeno núcleo de talhe de lamelas. Fig. 4 (1).

C-4,0; L-1,9; E-1,8 cm.

- *Raspador lateral*, sobre lasca de rocha eruptiva

C-4,0; L-2,6; E-1,2 cm.

- *Raspador lateral* côncavo (encoche?), sobre lasca de quartzito. Fig. 4 (2).

C-3,9; L-2,7; E-1,2 cm.

- *Raspador convergente*, sobre micronúcleo de quartzo. Fig. 4 (3).

C-2,7; L-2,1; E-1,1 cm.

- *Entalhe múltiplo* (encoches), sobre lasca de quartzo. Fig. 4 (4).

C-2,8; L-2,6; E-1,0 cm.

- *Buril*, aresta burilante atípica, sobre pequeno núcleo de quartzo, obtido a partir de um seixo arredondado, em que foram efectuados dois talhes inversos convergentes para a definição da parte útil. Fig. 4 (5).

C-2,6; L-2,4; E-1,6 cm.

- *Ponta de gume* transversal (*micro tranchet*), sobre lasca de quartzo. Fig. 4 (6).

C-2,8; L-2,0; E-0,5 cm.

- *Furador* de quartzo com um entalhe proximal, podendo ter servido de pequeno raspador côncavo, que lhe dá uma forma pedunculada. Fig. 4 (7).

C-2,8; L-1,9; E-0,8 cm.

- *Furador duplo* de quartzo, apresentando uma das pontas burilante. Fig. 4 (8).

C-2,7; L-1,7; E-0,9 cm.

C, L e E representam, respectivamente, o comprimento, a largura e a espessura máxima de cada peça.

As condições em que as peças foram recolhidas acarretam sempre o perigo de nos encontrarmos na presença de materiais não sincrónicos. Todavia, não havendo ainda critérios que nos permitam efectuar um estudo tipológico muito aprofundado com base regional e não existindo razões aparentes para a sua separação, preferimos tratar os objectos no seu conjunto.

Como se pode facilmente observar, os raspadores, nos quais, pela função, poderíamos englobar os entalhes («encoches»), são largamente dominantes.

Dois percutores, dois furadores e uma ponta de gume transversal (*tranchet*) completam o quadro tipológico do material lítico recolhido.

O conjunto sugere que se destinava essencialmente ao trabalho da madeira, do osso e da preparação de peles de animais.

De facto, com estes instrumentos seria possível afeioar e decorar toda uma panóplia de finos objectos de madeira e de osso e preparar peles de animais, provavelmente pequenos, destinadas a serem utilizadas como peças de vestuário.

Trata-se de testemunhos de um acampamento temporário de caçadores-recolectores ali estabelecido em época de cheia do Zambeze, ou tratar-se-á de restos de local de permanência mais prolongada e ao abrigo das oscilações do nível daquele rio? Esta pergunta ficará provavelmente sem resposta, visto a jazida se encontrar actualmente submersa, sensivelmente a meio do lago de Cahora Bassa, a mais de 100 m de profundidade, o que torna uma operação de escavação no local praticamente irrealizável.

As características do talhe, mesmo nos instrumentos de maior dimensão, dão-nos a panorâmica de uma indústria da Later Stone Age ou, quando muito, de uma transição já avançada para ela.

De facto, o tamanho reduzido de alguns objectos e a sua morfologia, a existência de negativos de talhe de lamelas, retoques muito finos na parte útil aos raspadores, mesmo daqueles existentes sobre as peças de maiores dimensões, etc., levam-nos a supor estarmos na presença de uma fácies aparentada com o complexo Wilton.

Por outro lado, parecem existir afinidades tipológicas com os materiais recolhidos, em 1936-1937, pelo Prof. Santos Júnior, a alguns quilómetros mais para leste, num local que designou por Marissa, que considerou como pertencente a esta cultura.

Dada a larga permanência no tempo, de ± 7000 até 200 anos B.P., do complexo Wilton, torna-se difícil definir os parâmetros para uma possível datação da jazida de Cachomba. No entanto, é perfeitamente admissível que tenha uma idade compreendida na primeira metade dos valores apontados, ou seja, entre ± 7000 e 3600 anos B.P.

Pelo contrário, para alguns autores o início do Wilton seria mais recente, datando o máximo de cerca de 6000 B.C., e mesmo assim com base em datações consideradas discutíveis. Para eles o Wilton apareceria durante a fase húmida do Makaliano, ou seja por volta de 3000 B.C.

A separação entre Wilton e Smithfield, que alguns autores pretendem formarem um complexo com duas fácies correspondendo a condições ecológicas diferenciadas, bem como as influências que poderiam ter tido no vale do Zambeze as culturas MSA/LSA oriundas da bacia do Congo, e mesmo até de outras vindas de norte, levam-nos a ter de admitir com certa reserva a

classificação que adoptámos, em virtude da complexidade do problema.

Embora se conheça já um certo número de sítios atribuídos ao Wilton na bacia do Zambeze (cursos médios e inferior — Zâmbia, Zimbabué e Moçambique), não dispomos de dados suficientes para um estudo comparado que eventualmente permitisse precisar melhor não só a datação como a posição dentro do próprio contexto cultural.

É perfeitamente admissível que esta indústria esteja relacionada com uma das primeiras fases da evolução das populações Fhoisan na África Austral, a qual, segundo alguns autores, se teria iniciado há cerca de 11 000 anos.

O Matopense, também conhecido como o Wilton (rodesiense) do Zimbabué, teve o seu desenvolvimento entre 7500 e 1200 B.P., o que deverá também ser tomado em consideração para a determinação da idade destas indústrias, à medida que se forem efectuando novas pesquisas.

De qualquer modo, as características morfológicas dos objectos parecem indicar, no seu conjunto, a presença de técnicas que se generalizaram em épocas pós-pleistocénicas, epi-pleistocénicas e recentes, que neste caso seríamos tentados a situar dentro do Makaliano, ou ainda, utilizando a nova classificação climato-estratigráfica que vem sendo adoptada para a África do Sul, no Holocénico.

Será talvez ainda cedo para se adoptar um quadro paleoclimático para o Quaternário da região, por duas razões fundamentais: a primeira é a falta de estudos que possam fornecer elementos nesse sentido (sedimentológicos, palinológicos, etc.); a segunda será a circunstância de só há poucos anos os paleoecologistas que trabalham sobre a África terem começado a ter em linha de conta as acções do frio em certos períodos do Quaternário na África Austral, estando ainda muito incerto o limite máximo da sua extensão geográfica.

Todavia, não é muito provável que nesta região se venham a registar grandes surpresas relativamente àquilo que até agora se tem suposto ser a evolução do seu quadro paleoclimático durante o Antropozóico.

Considerações finais

O nosso plano de trabalho, para a exploração arqueológica da área que iria ser inundada pela albufeira de Cahora Bassa, alicerçou-se nos dados existentes sobre a região, nomeadamente aqueles que se devem ao grande pioneiro dos estudos sistemáticos da pré-história do vale do Zambeze em Moçambique, Prof. J. Santos Júnior, que no final da década de 30, dispondo de meios muito escassos, conseguiu, através de um notável esforço, recolher materiais e outros elementos que lhe permitiriam dar uma panorâmica dos complexos culturais e elaborar a primeira carta arqueológica da região.

Também nós, como algumas vezes aquele ilustre investigador pôs em destaque nos seus relatórios, lutámos contra a falta de tempo e deparámos com uma situação, já não a mesma, mas cheia de condicionismos que nos impediram de circular livremente, obrigando-nos a circunscrever a nossa acção a áreas muito limitadas.

Todavia, a circunstância de o Prof. Santos Júnior ter muito gentilmente posto à nossa disposição os materiais que recolheu em Moçambique, permitir-nos-á eventualmente colmatar algumas das lacunas que ficaram em aberto.

De qualquer modo, o vale do Zambeze, em Moçambique, oferece, de todos os pontos de vista, um vastíssimo campo de trabalho no âmbito da Arqueologia e ciências correlativas e, pese embora o não ter sido possível levar a cabo o estudo pormenorizado da zona da albufeira, nada parece obstar a que o prosseguimento de pesquisas naquela região nos venha a dar o conhecimento global das sucessivas fases da sua ocupação humana. Tarefa aliciante, que certamente não deixará de ser prosseguida, logo que possível, pelos jovens investigadores moçambicanos.

BIBLIOGRAFIA

- CLARK, J. Desmond (1970) — *The Prehistory of Africa*. London, Thames and Hudson.
- COLE, S. (1963) — *The Prehistory of East Africa*. London, Weidenfeld and Nicolson.
- PHILLIPSON, D. W. (1985) — *African Archaeology*. Cambridge, Cambridge University Press.
- RAMOS, M. (1973) — «Nota sobre a 1.^a Campanha de exploração arqueológica da área de Cahora Bassa». *Garcia de Orta*, Lisboa, Sér. Antrop. 1(1-2), pp. 43-46.
- (1973) — «Exploração arqueológica na área de Cahora Bassa. Jornadas Arqueológicas (2.^a — Lisboa, 1973)». *Actas*, vol. 1, pp. 319-326.
- (1973) — «Aditamento à edição portuguesa». In: Clark, J. D., *A Pré-História de África*. Lisboa, Ed. Verbo, pp. 240-244.
- (1979) — *Contribution portugaise à l'étude archéologique de la vallée du Zambèze*. Leba, Lisboa, 2, pp. 45-51.
- REAL, F. (1966) — *Geologia da Bacia do Rio Zambeze (Moçambique)*. Lisboa, Junta de Investigações do Ultramar.
- SANTOS Jr., J. R. dos (1941) — *On the Prehistory of Mozambique*. Moçambique, documentário trimestral, Lourenço Marques, 7 (28), pp. 23-72.
- WILD, H.; FERNANDES, A. (eds.) (1967) — «Vegetation Map of the flora Zambesiaca area». *Flora Zambesiaca*, suppl., Salisbury.
- Direcção dos Serviços de Obras Públicas e Transportes (1960) — *Anuário Hidrológico de Moçambique. 1957-1958*. Lisboa, Ed. Núcleo de Documentação Técnica da Direcção-Geral de Obras Públicas e Comunicações.

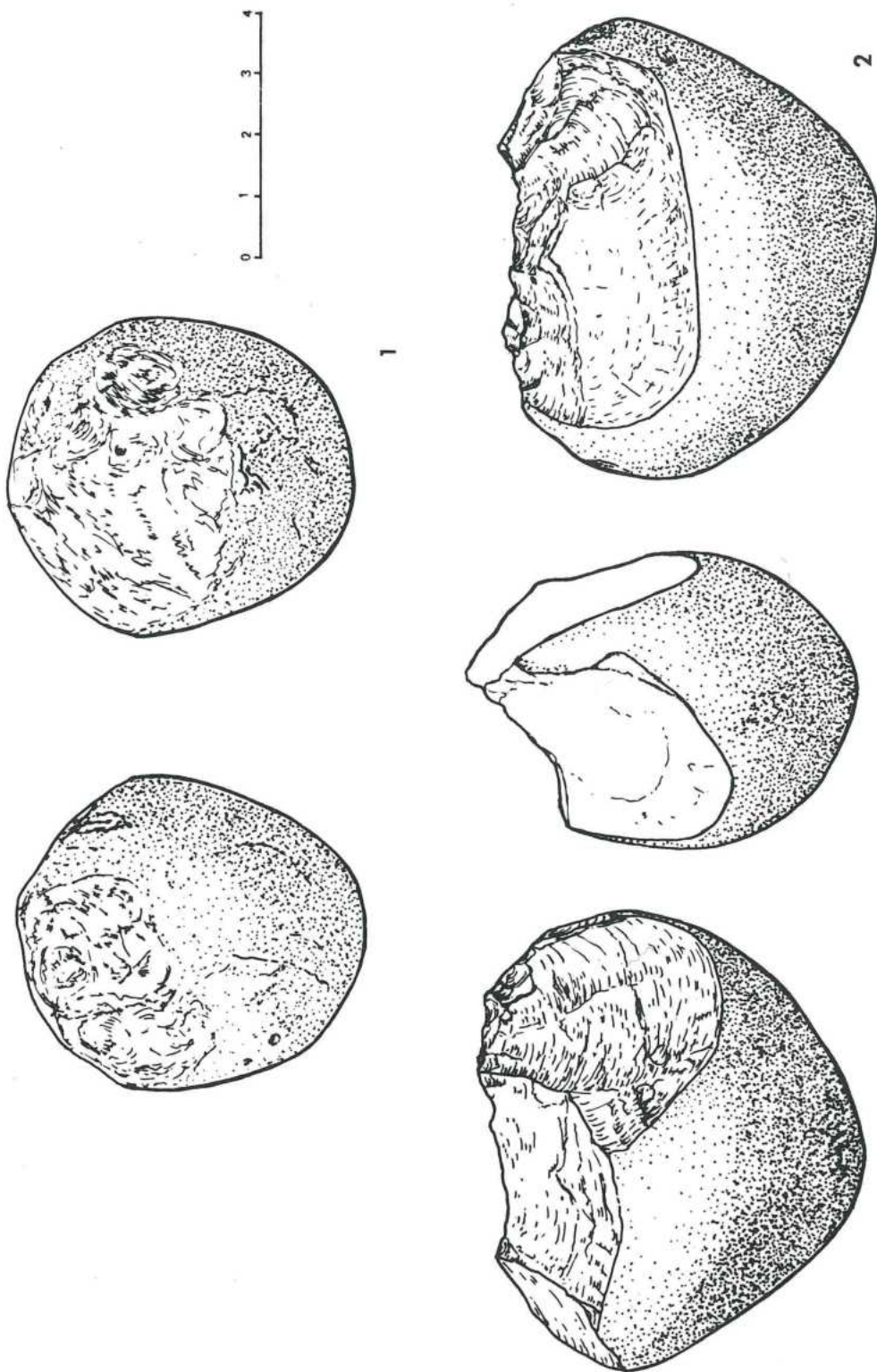


Fig. 2 — 1. Percutor de quartzito; 2. Chopping-tool

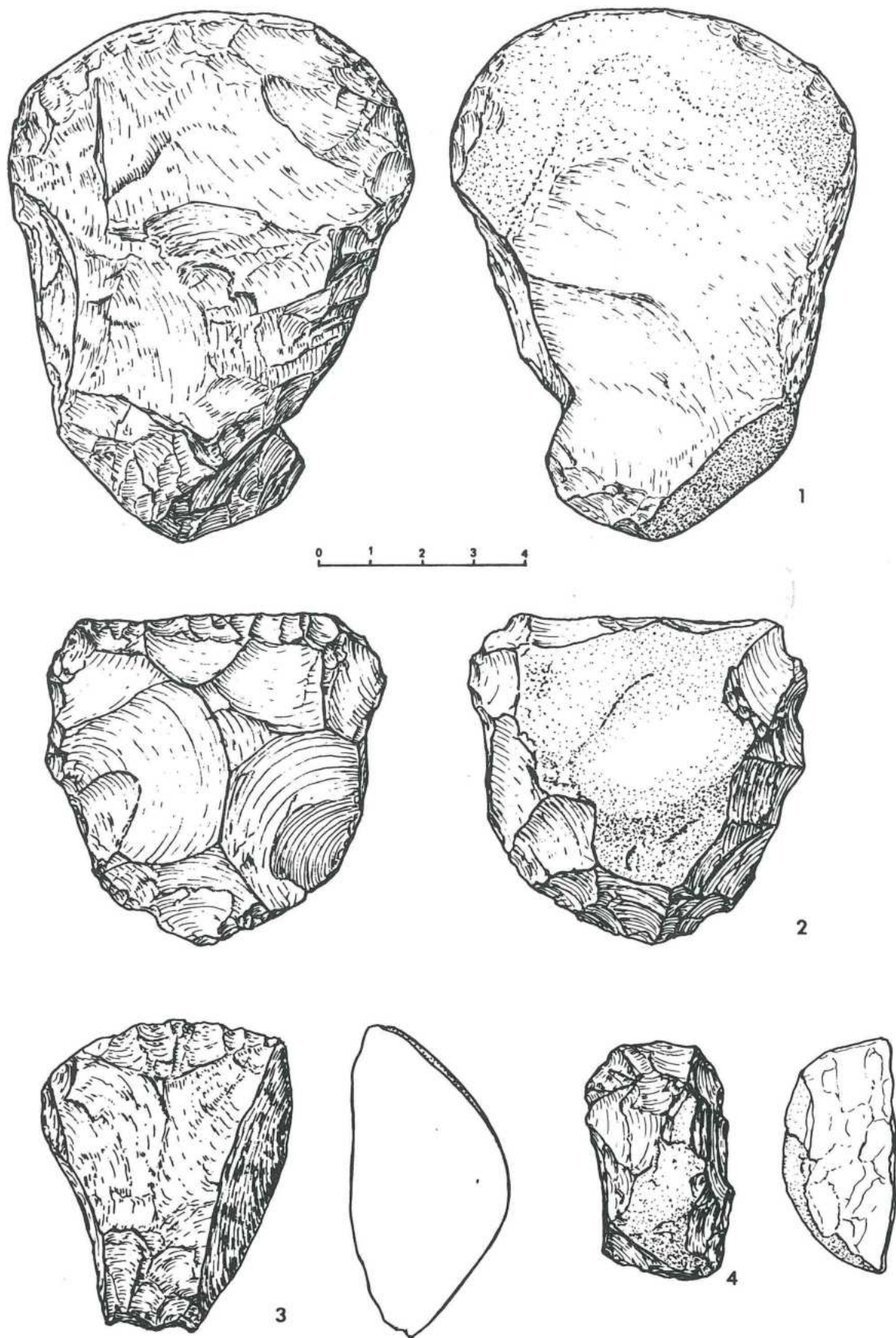


Fig. 3 — 1. Raspador de extremidade convexa grosseiramente polido; 2. Raspador recto nucleiforme; 3. Raspador convexo; 4. Raspador de extremidade dupla

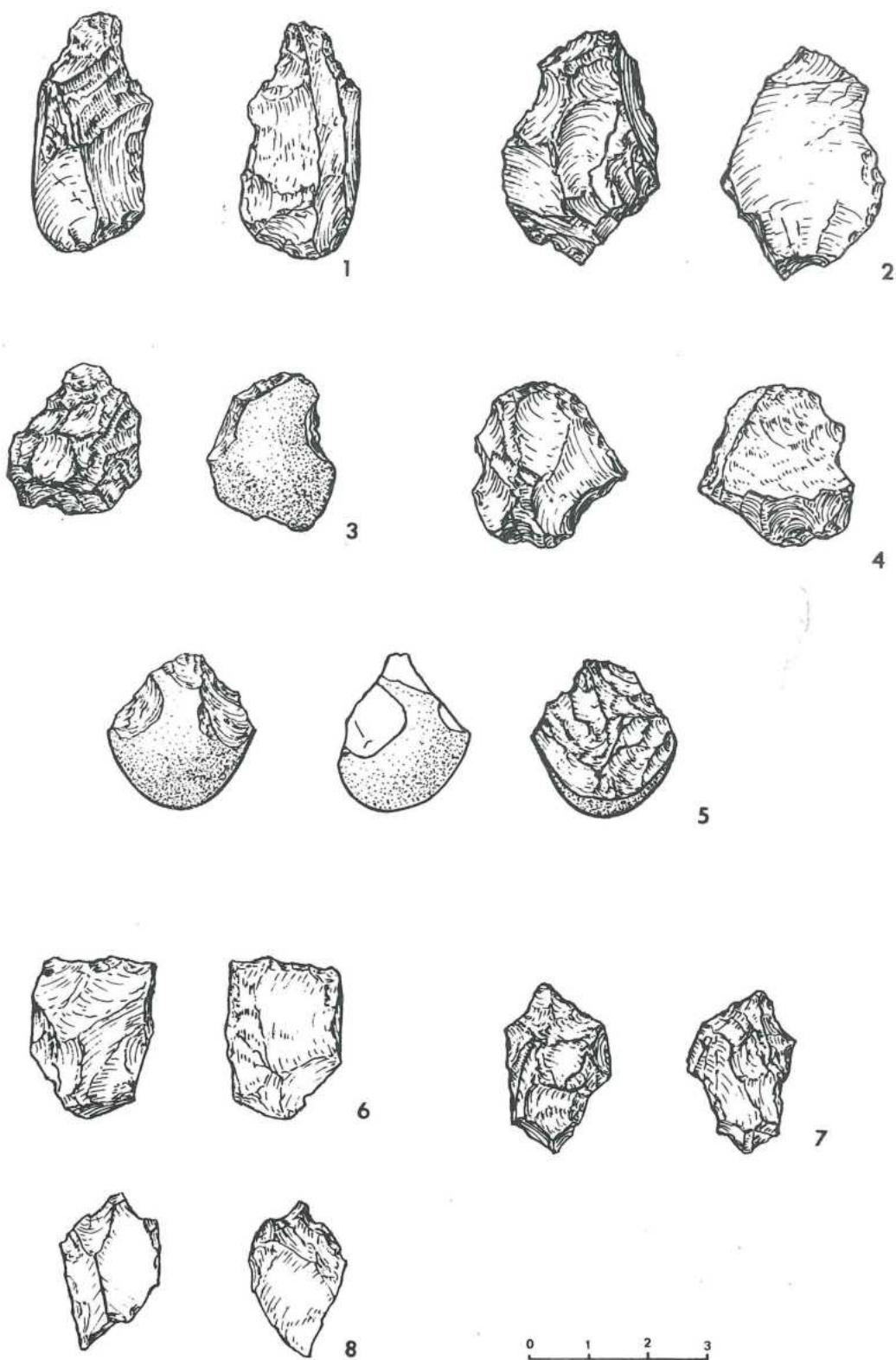


Fig. 4 — 1. Raspador lateral côncavo (encoche?); 2. Raspador lateral côncavo (encoche?); 3. Raspador convergente; 4. Entalhe múltiplo (encoches); 5. Buril; 6. Ponta de gume transversal; 7. Furador; 8. Furador

Desenho tipológico elaborado por M. Conceição Rodrigues



PRÉ-HISTÓRIA DO ZAMBEZE (MOÇAMBIQUE)

Do descobrimento às técnicas de registo

NUNO CARVALHO SANTOS

«Quando ou por quem estes edifícios foram feitos, como a gente da terra não tem letras não há entre eles memória disso.»
JOÃO DE BARROS, *Décadas*, I

1. A informação de que dispomos sobre a pré-história da parte moçambicana da bacia do Zambeze é relativamente vasta em termos dos conhecimentos gerais sobre a pré-história da África austral. Foi registada ao longo de séculos: numa primeira fase, pré-arqueológica, pelos que exploraram aquelas paragens, assinalando a existência de estruturas, geralmente de tipo monumental, que não mantinham uma relação directa com as comunidades então ali existentes (1); numa segunda fase, que tem como marco inicial o plano de estudos de Mendes Corrêa (2), por investigadores envolvidos em programas de aquisição de dados e já conscientes da existência de um passado milénar, que não se confundia com a memória dos povos.

No que respeita à primeira fase, ao descobrimento de indícios da existência de um passado remoto para comunidades humanas, o exemplo do Zambeze é paradigmático para a ilustração da importância epistemológica dos primeiros registos portugueses.

É corrente admitir que se pode definir uma «fase dos antiquários» (3) nos primórdios de uma disciplina arqueológica; uma fase de formação que se sustenta na busca de raízes distantes como contraponto a um passado próximo. No contexto europeu, é compreensível que essa revisão do passado tenha encontrado um alicerce no humanismo e no racionalismo que se afirmavam. Não existia, porém, ao tempo das primeiras notícias portuguesas sobre o Zambeze, e não existiria até muito mais tarde, um paradigma de que resultasse a existência de uma (pré-)história universal, ainda que um conjunto de mitos o pudesse sugerir vagamente (4).

O interesse por um passado não-europeu, por um passado desligado de supostas raízes nacionais, de um passado que excedia a própria memória das comunidades da África austral, só pode explicar-se pela mesma atitude experiencialista que informa os descobrimentos portugueses em geral, uma vez que não existia qualquer enquadramento teórico para os indícios da ocorrência de transformações nessas regiões. Diversas atitudes reveladas por essas notícias seriam incompreensíveis no contexto de um sistema teórico fechado: a primeira é a capacidade de admitir a ancestralidade de estruturas, quando vestígios semelhantes na Europa estavam ainda envolvidos numa amálgama temporal; a segunda é o reconhecimento de um passado distante, e mesmo notável nas suas manifestações materiais, a povos não-europeus, para além da sua própria memória.

É ponto assente que os descobrimentos portugueses promoveram um experiencialismo que permitiu uma notável capacidade de reconhecimento do Outro enquanto entidade autónoma (5), e, no limite, a própria incapacidade de definição da diferença (6).

Que esse reconhecimento se estabelecesse não só a nível da representação espacial do presente, mas também de uma história para que não existiam referências, que o texto se tenha constituído mais importante que o leitor, parece ser um aspecto notável e específico dos primórdios do campo arqueológico. É certo que esse vácuo de paradigma se estabelece conflituosamente e que são visíveis, desde cedo, as tentativas de enquadramento sob a forma de um discurso de difusão (7). Não obstante, parece certo que a valoração negativa da diferença é muito mais precoce naqueles espaços europeus onde o racionalismo impôs um paradigma que implicou a rejeição do que se definiu como natural (8).

(1) Para a história das referências portuguesas a estações vejam-se Mendes Corrêa (1936), «Prehistória de Moçambique — Um plano de estudos», *Anais da Faculdade de Ciências do Porto*, 20 (3), pp. 155-184; e Manuel Simões Alberto (1951), «A Pré-história em Moçambique», *Boletim da Sociedade de Estudos da Colónia de Moçambique*, 68, pp. 115-162.

(2) A. A. Mendes Corrêa (1936), *op. cit.*

(3) D. Clarke (1968), *Analytical Archaeology*, Methuen.

(4) Na tradição clássica encontravam-se, de Hesíodo a Lucrécio, enquadramentos do devir de comunidades humanas. Deles não resultava, porém, a previsão de culturas materiais específicas, nem a noção de uma espécie sujeita a constrangimentos evolutivos. Nesse sentido, as manifestações concretas de outros passados são, com algumas excepções notáveis, um não-problema. É certo que existiam para o Zambeze registos não-portugueses, mas estes não entroncam na formação do experiencialismo, nem directamente, na formação de um campo científico europeu.

(5) V. de Magalhães Godinho (1989), «Prefácio», in J. R. Pinto, *A Viagem — Memória e Espaço*, Cadernos da Revista de História Económica e Social, 11-12.

(6) A «promiscuidade do Eu e do Outro», no dizer de A. J. Saraiva (1981), *A Cultura em Portugal*, livro 1, p. 103.

(7) As referências bíblicas ou clássicas servem de primeiro elemento segregador de alteridade. Luís de Albuquerque (1987), «Sobre o empirismo científico em Portugal no século XVI», in *As Navegações e a Sua projecção na Ciência e na Cultura*, Gradiva, pp. 149-162, assinala um esforço similar de enquadramento no pensamento humanista, a par da abertura à realidade.

(8) M. Foucault (1972), *Histoire de la folie à l'âge classique*, Gallimard, determina essa precocidade na definição do espaço da alteridade enquanto espaço de

Caberá aos pré-historiadores, que se ocupam da gestão da disciplina e das sinuosidades epistemológicas que se constituem referências dos que a cultivam, encontrar as razões que sustentam a complexidade deste descobrimento do passado, envolvendo não só a identificação de outros povos, mas sobretudo a especificidade no modo de enfrentar um passado-Outro antes que se instalem as teorias da evolução.

O descobrimento da pré-história no Zambeze, antes que assim fosse nomeada, exige ainda um trabalho crítico que explique a ambiguidade que se estabelece no ponto de confluência da memória dos povos, das narrativas de exploração, do experiencialismo que forja a base empírica para uma ruptura epistemológica e do racionalismo que se estabelece como quadro explicativo; que determine se essa ambiguidade produziu efeitos no significativo atraso que marca o desenvolvimento de investigação científica naquelas regiões.

Entre a primeira e a segunda fases existe, de facto, uma quebra evidente. Mendes Corrêa assinalou-a de forma explícita: é o atraso na expansão do cientismo quando o objecto de estudo são os espaços africanos (9). Tendo em conta o esforço desenvolvido em Portugal por um conjunto de investigadores que absorveu o positivismo europeu, o carácter esporádico da investigação sobre África só pode ser explicado pelas dificuldades de implantação das mais recentes teorias no meio intelectual.

Viria a caber ao Estado, e não à iniciativa de investigadores particulares, o fomento da investigação. Essa segunda fase, para lá dos planos e de recolhas ocasionais, nasceu, na prática, dos trabalhos da Missão Antropológica dirigida pelo Prof. Santos Júnior. A essa Missão ficou a dever-se a identificação de diversas estações e áreas de concentração de materiais, bem como novos dados sobre a integração cultural de estações já conhecidas. A realização desses trabalhos de campo prolongados, que não incidiram apenas sobre a arqueologia, é a base de todo o trabalho posterior, por maiores que tenham sido as transformações metodológicas e teóricas. É bem revelador quanto à importância desse trabalho o facto de a «Carta da Pré-história de Moçambique» (10), elaborada por aquele investigador, ser ainda um elemento indispensável passadas várias décadas.

O desenvolvimento posterior dos estudos sofreu algumas soluções de continuidade. Novos dados surgiram, no entanto, e alargou-se a recolha de informação de acordo com uma perspectiva contextual (11).

Factores estranhos à arqueologia vieram, no entanto, dificultar o reatamento dos trabalhos de campo, ganhando prioridade outras

áreas de Moçambique (12). O problema que se coloca, uma vez alienado esse segmento fulcral da investigação arqueológica, é o de saber se é viável, nas condições presentes, alargar a análise arqueológica recorrendo exclusivamente aos dados existentes. Ou seja, se as novas formas de registo desenvolvidas no campo arqueológico permitem mais do que a simples reconversão dos dados e a abertura a análises qualitativamente diferentes.

2. As estações pré-históricas conhecidas na bacia do Zambeze são de tipos muito diversos e cobrem um amplo espectro cultural. Deixando de lado as manifestações da actividade humana reveladas por pinturas e gravuras rupestres, e considerando apenas dados sobre a fixação de comunidades, a informação provém essencialmente de áreas de concentração de materiais líticos e de recintos muralhados.

Bastará considerar a extensão dessa bacia hidrográfica para se poder supor, legitimamente, que existem ainda grandes vazios de conhecimento, a despeito do trabalho já realizado. As estações cartografadas são indicadores de um povoamento que se estende por milénios, e, se fossem tomadas como sinónimo de povoamento real, indicariam uma densidade de povoamento incompatível com a complexidade das estratégias do povoamento humano. Deve-se, assim, tomar esses dados como amostra de populações ainda dificilmente definíveis. Ou seja, possuímos um número restrito de indicadores de povoamento, que deveremos considerar cautelosamente se pretendermos extrapolar a partir deles.

Nesta situação, o caminho ideal para o desenvolvimento da análise do povoamento consistiria na realização de novas prospecções e escavações arqueológicas, de modo a testar hipóteses através da aquisição de evidência positiva e negativa. Mas, uma vez que essas actividades encontram limitações momentâneas, poder-se-á ainda tomar como área de estudo o povoamento pré-histórico?

A resposta pode ser afirmativa, se definirmos correctamente os limites da análise, em termos de escala e de conteúdo; se utilizarmos as técnicas que melhor se adequam ao nível de análise possível e não seleccionarmos esse nível sem atender à operacionalidade das técnicas.

Tendo em conta os condicionalismos existentes, julgou-se que um dos caminhos para o desenvolvimento da análise do povoamento poderia ser a criação de ficheiros de estações, por um lado, e sub-regionais, por outro, que integrassem informação ambiental, de modo a determinar, numa segunda fase, regularidades na fixação de comunidades de diferentes períodos (13).

segregação no próprio interior da sociedade europeia, particularmente do Norte da Europa. Cedo essa valoração abarcará o passado em geral, quando a teleologia se implanta no cerne da definição de uma história universal. O que se deve assinalar é que essa exclusão remete mais para o cientismo, nas versões positivistas e evolucionistas, do que para o momento primordial do descobrimento.

(9) Esse atraso é notável sobretudo quando se considera o desenvolvimento da investigação arqueológica em Portugal no final do século XIX, revelado através de um grande número de trabalhos de campo, e mesmo de textos teóricos importantes, como as obras de Oliveira Martins na Biblioteca das Ciências Sociais.

(10) Santos Júnior (1950), «Carta da Pré-história de Moçambique», *Actas do XII Congresso Luso-Espanhol para o Progresso das Ciências*, Lisboa, pp. 647-656.

(11) M. F. Ramos (1979), «Contribution portugaise à l'étude archéologique de la Vallée du Zambeze», *Leba*, 2, pp. 45-52.

(12) Trabalhos de síntese recentes revelam a escassez de novos dados sobre a parte moçambicana da bacia do Zambeze: P. Sinclair (1987), *Space, Time and Social Formation*, Uppsala. A mesma situação é apresentada em J. Morais (1988), *The Early Farming Communities of Southern Mozambique*, E. Mondlane University, Central Board of Antiquities.

(13) P. Sinclair (1987), *op. cit.*, apresentou resultados da aplicação de técnicas de análise espacial a um número elevado de estações, incluindo as conhecidas na parte moçambicana da bacia do Zambeze. A perspectiva que se propõe no presente trabalho distingue-se, porém, pela valorização das técnicas de registo para a abertura da análise a novas áreas, sugerindo a necessidade de evitar uma utilização das técnicas como forma de sustentação de proposições teóricas. (Veja-se Martin Hall, *recensão, Antiquity*, 62 (234), p. 184.)

A nível de estações adoptou-se a metodologia proposta pela escola páleo-económica para a definição de territórios, com o objectivo primordial de uniformizar o âmbito espacial da recolha (14). O objectivo imediato consiste na elaboração de um conjunto de ficheiros que possa ser utilizado na análise.

Um primeiro problema que se coloca, naturalmente, é o da selecção da informação relevante, de modo a evitar uma acumulação excessiva que viria apenas dificultar o seu manuseamento. A inexistência de reconstruções páleo-ambientais de resolução adequada sugerem a necessidade de seleccionar, de preferência, as variáveis mais estáveis (geologia, topografia), e de considerar, ainda assim, apenas classes gerais.

Os dados relativos a solos e a utilização do solo devem ser, de momento, considerados cautelosamente, e apenas para a pré-história recente, até que existam estudos nesses campos especificamente orientados para a investigação arqueológica.

As fontes de que se vem extraindo informação pertinente são as cartas já elaboradas para a bacia do Zambeze. Para a topografia pode utilizar-se o levantamento aerofotogramétrico à escala 1:50 000, publicado pela Missão de Fomento e Povoamento do Zambeze, ou a carta de Moçambique à escala 1:250 000, publicada pelo Serviço Cartográfico do Exército. Nessas mesmas cartas se pode obter uma informação mínima, certamente bastante desactualizada, quanto aos grandes tipos de utilização do solo. No que respeita à informação geológica, possui uma resolução pouco adequada, uma vez que é de 1:2 000 000 a escala da *Carta Geológica de Moçambique* publicada pela Direcção Provincial dos Serviços de Geologia e Minas (15), mas é, ainda assim, bastante útil como base de trabalho. Um importante complemento sobre distribuição de espécies vegetais são as «Cartas de Vegetação da Área da Flora Zambesiaca» (16).

Um segundo problema é o da selecção dos meios que podem ser utilizados para registar a informação relevante. A experiência demonstra facilmente que o armazenamento, a reformulação e a integração da informação registada sob um formato analógico são operações extremamente morosas e penosas nas fases de análise.

(14) O debate em torno de alguns aspectos da teoria páleo-económica (particularmente a suposição de estratégias de optimização universais), do marginalismo económico que, em parte, a sustenta, e das tentações de extrapolação etológica tem sido tão prolongado e aceso que faz esquecer frequentemente o importante resíduo de técnicas analíticas com que aquele sector da Arqueologia contribuiu para o desenvolvimento da disciplina. Se a delimitação de territórios assentar na evidência de que a distância em relação ao núcleo habitacional condiciona o tipo e intensidade da exploração dos recursos nas áreas circundantes, ela apenas pode ser um elemento de uniformização na recolha de dados. Para comunidades agrícolas considera-se um território com um raio correspondente a uma marcha de uma hora; para comunidades pré-agrícolas, correspondente a uma marcha de duas horas. Deve notar-se que a introdução de correcções nesse território teórico não permite identificar um território real (que só pode ser obtido através de estudos páleo-ambientais e da análise de dados de escavação). Por isso nos referimos a técnicas, uma vez que se tem revelado particularmente complexa a determinação de correlações.

(15) F. Real (1966), *Geologia da Bacia do Rio Zambeze* (Moçambique), Junta das Investigações do Ultramar, Lisboa.

(16) H. Wilde e A. Fernandes (eds.) (1967), «Vegetation Map of the Flora Zambesiaca Area», *Flora Zambesiaca*, suplemento, Salisbury.

Trabalhos já realizados num outro projecto de estudo do povoamento da pré-história recente em áreas seleccionadas da Estremadura portuguesa contribuíram para avaliar os benefícios do registo digital de dados na análise arqueológica (17). No âmbito desse último projecto executou-se a digitalização de cartas geológicas, de solos e de uso do solo, a par da análise de imagens Landsat MSS, para territórios de estações e unidades de prospecção. A facilidade encontrada na conversão de escalas, cálculo de áreas, cálculo de distâncias, criação de novas classes através da sobreposição de outras, selecção e segregação de dados em função de problemas arqueológicos revelou claramente as vantagens desse tipo de registo para o armazenamento, gestão e processamento de dados. Acrescia ainda neste caso a possibilidade de ponderar o efeito de variáveis ambientais nos resultados posteriores.

Para a bacia do Zambeze tem-se seguido, por isso, a mesma opção de registo digital da informação seleccionada, embora com as limitações resultantes da execução de digitalização vectorial e da indisponibilidade de programas especificamente orientados para a gestão de informação geográfica (18).

Ainda que se trate de um trabalho moroso e de um processamento pesado, oferece, desde logo, o benefício de a informação poder ser utilizada e suplementada por outros investigadores que se ocupam da mesma área. Constitui-se, assim, um «ficheiro» aberto, que pode crescer em função da formulação de problemas de investigação particulares. Mas, mais do que isso, trata-se do passo inicial para que hipóteses sobre povoamento possam ser confrontadas com os dados disponíveis.

No que respeita ao Paleolítico, por exemplo, será possível verificar (mas não testar) se a fixação de comunidades corresponde, nos casos conhecidos, à exploração de zonas de transição ambiental, apresentando um espectro de recursos relativamente amplo; ou se, pelo contrário, a mobilidade favoreceu opções sazonais acentuadas. Do mesmo modo, para comunidades agrícolas, será possível verificar se a implantação de povoados sugere uma estratégia de optimização na exploração de solos; ou se, pelo contrário, estão patentes opções diversificadas.

Os exemplos apresentados são demonstrativos do carácter muito geral que a análise tem de assumir, uma vez que não existem meios para provar no campo hipóteses formuladas. Como se afirmou de início, a amostra é ainda demasiado limitada para qualquer período. Em tais condições parece bem mais aconselhável que se realizem trabalhos que venham a permitir maior eficácia na gestão dos dados existentes, do que a formulação de hipóteses desligadas da realidade e que se afirmam apenas pela impossibilidade de serem postas à prova.

(17) Trabalhos realizados no Center of Remote Sensing da Universidade de Boston. N. Carvalho Santos (1988), «Detecção Remota e Prospecção Arqueológica no Concelho de Loures», *Boletim Cultural*, ano 1, n.º 4, Câmara Municipal de Loures; N. Carvalho Santos (no prelo), «Povoamento Calcolítico na Estremadura — Problemas da Análise de Distribuição Espacial», M. Furst (ed.), *Actas das Jornadas Arqueológicas de Torres Vedras*.

(18) Trabalhos do Centro de Pré-história e Arqueologia realizados com o apoio do Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

N. Carvalho Santos (1990), «Detecção remota e processamento digital de dados em Arqueologia (Contribuição para o estudo de regiões tropicais e, em especial, da bacia do Zambeze (Moçambique))», IITC, policopiado.



LIMITAÇÕES DO MÉTODO COMPARATIVO NA INTERPRETAÇÃO DOS TESTEMUNHOS ARQUEOLÓGICOS

EDUARDO CUNHA SERRÃO

Volto a este tema, que já tratei numa comunicação apresentada nas III Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses (1), por três motivos principais, ainda que correndo o risco de se julgar que o método comparativo se tornou para mim uma obsessão. Pois não será tanto assim, mas talvez e principalmente porque continuo a verificar como imprudentemente, e com frequência, inexperientes arqueólogos portugueses continuam a construir teorias sobre a expansão de culturas antigas, cronologias, interpretação funcional, identidade populacional entre produtores de artefactos, etc., baseados apenas no aparecimento, durante as escavações que realizaram, de alguns artefactos *parecidos* com peças características de outros povos e culturas distantes e já correctamente interpretados; e esta é a primeira razão da minha teimosia em voltar ao tema.

O segundo motivo consiste na divulgação de um interessante caso de *convergência* inédito, e que só a enorme distância geográfica entre os dois termos da comparação nos impede de incorrer em perigosas fantasias.

O terceiro está em eu ter tratado de um dos mais curiosos casos de semelhanças (sem outras relações que não sejam, como julgo, simples coincidências de factos), num artigo que publiquei em 1967 numa excelente revista, mas de pouca divulgação no âmbito da investigação arqueológica; refiro-me à *Geographica* (revista da Sociedade de Geografia de Lisboa)(2), e nele estudei cerâmicas de Angola com atributos muito semelhantes aos vasos pré-históricos do território português, caso cuja pertinência é neste volume flagrante, tanto mais que os exemplares angolanos estudados fazem hoje parte do património do Centro de Pré-história e Arqueologia do IICT, ao qual os ofereci em 30 de Maio de 1985 (a pedido da Dr.^a M. Conceição Rodrigues, assistente de Investigação nesse Centro).

1 — Arte rupestre do Ceará (Brasil)

De 1971 a 1978 impôs-se-me ter aplicar o melhor do meu tempo e atenção a um grande problema arqueológico que se me deparou inesperadamente. Três estudantes da Faculdade de Letras de Lisboa e uma jovem arqueóloga espanhola que com eles trabalhava em arqueologia(3) detectaram, em 1971, nos rochedos das margens do Tejo, no troço de Fratel, as primeiras gravuras litostíticas do complexo rupestre do vale do Tejo, que aos poucos se foi revelando o maior conjunto peninsular, dos maiores da Europa, desta categoria de testemunhos arqueológicos(4).

Porque mantinham relações comigo em matéria de arqueologia anteriormente à descoberta, a mim se dirigiram pedindo colaboração e orientação nos trabalhos de estudo do complexo, que ia crescendo à medida que as prospecções no vale do Tejo se iam desenvolvendo.

Cumpridas todas as formalidades legais e obtidos os fundos indispensáveis(5), este primeiro grupo dos cinco iniciou os trabalhos no complexo, cuja extensão se revelou ser de mais de 40 km (com soluções de continuidade), entre os afluentes Sever e Ocresa, com alguns núcleos nas margens destes afluentes e outros no subafluente Pracana.

A quantidade de unidades de gravação foi estimada em mais de 20 000, distribuídas em 16 núcleos; a equipa de salvamento dos dados realizou 1652 moldes em látex, 4000 fotografias, muitas campanhas de topografia e de prospecções arqueológicas na região, salvando-se assim os principais dados deste vultoso conjunto de gravuras, cronologicamente situadas entre os primórdios do nosso Neolítico e a Idade do Bronze, com inevitáveis interrupções de

(3) Francisco de Sande Lemos, Jorge Pinho Monteiro, Maria de los Angeles Querol e Susana Rodrigues Lopes.

(4) Serrão, Eduardo da Cunha e outros (1972), «O complexo de arte rupestre do Vale do Tejo (Vila Velha de Ródão-Nisa)», Notícia preliminar, em *Arqueologia e História*, 9.^a série, vol. IV; Serrão, Eduardo da Cunha (1974), «L'Art rupestre de la Vallée du Tage», em *Les dossiers de l'archéologie* (Merveilleux trésors du Portugal), n.º 4, Mai-Juin 1974, p. 46.

(5) Ministério da Cultura e Fundação Calouste Gulbenkian.

(1) Serrão, Eduardo da Cunha (1978), «Limitações do método comparativo na interpretação funcional dos testemunhos arqueológicos (alguns exemplos)», em *Actas das III Jornadas Arqueológicas da Associação dos Arqueólogos Portugueses*.

(2) Serrão, Eduardo da Cunha e Saldanha, Luís (1967), «Vasos cerâmicos de Angola», em *Geographica*, ano III, n.º 10.

sequência. Hoje, a grande maioria destas gravuras encontra-se submersa em consequência do aumento do volume de águas do Tejo, no troço entre duas barragens que estavam quase concluídas quando da descoberta, barragens de Fratel e de Cedilho (esta na fronteira espanhola).

Acabadas as referidas campanhas, surgiu a tarefa da interpretação, que, do ponto de vista principalmente cronológico, deu origem a várias opiniões coincidentes quanto aos marcos cronológicos principais a que já aludi: a consulta de bibliografia obviamente que foi para os interpretadores uma importante preocupação e o método comparativo foi por todos utilizado amplamente. Ora, como é sabido, este sistema é muito utilizado na interpretação da arte rupestre, pois a maioria dos métodos usados para interpretação de outros tipos de estações arqueológicas é neste caso inoperante, ou pouco esclarecedor. Assim, a semelhança entre formas ou conjuntos com outros que tenham sido competente e equilibradamente interpretados é para tal efeito frutuosa. Conscientes dos perigos que corriam, os interpretadores, que abordaram este caso — primeiro o signatário (4), 1972, depois Emanuel Anati, que estudou o complexo *in loco* (6), Manuela Martins, António Martinho Baptista (7), Jorge Pinho Monteiro, Mário Varela Gomes demonstraram ter consultado muita bibliografia, mas todos se limitaram, como escreve o Doutor V. de Oliveira Jorge (8), a programas de evolução linear, do género de que Anati aduziu para a Arte Galaico-Portuguesa (11), conhecida anteriormente à descoberta do Tejo, e que serviu de apoio à primeira interpretação de 1972. «O grau de certeza quase peremptória com que têm sido apresentadas as respostas a este respeito, em que cada estilo ou grupo de motivos é visto como uma espécie de *tipo fóssil* de uma dada fase cronológico-cultural, pode induzir em erro os menos advertidos, além de correr o risco de fechar a investigação a um constante esforço de auto-revisão e de ampliação de observações [...]»

E noutra passagem (8): «Qualquer que seja a sua evolução interna, e os círculos artísticos que terá influenciado, ou dos quais terá recebido influxos, o complexo de arte tagana apresenta marcada homogeneidade e originalidade, que o tornam, apesar da dificuldade da sua interpretação, um dos mais fascinantes monumentos da nossa arte pré-histórica.»

Quanto à interpretação funcional evoco o que a este respeito mais de uma vez escrevi e que em resumo é: «Desde o VI ao II milénios a.C., populações para as quais o Tejo, no troço situado entre o Ocrea e o Sever, era a sua principal fonte de sobrevivência (água, pesca, transporte e também caça) insculpiam nos bancos grauváquicos das suas margens numerosos símbolos que exprimiam o culto que lhe prestavam. A paisagem agreste, as águas aí irrequietas (rápidos e cachões), o caudal irregular conforme as variações climáticas, eram factores que estimulavam a mentalidade desses homens, sobrecarregada de sobrenatural, a práticas mágico-religiosas *sui generis* que atraíssem em seu proveito os benefícios desse Deus-rio.» (4)

(6) Anati, E. (1975), «Incisioni rupestri nell'alta Valle del fiume Tago, Portugal», *Bol. Camuno di studi preistorici*, vol. XLI, pp. 156-160.

(7) Baptista, António Martinho (1981), *A rocha F-155 e a origem da arte do Tejo*.

(8) Oliveira Jorge, Vítor (1986), «Arte rupestre em Portugal», em *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, vol. 26, fasc. 1-4.

Quase logo no início da fase interpretativa tive contacto com um arqueólogo brasileiro, que me ofereceu algumas publicações, entre as quais uma obra sobre a arte rupestre do Ceará (Brasil) (9), descrevendo o levantamento feito por uma equipa brasileira que nos dá conhecimento de vários grupos de arte rupestre (figs. 1 a 3) que contêm alguns símbolos praticamente iguais aos do Tejo e outras estações europeias (figs. 4 a 7) produzidas ou por abrasão ou por picotagem, principalmente aqueles que representam esquematicamente a figura humana aos quais chamamos *antropomorfos*, *cruciformes*, *ancoriformes*, em *phi* e *ramiformes*.

Embora na obra brasileira figurem alguns outros motivos semelhantes aos do Tejo (círculos concêntricos, espirais, astrais e outros), faltam totalmente os zoomórficos e as complexas composições de motivos geométricos, associados ou não aos zoomórficos e antropomórficos, e até por estes motivos logo se conclui que estamos em presença de ambientes concepacionais e naturais diferentes, mas os que referi como equiparáveis são de uma flagrante semelhança aos representados em obras sobre arte rupestre peninsular, como, por exemplo, na de H. Breuil (10), da qual extraio alguns exemplos, como também as paralelas da arte do Tejo (figs. 4 a 7).

Este facto em nada perturbou a tarefa de que me tinha incumbido em que a primeira periodização tentada se baseou numa obra da autoria de E. Anati (11) que tinha muitas probabilidades de ser frutuosa, afigurando-se-me que o caso do Ceará seria um fascinante tema para um alucinado desmontar que o momento histórico da descoberta do Brasil por Pedro Álvares Cabral podia ser antecipada de mais ou menos 5000 anos. E, como tínhamos utilizado muitos paralelos peninsulares para conclusões sobre interpretação cronológico-cultural, logo reflecti em que alguns de tais paralelos poderiam ser quase tão inoportunos como os do Ceará (se destes nos tivéssemos servido), por não nos advertirem do perigo que corríamos, dado que a distância geográfica e cronológica entre os dois núcleos despertavam confiança no método comparativo utilizado. Mas achei pertinente rever, não exaustivamente, a questão da arte rupestre nas Américas, podendo pelo menos avaliar que perplexidade semelhante à minha terão sentido os arqueólogos que encontraram, na Patagónia, como veremos, arte rupestre à moda da do Paleolítico Superior europeu.

É agora o momento de apresentar a minha opinião sobre o problema que levantei comparando exemplares da arte rupestre sul-americana com os do Neolítico da Europa. O que se segue não chega a ser uma interpretação mas apenas a abertura a raciocínios que a facilitem.

Não obstante as tentativas que se têm feito no sentido de recuar de alguns milénios a cronologia da penetração dos primeiros homens no continente americano (Luís Leakey admitiu que tal se passou entre há 100 000 e 80 000 anos), não surgiram ainda provas nesse sentido, mantendo-se o conceito de que há cerca de 40 000 anos populações da Ásia Oriental se instalaram na América do

(9) Pernes, Milton e Mendonça de Sousa, Alfredo (1971), *Relatório das pesquisas arqueológicas no Ceará*, Centro de Informação Arqueológica.

(10) L'Abbé Henri Breuil (1933), *Les peintures rupestres schématiques de la Péninsule Iberique*.

(11) Anati, Emanuel (1967), «L'Art rupestre Galiego-portuguese; evoluzione e cronologie», em *Arquivo de Beja*, vol. XXIII-XXIV, pp. 51-122.

Norte, atravessando o estreito de Bering. Por sua vez, a América do Sul só o conheceria apenas em 12 000 a. C. Os dados em que assentam estes conceitos baseiam-se principalmente no estudo de indústrias líticas que neste momento não abordamos⁽¹²⁾.

E que dados temos nós sobre arte rupestre nas três Américas? Temos alguns, acreditando nas investigações publicadas pelos respectivos arqueólogos.

Assim, conhecem-se pinturas rupestres representando mãos e pés a cor semelhantes ao que acontece nas grutas europeias do Paleolítico Superior, pinturas essas encontradas no Texas, Bolívia, El Salvador, Guatemala e Patagónia, e seria este o período arcaico da arte rupestre americana; o segundo período mostra-nos representações figurativas e cenas de caça com características diferentes das grutas europeias do Magdalenense; depois, a arte rupestre do Novo Mundo assume feição esquemática acentuada, que evolui até à quase exclusiva representação de figuras geométricas⁽¹²⁾⁽¹³⁾, característica esta de muitas das gravuras do Ceará.

Os autores das investigações sobre a arte rupestre do Ceará não nos apresentam considerações cronológicas culturais, pois o trabalho é como que um caderno de campo dos levantamentos que realizaram. Mas, talvez com certa ligeireza, diria que não me repugna admitir que tais gravuras se possam incluir num dos períodos pós-arcaicos e fossem trazidas por migrações (admitidas) de caçadores siberianos num estágio mesolítico.

Mas a quem como eu está desprovido de quaisquer argumentos científicos próprios e firmes nesta matéria, não é honesto apresentar opções sem ter procedido a uma análise profunda do fenómeno, como seria: o conhecimento directo do maior número possível de gravuras e pinturas rupestres do continente americano; o melhor da bibliografia respectiva; as opiniões dos especialistas sobre o mecanismo das propagações que teriam produzido na América o período rupestre arcaico e seguintes; os marcos na Europa e na Ásia das vias que as populações na posse de tais manifestações artísticas teriam seguido para chegar tão longe; o mesmo relativamente a outros comportamentos culturais associados, que tivessem perdurado tanto quanto os seus padrões artísticos.

Seria uma tarefa à qual me teria de dedicar inteiramente, incompatível com o meu tempo disponível, mesmo que lhe dedicasse todo o curto resto da minha vida. Além disso, a tarefa mais respeita aos investigadores brasileiros (que aliás já devem ter interpretado a arte rupestre do Ceará).

Em oposição ao parecer que esbocei sobre o fenómeno (*propagação*), há a explicação *convergência*, favorecendo-a a noção intuitiva de que a esquematização da figura humana em quaisquer gravuras, pinturas e até simples desenhos, não carece de requintes especiais, vinculados a um só povo como se fosse o seu brasão; uma linha vertical define os lugares da cabeça (nem sempre marcada por um pequeno círculo), do tronco, e também do sexo masculino; para representação dos braços e das pernas, bastam dois semicírculos, ou segmentos de recta, cortando a linha recta vertical nos lugares próprios; e assim teremos um esquema fácil de conseguir evocar a figura humana, semelhantemente ao que fazem as actuais crianças quando pretendem representar um homem.

(12) Ferrera, Osvaldo, *Longínqua e misteriosa Pré-história*, vol. III, cap. III, «A América antes da História», p. 53.

(13) Costa, Angyone (1959), *Introdução à arqueologia Brasileira*, p. 155.

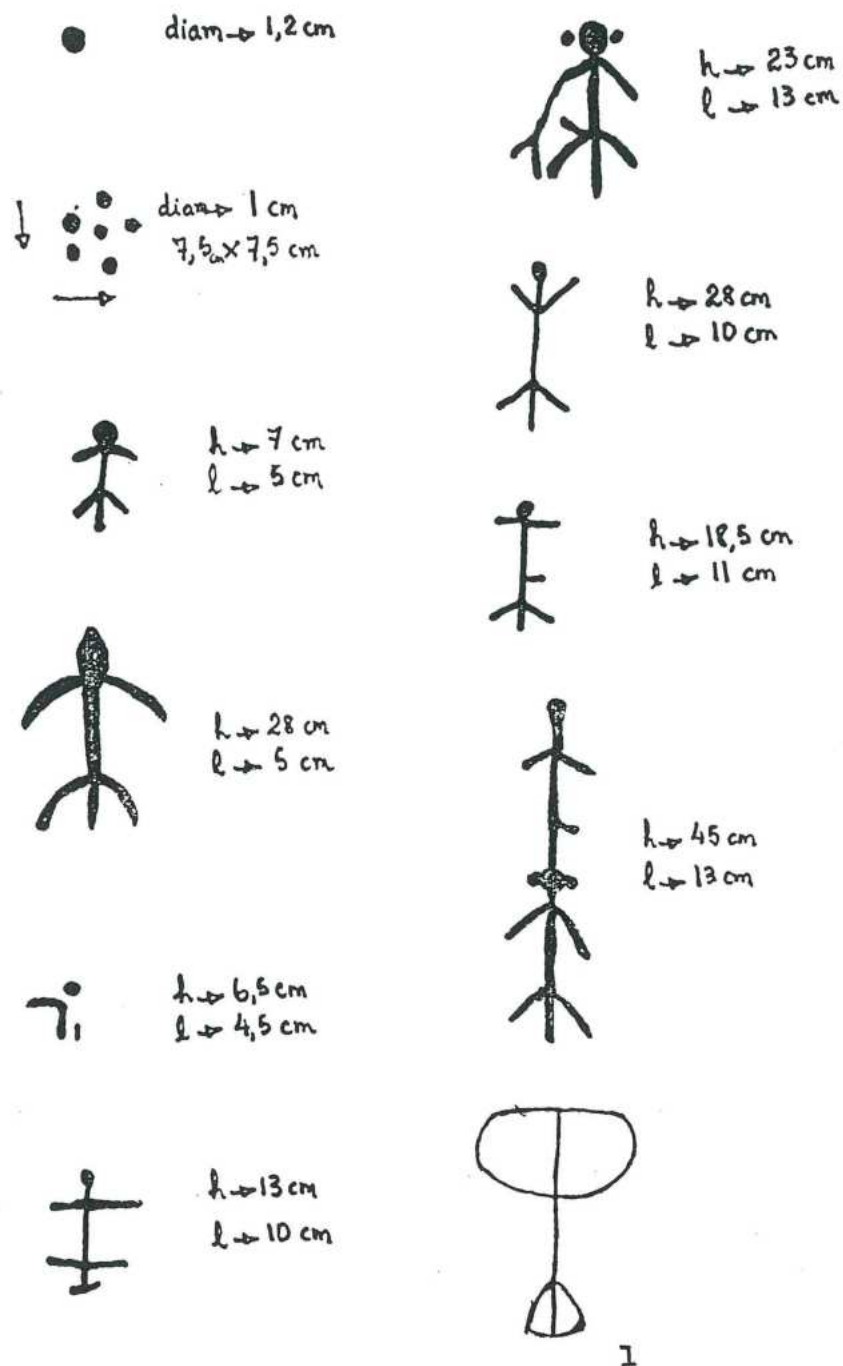


Fig. 1 — Gravuras rupestres do Ceará (Brasil)

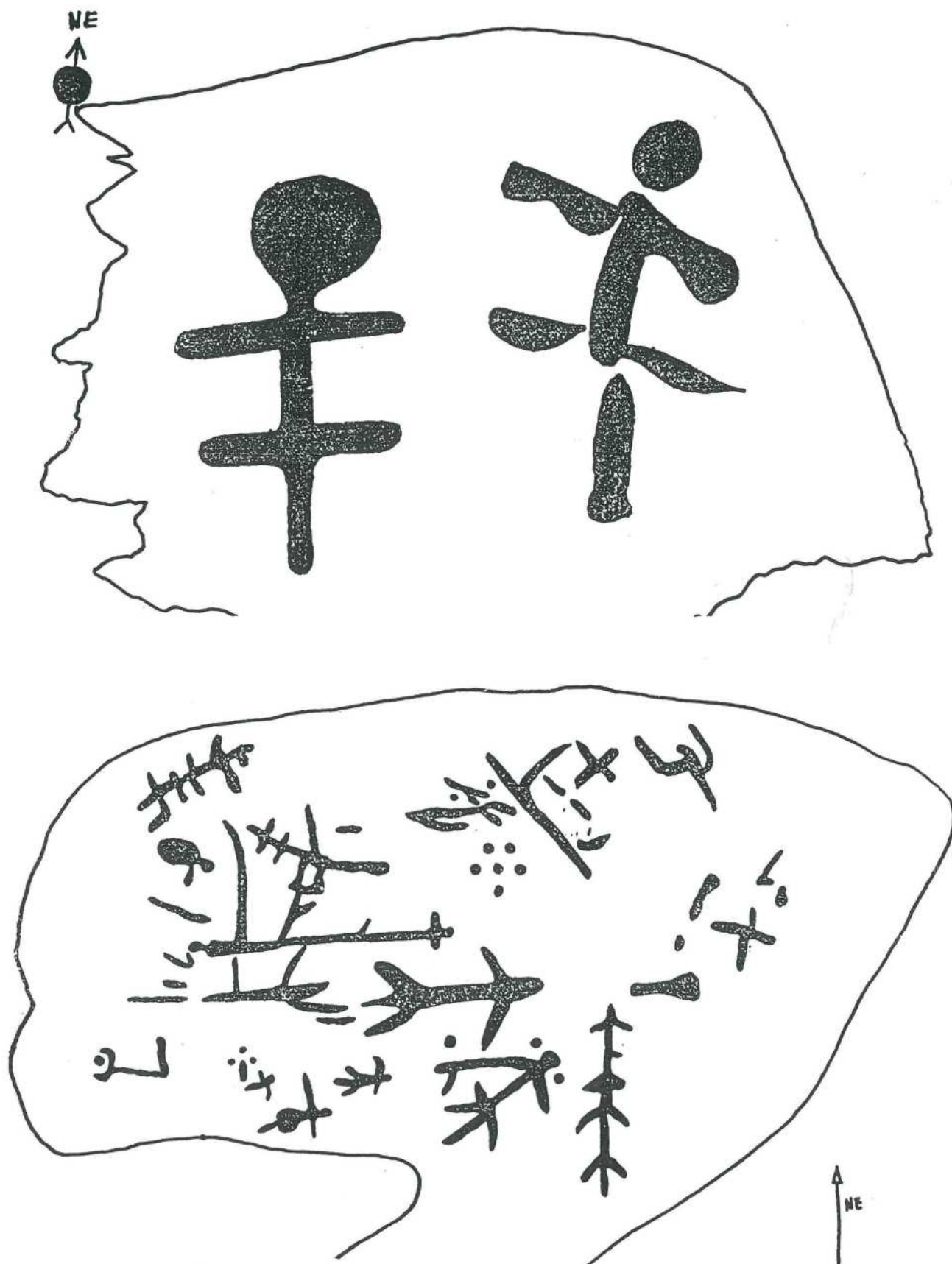


Fig. 2 — Casa da Pedra — Ceará (Brasil)

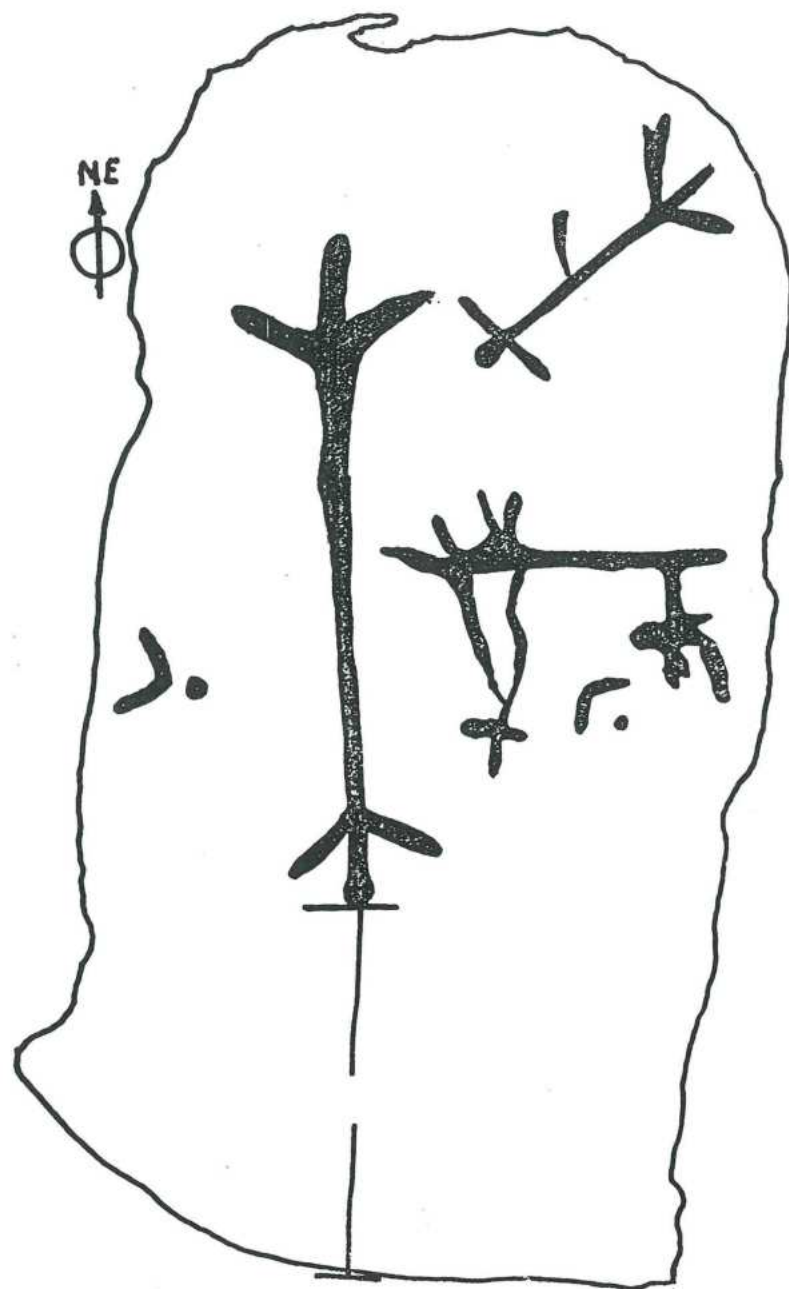


Fig. 3 — Casa da Pedra — Ceará (Brasil)

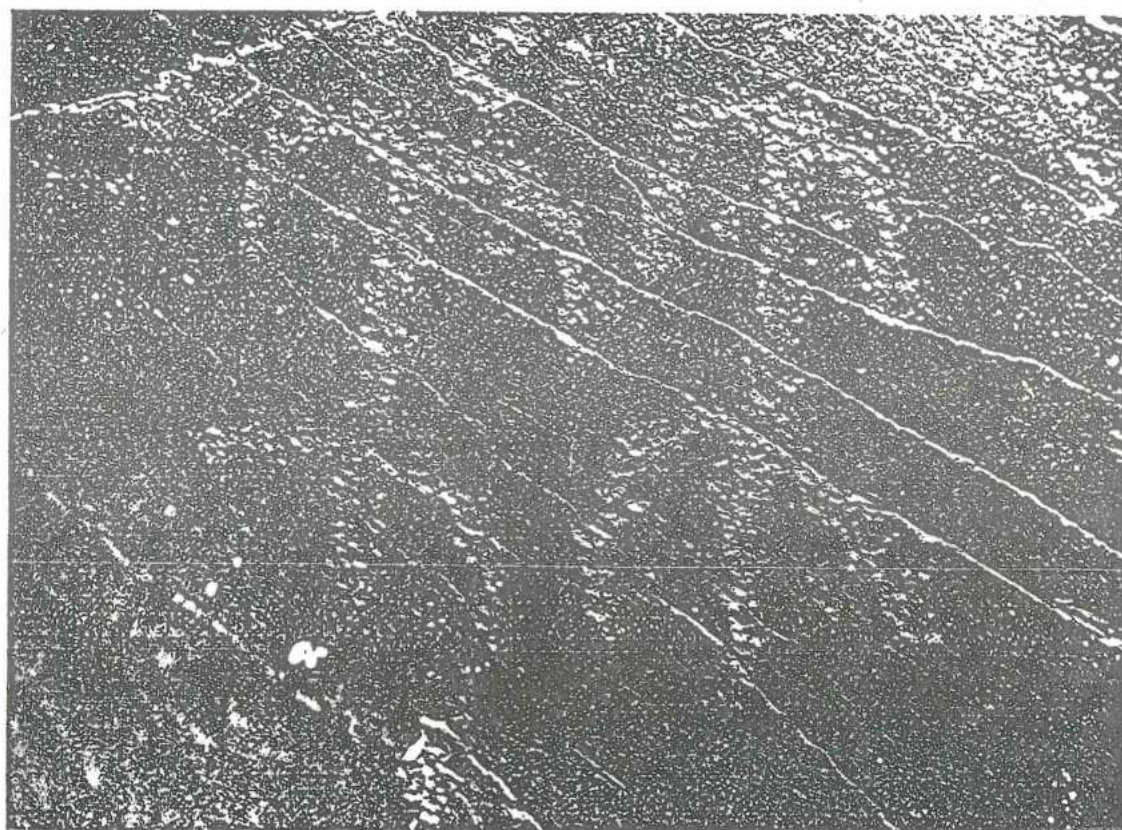
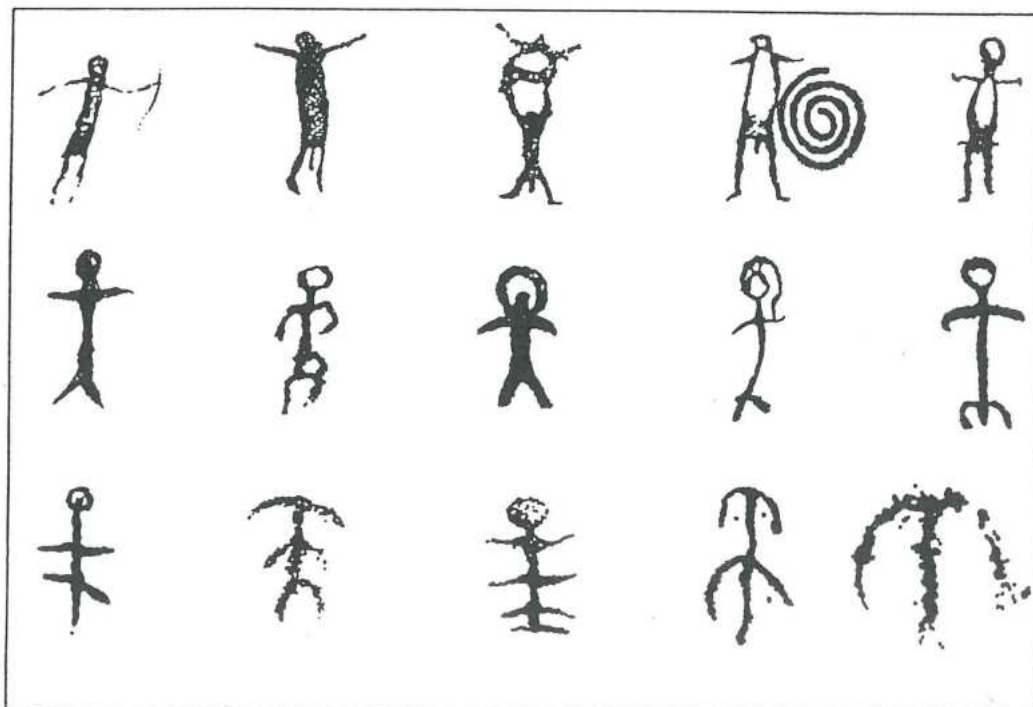


Fig. 4 — Vários tipos de gravuras rupestres antropomórficas do vale do Tejo (Portugal)

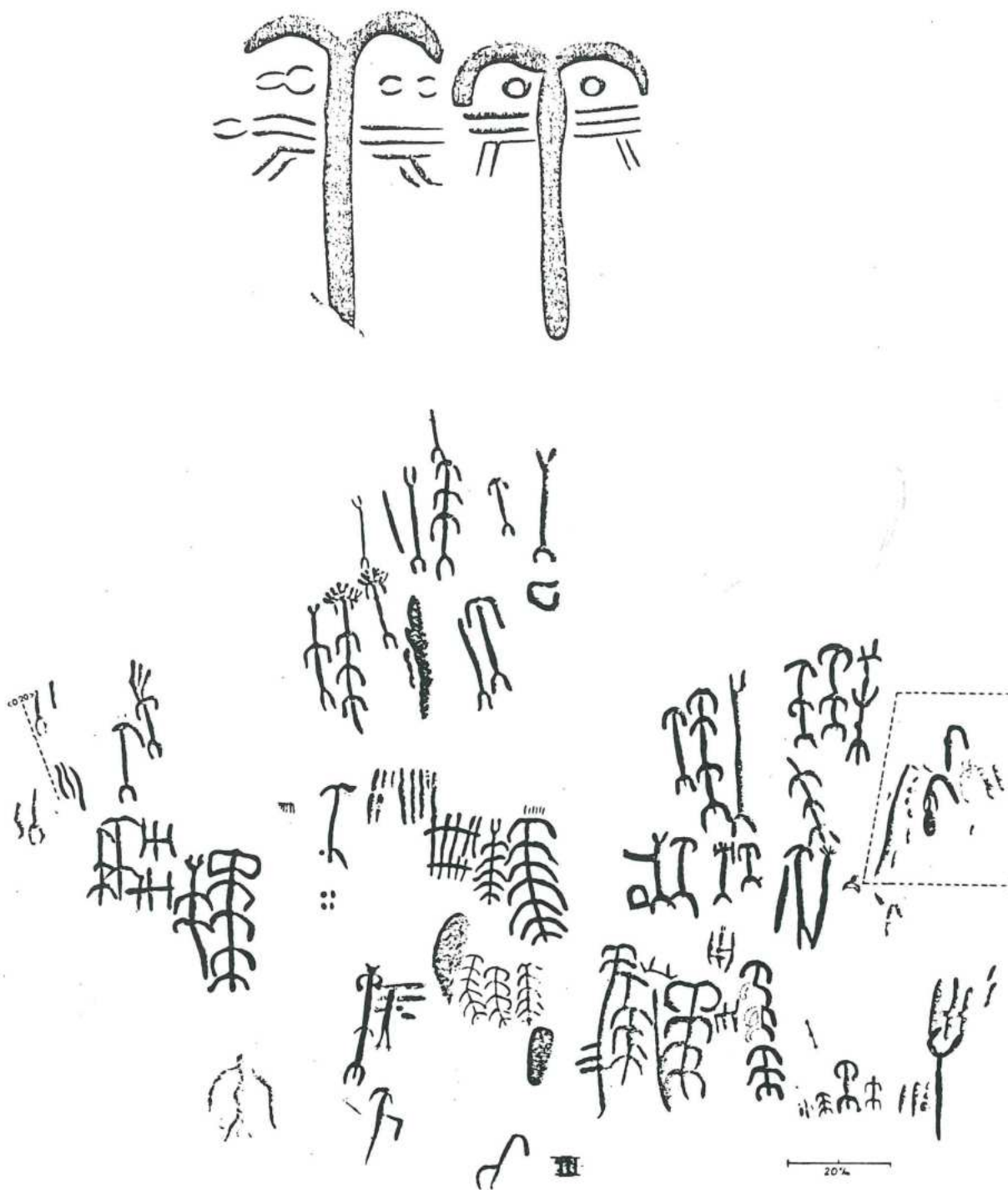


Fig. 5 — Gravuras antropomórficas — Almadén em cima e do Guadiana em baixo (Espanha)

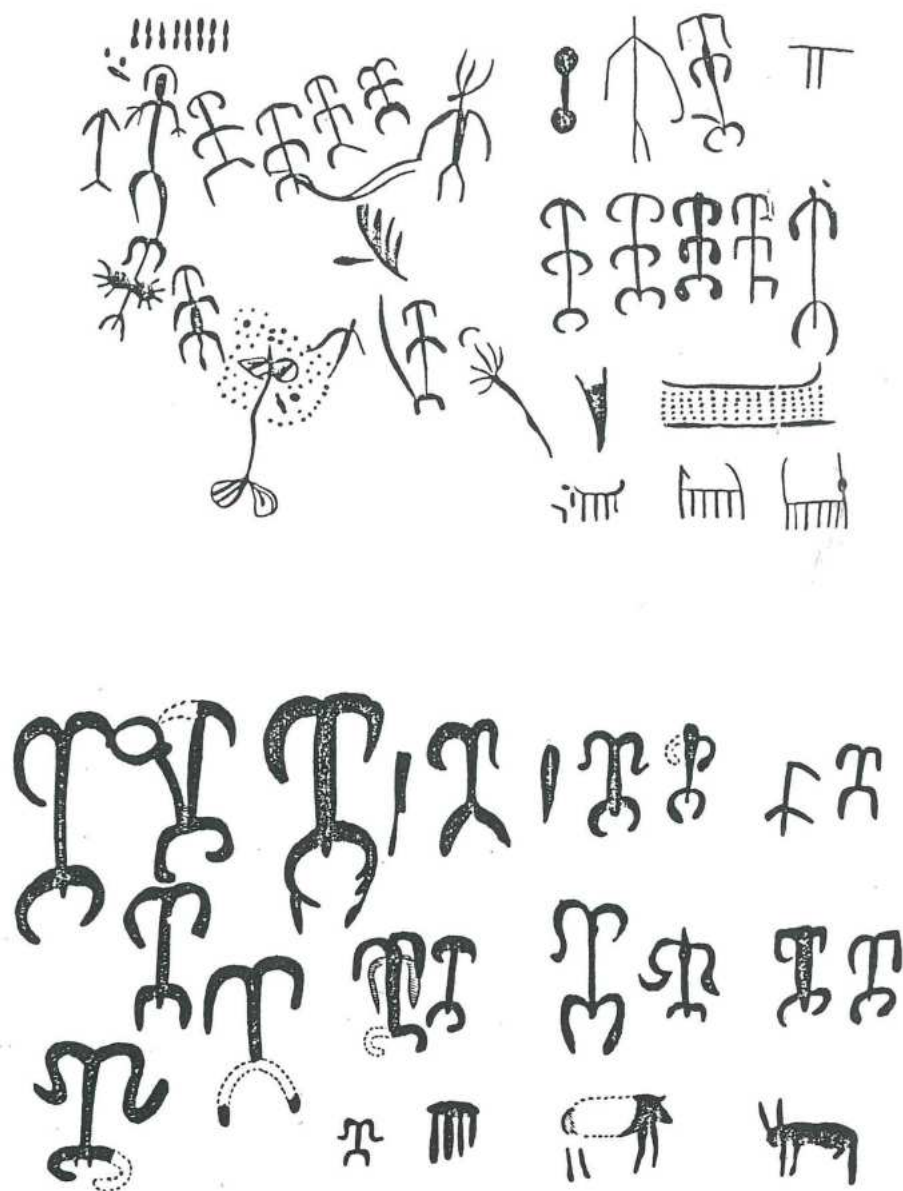


Fig. 6 — Gravuras antropomórficas — Sierra de Don Tellego em cima e em La Batanera em baixo (Espanha)

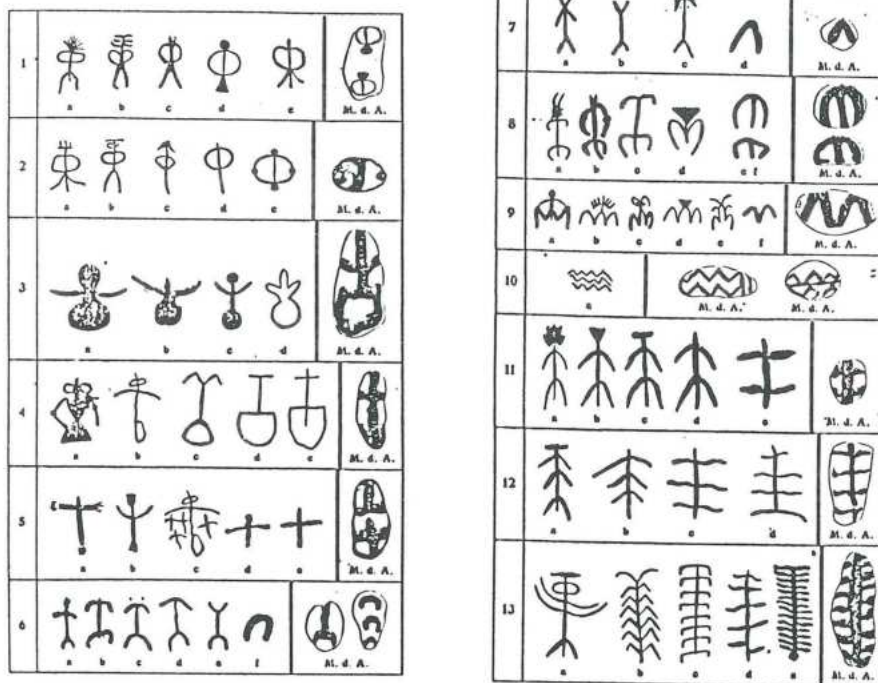


Fig. 7 — Comparação feita por Obermaier entre as pinturas sobre seixos de «Mas d'Azil» e as pinturas rupestres neoneolíticas»

2 — Vasos cerâmicos de Lucenga, Ambrizete e Gabela (Angola)

Como aconteceu no caso anterior, neste também estão em causa testemunhos arqueológicos pré-históricos europeus e outros de regiões muito afastadas, estando desta vez em causa Angola.

Nos primórdios desta questão está o conhecimento que tomei, há mais ou menos trinta anos, de uma comunicação dos arqueólogos M. Vaultier e O. da Veiga Ferreira intitulada «Vasos de tipo Campaniforme de países longínquos» (14).

Tal comunicação foi sugerida aos autores, segundo declaram, pela observação de algumas fotografias publicadas no *Illustrated London News*, representando vasos de tipo campaniforme da Malásia, referindo também os autores paralelos africanos, indianos e peruanos que faziam parte de uma colecção exposta no Petit Palais, em Paris. Sobre o caso os autores fizeram este pertinente comentário: «Muitas vezes se cai no erro de se classificar uma estação como pertencente à cultura campaniforme apenas por fragmentos cerâmicos que à primeira vista têm ornamentação semelhante à daqueles vasos pré-históricos.»

Como se viu, os autores tinham a noção de que o vaso campaniforme só por si não define a cultura respectiva, pois esta só se definirá quando o vaso estiver associado a outros testemunhos que habitualmente o acompanham, distribuindo-se estes conjuntos dentro de determinada área geográfica, como definiram V. Gordon Childe, David L. Clark e outros.

Embora tivesse achado curioso o caso levantado por L. Vaultier e O. da Veiga Ferreira, não fiquei muito preocupado com o tema da comunicação, por não achar possível que alguém colocasse fragmentos de vasos de tipo campaniforme provenientes de países longínquos nos espólios de estações que eu andava a explorar (Olelas, Negrais e outras), onde havia bastantes sintomas da presença da cultura campaniforme.

Porém, as coisas mudaram de figura quando aconteceu o que passo a narrar, pois passei a ter nas mãos um exemplar autêntico desses tais campaniformes de países longínquos. Foi em 1964 e estávamos em plena guerra colonial, que havia levado meu sobrinho Luís Saldanha, então estudante da Faculdade de Ciências de Lisboa, a Angola, como alferes miliciano de Caçadores de Artilharia, actuando, em 6 de Janeiro desse ano de 1964, na região de Ambrizete (Noroeste de Angola).

Patrulhando nesse dia a estrada de Casa da Telha-Tomboco, meu sobrinho encontrou na sanzala de Lucenga (a cerca de 40 km de Ambrizete), abandonada pelos habitantes (Mussurongos), um vaso cerâmico, partido, mas reconstituível, com 10,5 cm de altura e 12,7 cm de diâmetro máximo, que, pelo perfil e decoração incisa de linhas rectas contínuas, sugeria um vaso campaniforme pré-histórico europeu (2) (figs. 8 e 9).

Algo familiarizado com questões de arqueologia pré-histórica pelos seus contactos comigo, meu sobrinho ficou algo perplexo com o achado e enviou-me os fragmentos para Lisboa acompanhados de informações de pormenor que recolheu, uma delas que este e

outros vasos equiparáveis eram fabricados na região, e usados para «confeção de alimentos».

Por ter um grande interesse pela Etnologia, meu sobrinho foi mais longe ainda, passando a frequentar, sempre que podia, outros locais onde se fabricavam, ou se vendiam, vasos cerâmicos fabricados pelos indígenas; e assim, pouco tempo depois, enviou-me outros vasos, estes comprados em vários lugares de Angola, dois deles em Gabela (bastante a sul de Luanda), medindo o mais perfeito 14,5 cm de altura, 7 cm de diâmetro no fundo (fundo plano), 22,7 cm de diâmetro máximo e 20 cm de diâmetro na boca, particularizando-se este por mostrar uma decoração que lembra folhas compostas («folhas de acácia»), que preenche quase toda a metade superior do vaso (fig. 12), decoração esta muito semelhante à que vemos em certos vasos do Neolítico Médio de estações da Estremadura portuguesa (Olelas, Negrais, Lapa do Fumo e outras) (fig. 13); esta decoração é conseguida pela aplicação de um instrumento pontiagudo que produziu alinhamentos de incisões oblíquas. Estes vasos pré-históricos apenas diferem do de Gabela por terem fundo curvo e convexo e, junto ao bordo, pequenas pegas com apêndice perfuradas alternando com outras pegas mamilares.

Quando Luís Saldanha regressou definitivamente a Lisboa, estudámos os dois casos com certo pormenor (2), tendo-nos detido, talvez com certa ingenuidade, na recapitulação do que então se sabia sobre a cerâmica campaniforme pré-histórica europeia, respectivo povo e cultura, recapitulando as várias teorias expendidas por V. Gordon Childe (15), Alberto del Castillo (16), Maluquer de Motes (17), Edward Sangmeister (18) e outros, teorias essas que em conjunto muito nos confundem pela variedade de pontos de vista sobre origens (Andaluzia, foz do Tejo e Sado, Europa Central: Egipto, Sara Espanhol, etc.), expansões, tipos puros ou degenerados dos vasos (fig. 14), cruzamento com outros estilos (cerâmica renana com decoração de cordas), cronologias, etc.

Abordando tão abundante variedade de problemas, parecia que mergulhávamos no labirinto das certezas, hipóteses, fantasias, relativas à tão discutida e ainda mal definida cultura, para encontrarmos, forçadamente, algumas pistas ou dados novos, para além do único que tínhamos, este o indiscutível e perturbante dado que era a simples semelhança.

Posteriormente ainda mais vieram perturbar algumas das teorias esboçadas, a revolução cronológica resultante dos dados C14 sobre a cultura em causa, tanto no nosso território como lá fora; no castro do Zabujal, por exemplo, o nível do primeiro campaniforme é-nos apresentado com uma data C14 que, convertido em anos de calendário, corresponde a 2600 a. C., portanto anterior ao campaniforme do Cerro de la Virgen (2400 a. C.).

(15) Childe, V. Gordon (1961), *The dawn of European Civilization* (6.^a edição).

(16) Castillo, Alberto del (1954), «La grand cultura hispánica del pleno Eneolítico. El vaso campaniforme y expansión de la grand cultura hispánica del vaso campaniforme fuera del territorio peninsular», em *Historia de España*, dirigida por Ramón Menéndez Pidal, t. 1, vol. 1.

(17) Motes, Maluquer de (1960), «Nuevos hallazgos de la cultura del vaso campaniforme en la Mose», em *Zephyrus*.

(18) Sangmeister, Edward (1966), «Los vasos campaniformes portugueses en el marco de las culturas del vaso campaniforme europeo», em *Arqueologia e História*.

(14) Vaultier, Maxime, e Ferreira, O. da Veiga (1959), «Vasos de tipo campaniforme de países longínquos», em *Actas e Memórias do I Congresso Nacional de Arqueologia*.

Por sua vez, a série cronológica C14 do campaniforme meridional francês, apresentada por Jean Guilene, atingiu (calibrada), 2910 a. C., esta a mais antiga; na Inglaterra, duas datas (3157 e 3030) de Windmil Hill colocariam a fase inicial do campaniforme da Grã-Bretanha cerca de meio milénio mais antiga do que a ibérica.

Não teríamos seguido todas as pistas por falta de dados, e quase impossibilidade em os obter, tais como: uma análise exaustiva dos comportamentos culturais dos arcaicos e actuais *Mussurongos* e tribos da região de Gabela, averiguando se outros dados, que não apenas as cerâmicas, mostrariam paralelismo com os dos homens pré-históricos ibéricos; ou ainda percorrendo, pelo menos em bibliografia, quais as possíveis arcaicas vias da expansão de elementos das milenárias culturas europeias até à África equatorial.

Para tal seria necessário seguir as pistas que investigadores como Anderson, H. Baumann e L. Frobenius deram a Harald de Sicard⁽¹⁹⁾ para divulgar que vários paralelos de ordem arquitectónica, ornamental, folclórica, mágica e religiosa, documentam a expansão de elementos paleomediterrâneos África dentro, até à Costa do Ouro e Sul da Nigéria.

(19) Sicard, Harald de (1964), «Relações culturais pré-históricas entre Portugal e a África», em *Revista de Guimarães*, vol. LXXIV, n.º 1-2.

Assim, fixámo-nos na hipótese de o fenómeno ser devido a convergência etnológica e não a propagação a partir da Europa.

Com um único dado significativo, a semelhança, parece-me ainda hoje mais prudente manter tal opinião, também fundamentada, permitindo-me arriscar que o fabrico de um vaso ao qual se deu uma cintura suave, e se decorou com linhas rectas incisas, não foi uma descoberta assim tão original (genial), que só uma vez tivesse ocorrido a um povo europeu da Idade do Cobre, do Bronze ou de qualquer outra fase da Pré-história e até dos tempos históricos, e fosse tão importante que por si só se lhe vinculasse exclusivamente; e, por isso, o aparecimento dos (ou maioria dos) misteriosos vasos de tipo campaniforme em Lucenga, na Malásia, Índia e Peru (se apenas nestas regiões); e se essas eventuais, raras e inesperadas descobertas surgirem em regiões que, pela posição e época de fabrico, se tornarem suspeitas de difusão do tipo, será então oportuno analisar o caso dentro dos princípios assentes em técnica de interpretação arqueológica, isto é, averiguar se essa ou essas supostas peças típicas se enquadram nos conjuntos de tipos associados que caracterizam a clássica cultura campaniforme.

Estes comentários servem, *mutatis mutandi*, para exprimir a minha opinião sobre o vaso de Gabela.

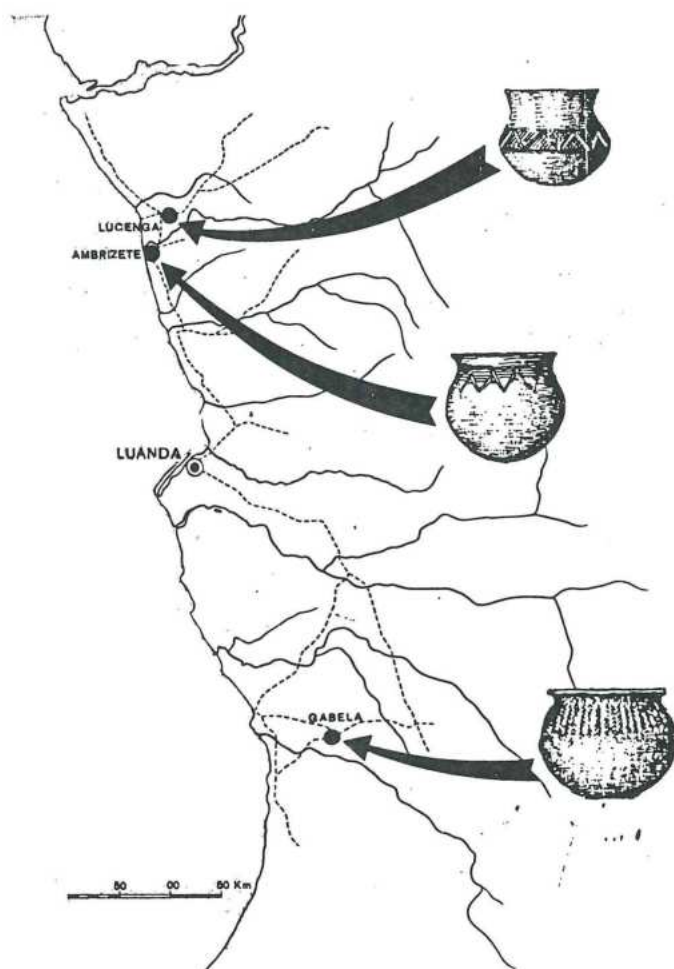


Fig. 8 — Locais onde os vasos angolanos foram detectados

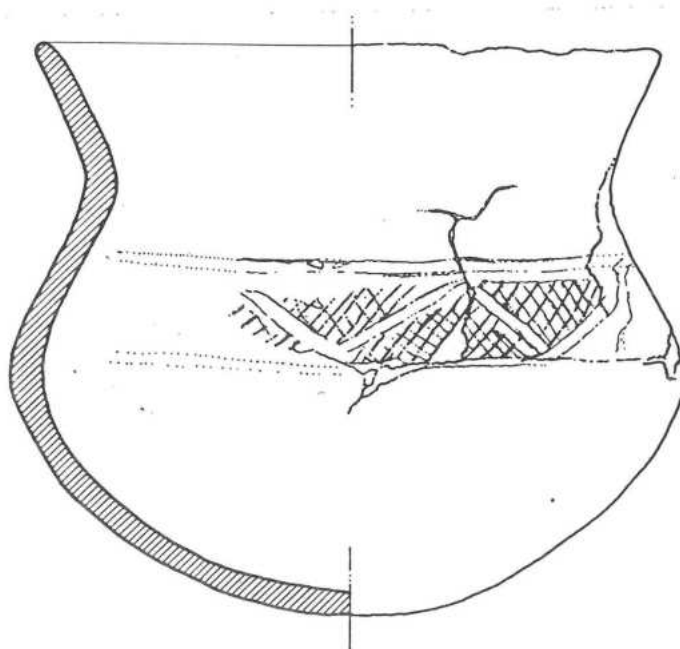


Fig. 9 — Vaso de tipo campaniforme encontrado em Lucenga (Angola)



Fig. 10 — Vários tipos de vasos campaniformes europeus

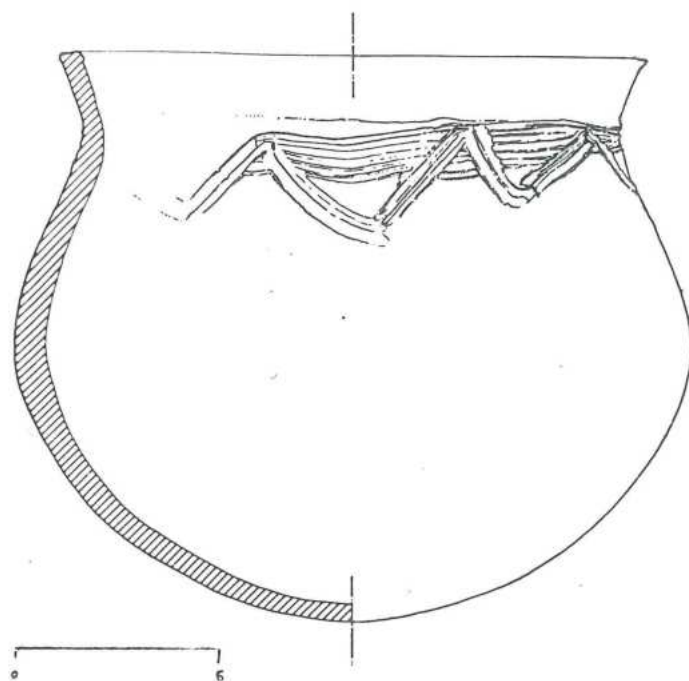


Fig. 11 — Vaso globular recolhido em Ambrizete (Angola)

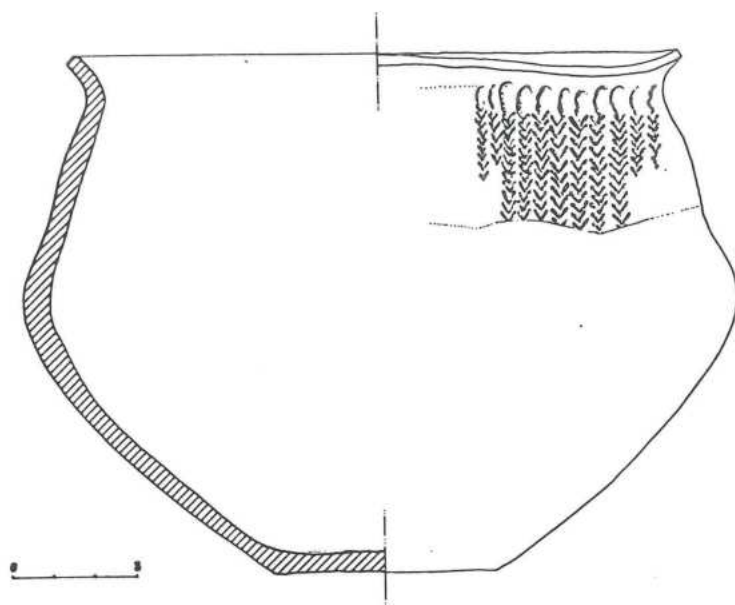


Fig. 12 — Vaso moderno de Gabela (Angola) mostrando decoração semelhante a alguns do Neolítico médio da Estremadura portuguesa (v. 13) Os vasos cerâmicos correspondentes às figuras n.º 9, 11 e 12 foram desenhados por Pedro Batista — Centro de Pré-história e Arqueologia, II CT

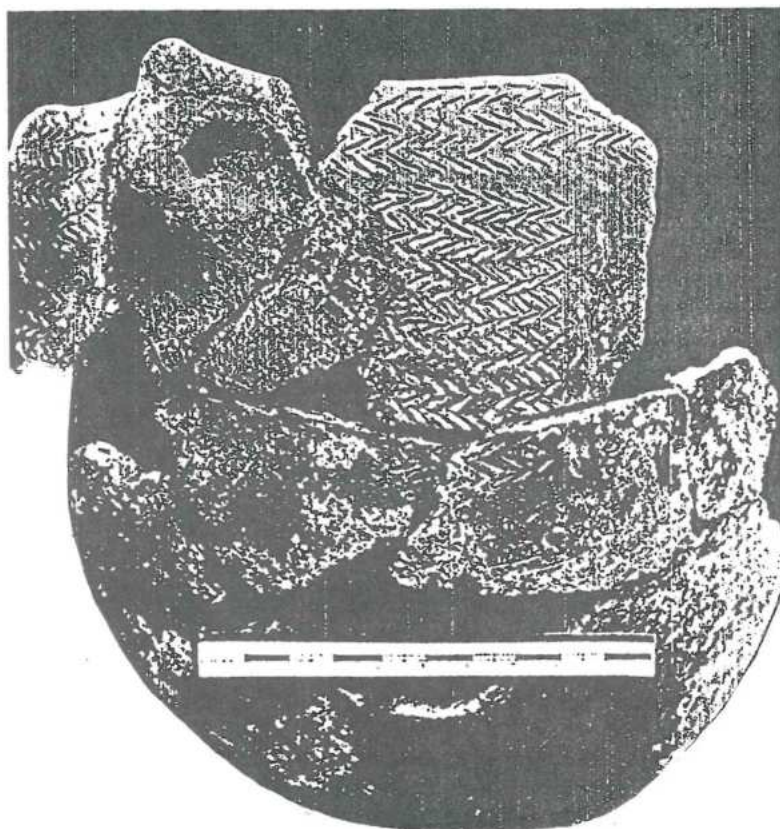


Fig. 13 — Vaso do Neolítico médio da Lapa do Fumo (Sesimbra)

AS INVESTIGAÇÕES DE ANTROPOLOGIA E ETNOLOGIA ULTRAMARINAS NA ACTIVIDADE CIENTÍFICA DO INSTITUTO DE ANATOMIA DA FACULDADE DE MEDICINA DO PORTO

ABEL SAMPAIO TAVARES

Antes de descrever a colaboração dada ao longo dos anos pelo Instituto de Anatomia portuense às investigações de Antropologia e Etnologia Ultramarinas, devo declarar que escolhi precisamente este tema por me parecer o mais apropriado para participar na homenagem que, em boa hora, o Instituto de Investigação Científica Tropical resolveu prestar ao Prof. Joaquim dos Santos Júnior e, certamente, o mais grato ao ilustre antropologista (que me distinguiu sempre com sua gentil amizade), pela circunstância de boa parte do seu labor científico se ter consagrado a estudos de antropologia e etnologia ultramarinas, pelos quais não se poupou a incómodos, com sacrifício da sua saúde e, num dos casos, da própria vida. Registe-se ainda a este propósito ter sido uma universidade africana, a novel Universidade de Luanda, a colher os frutos da actividade dos últimos anos da sua proficiente carreira pedagógica, tendo aí levado a cabo investigações do maior interesse no âmbito da sua especialidade.

A minha participação nesta homenagem tem uma justificação simples e óbvia. Conforme já lembrei algures, foram íntimas e fecundas as relações científicas e humanas entre o Instituto de Anatomia da Faculdade de Medicina e o Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciências, do qual foi fundador e primeiro director o Prof. A. A. Mendes Corrêa, médico diplomado pela Faculdade de Medicina do Porto, onde concluiu o seu curso em 1911, juntamente com os Profs. Américo Pires de Lima, que depois foi catedrático de Botânica na Faculdade de Ciências, e Alfredo da Rocha Pereira, que durante muitos anos regeu a Clínica Médica da sua Faculdade e se notabilizou como clínico consciencioso e competente e como mestre exemplar. Pertenceu ainda a esse pequeno curso o Doutor Manuel Pinto, médico militar e otorrinolaringologista, que veio, já idoso, a conquistar o grau de Doutor pela Faculdade de Medicina de Coimbra. Também o Prof. Santos Júnior, sucessor na cátedra (e na direcção do Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciências) do Prof. Mendes Corrêa e seu 2.º sucessor na presidência da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, é licenciado pela Faculdade de Medicina do Porto. Aliás, também o primeiro presidente desta prestigiosa Sociedade, o Prof. Luís de Freitas Viegas, foi distinto professor de Anatomia. Igualmente presidiu mais tarde

a esta agremiação o saudoso Prof. Hernâni Monteiro e eu mesmo tive a honra de colaborar com o Prof. Santos Júnior como seu vice-presidente.

As relações entre a Anatomia e a Antropologia no Porto vêm pois de longa data. Como há muitos anos escreveu o Prof. Mendes Corrêa, «entre os investigadores do Instituto de Anatomia e de Antropologia do Porto tem havido sempre a mais perfeita cordialidade e um entendimento fecundo, cordialidade e entendimento que, por esse mundo fora são, infelizmente, raros entre estabelecimentos conexos» (*Comércio do Porto*, 6 de Março de 1932). Entendimento e colaboração, tendo aproveitado os anatomistas o resultado dos seus estudos cadavéricos para tirar conclusões de carácter antropológico, estendendo o domínio da antropologia do sistema ósseo para os das partes moles.

Narra-nos o Prof. Hernâni Monteiro (o Prof. J. A. Pires de Lima e a sua contribuição nos domínios da Antropologia e da Etnografia, *Trab. de Antrop. e Etnol.*, vol. XIII): «Logo no início da sua carreira docente, o Prof. Pires de Lima, com orientação idêntica à do Prof. Henrique de Vilhena, quis juntar documentação para o estudo da miologia dos portugueses, dando-se a esses trabalhos, como salientou o anatomista lisbonense, um intento decidida, sistemática, caracteristicamente etnográfico. Com esse fim, vários alunos do Instituto anatómico portuense encarregaram-se da dissecação sistemática, em grande número de cadáveres, dalgumas regiões do corpo humano para o estudo dos músculos pré-esternal, manioso, arco axilar muscular, bicípites braquial, palmar delgado, costureiro, pata de ganso, etc. O material colhido permitiu que Amândio Tavares (hoje nosso Reitor Magnífico), Silva Leal e Espregueira Mendes elaborassem, afora pequenos artigos, as suas teses de doutoramento e que Luís de Pina publicasse variadas notas sobre as investigações a que se entregou, após o seu estágio em Paris e Varsóvia, onde dissecou também muitos exemplares de primatas.» Recordo que, de facto, o Prof. Luís de Pina não só realizou um proveitoso estágio em Varsóvia, no Instituto de Ciências Antropológicas da Sociedade Científica de Varsóvia e no Centro Médico de Reeducação Funcional, dirigido pelo Prof. E. Loth, então grande autoridade no âmbito da antropologia das partes moles, como ainda

trabalhou nos Institutos de Antropologia de Bolonha, da direcção do Prof. Fabio Frassetto, e de Roma, então dirigido pelo Prof. Sergi. E que, regressado ao Porto, foi encarregado pelo Prof. Pires de Lima de instalar e organizar um pequeno laboratório antropológico no Instituto de Anatomia. Aí se realizaram alguns trabalhos dessa índole, cumprindo-me salientar, dado o tema deste artigo, os estudos antropológicos levados a cabo pelo Prof. Luís de Pina, em missão conjunta do Instituto de Anatomia, do Instituto de Antropologia e da Repartição de Antropologia Criminal, durante a I Exposição Colonial Portuguesa (memorável acontecimento levado a cabo no Porto, em 1943), de cerca de 300 indivíduos das etnias locais das nossas possessões ultramarinas de então, desde a Guiné a Timor.

Merece especial destaque o volume de cerca de 200 páginas publicado em 1938, com profusa bibliografia, pelo Prof. J. A. Pires de Lima e intitulado *Os Povos do Império Português (Estudos Antropológicos)* e as conferências dadas por este anatomista sobre «Estudos de antropologia colonial», em 1934 e, sobre a «Influência dos judeus, dos mouros e dos negros na etnografia portuguesa», em 1940, e ainda a conferência dada em Maio de 1923 por Constâncio Mascarenhas na Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia («A pátria de Buda»), na qual versou largamente o problema das castas e a história e etnografias indianas. Constâncio Mascarenhas, licenciado pela Escola Médica de Goa, doutorou-se no Porto em Julho de 1924, foi assistente livre do Instituto de Anatomia e depois segundo-assistente. Regressado pouco depois à Índia, onde iria ocupar o lugar de Grande-Mor da Saúde, antes de voltar ao ensino na escola onde se formou, aí continuou a investigar e a publicar trabalhos sobre antropologia, anatomia, histologia, miologia étnica, que constam da sua extensa bibliografia. Cite-se, entre eles, além da colaboração dada às pesquisas do Prof. Pires de Lima, o trabalho realizado em colaboração com Vassudava Camotim sobre os Corumbis de Goa, publicado no volume de trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia de homenagem ao Prof. Mendes Corrêa (Porto, 1959). Informa-nos o Prof. J. A. Pires de Lima (estudos de antropologia colonial) que o primeiro trabalho português de antropologia colonial diz respeito precisamente à Índia e foi publicado em 1896 na *Revista de Sciencias Naturais e Sociais* por Fonseca Cardoso («O indígena de Satary») e que o primeiro trabalho de certo vulto sobre antropologia e etnografia moçambicana se deve a um português, o então assistente da Universidade do Porto Américo Pires de Lima, que «nos anos de 1916-1917 foi mobilizado como médico militar para o Norte de Moçambique, onde praticou largas investigações sobre a flora e a fauna e a antropologia daquela província ultramarina». Regressado, redigiu sobre as suas observações antropológicas duas memórias que se encontram publicadas nos *Anais Scientificos da Faculdade de Medicina do Porto* (vol. IV, 1917-1918).

Cumpre, por fim, recordar que as colecções de crânios de populações ultramarinas do Instituto de Anatomia serviram para estudos publicados por Hernâni Monteiro, Amândio Tavares, J. A. Pires de Lima e Fernando Pires de Lima.

Dos 167 trabalhos do Instituto de Anatomia consagrados a investigações antropológicas, 29 dizem respeito a estudos antropológicos e etnológicos de populações ultramarinas e são os que em seguida se mencionam, subscritos por J. A. Pires de Lima, Hernâni Monteiro, Constâncio Mascarenhas, Álvaro Rodrigues, Luís de

Pina, Sousa Pereira, Santana Barreto, Armando Leão, F. Ferreira, Martins d'Alte e Antonio Paul:

- PIRES DE LIMA, J. A. (1922) — «Tradições portuguesas de origem possivelmente muçulmana», *Revista de Guimarães*.
- (1934) — «Estudos de antropologia colonial (o que temos feito e o que precisamos fazer)», *Actas do 1.º Cong. Nac. Antrop. Colonial*.
- (1938) — «Os Povos do Império Português (Estudos Antropológicos)».
- (1938) — «A Zoologia na arte indígena de Moçambique e Angola», *Naturalia*, 2: 101.
- (1939) — «Poliodontia numa negra de Angola», *Bol. Sanit. Angola*.
- (1940) — «Influências dos mouros, judeus e negros na Etnografia Portuguesa», *Actas Cong. Nac. Ciência da Popul.*
- PIRES DE LIMA, J. A., MONTEIRO, H. & MASCARENHAS, C. (1923) — «Contribuição para o estudo antropológico do Angolense», *I Congresso de Medicina Tropical da África Ocidental*, Luanda.
- (1924) — «Contribuição para o estudo antropológico do Angolense», *Revista Médica de Angola*.
- PIRES DE LIMA, J. A. & MASCARENHAS, C. (1924) — «Contribuição para o estudo antropológico de Moçambique», *Arq. Anat. Antropol.*, 9: 699.
- (1925) — «Contribuição para o estudo antropológico de Timor», *Arq. Anat. Antropol.*, 9: 451.
- (1930) — «Populações indígenas da Guiné Portuguesa», *Arq. Anat. Antropol.*, 13: 595.
- (1931) — «Contribuição para o estudo antropológico da Guiné Portuguesa», *XV Cong. Inter. d'Anthrop. et d'Arch. Préhistorique*.
- PIRES DE LIMA, J. A., MASCARENHAS, C. & SANTANA BARRETO, J. (1932) — «Contribuição para o estudo antropológico da Guiné Portuguesa», *Miscelânea Sc. e Liter. dedicada ao Dr. J. Leite de Vasconcelos*.
- MASCARENHAS, C. (1924) — «As castas da Índia (esboço de estudo antropológico-social)», dissert. de doutoramento.
- PINA, L. (1931) — «Materiais para a antropologia de Moçambique», *Arq. Anat. Antropol.*, 4: 113.
- (1933) — «Étude sur la morphologie des crânes égyptiens», *XV Cong. Int. d'Anthrop. et d'Arch. Préhistorique*.
- (1933) — «Les angles de la base du crâne chez les indigènes des colonies portugaises africaines», *XV Cong. Int. Anthrop. et d'Arch. Préhistorique*.
- (1934) — «Tipos constitucionais nos negros africanos», *Actas do 1.º Congresso Nacional de Antropol. Colonial*.
- (1934) — «A distribuição das figuras papilares dos dedos nos indígenas negros das colónias portuguesas», *Actas do 1.º Cong. Nacional Antrop. Colonial*.
- (1935) — «Miologia étnica (os músculos gémeos da perna nos negros)», *Actas do Cong. Nac. Antrop. Col.*
- PINA, L. & LEÃO, A. (1934) — «Dissecção de uma negra de Angola», *Trab. Soc. Port. Antrop. Etnol.*, 6.
- LEÃO, A. (1935) — «Dissecção de um negro de Moçambique», *Trab. Soc. Port. Antrop. Etnol.*, 7: 153.
- MONTEIRO, H. (1922) — «Mutilações dentárias da região do Humbe, Angola», *Trab. Soc. Port. Antropol.*, 1: 237.
- RODRIGUES, A., PINA, L. & SOUSA PEREIRA, A. (1929) — «Dissection d'un nègre de Mozambique», *Comité Int. des Recherches sur les Parties non osseuses*.
- (1930) — «Dissecção de um negro de Moçambique», *Trab. Soc. Port. Antropol. e Etnol.*, 4: 233.
- FERREIRA, F. (1938) — «A abóbada palatina e a mandíbula nos bantos de Angola e Moçambique», *Arq. Anat. Antropol.*, 19: 355.
- FERREIRA, F. & MARTINS D'ALTE, J. A. (1937) — «Dissection d'un nègre de Mozambique», *Folia Morphologica* (Varsóvia), 7: 239.
- (1937) — «Dissecção de um negro de Moçambique», *Trab. Soc. Port. Antrop. Etnol.*, 8: 309.
- PAUL, A. (1938) — «Morfologia dentária nos bantos de Angola e Moçambique», *Rev. Port. Estomatologia*.

Os interesses dos investigadores do Instituto de Anatomia foram-se desviando das investigações da morfologia pura e dos correlativos estudos antropológicos para outros campos e outras linhas de pesquisa, onde muito se têm distinguido e continuado a

manter viva uma honrosa tradição de infatigável e original labor científico. Mas não deixou de ficar bem marcada a sua actividade nesse vasto e interessante campo do saber, muito aliciante para cientistas de formação médica.

As relações entre a Medicina e a Antropologia são mais que lógicas: extremamente valiosas pela sua utilidade. Não estarão os médicos, pela sua formação específica, em excelentes condições de compreender e estudar o Homem integral, nas modalidades diversas do seu aspecto, constituição física e particularidades biológicas, nas múltiplas tonalidades do seu temperamento, nas suas reacções psicológicas, tão variadas e tão complexas, de apreciar e fundamentar a expansão da civilização e da cultura nos diversos pontos do planeta e as suas influências recíprocas, de interpretar costumes, tradições, lendas, de analisar as diferenças morfológicas das diversas raças

humanas actuais ou desaparecidas? E entre os médicos não serão os anatómicos os mais bem situados para, com o resultado das suas pesquisas, com a preparação especializada que adquiriram, com a recolha paciente e conservação cuidada de peças do esqueleto e das partes moles, aumentarem o tesouro dos conhecimentos sobre que assentam os fundamentos físicos das ciências antropológicas?

Creio bem que sim. E tendo Portugal, na época a que me reporto, sob a sua administração vastos territórios no ultramar, povoado por indivíduos de variadíssimas etnias, não admira que o Instituto de Anatomia tenha saído um pouco das suas investigações específicas para prestar, na medida das suas possibilidades, uma interessante e útil colaboração nos numerosos estudos antropológicos realizados no País sobre as populações africanas, asiáticas e da Oceania a nós ligadas intimamente por laços de secular convívio.

DESENVOLVIMENTO E INTEGRAÇÃO NA ÁFRICA AO SUL DO SAHARA

(Teorias e experiências)

ADELINO TORRES⁽¹⁾

Há mais de 20 anos que os países da África subsahariana, confrontados em certos casos com a exiguidade dos seus mercados internos nacionais, insuficiência de recursos naturais, fraca densidade populacional, etc., procuram formas de associação e de solidariedade que lhes permitam vencer a chamada «batalha para o desenvolvimento».

Uma das formas básicas de organizar a convergência de interesses e objectivos entre os países africanos é a união aduaneira, com vista à posterior integração económica, social e política de conjuntos de países inseridos em «comunidades regionais».

Assim, neste último quarto de século, vimos surgir, entre muitas outras organizações regionais, a Comunidade Económica da África de Oeste (CEAO), a Comunidade Económica dos Estados da África de Oeste (CEDEAO), a União Aduaneira da África Central («L'Union Douanière de l'Afrique Centrale» — UDEAC), a Comunidade Económica dos Países dos Grandes Lagos (CEPGL), a Conferência para a Coordenação do Desenvolvimento na África Austral («Southern Africa Development Coordination Conference» — SADCC), a Zona de Comércio Preferencial («Preferential Trade Area» — PTA), a União Aduaneira da África Austral, e, mais recentemente, a Comunidade Económica dos Estados da África Central (CEEAC). Aliás, muitos países africanos pertencem simultaneamente a vários agrupamentos regionais.

Contrariamente ao que os dirigentes africanos esperavam no limiar das independências dos anos 60 e até ao Plano de Lagos de 1980, o ideal do «Pan-africanismo» foi-se esboroando no choque quotidiano com uma realidade multiforme e complexa que não se ajustava aos projectos dos seus inspiradores iniciais.

Mas, apesar da proclamação dos chefes de Estado africanos em Lagos, não é evidente que a construção da «Comunidade Económica Africana» tenha um horizonte temporal previsível. Mesmo os objectivos parcelares e mais localizados da «integração regional» (ou seja, mais precisamente, as «uniões aduaneiras») registam atrasos consideráveis.

O processo é tanto mais difícil quanto as situações dos países são diversificadas.

Do ponto de vista global, os trinta anos de experiências de desenvolvimento em África não apresentam resultados animadores, apesar de alguns sucessos relativos.

No que se refere à «integração regional», os países africanos não ultrapassaram ainda a fase de uma «união aduaneira» embrionária.

Este trabalho pretende recapitular, de maneira breve, aspectos teóricos da integração económica nos países em desenvolvimento e, a essa luz, apreciar alguns dos elementos que caracterizam a situação actual na África subsahariana.

Pela sua natureza sucinta⁽²⁾, o texto não pretende analisar com pormenor as causas e as consequências dos desequilíbrios que caracterizam a vida económica e social do continente. Relembra-se todavia que esses desequilíbrios são de duas ordens:

- Os que, apesar de serem os mais visíveis e referenciados, traduzem sobretudo *sintomas de crise*: endividamento externo, fracasso das estratégias de industrialização, défices das balanças de pagamentos, défices do orçamento de Estado, inflação, existência de mercados paralelos, etc.;
- E os que, mais antigos e mais profundos, são de natureza propriamente *estrutural*: peso excessivo do Estado nas actividades económicas de produção, em parte devido às condições em que a maior parte desse países acederam à independência; fraqueza da poupança; inexistência de circuitos financeiros e bancários fora dos meios urbanos, travando ou impossibilitando os investimentos; estruturas produtivas inadequadas; existência, desde os anos 60-70, de mecanismos de protecção dos mercados nacionais para, ao abrigo da concorrência internacional, instalar indústrias de substituição de importações cujos resultados se mostraram afinal decepcionantes⁽³⁾, etc.

(1) Agradeço ao Dr. Fernando Jorge Cardoso a leitura atenta do manuscrito e as sugestões oportunas que ajudaram a melhorar o texto.

(2) Estas notas inserem-se numa investigação mais vasta actualmente em curso.

(3) Cf. FRISCH, 1988.

Todos estes desequilíbrios se conjugam e estão no centro da problemática da *integração regional* e da sua articulação com o *desenvolvimento*, de que estudaremos certos aspectos teóricos e empíricos a seguir.

*
* *
*

«A África deve unir-se», dizia há já um quarto de século o presidente Kwamé Nkrumah.

De facto, desde muito cedo os países africanos procuraram formas de colaboração política que, depois das independências nos anos 60, se concretizaram na assinatura de acordos ou tratados de natureza política e económica para ambiciosos projectos de «unidade africana». Era a «África dos povos» a que se seguiu a «África dos Estados» alguns anos mais tarde.

Os vários agrupamentos de países na África subsariana encontram-se em estádios diferentes de integração, mas de modo geral pode dizer-se que a experiência neste domínio não regista resultados muito animadores (4). Os problemas que se lhes deparam são, porém, em muitos aspectos, similares, tanto mais que certos países pertencem a mais de um agrupamento regional, como é o caso dos membros da CEAQ, que estão todos inseridos igualmente na CEDEAO, dos membros da SADCC, que assinaram o tratado da PTA, etc.

A terminologia correntemente utilizada para caracterizar o chamado processo de «integração regional» em África é variável: «união aduaneira», «zona preferencial», «comunidade económica», «união económica», o que provoca algumas confusões sobre as situações que esses conceitos realmente traduzem. Mas estas expressões referem-se apenas àquilo a que poderemos talvez chamar a «integração horizontal», traduzida por uma progressiva liberdade de circulação dos bens e factores de produção até se atingir a total ausência de discriminação.

Um outro tipo de integração é a «integração vertical», a que alguns autores preferem chamar «cooperação funcional» (5), ou seja a existência de projectos concretos que combinam recursos e vantagens comparativas, comunicações fáceis (rodoviárias, ferroviárias, telefónicas, telegráficas, etc.) e operacionalidade de portos para escoamento das exportações e importações.

No que se refere à «integração horizontal», as suas fases são:

- 1 — *Zona de Comércio Livre*: implica supressão de restrições quantitativas e de direitos alfandegários sobre os produtos dos países que fazem parte do grupo regional, mantendo cada país a sua própria pauta aduaneira em relação ao resto do mundo;

- 2 — *União Aduaneira*: para além dos elementos que definem a zona de comércio livre, inclui igualmente direitos aduaneiros comuns em relação aos países exteriores ao grupo, ou seja, é adoptada uma pauta externa comum;
- 3 — *Mercado Comum*: compreende ainda a supressão de restrições aos movimentos dos factores de produção (trabalho e capital) no interior da zona regional;
- 4 — *União Económica*: traduz, para além dos elementos anteriores, a existência de uma harmonização de políticas económicas entre os países membros. Quer dizer, a união económica envolve não só a integração de produtos e factores mas unifica igualmente as políticas monetária, fiscal, etc.;
- 5 — *União Supranacional*: fase última da integração económica e política, é a renúncia à soberania em favor de uma autoridade supranacional (6).

É evidente que nenhum agrupamento regional em África ultrapassou na melhor das hipóteses o estágio da união aduaneira.

A expressão «integração económica», que utilizaremos por comodidade neste trabalho, tem o sentido limitado que, desde 1950, se costuma empregar: designa uma situação ou um processo envolvendo a combinação de economias separadas em regiões económicas mais alargadas (7).

As dificuldades do processo de integração económica em África são, à semelhança de outras regiões do Terceiro Mundo, consideráveis.

Charles P. Kindleberger apontava quatro obstáculos fundamentais:

Em primeiro lugar, os países em desenvolvimento «negoceiam normalmente muito pouco uns com os outros e concentram a actividade do comércio com os países desenvolvidos do exterior».

Por outro lado, quando se trata de novas mercadorias a ser produzidas na área integrada, «é difícil entrar em acordo sobre quem vai produzir o quê».

Em terceiro lugar, «as reduções de tarifas são difíceis para os países que têm uma balança de pagamentos negativa» e que precisam das receitas alfandegárias. Por outro lado, muitas vezes nem sequer são as tarifas que restringem o comércio mas sim as quotas e os controlos cambiais, o que exige acordos especiais de pagamento, sem os quais «a escolha recai sobre não aceitar as preferências ou ter uma balança de pagamentos enfraquecida».

Enfim, aparece o problema dos «ganhos e perdas entre os vários países» (8), sobretudo quando os países do grupo têm níveis de desenvolvimento diferente, como acontece na CEDEAO, por exemplo.

A apreciação de Kindleberger sobre a integração económica no Terceiro Mundo é pessimista. Segundo este autor, o principal laço

(4) Em 1982 o representante da UDEAC na reunião do GATT afirmava que «apesar de numerosas condições favoráveis, é preciso reconhecer que a UDEAC não atingiu os seus objectivos», apesar dos seus 18 anos de existência, e a revista *Jeune Afrique Economie* referia-se criticamente aos «agrupamentos económicos de países africanos cujos resultados estão longe de ser brilhantes». Cf. *Jeune Afrique Economie* (Paris), n.º 15, Dez. 1982, p. 62.

(5) Cf. HOFMEIER, 1988, p. 57.

(6) Cf., por exemplo, GUILLAUMONT, 1985, vol. III, pp. 128 e segs.; P. ROBSON, 1985; HABERLER, 1964; BALASSA, 1972.

(7) Cf. ROBSON, 1985, p. 11.

(8) Cf. KINDLEBERGER, 1976, pp. 356-358.

comum dos países em desenvolvimento é serem «todos pobres». E acrescenta: «Mas há uma grande diferença na solidariedade dos pobres, quando todos sabem que podem permanecer assim, e as tensões que surgem entre os pobres à medida que competem uns com os outros para sair do estado de pobreza. Talvez seja verdade que todos juntos podem ter um progresso económico maior do que permanecerem separados. Mas existe sempre a possibilidade de um ir mais rapidamente do que os outros, e esta possibilidade age como um inibidor da cooperação económica regional.»⁽⁹⁾

Diga-se de passagem que talvez fosse mais exacto dizer que muitos países «pobres» são, na verdade, potencialmente ricos em recursos. Mas, de natureza mais profunda, as dificuldades do movimento de integração em África têm a ver com factores de vária ordem, económicos, políticos e sociais, de origem ao mesmo tempo interna e externa⁽¹⁰⁾.

De qualquer modo, nem a «integração horizontal» nem o processo de «cooperação funcional» (ou integração vertical) se podem desligar do conjunto de indicadores que formam o todo societal.

Por outras palavras, o processo de integração é, ao mesmo tempo, espacial, sectorial e geral (na medida em que implica a totalidade da actividade produtiva).

*
* *
*

P. Robson chama a atenção para o facto de que, em termos de *teoria ortodoxa da união aduaneira*, a integração dos países em desenvolvimento (utilizaremos doravante a sigla PED para os designar) é irrelevante porque, segundo esta, é pouco provável que a integração económica actue significativamente sobre o volume dos recursos afectos à produção de matérias-primas e também porque esses países importam produtos manufacturados que não são produzidos por eles. Em tais condições, segundo a teoria ortodoxa, a união aduaneira não teria qualquer incidência nesses países. P. Robson observa que essa conclusão é inexacta porque se baseia num pressuposto falso: as razões da integração económica dos PED não estão nas vantagens obtidas pelas alterações da *estrutura do comércio existente* (o qual se baseia na estrutura produtiva em actividade), mas sim nos efeitos que a criação de mercados regionais tem sobre esses PED, quer através das maiores oportunidades de investimento (interno e estrangeiro) que eles proporcionam, quer pela inevitável necessidade de mobilizar recursos disponíveis (ou potenciais) que, a prazo, a nova situação implica.

Dito de outro modo, o problema não reside no impacte sobre a capacidade instalada, mas «sobre» as estruturas potenciais que emergirão, necessariamente acompanhadas das vantagens de uma racionalização renovadora. O problema não é portanto estático mas dinâmico, e supõe linhas de orientação diferentes das que seriam aplicadas nos países desenvolvidos. De facto, se nestes os mecanismos de mercado podem, teoricamente, fazer funcionar a integração, já o mesmo não acontece nos PED, onde é necessária uma «estratégia de integração mais afirmativa» (Robson).

Por seu turno, M. Todaro considera que «uma importante variável da doutrina do livre comércio que pode ser aplicável nos países do Terceiro Mundo é a teoria da integração económica»⁽¹¹⁾. As conclusões pessimistas do trabalho pioneiro de Jacob Viner (1950) constituem «um *plaidoyer* contra as uniões aduaneiras»⁽¹²⁾. Porém a sua teoria foi sobretudo pensada em relação às economias industrializadas e parece de limitada utilidade para apreciar a situação específica dos países em desenvolvimento do Terceiro Mundo⁽¹³⁾.

Isso não quer dizer que muitos dos seus conceitos não proporcionem «critérios válidos sobre os quais é possível avaliar o provável sucesso ou fracasso a curto prazo da cooperação económica entre países do Terceiro Mundo»⁽¹⁴⁾.

Nestes casos o problema é «dinâmico e de longo prazo» porque a integração nos PED diz respeito quer às indústrias já em funcionamento quer às indústrias ainda não estabelecidas para o aproveitamento de economias de escala. De facto, muitos PED em África não dispõem de um mercado interno suficiente para viabilizar certas indústrias transformadoras ou para adoptar uma estratégia de desenvolvimento do tipo «industrialização por substituição de importações», que, dadas as dimensões dos mercados nacionais, se esgota rapidamente, como já aconteceu nas duas últimas décadas.

O outro fundamento dinâmico da integração económica dos PED é, segundo Todaro, a possibilidade de um planeamento industrial coordenado.

Para além disso há ainda os «critérios de avaliação estáticos» que entroncam directamente na obra de Jacob Viner e que são a «criação de comércio» e os «desvios de comércio» [*trade creation* e *trade diversion*]⁽¹⁵⁾ no original].

Há efeito de *criação*, quando a união aduaneira conduz (em termos de custo) à substituição de um fornecimento exterior mais caro por um fornecimento, dentro da união aduaneira, mais barato.

⁽¹¹⁾ Cf. M. TODARO, 1981, pp. 473 e segs.

⁽¹²⁾ Cf. DIOUF, 1984, p. 30.

⁽¹³⁾ André Marchal nota que por ocasião dos tratados de Paris (CECA) e de Roma (CEE) apareceram análises teóricas novas e originais, a primeira das quais foi a de J. Viner em 1950. A análise de Viner tem uma importância particular. Todavia, «elaborada em termos de criação e de desvio de comércio, e fazendo abstracção do facto de que a CEE forma um conjunto que elabora uma *estrutura nova*», a sua análise tem pouca utilidade. A. Marchal acrescenta que se a literatura económica inglesa fez grande uso das teorias de Viner, sobretudo do efeito de «desvio de comércio», foi essencialmente para sublinhar os perigos eventuais do Mercado Comum (o Tratado de Roma é assinado em 1957) no plano internacional. Cf. MARCHAL, 1971, pp. 233-283.

⁽¹⁴⁾ Cf. TODARO, 1981, p. 474.

⁽¹⁵⁾ J. VINER, 1961. Para uma discussão da teoria de J. Viner, ver R. G. LIPSEY, 1960.

⁽⁹⁾ Cf. KINDLEBERGER, 1976, p. 369.

⁽¹⁰⁾ Em 1983, devido a dificuldades económicas, a Nigéria não hesitou em expulsar do seu território 2 milhões de estrangeiros, oriundos dos países africanos limítrofes. Em 1985 voltou a expulsar com brutalidade 700 000 imigrantes, dos quais 50% eram naturais do Gana, motivando protestos contra os «maus tratamentos» infligidos a esses imigrantes, muitos dos quais teriam visto mesmo os seus bens confiscados. Na altura a Nigéria foi acusada de não cumprir as suas obrigações como membro da CEDEAO. Segundo a imprensa, esta expulsão em massa e em condições dramáticas foi «duramente ressentida na maior parte dos países da África e pensa-se que ela vibra um golpe severo na solidariedade africana». Cf. *Jeune Afrique Economie* (Paris), n.º 64, Junho de 1985, pp. 10-11.

Pelo contrário, há efeito de *desvio* quando a formação da união aduaneira tem como consequência a aquisição de produtos mais onerosos dentro da união do que fora dela⁽¹⁶⁾.

São conhecidos, entre outros, os comentários críticos e as ilustrações numéricas dadas, em 1953, por H. Makower e G. Morton e, em 1960, sobretudo por R. G. Lipsey⁽¹⁷⁾.

M. Todaro considera que o argumento do desvio de comércio («trade diversion») deixa de lado, no que se refere aos PED, dois argumentos fundamentais.

Primeiro, devida a potenciais economias de escala, à criação de empregos locais e ao fluxo circular do rendimento dentro da região integrada, um desvio de comércio estático pode acabar por tornar-se uma criação de comércio dinâmica [...]. Segundo, se na falta de integração, cada país membro fosse proteger a sua indústria local contra fornecedores estrangeiros mais barateiros, a tarifa externa comum dos países membros não ocasionaria maiores desvios do comércio do que teria ocorrido em outras circunstâncias.

E acrescenta que, «se houver economias de escala, poderá surgir a possibilidade da criação de um comércio dinâmico»⁽¹⁸⁾.

Em conclusão, para Todaro «conceitos estáticos, mas úteis, como o da criação de comércio e dos desvios do comércio, devem ser analisados no contexto do crescimento e desenvolvimento dinâmicos baseados nas realidades das políticas comerciais correntes nos países do Terceiro Mundo, em vez do vazio teórico dos modelos tradicionais de livre comércio»⁽¹⁹⁾.

Portanto, as vantagens esperadas da integração económica regional nos países menos desenvolvidos, como é o caso da África subsariana, diferem das teorias tradicionais.

A teoria tradicional mostra sobretudo as vantagens sobre o bem-estar dos países da união alfandegária e distingue, desde J. Viner, como dissemos, entre «trade creation» e «trade diversion». Para além das suas discutidas características estáticas ela não considera a situação específica da integração entre países em desenvolvimento.

Do mesmo modo, como refere P. Robson, a análise teórica tradicional apresenta várias lacunas: os aspectos distributivos são ignorados; recorre exclusivamente ao método estático-comparativo; pressupõe a concorrência pura; postula a mobilidade de factores nos países mas não entre eles; ignora os custos dos transportes (o que em África é de primeira importância); considera que os direitos alfandegários são a única forma de restrição ao comércio; assume que os preços reflectem custos de oportunidade da produção, que o comércio externo é equilibrado (importações=exportações) e que os recursos são integralmente utilizados⁽²⁰⁾.

No caso dos PED, o fundamento da união aduaneira é menos o movimento em direcção ao comércio livre do que a protecção que a integração regional assegura em relação ao exterior, da qual se espera a criação de um mercado mais vasto susceptível de favorecer a industrialização por substituição de importações, como já se referiu.

Com essa integração regional, os PED tentam combinar as vantagens do comércio livre e do protecçãoismo, realizar economias de escala, encontrar respostas políticas às assimetrias das relações comerciais entre países em estádios de certo modo distintos de desenvolvimento ou com diferentes dotações de recursos, consolidar a cooperação económica entre os membros do agrupamento regional africano e obter por essa via uma maior «autonomia colectiva» dos países em desenvolvimento⁽²¹⁾.

Desde logo a teoria da integração económica internacional (no sentido de integração de várias nações num bloco regional) ultrapassa a teoria das uniões aduaneiras em três aspectos:

- tem em conta os movimentos internacionais de factores;
- considera preferencialmente o uso de instrumentos de *política económica* nacional (e regional) face aos instrumentos meramente comerciais da teoria das uniões aduaneiras;
- avalia a integração por critérios diferentes dos da eficiência na orientação dos recursos⁽²²⁾.

A integração económica regional em África é porém um fenómeno com múltiplas vertentes e a sua análise tem forçosamente que se inserir numa complexidade feita de rupturas e reconstruções a vários níveis.

P. Robson sublinha ainda que os prós e os contras da integração nos PED dependem da importância prática de factores como:

- o relevo que é dado à industrialização no desenvolvimento económico;
- as possibilidades de exportar produtos manufacturados para o mercado mundial;
- a dimensão das economias de escala nas futuras regiões integradas;
- as diferenças nos custos de produção industrial entre os vários países membros do agrupamento;
- a localização dos mercados nos países membros;
- os custos de transporte no interior da região a integrar⁽²³⁾.

De uma maneira geral uma união aduaneira e, por maioria de razão, um mercado comum, é um processo difícil e, por isso mesmo, lento, como o demonstram os 30 anos de construção da CEE. Mas quer se trate de países desenvolvidos, como é o caso europeu, ou de países em desenvolvimento, a integração regional pretende suscitar o desenvolvimento complexo e coerente das economias associadas, realizar um novo tipo de especialização entre as nações, não para colocar de um lado *produtores de matérias-*

(16) Cf. BOURGUINAT, 1968, p. 76.

(17) Cf. H. MAKOWER e G. MORTON, 1953, pp. 33-49; R. G. LIPSEY, 1960.

(18) Cf. TODARO, 1981, p. 465.

(19) Cf. TODARO, 1981, *itálico* nosso.

(20) Cf. ROBSON, p. 27.

(21) Cf. GUILLAUMONT, 1985, III.

(22) Cf. ROBSON, 1985, pp. 14-15.

(23) Cf. ROBSON, 1985, p. 231.

-*primas* e do outro *produtores de bens manufacturados*, mas para alcançar uma especialização por ramos de indústrias ou mesmo por tipos de produção industrial num mesmo ramo. Conseguir-se-ia dessa maneira uma renovação das economias em crise, harmonizando tanto quanto possível as condições de vida das populações. Tudo indica, como assinalou André Marchal, que é mais frutuoso associar economias comparáveis do que associar economias muito industrializadas e economias regressivas (24).

Todavia, as questões que se relacionam com a articulação (nem sempre fácil de pôr em evidência) entre as estratégias de desenvolvimento adoptadas pelos PED, as suas relações externas e o processo de integração regional (25), tornam particularmente árdua a análise dos problemas da África.

Um dos argumentos evocados em favor da associação de vários países, como é o caso da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e de outros agrupamentos no continente africano, é o problema da dimensão do mercado. De facto, muitos países africanos cuja população não ultrapassa 1 milhão de habitantes dentro de territórios frequentemente de escassa superfície, não parecem, à primeira vista, ter condições para, isoladamente, conseguirem um desenvolvimento significativo.

É preciso ter presente que as comunidades regionais actualmente existentes em África — apesar de resultarem da associação de vários países que, no conjunto, oferecem muito maior espaço do que os territórios nacionais tomados individualmente — representam mercados «internos» (regionais) ao fim e ao cabo relativamente pouco importantes, com excepção da CEDEAO (16 países, entre os quais a Nigéria), que atinge 173 milhões de habitantes. A UDEAC (6 países) tem 16 milhões; a CEEAC (10 países), 62 milhões; a União Mano River (3 países), 12 milhões; a CEPGL (3 países), 41 milhões; a SADCC (9 países), 70 milhões; a CEA (7 países), 44 milhões de habitantes. É necessário não esquecer ainda que dentro de cada agrupamento regional há situações de grande desequilíbrio populacional entre os países. Por exemplo, a Nigéria representa quase 60% da população total da CEDEAO; a Tanzânia, 32% da SADCC; a República da África do Sul, 91% da União Aduaneira da África Austral; o Zaire, 74% da CEPGL; os Camarões, 50% da UDEAC.

Pode perguntar-se também se a adesão de um país africano a uma «comunidade» regional, com o consequente aumento da dimensão do mercado e a existência potencial de economias de escala, obtém necessariamente os resultados positivos que se poderiam esperar.

Tudo indica que a «dimensão do mercado», embora importante, é uma condição necessária mas não suficiente para se obterem resultados eficazes em termos de desenvolvimento.

Se as economias de escala estão, em princípio, directamente relacionadas com a redução dos custos de produção, de que modo e até que ponto o alargamento do mercado «doméstico» (regional), geralmente protegido, é por si só suficiente para permitir às novas indústrias uma redução significativa dos seus custos (26)? Porque

não há dúvida de que sem essa redução dos custos, sem o dinamismo de que resultam a produtividade e a competitividade, as «novas indústrias» depressa se tornarão um peso para o orçamento do Estado e um factor de endividamento externo, como já acontece em inúmeros casos.

Mas a afirmação de H. Myint, segundo a qual a constituição de agrupamentos regionais pode ser «considerada como uma simples extensão da dimensão do mercado» (27), parece contestável a certos autores. Há factores históricos, políticos, sociais e até psicológicos (sobretudo em África) que permitem pensar que a integração regional permanece, apesar dos insucessos, um elemento central do desenvolvimento do continente (28).

Ao nível da união aduaneira, os países africanos terão que delinear futuramente novas estratégias de desenvolvimento. Neste final de século torna-se claro que a simples «introversão», quer dizer os projectos virados para o mercado regional africano, apesar de melhor dimensionado do que os mercados nacionais, já não é uma garantia suficiente para uma industrialização moderna e competitiva.

É, pois, necessário (ou sê-lo-á a muito breve prazo) implantar indústrias que possam afrontar a concorrência estrangeira tanto no mercado «interno» (nacional ou regional) como no mercado internacional. Ou seja, indústrias viradas para a exportação.

A estratégia de substituição de importações ao abrigo de barreiras alfandegárias fortemente protectoras só tem pleno sentido se concebida como uma fase provisória de aquisição de conhecimentos e de experiência dos PED.

É neste terreno que se afrontam as teorias «livre-cambistas» ou liberais preconizando a «abertura ao exterior» como estratégia de desenvolvimento para os PED e as teorias proteccionistas orientadas para a criação prioritária de um mais vasto mercado «doméstico» (regional), susceptível de aproveitar as economias de escala que implicam as indivisibilidades tecnológicas características da economia moderna (29).

Todavia, o debate não é hoje tão polarizado como se pretende por vezes, e muitos economistas, tal como certos governos dos PED e a maioria das instituições internacionais, procuram soluções mistas de compromisso, nem sempre desprovidas de hesitações ou ambiguidades, diga-se de passagem.

Com efeito, parece difícil adoptar uma política de desenvolvimento exclusivamente «virada para o exterior» sem que hajam pelo menos formas de regulação (30) que, segundo critérios de racionalidade económica, definam prioridades e orientem os investimentos para sectores que sirvam os interesses a curto e a longo prazo dos PED.

(27) Cf. MYINT, 1971, pp. 44.

(28) André Marchal fala, a propósito da CEE, de efeito estimulante (psicológico), efeito de agrupamento e efeito de especialização. Cf. MARCHAL, 1971, pp. 257-259.

(29) Cf. NEZEYS, 1985, pp. 82 e segs. Cf. igualmente algumas contribuições in: B. LASSUDRIE-DUCHENE e J. L. REIFFERS, 1985; GUILLAUMONT, 1988b.

(30) Cf. BOYER, 1986; LIPIETZ, s/d.

(24) Cf. MARCHAL, 1958, pp. 255-266.

(25) Cf. FERREIRA, 1983, pp. 68-80.

(26) Cf. MYINT, 1971, pp. 25-52.

Também as políticas proteccionistas, «viradas para o mercado interno», não podem ser aplicadas rigidamente sem correr o risco de comprometer a modernização de economias mais ou menos isoladas, como a experiência de muitos países africanos o ensina.

É aliás importante notar que o conceito de «industrialização» em África foi tomado exclusivamente numa acepção demasiadamente estreita, ou seja como equivalente de criação de «indústrias transformadoras», sem ter em conta outros elementos fundamentais, como o desenvolvimento de formas modernas de organização e de instituições económicas, a «industrialização» da agricultura com investimentos em capital, a utilização de métodos científicos e de tecnologias modernas (31).

A estratégia de industrialização por substituição de importações, «virada para o mercado interno» e praticando um proteccionismo nem sempre bem doseado, consagrou em muitos casos a quase totalidade dos recursos disponíveis ao sector secundário instalado invariavelmente nos centros urbanos, originando hipertrofias e estrangulamentos (32), causou profundas rupturas no sector primário dos bens alimentares, com o empobrecimento dos camponeses, o êxodo rural, o abandono da agricultura e a diminuição das produções agrícolas. É uma das razões por que muitos PED africanos têm hoje que recorrer a importações alimentares, factor que contribuiu para o agravamento do endividamento externo.

Destes desequilíbrios resultou uma deterioração dos termos de troca internos entre a agricultura e a indústria, obrigando mais tarde os dirigentes africanos a fazerem um tardio balanço da experiência destes últimos 25 anos e a começarem, enfim, a repensar o problema da integração nacional, sem a qual a integração regional parece seriamente comprometida (33).

A verdade é que em muitos casos a aplicação de um proteccionismo doutrinário, sob pretexto de pragmatismo, impossibilitou a importação livre de bens de consumo manufacturados baratos que teriam sido necessários para estimular a produção camponesa destinada tanto ao mercado interno como à exportação. Paradoxalmente, a aparentemente louvável intenção de praticar um proteccionismo destinado a proteger as novas indústrias, quando praticado com excesso e durante períodos demasiado longos, teve «efeitos perversos», na medida em que acabou por se revelar prejudicial à própria industrialização e deu origem, pela incapacidade de resposta da oferta nacional, a mercados paralelos ruinosos para as economias de certos PED africanos.

Acrescente-se a propósito de alguns dos aspectos que decorrem desta questão do modelo de substituição de importações, que o facto de um PED importar bens de capital e *inputs* técnicos nada nos diz, em si, do seu desenvolvimento económico e social. Esses bens de capital podem servir essencialmente para produzir mercadorias de consumo de luxo destinadas a satisfazer a procura exclusivamente das classes sociais abastadas. Apesar de as estatísticas de importa-

ções de bens de capital parecerem indicar um esforço de desenvolvimento, é bem possível que a situação seja menos favorável e até que se estejam a gerar deseconomias externas de vária ordem.

Logo, as indústrias de substituição de importações não devem ser consideradas como *dados* e as necessidades de importação como consequências técnicas do seu funcionamento, como nota justamente H. Myint. O verdadeiro problema económico é saber se as divisas gastas na aquisição dos seus *inputs* tecnicamente necessários não poderiam ser utilizadas mais vantajosamente para outras substituições de importações ou na produção de exportações. Só depois de avaliar a situação nesses termos é que se poderá dizer se a opção escolhida foi a mais conveniente, o que nem sempre tem acontecido.

Esta falta de precaução verifica-se igualmente quando os governos de certos países africanos elaboram projectos de desenvolvimento, por vezes bastante ambiciosos, partindo (pelo menos implicitamente) do princípio de que o desnível entre as *necessidades* previstas e as *receitas* que se espera tirar das exportações, poderá ser eliminado por uma oferta perfeitamente elástica da ajuda internacional (34). Quer esta convicção seja justificada ou não (mas parece bem que não, pois tudo indica que a ajuda vai continuar a declinar fortemente nos próximos anos), uma tal atitude psicológica pode estar a dar origem ao que um autor mais severo chamou «uma mentalidade de assistido», situação que, ao contrário do que seria de esperar, não parece preocupar excessivamente certos governos africanos, apesar dos alertas de autores africanos como o economista Joseph T. Pouémi (35) ou Edem Kodjo, ex-Secretário-Geral da OUA, este último prevenindo que as economias africanas poderão oscilar «entre o risco de serem economias assistidas (só se mantendo pela ajuda externa) e o de serem economias marginalizadas (36), embora haja excepções (37).

A integração regional em África implica igualmente um outro risco: o de o acento tónico ser posto no *alargamento do mercado*, onde as indústrias ocupariam uma posição dependendo exclusivamente da *elasticidade-rendimento da procura* para os seus produtos. Nesse caso a diminuição racional dos custos de produção poderia não resultar, em primeiro lugar, da melhoria da produtividade, mas, antes de mais, do alargamento do mercado (regional).

Para minimizar esse risco, o esforço prioritário deverá ser posto na eficiência e na redução dos custos, de maneira a que as empresas ocupem um lugar nesse mercado em função da *elasticidade-preço da procura* para os seus produtos (38).

(34) Cf. MYINT, 1971.

(35) Cf. POUÉMI, 1981.

(36) Cf. KODJO, 1988, p. 227.

(37) Tudo leva a crer, por exemplo, que Cabo Verde é uma delas apesar das condições particularmente desfavoráveis (350 mil habitantes repartidos em 10 ilhas com uma superfície total de 4000 km² e praticamente sem recursos naturais para exportar). Uma das razões do prestígio deste pequeno país, que tem recebido uma importante ajuda internacional desde a independência, deriva justamente de uma boa gestão dos meios postos ao seu dispor e da sua preocupação em encontrar soluções políticas e económicas pragmáticas que lhe permitam, a prazo, depender o menos possível dessa ajuda. As tentativas de racionalização da sua economia e a «estratégia afro-atlântica» de uma política externa que não aposta exclusivamente na CEDEAO, fazem com que a experiência cabo-verdiana mereça ser seguida com atenção por muitos países africanos.

(38) Cf. MYINT, 1971.

(31) Cf. MYINT, 1971, p. 28.

(32) A propósito do problema da localização das indústrias nos países em desenvolvimento, ver: PEREIRA DE MOURA, 1960 [obra de referência entre as fontes de origem portuguesa].

(33) Cf., por exemplo, OUA, 1982.

Por outras palavras, não é o mercado que tem sempre que se adaptar às capacidades das empresas, mas, pelo contrário, são estas que devem responder o mais possível às necessidades expressas ou potenciais daquele. O aumento da dimensão do mercado não pode corresponder a uma espécie de «renda de situação», mas, antes de mais, a um *desafio* que mobilize energias e capacidades para afrontar a concorrência nacional, regional e internacional, com base na modernidade e em dinâmicas vertentes de especialização.

Acrescente-se ainda que uma das causas da defesa (*quando acrítica*) do modelo de substituição de importações, é a desconfiança sistemática em relação às exportações de produtos primários, a qual resulta de, muitas vezes, não se proceder à análise prévia de vantagens comparativas intersectoriais nem cuidar de saber «para quê» e «para quem» se destinam as *substituições*.

Essa atitude baseia-se na ideia de que a exportação de produtos primários, mesmo quando permite taxas elevadas de crescimento, é por definição um fenómeno não durável, devido à pressão demográfica sobre a terra e à lei dos rendimentos decrescentes, as quais acabariam por travar esse tipo de expansão.

Estamos, pois, perante a distinção clássica entre uma agricultura com rendimentos decrescentes e uma indústria com rendimentos crescentes⁽³⁹⁾, distinção que, vista mais de perto, mereceria discussão. Por exemplo, as biotecnologias modernas podem invalidar em grande parte a tese de uma agricultura com inelutáveis rendimentos decrescentes⁽⁴⁰⁾, embora se reconheça que, nesta matéria, o problema da África é mais grave do que nos outros continentes, por razões climáticas e de qualidade dos solos, entre outras⁽⁴¹⁾.

Ademais, valerá talvez a pena sublinhar uma outra questão metodológica: a distinção entre política orientada para as exportações e política de substituição de importações não cobre a distinção entre agricultura e indústria (Myint).

De facto, pode realizar-se com sucesso um crescimento económico «induzido pelas exportações», quer estas sejam de produtos primários, de produtos industriais ou de prestação de serviços (casos de Porto Rico e de Hong-Kong, mas também da Índia).

Inversamente, o processo de «substituição de importações» pode não se limitar, para ter sucesso, ao sector industrial. Um sector agrícola melhor aproveitado tem muitas vezes oportunidade de abastecer o mercado interno evitando o recurso a importações gravosas para o orçamento de Estado, como é o caso do fabrico de pão de painço (milho miúdo), de sorgo ou de mandioca (produtos cultivados localmente) em vez do pão de trigo, cereal que tem de ser importado pela África⁽⁴²⁾.

Desta forma, o sector primário pode agir indirectamente para favorecer a substituição de importações de bens manufacturados industriais, factor que foi demasiadas vezes ignorado pela maioria dos governos africanos.

Um relatório recente do Secretariado da CNUCED apresentava um balanço pessimista da actividade dos agrupamentos regionais africanos⁽⁴³⁾ e punha em relevo alguns dos problemas da hora actual.

A leitura desse relatório e de outros elementos recentes emanando dos organismos internacionais empenhados no desenvolvimento africano permite tirar várias conclusões sobre a situação actual na África subsahariana.

Os acordos de cooperação entre os países africanos não têm reforçado suficientemente os aspectos sociais com os benefícios inerentes para o nível de vida das populações.

A não participação das empresas, dos trabalhadores e de outros grupos sociais no processo de concepção e na tomada de decisões têm diminuído fortemente o alcance e o significado da ideia de integração.

As insuficientes complementaridades económicas e técnicas acrescenta-se a ausência de solidariedades, sem as quais os projectos de «união» (mesmo apenas aduaneira) não ultrapassam a fragilidade precária da conjuntura.

Foi assim que a maior parte dos programas de *coinvestimento* dos países africanos «nas actividades de produção de alcance regional deram resultados decepcionantes».

Face aos problemas da crise africana e mundial, às dificuldades geradas pelo endividamento externo e pelos desequilíbrios de pagamentos, os países africanos viram-se forçados a adoptar nova política de ajustamento estrutural e a deixar para segundo plano a concertação com os seus parceiros menos avançados das uniões aduaneiras, confirmando de algum modo, sobre esse ponto, os prognósticos sombrios do Prof. Kindleberger em 1976.

O processo de liberalização do comércio entre países membros de agrupamentos regionais foi, em muitos casos, invertido pela introdução de novos obstáculos. Nos últimos anos aprofundou-se assim o fosso entre as prioridades nacionais e as políticas regionais, não havendo, a nível regional, mecanismos preparados para fazer face aos problemas de endividamento e de balança de pagamentos, por exemplo.

Entre 1980 e 1987, dos 7 países da CEA0 4 tiveram que proceder a reescalamentos da sua dívida externa, o mesmo acon-

⁽³⁹⁾ Cf. MYINT, *ibid.*

⁽⁴⁰⁾ Cf. NEZEYS, 1985, pp. 181-182.

⁽⁴¹⁾ Cf. J. MEERMAN e S. H. COCHRANE, 1982, pp. 12-17; KAMARCK, 1978.

⁽⁴²⁾ Na África subsahariana os únicos produtores tradicionais de trigo são a Etiópia e um pouco o Sudão. Em 1982, só o Senegal importou cerca de 6 mil milhões de francos CFA em trigo. A África é hoje um dos maiores consumidores de cereais importados, em parte provenientes da ajuda ocidental. Ela recebe mais de 50% da ajuda cerealífera mundial quando, nos anos 70, essa percentagem não ultrapassava 5%. Em 1978 a Guiné-Bissau recebeu 60 kg de cereais por habitante, no quadro da

ajuda alimentar, a Gâmbia e o Senegal, 34 kg, a Mauritânia, 42 kg, o Burkina Faso (Alto Volta), 12 kg, etc. Nos últimos anos foram tentadas, sem sucesso, experiências de pão de sorgo e pão de mistura (trigo e painço). Também não deram resultados as aplicações da descoberta do Prof. Casier da Faculdade de Ciências Agronómicas de Louvain (devido em parte ao preço do pentosane incorporado), cuja fórmula permite panificar qualquer farinha tropical. Há igualmente resistências de vária origem à utilização de cereais tropicais: hábitos adquiridos dos consumidores, interesses comerciais instalados, falta de políticas governamentais nesse domínio agro-industrial, etc. Cf. *Jeune Afrique Économie* (Paris), n.º 34, Março 1984, pp. 44-49. V. igualmente: M. MEUNIER, «La panification des produits tropicaux», in *Nourrir l'Autrement*, Paris, Altersial/Gret, 1981 (citado in J. A. E. 1984, *op. cit.*).

⁽⁴³⁾ Cf. CNUCED, 1988b.

tecendo com 10 dos 16 membros da CEDEAO e com 4 dos 6 membros da UDEAC.

Esses reescalamentos foram necessariamente acompanhados por medidas de ajustamento estrutural que, não tendo sido aplicadas simultaneamente nos países membros dos agrupamentos, introduziram novos desequilíbrios nas relações comerciais intra-regionais.

Seria excessivo dizer que houve paragem total dos progressos da integração. A acção neste campo prosseguiu em vários domínios, sobretudo quando o interesse nacional dos Estados membros aí encontrava vantagem. Foi assim no reforço de certos bancos e de fundos de desenvolvimento regional, bem como na criação de novas facilidades de crédito à exportação, ou ainda no lançamento de programas sectoriais.

Se se admite que os mecanismos de *integração dos mercados* conseguiram, até certo ponto, funcionar apesar de todas as dificuldades, o mesmo já não aconteceu em matéria de *integração da produção*, cujos resultados foram nestes últimos anos propriamente decepcionantes. Assim, contrariamente aos objectivos fixados, praticamente nenhum crescimento da produção veio apoiar o comércio intra-regional.

A CNUCED reconhece que os grupos de integração continuam a não ter a capacidade adequada nem os instrumentos necessários para a avaliação e coordenação de políticas macroeconómicas dos Estados membros, e mesmo os mecanismos de consulta e cooperação sobre os principais aspectos da política económica (por exemplo em matéria fiscal, de inflação, de emprego ou de fixação de taxas de câmbio), são praticamente desconhecidos nos PED, sem falar sequer dos instrumentos de previsão como os que são utilizados pela CEE.

Em 1980 o Plano de Acção de Lagos decidia incrementar a integração regional em África com vista à constituição de uma «União Aduaneira Pan-Africana» em 1990 e, até ao ano 2000, de uma «Comunidade Económica Africana» única, comum a todo o continente. Na «Acta final de Lagos», os chefes de Estado africanos reafirmavam o seu compromisso em «criar até ao ano 2000 [...] uma comunidade económica africana a fim de assegurar a integração económica, cultural e social do nosso continente. Essa comunidade tem por objectivos promover o desenvolvimento colectivo, acelerado, autodependente e endógeno dos Estados membros, a cooperação entre eles e a sua integração em todos os domínios — económico, social e cultural» (44).

Todavia o processo revelou-se bastante mais moroso e difícil do que previsto, como o sublinha W. Zehender (45).

Até finais de 1988, na CEDEAO nenhum dos países membros tinha podido respeitar os prazos para a redução tarifária. Em consequência, ainda não existe um sistema de trocas preferenciais. Por outro lado, a «regra de origem baseada na propriedade» (segundo a qual, para beneficiar de tratamento preferencial um produto tem de ser fabricado numa empresa de que 51% — em 1989 — pertencem obrigatoriamente a cidadãos do Estado membro donde essa empresa é originária) tem, sem dúvida, constituído um escolho à cooperação no quadro da CEDEAO, uma vez que os Estados membros têm

concepções diferentes quanto ao papel dos investimentos estrangeiros no seu desenvolvimento industrial.

As trocas no interior da CEAO são, em percentagem, o dobro das da CEDEAO. Todos os membros da CEAO são países da zona do franco, o que permite a livre conversão das moedas e facilita consideravelmente as trocas intra-regionais. Existe ainda uma «taxa de cooperação regional» destinada a substituir os direitos alfandegários no interior da zona e que já é aplicada a cerca de 50% dos produtos. Pragmaticamente, os membros da CEAO não criaram nenhum mecanismo semelhante à «regra de origem», baseado na propriedade, o que é igualmente um elemento que tem jogado a favor deste agrupamento.

A CEEAC ainda está numa fase demasiadamente embrionária para se poder fazer qualquer apreciação, o mesmo se passando com a PTA (ou ZEP na terminologia francesa).

Um outro objectivo dos agrupamentos regionais, para além da constituição de uniões aduaneiras por eliminação progressiva de direitos aduaneiros, é a chamada abordagem «funcional» baseada em programas e projectos comuns com vista a estimular o desenvolvimento industrial.

Neste capítulo devem ser sublinhados os esforços realistas da SADCC concentrados em projectos de desenvolvimento precisos, sem referência às teorias da união aduaneira, mas com resultados concretos já no seu activo no que se refere às infra-estruturas de transportes e comunicações e no domínio da segurança alimentar. A SADCC já preparou 500 projectos regionais, representando um investimento na ordem de 6500 milhões de dólares US. No início de 1989, um terço desse montante parece estar já garantido pela ajuda internacional.

No conjunto, os objectivos de integração regional estão longe de ter atingido metas satisfatórias e encontram-se ainda muito aquém, como já referimos, dos projectos pré-concebidos e dos legítimos anseios das populações africanas.

Contudo, deve repetir-se que o desenvolvimento africano não é apenas um problema económico ou financeiro. Ele é igualmente social e político, como as novas teorias do ajustamento estrutural o confirmam hoje em dia, depois dos insucessos dos programas de ajustamento iniciais.

Tudo leva a crer que esse desenvolvimento é um imperativo apenas adiado e que as dificuldades da empresa não devem deixar lugar ao cepticismo negativista.

Imperceptivelmente, os tempos já estão a mudar a fisionomia da África deste fim do século. Ao acordar das letargias ideológicas dos anos 60, as jovens nações sabem que, no processo da formação da sua identidade, contarão antes de mais consigo próprias.

É difícil dizer se elas irão encontrar nos espaços alargados das comunidades regionais as energias necessárias para criar essa nova versão do pan-africanismo a que se chama já a «Comunidade Económica Africana».

Uma coisa é certa: essa construção não se fará apenas com instrumentos económicos, financeiros e tecnológicos. Ela dependerá igualmente do tipo de sociedade que, *livremente*, os povos escolherem.

(44) Cf. OUA, 1982, p. 164.

(45) Cf. ZEHENDER, 1988.

Isso significa que a democracia é uma condição prévia ao desenvolvimento, uma vez que este conceito não pertence em exclusivo a nenhuma sociedade ou cultura, resultando tão-somente da vontade dos homens onde quer que eles se encontrem.

Edem Kodjo tem razão em insistir que o «desabrochar do génio criador do africano só se realizará em sociedades democráticas, onde a livre participação assegure governabilidade, estabilidade e garantia de equidade e de liberdade para todos».

Esse objectivo, não «quantificável», é porém uma das primeiras prioridades do desenvolvimento.

A África, inserida num sistema mundial interdependente e globalizado, não tem que refazer penosamente todas as etapas. Precisa sim de «roubar o tempo histórico dos outros para reforçar o destino e assegurar o futuro» (46).

Março de 1989.

BIBLIOGRAFIA

- ACHARYA, S. N. (1981) — «Perspectives and Problems of Development in Sub-saharan Africa», *World Development*, 9, pp. 109-147.
- BALASSA, Bela (1972) — *The Theory of Economic Integration* (1961), trad. port., *Teoria da Integração Económica*, Lisboa, Clássica Editora, 455 p.
- BALASSA, B. (1984) — «Adjustment Policies on Developing Countries: A Reassessment», *World Development*, 12, 9, pp. 955-972.
- BALASSA, B. (1987) — «Economic Integration», in *New Palgrave — A Dictionary of Economics*, vol. 2, pp. 43-47.
- BOURGUINAT, Henri (1968) — *Les marchés communs des pays en voie de développement*. Genève, Droz, 215 p.
- BOYER, R. (1986) — *La théorie de la régulation: une analyse critique*. Paris, La Découverte, 144 p.
- BROWN, A. J. (1965) — «Should African Countries Form Economic Unions?», in JACKSON, 1965, pp. 176-193.
- CARDOSO, Renato (1986) — «Cabo Verde — Opção para uma política de paz». Praia, Instituto Cabo-Verdiano do Livro, 109 p.
- CHUDSON, W. A. (1964) — «Comparative Costs and Economic Development: The African Case», *The American Economic Review*, May, pp. 400-410.
- CNUCED (1988a) — *The Least Developed Countries: 1987 Report*. New York, ONU, 202 p. + anexos.
- CNUCED (1988b) — *Principaux faits nouveaux intervenus dans les groupements de coopération et d'intégration économique des pays en développement (1985-1987) — Rapport du Secrétariat de la CNUCED*, Doc. TD/B/C.7/87, de 6 de Julho de 1988, New York, ONU, 48 p.
- DIOUF (Makhtar) (1984) — *Intégration Économique — Perspectives africaines*. Dakar, Nouvelles Éditions Africaines, 281 p.
- DELAUNAY, D. (1982) — «La Communauté Économique des États de l'Afrique de l'Ouest (CEDEAO)», in JAMAR, 1982, pp. 179-243.
- FERREIRA, E. S. (1983) — «Teoria da integração e países pouco desenvolvidos», in FERREIRA, E. S. — *Organ. de — Integração Económica*, Lisboa, Edições 70, pp. 68-80.
- FERRINHO, Homero (1987) — *Desenvolvimento Rural*. Praia, Instituto Cabo-Verdiano do Livro, 269 p.
- FRISCH, D., e BOIDIN, J. C. (1988) — *Le processus d'ajustement structurel en Afrique sub-saharienne*, Bruxelles, Europe Information, DE 58, 15 p.
- GIERSCH, H. (1950) — «Economic Union Between Nations and Location of Industries», *The Review of Economics Studies*, XVII, pp. 87-97.
- GUILLAUMONT, Patrick (1985) — *Économie du Développement*. Paris, PUF, 3 vols.
- GUILLAUMONT, P., e S. (1988) — *Sous la direction de Stratégies de développement comparées — Zone Franc et hors Zone Franc*. Paris, Economica, 766 p.
- HABERLER, Gottfried (1964) — «Integration and Growth or the World Economy in Historical Perspective», *The American Economic Review*, LIV, March, pp. 1-22.
- HOFMEIER, R. (1988) — «Coopération régionale en crise ou crise des organisations régionales?», *Le Courrier*, 112, nov.-déc., pp. 54-57.
- INOCÊNCIO, Eugénio, e ENNES FERREIRA, M. (1984) — *CEDEAO — Uma experiência económica em África*. Lisboa, CESA/ISE, Col. «Documentos de Trabalho» n.º 1 [policopiado].
- JACKSON, E. F. (1985) — *Org. de — Economic Development in Africa*. Oxford, Blackwell, 368 p.
- JAMAR, J. (1982) — *Org. de — Intégration régionale entre pays en voie de développement*. Bruges, Éd. de Tempel.
- KAMARCK, A. M. (1978) — *The Tropics and Economic development* (1976), trad. fr., *Les tropiques et le développement économique*. Paris, Economica, 105 p.
- KINDLEBERGER, Charles P. (1954) — «Anciens et nouveaux produits en commerce international», *Économie Appliquée*, VII, 3, juil.-sept., pp. 281-297.
- KINDLEBERGER, C. P. (1976) — *Economic Development*, trad. port., *Desenvolvimento Económico*. S. Paulo, McGraw-Hill, 434 p.
- KINDLEBERGER, C. P., e LINDERT, P. H. (s/d) — *Internacional Economics*, trad. fr. *Économie Internationale*, Paris, Economica, 7^{ème} ed., 648 p.
- KLEIN, P. A. (1988) — «Les politiques de croissance et le développement dans une perspective mondiale», *Revue Internationale des Sciences Sociales*, UNESCO, 118, nov., pp. 531-538.
- KODJO, Edem (1988) — *L'Occident; du déclin au défi*. Paris, Stock, 287 p.
- KOPEN, J. (1987) — «L'Appui de la Communauté Européenne à la coopération régionale dans le Tiers Monde», *Revue du Marché Commun*, 308, juillet, pp. 390-395.
- KRAUSS, M. B. (1972) — «Recent Development in Customs Union Theory: an Interpretive Survey», *Journal of Economic Literature*, X, 2, pp. 413-436.
- LAGARDE, A. (1989) — «Le repli française en Afrique: réalités et faux-semblants», *Marchés Tropicaux*, 10 février, pp. 320-321.
- LASSUDRIE-DUCHENE, B., e REIFFERS, J. L. (1985) — *Org. de — Le Protectionnisme*. Paris, Economica, 803 p.
- LIPIETZ, Alain (s/d) — *La Nation et le Régional: quelle autonomie face à la crise capitaliste mondiale?* Paris, CEPREMAP [policopiado].
- LIPSEY, R. G. (1960) — «The Theory of Customs Unions: a General Survey», *The Economic Journal*, LXX, sept., pp. 496-513.
- MAKOWER, H., e MORTON, G. (1953) — «A Contribution Towards a Theory of Customs Unions», *The Economic Journal*, LXIII, 249, March, pp. 33-49.
- MARCHAL, André (1958) — «Marché Commun Européen et Zone de Libre-Échange», *Revue Économique*, 2, mars, pp. 255-266.
- MARCHAL, A. (1971) — «Les problèmes du Marché Commun», in SAMUELSON et MOSSÉ, pp. 233-283.
- MEERMAN, J., e COCHRANE, S. H. (s/d) — «Crescimento demográfico e produção de alimentos na África subsaariana», *Finanças e Desenvolvimento*, FMI, Set., pp. 12-17.
- MYINT, H. (1971) — «Commerce international et pays en voie de développement», in SAMUELSON et MOSSÉ, 1971, pp. 25-52.
- NEZEYS, B. (1985) — *Commerce international, croissance et développement*. Paris, Economica, 304 p.
- NUNES, M. Jacinto (1970) — *O 2.º decénio do desenvolvimento*. Lisboa, GIS/ISCEF, 81 p.
- OLIVEIRA, H. A. de (1986) — «Organismos de integração económica regional em África», *África* (S. Paulo), 9, USP, pp. 96-112.
- OUA (1982) — (Organização da Unidade Africana), *Plan d'Action de Lagos pour le développement économique de l'Afrique (1980-2000)*. Genève, 173 p.
- PEREIRA DE MOURA, F. (1960) — *Localização das indústrias e desenvolvimento económico*. Lisboa, GIS/ISCEF.
- PINTO, L. M. Teixeira (1961) — *Políticas de desenvolvimento económico*. Lisboa, GIS/ISCEF, 154 p.
- POUÉMI, J. T. (1981) — *Monnaie, servitude et liberté — La répression monétaire de l'Afrique*. Paris, Éd. Jeune Afrique.

(46) Cf. KODJO, 1988, p. 231.

- ROBSON, Peter (1968) — *Economic Integration in Africa*. Londres, George Allen and Unwin, 320 p.
- ROBSON, P. (1970) — «The Distribution of Gains in Customs Unions Between Developing Countries: a Note», *Kyklos*, XXIII, fasc. 1, pp. 117-119.
- ROBSON, P. (1985) — *The Economics of International Integration*, trad. port., *Teoria económica da integração internacional*, Coimbra, 336 p.
- SAMUELSON, P., et MOSSÉ, R. (1971) — Org. de — *International Economic Relations*, trad. fr., *L'Avenir des relations économiques internationales*. Paris, Calmann-Lévy, 367 p.
- TODARO, M. (1981) — *Economics for a Developing World*, trad. port., *Introdução à Economia: uma visão para o Terceiro Mundo*. Rio de Janeiro, Campus, 630 p.
- VINER, Jacob (1950) — *The Customs Union Issue*. Londres, A. Framer, reedição, 1961.
- ZEHENDER, W. (1988) — «La coopération régionale en perspective: quelques expériences en Afrique au sud du Sahara», *Le Courrier*, 112, nov.-déc., pp. 51-53.

REFLEXÕES SOBRE A INTEGRAÇÃO PRÉ-GÂMICA DA ÁFRICA SUBEQUATORIAL NA REDE COMERCIAL DO ÍNDICO

A. RITA-FERREIRA

Há escassas três décadas ainda se atribuíam a histórica estagnação das culturas africanas a fatalismos de ordem geográfica que teriam dificultado os contactos regulares do continente negro com o mundo ultramarino. Desse modo, teria ele ficado irremediavelmente privado desses poderosos estímulos externos, sobretudo comerciais, que, na Ásia e no Mediterrâneo, deram origem às grandes civilizações da Antiguidade. Ainda em 1956 Lord Hailey, no seu monumental levantamento, reconhecia (20, p. 1):

That Africa, for instance, remained for so long «the dark continent» in the eyes of the rest of the world was largely due to the fact that much of its interior was unusually difficult of access [...] It is equally true that the coastline of Africa has furnished few facilities to those who might seek to approach the interior from the sea. The coasts afford little safe anchorage for ships, and the rivers cannot usually be used as routes to the interior[...].

Em escasso período de tempo, estes e outros pontos de vista foram radicalmente modificados graças aos resultados alcançados pela investigação científica interdisciplinar, onde a arqueologia marcou e continuará a marcar lugar de supremo relevo.

No que concerne à África Oriental, sabe-se hoje que os condicionamentos geográficos longe de dificultar tiveram o efeito de facilitar esses contactos.

Existia no Noroeste do oceano Índico um regime de ventos, único em todo o globo: as célebres monções. Graças à sua grande regularidade, veio aquele oceano a transformar-se num vastíssimo «continuum cultural» durante os primeiros quinze séculos da nossa era (8, p. 15). Porém, no paralelo 8º de latitude sul, onde se situa aproximadamente a ilha de Mafia e o estuário do Rufiji, alcançava-se o ponto extremo que permitia aproveitar a monção que de Maio a Setembro sopra em direcção ao Noroeste da Índia, com a certeza de se regressar na monção inversa, que se prolonga de Novembro a Março. À medida que se avança para sul, vai diminuindo a regularidade e intensidade das monções. Os antigos navegadores resolveram este problema fixando-se temporariamente em

locais seleccionados do litoral, onde acumulavam os produtos procurados e aguardavam a monção seguinte para poderem regressar à origem. Ora, no amplo anfiteatro marítimo formado pelo litoral que se estende da ilha de Moçambique a Cabo Delgado e, no lado oposto, pelo Noroeste de Madagáscar, anfiteatro cujo centro é ocupado pelo arquipélago das Comores, as costas apresentam-se extremamente recortadas, oferecendo inúmeros portos, enseadas, abrigos, braços de mar, ilhotas, etc. No continente abundam areais, que o refluxo da baixa-mar põe a descoberto, nos quais as embarcações podiam carregar e descarregar com toda a facilidade, voltando a flutuar com o afluxo da preia-mar (8, p. 16).

Mais a sul espraia-se em imenso delta o maior rio navegável da África Oriental: o Zambeze ou Cuama. No recôncavo onde a costa retoma o sentido norte-sul desaguardam o Punguê e o Búzi, facilitando a penetração. Continuando para latitudes mais meridionais, surge o rio Save, que em tempos antigos permitiu o acesso ao planalto aurífero (47). Por último, no arquipélago do Bazaruto, encontravam os navegantes abrigo, segurança, água potável, terras aráveis, boas pastagens e abundante pescado.

Destas condições souberam tirar proveito os navegadores e comerciantes do Oriente, para usar o genérico preferido por Chittick e Rotberg (9).

Por razões que adiante procuraremos resumir, veio a adquirir projecção em toda a África Oriental a região que se estende desde o Zambeze (Kwama) até ao arquipélago do Bazaruto (Sabduwa), sobretudo a sua ilha Bocica (Wasika), região para a qual o recente e clarificador estudo de Ibrahim K'houry sobre o roteiro de Ahmad Ibn Magid reserva a designação de «Sofala» (28, p. 32).

Felizmente que a arqueologia conseguiu confirmar o papel fundamental que esta região cedo desempenhou no fortalecimento das permutas comerciais entre o interior e os mercados do Índico. Segundo D. W. Phillipson, os espólios arqueológicos estudados até ao presente levam a concluir que 500 anos d. C. os contactos com o exterior beneficiavam unicamente a região aurífera planáltica entre o Alto Limpopo e o Zambeze, bem como as respectivas rotas comerciais, tendo Sofala como seu principal porto marítimo. Mesmo nas latitudes do lago Vitória não aparecem materiais de

proveniência costeira a 30 km do mar, em sítios que se celebrizaram pela olaria «Kwale». No Sul do Malawi, outro local bem estudado que forneceu a olaria dita «Nkope», foram raríssimos os achados comprovativos de intercâmbio com o litoral. A mesma situação se repete nas terras transvalianas a sul do Limpopo (37, p. 151).

No século XV as rotas entre Sofala e outros portos do Índico eram sobejamente familiares aos pilotos árabes, cujos conhecimentos náuticos hoje não oferecem dúvidas aos especialistas (1) (19).

Influências provenientes do mar Vermelho e do golfo de Adem

É sabido como foi rápida a dispersão da metalurgia do ferro pela Arábia. No extremo meridional já se empregava há cerca de 1000 anos a. C., quando ainda era desconhecida no Egipto (37, p. 92). Ali, os árabes sabeanos dispunham de uma civilização relativamente avançada, baseada numa economia mista, com gado miúdo e grão e cultivo intenso de trigo e centeio por meio de charruas atreladas a bovinos. Elaboraram uma escrita própria, derivada do cananeu primitivo. De 1000 a 500 a. C. parte dos sabeanos atravessaram o mar Vermelho e criaram uma civilização urbanizada e alfabetizada nos férteis planaltos do Tigre, na actual Eritreia. No ano de 250 a. C. os sabeanos que continuaram na Arábia iniciaram um período de expansão marítima e territorial que parece ter culminado com a fundação de feitorias na África Oriental. Abdul M. H. Sherif defende que as causas desta expansão se devem procurar na intensa rivalidade económica que se travou entre dois dos Estados derivados da fragmentação do império de Alexandre: os Selêucidas (305-64 a. C.), dominando o golfo Pérsico, encaminhavam para o Mediterrâneo o marfim indiano; os Ptolomeus (305-30 a. C.), baseados no Egipto, procuravam conquistar aquele mercado, oferecendo em concorrência o marfim africano (45, p. 602). Os sabeanos podem, por conseguinte, ser responsáveis pela introdução das espécies numismáticas do Egipto ptolomaico encontradas em Bur Gao, ao norte da ilha de Pate. Porém, cerca de 115 a. C. uma nova potência, o reino himiarita, conseguiu anexar Sabá, Quataban e Hadramaute. Neste período veio a salientar-se o porto de Muza, no actual Iémen, que enviava à África Oriental pequenos barcos cujos tripulantes conheciam as línguas e se cruzavam com mulheres africanas. O autor do famoso *Périplo do Mar Eritreu*, escrevendo no primeiro século d. C., acrescenta que os mercadores de Muza adquiriam na África Oriental marfim e outros despojos a troco de vasos de vidro, armas e utensílios de ferro (16, p. 2).

Entretanto, na margem africana do mar Vermelho, os elementos culturais sabeanos acabaram por se fundir com elementos etíopes, para darem origem a uma civilização e a uma unidade política que no século IV d. C. atingiu invulgar esplendor: o reino de Axum, cuja prosperidade se baseou no comércio com o oceano Índico, sendo Adulis o seu principal porto. Sabe-se ter sido escala da frota mercante romana que traficava com a Índia. Recordemos o enorme aumento no consumo de produtos de luxo que se verificou após Augusto, com a unificação económica da Roma imperial. Os Axumitas empregavam normalmente o bronze e ocasionalmente o ferro. Mas também conheciam o ouro, a prata e o cobre. Deixaram vasto espólio numismático. Os mais impressionantes monumentos de Axum (e mesmo de toda a África subsariana) eram gigantescas

estelas monolíticas representando edifícios de vários pisos. A maior até hoje encontrada mede trinta e três metros de altura (37, p. 95). Mesmo antes de se converterem ao cristianismo, em meados do século IV, os Axumitas atravessaram o mar Vermelho e ocuparam o litoral meridional da Arábia. Mais tarde dominaram o Iémen e Hadramaute, o que explica a existência de uma população cristã e cosmopolita na estratégica ilha de Socotorá, à entrada do golfo de Adem, ilha que voltaremos a mencionar. Só em 578, ano em que nasceu o profeta Mahomet, vieram os Axumitas a ser expulsos da Arábia após o ressurgimento do poderio himiarita. O supracitado porto de Adulis foi visitado em 525 pelo mercador grego Cosmas Indicopleustes, em viagem de Alexandria para Ceilão. Porém, só vinte e dois anos depois, já monge, escreveu a sua *Topografia Cristã*. Freeman-Grenville aventura que o reino de Axum tenha vedado o acesso ao sul da África Oriental. Todavia, em Zanzibar foram encontradas moedas de Justino I (contemporâneo da viagem) e de Justiniano I (contemporâneo da redacção da obra) (16, p. 5). Cosmas indica três pormenores que se nos afiguram de extremo interesse:

- a) a abundância em ouro sob forma de pepitas;
- b) a permutação de ouro por ferro em barra, blocos de sal e carne de bovinos;
- c) as estações opostas às do Médio Oriente, o que confirma a posição subequatorial da região que descreve no continente africano.

A predominância do bronze no reino de Axum e as suas prováveis ligações comerciais com a África Oriental levam-nos a pedir a atenção dos arqueólogos para o estranho elmo, com dois orifícios laterais, ostentando na parte frontal decorações formadas por talhes de forma paralela e triangular. Foi encontrado na antiga circunscrição do Búzi, isto é, na área de Sofala. Encontrava-se em 1946 no Museu Geológico e Mineralógico de Macequece, juntamente com uma placa de esteatite, com orifício para suspensão, decorada com triângulos e quadriláteros preenchidos com entalhes em xadrez, placa que Pires de Carvalho classificou como «talismã» (6, pp. 28 e 29 com desenhos). A análise do bronze (que a ausência de impurezas leva a inferir fosse importado) indicou 89% de cobre e 11% de estanho (1).

Terminaremos estas vagas generalidades sobre a influência do mar Vermelho e do golfo de Adem para relembrar que, a partir dos meados do século XIII os árabes iemenitas e hadramitas voltaram a prevalecer em Quíloa. Nos finais desse século já dominavam politicamente esse rico centro, que Ibn Battuta considerou «uma das mais belas e melhor construídas cidades do mundo» (16, p. 31) e que, em tempos recentes, ocupou longamente a competência e a dedicação de um grande arqueólogo: Neville Chittick (7). Note-se que aquele viajante marroquino, para realizar a sua visita à África Oriental, embarcou em Adem no ano de 1331. Em Quíloa encon-

(1) No Museu de Macequece também existiam algumas argolas finamente trabalhadas, encontradas em local incerto, com a seguinte composição: Cu=66,80%; Sn=2,28%; Zn=29,60%. A presença de zinco indica a sua proveniência ultramarina (6).

trou vários *xarifes*, isto é, descendentes de Mahomet, provenientes de Hijaz, província natal do profeta. No seu regresso tomou o barco para Dhofar, na costa omanita voltada para o mar da Arábia.

Esta rivalidade entre Iemenitas e Omanitas remonta, como adiante veremos, a épocas muito recuadas. Relembramos o comentário de Edrisi, que, como se sabe, escreveu cerca de dois séculos antes de Ibn Battuta (26, p. 58):

Les Zendjes (Negros) ont au fond du coeur un grand respect et beaucoup de vénération pour les Arabes, soit voyageur, soit négociant, ils se prosternent devant lui, exaltent sa dignité, et lui disent dans leur langue: Soyez le bien-venu, ô fils de l'Iémen.

Influências provenientes do golfo Pérsico e do mar da Arábia

O historiador zanzibar-omanita A. H. Al-Maamiry defende que tábuas cuneiformes datadas do 3.º milénio a. C. já mencionam a frequência dos portos da Suméria por navegação mercante proveniente do estreito de Ormuz (2, p. 1). Trazia do vale do Indo — onde brilhava outra civilização — produtos inexistentes nas aluviões da Mesopotâmia: metais, marfim, madeiras e pedras preciosas. Recordemos que, mais tarde, parte do exército de Alexandre, que atingiu o actual território do Paquistão em 236 a. C., regressou à sua origem por via marítima.

Lembra o mesmo autor que em épocas mais recentes — mas ainda antes de Cristo — o mais importante porto comercial omanita foi Dhofar, na costa do mar da Arábia. Os seus marinheiros já utilizavam o regime das monções. Durante o declínio e a derrocada do poderio romano, a supremacia sobre o tráfego do golfo Pérsico transitou para o Império dos Sassânidas (226-640), que desde o seu início procurou transformar-se em potência naval. O aparecimento do ferro e da produção alimentar entre os clãs protobantos que ocupavam a região entre o litoral e o lago Vitória (37, cap. VI) pode justificar o informe prestado por T. M. Ricks de que, no reinado de Ardachir (226-241 d. C.), os produtos da África Oriental eram trocados, não por utensílios e armas de ferro (como acontecia no século I d. C. com o porto de Muza), mas por pérolas, tecidos, tâmaras e tintas de púrpura (39, p. 342). No século VI os comerciantes persas estenderam as suas actividades até à Índia quando aqui o consumo local de marfim ultrapassou a produção, passando desde então a recorrer à África (45, p. 611). Visando decerto dominar o tráfego do mar Vermelho, os dirigentes persas levaram as suas conquistas até ao sul da Arábia e ao Egipto.

Muito embora a Pérsia haja sucumbido à invasão muçulmana de 635, prolongou-se por bastante tempo a sua influência na costa africana, sendo provável que remonte a este período a cerâmica dita «sassânica-islâmica» dos séculos VII e VIII recentemente encontrada nas ilhas do Bazaruto e em Chibuenne-Vilanculos (35, pp. 71-76).

Com o advento dos califas abássidas (750-1258), o imame de Mascate iniciou, por sua vez, um período de expansão ultramarina, conquistando entre 752 e 754 a estratégica ilha de Socotorá, à entrada do golfo de Adem. Ali predominava uma comunidade cristã deixada pelos conquistadores axumitas da Eritreia, que, como referimos, ocuparam até 578 o extremo meridional da Arábia. Os habitantes de Socotorá vieram a revoltar-se um século depois, mas foram definitivamente subjugados por um exército omanita transportado em nada menos do que cem navios. O arabista J. C.

Wilkinson, a propósito deste acontecimento, fornece interessantes pormenores sobre as regras elaboradas por Mahbub, eminente jurista, teórico do ibadismo e principal juiz em Sohar, de 863 a 873. Nelas estabeleceu os comportamentos distintos a que os crentes ficavam obrigados nas suas relações com os cristãos monoteístas de Socotorá e com os pagãos politeístas da costa africana (53, pp. 275-281). O estudo destas regras parece indispensável para compreender os efeitos da permanente «guerra santa» mantida pelos omanitas e outros muçulmanos contra os gentios negros, de quem Al-Masudi escreveu: «Cada homem presta culto ao que prefere, seja uma planta, um animal ou um mineral» (16, p. 17). Tal pode explicar a voluntária islamização das populações hoje ditas «suáílis», apesar da inexistência de qualquer esforço institucional de natureza missionária, semelhante ao que adoptou o cristianismo.

Voltando aos Abássidas, lembraremos que, após a fundação da sua capital em Bagdade, no ano de 763, os dirigentes do califado sofreram profunda influência da civilização persa, vindo a perder, progressivamente, os contactos com os fundamentos arábicos e mouriscos do Islão. Aumentou o interesse comercial dos portos do golfo Pérsico pelos produtos fornecidos pela África Oriental, com relevo para Siraf, naturalmente dotado para receber navios de alto mar. Foi aqui feita a colectânea de Buzurg, com narrativas lendárias sobre viagens marítimas, da qual consta a aventura passada por um chefe africano de Sofala, traçoeiramente raptado e reduzido à escravidão por árabes omanitas (16, pp. 9-13). Vasta projecção histórica alcançou um dos testemunhos mais gritantes desses contactos comerciais com África: a revolta dos milhares de escravos negros empregados por latifundiários no delta do Tigre-Eufrates, nos trabalhos de recuperação das ricas terras aluvionares outrora irrigadas por um sistema de canais. Ocorreu em 869, e só com extrema dificuldade pôde ser jugulada em 883 (11, pp. 6-7).

Em consequência do destrutivo terremoto de 977, Siraf veio a perder a sua posição de empório comercial entre o golfo Pérsico, a África Oriental e a Ásia do Sul e Sudeste. Este desastre natural pode ter contribuído para a ascendência dos árabes omanitas, desde os Sassânidas integrados harmoniosamente na rede mercantil do Índico. A partir da sua base em Socotorá, conseguiram incrementar o número de expedições anuais para captura de escravos na costa oriental, cujos habitantes, como dissemos, eram juridicamente classificados como inimigos a guerrear e a saquear sem quartel, visto se não acharem convertidos a qualquer religião monoteísta. Esses escravos eram comercializados em larga escala entre as diversas unidades políticas que ocupavam as terras banhadas pelo golfo Pérsico. J. C. Wilkinson entende que as divisões políticas, étnicas e mesmo religiosas não levantavam obstáculos à cooperação entre os mercadores de diversas origem que actuavam na África Oriental, pelo que a actividade dos omanitas (apesar da sua esmagadora superioridade naval) não pode ser isolada da que era desenvolvida por outros entrepostos comerciais do golfo Pérsico e do golfo de Adem (53, p. 281).

Do relato de Al-Masudi, que percorreu os portos da África Oriental em 916, podem extrair-se informações sobre os seguintes pontos (16, pp. 14-47):

- a) o envolvimento simultâneo de barcos mercantes de Siraf e Omã no tráfego com essa região;

- b) a abundância de marfim, âmbar, peles de leopardo e carapaças de tartaruga;
- c) o facto de o marfim de elefante se destinar exclusivamente à exportação para a Índia e China;
- d) a produção aurífera de Sofala;
- e) a não domesticação de elefantes;
- f) o uso de bovinos para efeitos de montada e de transporte de carga;
- g) a mexoeira como base alimentar;
- h) a banana e o coco na alimentação;
- i) o término da costa oriental nas terras de Sofala e dos Wak-Wak.

Posteriormente veio a registar-se um longo período de conflitos externos e internos, que enfraqueceram enormemente o Imamat de Omã de meados do século XI até aos finais do século XII. Os laços entre Omã e Quíloa vieram a romper-se no início do século XIII. Embora por curto período, a região de Xiraz, no Noroeste da Pérsia, passou a ganhar preponderância, transformando-se no centro motor de uma nova rede comercial que operava nos mercados ultramarinos por intermédio das ilhas de Quiche (*Kish* ou *Qeys*), mais próximas do estreito de Ormuz. Foi logo nos finais do mesmo século, como já notámos, que os árabes iemenitas e hadramitas conseguiram controlar completamente a cobiçada Quíloa. O sultão de Sofala, até então reduzido à condição de simples intermediário, alcançou libertar-se da opressiva dominação económica desse empório algum tempo antes da chegada de Vasco da Gama.

A propósito da placa de esteatite que Pires de Carvalho classificou como «talismã» (6, pp. 28 e 29 com desenhos), julgamos que os arqueólogos têm aqui mais uma oportunidade para ajudar a proto-história. Será que constitui outra prova das ligações com Quíloa, que, para efeitos de reexportação, adquiria grande quantidade de esteatite na região de Vohémar, no Noroeste de Madagáscar (8, p. 19)? Fazemos votos por que essa interessante peça se encontre a bom recato juntamente com o elmo de bronze que em 1946 se exibia no Museu de Macequece.

Presença indonésia e malgaxe

Como é sabido, trata-se do advento que mais surpreende devido à sua antiguidade, à qualidade das embarcações empregadas, à considerável distância percorrida e à ausência de provas documentais directas. Considera-se hoje dado indiscutível que o malgaxe se integra no grupo linguístico malaio-polinésio e se encontra estreitamente relacionado com o *maanjan* do Sul de Bornéu. Os resultados alcançados não apenas pelos estudos linguísticos mas igualmente pelas escavações e datações arqueológicas e, ainda, pelas contribuições da antropologia física e cultural parecem concordar na definição de duas vagas principais: uma dita «protomalgaxe» nos séculos IV e V, que se concentrou no Norte da grande ilha; outra dita «neo-indonésia», que ocorreu entre os séculos XI e XIV e acabou por se fixar nos grandes planaltos interiores (33, pp. 53-55).

No Norte do actual Moçambique a influência de navegadores indonésios ou dos seus descendentes malgaxes é atestada pela sobrevivência das pirogas de balanceiro com as designações regionais de

mitumbui, *cumpulo* e *cangaia* (36, pp. 20 a 23, com fotografias coloridas).

No litoral meridional, entre os rios Save e Limpopo, notabilizou-se um admirável instrumento que pelo menos quatro musicólogos afirmam ser originário da Indonésia: o xilofone de teclas de madeira (25), (27), (29), (51). O engenhoso povo chope aperfeiçoou a sua concepção, manufactura e afinação para formar grandes orquestras, que não encontram comparação no resto da África Negra. Mas era no Govuro, na margem direita do Save, que o xilofone, tomado isoladamente, alcançava a sua mais elevada expressão técnica e artística (50).

É esta possibilidade da presença indonésia que nos inclinou a considerar importante a informação de ter sido encontrada no litoral de Inhambane a hemoglobina anormal conhecida por «D», que apenas na ilha de Bornéu surge com relativa frequência (41, p. 52, nota 32). Face à afirmação de J. Hiernaux «[...] physical anthropology can state only that no trace of an Indonesian element is discernible in the biological characters on the Central and East African populations» (22, p. 515), estaríamos perante a primeira característica biológica relacionando Bornéu e Madagáscar com o Sudoeste da África.

Parece ser algo fantasiosa a tese de Raymond Mauny (32) defendendo a existência de dois territórios que Al-Masudi e outros cronistas árabes (16, pp. 14-15) designariam por Wak-Wak: um englobando Madagáscar e a costa africana fronteiria; outro compreendendo o arquipélago da Indonésia. Tanto esse homógrafo como o genérico citado por Edrisi (*Zaledj* ou *Zanedj* na tradução de P. A. Jaubert, *Djawaga*, nas traduções de G. Ferrand e M. Guillaín) designariam especificamente Madagáscar e os arquipélagos satélites (33, p. 58).

A composição racial malgaxe, com importância considerável e assaz antiga de elementos bantos, leva a inferir que no período pré-gâmico houve migrações da costa africana para a grande ilha. Presumimos nós, à luz do comportamento dos dirigentes malgaxes, incluindo os integrados na civilização suaíli, que a procura de escravos negros se tornou numa prática corrente e com profundas raízes na tradição.

Presença indiana

Entre outros autores, foi Roger Summers quem, em bases mais sólidas, defendeu a contribuição que teriam dado imigrantes indianos para o início, no século VI, da mineração aurífera no planalto que se estende do Limpopo ao Zambeze. Fundamentou-se, em parte, em semelhanças com as técnicas usadas nas antigas minas de Mysore, no Sul da Índia, cuja produção começou a diminuir no século IV (47, pp. 116-119). No entanto, esta hipótese não mereceu aceitação geral, tendo, pelo contrário, encontrado opositores melhor apetrechados entre os arqueólogos mais modernos.

Já no início da presente década, outro historiador, Cyril A. Hromnik (23), voltou a sustentar a hipótese da grande contribuição cultural e tecnológica fornecida pelo subcontinente indiano, contribuição que explicaria certos enigmas da antiga África como a dispersão dos Bantos, a metalurgia do ferro, algumas crenças religiosas, a origem dos bovinos da espécie zebu e dos ovinos de cauda

adiposa, a introdução de novas plantas alimentares e diversas variedades de algodoeiro, as técnicas de mineração de ouro, cobre e estanho, etc. Esta obra foi objecto de sólida refutação por parte dos arqueólogos Martin Hall e C. H. Borland (21), à qual o criticado respondeu com redobrado vigor, baseado fundamentalmente em argumentos de natureza linguística (24).

Parece oportuno apresentar aqui explicação para a alegada exportação de ferro de Sofala para a Índia, onde era utilizado na fabricação de aços de fina tempera.

Como se sabe, no início da era cristã a África Oriental transitou directamente dos instrumentos de pedra para os de ferro fundido. Este salto qualitativo tem fornecido sólido argumento para a hipótese da sua introdução do exterior já sob forma relativamente avançada. É que, como acentua D. W. Phillipson, a fundição efectiva, por redução, dos minérios de óxido de carbono, requer temperaturas de, pelo menos, 1100 graus centígrados. É o normal nas escórias do Zitundo analisadas por M. Tornblom (35, p. 151). O ponto de fusão atinge-se a 1500 graus. Todavia, graças ao prolongado aquecimento de minério com carvão vegetal, não só se consegue obter aquela redução como se permite que o ferro absorva carbono suficiente. Foi este o processo geralmente empregado na África subsariana durante a Idade do Ferro pré-histórica (37, p. 87). Outro arqueólogo, Neville Chittick, que encontrou abundantes vestígios dessa metalurgia em Manda e até em Quíloa, frisou que o ferro fundido pelos métodos mais simples e mais primitivos fornece o melhor aço. Nos fornos rudimentares africanos o mineral coagula-se numa massa esponjosa, que era repetidamente malhada, dando oportunidade a que nela fosse incorporada a maior quantidade de carbono possível. Convenientemente forjado, atingia a melhor tempera (8, p. 19). Assim se descobriu uma explicação racional para a intrigante notícia prestada pelo geógrafo Edrisi no século XII, (pp. 65-66):

[...] Les habitants sont pauvres, misérables, et n'ont d'autre ressource pour vivre que le fer; en effet, il existe un grand nombre de mines de ce métal dans les montagnes du Sofala. Les habitants des îles de Zanedj (que outros geógrafos designam por Zaledj, Ranah ou Ranah, e que possivelmente se referem a Madagáscar e arquipélagos circundantes) et des autres îles environnantes viennent chercher ici du fer pour le transporter sur le continent et dans les îles de l'Inde, où ils le vendent à un bon prix, car c'est un objet de grand commerce et de grande consommation dans l'Inde [...] où l'on fabrique les sabres les plus estimés de l'univers [...]

Não passamos sem chamar a atenção para os esforços intensos e prolongados exigidos pelos processos acima referidos. N. J. van der Merwe, utilizando homens que na sua mocidade tinham sido aprendizes de fundição, conseguiu recriar ao vivo a técnica dos fornos tradicionais. Para fabricarem o carvão vegetal indispensável, seleccionaram cuidadosamente várias espécies de madeira rija. Com cerca de uma tonelada desse carvão especial conseguiram produzir apenas duas a quatro enxadas (143, p. 388).

Uma recente contribuição de Geneviève Bouchon pode conciliar a presença dessa minoria de indianos entre uma maioria de árabes e

persas (5). A penetração de muçulmanos na costa do Malabar processou-se lentamente devido às conhecidas regras de pureza de casta que desde sempre manietaram os contactos dos hindus com imigrantes ultramarinos. Os navegadores e comerciantes da Arábia para sobreviverem durante os meses (Agosto a Janeiro) em que eram forçados a aguardar a monção seguinte, coabitavam com mulheres locais, pertencentes às castas mais baixas de pescadores e marinheiros, em casamentos temporários, *muta*, previstos pelo direito corânico. Multiplicando-se demograficamente, tais comunidades de origem obscura foram ganhando dinamismo e acumulando riqueza, como já pôde ser constatado por Ibn Battuta em meados do século XIV. Vieram a espalhar-se por todo o Índico, de Sumatra a Sofala, esses guzarates islamizados pelos contactos comerciais ou pelas conquistas militares, beneficiando simultaneamente do apoio de poderosos sultões, de uma marinha mercante considerável (4, p. 4), do suporte financeiro da casta dos comerciantes *vania* (de cujo plural advém o aportuguesado «baneane») e, finalmente, da grande produção de manufacturas que caracterizava a região de Cambaia. Há que considerar igualmente que a mobilidade das sociedades islâmicas se contrapunha à rigidez das instituições bramânicas e conseguia atrair e converter voluntariamente numerosos indianos excomungados e banidos da sua casta pelos intolerantes sacerdotes hindus. Nas regiões em que as interdições do hinduísmo eram rigorosamente observadas, a repulsa pelas travessias marítimas que afligia os membros das castas superiores, favorecia o domínio do comércio transoceânico pelos mercadores muçulmanos. A navegação de cabotagem multiplicava as ligações e as alianças e promovia quer o consumo de novos produtos, quer a transmissão de técnicas desconhecidas ou mais avançadas (5, pp. 30 a 32).

Na mais antiga documentação portuguesa também se podem encontrar valiosos elementos para o estudo desta expansão pré-gâmica, pela «costa de Sofala», de profissionais indianos provenientes do golfo de Cambaia, mas já de confissão islâmica, genericamente designados por «mouros». Relembramos o relato da viagem inicial de Vasco da Gama feito pelo cronista Gaspar Correia (10, tomo I, p. 32), que A. A. Banha de Andrade considera merecedor de especial credibilidade porque, na qualidade de secretário de Afonso de Albuquerque, teve oportunidade de reunir valiosa documentação escrita, entre a qual cita as notas de viagem do clérigo João Figueira (3, p. 679):

[...] e assim indo, [da costa do Natal para norte] houveram vista de uma vela que vinha do mar para terra, com o que houveram mui grande prazer, dando muitos louvores a Nosso Senhor por os trazer a terra de navegação.

Este veleiro conseguiu, no entanto, escapar à perseguição. Porém, mais adiante, «viram uma grande enseada e logo ao socairo da ponta viram um zambuco surto». O batel arriado logrou alcançar uma almadia saída daquela embarcação, cujos seis tripulantes negros se escapuliram nadando para terra. Apenas nela restou «um mouro que não fugiu porque não sabia nadar». Era natural de Cambaia e, prontificando-se a colaborar com vista ao incremento dos seus negócios, aconselhou os portugueses como deviam evitar

os baixios de Sofala, que efectivamente ultrapassaram «navegando pelo espaço de dias».

Sem a mínima pretensão porque se trata de matéria totalmente alheia às nossas competências, ousaremos acrescentar que sempre nos pareceu incompreensível como Vasco da Gama pôde descortinar e penetrar na difícil barra de Quelimane, totalmente invisível do mar. Não teria sido este ou outro «mouro» que lhe revelou a existência do primeiro estabelecimento islâmico com que deparou no Índico e que por isso denominou «Rios dos Bons Sinais»? Note-se que os tripulantes do terceiro zambuco encontrado informaram que «àvante achariam um lugar, em que havia muita gente e trato».

As investigações etnológicas também fornecem dados que parecem confirmar a remota influência indiana.

H. Ph. Junod mencionou a existência, entre os (Bi)Tongas de Inhambane, de métodos de pesca, de encantamento de serpentes por meio de flautas, de adivinhação por consulta dos intestinos de roedores e galináceos.

Velez Grilo defendeu a influência do hinduísmo em objectos rituais. Por exemplo, os médicos-mágicos chopos chamavam *siyoni* ao símbolo sagrado constituído por um cilindro encimado por uma ave de rapina, no qual se enroscava uma serpente, símbolo semelhante ao *yoni* dos adoradores de Xiva. Aqueles dois animais representariam, respectivamente, os órgãos genitais masculino e feminino (18). Entre parêntesis acrescentaremos que, segundo nos foi comunicado pessoalmente por P. L. Breutz, o grande etnólogo H. Baumann, seu mestre, acreditava na forte influência exercida pelas ideias religiosas dos hindus sobre as culturas do Sudeste da África.

Harald von Sicard citou tradições orais recolhidas entre povos do interior, nas quais é referida a penetração de navegadores asiáticos pelo rio Save (46).

Enfim, o estupefaciente fornecido pela *Cannabis sativa*, de indubitável introdução pré-gâmica (48), é conhecido no Sul do Zambeze pelo seu nome persa e indiano: *mbangui*. A arqueologia encontrou cachimbos de pedra entre sothos e angues (52, p. 63).

Finalmente, de novo a arqueologia contribuiu para o esclarecimento deste evasivo problema. R. W. Dickinson, durante as escavações que efectuou no litoral de Sofala entre 1969 e 1972, deparou com olaria decorada com aplicações sobrelevadas totalmente estranhas às culturas africanas e à civilização suaíli, aplicações que apresentam semelhanças com as do golfo de Cambaia e de outros locais da Índia Ocidental. Sugere que seja proveniente de pequenos grupos de comerciantes indianos operando em Sofala e na foz do Save, na transição do século XIV para o século XV (12, p. 102).

No estado presente dos nossos conhecimentos, não é possível definir o papel desempenhado por essas pequenas colónias de indianos. Pode até questionar-se a sua ligação eventual com as vultosas importações provenientes de Cambaia. Na verdade, durante a transição do século XIV para o XV, Quíloa era dominada por uma dinastia proveniente do Sul da Arábia, fazendo-se possivelmente em Adem o transbordo das mercadorias provenientes de ou destinadas à Índia.

Caberá aqui fazer alusão a outra importante mas indirecta contribuição das manufacturas de Cambaia: essas famosas missangas que os Portugueses nunca conseguiram fabricar, apesar de séculos de contactos comerciais com o continente africano. A época de esplendor e prosperidade que atravessou a cidade de Quíloa nos finais do século XIV e princípios do século XV, baseada principalmente no ouro drenado por Sofala, encontra-se estreitamente associada à actividade extractiva e comercial de um vastíssimo *hinterland*, desde Mapungubué, no vale do Alto Limpopo, até Ingombe Ilede, na confluência do Cafué com o Zambeze, passando, enfim, pelo Grande Zimbabué. Esta estreita correspondência é reconhecida pela generalidade dos arqueólogos e, por tal motivo, não iremos aqui e agora entrar em pormenores. Queremos apenas realçar que neste e em outros sítios se encontraram quantidades enormes de missangas coloridas indianas e até provas da importação de tecidos de Cambaia, ocasionalmente preservados pela corrosão de ornamentos de cobre (37, p. 193).

A quantidade e a dispersão dessas missangas possibilita a confirmação dos quadros cronológicos elaborados com base em outros métodos. Julgamos que Moçambique ainda carece de um esforço sistemático nesse sentido. No entanto, desde há mais de meio século que a contaria encontrada entre o Zambeze e o Limpopo tem chamado a atenção de arqueólogos como P. W. Laidler (30). Mais recentemente, Neville Chittick, na monumental obra em que concentrou o resultado das suas escavações em Quíloa, não deixou de incluir uma classificação e um estudo comparativo das missangas (7).

Esses indianos que deixaram os vestígios encontrados por R. W. Dickinson teriam vindo comprar marfim e pontas de rinoceronte? Ou, mais prosaicamente, esse «esterco de pombas» recolhido em ilhotas (guano?) destinado a tinturarias de Cambaia, que transportava o terceiro zambuco encontrado por Vasco da Gama antes de aportar à ilha de Moçambique?

Ouro de aluvião e ouro de mineração

Acentuamos esta distinção porque, com base numa abordagem antropológica, estamos profundamente convencidos de que a mineração propriamente dita deve ter sido antecedida por um longo período de simples colecta de ouro aluvionar.

Levando em consideração as provas arqueológicas, D. W. Philipson aventa que, cronologicamente, o início da mineração em reduzida escala coincidiu com um salto quantitativo na importação de missangas. Tal ocorreu nos finais da Idade Antiga do Ferro, entre os anos 800 e 1000 d. C., nas manchas auríferas que as modernas prospecções permitiram demarcar nos vales do Mazoe e do Save, rios que tinham a particularidade de oferecer fácil comunicação com o litoral (37, p. 149).

Apesar dessa facilidade de acesso, podem formular-se interrogações que julgamos pertinentes se pretendermos reconstituir, em imaginação, como puderam evoluir os primeiros contactos entre as dispersas povoações familiares de protobantos sitas nas proximidades das praias e aqueles temíveis e estranhos homens cujos poderes aparentemente sobrenaturais lhes permitiam que flutuassem e sin-grassem na vastidão das ondas oceânicas. Este temor infundido pelos navegantes ainda se pôde constatar nos relatos etnográficos do

século passado, como o da célebre crença, alimentada por algumas tribos angunes, na existência de monstros marinhos capazes de espalhar infandas calamidades. Esse mesmo grupo étnico (como outros grandes pastores de bovinos do Nordeste africano) observava a rigorosa interdição do consumo de peixe e mariscos e, simultaneamente, um peculiar tabu relativo ao contacto com a água dos rios e lagoas e talvez também dos mares (40, pp. 223-224). A hostilidade sempre manifestada pelos antepassados dos Chopes contra os náufragos portugueses também se pode radicar em superstições deste género. Por outro lado sabe-se como eram correntes as práticas de «comércio silencioso» semelhantes às descritas por Cosmas Indicopleustes no século VI, em que as pepitas de ouro eram trocadas por ferro, sal e carne de bovinos (16, pp. 6-7) ou, ainda, por António Fernandes no reino de Mombara, produtor de cobre a sete jornadas do Muene Mutapa, no início do século XVI (49, p. 24).

Radica-se decerto em fortuita coincidência o conhecimento da existência de pepitas de ouro no litoral entre o Zambeze e o Save. Podemos conceber que as mais belas e de maior volume fossem usadas como adorno ou talismã por alguns habitantes do litoral, que as teriam adquirido por troca com sal aos povos do interior. Reconhecidas pelos tripulantes de qualquer desgarrada embarcação vinda de latitudes mais setentrionais, por elas ofereceram peças de roupa, armas de ferro ou quaisquer outros artigos que hajam despertado a cobiça dos naturais. Com o tempo a notícia da vantajosa permuta foi-se propagando pelas comunidades portuárias do Índico e pelas comunidades clânicas ou tribais das regiões onde existiam depósitos aluvionares. Mas a distância a que estas se situavam e a raridade das embarcações que se aventuravam até costas tão longínquas e que as monções mal atingiam, leva a conjecturar quantos longos anos de contactos esporádicos foram necessários para que o negócio ganhasse suficiente ímpeto e regularidade. Só quando tal aconteceu e as aluviões auríferas se esgotaram é que os habitantes das regiões produtoras, impelidos pelos hábitos de consumo entretanto desenvolvidos, devem ter decidido iniciar os trabalhos de prospecção, mineração e trituração. Esses trabalhos, que hoje sabemos terem sido difíceis, prolongados e perigosos, com a escavação de chaminés verticais e de estreitas galerias oblíquas alargadas no fundo em forma de câmara para aí ser desmontada com fogo e água a rocha aurífera e, enfim, com o arrastamento dos cestos com pedras até à superfície, onde, em laje apropriada, estas eram trituradas sob uma rocha esferóide, accionada por um sistema de baloiço.

Felizmente que a arqueologia veio dar substância a esta fantástica hipótese quando descobriu e datou em Chibuene e nas ilhas do Bazaruto os espólios que remontam ao século VII. Felizmente, repetimos, que surgiu um arqueólogo altamente qualificado que vem defendendo, com provas irrefutáveis, a importância desempenhada pelo ouro aluvionar no comércio com o exterior. Referimo-nos a I. R. Phimister, remetendo o leitor interessado para as informações técnicas que prestou (38).

Recordemos que António Fernandes, nas viagens que efectuou pelo interior, no início do século XVI, assistiu simultaneamente a trabalhos de mineração e de colecta de pepitas. A exploração de aluviões auríferas manteve-se até meados do presente século. Na década de 1940 os naturais ainda apanhavam pequenas pepitas no rio Luenha para venda em cerdas de porco-espinho, os célebres e centenários *maticais*. Na mesma época ainda operava em Mace-

quece, num fundão fluvial, uma draga para elevação e tratamento de aluviões auríferas (6, p. 26).

Relevante para os nossos limitados propósitos é o estudo em que I. R. Phimister corrige o histograma elaborado por Roger Summers, nos finais da década de 1960, para representar o evoluir da produção aurífera, que teria totalizado vinte e dois milhões de onças de 600 até 1883 nas cerca de quatro mil pequenas minas pré-coloniais que recenseou na então Rodésia do Sul (47). Baseado em conhecimentos técnicos mais actualizados sobre a constituição geológica, os processos de extracção e a análise dos minérios, reduz aquela estimativa para sete a nove milhões de onças com o seu máximo de 1100 a 1450 (38, pp. 16-17). De inegável interesse histórico é a sua informação sobre as cotações de ouro no mundo islâmico, que teriam atingido o seu valor mais elevado entre os séculos IX e X, mantendo-se em alta até um período avançado do século XII.

Bastam estes dados, mesmo superficiais, para lamentar que ainda não tenha sido feito qualquer levantamento sistemático sobre a exploração, transporte e comércio do ouro na região onde hoje se situa Moçambique e o Zimbabué. Para completar a grande massa de dados arqueológicos até ao presente recolhidos neste último país, formulamos votos para que em Moçambique possam ser feitas pesquisas com o mesmo rigor e a mesma intensidade, pelo menos nas regiões onde se sabe que foi produzido ouro, como Manica e Barué.

Alguns aspectos da civilização suaíli

Historiadores, arqueólogos, linguistas e outros investigadores que se têm dedicado à reconstrução do passado africano, deverão ter constantemente presente a importância fundamental que, na costa oriental, desempenhou a civilização suaíli, da qual foi recentemente apresentada uma síntese por Victor V. Matveiev, síntese que, na sua generalidade, nos parece aceitável (31, pp. 495-522). Aqui e agora queremos apenas discordar de duas das afirmações desse autor. A decadência desta civilização teria começado com a destruição, pelos Portugueses, da rede de comércio marítimo que durante séculos ela tinha conseguido manter com os centros produtores e consumidores dispersos pelo Índico Ocidental. Tanto quanto podemos ver, nem as autoridades, nem os particulares de origem ou assimilação portuguesa, dispunham de poderio naval, capital mercantil, potencial demográfico, produtos manufacturados e pessoal devidamente qualificado para poderem dispensar os talentos, os recursos e os conhecimentos especializados quer dos elementos da civilização suaíli quer dos agentes económicos de origem asiática que, por bastantes séculos, mantiveram em funcionamento os circuitos comerciais tanto terrestres como oceânicos. A segunda afirmação que merece a nossa discordância respeita ao pretenso desinteresse dos Suaílis pelo desenvolvimento das forças produtivas.

Mas continuando. Essa civilização iniciou no século XII o seu período formativo, graças a uma simbiose entre elementos culturais de proveniência banto, árabe, persa e indiana. Baseou a sua estrutura económica em pequenas explorações agrárias, piscatórias e artesanais e no comércio terrestre e marítimo, após dominar a tecnologia da construção naval e da navegação de alto mar. Formou

múltiplos agregados urbanos ao longo do extenso litoral, edificando mesquitas, palácios e fortificações com alvenarias de pedra e cal. Encontrava-se dividida em unidades políticas que gozavam de bastante autonomia, quando não eram completamente independentes. A adopção do islamismo ocorreu em época relativamente tardia, com início nos finais do século XII. Adoptaram o alfabeto arábico na escrita da sua língua, de fundo gramatical banto mas enriquecida com inúmeros termos importados.

Iremos referir aqui alguns aspectos desta civilização, que nos parecem merecer especial atenção aos arqueólogos interessados na região onde hoje se situa Moçambique.

A civilização suaíli assimilou e difundiu grande número de plantas utilitárias, oriundas da Ásia Meridional e do Médio Oriente: arroz, coqueiro, citrinos, café, bananeiras, romã, mangueira, gergelim, cana-sacarina, feijão nhemba, produtos hortícolas e diversas variedades de algodoeiro. Tendo em conta o que aconteceu em Madagáscar e no arquipélago das Comores, pode ser-lhes atribuída a criação intensiva dos bovinos da espécie zebu e dos carneiros de cauda adiposa, pelo menos nas ilhas do Ibo e do Bazaruto. Aquelas espécies exóticas desenvolveram-se em plantações racionalmente exploradas. Frei João dos Santos, residente em Sofala na década de 1580, deu largas à sua admiração: «[...] todos estes mouros de Sofala vivem espalhados pelos palmares circundantes da fortaleza, que são como as quintas de Portugal [...] Há mui grandes canaviais de canas de açúcar [...] as quais [...] são muita parte do mantimento de que se sustentam [...]; Há muito milho e arroz, muitos inhames, batatas e feijões [...]; Em todas estas terras há muito gergelim, muito alvo e bom de que se faz azeite [...]; Ao longo do rio de Sofala [...] estão dois matos devolutos [...] cheios de laranjeiras e limoeiros [...]» (1 vol., pp. 50, 51 e 110).

Apesar de as dificuldades de navegação aumentarem com a latitude sul, parece que a civilização suaíli atingia o arquipélago do Bazaruto e até mesmo a baía de Inhambane. Em relação à mais acolhedora ilha do primeiro, os naufragos de 1589 descreveram-na como «muito povoada de Mouros, fértil em criações de gado maior ou menor e de galinhas». Estamos certos de que futuras escavações aí trarão à luz do dia um riquíssimo espólio. Relativamente à baía de Inhambane, o precioso testemunho dos missionários de 1560 contrapõe as dificuldades alimentares sentidas no reino de Gamba com a relativa abundância do litoral, onde o peixe, os mariscos, o arroz, o feijão e o coco entravam habitualmente nas refeições da população, enquadrada por «xeques» (do arábico *cheik*). Também os naufragos de 1623 teceram os mais rasgados elogios à fartura de mariscos e pescados, bovinos e caprinos, milho e gergelim, mel e manteiga, acentuando: «[...] os matos são todos cheios de laranjas e limões [...]». Todavia, tratando-se do núcleo mais periférico da costa oriental, a tão grande distância dos principais entrepostos sítios ao norte do Rovuma, não é para surpreender que tenha sido escassamente frequentado e muito menos povoado por elementos da civilização suaíli. Mesmo assim, Henri Ph. Junod e A. Rita-Ferreira, com um intervalo superior a vinte anos, encontraram na região, ainda viva, a tradição de um herói cultural denominado Faro (corrupção de Harun), que teria introduzido todas as plantas alimentares exóticas, mesmo as de origem americana.

Os testemunhos que citámos descrevem, por conseguinte, um sistema de colonização agrária, largamente voltado para o mar,

desenvolvido durante largos anos, em condições de segurança, com produção de excedentes para abastecimento da navegação. Em suma, mostrando grandes semelhanças com os núcleos dispersos pela costa e pelo rio Zambeze: Sena, Quelimane, Angoche, Mossuril, Pemba, Ibo, Tungue, Mocimboa da Praia, etc. A partir de estes e de outros ignorados núcleos é que foi difundida a cultura dos algodoeiros e a técnica da tecelagem da sua fibra. Os arqueólogos encontraram pesos de tear a enormes distâncias da costa, como em Ingombe Ilede, com datações dos fins do século XIV e princípios do século XV.

Outra grande contribuição dos Suaílis foi a construção quer em pedra aparelhada quer em pedra solta unida por argamassas cálcicas. H. N. Chittick elucida que a cal era obtida pela cozedura de coral. Em Quíloa era tão barata e abundante que o vice-rei, em 1505, deu ordens ao feitor para que tivesse sempre grande quantidade preparada para embarque nas naus que seguissem para a Índia, onde era necessária na construção de fortalezas e outras edificações (13, I vol., p. 328). Amaro Monteiro, nas escavações pioneiras que realizou na ilha Quissiva — e que lamentavelmente não pôde prosseguir — especifica que «as argamassas de reboco árabe, de cal de conchas (por consequência com grande resistência à salitragem), continha forte percentagem de óleo de murrapa — muito usado nas construções árabes em Moçambique — e de forte poder impermeabilizador» (34, p. 52). Logo a seguir, quando menciona a cisterna soterrada em M'buezi, volta a admirar «a alvenaria do depósito [...] do tipo madrepórico, com argamassa de cal de conchas, de consistência extraordinária; tanto interior com exteriormente o depósito estava rebocado na mesma argamassa, apresentando-se esta tão polida que fazia lembrar mármore — o que se deve não só ao óleo de murrapa que entrou na composição das alvenarias, como também à levíssima granulidade das areias locais».

Fazemos votos para que os arqueólogos moçambicanos, seguindo o já citado exemplo de N. J. van der Merwe, possam um dia reconstituir ao vivo o fabrico daquele admirável material de construção, que Amaro Monteiro não tem dúvidas em considerar superior ao seu congénere português.

Mas a actividade fulcral dos Suaílis, para que pedimos a atenção dos arqueólogos e dos especialistas em história marítima do Índico, relaciona-se com a navegação de cabotagem e de longo curso e, naturalmente, com a construção das respectivas embarcações. Em trabalho recente exprimimos a nossa convicção de que esta actividade se manteve com tão surpreendente dinamismo que serviu de base à recuperação económica verificada em Moçambique a partir de meados do século passado (42). Mas o esclarecimento da tecnologia a ela associada obriga os arqueólogos, os antropólogos e outros investigadores a conjugarem esforços no sentido de esclarecerem dúvidas deste género: os Suaílis também evitavam a ferragem no fabrico da quilha, por entenderem que a união das pranchas e do cavername por cordas de cairo permitia que a longevidade dos barcos fosse seis e dez vezes superior? As velas de esteira permitiam aos zambucos atingir velocidades muito superiores às das naus movidas por velas de lona, como pretende Gaspar Correia (10, p. 34)? Armando Reis Moura, no seu belo estudo sobre os barcos do litoral de Moçambique, encontrou tantas analogias com os da Ásia e do

Médio Oriente, que termina por afirmar, com louvável modéstia (36, p. 31):

Não temos a veleidade de haver produzido trabalho de relevo, profundidade e extensão ou mesmo originalidade. Tal obra teria de pertencer a quem conhecesse profundamente a matéria, que vai desde a Arqueologia à Arte de Marear, desde as Técnicas de Construção Naval à Etnografia, à Geografia Humana e à História.

No capítulo dos instrumentos musicais, o arqueólogo Brian M. Fagan e o arabista James Kirkman examinaram e descreveram uma singular trombeta de bocal lateral, encimado por uma figura humana, que foi encontrada por um particular rodesiano, soterrada na praia anexa às ruínas do antigo forte de Sofala. Sugerem que tivesse exercido função idêntica à das trombetas de proclamação, *mbiu*, correntes nos estabelecimentos islâmicos da África Oriental (15). Ousamos lembrar, todavia, que a religião islâmica proibia a representação da figura humana. Por outro lado, a peça também não se integra na arte africana nem na arte portuguesa. Para melhor elucidação dos estudiosos, acrescentaremos que em 1967 ainda era propriedade de Brian Christie, de Salisbúria, em cujo museu foi submetida a delicados trabalhos de restauração.

Conclusões

O monumental levantamento de Lord Hailey que citámos no início, embora mencione, tentativamente, o clima inclemente, as deficientes condições sanitárias e nutritivas da população e a fraca qualidade dos solos africanos, termina os parágrafos que dedicou à «configuração da África», com esta observação (20, p. 2):

Other peoples, in different parts of the world, have encountered conditions which are not less difficult. There may be other factors, as yet undetermined, which have conditioned what appears to be the inadequate response made by so many African peoples to that «challenge of environment» which forms the theme of so much of Dr. Toynbee's *Study of History*.

Sabemos hoje que, na costa oriental africana, não foram os condicionalismos geográficos que impuseram limitações aos contactos externos por via marítima e à consequente assimilação de mais avançados conhecimentos tecnológicos que permitissem enfrentar com sucesso esse «desafio do meio ambiente».

O contraste entre o persistente primitivismo do interior e o progressivo desabrochar de uma civilização no litoral, leva-nos a defender a hipótese de que essa «resposta inadequada» se pode atribuir à mais mortífera concentração de doenças existente em todo o planeta, doenças que afectavam não apenas os seres humanos mas também o gado gáudio e, desse modo, tornaram difícil ou mesmo impossível o recurso intensivo sistemático à energia animal, em que se fundaram as grandes civilizações da Antiguidade.

A essas doenças serviam de vectores os elementos de uma fauna selvagem de ímpar variedade e periculosidade, desde elefantes a insectos, contra a qual uma escassa e mal equipada população

humana era forçada a travar uma luta heróica e permanente para conseguir sobreviver.

Também contribuíram para essa «resposta inadequada» as endémicas condições de má nutrição radicadas numa agricultura de enxada, que dispunha de um restrito número de plantas alimentares cuja produção era, para cúmulo, gravemente afectada pela pluviosidade algo irregular e pelo ataque obsessivo de insectos, aves, roedores e outros animais daninhos.

Do século X até ao século XV testemunhos honestos como os de Al-Masudi, Al-Edrisi, Ibn Battuta e Ibn Magid bem se aperceberam desse ambiente opressivo e patogénico das terras do interior, que só os modernos conhecimentos técnicos e científicos permitiam enfrentar com sucesso. Seja porque nunca sentiram os traumatismos fisiológicos e psicológicos que ele conseguia infligir, seja porque se deixam influenciar por atitudes mais políticas do que científicas, alguns africanistas tendem, deliberadamente ou não, a olvidar os trágicos efeitos desse círculo vicioso que impediu o normal desenvolvimento das sociedades africanas.

BIBLIOGRAFIA

- (1) ALBUQUERQUE, Luís de (1972) — «Quelques commentaires sur la navigation orientale à l'époque de Vasco da Gama», *Arq. Centro Cult. Port.* (Paris — Fund. Gulbenkian), 4, pp. 490-500.
- (2) AL-MAAMIRY, Ahmed Hamoud (1982) — *Omani-Portuguese History*. Nova Delhi (Índia), Lancers Publishers.
- (3) ANDRADE, A. A. Banha de (1985) — «Gaspar Correia, o 1.º historiador português do Oriente?», in: *II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa — Actas*. Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical — Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga.
- (4) AUBIN, Jean (1955) — *Histoire de l'Océan Indien*. Tananarive, Soc. Lilloise d'Imprimerie.
- (5) BOUCHON, Geneviève (1987) — *L'Asie du Sud à l'époque des Grandes Découvertes*. Londres, Variorum Reprints.
- (6) CARVALHO, Pires de (1946) — «Velha Macequece», *Documentário Moçambique* (L. Marques), 46, pp. 5-71.
- (7) CHITTICK, Neville N. (1974) — *Kilwa: an Islamic Trading City on the East African Coast* (2 vols.). Nairobi (Quênia), British Institute.
- (8) CHITTICK, Neville (1980) — «L'Afrique de l'Est et l'Orient: les ports et le commerce avant l'arrivée des Portugais», in: *Relations Historiques à travers l'Océan Indien*. Paris, UNESCO (Histoire Générale de l'Afrique — Études et Documents 3), pp. 15-25.
- (9) CHITTICK, Neville; ROTBERG, Robert I. ed. (1975) — *East Africa and the Orient; Cultural Syntheses in Pre-Colonial Times*. Londres, Holmes and Meier.
- (10) CORRÊA, Gaspar (1858) — *Lendas da Índia*, vol. 1, Lisboa, Academia Real das Ciências.
- (11) DAVIS, David Brion (1984) — *Slavery and Human Progress*. Oxford University Press.
- (12) DICKINSON, R. W. (1975) — «The archaeology of the Sofala coast», *South Afr. archaeol. Bull.* (Claremont, África do Sul), 30 (119-120), pp. 84-104.
- (13) DOCUMENTOS SOBRE OS PORTUGUESES EM MOÇAMBIQUE E NA ÁFRICA CENTRAL (1962) — Vol. 1, Lisboa, Centro de Estudos Históricos Ultramarinos.
- (14) ERSKINE, St. Vincent (1875) — «Journey to Umzila's S. E. Africa, in 1871-1872», *J. Royal geogr. Soc.* (Londres), 45, pp. 45-128.
- (15) FAGAN, Brian M.; KIRKMAN, James (1967) — «An ivory trumpet from Sofala, Mozambique», *Ethnomusicology* (Middletown, Conn., E.U.A.), pp. 368-374.
- (16) FREEMAN-GRENVILLE, G. S. P. (1962) — *The East African Coast — Select Documents...* Oxford, Clarendon Press.
- (17) GARLAKE, Peter (1976) — «An investigation in Manekweni, Mozambique», *Azania* (Nairobi, Quênia), 11, pp. 25-47.

- (18) GRILO, V. H. Velez (1958) — «Os 'Zimbawes', 'Mipashelo' e a civilização hindu», *Bol. Soc. Estud. Moçambique* (L. Marques), 27 (111), pp. 185-195.
- (19) GROSSET-GRANGE, H. (1974) — «La côte africaine dans les routiers nautiques arabes au moment des grandes découvertes», *Azania* (Nairobi, Quénia), 9, pp. 1-35.
- (20) HAILEY, Lord (1957) — *An African Survey — Revised 1956*. Londres, Oxford University Press.
- (21) HALL, Martin; BORLAND, C. H. (1982) — «The Indian connection: an assessment of Hromnik's 'Indo-Africa'», *South Afr. archaeol. Bull.* (Claremont, África do Sul), 37 (136), pp. 75-80.
- (22) HIERNAUX, Jean (1968) — «Bantu expansion: the evidence from physical anthropology confronted with linguistic and archaeological evidence», *J. Afr. Hist.* (Londres), 9 (4), pp. 505-515.
- (23) HROMNIK, Cyril A. (1981) — *Indo-Africa: Towards a New Understanding of the History of Sub-Saharan Africa* (Cape Town, África do Sul), Juta.
- (24) HROMNIK, Cyril A. (1983) — «African history and africanist orthodoxy: a response to Hall and Borland's review article on 'Indo-Africa'», *South Afr. archaeol. Bull.* (Claremont, África do Sul), 38 (137), pp. 36-39.
- (25) HUSMANN, Heinrich (1936) — «Marimba und sanza der Sambesi-Kultur», *Z. Ethnol.* (Braunschweig, Alemanha), 68, pp. 197-210.
- (26) JAUBERT, P. Amédée (1836) — *Geographie d'Edrisi*, tomo 1, Paris, Imprimerie Royale.
- (27) JONES, A. M. (1971) — *Africa and Indonesia: the Evidence of the Xilophone and other Musical and Cultural Factors*, 2.^a ed. rev. ampl., Leiden (Holanda), Brill.
- (28) KHOURY, Ibrahim (1983) — *As-Sufaliyya «The Poem of Sofala» by Ahmad Ibn Magid*. Coimbra, Junta de Investigações Científicas do Ultramar — Centro de Estudos de Cartografia Antiga.
- (29) KIRBY, Percival R. (1966) — «The Indonesian origin of certain African musical instruments», *Afr. Stud.* (Joanesburgo), 25 (1), pp. 3-21.
- (30) LAIDLER, P. W. (1934) — «Beads in Africa South of the Zambesi», *Proc. Rhodesia sci. Assoc.* (Salisbury), 34, pp. 1-25.
- (31) MATVEIEV, Victor (1985) — «L'essor de la civilisation swahili», in: *Histoire Generale de l'Afrique — IV L'Afrique du XII^e au XVI^e siècle*. Paris, UNESCO/NEA, pp. 495-522.
- (32) MAUNY, Raymond (1965) — «The Wakwak and the Indonesian invasion in East Africa, in 945 A. D.», *Studia* (Lisboa), 15, pp. 7-16.
- (33) MOLLAT, Michel (1980) — «Les contacts historiques de l'Afrique et de Madagascar avec l'Asie du Sud et du Sud-Est: le rôle de l'océan Indien», in: *Relations Historiques à travers l'Océan Indien*. Paris, UNESCO (Histoire Générale de l'Afrique — Études et Documents 3), pp. 51-67.
- (34) MONTEIRO, Amaro (1966) — «Pesquisas arqueológicas nos estabelecimentos de Fuiya, M'buezi e Quisiva», *Monumenta* (L. Marques), 2, pp. 51-56, fotos, cartas.
- (35) MORAIS, João M. (1988) — *The Early Farming Communities of Southern Mozambique*. Maputo, Eduardo Mondlane University.
- (36) MOURA, Armando Reis (1972) — «Barcos do litoral de Moçambique», *Monumenta* (L. Marques), 8, pp. 7-39, fotos.
- (37) PHILLIPSON, D. W. (1977) — *The Later Prehistory of Eastern and Southern African*, Londres, Heinemann.
- (38) PHIMISTER, I. R. (1976) — «Pre-colonial gold mining in Southern Zambezia: a reassessment», *Afr. soc. Res.* (Lusaka, Zâmbia), 21, pp. 1-30.
- (39) RICKS, Thomas M. (1970) — «Persian Gulf seafaring and East Africa: 9th-12th centuries», *Afr. Hist. Stud.* (Boston, E.U.A.), 3 (2), pp. 339-357.
- (40) RITA-FERREIRA, A. (1974) — «Etno-História e Cultura Tradicional do Grupo Angone (Nguni)», *Mem. Inst. Invest. Cient. Moçambique* (L. Marques), 11, série C, pp. 1-247.
- (41) RITA-FERREIRA, A. (1982) — *Presença Luso-Asiática e Mutações Culturais no Sul de Moçambique (até c. 1900)*. Lisboa, Instituto de Investigação Científica Tropical.
- (42) RITA-FERREIRA, A. (1988) — *A sobrevivência do mais fraco: Moçambique no III quartel do século XIX*. Reunião Internacional de História de África — Fundação Gulbenkian, 10-13 Outubro (Instituto de Investigação Científica Tropical).
- (43) ROBERTSHAW, Peter (1984) — «Archaeology in Eastern Africa: recent developments and more dates», *J. Afr. Hist.* (Londres), 25, pp. 369-393.
- (44) SANTOS, Fr. João dos (1891) — *Ethiopia Oriental*, vol. 1, Lisboa, Biblioteca de Classicos Portuguezes.
- (45) SHERIFF, Abdul M. M. (1980) — «La côte d'Afrique Orientale et son rôle dans le commerce maritime», in: *Histoire Generale de l'Afrique — II Afrique Ancienne*, Paris, JEUNE AFRIQUE/STOCK/UNESCO, pp. 595-611.
- (46) SICARD, Harald von (1963) — *The ancient Sabi-Zimbabwe trade route*. NADA (Salisbury), 40, pp. 6-16.
- (47) SUMMERS, Roger (1969) — *Ancient Mining in Rhodesia*. Salisbury (Rodésia do Sul), Nat. Mus. Rhodesia (Museum Memoir 3).
- (48) TOIT, Brian M. du (1976) — «Man and cannabis in Africa: a study of diffusion», *Afr. econ. Hist.* (Madison, E.U.A.), 1, pp. 17-35.
- (49) TRACEY, Hugh (1940) — *António Fernandes — Descobridor do Monomotapa*. L. Marques, Arquivo Histórico de Moçambique.
- (50) TRACEY, Hugh (1942) — «Marimbas, os xilofones dos Changanes», *Documentário Moçambique* (L. Marques), 31, pp. 49-61.
- (51) WACHSMANN, Klaus P. Ed. (1971) — *Essays on Music and History in Africa*. Evanston (E.U.A.), Northwestern Univ Press.
- (52) WALTON, James (1956) — *African Village*. Pretória, Van Schaik.
- (53) WILKINSON, J. C. (1981) — «Oman and East Africa: new light on early Kilwan history from the Omani sources», *Internat. J. Afr. Hist. Stud.* (Boston), 14 (2), pp. 272-305.

NÚMEROS SIMBÓLICOS Y RITUALES EN EL AFRICA SUBSAHARIANA

JULIO COLA ALBERICH

Es para mí un gran honor colaborar en este volumen dedicado al Profesor Santos Júnior, uno de los más eminentes antropólogos de nuestros días.

El estudio que sigue es una primera aproximación al tema que le dá título. Vengo analizando un material muy voluminoso que no he agotado por lo que este trabajo constituye tan solo un avance del estudio definitivo.

«El número simboliza una idea, una imagen, una creencia. Los más destacados mitos y cultos tienen un número alusivo» (1). Los números no son expresiones meramente cuantitativas, son ideas-fuerza» (2). El número adquiere la máxima reverencia simbólica. Los actos trascendentales están regulados por números fijos e inmutables que expresan una idea. Cada pueblo o cultura manifiesta su preferencia por uno o varios números determinados. Solo algunos números, muy pocos, adquieren poder místico o ritual. Adoptar un número es participar, en cierto modo, de sus virtudes mágicas.

Así se advierte en los cuentos. «Los cuentos de los primitivos tienen siempre un episodio que constantemente se repite no solo para producir un efecto rítmico sino también para intensificar la emotividad [...] por lo general el número de repeticiones depende de la cifra que se considere como sagrada.» (3)

El número elegido siempre resulta difícil de detectar. En el Africa negra, la dificultad se agudiza por el impenetrable misterio de que se rodean los grupos humanos — las sociedades secretas, por ejemplo — más directamente relacionados. Ya Bastide advierte que «muchos relatos dados como fábulas y cuentos no son sino versiones esotéricas de mitos más profundos. La ley del secreto que pesa sobre este conocimiento nos obliga, en la mayoría de los casos, a sacar indirectamente los mitos prohibidos, desde el estudio de los símbolos» (4).

Para muchas culturas los números impares son considerados como masculinos y los pares como femeninos. También esto sucede

en el Africa negra y ya Frobenius (*Monumenta Africana*) señaló que en el Africa occidental los sexos están conectados simbólicamente con los números:

El hombre, la luna y el número *tres*.
la mujer, el sol y el número *cuatro*.

Aunque advierte que existen variaciones sobre este modelo general: en la cultura «Syrítica», hombre *tres*, mujer *cuatro*; en la «Atlántica», hombre *cuatro*, mujer *tres*, y en la «Norte Eritrea», hombre *tres*, mujer *dos*.

De lo cual se desprende — como en el caso de la cultura «Atlántica» — que la atribución sexual a números pares o impares no está totalmente generalizada.

En términos generales, todo parece confirmar las conclusiones de Frobenius. Entre otros, Staude (5), investigando sobre los Kurumba de Lurum, establece que, en sus creencias, el primer jefe (Ayo) bajó de los cielos con Kessu y Falao. Kessu es el sacerdote del jefe y Falao es su «boca». Cada uno de ellos lleva una lanza como insignia principal. El simbolismo sexual asignado a los tres y a sus lanzas parece evidente a Staude para quien el «sexo» de las lanzas queda revelado por el número de muescas hechas en ellas. Así Staude afirma que «los típicos valores nigríticos *tres* y *cuatro* simbolizan el macho y la hembra respectivamente». Ambas cifras pueden considerarse como la expresión simbólica de la totalidad.

También Nicolas coincide con esta interpretación demostrando que el principio masculino está simbolizado por el número *tres* en el Africa occidental. Aunque, no obstante, cree que el principio femenino — representado en la caverna, la tierra, el círculo — puede estar simbolizado por el número *uno* (6).

Aunque los números dos, tres y cuatro fueron los que atrajeron la atención de Frobenius, tal vez por ser los más extendidos, no es menos cierto que algunos pueblos africanos acuden a otros números

(1) Salomón Reinach, *Cultes, Mythes et Religions*, París, 1908.

(2) Papus, *la Science des Nombres*, París, 1934.

(3) Robert H. Lowie, *Antropología cultural*, Fondo de Cultura Económica, 1947, p. 192.

(4) E. Bastide, «Mitologías africanas», en *Mitologías*, t. II, Planeta, p. 231.

(5) Wilhelm Staude, «Die drei heiligen Lanzen der Kouroumba von Laourum», *Zeit. f. Ethnol.*, 88, Braunschweig, 1963.

(6) François J. Nicolas, «Les notions d'âme et de la divinité en Afrique Occidentale», *Anthropos*, 51, Freiburg, 1956.

más elevados. Así, según los estudios de Palau-Martí (7) entre los Dogon, los términos Ogô y Binukedine designan, respectivamente, los sacerdotes de los cultos de Lébe-Nommo y de Bínu, aspectos del ciclo de la vida y de la muerte, y deduce Palau-Martí que, aunque representan dos divinidades complementarias, el «Ogô parece ligado a la cifra *siete* y el Binukedine a la cifra *nueve*».

Dos

Aunque Frobenius solo cita la cifra *dos* como símbolo de la mujer en la cultura «Norte Eritrea», lo cierto es que nuestros trabajos nos han llevado a considerarla como la cifra fundamental, la más reverenciada y la más simbólica, del África subsahariana. Es el número clave en las mitologías y en los rituales de los africanos negros. Por otra parte, resulta curioso que el número *dos* sea también la cifra simbólica más característica de todas las antiguas civilizaciones del Oriente Próximo (8) y que tenga un lugar destacado en el Egipto faraónico.

Holas (9) opina que existe en el pensamiento religioso paleo-africano un principio de separación entre *dos* planos: el conceptual y el de acción y que las *dos* partes separadas son complementarias.

Esto se corresponde con el hecho de que en la mayoría de las religiones del África negra el autor del Universo posee una existencia puramente mitológica mientras que la dirección del mundo corresponde a una entidad que ocupa un lugar esencial en la liturgia. Existe así una *dualidad* manifiesta.

Muchos ejemplos pueden aducirse de la referida *duplicidad*. Los Yambasa (Camerun) creen en un dios supremo (Monana o Tambak) y en una divinidad intermediaria entre el Cielo y la Tierra: Mkama. Los Herero tienen *dos* divinidades: Ndyambi-Karunga es una divinidad compuesta del dios del Cielo y del dios de la Tierra. Los Shiluk adoran *dos* deidades: Juok, creador del Universo y de la Humanidad, y Nyikang, mediador entre Juok y los hombres, que es el fundador legendario del reino de los Shiluk (10). Entre los Yoruba, el panteón consiste en Olorun, el Ser Supremo, y Olokún, el mar. De su unión nacieron *dos* hijos: Ogatala y Odudva. En la región norte del Camerun, Loba es el dios celeste y Obase, el dios de los antepasados. En los Senufo, el panteón tiene a su cabeza un vago demiurgo creador, Kulo Tyolo, que parece, hoy, esfumarse en provecho de su paredra Ka Tyeleo (11). Los Angas (Norte de Nigeria) tienen un divino creador (Nän) y su hijo, el héroe Wong. Antiguamente entre los Kuba existía la creencia en un dios bueno (Mboom) que residía en el Cielo y un dios del Mal (Ngaan) que vivía en el agua. Entre los Akamba (Kenya) existen *dos* grandes

espíritus: Mupite (masculino) y Kathambi (femenino) que viven en los valles y el agua. Los Hotentotes tienen en su mitología *dos* personajes: Tsui-Goab (dios supremo) y Heitsi-Eibib (héroe nacional). Entre los Massai el dios supremo, Ngai, está asociado al cielo y a la lluvia «*Dos* hipótesis surgidas de él aparecen en las tormentas y luchan, una negra y buena, otra roja y mala» (12). Los Ashanti tienen *dos* divinidades: un dios del Cielo, Nayamé, que proporciona la lluvia, y una diosa, Asaseya, que es su esposa y representa la Tierra. Entre los Fon las divinidades son *dos*: Mahu y Lisa, que son hijos gemelos del gran dios Nana Bulukú. Mahu es el principio femenino, la Tierra, la Luna y la fertilidad y Lisa el principio masculino, el Cielo y el Sol (13).

Vemos que la creencia en *dos* dioses o *dos* espíritus superiores se encuentra ampliamente extendida en el África negra de la cual es característica ya que en otros lugares del Orbe prevalece la trilogía. Así, Westcott afirma que «no cabe duda de que sería impensable estudiar ninguna religión del mundo y a través de las edades sin notar la frecuencia del número *tres* en relación a la Divinidad, sea por grupos de *tres* dioses o por dioses *triformes* o con *tres* cabezas» (14). Así ocurre efectivamente en otros continentes pero no en el África negra.

La influencia del número *dos* se manifiesta, en el plano religioso, también por otras modalidades. Es el caso, por ejemplo, de la religión Luba, que está caracterizada por un *doble* tipo de creencias: el teístico (ser supremo celeste que no recibe culto) y animístico (almas de los antepasados, veneradas activamente). Es el tipo de creencias más extendido en el continente negro.

En otras ocasiones son *dos* hijos del dios los que constituyen el núcleo central de las creencias. Es el caso de los Banda, para los cuales el dios tiene *dos* hijos: Ngakola, que insufló la vida al primer hombre formado por su padre, y Tere, que fué encargado de bajar a la Tierra los animales y las semillas.

Hemos indicado que Mahú y Lisa, las *dos* divinidades Fon, son hijos *gemelos* del dios Nana Bulukú. El tema de los hijos *gemelos* es harto importante en el África subsahariana. El nacimiento simultáneo de *dos* niños es un acontecimiento que suscita reacciones, de tipo diferente, en el alma de estos pueblos. Reacciones positivas o de rechazo pero nunca indiferencia ante un acontecimiento que se considera asombroso. En los dos extremos opuestos tenemos a los Diola, que suprimen un niño si nacen mellizos (15) y los Sango, del Ubangui oriental, que reconocen como antecesores a los *gemelos* — que asimilan a las serpientes — y a los que veneran. Entre ellos el nacimiento de mellizos da origen a grandes fiestas y los gemelos, durante toda su existencia, son objeto de ceremonias propiciatorias (16).

La aparición de *gemelos* se vincula, de diversas formas, a la propia divinidad, en muchas ocasiones. Entre numerosas pobla-

(7) Montserrat Palau-Martí, «Ogô et Binukedine: quelques considerations sur les cultes de lébe-nommo et de binu chez les Dogon», *Revue Hist. Relig.*, 158, 2, París, 1960.

(8) Julio Cola Alberich, «Números simbólicos y rituales en el Asia del Indo al Mediterráneo», Congreso de Madrid de la Asociación Española de Orientalistas, 1988 (pendiente de publicación).

(9) B. Holas, «Mythologies des origines en Afrique Noire», *Diogenes*, 48, París, 1964.

(10) Robert H. Lowie, *op. cit.*, p. 455.

(11) B. Holas, «Fondements spirituels de la vie sociale Senufo», *J. Soc. Africanistes*, 26, París, 1956.

(12) Bastide, *op. cit.*, p. 235.

(13) Bastide, *op. cit.*, p. 243.

(14) W. Wynn Westcott, *Los números*, Cárcamo, Madrid, 1985, p. 43.

(15) L. Thomas, «Réflexions sur quelques aspects de la moralité Diolé», *Bull. IFAN*, 20, Dakar, 1958.

(16) Maurice Vickos, *Le culte des jumeaux chez les Sango*, Liaison, 66, Brazzaville, 1958.

ciones del África occidental que se consideran entroncadas con Mande — región que fué la sede del antiguo imperio Fétichista — el origen de la humanidad se debió a *dos parejas de gemelos* de sexos opuestos (17).

Ciertas tribus del África occidental — los Ibo, por ejemplo — consideran el nacimiento de *gemelos* como signo extremadamente maléfico y era frecuente matarlos al nacer. Por el contrario, estos nacimientos son bien acogidos por los Yoruba, entre otros, aunque pueden implicar ciertos peligros para la familia hasta que esta haya cumplimentado los ritos apropiados. Es frecuente que uno de los gemelos, o los dos, mueran poco después de su nacimiento. «Tanto si muere de niño o de más edad se recurre a un escultor que hace una figura (ibeji) como la imagen del muerto, de unos 25 cm de altura y del mismo sexo. El superviviente o, si ambos han muerto, la madre trata a la estatua como un niño viviente, le alimenta, le lava la cara y le hace vestidos.» (18) En los Miseke, de Luanda, los gemelos son bien acogidos y respetados porque se les teme por su poder mágico (19). La secta secreta Bagota de las mujeres Nyamwesi dedican ceremonias especiales de iniciación a las muchachas púberes en las que entran enseñanzas sobre la maternidad y el nacimiento de los gemelos (20).

Todo cuanto acabamos de exponer parece obedecer a la idea de «la *gemeleidad* bisexuada contenida en cada ser y en el universo total» (21).

La *dualidad gemelar*, base de la mitología dahomeyana, se encuentra también en la organización política, bajo la forma de la *doble* monarquía (doble pero no dual), según precisa Burton: no hay más que un rey, pero hay *dos* cortes, *dos* series de oficiales, *dos* rituales y *dos* tipos de palacios.

La idea de *gemelos*, tal como la encontramos entre los Fon, expresa la *dualidad* que advierten entre día y noche, cielo y tierra, salud y enfermedad, etc.

En el hombre primitivo — de cualquier raza o continente — es normal que acuda al simbolismo para expresar sus creencias. «Esos símbolos convencionales son más sagrados que las representaciones realistas. Solo los iniciados pueden comprenderlas.» (22) Así, «entre los Dogones, como por lo demás entre los otros sudaneses, todo puede ser considerado como símbolo». Así, Griaule repara en que las decoraciones que efectúan los Bambaras en el calzado que ofrecen a la recién casada, dibujos geométricos, tienen un carácter simbólico: «Esos trazos *dobles* son símbolos de la *gemeleidad*» (23) «De tal manera, el circunciso Boxo lleva un cinturón en el que lo infinitamente pequeño, es decir el grano de Digitaria, está representado por un punto central coronado por un

rectángulo (la matriz cósmica) rodeado por un *doble* festón que se extiende de un extremo a otro y en cuyas extremidades figuran un punto exterior (el desarrollo de la semilla) y *dos* puntos exteriores (la multiplicación de las semillas).» (24)

Otros casos en los que el número *dos* desempeña un papel significativo son los siguientes:

Entre los Angas existen *dos* grupos sociales: Khen y Jippup. Los Yoruba distinguen *dos* tipos de casadas: esposa de edad (iyale) y esposa joven (iyamo).

En los Lala (Norte de Nigeria) la llegada de la pubertad de una muchacha se conmemora mediante *dos* días de bailes colectivos (25).

La protección contra los accidentes y la brujería la encomiendan los Mashona a los espíritus de los antepasados de las *dos* generaciones precedentes (26).

En país Mende se adoran *dos* grupos distintos de espíritus de los antepasados: los Keneki y los Ndebla.

Entre los Wapogoro (Tanganyika) existen *dos* categorías de espíritus (Mahoka): malos (Shetani) y buenos (Malalika).

En las tribus Balovale (27) los miembros de la asociación Tudangu solo usan su lengua secreta específica en *dos* ocasiones: iniciaciones y funeral.

Ikenga: (dios Ibo relacionado con el culto solar) se representa con *dos* cuernos en forma de media luna (28).

En las bodas de los Makhanya (Natal) durante el *segundo* día se matan *dos* animales.

Entre los Bantus del Congo oriental y septentrional, los cadáveres se sepultan en *dos* etapas.

En los Kikuyu y Kamba se practica la avulsión de los *dos* incisivos inferiores y sus escudos están pintados de *dos* colores (rojo y negro).

Entre los Shiluk, la hermana del padre contribuye con *dos* cabezas de ganado para reunir la dote de la novia de su sobrino (29).

Entre los pigmeos africanos existen *dos* tipos de puntas de flechas y también *dos* tipos de emplumado.

En el Togo se modifican los dientes para que cada uno tenga *dos* puntas (fig. 1).

Muchas de las joyas nigerianas consisten en *dos* figuras, casi idénticas, masculina y femenina, que están unidas por una cadena (30).

En la sociedad Ogboni (Yoruba), Ajagbo es una imagen *bifacial*.

(24) M. Griaule, *op. cit.*, p. 16.

(25) A. H. M. Kirk-Greene, *A Lala initiation ceremony*, Man, 57, London, 1957.

(26) Michael Gelfand, *The religion of the Mashona*, Nada, 33, Salisbury, 1956.

(27) C. M. N. White, «Notes on the Mungongi ritual of the Balovale Tribes», *Afr. Studies*, 13, 3/4, Johannesburg, 1954.

(28) D. W. Jeffreys, «Ikenga: The Ibo ram-headed god», *Afr. Stud.*, 13, 1, 1954.

(29) R. H. Lowie, *op. cit.*, p. 452.

(30) Así, la pareja en cobre de la Casa Ogboni de Oyo (de unos 200 años de antigüedad) y la pareja de la Soc. Ogboni del sur de Yoruba, reproducidas en las láminas 35 y 36 de *L'Art Nègre*.

(17) G. Dieterlen, «Mythe et organisation sociale au Soudan Français», *J. Soc. Africanistes*, 25, París, 1955.

(18) William Fagg, «De l'art des Yoruba», *Présence Africaine*, vol. L'Art Nègre, 1951, p. 120.

(19) Borges do Canto, «A questão dos gémeos nos Miseke de Luanda», *Mem. e Trab. Inst. Inv. Cient. Angola*, 2, Luanda, 1960.

(20) Vinigi L. Grottanelli, «I Bantu», vol. III de *Le Razze e i Popoli della Terra*, de Renato Biasutti, 2.^a ed., Turín.

(21) M. Griaule, «Les symboles des arts africains», en *L'Art Nègre*, p. 19.

(22) J. Pijoán, *Summa Artis*, t. I, Espasa-Calpe, Madrid, 1966, p. 27.

(23) M. Griaule, *op. cit.*, p. 13.

Las estatuas Fang (Gabón) o Bambaras — destinadas a acompañar los huesos de los difuntos — son *dobles* de estos. El busto de bronce (siglo XIII) hallado en Ife en 1939 muestra un varón en cuyo cubrecabezas se destaca un adorno *doble*, que lleva *dos* collares, de uno de los cuales cuelgan *dos* adornos parecidos a medallas y, a ambos extremos del tórax, *dos* festones dobles (31).

Los dibujos y pinturas Bidyogo se caracterizan por el predominio del número *dos*: «*dos* mujeres descascarillando arroz», «*dos* jóvenes vestidos para la iniciación», «*dos* toros luchando», «*dos* mujeres con faldellines», «*dos* hombres llevando una piragua», «*dos* guerreros luchando», etc. (32).

Entre los Kimbundu se esperan *dos* días antes de anunciar la muerte del gran jefe cuyo cuerpo es preparado por *cuatro* dignatarios. El cuerpo se deja secar y momificar durante *dos* años, transcurridos los cuales se coloca, encuadrado por los cráneos de *dos* mujeres y *dos* hombres decapitados, en su sepultura definitiva. Entre los Ovibundu el cadáver del jefe se deposita en un recinto sagrado al que solo pueden acceder *dos* personas (33).

En código moral de los Lele consiste en la oposición fundamental entre *dos* actitudes: Buhonyi (respeto, modestia) y Hama (algo repelente). Se manifiesta en *pares* de opuestos: comida y excremento, derecha e izquierda, varón y hembra, etc. (34).

La fuerza del «Rey des Reyes» etíope se simbolizaba por *dos* imágenes animales: el león (influencia semítica) y žān o gān (elefante) (35).

Entre los pigmeos de la selva ecuatorial, K'honvum, dios supremo, en su carácter primitivo del Gran Cazador, posee un arco compuesto de *dos* serpientes soldadas (36).

Según Nicolas (37), el dios egipcio Bes se relaciona estrechamente al enano en el folklore de África occidental. El enano, en las teorías esotéricas, es un símbolo de la divinidad y esta tiene un *doble* aspecto: una noción benéfica y otra maléfica.

Resulta lícito preguntarse si todos los ejemplos citados — y otros muchos más — obedecen realmente al simbolismo del número *dos*. En algunos casos, obviamente, puede tratarse de una simple coincidencia. Pero se aclara la importancia simbólica de esta cifra si consideramos la presencia significativa de la serpiente de *dos* cabezas en el arte Bamun (fig. 2) (38). Si otros ejemplos

pueden atribuirse, tal vez, a motivaciones estéticas o a otro tipo de coincidencias, parece que el idear un animal inexistente en la realidad, como este, tiene por único objetivo resaltar el valor místico del número *dos*.

Es importante consignar que el número *dos* se multiplica y trasciende. Así, entre los Fali el mundo ha nacido de *dos* huevos, uno de sapo y otro de tortuga. Estos *dos* huevos están en el origen de la primera división del universo, que es una división *binaria*. Después, el primer herrero baja del Cielo con el Arca y esta se rompe en *cuatro* trozos, con lo que se produce una división *cuaternaria* que, más tarde, se amplía a una serie de *doce* elementos.

Tres

Tres son los colores tradicionales africanos (rojo, blanco y negro). Y otros *tres* los más recientes: azul, verde y amarillo (39). Y los Samakè, un grupo Bambara, se agrupan en *tres* familias que corresponden a los mencionados colores tradicionales (40). En la mayor parte del Oeste de África existe el simbolismo de los *tres* colores tradicionales y de ciertos números, según afirma Mohr (41) así como el de figuras de carácter simbólico conectadas con dichos números, como sucede con el triángulo (*tres*) para los varones y el rombo (*cuatro*) para las hembras.

En los Lala (Norte de Nigeria), las muchachas son sometidas a *tres* marcas de escarificación: en el abdomen, en la infancia; brazos y parte posterior del cuello, en la pubertad y nalgas, y muslos un año más tarde (42). En los tatuajes de los Bayele solo aparecen *tres* incisiones en filas paralelas o en ángulo o *dos* dispuestas en análoga forma sobre la frente o mejillas (43) (fig. 3).

En los Senufo, la iniciación tiene *tres* fases de *siete* años: Poworo o prenúbil, Kuonro o adolescencia y Tyologo, reservada a los adultos en el bosque sagrado (44).

Entre los Dogon, el tambor llamado K'unyu, que desempeña un papel esencial en los ritos de la siembra, es el resumen simbólico, según afirma Galame-Griaule (45), de *tres* sacrificios sangrientos: el del Monitor que permite así la reorganización del mundo; el de la semilla de mijo y el de los muchachos que reclaman la sangre de su propia circuncisión.

Tenemos también la interpretación del *tres* que nos indica Griaule (46): la máscara, como la figura, recuerda la disposición del mundo: cielo en lo alto, tierra abajo (las piernas), éter en el centro (los brazos).

(31) Fig. 2, en *L'Art Nègre*.

(32) Cf. láminas y dibujos en H. A. Bernatzik, *En el reino de los Bidyogo*, Labor, Madrid, 1967.

(33) R. Verly, *Le «roi divin» chez les Ovibundu et Kimbundu de l'Angola*, Zaire, 9, Bruxelles, 1955.

(34) Mary Douglas, *Social and religious symbolism of the Lele of the Kasai*, Zaire, 9, Bruxelles, 1955.

(35) André Caquot, «La royauté sacrée en Ethiopie», *Annales d'Ethiopie*, 2, París, 1957.

(36) Bastide, *op. cit.*, p. 232.

(37) François J. Nicolas, «les notions d'âme et de la divinité en Afrique Occidentale», *Anthropos*, 51, 1956.

(38) M. D. W. Jeffreys, «Le serpent à deux têtes Bamoun», *Bull. Soc. Etudes Camerounaises*, 9, 1945.

(39) Helmut Straube, «Gedanken zur Farbensymbolik in Afrikanischen Eingeborenen-Kulturen», *Studium Generale*, 13, 7, Berlin, 1960.

(40) Viviana Pâques, «Les Samaké», *Bull. IFAN*, 18, Dakar, 1956.

(41) Richard Mohr, «Zum Glaubensleben Westafrikanischer Stämme», *Wiener Völk. Mitt.*, 5, 1957.

(42) A. H. M. Kirk-Greene, *A Lala initiation ceremony*, Man, 57, London, 1957.

(43) Conde de Castillo Fiel, «Los Bayele, un grupo de pigmoides de la Guinea española», *Antr. y Et.*, 2, CSIC, Madrid, 1949, p. 449, fig. 2.

(44) B. Holas, *Fondements spirituels de la vie sociale Senufo* citada.

(45) G. Calame-Griaule, «Note complémentaire sur le symbolisme du tambor K'unyu», *Notes Afr. IFAN*, 72, Dakar, 1956.

(46) Marcel Griaule, «Les symboles...», p. 17.

Entre los Yoruba, uno de sus dioses, Schango, tiene tres mujeres: Oya, Oschún y Oba.

En el África oriental es frecuente la modificación de los dientes para que tengan *tres* puntas (fig. 4).

En la región de Bogouini, el árbol cósmico puede simbolizarse por la serpiente *triple* (47).

Cuatro

La admisión del *cuatro* — fundamental en otras culturas — entre los números especialmente simbólicos del África negra se deriva, esencialmente, de los *cuatro* puntos cardinales, concepto elemental perceptible para todos los humanos. Vimos, por otra parte, que Frobenius vincula, mayoritariamente, este número con la mujer.

En los Ngulu (Tanzania), en adición al sistema dual de símbolos, el número *cuatro* tiene un significado simbólico: muchos objetos son usados *cuatro* veces o los gestos se repiten *cuatro* veces (48).

Entre los Bazibas, los bahima (criadores de ganado) adoran a Wamara y este dios tiene *cuatro* hijos: Kagoro, el héroe mítico; Mugasha, dios del agua; Kazoba, dios del sol y de la luna, y Ryangombe, dios del ganado. De forma similar, entre los Mosi, el dios del cielo creó en los orígenes *cuatro* hermanos entre los cuales distribuyó su reino terrestre. Entre los Songhay el primer cielo es el dominio de *cuatro* hermanos: Musa Gurmantché (señor de los vientos), Manda Haussakoy (señor del trueno), Tyirey (señor de la lluvia) y Dongo (señor del rayo).

Entre los Shiluk, el jefe o rey electo tiene que observar una reclusión de *cuatro* días y una de sus mayores fiestas también dura *cuatro* días (49).

Entre los Fon existen, según sus creencias, *cuatro* grandes familias de vodunes, que son los señores de los grandes sectores de la Naturaleza: cielo, tierra, rayo y mar. Los Bozo poseen ciertos objetos sagrados de los cuales *cuatro* simbolizan los *cuatro* elementos.

Entre los Fali, según Lebeuf, el padre de familia se une a cada una de sus *cuatro* esposas en un ciclo de *cuatro* días.

Los Balubas y Luluas dividen el mundo en *cuatro* planos: el cielo, la tierra, la morada de los genios buenos y la de los malos, formando los *cuatro* planos una cruz en cuya intersección habita el Creador. Así también en la familia, el marido habita en la casa central y sus *cuatro* mujeres en los extremos de la cruz. En la residencia del jefe, este se sienta en el centro y en los *cuatro* extremos sus dignatarios.

Son *cuatro* los hijos de Nyamé y Asaseya, los dioses Ashanti.

Entre los Yoruba existe una estructura *cuatripartita* del Universo, con *cuatro* puntos cardinales vinculados a los *cuatro* grandes dioses y *cuatro* días de la semana. Frobenius subraya la división en *cuatro* Yoruba haciendo notar que el consejo político está compuesto de *cuatro* jefes y que las tablas de Ife están adornadas de *cuatro* rostros.

Entre los Venda (Vhavenda) las ceremonias de iniciación para los muchachos son *cuatro* (Thondo, Vhutamba, Vhutuka y Murundu) y para las muchachas son *dos* (Vhusha y Domba). En las ceremonias de escarificación que practican los Tiv intervienen individuos de *cuatro* generaciones.

Los Venda adoraban *cuatro* dioses (K'uzwane, Raluvhimba, Thovhela y Mudzimu) y los cánticos de sus niños se clasifican en *cuatro* modelos básicos.

Según Nicolas (50), en el África occidental, la unión permanente de los dos sexos está representada por el «emblemático andrógino de *cuatro* ramas» y el número *cuatro* es símbolo de las parturientas.

Según Griaule, para el africano «el arpa es una síntesis de la creación, manejable, a la que el hombre hace eficaz mediante un uso apropiado [...] preside los sacrificios del servicio ordinario de las potencias sobrenaturales [...] las *cuatro* especies de maderas de que están fabricadas figuran los *cuatro* elementos» y están cortadas de *cuatro* árboles específicos y las maderas se ensamblan en el espacio, es decir bajo los *cuatro* puntos cardinales que están representados por las *cuatro* cuerdas» (51).

La semana Yoruba es de *cuatro* días.

En los templos Bydyogo, por encima del fetiche se levantan *cuatro* columnas.

En los Kikuyu «son *cuatro* los emblemas del poder: un cetro de mando; un chuchillo, símbolo de la circuncisión; una trompa sagrada y una lanza» (52).

En los Kumu (Kivu) hay *cuatro* grupos de edad: niños y jóvenes circuncisos (Mugo y Muganja), hombres jóvenes (Mykyanganja), hombres (Muganda) y viejos (Mémberé).

Cinco

Uno de los mitos Yoruba refiere que Olorum, el dios supremo, dió a su hijo mayor, Obatala, «el pollo de *cinco* dedos».

Para Griaule, una línea sinuosa con *cinco* dentellones, que incluyen los Bozo en sus ornamentaciones, simboliza «la vibración que anima el germen» de las semillas (53).

Seis

Todos los varones Nuer llevan *seis* incisiones horizontales en la frente, que se llaman Gar y son una marca tribal que se practica en luna nueva tras de lo cual se les considera como adultos.

El dios de los Ashantis, Nyame, bajo a la Tierra al *sexto* día.

Siete

Hasta la colonización europea, los Bété (Costa de Marfil) concentraban sus guerreros, antes de emprender una expedición, durante *siete* días en una habitación prohibida a las mujeres (54).

(50) F. J. Nicolas, *op. cit.*

(51) M. Griaule, «Les symboles...», p. 22.

(52) V. L. Grottanelli, *op. cit.*

(53) M. Griaule, «Les symboles...», p. 16.

(54) D. Paulme, «le guerrier: sa place dans une pensée africaine», *Jour. Psychol. normal et patholog.*, 57, París, 1960.

(47) V. Pâques, «Bouffons sacrés du cercle de Bougouni», *J. Soc. Afr.*, 24, 1954.

(48) T. O. Beidelman, «Pig: an essay on Ngulu sexual symbolism and ceremony», *S. W. J. Anthr.*, 20, Albuquerque, 1964.

(49) Lowie, *op. cit.*, p. 316.



Según piensan los Ibo, la muerte puede ser el resultado de una de *siete* causas distintas.

La profesora Dieterlen mostró que según piensan los Bambara la vida del hombre pasa por *siete* épocas, que corresponden a los *siete* cielos, *siete* tierras, *siete* aguas y *siete* etapas del crecimiento del hijo.

«Almami exigía al jefe Soninké que le enviase *siete* paños blancos grandes, *siete* caballos, *siete* muchachas vírgenes y *siete* frutos de cola.» (55).

A los Teda, después del matrimonio les está prohibido salir de su casa durante *siete* días (56).

En la región de Bogouini, las ceremonias de iniciación se celebran cada *siete* años (57).

Otros números

La capital Samaké, N'Tentu, se encuentra dividida en *nueve* barrios y *nueve* es la cifra simbólica de la pitón mítica (58).

Los Nungu, Mama, Mada, Afo, Ninzam y Numara (Norte de Nigeria) cuentan por *doces*, es decir tienen una numeración *duodecimal* (59).

En los Sara, para la práctica de la geomancia, unos de los métodos empleados, el Gara, cuenta con 16 signos (60).

En los mitos de la región de Bogouni, en el culto Djo, se menciona un árbol cósmico de 17 ramas (61).

Entre los Dogon «cada Binu está asociada a una parte del cuerpo humano, a una constelación y a cierto número de animales, vegetales y objetos. Existen 22 'grandes Binu' correspondientes a las 22 partes principales del cuerpo de la víctima sacrificada. Están en relación con las 22 categorías en que los Dogon clasifican los elementos constituyentes del universo» (62). Existen, así, 22 especies de insectos, 22 especies de animales, 22 especies de plantas, etc.

(59) H. F. Mathews, «Duodecimal numeration in Northern Nigeria», *Nigerian Field*, 29, 1964.

(60) R. Jaulin, «Notes sur l'analyse d'un système divinatoire», *Psyché*, 104, París, 1955.

(61) V. Pâques, «Bouffons...».

(62) Germaine Dieterlen, «Note sur le totémisme Dogon», *L'Homme*, 2, París, 1962.

(55) J. Vellez Caroco, *Monjur — O Gabú e a sua historia*, Bissau, 1948.

(56) García, «Moeurs et coutumes des Teda du Tou», *Bull. Inst. Et. Centraf.*, 10, Brazzaville, 1955.

(57) V. Pâques, «Bouffons...».

(58) V. Pâques, «les Samaké», *Bull. IFAN*, 18, Dakar, 1956.

DEUX APODIDAE DES ÎLES DE S. TOMÉ ET PRINCE (GOLFE DE GUINÉE):

APUS AFFINIS BANNERMANI HARTERT 1900 ET *CYPSIURUS PARVUS* LICHTENSTEIN, 1823

Description d'une nouvelle sous-espèce

RENÉ DE NAUROS

Trois espèces occupent les îles de S. Tomé et Prince: *Chaetura thomensis*, espèce endémique, *Apus affinis bannermani*, sous-espèce endémique, et *Cypsiurus parvus*. J'ai traité de *Chaetura thomensis* en 1985: cet oiseau occupe la forêt dense (plantations abandonnées, formations secondaires, sans doute aussi lambeaux de forêt primaire), où, pour ma part, je n'ai jamais observé *Cypsiurus parvus* et où *Apus affinis* n'apparaît, semble-t-il, qu'assez rarement et de façon transitoire (sans y nicher). Les lieux de nidification et territoires de chasse sont donc nettement distincts.

APUS AFFINIS BANNERMANI Hartert, 1928

Hartert (E), 1928 — Novit. Zoolog. XXXIV, p. 365; S. Tomé.
Nom français: Martinet à dos blanc. Nom portugais: Andorinha.

Historique

La première mention pour l'île de Prince se trouve dans Keulemans (1866, p. 383). Cet auteur fournit une série de renseignements, dont un au moins est sujet à caution et un autre est certainement faux. L'espèce, selon cet auteur, est présente dans les plaines et les plantations ainsi qu'un voisinage des habitations; vols de 10, 20 et jusqu'à 40 sujets. Reproduction en avril et mai. Tout ceci est vérifié. Mais Keulemans indique pour la reproduction les mois d'avril et mai, ce qui constitue une information incomplète et que mes observations prolongées (en 1963 et 1970-1973) n'ont pas tout-à-fait confirmée. Toujours, selon Keulemans, cette reproduction a lieu en colonies, les nids en forme de sphères ou demi-sphères, à ouverture latérale, étant placés (collés!) sous les auvents et les balcons des habitations. Ces «boules» sont faites de plumes agglutinées par la salive et garnies de plumes à l'intérieur (c'est la description classique du nid chez cette espèce). L'auteur ajoute que les couvées seraient de 4 oeufs...; mais ceci est controvérsé. Cris analogues à ceux de *Apus apus*. Lorsqu'ils sentent la fatigue ces Martinets peuvent s'accrocher aux troncs d'arbres.

En 1900, à S. Tomé, Leonardo Fea estime que l'espèce n'est pas rare (*in* Salvadori, 1903). Il obtient 3 spécimens à basse altitude.

En 1949, D. Snow constate à son tour la présence de l'oiseau au long des côtes et la nidification sous les auvents, jusque dans la ville

de S. Tomé: au moins trente nids accolés les uns aux autres...

En 1954, F. Frade collecte plusieurs exemplaires pour le Centro de Zoologia de Lisbonne.

Distribution

Selon mes observations, tant à l'île du Prince qu'à S. Tomé, le Martinet à dos blanc n'est pas strictement inféodé aux établissements humains (fermes, villages, villes et édifices divers). Il s'installe aussi sur les parois des falaises côtières, fort loin parfois de toute habitation. Les nids, serrés les uns contre les autres, sont alors collés contre les parois rocheuses à quelques mètres de hauteur, parfois immédiatement au-dessus du plan d'eau.

Le vol est exécuté le plus souvent en groupes plus ou moins compacts, à 6-10 m de hauteur, parfois plus haut. Et on peut rencontrer de tels groupes jusqu'à plus de 1000 m d'altitude (p. ex. Lagoa Amélia, alt. 1200 m; observation faite dans un épais brouillard!).

Alimentation

Les estomacs examinés au temps de mes prospections contenaient des coléoptères *Curculionidae* et *Chrysomelidae* (déterminations par Jacques Derron, à qui j'exprime ici ma gratitude pour l'aide qu'il a bien voulu m'apporter).

Reproduction

Les couvées sont de deux oeufs, parfois d'un seul oeuf (blanc pur, elliptiques et allongés); les nichées comprennent un ou deux poussins. Je n'ai jamais découvert 3 ou 4 oeufs...

L'époque de reproduction (donnée au tableau 1) s'étire du tout début de la saison des grandes pluies de second semestre (fin août, début de septembre) à une date encore indéterminée au cours des pluies de premier semestre. Cette longue période comprend donc la plus grande partie de l'année et inclut la petite saison sèche de décembre-janvier (*gravanito*; dont le trait distinctif ne consiste guère que dans la moindre abondance des précipitations); ne se trouve exclue que la saison sèche de mi-juin à mi-août ou fin août (*gravana*), pendant laquelle le plancton aérien ne subsiste sans doute qu'avec une moindre densité.

TABLEAU I
Reproduction d'*Apus affinis bannermani*

Lieu des observations	Date des observations	Observateur	Observations	Date estimée de la ponte
S. Tomé, Côte E., niveau de la mer	Fin juil. 63	Naurois	Nids vides dans toutes colonies. Deux femelles en repos.	
Prince	16/8-1971	Id.	1 mâle: test. développés.	
Prince	28/9-1924	Correia	2 ad.: gon. non développées.	
S. Tomé, Roça Água Izé, niveau de la mer	25/11-70	Naurois	<i>Pulli</i> : 1 ou 2 par nid; bien emplumés.	Début sept. à mi-nov.
Id.	Id.	Id.	p/2 incubés.	Début nov.
Id.	8/11-71	Id.	Femelle en cours de ponte.	Début nov.
Id.	25/11-71	Id.	2 × p/2 frais.	22 novembre
Prince, Ribeira Fria, alt. 60 m	7/1-71	Id.	p/2 frais.	Début janvier
Prince, Pedra Abade (falaise côtière)	8/1-71	Id.	Nids occupés et ad.: 40 nids (inaccessibles) dont plusieurs occupés; gonades très dév.	Déc.-janvier
Prince, niveau de la mer	16/2-71	Id.	2 M et 1 F ad. gonades non développées.	
S. Tomé (Água Izé)	11/3-70	Id.	<i>Pulli</i>	Fin janv. à fév.
Prince, rocher au bord de la mer	18/3-70	Id.	<i>Pulli</i> : 5 ou 6 nids collés à la paroi; 2 nids contenant poussins emplumés.	Janvier à début février
S. Tomé, Roça Água Izé, niveau de la mer	Mi-mars 70	Id.	<i>Pulli</i> ; tous stades de développement.	Janvier à début février
S. Tomé, Angolares, niveau de la mer ..	12/3-70	Id.	2 M et 2 F ad.; plumage de contour frais; rémiges usées; début de mue des couvertures.	
S. Tomé	21/1-28	Correia	M. ad.; test. non développés.	
Id.	30/6-28	Id.	5 M et 2 F ad.; gonades développées.	Juin (?)
Id.	16/7-28	Id.	3 M et 6 F ad.; gonades non développées.	
Id.	18/7-28	Id.	9 F; grappes ovar. plus ou moins développées.	Juillet (?)

Morphologie

Colorations

Front et calotte: noirâtre très foncé; sans teinte fauve apparente.

Manteau: noir, plutôt plus foncé que chez *abeyssinicus*; mais cette intensité de ton sur les spécimens en collection ne paraît pas être un caractère tout à fait constant. Comparés aux spécimens continentaux, les croupions blancs des sujets insulaires paraissent être relativement étroits.

Gorge blanc pur, striée finement de noir; abdomen aussi foncé que chez *abeyssinicus*.

Comparée aux autres formes, *bannermani* présente donc les teintes les plus foncées. Les couvertures alaires, très noires, portent des reflets «métalliques» bleu-vert (foncés). Chez *A. a. galilejensis* et *A. a. abeyssinicus* le noir du dos est plus foncé que celui de la tête et des rémiges: chez *A. a. bannermani* ce contraste se trouve atténué.

Dimensions

Elles figurent au tableau II, où sont portées également les mesures prises sur *A. a. abeyssinicus*, et *A. affinis* ssp. du Banc d'Arguin (Mauritanie) (1).

Un spécimen, obtenu par moi-même, pesait 24 g.

On aperçoit immédiatement que les dimensions de *bannermani* sont, en moyenne, égales à celles de *A. a. abeyssinicus* et probablement un peu supérieures à celles de la forme trouvée au Banc d'Arguin de Mauritanie (v. Naurois, 1968).

(1) Chez ces sujets mauritaniens les fronts et les couvertures alaires sont plus foncés que chez *galilejensis*, mais nettement moins noirs que chez *bannermani*; les dos, très noirs, portent des reflets «métalliques» verts que l'on ne trouve pas (ou guère) chez *galilejensis*, moins foncés et moins luisants que chez *bannermani*. Les plages blanches des gorges sont un peu moins larges que chez *galilejensis*.

TABLEAU II
Dimensions chez *Apus affinis* ssp. (en mm)

N = nombre de spécimens. Mesures par R. de Naurois et D. Bannerman (moyennes entre parenthèses).

Apus affinis bannermani (spécimens des collections de Lisbonne (Centro de Zoologia) et Paris (Museum d'Histoire naturelle).

	Aile	Queue	Tars	Bec
Mâles	(N = 9) 131-138 (133,5)	(N = 4) 41-46 44	(N = 1) 11	(N = 1) 6
Femelles (N = 4)	128-137 134,2	40-42 (41)		

Apus affinis abeyssinicus: Afrique continentale intertropicale.

Mesures par D. Bannerman (Brit. Mus. (Nat. Hist.)).

	Aile	Bec
Mâles	(N = 19) 128-139 (133,9)	6-7
Femelles	(N = 15) 126-138 (133,0)	

Apus affinis ssp: Maroc et îles du Banc d'Arguin (Mauritanie).

	Aile	Queue
Mâles	(N = 4) 130-132	(N = 4) 35-39 (537,5)
Femelles	(N = 1) 130	(N = 1) 38

Apus affinis abeyssinicus.

1° Mali:

	Aile	Queue
Mâles	(N = 4) 126-135 (130)	(N = 4) 36-40 (38)
Femelles	(N = 3) 130-132 (5131)	(N = 3) 38-39 (38,3)

2° Guinée anciennement portugaise:

	Aile	Queue
S(?)	(N = 2) 126 ; 132	(N = 2) 36 ; 38

3° Cameroun et Gabon:

	Aile	Queue
Mâles	(N = 1) 128	(N = 1) 38
Femelles	(N = 2) 128 ; 133	(N = 2) 38 ; 39
S (?)	(N = 1) 129	(N = 1) 35

CYPSIURUS PARVUS (Lichtenstein, 1823)

Lichtenstein, 1823 — Verzeich. Doubl. Mus. Naturk., p. 58; Nubie.

Nom français: Martinet des Palmiers; nom portugais: Andorinha-das-Palmeiras.

La présence de *Cypsiurus parvus* à l'île du Prince a été notée pour la première fois par David Snow lors de son voyage de 1949 (Snow, 1950). À l'île de S. Tomé l'espèce n'a pas été remarquée avant la visite de H. Fry, lors de son bref séjour de 1959 (Fry, 1961).

Distribution et comportement

À S. Tomé comme à Prince j'ai observé *Cypsiurus parvus* principalement dans les régions de savane (sous le vent) ou Nord des îles; mais je l'ai aussi rencontré dans les districts plus humides, aux alentours déboisés des fermes et habitations humaines. C'est ainsi qu'à S. Tomé par exemple ce Martinet pouvait nicher, sur le côté orientale, à mi-chemin entre les extrémités Nord et Sud de l'île. Il voisinait alors avec *Apus affinis bannermani*, utilisant les ramures des palmiers, tandis qu'*Apus affinis*, se réservait les murailles des maisons. À S. Antonio, chef-lieu de l'île du Prince, la richesse du plancton aérien et l'abondance des palmiers l'attiraient fortement. Les rues et les jardins, à la tombée du jour, étaient pleins de ses cris, les oiseaux se faufilaient à une vitesse étonnante entre les arbres et les bâtiments.

Dans cette même île, dans les «espaces verts» de S. António, devant la grande ferme (Roça) de Sudi (où Snow avait fait ses observations), autour de la Roça de Porto Real, et d'une façon générale aux alentours des diverses «dépendances», le nombre de couples nicheurs était de 3 à 8 par palmier, de 10 à 20 ou 30 par colonie.

Ni à S. Tomé ni à Prince je n'ai observé *Cypsiurus parvus* cotoyant en vol *Apus affinis*: en dehors de quelques localités de reproduction, les deux espèces s'évitent l'une l'autre (2).

(2) Une seule exception, à l'île du Prince: en février 1971, alors que j'observais sur les pentes au Sud de S. Joaquim, les vols mixtes de *Chaetura thomensis* et *Apus affinis*, des Martinets entièrement gris, en petit nombre, attirèrent mon attention. L'un de ces oiseaux fut abattu: il s'agissait bien de *Cypsiurus parvus*. Ce Martinet ne faisait que traverser la zone de chasse des deux autres espèces...

TABLEAU III
Reproductions de *Cypsiurus parvus* aux îles de S. Tomé et du Prince
Observations par R. de Naurois

P/2 = couvée de 2 oeufs; pull/2 = nichée de 2 poussins.

Localité	Date des observations	Observations	Époque (estimée) de la ponte
I. du Prince	28/6-1973	<i>Pullus</i> près de l'envol.	Fin mai
I. de S. Tomé	15/7-1973	Nids usagés, abandonnés.	
Id.	23/7-1963	Femelle (obtenue en vol) grappe ovar. en développement.	Août (?)
Id.	6/11-1973	<i>Pullus</i> (♀) au nid: emplumée.	Mi-octobre
Id.	1/12-1970	p/2 à éclosion.	Une ponte: mi-nov.
Id.	20/12-1970	Nombreux <i>pulli</i> (au nid.)	Plusieurs pontes: 2 ^{ème} quinz. nov.
Id.	21/12-1970	p/2 très incubés.	Une ponte: 1 ^{ère} sem. déc.
Id.	28/12-1970	2 × p/2 peu incubés.	Deux pontes: 3 ^{ème} sem. déc.
Id.	Mi-janv. 1971	Poussins au nid.	Deux ou trois pontes: 4 ^{ème} sem. déc.
Id.	6/1-1971	3 × p/2 frais ou très peu incubés.	Trois pontes: début janvier
Id.	19/2-1971	2 <i>pulli</i> emplumés.	Une ponte: 3 ^{ème} sem. janvier
Id.	16/2-1971	2 × p/1 et 1 × p/2 frais.	Trois pontes: mi-fév.
Id.	19/2-1971	Un mâle: test. développés; quatre fem.; gonades non développées.	Période de régénération

Alimentation

Des estomacs examinés en février 1971 contenaient les restes de très petits coléoptères. Chez des sujets du continent, Chapin signale des fourmis ailées, moins souvent les petits coléoptères; la bouche d'une femelle en train de nourrir ses jeunes était remplie de petites mouches, fourmis ailées et petits coléoptères (Chapin, 1932, II, p. 468).

Reproduction

Comme sur le continent, les nids sont collés à la face inférieure des palmes (principalement *Borassus*, mais aussi Palmées importées d'Amérique du Sud) aux 2/3 ou aux 3/4 de la feuille et à des hauteurs de 6 à 10 m au-dessus du sol. Ils sont faits de plumes agglutinées par la salive. On trouve généralement dans la construction des plumes vertes et jaunes de *Treron*⁽³⁾.

Les couvées sont de deux oeufs; une fois un seul oeuf, incubé (mais le second oeuf avait pu tomber à terre). Ces oeufs sont de forme oblongue et de couleur blanche. La coupe du nid est très petite; et les oeufs sont collés à la paroi de plumes, elle-même

appliquée contre la feuille de palmier. On sait que l'oiseau couveur se tient verticalement, tête vers le haut, accroché à cette paroi par les ongles très recourbés des pattes.

Les poussins — d'abord complètement nus puis recouverts de duvet gris — grandissent dans cette position verticale, les ongles de leurs pattes profondément enfoncés dans le feutrage collé à la ramure.

Le tableau III présente les données relatives à l'époque de reproduction. Il semble que la ponte commence à une date relativement tardive mais encore mal précisée: avant la mi-octobre, peut-être dès la fin août(?). Il semble aussi qu'elle se poursuive au moins jusqu'à la mi-février. Selon ces constatations, la durée du cycle serait inférieure à celle observée dans le cas d'*Apus affinis bannermani*. Les enquêtes futures devront être effectuées pendant les premières semaines de grandes pluies (fin août, septembre...) et les mois de mars, avril et mai (pluies de 1^{er} semestre, avant la saison sèche ou *gravana*), mes investigations pendant ces deux périodes ayant pu être par trop lacunaires.

Morphologie et position systématique

On sait que les pattes présentent une structure assez particulière, avec les 4 doigts opposés deux par deux vers l'avant et vers l'arrière. Cette disposition permet aux poussins comme aux adultes de s'installer verticalement dans le nid, la tête en haute, les ongles enfoncés dans l'épaisseur de la paroi (comme indiqué précédemment).

(3) Même remarque chez J.-P. Chapin (1932, II, p. 467): au Congo N-Occidental, les plumes employées pour le nid doivent être prises au vol «most often those of *Vinago calva*», mais aussi celles de Tisserins, de poulets, ainsi que des fragments de plantes (*Pappus*). L'auteur ajoute: «The underside of *Borassus* leaf is an ideal location».

Dimensions

Elles figurent au tableau IV, où j'ai également porté les mesures prises par moi-même et par Brooke (1972) sur des séries de spécimens appartenant aux formes continentales (sous-espèces *brachypterus* d'Afrique équatoriale, *myochrous* Afrique orientale, *hyphaene* de la région angolaise, *parvus* de la zone sahélienne).

Il apparaît sans peine que les longueurs d'aile sont, en moyenne, à peu près les mêmes dans les îles du Golfe de Guinée et en Afrique équatoriale (*brachypterus*); et qu'elles sont probablement un peu inférieures dans les îles à celles que l'on trouve sur le continent tant au Sud (*hyphaene*) qu'au Nord (*parvus*) et plus à l'Est (*myochrous*).

Un spécimen adulte pesait un peu plus de 11 g. (Un poussin déjà emplumé pesait 8 g.)

TABLEAU IV
Dimensions chez *Cypsiurus parvus*

Mesures par R. de Naurois, sauf indication contraire. N = nombre de spécimens mesurés.

C. parvus santos-junioris (S. Tomé et Prince).

	N	Aile	N	Queue
Mâles	3	119-129	2	87 ; 95
Femelles	8	121-130 (125)	6	57-88 (75,2)
S (?)	5	117-127 (122)	4	85-91 (89)

C. p. brachypterus (populations continentales).

1° Mesures par R. de Naurois:

	N	Aile	N	Queue
Mâles	5	122-132 (126,5)	4	75-97 (87,2)
Femelles.....	4	126-130 (128)	4	78-98 (87)

Mesures par R. K. Brooke:

	Aile
Mâles	120-138 (128,7)
Femelles	115-135 (126,7)

2° Spécimens d'Afrique occidentale (Sierra Leone, Ghana, Nigeria, Cameroun):

	N	Aile	N	Queue
Mâles	5	110-131 (123,4)	4	88-89 (92)
Femelles	6	118-129 (125,7)	4	88-94 (92,2)

Cypsiurus parvus hyphaene.

Mesures par R. de Naurois.

Spécimens d'Angola (attribuables à *C. p. hyphaene*):

	N	Aile	N	Queue
Mâles	7	125-138 (131,4)	6	75-98 (84,8)
Femelles	3	121-130 (125,3)	2	90 ; 92 (91)

Mesures par R. K. Brooke:

	N	Ailes
Mâles	19	128-142 (135,1)
Femelles	15	123-142 (131,0)

Cypsiurus parvus myochrous (Reichenow): du Lac Albert au Tanganyika et au Zambèze.

Mesures par R. de Naurois:

	N	Aile
Mâles	3	130-137 (134)
Femelles	1	136

Mesures par R. K. Brooke:

	N	Aile
Mâles	45	128-148 (135,4)
Femelles	35	123-148 (132,3)

Cypsiurus p. parvus: distribution du Sénégal aux abords des Somalies.

Mesures par R. de Naurois:

	N	Aile
Mâles	8	127-135 (129,0)
Femelles	5	125-132 (129)

Mesures par R. K. Brooke:

	N	Aile
Mâles	7	126-136 (130,6)
Femelles	10	122-134 (127,5)

Colorations

Elles n'ont pu être étudiées convenablement qu'à l'île du Prince, les spécimens en provenance de S. Tomé se trouvant en trop petit nombre dans les collections. La description ici présentée ne s'applique donc avec certitude qu'aux oiseaux en provenance de l'île du Prince.

Sexes semblables; coloration d'ensemble grise (et non pas brunâtre ou gris fauve). Léger reflet «métallique» vert aux parties supérieures; menton et gorge blanchâtres, striés de noir (plus au moins nettement). Oeil brun; bec noir; pattes noires avec une nuance pourprée.

Jeunes près de l'envol. Lisières (= «ourlets») jaunâtres ou ocrés, très nets, aux plumes de la tête, du dos, des rémiges, de la queue et des sous-caudales. Coloration d'ensemble fauve et légèrement barrée de brunâtre. Gorge grise, sans stries ni barres. Ces poussins emplumés et les jeunes peu après l'émancipation présentent ainsi une coloration brune (ou fauve foncé) analogue à celle des adultes continentaux (*C. p. brachyptera*) et non pas grise comme celle des adultes insulaires.

Il s'avère ainsi que la population de l'île du Prince ne diffère pas, sous le rapport des dimensions, des populations groupées dans la sous-espèce *brachypterus*; mais qu'elle se distingue en revanche, de façon nette, de toutes les sous-espèces continentales par sa coloration grise et non plus brumâtre ou fauve — un trait qui prend une importance plus grande chez un Apodidé qu'elle prendrait chez un Psittacidé ou un Alcedinidé... Je crois donc opportun de séparer une sous-espèce nouvelle que je nomme.

Cypsiurus parvus santos-junioris

en l'honneur du Professeur dos Santos-Júnior, professeur émérite de l'Université de Porto, directeur de la Revue Ornithologique *Cyanopica*, maître et ami...

Type: femelle adulte, collectée à l'île du Prince le 16 février 1971, par R. de Naurois; peau déposée au Museum National d'Histoire Naturelle, N° CG 1971-720.

Cotypes: un mâle et une femelle, collectés à l'île du Prince les 19 et 16 février 1971 par R. de Naurois; n°s 011 et 002 respectivement.

Les collectes futures permettront de voir si les populations de S. Tomé et de Fernando Pó, mais aussi celles des régions atlantiques du Cameroun et du Gabon, doivent être rattachées à *Cypsiurus parvus brachypterus* ou à la forme de l'île du Prince. Chapin (1932) a déjà émis l'hypothèse d'une variété côtière moins brune et plutôt grisâtre, séparable de *brachypterus*: «... Lower Congo specimens seem a little paler and grayer than those of the forested Upper Congo, and there may be an un-named pale grayish race from the coast of Angola to Swakopmund.» (J. Chapin 1939 — «The Birds of the Belgian Congo», part II, page 466, in *Boll. of the Amer. Mus. of Nat. Hist.*, vol. LXXV.)

Conclusions

1 — Les trois Apodidae présents sur les îles occupent des territoires distincts: *Chaetura thomensis* en forêt (v. Naurois, 1985); *Apus affinis bannermani* à proximité des établissements humains mais aussi sur les côtes et pouvant chasser en altitude jusqu'à plus de 1200 m; *Cypsiurus parvus* au voisinage des constructions humaines avec une préférence pour les régions de savane.

2 — Les structures et emplacements des nids sont les mêmes dans les îles et sur le continent. La fécondité potentielle pour *Apus affinis* paraît être plus faible à S. Tomé qu'en Afrique intertropicale semi aride ou aride (Sahel, Banc d'Arguin de Mauritanie), *Cypsiurus parvus* ne pondant pas plus de deux oeufs en toutes régions. Périodes de reproduction très prolongées chez les deux espèces: presque toute l'année chez la première, de septembre ou octobre à février ou mars pour la seconde.

3 — *Apus affinis bannermani* Hartert est caractérisée par sa coloration très noire, sans admixtion visibles de brun. *Cypsiurus parvus santos-junioris* Naurois se distingue, à l'île du Prince, par la teinte grise (et non pas fauve ou brunâtre) des parties supérieures. Le statut de la population de l'île de S. Tomé n'a pas encore pu être précisé.

Summary

1 — Three Apodidae are residents on the islands and occupy distinct types of territories: *Chaetura thomensis* (see Naurois, 1985) in the forest; *Apus affinis* near houses and farms but also along rocky coasts far from human premises; *Cypsiurus parvus* also close to human buildings with a preference for more arid, savanna-like districts.

2 — Breeding-sites and nest's structures are the same on the islands and on the continent. *Apus affinis* laying only 2 or 3 eggs (up to 4 in continental Africa); *Cypsiurus parvus* laying only 2 eggs everywhere. Breeding periods are protracted: nearly all year round for *Apus affinis*: from September or October until February or March for *Cypsiurus parvus*.

3 — *Apus affinis bannermani* Hartert has a very black plumage: more black than any other subspecies. *Cypsiurus parvus santos-junioris* Naurois also has a distinctive plumage: gray (not brownish or tawny), especially on the upper parts. The precise position of São Tomé population is still questionable: *santos-junioris* or *brachypterus*?

25 février 1989.

RÉFÉRENCES

- BROOKE, R. F. (1972) — «Geographical Variation in Palm Swifts», *Cypsiurus* sp. *Durban Mus. Novit.*, vol. IX, part 15: 217-231.
 CHAPIN, J. P. (1932) — «The Birds of the Belgian Congo», *Bull. Amer. Mus. Nat. Hist.*, II, 75.
 FRADE, F. (1967) — «Aves e Mamíferos das Ilhas de São Tomé e do Príncipe. Notas de sistemática e de protecção à Fauna». Conferência internacional dos Africanistas ocidentais. *Zoologia*: 137-150.
 FRY, C. H. (1961) — *Notes on the Birds of Annobon and other Islands in the Gulf of Guinea*. Ibis 103 a: 267-276.

FEULEMANS, J. G. (1886) — *Opmerkingen over de Vogels van Kapp-Verdische Eilanden en van Prins Eiland in de Bogt Guinea gelegen*. Nederl. Tijdschr. v. Dierkunde. Amsterdam: 374-401.

NAUROIS, R. de (1968) — «Peuplements et Cycles de reproduction des Oiseaux de la Côte Occidentale d'Afrique (du Cap Barbas, Sahara Espagnol) à la Frontière de la République de Guinée». *Mém. Mus. Nat. Sc. Nat.*, Paris: 312 p.

NAUROIS, R. de (1985) — «*Chaetura (Rhaphidura) thomensis* Hartert 1900 endémique des Îles de São Tomé et Príncipe (Golfe de Guinée)». *Alauda*, 53 (3): 209-222.

SALVADORI, T. (1903) — «Ornitologia delle Isole del Golfo di Guinea». *Mem. d. Reale Acad. d. Scienze d. Torino*. Ser. 2^a, t. LIII.

SNOW, D. (1950) — «The birds of São Tomé and Príncipe in the Gulf of Guinea». *Ibis*, 92: 579-595.

PALÉOCLIMATOLOGIE ET ENDÉMISME

Histoire des peuplements d'oiseaux aux îles du Cap Vert

RENÉ DE NAUROS

L'endémisme dans les îles océaniques est le produit, d'abord, d'une rupture brutale; ensuite d'une longue adaptation dans l'isolement... Quelles qu'aient pu être les causes et les modalités du déracinement (de la transplantation) le bilan du saut dans l'inconnu ne se réduit pas seulement à une «épreuve»; il se traduit aussi, pour le petit nombre des «colonisateurs» qui ont réussi à tailler dans le vif leur niche écologique, par un appauvrissement et un couteux réaménagement du stock génique. Pour autant, ces pionniers ne sont pas parvenus au bout de leur peine: sur cette île devenue leur Ile, de nouveaux envahisseurs surviennent, des changements se produisent dans l'environnement; et surtout des changements climatiques interviennent, exigeant de nouveaux efforts. Selon la position géographique et en fonction de la latitude, l'adaptation aux nouvelles conditions présentera plus ou moins de difficultés; elle pourra s'avérer impossible. Dans chaque hémisphère, entre les pôles et (approximativement) les latitudes voisines de 45° Nord ou Sud, le nombre des «bonnes» sous-espèces endémiques est généralement nul (nous comprendrons mieux l'explication de ce fait...). Aux mêmes époques, sur les continents, les situations sont tout à fait différentes: parce que sur ces vastes surfaces les animaux peuvent se déplacer et rencontrer des conditions favorables; tandis que sur les îles, même de grande taille (les îles de superficie supérieure à 500 000 km² comme Madagascar posent d'autres problèmes...), les refuges sont exigus et peuvent ne pas exister. A travers ces obstacles successifs, la survivance se traduit par la formation de ces phénotypes originaux — les endémiques — qui intéressent le zoologiste au point d'exercer sur son esprit une sorte de fascination.

Ces endémiques, au moment où nous les découvrons, peuvent se répartir en classes: d'abord selon leur probable ancienneté; mais aussi selon leur chance de survie, fonctions de l'abondance en individus mais surtout des possibilités génétiques d'adaptation dont ils disposent encore face à l'évolution possible du milieu. D'où les deux questions auxquelles il faut tenter de répondre:

- les vicissitudes du passé climatique sont-elles définissables avec une certitude raisonnable, et jusqu'à quelle époque est-il possible de remonter le cours du temps?
- que pouvons-nous présumer de l'impact de ces vicissitudes sur la faune avienne d'une île ou d'un archipel?

PREMIÈRE PARTIE

Les méthodes en climatologie

En matière de paléoclimatologie — en matière surtout de paléoclimatologie du Pléistocène et de l'Holocène — les progrès accomplis depuis quelques décennies dépassent ce que l'on pouvait attendre il y a soixante-dix ans. Il faut rappeler ce qui les a rendus possibles. La datation par géochronologie isotopique des fossiles, la description des couches sédimentaires et tout particulièrement des varves, les découvertes paléomagnétiques, la mesure des paléotempératures par «thermomètre géologique» (rapport isotopique 018/016 dans les coquillages), etc..., tout cet «arsenal» moderne a prodigieusement accru la collecte des faits paléoclimatiques et facilité leur organisation logique (v. par exemple R. S. Bradley, 1985).

L'objet du présent travail n'est pas de présenter ici, même en résumé, ces méthodes et leurs résultats, mais seulement de souligner, à la suite de E. Bernard et A. Berger et en s'inspirant de leurs démonstrations (publications citées en références), que l'accumulation des «faits», faute d'une loi de genèse tirée d'une «énergétique» — toute énergie vient du soleil — ne pouvait guère conduire au-delà d'extrapolations prudentes (géologues et paléontologistes étaient les premiers à en convenir). Or, pour l'essentiel, ce complément longtemps attendu, encore qu'incomplètement élaboré à ce jour, se trouve à disposition...

La théorie procède logiquement en deux étapes:

- elle montre d'abord les lois précises de distribution de l'énergie solaire à la limite supérieure de l'atmosphère selon les positions — *fonctions du temps* — du globe terrestre mobile sur son orbite;
- elle analyse ensuite les lois (approchées) de transmission de cette énergie à travers les couches d'air et jusqu'à l'interface atmosphère/substrat terrestre.

La première étape n'est pas autre chose qu'une application des lois rigoureuses de la Mécanique Céleste, science des mouvements de translation et rotation des astres du système solaire, en particulier de la Planète Terre, du fait de l'attraction par le Soleil et par les

autres Planètes (actions perturbatrices...). En effet les variations de l'énergie reçues à la limite de l'atmosphère, à chaque latitude, sont dues en même temps aux variations de position du globe *autour* de son centre: l'insolation est commandée par la mécanique du mouvement!

La seconde étape fait intervenir les lois thermodynamiques du Rayonnement et des échanges de chaleur tant du fait de l'absorption lors du passage à travers gaz et vapeurs qu'en raison des réflexions successives et finalement de l'albedo du système global Terre/Atmosphère renvoyant vers le vide une partie plus ou moins considérable de l'énergie initialement reçue. Il est clair que cette deuxième étape est aussi importante que la première. Moins précise que celle-ci dans ses résultats chiffrés, elle est cependant plus familière aux non-spécialistes. C'est pourquoi elle ne sera pas présentée plus en détail dans le présent travail, dont l'ambition se limite à celle d'un essai: attirer l'attention sur un domaine de recherches assez nouveau, celui précisément des causes originaires, d'ordre *astronomique*, de phénomènes *terrestres* d'ordre climatique eux-mêmes déterminants pour les mouvements des Flores et des Faunes.

L'exposé comprendra d'abord un aperçu des difficultés d'ordre mathématique que présente cette théorie astronomique de l'insolation aux divers latitudes et des raisons pour lesquelles il arrive encore de nos jours qu'elle soit mal acceptée. Ensuite interviendra une présentation des éléments — ou mieux des *paramètres* fondamentaux — qui gouvernent les modifications à long terme de l'insolation. Enfin seront apportées quelques indications touchant le rôle que ces paramètres jouent pour leur part dans la formation des climats terrestres.

1 — Méthodes et difficultés de la théorie

Au long de travaux publiés entre 1920 et 1941 l'astronome yougoslave M. Milankovitch proposa une explication des glaciations quaternaires. Sa théorie fut d'abord (fut encore pas certains auteurs jusqu'à une date récente) ignorée ou combattue — un peu comme avait été combattue la théorie de Wegener sur la dérive des Continents... George Simpson, par exemple, put écrire en 1940: «Milankovitch's temperature changes are about four times too large, and when the true changes are calculated they are seen to be quite insignificant [de l'ordre de 1°C] from a climatic point of view» (cité par E. Bernard, 1962, p. 8). Or c'est G. Simpson qui se trompait; et Milankovitch avait encore plus raison qu'il ne croyait: pour avoir omis le rôle de certains facteurs (*albedos* des calottes glaciaires) les modifications thermiques calculées par lui étaient au moins deux fois trop faibles!

Une raison de cette méconnaissance tient évidemment à la fragmentation et au cloïement, en partie inévitable, des disciplines. Elle tient aussi au fait qu'il a été bien difficile jusqu'à présent de mettre à la disposition des enseignants et des chercheurs en Sciences Naturelles (Géologues et Paléontologistes, Biologistes, Anthropologistes) des abrégés de Mécanique Céleste où soient présentés, aussi simplement que possible, les méthodes et les résultats. Car ce sont justement les développements ultimes — estimations chiffrées des perturbations (avec leurs «battements» sur plusieurs dizaines, voire centaines de milliers d'années) — qui permettent de comprendre la continue évolution des climats sur Terre. Aussi longtemps que,

par abstraction et simplification, on ne considère que deux corps célestes s'attirant mutuellement selon la loi de Newton les relations différentielles conduisent à des équations à variables séparées, donc à de simples quadratures (problème classique des 2 corps, orbites elliptiques, lois de Kepler,...). Mais dès que trois ou n corps (7, en fait, dans le système solaire, le huitième — Pluton — pouvant être négligé) agissent le uns sur les autres, si la mise en équation va encore de soi, la recherche des solutions se hérise, si l'on peut dire, de difficultés. Par voie analytique les équations différentielles ne sont pas intégrables, les développements en série convergent trop lentement, les calculs d'intégration sont inexécutables! D'où le recours à de savantes approximations numériques: les orbites perturbées restant proches des orbites elliptiques (képlériennes) où conduit le problème des deux corps, on peut, progressivement, ajuster de nouvelles trajectoires plus proches des orbites qui auraient été observées dans le passé lointain ou qui le seront dans l'avenir. Autrement dit, loin de se livrer à des extrapolations hasardeuses, les calculateurs affinent peu à peu l'expression d'une loi extrêmement complexe dont la forme *exacte* n'était pas déterminable.

2 — Paramètres des mouvements

Il convient de rappeler les faits suivants.

La longueur du grand axe de l'orbite terrestre — orbite assimilable en première approximation à une ellipse — est aujourd'hui bien connue et peut être traitée comme constante à l'échelle des millions d'années qui nous intéressent (fin du Tertiaire, Quaternaire et Holocène). Est aussi connue à une approximation suffisante la température (6000° Kelvin) de la surface du Soleil (assimilé à un «corps noir»). Un calcul assez simple donne l'expression de la quantité d'énergie reçue à la limite supérieure de l'atmosphère, en fonction de la latitude et du temps (en cal. par cm² et par minute).

Les variations de cette dernière quantité dépendent des variations dites «*séculaires*» de trois éléments liés aux mouvements de la Terre dans son déplacement sur l'orbite, en particulier au mouvement de l'axe des pôles.

On appelle *obliquité*, et on désigne par ϵ , l'angle que fait l'axe des pôles avec la perpendiculaire au plan contenant l'orbite terrestre (plan de l'écliptique). Cet angle est fonction du temps avec une pseudopériode d'à peu près 41 000 ans.

L'*excentricité*, désignée par e , caractérise la trajectoire terrestre (ellipse selon les lois approchées de Kepler; ellipse perturbée en fait, et donc non «képlérienne»). Sa pseudo-périodicité est de 95 500 ans; sa valeur est celle du rapport, variable avec le temps, de la demi-distance entre les foyers au demi-grand axe de l'ellipse. Sur la figure 1 c'est le rapport SO/SB , égal à $\sqrt{a^2 - b^2}/a$, où a et b désignent les demi-longueurs des axes (la définition même de l'ellipse veut que $SB = a$).

On distingue en outre un angle Π , longitude du Périhélie, ayant son sommet en S (soleil) et pour côtés la direction $S\gamma$ du Point Vernal (trace à l'époque considérée de l'axe des équinoxes sur la «voûte» céleste) et la direction SA du Périhélie. Sa valeur varie de 0 à 360°, avec une pseudo-périodicité moyenne de 21 600 ans.

Les observations astronomiques permettent de mesurer à un moment quelconque les trois paramètres ϵ , e et Π . Les équations de la mécanique céleste permettent d'exprimer analytiquement leurs

valeurs en fonction du temps (passé ou à venir) et à partir des mesures réalisées à un moment quelconque choisi comme origine, soit: ϵ_0 , ϵ_0 et 11_0 . A l'époque où nous sommes la valeur de l'obliquité est de $23^\circ 44'$ (pour le dernier millions d'années les valeurs extrêmes ont été de $22^\circ 02'$ et $24^\circ 43'$, atteintes au cours du dernier million d'années); celle de l'ellipticité est de 0,0167 (extrêmes 0,0023 et 0,0532); celle de 11 est de 102° (extrêmes «obligés»: 0° et 360°). Ces valeurs précises ont été obtenues tout récemment par A. Berger.

Tentons maintenant de mieux saisir la réalité physique de ces paramètres.

L'obliquité, ϵ

Elle joue un rôle capital dans l'explication des glaciations. On saisit intuitivement que si l'axe des pôles se rendresse (si ϵ diminue, v. fig. 1), l'insolation sur les régions polaires devenant plus rasante, l'échauffement diminue du même coup; et qu'à certaines périodes cette diminution entraîne la formation des calottes glaciaires. La cause mécanique de cette variation semi-périodique de l'obliquité se trouve dans l'attraction différentielle que subissent les latitudes polaires et équatoriales du fait de l'aplatissement aux pôles de l'ellipsoïde terrestre. Mais les expressions analytiques du phénomène — une action de couple — ne permettent pas une saisie intuitive que l'on puisse proposer en quelques lignes. Les calculs conduisent à une somme d'oscillations à périodicités différentes, certaines d'entre elles étant assez voisines pour donner lieu à des battements! E. Bernard et A. Berger (travaux cités aux références) ont analysé ces phénomènes et poussé les calculs. Bernard par exemple a fait ressortir certains faits particulièrement importants du passé climatique: «L'amplitude absolue de ϵ a été atteinte il y a 230 000 ans, et la plus forte amplitude suivante s'est produite il y a 25 000 ans [glaciation de Würm III]. De telles amplitudes sont des événements rares [...]» (1973, p. 53).

L'excentricité, e

En dépit du fait que ses valeurs absolues sont très petites (au maximum un-vingtième de la demi-longueur «a» du grand axe de l'ellipse) elle modifie considérablement, à certaines époques, l'altitude et l'amplitude des phénomènes. Nous nous trouvons en ce moment (et depuis quelques 7000 ans) dans une époque où l'amplitude de sa variation «séculaire» reste faible: l'ellipse perturbée que parcourt la Terre autour du Soleil demeure donc plus proche qu'en d'autres temps d'une circonférence. Mais le déroulement des conséquences climatiques ne peut être présentée en quelques mots et de façon élémentaire. On notera seulement: que l'influence de l'obliquité demeure dominante en ce qui concerne les latitudes élevées (zones polaires et tempérées) de l'hémisphère Nord; que la faible valeur de e n'a pas empêché — ne pouvait pas empêcher — la forte poussée glaciaire d'il y a 25 000 ans. [Il semble même que par sa longue durée elle ait freiné la fonte des glaces lors du faible interstade (déglaciation) entre Würm II et Würm III.]

La longitude du Périhélie, 11

Elle commande, en conjonction avec les variations de ϵ et de e , les changements climatiques dans la zone équatoriale. Mais tandis qu'il était facile de faire «voir» l'influence des valeurs minimales de

l'obliquité sur la genèse des périodes glaciaires il est malaisé de montrer, sans appareil mathématique, l'effet du cycle de 11 . Dans un premier temps il faut décrire le lien entre cette variation et un mouvement de l'axe des terrestres des pôles dont il n'a pas été question jusqu'à présent. Après quoi c'est tout l'ensemble des modifications dans le système Terre-Soleil qui apparaîtra dans son rapport avec la succession des climats dans les différentes zones: polaires et tempérées, désertiques et inter-tropicales, sub-équatoriales et équatoriales.

Gardant sous les yeux la figure 1 il faut examiner la position, à une époque quelconque et à un moment quelconque de l'année, de l'axe des pôles penché vers le plan de l'écliptique (angle ϵ de la perpendiculaire au plan de l'écliptique et de cet axe dans le sens Sud-Nord, dont la valeur au cours d'une année peut, bien entendu, être considérée comme constante puisque sa périodicité moyenne est de 41 000 ans). Cet axe ne se contente pas — si l'on peut s'exprimer ainsi — d'être entraîné dans le sens direct (sens des aiguilles d'une montre pour l'observateur regardant «d'en haut»): il tourne aussi, avec une période de 26 000 ans dans le sens rétrograde (indiqué par la flèche f) autour de la perpendiculaire au plan de l'écliptique, le centre de la Terre servant de sommet. Et il décrit ainsi, au cours du mouvement de translation de la Terre, un *cône droit* (dont j'ai représenté la section — un «petit cercle» — sur la surface du Globe terrestre).

L'angle au sommet de ce cône est évidemment de $2 \times \epsilon$.

Prenant maintenant en considération le plan déterminé par la perpendiculaire à l'écliptique et par l'axe des pôles — plan contenant le centre du Globe et effectuant avec cet axe des pôles une rotation complète en 26 000 ans — on voit que ce plan, matérialisé sur l'écliptique par sa trace (fig. 1), se déplace peut-on dire avec la Terre sur son orbite et vient rencontrer le Soleil — vient en quelque sorte le «cueillir» — chaque année et *deux fois dans l'année*, lors des passages aux solstices! On voit ainsi que, pour l'hémisphère Nord, le solstice d'été se produit au moment où le centre de la Terre et le Soleil sont contenus dans le plan en question, sur l'intersection (trace) de ce plan avec l'écliptique. C'est chaque année le moment où un parallèle du Globe — le Tropique du Cancer — reçoit une fois par jour, verticalement (verticale du lieu géographique), la radiation d'un Soleil qui passe au Zénith du lieu. A ce moment la ligne des équinoxes perpendiculaire à celle des solstices, permet au lecteur peu familiarisé avec les lignes de l'espace de «voir» l'ouverture de l'angle 11 , de la direction du point γ à la direction du périhélie. Ce même lecteur saisit mieux à cette occasion, l'indépendance (relative!) de deux mouvements: celui de l'axe des pôles tel qu'il vient d'être caractérisé, celui de la figure d'ensemble qu'est l'orbite avec sa ligne des apsides.

Cette distance angulaire 11 (longitude du périhélie) est donc de 270° quand le solstice d'été (hémisphère N) a lieu au périhélie; de 90° quand il a lieu à l'aphélie; de 0° (ou 180°) quand il a lieu aux équinoxes de printemps (ou d'automne). En fait la périodicité moyenne de 11 n'est que de 21 600 ans de moyenne) au lieu de 26 000 parce que deux mouvements se composent: celui du point γ (donc de la figure géométrique ligne des solstices/ligne des équinoxes) se déplace dans le sens rétrograde avec sa période propre de 26 000 ans; et celui de la ligne des apsides (Périhélie-Aphélie), qui tourne également mais dans le sens direct, avec une période irrégu-

lière d'environ 96 600 ans. Si l'on désigne par T , T_v et T_a les périodes respectives de Π , du point vernal et de la ligne des apsides, la relation $211/T = 211/T_v + 211/T_a$ permet le calcul de T , période de Π , en fonction des deux autres (v. l'exposé de E. Bernard, 1962, p. 13).

3 — Effets climatiques

J'ai déjà souligné l'extrême importance de l'obliquité ϵ dans l'apparition des glaciations. En outre, un fort contraste thermique s'établit entre ces zones polaires refroidies et la zone inter-tropicale; ce qui entraîne un plus fort échange méridien. Les masses d'air venant des régions équatoriales, chargées d'humidité, viennent précipiter en neige — même pendant l'été — aux abords des inlandis et, pour l'hémisphère Nord au moins, des banquises. L'albedo de la glace recouverte de neige prend des valeurs beaucoup plus élevées que l'albedo des zones désertiques ou boisées (dans le rapport approximatif de 0,8 à 0,2).

Les effets du refroidissement se trouvent prolongés bien au delà de l'époque où ϵ a atteint son minimum et recommencé à décroître. Il faut certainement estimer que les conséquences sont particulièrement remarquables dans l'hémisphère Nord, où la faible profondeur des bras de mer ainsi que l'étendue des terres émergées a favorisé l'extension des glaces vers le Sud: jusque vers les latitudes de l'Allemagne du Nord à la fin du Würm III⁽¹⁾.

L'effet des variations de Π en zone intertropicale et équatoriale est moins facile à mettre en évidence. Sans recourir au calcul il est cependant possible de proposer quelques remarques.

En premier lieu, et en ne prenant en compte que l'hémisphère Nord, on comprend que la zone désertique — entre d'une part des régions polaires et tempérées, d'autre part la zone inter-tropicale humide — n'a jamais complètement disparu: son existence, due à l'organisation même de la circulation générale de l'atmosphère, relève des lois de la mécanique des fluides appliquée au cas d'une couche gazeuse englobant une sphère (ou plutôt un ellipsoïde, dont une partie seulement présente une surface solide). En nous plaçant dans le cas de l'hémisphère Nord, ce que les extensions glaciaires provoquent c'est une «descente» vers le Sud; tandis qu'à d'autres époques c'est la limite Nord de la zone humide qui monte «plus haut» vers le Nord. L'affinement des méthodes et résultats en thermodynamique de l'atmosphère montre si oui ou non, et compte tenu des retards à la fonte des calottes glaciaires, l'abaissement en latitude des zones tempérées et désertiques a pu coïncider avec l'avancée de la zone humide vers le Nord. C'est même là, du point de vue des effets biogéographiques, un aspect fort intéressant et qu'il faudra examiner de près: je regrette d'autant plus de ne pouvoir m'y risquer en ce moment que le phénomène a certainement affecté les îles Macaronésiennes, îles du Cap-Vert incluses.

(1) C'est ici l'occasion de relever un fait ornithologique assez surprenant au premier abord: alors que dans les îles de l'Atlantique Nord, du pôle à la latitude de 40° Nord, les oiseaux n'ont pu survivre et se différencier assez longtemps d'une glaciation à la suivante pour atteindre un niveau incontestable d'endémicité spécifique (à peine atteint aux Açores), presque toutes les espèces des îles Tristan da Cunha, par 40° Sud, son endémiques! L'explication est à chercher du côté des dissymétries d'ordre géographique entre les régions polaires Nord et Sud, avec leurs conséquences sur les dimensions des régions englacées lors des glaciations, le régime des températures et des vents.

Où la fonction des variations de Π apparaît plus nettement c'est à propos des balancements climatiques autour de l'équateur géographique. On «voit» immédiatement que la largeur de la zone recevant le maximum d'insolation puisse dépendre de l'obliquité (latitudes $+\epsilon$ et $-\epsilon$ des Tropiques du Cancer et du Capricorne); et l'on «voit» que si une dissymétrie se manifeste en Afrique entre les deux hémisphères elle tient évidemment aux différences d'effet thermique engendrées par les largeurs très inégales des masses continentales au Nord et au Sud de l'Équateur. On aperçoit aussi — et les analyses très poussées d'E. Bernard le montrent, lois météorologiques et évaluations quantitatives à l'appui (1962, 1974-1975) — que les phénomènes ne sont pas identiques de part et d'autre selon que Π prend ses valeurs de 90° et de 270°⁽²⁾.

Examinons ces deux cas dans le cadre africain:

- $\epsilon = 90^\circ$. Le solstice d'été pour l'hémisphère austral a lieu au périhélie; et la zone la mieux «chauffée» se trouve pendant cet été austral un peu au Sud de l'équateur géographique — ce qui entraîne d'intenses chaleurs et des dépressions atmosphériques aux latitudes tropicales Sud, donc aussi des pluies d'été et une relative sécheresse hivernale.
- $\epsilon = 270^\circ$. La situation est inversée; mais pour les raisons invoqués plus haut (disparité des étendues continentales au Nord et au Sud) l'amplitude des phénomènes va se trouver accentuée. C'est le solstice d'été boréal qui a lieu chaque année lors du passage de la Terre au Périhélie. De vastes zones étirées d'Ouest en Est (soudanaises, sahéliennes, sahélo-sahariennes...) reçoivent une insolation intense, donc des pluies estivales alternant avec des sécheresses d'hiver.

Considérons maintenant les zones situées soit au Nord de l'Équateur lors de l'été austral (Π vaut 90°), soit au Sud de l'Équateur lors de l'été boréal (Π vaut 270°). On remarque une différence dans les effets climatiques: les bordures reçoivent évidemment des pluies, mais l'échauffement y est moindre et de moindre extension en latitude que dans les cas précédents; ce qui n'implique plus une distinction annuelle en pluies d'été et sécheresses d'hiver. Voulant marquer ces différences, E. Bernard a proposé deux expressions pour les périodes pluviales de zone équatoriale: pluvial *displuvial* du côté exposé à la radiation plus directe (soleil plus longtemps à la verticale des lieux); pluvial *isopluvial* du côté opposé: «[...] Par l'expression de '*displuvial*' le préfixe 'dis' exprime l'idée de disparité saisonnière [...], par le vocable d'*'isopluvial*' le préfixe 'iso' traduisant l'idée de l'uniformisation du régime pluviométrique.» (Bernard, 1962, p. 98.)

(2) Il faut rappeler ici: qu'à l'intérieur de la zone équatoriale, sur 2° ou 3° en latitude, l'eau des océans chauffée au maximum se trouve soumise à une évaporation considérable; que les masses d'air ainsi humidifiées sont attirées vers les continents plus chauds; et que les condensations à haute altitude (jusqu'à 10-15 000 m) engendrent de fortes pluies (dites de «convection») ainsi qu'un état hygrométrique voisin de 1 (saturation).

Le résumé ainsi présenté comporte, du fait de sa brièveté, beaucoup de simplifications excessives; en même temps qu'il pêche par manque de rigueur puisque il a fallu renoncer (v. *supra*, introduction) à développer l'exposé des phénomènes thermodynamiques et, en particulier, des effets de mécanique de l'atmosphère: convections, systèmes de vents, advections. Il aura suffi, je l'espère, de faire sentir la valeur explicative de la théorie en ce qui concerne les mouvements des flores et des faunes en zone inter-tropicale: glissements en latitude de part et d'autre de l'équateur géographique, amplitudes variables selon les époques, selon que l'ellipticité ϵ et l'obliquité ϵ viennent renforcer ou contrecarrer les conséquences de la variation de l'angle Π .

Un période intermédiaire a été laissée de côté: celle où, ϵ prenant des valeurs d'abord élevées puis moyennes, ϵ gardant une valeur faible, les variations de Π ne purent, par elles-mêmes, entraî-

ner des conséquences climatiques extrêmes. C'est à peu près la situation qui a prévalu après la fonte presque complète de la calotte glaciaire Nord (-11 000 à -8000 ans). Un concours de circonstances favorables — cas très exceptionnel dans l'histoire des actions gravitationnelles — a alors permis l'établissement très rapide de ce qu'on appelle l'*optimum climatique*, dont le maximum thermique se place à -5600. C'est l'époque de la transgression flandrienne, consécutive (à retardement) au réchauffement de -18 000 à -11 000: les dernières «lentilles» de glace ont achevé de fondre, l'inlandsis groenlandais étant bien entendu mis à part ainsi que divers ice-caps de petites dimensions au Spitzberg et sur les îles du Nord-sibérien. Comme nous allons de montrer (deuxième partie), cet «optimum climatique», faisant suite au «displuvial», a joué un rôle important dans l'«histoire» faunistique capverdienne: c'est lui, à n'en pas douter, qui a permis l'entrée dans les îles de certaines espèces «aethiopiennes».

EXPLICATIONS DE LA FIGURE 1

S: Soleil; T_e = Terre au Solstice d'été;

Th: Terre au Solstice d'hiver (ce sont à peu près les positions qu'occupe notre Globe à l'époque actuelle lors des Solstices).

OP: demi grand axe, a , de l'«ellipse» (orbite terrestre; a constant).

OB: demi-petit axe, b ; P: Périhélie; A: Aphélie (PA: axe des apsides).

e : excentricité = $\overline{OS}/\overline{OA} = \overline{OS}/\overline{SB} = \sqrt{a^2 - b^2}/a$.

L'ellipse est le lieu des points dont la somme des distances à deux points fixe (les foyers) est constante et égale à $2a$. Le Soleil occupe l'un des foyers. Dans la réalité (système solaire) cette ellipse est beaucoup plus proche d'une circonférence que ne l'indique la figure (excentricité en réalité beaucoup plus faible).

ϵ : obliquité: angle formé par la perpendiculaire au plan de l'orbite et l'axe des pôles.

La ligne Th- T_e est la ligne des Solstices; la ligne E_p - E_a (non figurée) serait la ligne des Equinoxes, perpendiculaire à la ligne des Solstices (p : printemps; a : automne).

f : sens de rotation de la Terre autour de son axe.

f' : sens du déplacement de l'axe des pôles, décrivant en 26 000 ans un cône dont l'angle d'ouverture est $2 \times \epsilon$ (sens rétrograde).

f'' : sens du déplacement du grand axe de l'orbite terrestre (sens direct), avec une période très variable dont la moyenne est de 96 000 ans.

Π : angle formé par la ligne des équinoxes E_p - E_a (prolongée jusqu'à γ , nommé point vernal, trace de cette ligne sur la «voûte céleste») et la ligne des apsides ou grand axe, PA. Cet angle E_a SP, soit π , s'appelle *longitude du Périhélie*, compté à partir du point vernal. Le point vernal, γ , se déplace (sens rétrograde comme celui de la rotation de l'axe des pôles décrivant son cône). Le plan figuré sur le dessin (contenant le Soleil, l'axe des pôles et la perpendiculaire au plan de l'orbite, donc lui-même perpendiculaire à ce plan de l'orbite) tourne donc dans le sens rétrograde.

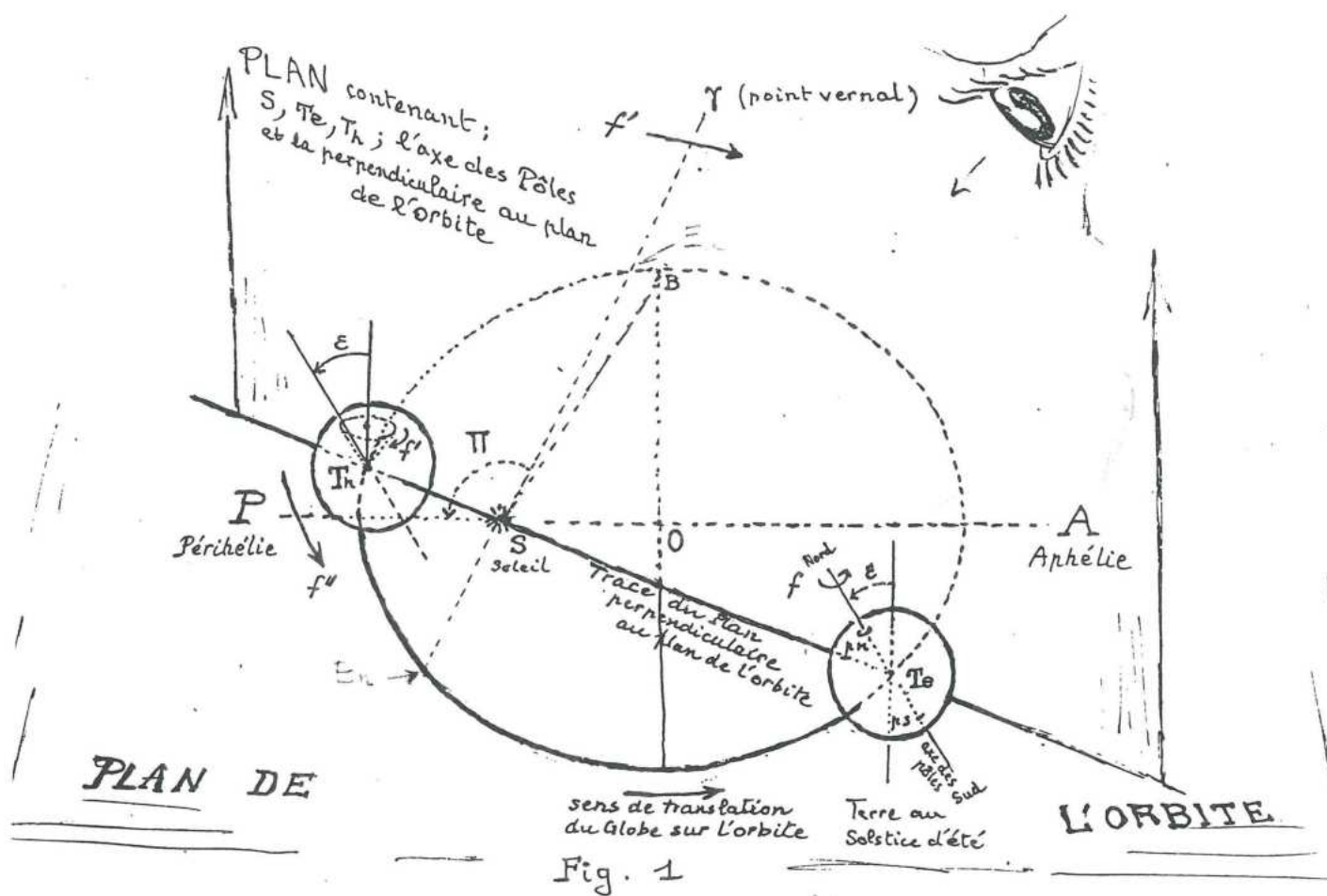
La valeur de l'angle π varie de 0° à 360° avec une moyenne de 20 500 ans. Ce résultat vient de la combinaison des rotations:

Axe E_p S E_a γ dans le sens rétrograde, axe SP dans le sens direct.

Par unité de temps la variation d'angle $\Delta \pi$ est la somme des variations d'angles décrites par γ et par P en des sens inverses l'un de l'autre. Raisonnant sur les périodes on a en effet

$1/T$ de $\pi = 1/T$ de $\gamma + 1/T$ de P. D'où:

$$T \text{ de } \pi = \frac{T \text{ de } \gamma \times T \text{ de } P}{T \text{ de } \gamma + T \text{ de } P} = (\text{à peu près}) 20\,500$$



Le sens direct est celui inverse du sens des aiguilles d'une montre pour un observateur regardant du haut vers le bas

TABLEAU I
Ancienneté des colonisations

B.P. = avant l'époque actuelle (before present); A.D. = Anno Domini

Données astronomiques et paléoclimatologiques					Lignées — Époques (estimées) d'accès aux îles et de début d'évolution vers l'endémisme
Époques	e	II	ε	Paléoclimatologie (d'après E. Bernard)	
1950 A.D. (actuel)	0,0167	102° 7	23° 44	Détérioration lente. Tempér. un peu inférieure dans les îles à la temp. sur le continent, à latitude égale.	32 espèces (ois. de mer exclus). Espèces menacées d'extinction (causes diverses, mais aussi causes d'ordre climatique: aridité lentement croissante): <i>Ardea (purpurea) bournei</i> ; <i>Milvus (milvus) fasciicauda</i> ...
— 1350 (B.P.)	0,0169	50°	23° 7	«Petit optimum climatique» de — 1000 à — 1300 B.P. (Causes astrophysiques, non astronomiques).	Colonisations probables: <i>Sylvia atricapilla</i> ; <i>S. conspiciata</i> . Peut-être: <i>Alaemon alaudipes boavistae</i> ; <i>Ammanes c. cinctura</i> ; <i>Cursorius cursor exsul</i> ...
— 5000 à — 1000 — 5000	0,019	25°	24° 11 (forte)	Optimum climatique Fin de la déglaciation Isopluvial	Colonisations probables: <i>Tyto alba detorta</i> ; <i>Halcyon leucocephala acteon</i> ; <i>Falco peregrinus madens</i> ; <i>Passer jagoensis</i> ; <i>Calamocichla brevipeennis</i> . Peut-être: <i>Ardea purpurea bournei</i> si la spéciation a pu être rapide dès l'arrivée dans les îles (évolution brusque du fait de la réduction brutale du stock génique).
— 5600	0,020	5°	24° 0 (forte)		
— 8000	0,028	340°	24° 0 (forte)		
— 9000 — 11 500	— 0,019	— 270°	— 24° 2 (forte)		
— 12 000 à — 18 000	—	—	—	Déglaciation, d'abord lente, avec persistance du froid (et de l'aridité dans les îles).	Peut-être quelques arrivants à partir de — 14 000. L'aridité interdit encore la colonisation par des espèces de savane inter-tropicale...
— 18 000 à — 34 000 — 18 000 — 20 000 — 22 500 — 33 700	0,02 0,013 0,019 0,015	170° 160° 90° 270°	23° 3 23° 1 22° 25 24° 2	GLACIATION (Würm III) (forte) Tempér. minimale vers — 20 000	Extinctions pour plusieurs lignées (persistance probable de certaines espèces adaptées à l'aridité, par ex.: <i>Alaudidae</i> . Maintien de <i>Apus alexandri</i> (v. texte). Maintien de <i>Razocorys razae</i> et, peut-être, d' <i>Ardea (purpurea) bournei</i> , <i>Milvus milvus fasciicauda</i> .
— 34 000 à — 50 000 — 46 000 — 50 000	0,014 0,012	90° 80°	24° 0 24° 4	Petit Interglaciaire (Temp. basses!) Würm II-Würm III.	Colonisations peu probables, sauf pour les <i>Alaudidae</i> , peut-être pour <i>Cursorius cursor</i> ...
— 50 000 à — 72 000 — 50 000 — 54 000 — 71 600	0,012 0,015 0,013	80° 0° 90°	20° 4 23° 8 22° 3	GLACIATION (Würm II) Tempér. minimale vers — 60 000.	Extinctions... Survie de <i>Apus alexandri</i> , <i>Razocorys razae</i> , peut-être <i>Ardea (purpurea) bournei</i> , <i>Milvus (milvus) fasciicauda</i> .
— 72 000 à — 105 000 — 94 800	0,366 (élevée)	90°	24° 3	Petit Interglaciaire Tempér. maximale vers — 80 000 et — 92 000.	Colonisations possibles, par <i>Alaudidae</i> notamment.
— 105 000 à — 117 000 — 105 000 — 116 000	0,043 (élevée) 0,042 (élevée)	270° 90°	23° 4 23°	GLACIATION (Würm I) Tempér. minimale vers — 102 000.	Extinctions...
— 117 000 à — 127 000 — 127 400	0,397 (forte)	270°	24° (forte)	INTERGLACIAIRE	Colonisations possibles ou probables par: <i>Apus alexandri</i> , <i>Razocorys razae</i> ; peut-être par <i>Milvus (milvus) fasciicauda</i> , <i>Buteo buteo bannermani</i> , voire même <i>Ardea (purpurea) bournei</i> .
— 187 300	0,431 (forte)	90°	22° 8 (faible)	GLACIATION Riss II (forte)	Extinctions...

DEUXIÈME PARTIE

Les effets paléoclimatiques aux îles du Cap-Vert et l'histoire des peuplements d'oiseaux dans ces îles

Avec 32 espèces (en 17 familles), dont deux sont fort menacées d'extinction, l'avifaune est pauvre. La plupart des familles ne sont représentées que par une espèce. Font exception les Ardeidae (3 esp.), les Accipitridae (4 esp.), les Alaudidae (4 esp.). Les niches écologiques apparaissent dilatées dans l'espace, mais aussi du fait de l'extension des régimes alimentaires. Quatre espèces se sont adaptées à l'exploitation de certaines ressources marines: déchets rejetés par les marées (*Neophron percnopterus*, *Milvus migrans*), petits Pétrels capturés vivants (*Falco peregrinus madens*, *Tyto alba detorta*). Deux espèces au moins (*Sylvia atricapilla* ssp., *S. conspicillata orbitalis*) et très probablement plusieurs autres (étude en cours) utilisent au mieux les ressources des îles en nichant deux fois par an: non pas de façon simplement consécutive, mais bien en deux saisons séparées par un temps de régénération.

Parmi les 15 sous-espèces reconnues comme endémiques, 10 présentent des caractères distinctifs tout à fait indiscutables. Parmi celles-ci, 3 retiennent davantage l'attention: soit parce que particulièrement originales (une dépigmentation chez *Ardea purpurea bournei* fait penser à une pédomorphose) soit parce qu'elles posent des problèmes de phylogénie: similitudes (faiblement marquées) de proportions entre *Buteo buteo bannermani* et *Buteo circensis* d'une part, mais surtout entre *Milvus (milvus) fasciicauda* et *Milvus migrans* d'autre part. Deux endémiques diffèrent relativement peu des espèces continentales avec lesquelles elles ont des ancêtres communs: *Passer jagoensis*, *Calamocichla brevipennis*; deux autres sont d'origine certainement plus ancienne: *Apus alexandri*, omniprésent; *Razocorys razae*, confinée sur l'îlot Raso [7 km²]. Chez ces espèces, l'originalité du plumage est beaucoup plus prononcée; mais les affinités de la seconde restent incertaines.

Les deux démarches étroitement associées de la Paléoclimatologie — comme théorie rigoureuse de l'insolation des latitudes à la limite supérieure de l'atmosphère et comme théorie thermodynamique de la transmission de la radiation solaire à travers cette atmosphère et au voisinage de la surface terrestre — permettent dès aujourd'hui (et permettront encore mieux à l'avenir) de dresser une chronologie absolue des changements et phases climatiques. Pouvons-nous adapter cette chronologie à la région occupée par l'archipel du Cap-Vert et placer à l'intérieur de cette chronologie les époques où apparurent dans les îles les diverses lignées d'oiseaux? En d'autres termes sommes nous d'ores et déjà en mesure d'estimer l'ancienneté des endémismes?

Encore que cette adaptation locale du cadre temporel et des événements soit fort loin d'être achevée — en raison surtout des modifications multiples qu'imposent les accidents orographiques, les composantes Est-Ouest des chaleurs d'advection et, de façon générale, les configurations géographiques — il semble qu'une assez bonne approximation puisse être obtenue en ce qui concerne les océans: d'une part la circulation générale des masses d'eaux est régie par les lois précises et bien connues de la mécanique des fluides pesants compte tenu des inflexions commandées par l'accé-

lération complémentaire (accélération dite de Coriolis); d'autre part le balancement de la zone d'échauffement maximum de part et d'autre de l'équateur géographique peut être estimé, dans l'Atlantique tout au moins, avec une approximation suffisante (il serait moins facile de retrouver les modifications de distribution des courants dans une région à structure compliquée comme celle de la partie orientale du Pacifique occupée par l'Archipel des Galapagos). Qu'il suffise pour le moment de proposer l'hypothèse suivante: le tracé du courant des Canaries, peu rapide et bien étalé, amenant des eaux fraîches du Nord vers le Sud-Sud-Ouest, n'a pas dû subir des variations telles que le climat, à la longitude des îles du Cap-Vert, ait pu en être profondément modifié. Il y a lieu de penser que l'allure générale des isothermes de surface a gardé au cours des âges une disposition voisine de sa position actuelle: suivies à partir de l'Ouest (côtes américaines) en direction de l'Est ces isothermes traversent l'Atlantique selon des orientations grossièrement Ouest-Est, puis s'infléchissent assez brusquement vers le Sud et le Sud-Ouest, pour se rebattre sur la côte africaine. C'est la disposition bien connue «en doigt de gant», à laquelle les côtes marocaines et sahariennes doivent la «fraîcheur» — pour ne pas dire le froid — et l'humidité relative de leur climat. Or, nous l'avons souligné dans la première partie de ce travail, grâce au courant des Canaries et aux Alisés, les îles du Cap-Vert se trouvent situées dans cette même mouvance; et il n'est pas aventureux d'admettre qu'aux époques rigoureuses du Pleistocène récent (obliquité ϵ forte) leur climat, par rapport à celui de l'Afrique occidentale à latitude égale, n'a pu être qu'un peu plus froid et plus humide; d'admettre en d'autres termes que les changements se réduisirent à peu près à des glissements dans le sens méridien.

Reste à préciser le sens à donner à notre recherche de «l'ancienneté» des endémismes. Il n'y a rien à dire, par définition, en ce qui concerne les espèces qui n'ont subi dans l'Archipel aucun processus de spéciation: soit qu'elles n'aient colonisé les îles que tout récemment (il y a quelques siècles), soit que des transhumances éventuelles entre l'Archipel et le Continent aient aboli l'isolement. Ces espèces, *Corvus ruficollis* par exemple, ne figureront pas au tableau II (3). A l'inverse une espèce au moins, dont la phylogénie reste assez énigmatique — *Razocorys razae* — a du envahir l'Archipel très anciennement. Elle figurera en bas du tableau, plus loin dans le passé que l'époque de la dernière glaciation et sans qu'il soit possible d'assigner une date plus précise.

D'autres espèces constitueront des cas intermédiaires. Parce que leur époque de colonisation n'a pu intervenir qu'à des époques compatibles avec ce que nous savons de leurs exigences écologiques les plus essentielles. Il est clair, à cet égard, que le Héron pâle, *Ardea purpurea bournei*, ou la Rousserolle *Calamocichla brevi-*

(3) Liste des espèces dont la date d'apparition dans les îles (comme résidentes) a pu n'être que très récente (postérieure à l'optimum climatique d'il y a 5600 ans): *Bubulcus ibis*; *Egretta garzetta*; *Neophron percnopterus*; *Falco tinnunculus*; *Milvus migrans*; *Coturnix coturnix*; *Numida meleagris*; *Charadrius alexandrinus*; *Himantopus himantopus*; *Columbalivia*; *Sylvia atricapilla*; *S. conspicillata*; *Corvus ruficollis*; *Passer hispaniolensis*; *Estrilda astrild sousae*. Il est cependant plus probable que les ancêtres directs de ces formes aient occupé les îles et s'y soient éteintes lors des phases d'aridité extrême; ou encore qu'elles se soient maintenues sans évoluer vers l'endémisme du fait de colonisation ou d'échanges multiples entre le Continent voisin et les îles.

pennis, qui survivent aujourd'hui avec difficulté, eussent été incapables de coloniser l'Archipel à une période aussi aride (ou plus aride) que la période actuelle! Plusieurs espèces ou sous-espèces trouvent ainsi leur place assez aisément. D'autres cas, en revanche, posent des problèmes plus complexes.

1. *Passer jagoensis*, dont l'endémisme au niveau spécifique est relativement peu prononcé, doit être classé, semble-t-il, à côté de *Calamocichla brevipennis*. Les affinités de ce Moineau se trouvent avec les 4 formes de *P. motitensis*: *cordofanicus*, *insularis* (I. Socotra), *shellei* (Uganda, S.W. Ethiopie) et *motitensis* (S.W. Angola, Namibie, Kalahari...) (v. D. Summers-Smith, 1984), comme *C. brevipennis* a les siennes avec *C. rufescens* (Sahel sénégalais et tchadien). Dans les deux cas il s'agit d'affinités presque exclusivement aethiopiennes (les habitats se situent tous au Sud de la latitude 14° 30'...). Dans le même ordre d'idées *Tyto alba detorta*, beaucoup plus proche morphologiquement de l'Effraie de l'île de S. Tomé (*Tyto alba thomensis*) que de toute autre forme, provient très probablement de la souche commune aux deux sous-espèces reconnues en Afrique inter-tropicale humide: *T. a. affinis* (du Continent) et *T. a. thomensis*. En conclusion, pour ces deux formes comme pour *Calamocichla brevipennis*, il ne paraît pas nécessaire de reculer la date de colonisation au delà de la dernière déglaciation, soit entre - 13 000 et - 5000 (incluant l'optimum climatique). La situer plus loin dans le passé obligerait à remonter jusqu'à l'avant dernier inter-glaciaire vraiment bien marqué, c'est dire non pas à l'intervalle - 40 000 à 55 000 (Würm II-Würm III) encore trop froid, mais à l'intervalle - 80 000 à - 95 000.

2. Les colonisations par les espèces désertiques — *Alaemon alaudipes boavistae*, *Ammomanes c. cinctura*, *Cursorius cursor exsul* — ne présentent pas de difficulté: l'endémisme, chez elles, est relativement peu marqué. Elles ont pu n'avoir accès aux îles qu'après la période relativement humide de - 13 000 à - 5000, lors de la «péjoration» climatique liée à la diminution de l'obliquité ϵ : péjoration qui se poursuit lentement sous nos yeux — seulement «modulée» par des variations de faible amplitude et à court terme (quelques centaines d'années à 2000 ans), imputables à une cause astrophysique (variation de la constante solaire) et non à une cause astronomique.

On hésite par contre devant le cas d'*Eremopterix n. nigriceps*, espèce «aethiopienne», qui a pu arriver plus anciennement dans l'Archipel avec le cortège des oiseaux énumérés au paragraphe précédent (*Calamocichla brevipennis*, *Passer jagoensis*...).

3. Trois espèces — *Apus alexandri*, *Buteo buteo* et *Milvus (milvus) fasciicauda* — occupent des habitats que les changements climatiques purent déplacer en altitude, mais qui ont perduré à travers les millénaires.

Le Martinet *Apus alexandri* est bien différencié morphologiquement; et il a pu traverser sans dommage les phases arides les plus sévères, trouvant toujours, au moins sur les bords de mer, le plancton aérien dont il se nourrit. La date de l'accès aux îles et de la spéciation a pu être très ancienne.

Que penser maintenant au sujet des deux formes qui, avec *Razocorys rasae*, posent pour l'esprit les problèmes les plus captivants, *Buteo buteo bannermani* et *Milvus (milvus) fasciicauda*? Si

Buteo buteo bannermani procède bien d'une souche relativement ancienne et commune à *B. buteo buteo* et à *B. rufinus* il faudrait placer assez loin dans le passé l'arrivée dans les îles de son ancêtre... Mais le cas de cette Buse assez peu différenciée n'est pas encore clair; et, de surcroît nous manquons d'étalon pour la mesure du temps de spéciation!...

Tant pour la Buse que pour le Milan, l'évolution a dû être lente; et les colonisations, comme pour *Apus alexandri*, purent avoir lieu à une époque quelconque — de préférence à une époque interglaciaire: Würm I-Würm II, peut-être Riss II-Würm I... Les études en cours pourront suggérer une confirmation de ces vues.

Le tableau II résume les résultats de la discussion. S'ils paraissent décevants la faute n'incombe pas à la science des climats mais à l'ignorance où nous nous trouvons encore des mécanismes et des vitesses en matière de spéciation. La recherche d'oiseaux fossiles — jamais entreprise à ce jour aux îles du Cap-Vert — entraînera à coup sûr des progrès considérables...

Interpretations et conclusions

1. Les lois de la Mécanique Céleste et de la Thermodynamique appliquées à l'évolution des climats au Pléistocène récent et à l'Holocène, permettent d'introduire une logique certaine dans l'ensemble des faits géologiques, biologiques et biogéographiques. A la limite supérieure de l'atmosphère, l'insolation est réglée par des paramètres dont la Mécanique Céleste donne l'expression mathématique comme fonctions du temps, faisant intervenir les perturbations dues aux actions gravitationnelles de la Lune et des autres planètes sur le mouvement de la Terre. Les résultats se présentent sous forme de développement en séries. M. Milankovitch posa de 1920 à 1941 les bases de la théorie et de l'interprétation des glaciations; toutes recherches qui ont reçu depuis lors des perfectionnements considérables, en particulier par les travaux de E. Bernard et A. Berger (1962-1986). Le premier s'est spécialement attaché au cours des dernières années aux calculs relatifs à l'insolation, aux aspects thermodynamiques de la traversée de l'atmosphère jusqu'au sol par l'énergie solaire, ainsi qu'aux échanges énergétiques imposés par les configurations géographiques (distributions dans le sens méridien, effets d'albedo, transports de masses d'air entre océans et continents, etc.); le second a pu tout récemment pousser les calculs numériques assez loin pour «prédire» les événements climatiques (événements à l'échelle de 10 000 à 100 000 ans) jusqu'à 3 millions d'années (voire 5 millions) dans le passé et dans l'avenir.

2. Si l'application de ces nouvelles méthodes à la biogéographie paraît aventureuse, la faute n'incombe pas à la science paléoclimatologique mais au fait que les processus biologiques de spéciation ne se prêtent pas à un étalonnage précis en fonction du temps. Cependant l'affinement des méthodes en Météorologie et Climatologie d'une part, les progrès en Paléontologie, dans la collecte de nouveaux fossiles et le perfectionnement des méthodes de datation d'autre part, viendront de mieux en mieux, fournir une «matière» à cette «forme» que constitue la Paléoclimatologie, tant au niveau de sa partie «physique» (thermodynamique de l'atmosphère et du

voisinage du sol) que dans sa partie astronomique («théorie astronomique de l'insolation des latitudes»). Il est dès maintenant acquis que cette dernière discipline est première dans l'ordre des causes originaires.

3. On a souvent noté que pour les espèces vivantes (les vertébrés supérieurs surtout), et tant que les dimensions territoriales restent petites ou moyennes (inférieures à la superficie de la Nouvelle-Zélande, soit à peu près la moitié de la France), les îles jouent le rôle d'*impasses*; et qu'il n'est jamais arrivé — ou seulement de façon très exceptionnelle — que l'expansion des espèces prenne le chemin inverse. L'étude des formes insulaires éclaire ces problèmes. Elle met en évidence deux processus: d'un côté, en dépit de l'appauvrissement souvent dramatique des stocks géniques, l'insularité semble exciter chez le vivant la «mobilisation» de ressources jusque là inutilisées — ce qui peut conduire à des types de morphologie et de comportement d'une efficacité inattendue (une espèce capverdienne au moins en donne l'exemple); d'un autre côté les îles océaniques, en raison même de la médiocrité des dimensions et du fait des réductions corrélatives de la compétition, ne favorisent pas le développement des *aptitudes pionnières*. Par suite, les conditions de possibilité de l'expansion, presque toujours réalisées dans un sens — à partir des continents vers des îles incomplètement occupées — font normalement défaut dans l'autre sens: à partir des îles et vers des continents (où les territoires se trouvent plus proches de la saturation).

RÉFÉRENCES

- BERGER, A. L. (1976) — «Obliquity and Precession for the last 5.000.000 years». *Astron. & Astrophys.*, 51: 127-135.
- (1978) — «Long-Term Variations of Daily Insolation and Quaternary Climatic Changes». *Journal of the Atmos. Sciences*, vol. 35, 2362-2367.
- (1980) — «Milankovitch astronomical theory of Paleoclimates». *A modern Review. Vistas in Astronomy*, 24, 103-122. (Cette étude n'a pas encore été par R. de N.)
- BERNARD, E. A. (1962a) — «Théorie astronomique des pluviaux et interpluviaux du Quaternaire africain». *Acad. Roy. Sc. Outre-Mer*, Bruxelles 232 p.
- (1962b) — «Le caractère tropical des paléoclimats à cycles conjoints de 11 et 21 000 ans et ses causes: migration des pôles ou dérive des continents». *Acad. Roy. des Sc. Outre-Mer*, Mém. in 8°, Classe des Sc. nat. et méd., tome III, fasc. 6, 59 p., Bruxelles.
- (1967) — «Paleoclimatology — «Astronomic cycles», pp. 723-727, in: FAIRBRIDGE, R. W. ed. *The Encyclopedia of atmospheric Sciences and Astrogeology*, vol. II. Reinhold Publ. New York, 1200 p.
- (1974-1975) — «Les bases énergétiques de la paléoclimatologie théorique et l'évolutions des climats», *Ciel et Terre*, Bruxelles:
1. Faits et théories. Système des causes, vol. 90, pp. 413-454,
 2. Evolution des causes astronomiques (10^4 - 10^5 ans), vol. 91, pp. 41-74,
 3. Evolution des causes géologiques (10^7 - 10^8 ans), vol. 91, pp. 89-118.
 4. Evolutions des causes cosmologiques (10^9 ans) et solaires (10 - 10^3 ans), vol. 91, pp. 161-219.
- MILANKOVITCH, M. (1920) — *Théorie mathématique des phénomènes thermiques produits par la radiation solaire*. Paris, Gauthier-Villars, 339 p.
- (1930) — «Mathematische Klimalehre und Astronomische Theorie der Klimaschwankungen», in: KÖPPEN, W. und GEIGER, R., *Handbuch der Klimatologie*, Bd. I, Teil A, Berlin, 176 p.
- (1941) — «Kanon der Erdbestrahlung und seine Anwendung auf das Eiszeitenproblem». *Acad. Roy. Serbe*, CXXXIII, Belgrade: 633 pp.
- NAUROIS, R. de (1986) — «Le Martinet *Apus alexandri* Harteert 1901, endémique de l'Archipel du Cap-Vert». *Bol. Mus. Munic. Funchal*, 38 (179): 130-140.
- (1987) — «Contribution à l'Ecologie de trois Alaudidae de l'Archipel du Cap Vert: *Ammomanes cinctura*, *Eremopterix nigriceps*, *Spizocorys rasae*». *Bol. Mus. Munic. Funchal*, 39 (191): 122-140.
- (1988) — «Les Oiseaux de l'Archipel du Cap Vert. Peuplements, adaptations, endémisme». *Bull. Soc. Zool. de France*, 112 (3-4): 307-326.
- (1988) — «*Ardea (purpurea) bournei* endémique de l'Île de Santiago (Archipel du Cap Vert)». *Alauda*, 56 (3): 261-268.

ARTE RUPESTRE EM PORTUGAL

O problema da sua preservação

ADÍLIA ALARCÃO

Passados quase vinte anos, recordo-me da preocupação expressa pelo Prof. Santos Júnior, na 1.^a Subsecção (Arqueologia) da 2.^a Secção da Junta Nacional de Educação sobre o futuro da arte rupestre descoberta em Portugal continental e ultramarino.

Num volume em que se presta homenagem à sua obra e ao seu infatigável desejo de conhecer e preservar os testemunhos do passado, parece-me interessante e justo lembrar essa preocupação, e reflectir sobre os meios técnicos de que actualmente se dispõe para lhe dar resposta.

Em 1971, A. C. Hoffman lamentava o estado em que se encontravam os monumentos de arte rupestre na África do Sul, a despeito do interesse que despertavam e das tentativas feitas para os salvar⁽¹⁾.

Alguns anos mais tarde, G. Avery resumizava as principais causas de deterioração daqueles monumentos, apresentando simultaneamente uma revisão crítica das recomendações e procedimentos então em uso a nível internacional⁽²⁾.

São muitos os estudos que nos últimos quinze anos se têm publicado sobre a conservação de arte rupestre, reflectindo uma preocupação comum de encarar o assunto na globalidade dos seus aspectos multidisciplinares⁽³⁾.

Devem-se à França, à Austrália e ao Canadá os progressos mais decisivos quer a nível dos resultados conseguidos quer a nível da sistematização dos problemas.

Por seu turno, o Getty Conservation Institute chamou a si a formação de especialistas. Em 1987, promoveu, no conjunto de abrigos de Valltorta (Tirig, Espanha), o 1.^o curso internacional de

Conservação de Arte Rupestre e, no corrente ano, realiza na Austrália, de colaboração com o Canberra College of Advanced Education, um curso superior de Conservação de Arte Rupestre.

Proteger e conservar estes monumentos é tarefa das mais difíceis, dado, por um lado, a sua natureza e configuração e, por outro, o afastamento em que geralmente se encontram em relação às povoações.

Embora os monumentos rupestres se agrupem em tipos de estruturas bem diferenciados e, de um modo geral, a pintura não coexista com a insculptura, o que — do ponto de vista da conservação — determina acções específicas, há casos em que tal coexistência se pode verificar e, na maioria das situações, a abordagem dos problemas é idêntica.

A preservação de um monumento deve ser entendida como o conjunto de medidas necessárias à manutenção ou restabelecimento da sua integridade aparente e estrutural. Para que tais medidas possam ser tomadas, é necessário definir previamente as condições em que se altera o equilíbrio do monumento considerado em si mesmo e em relação com o meio ambiente.

Por outras palavras, é indispensável conhecer bem as causas de deterioração a fim de evitá-las ou de tratar os seus efeitos.

Basicamente, as causas têm a sua origem na actividade humana e animal, nos factores climáticos, na natureza, forma e localização do suporte lítico, na poluição atmosférica.

São graves e muito frequentes os danos causados a pinturas e gravuras por fogueiras inadvertidamente acesas por pastores e veraneantes; pelas inscrições e oblitterações produzidas para divertimento de incultos; pelos repintes e molhagem para acentuação de pormenores, determinados em nome de uma boa fotografia; pelo aumento da temperatura, da humidade relativa e do teor de CO₂ devidas à concentração de pessoas em grutas e abrigos; pela incidência de calor e radiação ultravioleta provenientes de iluminação permanente e *flashes*; pela deposição de urinas e excrementos deixados por pessoas e animais.

Evitar esta série de causas parece ser a primeira obrigação de quem tem a responsabilidade de salvaguardar tais monumentos.

(1) HOFFMANN, A. C., «Protection and preservation of the rock art». *South African Journal of Science*, sp. issue 2 (1971), 91-93.

(2) AVERY, G., «South African Problems and Conditions and the Preservation of Rock Art» (com. ao IIC-NKF Joint International Congress, Estocolmo 1975).

(3) Entre outros, VOUVÉ, J. et alii, «Les oeuvres rupestres de Lascaux (Montignac, France): Maintien des conditions de Conservation», *Studies in Conservation*, 28, 3 (1983), 107-106. BRUNET, J. et alii, «Conservation de l'art rupestre: deux études-glossaire illustré», *Études et Documents sur le Patrimoine Culturel*, 7 (1975). O glossário apresentado neste trabalho tem especial interesse para a abordagem científica e técnica da conservação da arte rupestre.

Todavia, raramente é fácil: a construção de gradeamentos, paredes ou sebes pode ter a consequência ainda mais nefasta de atrair maior número de atenções e provocar vandalismo; além disso, introduz factores de perturbação histórica e paisagística, quando não também estética, muitas vezes inaceitáveis.

Estimular as pessoas — sobretudo as crianças — para o contacto directo com as obras de arte é dever de educadores e gestores do património; mas esse contacto não pode fazer perigar a estabilidade da obra. A necessidade deste equilíbrio entre expor/ocultar, nas melhores condições para ambos os actos, deverá estar sempre presente a quem tenha de decidir sobre medidas de protecção física para uma gruta, um abrigo natural, uma anta, um menhir, uma fraga ostentando desenhos pintados ou gravados.

Em regra, as pinturas estão mais defendidas, pois são mais frequentes em lugares fechados ou abrigados, tais como o tecto e as paredes de grutas e plataformas rochosas, ou o interior de monumentos funerários; pelo contrário, as insculpturas estão geralmente a céu descoberto, ornando rochedos ou pedras erectas em campo aberto.

É sobre estes monumentos que as condições atmosféricas podem ser a causa de maiores perturbações, devido ao facto de estarem directamente expostas às chuvas, ao granizo, ao gelo, à neve e ao sol. Nestes casos, é imediata a tentação de resguardá-los sob um telheiro — muitas vezes, a mais eficiente e económica das medidas; no entanto, colocam-se aqui as mesmas reflexões feitas a propósito das vedações. Além dos aspectos eventualmente negativos já apontados, deverá garantir-se que a instalação de um abrigo não provoque efeito de estufa, pois isso aumentaria o perigo de desequilíbrio físico-químico da rocha e de proliferação de organismos vegetais.

Por ignorância de comportamento das diversas rochas, as pessoas em geral e muitos arqueólogos e responsáveis pelo património não valorizam suficientemente o suporte lítico das pinturas e gravuras, sendo frequente pedir-se aos técnicos de conservação a recomendação de produtos para *fixar* as pinturas ou para *proteger* gravuras e pinturas da acção erosiva dos ventos e das chuvas.

Na década de 60 alimentaram-se grandes esperanças no papel consolidante e protector que as resinas sintetizadas a partir do carbono pareciam garantir; mas foram muitos os insucessos, conduzindo, por vezes, a danos irreparáveis. A causa disso está sobretudo na complexidade teórica do problema, variável segundo os dados específicos de cada caso concreto.

Para começar, temos as características próprias de cada rocha — em geral, calcários, granitos e arenitos —, considerando-se especialmente a natureza e arranjo estrutural dos diversos componentes e o tipo de porosidade da rocha. Em seguida, deve verificar-se a importância que as águas das chuvas ou provenientes de condensação ou infiltradas no terreno têm para a deterioração da pintura ou da gravura e da totalidade da rocha que lhe serve de suporte. Neste aspecto, importa salientar o papel da água que atinge a superfície da pedra, devido a escorrimento, a infiltração por falhas ou fissuras, a absorção. São diversas as consequências: remoção de pigmentos; manchas ou concreções provocadas pela dissolução de minerais transportados pela água; cristalização de sais, seguida de rompimento da superfície e desintegração, sendo este fenómeno particularmente relevante quando o terreno contém abundantes clo-

retos e sulfatos e a rocha é muito porosa; desenvolvimento de algas, líquenes e bactérias, cujo metabolismo se julga, hoje, ser um factor de corrosão mais importante do que os poluentes do ar.

Sendo assim, torna-se óbvio que a recolha e drenagem de águas (superficiais e subterrâneas) é tarefa prioritária tanto a nível preventivo como curativo. Por vezes, essas acções não são suficientes para impedir que as águas subterrâneas subam nas paredes de uma gruta. Em tais casos, impõe-se uma obra mais complexa e, muitas vezes, a protecção mecânica não é suficiente, procurando-se complementá-la por meios químicos.

Actualmente, a indústria de silicões oferece possibilidades bastante promissoras para realização de impermeabilizações verticais e horizontais. Produtos como os organossilanos e os organossiloxanos de baixo peso molecular parecem garantir as condições exigidas para um impermeabilizante eficaz e sem contra-indicações: elevado poder de penetração, baixa tensão superficial, permeabilidade ao vapor de água⁽⁴⁾.

É sobretudo pela ausência destes atributos que as resinas orgânicas (acrílicas, poliésteres, epóxicas, poliuretanos) falharam quando utilizadas com a finalidade de impermeabilizar calcários, arenitos e granitos.

O mesmo se pode dizer da sua incapacidade para consolidar rochas, objectivo para o qual os silicatos de etilo apresentam probabilidades de sucesso⁽⁵⁾.

Relativamente ao problema da fixação das camadas cromáticas em desagregação, é necessário diagnosticar as causas do fenómeno antes de pretender sustê-lo. Em teoria, são duas as principais razões: alteração do suporte (a rocha) ou falta de ligante, podendo coexistir ambas as causas. Deixando de lado a primeira, já abordada nas considerações anteriores, que soluções poderão encarar-se para remediar a falta de ligante?

Com base na identificação de albumina de ovo e soro sanguíneo como ligante das pinturas que analisou, E. Denninger sugeriu, em 1971, a utilização de aminoácidos para substituição dos que, ao longo dos tempos, se perderam a uma velocidade que — de acordo com as suas experiências — é proporcional à idade da pintura. Embora tal procedimento assente em pressupostos cientificamente correctos, os resultados concretos que se conhecem não foram muito bem sucedidos⁽⁶⁾.

As tentativas de fixação através de um filme têm inconvenientes sérios a que é preciso estar atento: o produto não deve alterar as cores originais, nem amarelecer com o tempo, sem ser irreversível,

(4) SCHOMBERG, E., «Protection of exterior walls by walter repellent treatments», *Goldschmidt Informiert...*, 64, 1 (1986), 26-36; Schomberg, E. e Fritsch, H., A Silicone treatment to prevent rising damp, *ib.*, 69-71.

(5) Entre outros, DE WITTE E. *et alii*, «Preliminary tests on commercial stone consolidants», *Goldschmidt Informiert...*, 64, 1 (1986), 37-42 (com. ao Uth International Congress on Deterioration and Conservation of Stone, Lausana (1985); NISHIURA, T., «Salt crystallization decay of stone treated with resin-water evaporation from stone treated with silane and its salt crystallization decay — studies on the conservation treatment of stone (II)». Referências in *Art and Archaeology Technical Abstracts*, 25, 2 (1988), 25-2518.

(6) DENNINGER, E., «The use of paper chromatography to determine the age of albuminous binders and its application to rock paintings», *South African Journal of Science*, sp. issue 2 (1971), 80-84.

nem impedir as trocas gasosas, nem provocar tensões, nem reter poeiras.

Nylon solúvel foi durante décadas aconselhado como um produto que satisfazia aqueles requisitos. Todavia, a experiência mostrou que, ao fim de alguns anos, se torna inatacável por solventes, o que é particularmente gravoso quando o filme criado sobre um objecto enegreceu pela retenção de poeiras e gases ou rompeu devido à erupção de sais solúveis⁽⁷⁾.

Mais recentemente, uma outra categoria de produto tornou-se bastante popular entre técnicos de conservação, não tendo até à data sido referido qualquer contra-indicação. Trata-se do copolímero metil acrilato/etil metacrilato produzido por Rohm & Hass (Filadélfia, Pa.) com o nome comercial de Paraloid B 72. Tem grande resistência ao envelhecimento, mantendo-se solúvel em muitos solventes orgânicos; não retém poeiras; possui bom poder de penetração e não impede a movimentação de sais e gases⁽⁸⁾.

Em Portugal, não há especialistas na conservação de arte rupestre. Todavia, o número e o valor dos monumentos conhecidos justifica que os responsáveis por esse património se empenhem na elaboração de um projecto global de salvaguarda que inclua:

- 1 — um levantamento documental exaustivo de todos os monumentos conhecidos;
- 2 — a descrição do estado de conservação de cada uma das causas aparentes da degradação verificada;
- 3 — a programação de formas adequadas de intervenção preventiva e curativa;

(7) DE WITTE, E., «Soluble Nylon as Consolidant Agent for Stone», *Studies in Conservation*, 20 (1975), 30-34; SEASE, C., «The case against using soluble nylon in conservation work», *Studies in Conservation*, 26, 3 (1981), 102-110.

(8) Este produto é igualmente vendido sob o nome de Acriloid. T. Nishiura relata que obteve excelente resultado misturando silano em solução com Paraloid B 72 para consolidação de pedra em estado pulverulento. Referências in *Art and Archaeology Technical Abstracts*, 25, 2 (1988), 25-2520.

- 4 — preparação de pessoal investigador e técnico para constituição dos grupos de trabalho necessários à concretização dos pontos anteriores⁽⁹⁾.

Conforme se pode verificar pela bibliografia existente e pelos debates travados em reuniões internacionais, verifica-se actualmente consenso quanto a processos e produtos para limpeza de gorduras, carvão, tintas modernas, excrementos e destruição de espécies vegetais e microorganismos.

Pelo contrário, não só não existe o mesmo consenso sobre produtos para consolidação e protecção, nem sobre a legitimidade de proceder ao restauro de lacunas, como é impossível generalizar procedimentos para a remoção de formações calcíticas⁽¹⁰⁾ e para a consolidação dos suportes líticos. Com efeito, cada monumento constitui um caso diferente em que a geologia, a geomorfologia, a hidrologia, a química, a bioquímica, a climatologia e a conservação formam uma unidade de estudos indissociável. Por esta razão, não se devem tomar medidas parcelares de intervenção, sobretudo quando elas envolvem actuação directa por meios mecânicos ou químicos, e transformação da relação monumento/ambiente.

Exceptuam-se as seguintes acções preventivas:

- 1 — Criação de meios humanos para guardaria e defesa.
- 2 — Sensibilização das populações e aplicação de legislação adequada.
- 3 — Desvio de radiação solar e águas.
- 4 — Meios que evitem danos causados por animais e vegetação.

(9) Portugal teve oportunidade de enviar ao Seminário de Valltorta (1987) o técnico de conservação Luís R. Ferreira. Seria importante desenvolver em futuro próximo um plano consistente de especialização de quatro ou cinco técnicos com formações diversas e complementares.

(10) Provavelmente, devido ao aumento de poluentes atmosféricos, nomeadamente de dióxido de carbono, tem-se verificado, nos últimos anos, a intensificação de formações calcíticas muito difíceis de remover, sobretudo quando constituem filme sobre pinturas e gravuras delicadas.

SANTOS JÚNIOR — PATRIARCA DA CULTURA BARROSÃ

JOÃO BARROSO DA FONTE

Conheci pessoalmente o Prof. Doutor Santos Júnior em 1968, quando procedia às escavações no castro de Carvalhelhos.

Era eu chefe de redacção do semanário *Notícias de Chaves*. E foi nessa qualidade que o Doutor Santos Júnior me procurou na redacção para anunciar mais uma temporada de trabalho com alunos que ele entusiasmava e com pessoas da região às quais pagava com parcos subsídios que ia obtendo.

Na separata que editou do *Boletim de la Comision de Monumentos de Orense*, referente aos anos de 1959-1960, escreveu ele:

Nos anos de 1957 e 1958, graças a subsídios um pouco mais amplos, concedidos pela Direcção-Geral dos Monumentos Nacionais, puderam fazer-se alguns trabalhos de certo vulto na desobstrução das muralhas e reposição das pedras caídas na base das mesmas. Estes trabalhos muito valorizam este pequenino castro que em cada ano tem sido visitado por algumas centenas de pessoas, nomeadamente aquelas que vão estanciar nas Caldas de Carvalhelhos, águas minerais da Serra de Barroso, justamente afamadas.

Nesse mesmo ano convidou-me a fazer uma palestra sobre «Rezas e Crendices de Barroso», no Instituto de Antropologia e Etnologia da Universidade do Porto, o que aconteceu em 7 de Novembro. Esse contacto com o Instituto redobrou em mim um entusiasmo que me acompanhava desde há muito e que permitia ter coligido diversos temas etnográficos da região de Barroso, em que eu nascera. Desse entusiasmo resultou um livro a que chamei *Usos e Costumes de Barroso*, saído da Gutenberg, em 1972, com prefácio do Doutor Santos Júnior, que vale a pena citar, em passagens significativas. Elas traduzem o grande amor por Trás-os-Montes, especialmente pela região de Barroso, a que pertence, e que teve nesse intelectual, a par de Ferreira de Castro, um dos mais pertinentes e atentos pregoeiros.

Eis o que ele diz:

Por meados de Outubro de 1934 fui a Terras de Barroso com o querido Mestre e Prof. Mendes Correia e mais o Rui de Serpa Pinto e o Alfredo Ataíde, companheiros no Instituto de Antropo-

logia, onde trabalhávamos sob a direcção e amparo amigo do referido Mestre.

Fomos pela estrada de Braga a Chaves. Quando qualquer coisa obrigava a exame mais atento, parávamos. E assim é que fomos visitar o castelo de Sanfins, empoirado num cabeço que o rio abraçava, castro defendido por um fosso largo e profundo. Vimos e fotografei o «Forno do Povo», de S. Vicente da Chã, com sua cobertura de lajes e granito.

Uma das paragens, com certa demora, foi na Vila da Ponte, curiosa aldeia barrosã, onde o Senhor Abade, um pedaço de homem, alto, espadaúdo e robusto, nos recolheu tão galhardamente que isso se pode exprimir desta maneira simples: «recebeu-nos à transmontana».

Ali mesmo se planeou uma campanha de estudo da região de Barroso. O Ataíde tomaria a seu cargo o estudo antropológico, sumático, do barrosão; o Rui estudaria antas e mamoa, castros e citânias, gravuras rupestres, estradas e pontes romanas, numa palavra, a arqueologia da região; a meu cargo, desde sempre apaixonado pelo estudo dos usos e costumes do povo da nossa terra, ficava com a Etnografia. O Prof. Mendes Correia comandaria o grupo e deitaria a sua mão de Mestre a qualquer um de nós, quando fosse preciso ajuda.

Poucas semanas depois, uma amaldiçoada febre tifóide vitimou o Rui de Serpa Pinto. O falecimento desse activo, inteligente e lealíssimo companheiro de trabalho, fez com que nunca se levasse por diante o plano que, em linhas gerais, se elaborara em casa do atlético e simpático abade da Vila da Ponte.

Pode dizer-se que o plano morreu ao nascer. O certo porém é que as impressões fortes que colhi nessa primeira visita fizeram nascer no meu espírito admiração pelas Terras de Barroso, admiração que se tem acrescido e se mantém bem viva.

Nos últimos 15 a 20 anos, muitas vezes tenho ido às Terras de Barroso. Quanto mais as conheço mais cresce o meu entusiasmo pelo seu estudo.

Abusei da transcrição, mas fi-lo conscientemente porque o Prof. Doutor Santos Júnior apaixonou-se, a sério, pelas Terras de Barroso. E essa paixão nasceu precisamente nessa viagem que descreve no prefácio do meu livro, atrás citado.

Essa paixão está bem patente nas assíduas, persistentes e entusiásticas campanhas ao serviço das escavações nos castros de: S. Vicente da Chã, de Carvalhelhos e de Curalhas. Dessas escavações nos deu conta nas separatas do fascículo 2 do volume XIX (1963 e 1964) relativas ao castro de S. Vicente da Chã; separatas dos fascículos 1-2 do volume XVI, 2 do volume XIX e 1-2 do volume XX, respectivamente publicados em 1957, 1963 e 1966, no livro dos *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, em relação ao castro de Carvalhelhos. Do castro de Curalha, Santos Júnior publica, de parceria com o Padre Adolfo de Magalhães, Dr. Francisco Carneiro Júnior e Dr. Adérito de Freitas, um fascículo em 1974 e um outro em 1977, referenciado a 1.^a e a 4.^a campanhas, respectivamente.

Mas não deambulou por Terras de Barroso apenas para se ocupar de escavações em castros, em que a região tão rica é.

Quatro lanças de bronze de Lama Chã (Montalegre), em 1968; dois fornos do povo em Trás-os-Montes, em 1966; as gravuras rupestres do Outeiro Machado, em 1978; contribuição para o estudo do culto do vinho no Leste de Trás-os-Montes, em 1964, foram temas que mereceram a pesquisa e o tratamento adequado do Prof. Doutor Santos Júnior, numa indelével paixão por Terras de Barroso, e por todo esse reino maravilhoso que é Trás-os-Montes, na expressão feliz de Miguel Torga.

Santos Júnior ao devotar-se, de forma tão arreigada, a esses porfiados estudos e pesquisas cumpria a promessa que fez na sua primeira deslocação a Terras de Barroso e que tão minuciosamente descreve no prefácio dos meus *Usos e Costumes de Barroso*.

Foi nesse ano distante de 1934, exactamente quando também Ferreira de Castro por ali andou, recolhendo ficção para o *Terra Fria*, romance que foi a pedrada no charco para o afluxo de estudiosos que desde aí demandaram Terras de Barroso.

Até aí essa imensa e inóspita região nortenha não passava de um ermo, onde facínoras e os bichos danados se acoitavam, convivendo com um povo silenciado pela desprotecção social.

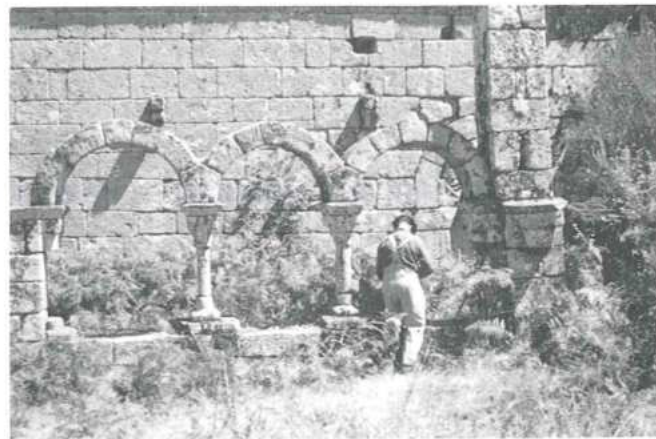
Essa terra mártir pelo abandono dos governos de sempre, só a partir de 1934 começou a ser visitada por intelectuais, que dela e das suas gritantes carências se fizeram eco. Ferreira de Castro e Santos Júnior foram, possivelmente, os dois mais audazes repórteres que jamais delas se divorciaram, colocando-se ao seu incondicional serviço, pelas formas mais práticas e mais inteligentes de a projectarem ao nível das zonas de interesse cultural e social.

O romance *Terra Fria* viria a ser escolhido para edição de luxo, comemorativa dos cinquenta anos de vida literária desse genial autor que foi Ferreira de Castro.

Os estudos e porfiadas pesquisas, as palestras, os colóquios, as visitas de estudo, o amor e a paixão de Santos Júnior por Terras de Barroso (e aqui deve entender-se toda a zona administrativa que compõe os concelhos de Montalegre, Boticas e parte de Chaves), fazem dele o patriarca da cultura barrosa do último meio século.

Tive a sorte de conhecê-lo muito novo, quando eu regressava da guerra do ultramar, nervoso, irrequieto, como quem quer recomeçar uma vida diferente para singrar na sociedade.

Fui para Chaves, leccionando no antigo liceu e exercitando o jornalismo, que nunca mais deixei. Foi por essa via que mais de perto pude conhecer o Prof. Santos Júnior. Pela mão dele ingressei na Sociedade de Antropologia como sócio efectivo. Já lá vão



Santos Júnior pesquisando junto às ruínas de Mosteiro das Júnias de Pitões (Montalegre), em 1970

(Foto do autor do texto)

21 anos. Dele recebi provas de muita estima, tendo-me posteriormente convidado para colaborar no *Boletim da Sociedade*, onde publiquei alguns trabalhos, sempre por ele orientado.

Em 1970 acompanhei-o a Pitões das Júnias, percorrendo com ele um longo, sinuoso e acidentado percurso para chegar ao histórico Mosteiro, situado em plena serra da Mourela, concelho de Montalegre.

Que grande lição de trabalho e de persistência recebi dele. É que o Prof. Santos Júnior, com a deficiência física numa perna que desde muito novo (1937) o acompanhou, tinha boas razões para não enfrentar o agreste percurso que vai de Pitões até ao Mosteiro das Júnias, mas eu que vinha da guerra ultramarina, afamado oficial *ranger*, condecorado como herói, tive algumas tentações para desistir. E foi Santos Júnior que, cabendo-lhe boas razões para o desânimo, me encorajou.

Dessa expedição ao Mosteiro de Pitões das Júnias conservo uma gravura que sempre guardei como lembrança de grande estimação. Nela se vê o Prof. Santos Júnior, de costas, frente ao majestoso Mosteiro que continua a desafiar o tempo, à espera que alma caridosa proceda à sua reconstrução.

*

Ao ser-me dada a possibilidade de recordar a influência cultural do Prof. Santos Júnior, não posso ficar indiferente ao justíssimo acto que o Instituto de Investigação Científica Tropical se propõe consubstanciar.

Faltam-me dotes científicos para enaltecer, como seria justo, nesta hora feliz, o papel decisivo que Santos Júnior exerceu ao serviço da cultura nacional.

Fica este desejo de gratidão de um aluno que pela vida fora tem procurado imitar o Mestre. E, ao fazê-lo, quero felicitar o presidente do Instituto de Investigação Científica Tropical pela oportuna e justíssima ideia de homenagear esse vulto do nosso tempo que é o Prof. Santos Júnior.

AS INSCRIÇÕES LUSITANO-ROMANAS DO MUSEU DA ASSOCIAÇÃO DOS ARQUEÓLOGOS PORTUGUESES

(Catalogação e estudo)

(1.^a parte)

JUSTINO MENDES DE ALMEIDA E MARIA ISABEL PESTANA DE MELLO MOSER

Nota prévia

A pedido do distinto arqueólogo Dr. Eduardo da Cunha Serrão, ilustre presidente da Associação dos Arqueólogos Portugueses, procedemos neste trabalho ao estudo dos 21 monumentos lusitano-romanos (tantos são os que se encontram expostos) actualmente existentes no Museu daquela mais que centenária instituição cultural.

De momento, apresentamos apenas o núcleo exposto na sala chamada «do sarcófago», por nela se encontrar a notável peça arqueológica, por muito tempo tida como única na Península, que é o *Sarcófago das Musas*, proveniente de uma «quinta da Estremadura», como se diz num registo antigo, ou mais exactamente, como nos informa o Dr. Cunha Serrão, de Alfeizerão, pela urgência que havia de dotar as lápides de fichas suficientemente esclarecedoras para o visitante. De facto, não faz sentido que os monumentos se encontrem desprovidos de esclarecimentos, sumários mas suficientes, sem os quais, para além do aspecto artístico, pouco dizem ao visitante comum.

São 11 os monumentos lusitano-romanos epigrafados da «Sala do Sarcófago»; cá fora, dispersos por um dos canteiros do jardim,

encontram-se mais 10: também estes, já estudados, serão por nós oportunamente divulgados.

A terminar, aproveitamos para esclarecer um equívoco existente no espírito de algumas pessoas. Pensa-se que há no Museu da Associação dos Arqueólogos Portugueses uma inscrição romana, encontrada na Argélia, em 1870, com referência aos Brácaros da 4.^a coorte da XII legião «Fulminata», que participaram na campanha da Capadócia. Ora tal inscrição nunca ali esteve: como deduzimos de registos antigos, o que houve, sim, foi um fac-símile dessa inscrição, depositado pelo Sr. Possidónio da Silva, que o recebera directamente do governo francês (muito provavelmente terá sido levantado por aquele senhor ou por seus herdeiros, ou então ainda lá se encontrará, sem que saibamos onde — se é que não foi destruído).

*

Passemos então ao estudo das 11 inscrições, apresentadas pela ordem por que se encontram expostas na referida sala, começando à esquerda de quem entra.

D(iis) . M(anibus) . / M(arcus) . AEMILIVS . M(arci) .
F(ilius) / GAL(eria tribu) . TVSCVS . AN(orum) . X^{LV} /
/ I(dem) . T(estamento) . M(onumentum) . F(aciendum)
C(uravit) . H(ic) . S(itus) . E(st).

Trata-se de uma placa funerária, de calcário, proveniente das Ónias, Santarém, onde teria sido achada em 1860 (segundo Hübner, por informação de Levy Maria Jordão), que, pela paleografia e pelo formulário, situá-riamos nos finais do século I ou começos do século II (fot. 1).

O monumento foi estudado, ou melhor, reproduzido, sem comentários, e traduzido por F. A. Garcez-Teixeira e J. M. Cordeiro de Sousa em *Inscrições Romanas do Museu do Carmo*, trabalho revisto pelo Doutor José Leite de Vasconcelos e publicado em *Arqueologia e História*, vol. VI (Lisboa, 1927-1928), pp. 16-24. Há

aqui inexactidões na tradução, nas dimensões (22 × 40 × 7 cm) e na proveniência.

Na bibliografia pertinente, além deste trabalho, são de referir os estudos de W. Gurlitt (p. 695, cit. por Hübner, CIL II, p. XXXI) e, sobretudo, de Hübner, CIL II 326 e 5229, e ainda deste autor, e por si citada, *Eph. Epigr. I*, n.º 292.

Trata-se de um texto de particular interesse, que mereceu ainda a intervenção de T. Mommsen. Não pelo onomástico, que é corrente na Lusitânia, mas sim pela forma particular de registo do numeral e ainda pelo uso de uma fórmula, na 4.ª linha, um pouco diversa das usuais (para traduzirmos o latim de Hübner).

Como dissemos, por duas vezes se ocupou Hübner, no CIL, deste monumento; no n.º 326, onde diz, além da reprodução do texto, que o mesmo lhe foi comunicado por Levy Maria Jordão, que foi achado no ano de 1860, perto de Santarém, num lugar chamado *Onias*. A reprodução do texto, ainda que não contenha grandes inexactidões, pela distribuição das letras da 1.ª linha e pelo registo de um estranho sinal na 4.ª linha, ressent-se, como tantas vezes aconteceu, de Hübner não ter visto o original. Daqui que tenha escrito em latim que traduzimos: «O nome de quem pôs (o monumento) esconde-se nas abreviaturas da linha 4.»

Hübner teve de voltar a estudar o monumento, o que fez sob o n.º 5229 do CIL II (no *Suplemento*, é óbvio), agora com mais amplas considerações, baseado num calco, que lhe enviara Augusto Soromenho, e na interpretação de Gurlitt, a qual, no entanto, não era inteiramente exacta, pela troca de um F por um E na última linha (se está correcta a citação de Hübner). O erudito germânico propõe então o desenvolvimento, que veio a ser adoptado, ainda que, também desta vez, a transcrição do texto não tenha saído exacta, por omissão da dedicatória aos deuses Manes. Registe-se igualmente que Hübner rejeitou, talvez por ser menos corrente, uma proposta de lição apresentada por Mommsen: *i(ussi)... c(urauerunt)*.

Hübner aproveitou este momento para corrigir a opinião de eruditos portugueses e espanhóis que viam em representações de numerais do tipo de XLV a explicação para uma certa forma do X que aparece em monumentos hispânicos a partir do século VI; pretendiam eles que o L, de dimensões mais reduzidas que o X anterior, estava sempre ligado a este, o que determinava nova representação para o X simples: o exemplo da nossa inscrição mostra claramente que o L está, com nitidez, separado do X.

Anote-se ainda que Hübner preferiu a lição *f(aciundum)* a *f(aciendum)*, o que, sendo possível, não nos parece a mais aconselhável em monumentos da Lusitânia. Na verdade, o desenvolvimento *f(aciendum)* parece-nos aqui mais razoável, porque a forma em *-undum*, proveniente de *+o-n-dom*, é típica da época arcaica, que também usa a final *-endum*; esta até se generalizou por influência do participio do presente em *-ens*. A sobrevivência de formas em *-undus* verifica-se na linguagem jurídica arcaizante e em adjectivos do tipo de *oriundus* e *secundus* (Ernout, *Morphologie*, p. 173). Em epigrafia, as formas em *-undus*, *-undum* são de adoptar quando a sua lição é inequívoca.

Versão portuguesa:

Aos deuses Manes.

Marcus Aemilius Tuscus, filho de Marcus, da tribo Galéria, de 45 anos, aqui está sepultado.

Ele mesmo mandou, por testamento, fazer [*este*] monumento.

Ou, com adaptação do onomástico à língua portuguesa:

Aos deuses Manes.

Marco Emílio Tusco, filho de Marco, da tribo Galéria, de 45 anos, aqui está sepultado.

Ele mesmo mandou, por testamento, fazer [*este*] monumento.

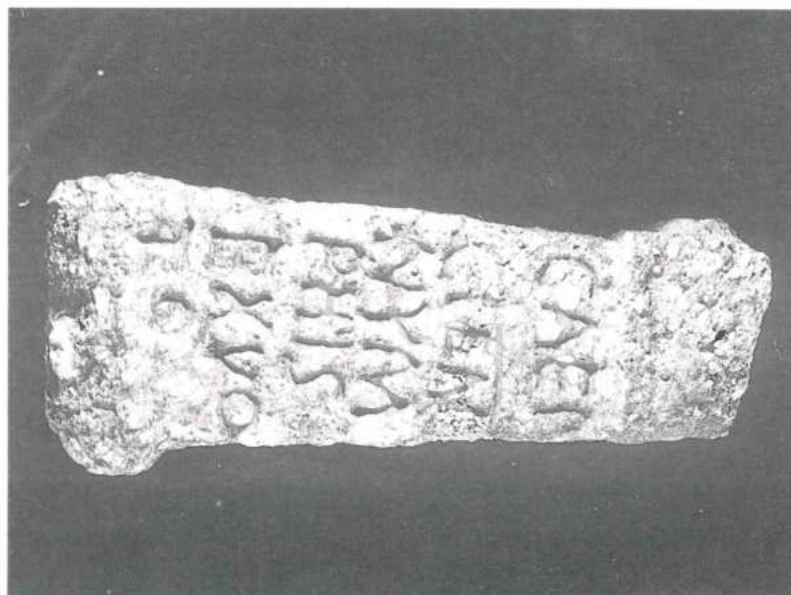


Foto 1

G(aius) . LICINIVS . BADIVS . / PODIVM . CIRCI . P(edes) .

C(entum) . / SVA . IMPENSA . D(ono) . D(edit)

Placa comemorativa, de calcário, encontrada por Estácio da Veiga na «Quinta das Antas, concelho de Tavira, no meio de umas vastas ruínas descobertas pelas águas do Guadiana». É proveniente da cidade pré-romana de Balsa. Dimensões: 40 × 65 × 12 cm; altura das letras: 7 cm.

O texto não apresenta dificuldades de leitura; foi publicado por Borges de Figueiredo (*Revista Archeologica e Historica*, vol. 1, p. 35), Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno* (s. v. Tavira), Hübner, CIL II, 5165 (= *Eph.*, IV, n. 1), segundo um calco enviado por Estácio da Veiga e um desenho de Augusto Soromenho (Hübner não deixa de anotar que Soromenho leu mal a sigla do prenome — o mesmo aconteceria ao erudito alemão, que viu um C onde está um G), e F. A. Garcez Teixeira e J. M. Cordeiro de Sousa, *op. laud.*, p. 23.

Entre a nossa lição e a dos nossos antecessores há apenas diferença, como dissemos, na sigla do prenome, que é G e não C.

A paleografia situa o texto no século II d. C. A lápide, que foi oferecida ao Museu da Associação dos Arqueólogos Portugueses pelo Sr. Francisco Rafael da Cruz Furtado, em 1878, tem a particularidade de referir a contribuição de um cidadão, muito provavelmente balsense, com 100 pés (ou seja, 29,6 m) para o pódio do circo.

Versão portuguesa:

Gaius Licinius Badius ofereceu, à sua custa, 100 pés do pódio do circo.

Ou, com adaptação do onomástico à língua portuguesa:

Gaio Licínio Bádio ofereceu, à sua custa, 100 pés do pódio do circo.



Foto 2

IMP(erator) . CAES(ar) . / DIVI TRAIANI PARTHI / CI
 F(ilius) DIVI NERVAE . NEPOS . / TRAIANVS HADRIANVS /
 AVG(ustus) . PONT(ifex) MAX(imus) . TRIB(unicia) /
 / POT(estate) . XVIIIII . CO(n)S(ul) III P(ater) . P(atriciae) .
 / REFECIT

A indicação mais antiga que conhecemos deste monumento encontra-se no *Anno Noticioso e Historico*, por Luiz Montez Mattoso (1740). Hübner dá notícia dele, sob o n.º 4633, segundo informação recolhida no *Dicc. Geogr. Portuguez*, de Luiz Cardoso, I, p. 241. O velho *Catalogo do Museu da Real Associação dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes* (Lisboa, 1891) refere-o, sob o n.º 47, de uma forma muito imperfeita, como oferta do Sr. José da Cunha Peixoto.

Sabemos, pela informação de Mattoso, que foi achado na Quinta de André Bravo, em Alenquer, que se encontrava depois na horta chamada de El-Rei, junto ao rio, donde é trazido para o Museu.

A leitura não oferece dificuldades, a não ser no numeral do poder tribunicio, que alguns lêem XVIII, não havendo dúvidas de que é XVIIIII.

Trata-se não de um miliário, como Garcez Teixeira e Cordeiro de Sousa, que também o estudaram, afirmam, mas de uma coluna

de calcário fragmentada ou marco comemorativo do restauro de obra hoje impossível de determinar. Nestes casos, as formas usadas eram os perfeitos REFECIT ou RESTITVIT.

Para Hübner, o monumento seria de 135 d. C., para Garcez Teixeira e Cordeiro de Sousa, de 133-134; nós, aceitando a cronologia de Cagnat, pensamos que será de 134 d. C.

Versão portuguesa, com adaptação do onomástico latino à nossa língua:

O imperador César Trajano Adriano, filho do Divino Trajano Pártico, neto do Divino Nerva, Augusto, Pontífice Máximo, com poderes tribunicios pela 19.^a vez, Cônsul pela 3.^a vez, Pai da Pátria, procedeu a [este] restauro.

Altura do monumento: 60 cm; letras de 6 cm.

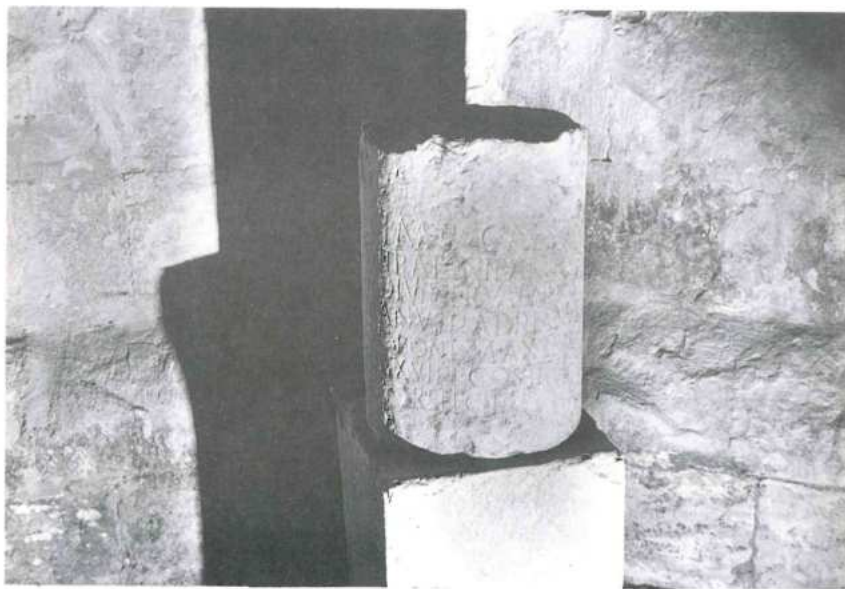


Foto 3

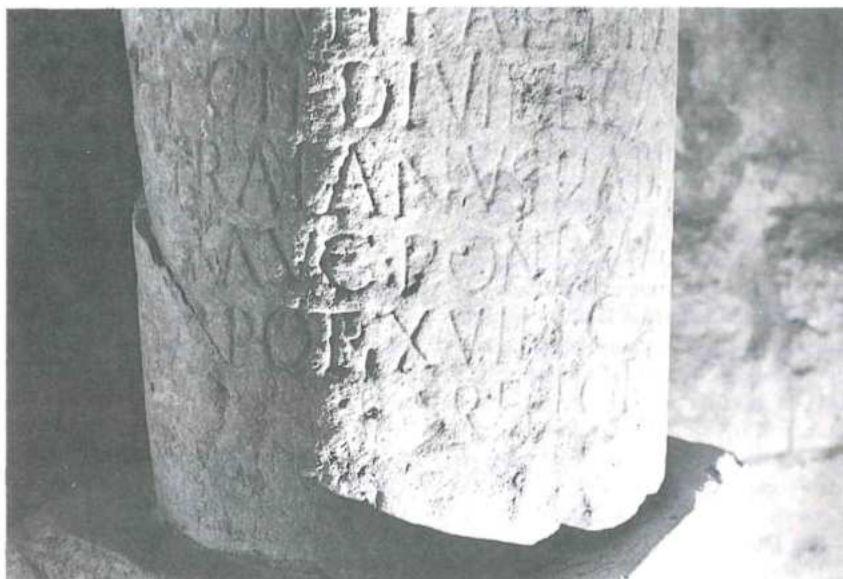


Foto 4

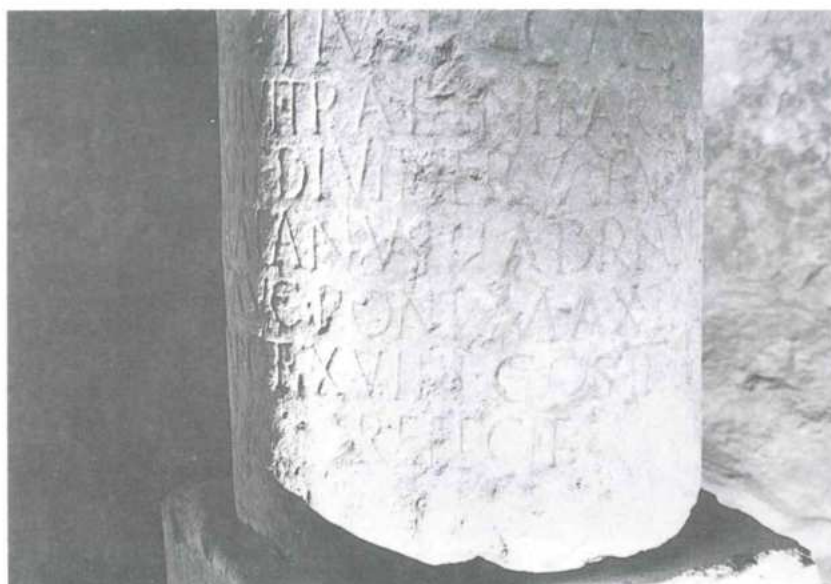


Foto 5

IMP(eratori) CA[ES](ari) / M(arco) CLAVD[IO] / TACITO PIO F(elici) /
 / [IN]VICTO AVG(usto) / [P](ontifici) M(aximo) T(ribunicia) P(otestate)
 P(atri) P(atriciae) [C]O(n)S(uli)

Digamos, desde já, que os epigrafistas dão notícia de três miliários de Tácito, como existentes no Museu da Associação dos Arqueólogos; presentemente, só lá encontramos dois: o que é objecto deste estudo, o que vem publicado por Hübner, sob o n.º 6197, e por Garcez Teixeira e Cordeiro de Sousa (estudado por nós sob o n.º 8), *op. laud.*, p. 22, e um terceiro, publicado por Hübner, sob o n.º 4959, com variantes de leitura, também segundo Hübner, que não encontramos no Museu (chegámos a admitir que se trataria de lição errada de algum dos dois lá existentes, transmitida a Hübner por W. Gurlitt, por I. da Silva ou por Léon Renier, mas a altura indicada para o monumento, 0,94 m, exclui esta hipótese).

O monumento em apreço foi estudado, sim, por César Alves de Azevedo Pires, secretário da Secção de Arqueologia e História da Associação dos Arqueólogos Portugueses, no trabalho intitulado «Miliários Inéditos — Sua Descrição e Interpretação», publicado em *Arqueologia e História*, vol. VI (Lisboa, 1927-1928), pp. 150-153.

Proveniente da Quinta do Cadouço, Famalicão da Serra, segundo informação de Azevedo Pires, situamos este miliário no ano

de 275 d. C. A forma como foi colocado, que não permite deslocá-lo para mais favorável observação, e o estado de degradação da inscrição dificultam melhor leitura, que não conseguimos fosse completa. Sabemos como, por vezes, se recorre à comparação com outros monumentos do mesmo imperador, para restituição de certas fórmulas que se têm por fixas; mas também sabemos que esse processo aleatório implica grandes riscos, que não corremos, e induz até em erros. Daqui que tenhamos preferido apresentar apenas aquilo que conseguimos efectivamente ler sem margem para dúvidas.

Versão portuguesa, com a adaptação do onomástico à nossa língua:

Ao imperador César Marco Cláudio Tácito, Pio, Feliz, Invicto, Augusto, Pontífice Máximo, com o poder tribunicio, Pai da Pátria, Cônsul...

O monumento tem 72 cm de altura e as letras são de 9 cm.



Foto 6

L(ucius) . CASSIVS . CELER / PODIVM CIRCI / PEDES . C(entum) . /
SVA IMPENSA / D(ono) D(edit)

Inscrição que se pode considerar símile da que estudámos sob o n.º 2. A ela se aplicam os comentários e a bibliografia ali referidos.

Dimensões: 36 × 40 × 16 cm; letras: 3,5-4 cm.

Hübner, 5166 (= *Eph.*, n. 2) — que, uma vez mais, troca a sigla do prenome: é L e não T —, comenta que as letras são mais pequenas e piores do que as usadas no monumento que estudámos sob o n.º 2, mas não podem deixar de ser também do século II d. C. E, traduzimos do seu latim: «Pode ter acontecido que o cidadão aqui mencionado tenha mandado fazer outra parte do pódio depois de Gaio Licínio Bádio.»

O facto de ser designado este monumento como uma base por alguns não lhe retira a qualidade de placa comemorativa do acontecimento.

Versão portuguesa:

Lucius Cassius Celer ofereceu, à sua custa, 100 pés do pódio do circo.

Ou, com adaptação do onomástico à língua portuguesa:

Lúcio Cássio Célere ofereceu, à sua custa, 100 pés do pódio do circo.

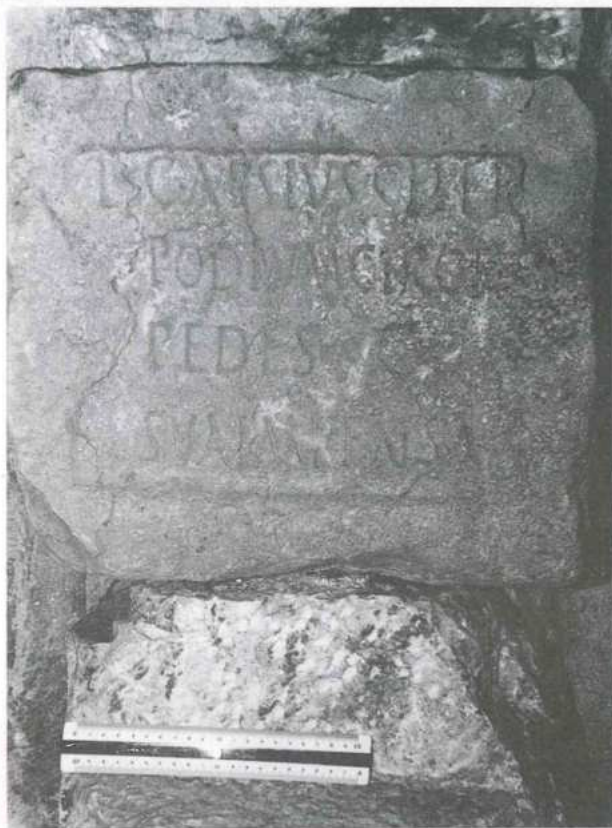


Foto 7

SILVAN / [V] S . PELL / IONIS F(ilius) / QVI V[IX](?)

Árula funerária de calcário, de proveniência desconhecida, com as seguintes dimensões: 30 × 14 × 9,5 cm; letras: 4 cm.

Texto incompleto, que a colocação do monumento não permite esclarecer. Foi estudado por Garcez Teixeira e Cordeiro de Sousa, *op. laud.*, p. 17, com pouca exactidão.

A paleografia da inscrição, em que o E de PELLIONIS está representado por dois traços verticais paralelos (o que não é raro) e o

Q de QVI com formato invulgar, levam-nos a situar o monumento no século II d. C.

Versão portuguesa:

Silvanus, filho de Pellion, que viveu...

Ou, com adaptação do onomástico à nossa língua:

Silvano, filho de Pélion, que viveu...



Foto 8

A / PR / AE / T / VOTV(m) / ARO L(ibens) / A(nimo) S(oluit)

Árula votiva de granito, encontrada em 1877 junto da ponte do rio Paiva, em Castro Daire, com as seguintes dimensões: 27 × 13 × 9 cm.

Estudada por Hübner, CIL II, n.º 5247; *Bol. da Ass. dos Architectos Civis e Archeologos Portuguezes*, série 2.ª, tomo III, n.º 4; em *O Liberal* (Viseu, n.º 23, de 3 de Outubro de 1885); na *Revista Archeologica e Historica*, I, n.º 4, p. 52; por Leite de Vasconcelos, *Religiões da Lusitania*, II, pp. 314-315 (donde extraímos os desenhos que reproduzimos); e por Garcez Teixeira e Cordeiro de Sousa, *op. laud.*, pp. 16-17.

A árula está inscrita no lado esquerdo, na face e no lado direito. Para o lado esquerdo, Hübner, sem grande convicção, propôs a lição *Aparet* que, ligada ao texto da face, resultaria assim: *aparet votu(m)*, *Aro l(ibens) a(nimo) s(oluit)*; ou em alternativa: *votu(m)* *Aro l. a. s. aprae T.*, advertindo que esta só seria possível se o

vocábulo *apra* existisse a par de *aper* (ficando ainda por explicar a sigla T). Não mencionamos outras interpretações, por nos parecerem menos aceitáveis, mas, às que apresenta Hübner, preferimos a proposta de Leite de Vasconcelos, para quem, no texto do lado esquerdo, se contém o nome do dedicante, «embora elle seja difficil de se ler» (até hoje ainda não surgiu interpretação convincente). Hübner admitia ainda que a figura da direita simbolizasse o deus Marte, enquanto para Leite de Vasconcelos seria de preferência uma representação do próprio dedicante.

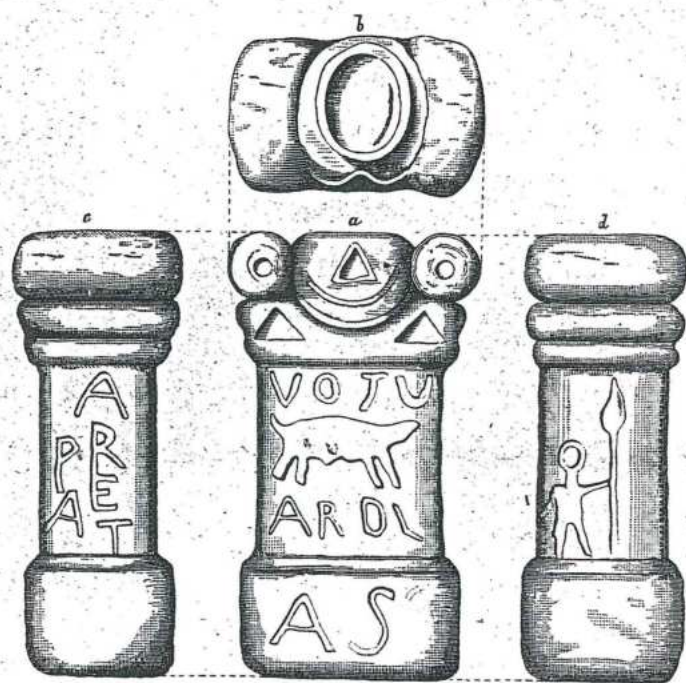
Os anáglifos, e bem assim a paleografia da inscrição, levam-nos a situá-la no século II d. C.

Versão portuguesa:

[...] cumpriu, de bom grado, um voto a Aro.



Foto 9



IMP(eratori) C[^A]ES(ari) M CLAV / DIO TACITO PIO / FEL(ici) INVICTO
AVG(usto) / PONT(ifici) MAX(im)o T(ribunicia) POT(estate)

Miliário estudado por Hübner, CIL II, 6197, em 1881, quando já se encontrava «com as letras muito sumidas». É proveniente de Tomar, e Hübner situa-o nos anos de 275-276; nós preferimos localizá-lo no ano de 275. Pela situação em que hoje se encontra, e o estado de degradação, não foi possível fazer da inscrição uma leitura tão completa como desejaríamos.

Publicado e traduzido também por Garcez Teixeira e Cordeiro de Sousa, *op. laud.*, p. 22, com deficiências.

Versão portuguesa:

Ao imperador César Marco Cláudio Tácito, Pio, Feliz, Invicto, Augusto, Pontífice Máximo, com o poder tribunicio [...].

Monumento com 85 cm de altura; letras de 5 cm.

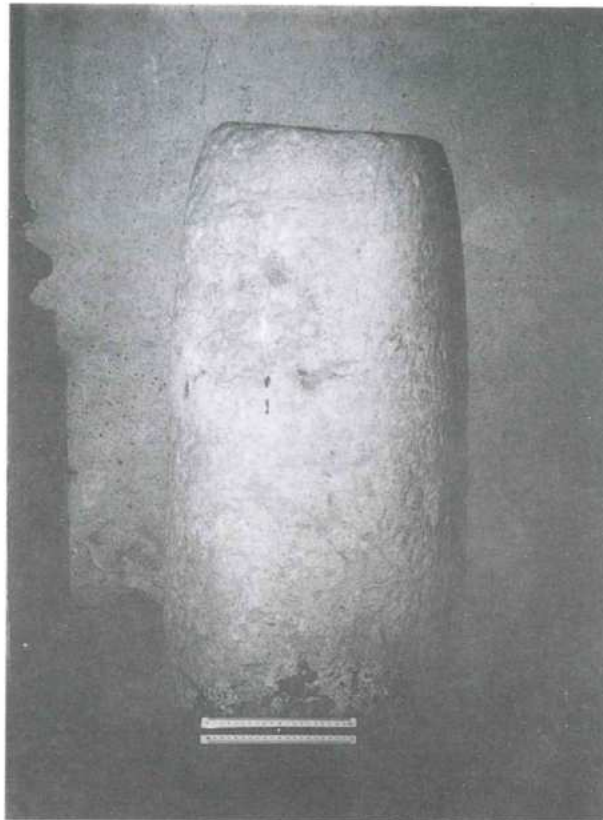


Foto 10

D(iis) M(anibus) / DVTIAE / TÂNGINI . F(iliae) / ÂMENA / SILVÂNI
F(ilia) / MÂTRI / F(aciendum) C(urauit)

Cipo funerário, proveniente de Valado de Frades, estudado por Hübner, *Noticias Archeologicas de Portugal* (Lisboa, 1871), pp. 54-55, com lapsos de transcrição, e por Garcez Teixeira e Cordeiro de Sousa, *op. laud.*, p. 19, com deficiências de leitura e tradução.

Monumento de 70 × 30 × 23 cm e letras de 6 cm.

A paleografia do texto leva-nos a situá-lo no século II d. C., sendo de anotar os nexos, em particular na forma *Amena*, que por

não ter sido observado, levou alguns a ler *Mena*; Hübner preferiu ler AM(o)ENA, o que nos parece desnecessário, porque a forma que lá se encontra efectivamente é a evolução normal da forma clássica.

Versão portuguesa, com adaptação do onomástico latino à nossa língua:

Aos deuses Manes de Dúcia, filha de Tangino. Amena, filha de Silvano, mandou fazer [este monumento] a [sua] mãe.



Foto 11

C(aius) IVLIVS / G(aii) . F(ilius) . GAL(eria tribu) / RVFINVS /
/ AED(ilis) . DESIG(natus) / H(ic) S(itus) E(st)

Cipo funerário de calcário, do século I d. C., ao que pensamos, proveniente, segundo registos antigos, dos «alicerces da muralha da Porta do Ferro, em Lisboa.» Estudado por A. Vieira da Silva, *Epigrafia de Olisipo* (Lisboa, 1944), pp. 144-145, Hübner, CIL II, 225, com muitos lapsos (transcreveu-a de um manuscrito de D. Tomás Caetano de Bem), Garcez Teixeira e Cordeiro de Sousa, *op. laud.*, p. 19, com deficiências, e por F. Alves Pereira, *Antiquitas in O Archeologo Português*, vol. XXVI, Lisboa, 1924), pp. 181-182, que foi quem melhor estudou o monumento em todos os seus aspectos.

Dimensões: 100 × 40 × 22 cm; letras de 6 cm.

O comentário da inscrição encontra-se, como dissemos, suficientemente feito por Alves Pereira, incluindo a referência à magis-

tratura municipal de *edil* e à sua qualidade de *designatus*, de forma que nos dispensamos de o referir aqui.

Versão portuguesa:

Caius Iulius Rufinus, filho de Gaius, da tribo Galéria, designado para edil, aqui está sepultado.

Ou, com adaptação do onomástico latino à nossa língua:

Gaio Júlio Rufino, filho de Gaio, da tribo Galéria, designado para edil, aqui está sepultado.

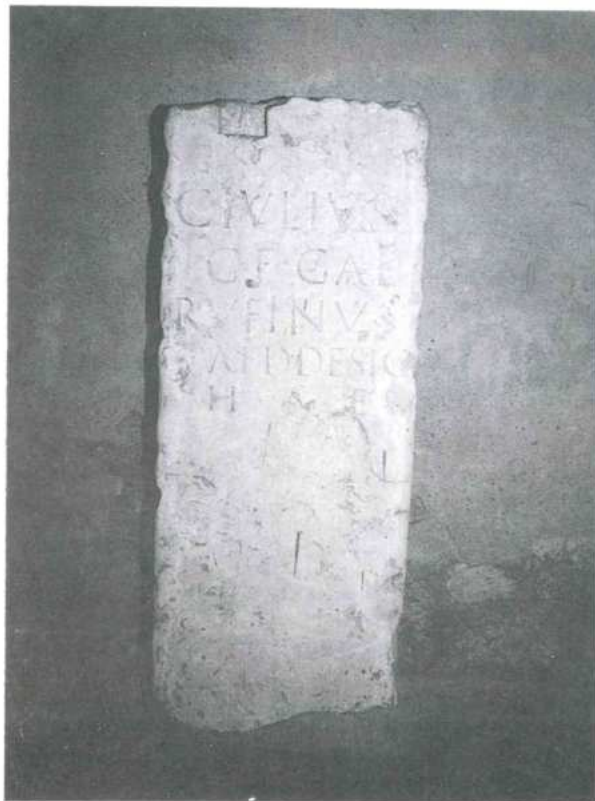


Foto 12

IMP(erator) CA[ES(ar)] / MARC(us) AV[RE]LIVS / VALERIVS / MAXSIMIANVS /
/ INVICT(us) AVG(ustus) . / PONTIF(ex) MAX(imus) / TRIB(unicia) POT(estate)
V[IIII] / CONS(ul) IIII PAT(er) / PATR(iae) [P]RO / CONS(ul) / M(ilia)
P(assuum)

Trata-se do mais importante miliário existente na colecção do Museu. Por muito tempo considerado do imperador Marco Aurélio (v. *Catálogo* referido, n.º 45), é de Maximiano e situamo-lo nos anos de 293-294.

Proveniente de Tomar, com as letras muito desgastadas, como já observou Hübner, que o publicou no CIL, 6198, com leitura sensivelmente idêntica à nossa, foi também publicado por J. de Laurière, *Bulletin Monumental*, sér. V, vol. IX, 1881, p. 633 e segs. (cit. por Hübner), e por Garcez Teixeira e Cordeiro de Sousa, *op. laud.*, p. 21.

Para nos darmos conta da importância deste texto, transcrevemos a seguinte nota do final do *Catálogo do Museu* antes referido:

Este texto é notável, por que dá um exemplo de abreviação MARC em lugar de M por *Marcus*! Esta abreviação é de tal

maneira rara, se não fôr *única*, que Mr. Leão Renver, distinto epigraphista francez que publicou a inscrição conforme uma copia dada pelo Sr. J. da Silva, chegou a persuadir-se de que era impossível abreviar d'aquella maneira a palavra MARCVS; e veio a Lisboa um archeologo para ver o referido miliário.

(Extrahido do relatório de Mr. Jules de Laurière, publicado em Paris em 1881.)

Monumento de 1,20 m de altura, com letras de 6 cm, a sua colocação actual não permite o exame pormenorizado que desejáramos fazer, o qual também não é facilitado pela deterioração dos caracteres.

Versão portuguesa:

Imperador César Marco Aurélio Valério Maximiano, Invicto, Augusto, Pontífice Máximo, com poderes tribunicios pela 9.ª vez, 4 vezes Cônsul, Pai da Pátria, Procônsul [...] milhas.



Foto 13

Terminamos aqui a apresentação sistemática da 1.ª parte do *Catálogo das Inscrições Lusitano-Romanas do Museu da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, com que nos associamos, em testemunho de respeito e gratidão, às homenagens ao Prof. Doutor

Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior, pelo muito que lhe devem os estudos arqueológicos e epigráficos em Portugal.

Lisboa, 23 de Fevereiro de 1989.

AS NINFAS: DIVINDADES LOCAIS?

(A propósito de um artigo de Santos Júnior e Mário Cardozo)

ANA ISABEL DE SÁ CAESSA

A integração deste trabalho

No ano de 1953 publicou a revista *Zephyrus* (IV, pp. 56-68) um artigo intitulado «Ex-votos às Ninfas em Portugal». Os seus autores, Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior e Mário Cardozo, mergulham aí num estudo epigráfico, pretendendo levar a conhecimento público duas epígrafes até então inéditas. Esse é o objectivo principal do seu trabalho. Mas não é só esse! O artigo em questão é bem mais ambicioso e estava destinado a adquirir uma importância maior. E porquê? Porque o estudo que Santos Júnior e Mário Cardozo desenvolveram para enquadrar e mostrar o interesse dessas duas inscrições inéditas acaba por fazer com que, aos nossos olhos, elas adquiram o *facies* de um pretexto. Pretexto para um estudo mais geral, em que se reúnem todas as inscrições dedicadas às Ninfas no território actualmente português até àquela data conhecidas, apresentando-as sumariamente com as respectivas referências bibliográficas; compilação de que vão retirar-se conclusões.

Agora se pode compreender melhor porque é tão importante o referido trabalho. Ele constitui a primeira tentativa de reunir as inscrições dedicadas às Ninfas, passo tão importante para que se conheça o seu culto. Passo tão importante, afinal, para que a Epigrafia possa ser uma maneira de fazer História e não apenas uma técnica que permite a acumulação de dados para servirem como exemplos ilustradores de textos históricos. De facto, para que a Epigrafia abandone de vez, aos olhos de todos, o estatuto de mera disciplina auxiliar da História (sem «vida» própria e independente), é absolutamente necessário que, para além de se fazerem estudos individuais das epígrafes (inegavelmente essenciais), se integrem as mesmas num âmbito mais amplo: na sociedade e na época que as produziu, e se relacionem umas com as outras as inscrições da «mesma família». Individualizar as epígrafes é transformá-las em objectos de museu, é emudecê-las. A análise, como já alguém disse, reclama a síntese.

Deste fenómeno se aperceberam, certamente, Santos Júnior e Mário Cardozo. Como compreender isoladamente duas inscrições votivas dedicadas a umas obscuras Ninfas, por outras tão obscuras personagens? Como fugir a uma infinidade de questões como: quem

são as Ninfas? Que significado tem o seu culto? Quem as venera? Estaria o seu culto muito difundido no Portugal Romano? Estas e outras questões devem ter passado pelo espírito desses dois homens, que, colaborando num trabalho único, sentiram que, para satisfazer essa curiosidade, era necessário proceder-se a uma recolha, a uma sistematização de dados, em suma: era necessário fazer o ponto da situação.

E é por isso que o artigo começa por elucidar o leitor sobre o que são as Ninfas e o que significará o seu culto na Península Ibérica, para em seguida apresentar todas as inscrições que se conseguiram apurar de uma busca incansável e, por vezes, desanimadora. Só então trazem a público as duas inscrições inéditas.

Num momento em que se pretende fazer a homenagem a Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior, este trabalho não pode passar despercebido pelas preocupações que manifesta, talvez até inconscientemente. Preocupações essas que, passadas mais de três décadas, continuam terrivelmente actuais e ainda mais nitidamente sentidas, num momento em que a desproporção entre o elevado número de dados recolhidos e tratados individualmente e o mais reduzido número de estudos que os inter-relacionem e com eles façam história é abissal. De novo se sente a necessidade de sintetizar, ou seja, de novo é preciso fazer o ponto da situação.

Que melhor homenagem se pode fazer a um homem do que manter vivos os seus ideais? Do que manter vivo o seu trabalho? E manter vivo não significa obedecer rigorosa e humildemente, não significa aceitar sem espírito crítico, mas antes revitalizar criticando, actualizar. Não foi isso que tentaram Santos Júnior e Mário Cardozo com o seu trabalho de 1953?

Assim, creio estar justificada a tentativa a que se vai proceder no presente trabalho: a actualização e revitalização do trabalho apresentado na *Zephyrus* em 1953. Nesta perspectiva, o objectivo deste trabalho vai ser exactamente o mesmo do de 1953, ou seja: recolher todas as inscrições sobre Ninfas que até hoje se conhecem em Portugal, apresentá-las sumariamente, assim como à respectiva bibliografia; em suma, continuar e renovar o estudo anterior.

Também como no trabalho de 1953, a pesquisa se reduziu à recolha bibliográfica. Já Santos Júnior e Mário Cardozo ficaram

surpreendidos com o facto de, desde a elaboração do CIL em 1869 e do seu suplemento em 1892, até 1953, se conhecerem apenas mais duas inscrições votivas dedicadas às Ninfas, em Portugal. Além das oito referidas nessas obras. Assim, é mais fácil aceitar o facto de, desde 1953 ao presente, mais nenhuma ter vindo a conhecimento público. O trabalho de Santos Júnior e Mário Cardozo mantém-se actual, até por essa razão, o que não invalida a necessidade de o modernizar, tanto quanto às referências bibliográficas, às leituras e interpretações, como no que diz respeito ao estudo sobre o culto das Ninfas na Península Ibérica que, desde essa altura, voltou, várias vezes, a ser alvo da atenção dos investigadores.

*
* *

É conveniente referir que, neste trabalho, só serão apresentadas inscrições em que apareça a palavra *Nympha*, o que provavelmente exclui muitas Ninfas que terão adquirido um epíteto indígena susceptível de lhes suprimir, em seguida, a original designação. O motivo que levou a excluí-las é evidente: nada prova que as divindades mencionadas sejam Ninfas e não outras divindades quaisquer (como *Matres* ou *Geniū*) com atributos semelhantes.

Por esse motivo se exclui deste trabalho a inscrição apresentada com o n.º 5 (CIL II 2404) no artigo de 1953, que não contém explicitamente o dativo *Nymphis*, limitando-se à denominação tópica ou adjectivação qualificativa *Castaecis*. Se esta fosse incluída, muitas outras deveriam engrossar o número das inscrições dedicadas às Ninfas em Portugal.

Excluindo essa e ainda uma outra, apresentada com o n.º 7 (CIL II 2745), de cuja interpretação, feita por Hübner, já Santos Júnior e Mário Cardozo duvidaram, dúvida que veio a manifestar-se fundamentada em trabalhos posteriores (Tranoy, 1981, p. 249), ficam limitadas a oito as inscrições conhecidas dedicadas explicitamente às Ninfas, em território nacional.

Catálogo das inscrições

N.º 1

Achado — Na Igreja de Santa Maria, Monforte.

Paradeiro — Desconhecido.

Dimensões — Desconhecidas.

NYMPHIS | AVITVS | PROCVLI | F(ilius) PRO SA|LVTE . FLA|CCILLAE .
FL|ACCI (filiae) . VC|XORIS . SVAE | V(otum) . L(ibens) . A(nimo) . S(olvit).

Tradução — Às Ninfas, Avito, filho de Próculo, cumpriu de boa vontade o voto, pela saúde de Flacila, filha de Flaco, sua mulher.

O modo de identificação dos dedicantes e o facto de aparecer a palavra *uxor* (esposa) grafada com «cx» (em vez de «x»), certamente fruto da oralização do latim, denunciam o indigenismo das personagens.

É de salientar que esta é a única inscrição dedicada às Ninfas que se conhece em Portugal a sul do Douro.

Bibliografia — CIL II, 168; Santos Júnior, 1953, p. 62; ILER, 616; Encarnação, 1984, n.º 569.



Foto 1

N.º 2

Achado — Em 1732, D. Jerónimo Contador de Argote identificou na esquina de uma casa, na cidade de Chaves, a ara que continha a inscrição.

Paradeiro — Segundo Rodríguez Colmenero (1987, p. 106), o monumento encontra-se no mesmo lugar: fazendo parte da parede de uma casa na Rua de Santa Maria, em Chaves.

Dimensões — Não referidas na bibliografia.

[N]YMPH<I>S . AVR(eliu)s | DION<Y>S(i)VS | AVG(usti) . LIB(ertus)

Tradução — Às Ninfas, Aurélio Dionísio, liberto de Augusto.

O dedicante é um liberto imperial.

Alain Tranoy (1981, p. 186) interpretou M(arcus) . AVR(eliu)s na 1.1. Rodríguez Colmenero em vez de AVR(eliu)s lê AVR(iensibus), que constituiria, segundo a sua opinião, o qualificativo das Ninfas (1977, p. 304; 1987, p. 107). No entanto, o mais provável é tratar-se mesmo de Aurelius, nome que o liberto herdou do seu patrono aquando da libertação.

Em vez de Dionysius, também se poderia pensar em Dionisus, estando o «i» em nexa com o «n» — o que uma análise cuidada do monumento poderá confirmar.

Bibliografia — Argote, 1732, p. 275; CIL II 2474; Vasconcelos, 1913, p. 259; Santos Júnior, 1953, p. 62; ILER 609; Rodríguez Colmenero, 1977, pp. 304 e 416; Tranoy, 1981, pp. 186 e 325; García Fernández-Albalat, 1986, p. 153; Rodríguez Colmenero, 1987, pp. 106-107.

N.º 3

Achado — Ara, encontrada no século XVIII, aquando das obras a que se procedia nas termas de Caldelas.

Paradeiro — No edifício da estação termal de Caldelas, Vila Verde, Braga.

Dimensões — 58 × 24/16.

CAEN<O> | CIEN | NYN | PHIS | EX VO | TO

Tradução — Cenão(?) (...) dedicou às Ninfas, em cumprimento de um voto.

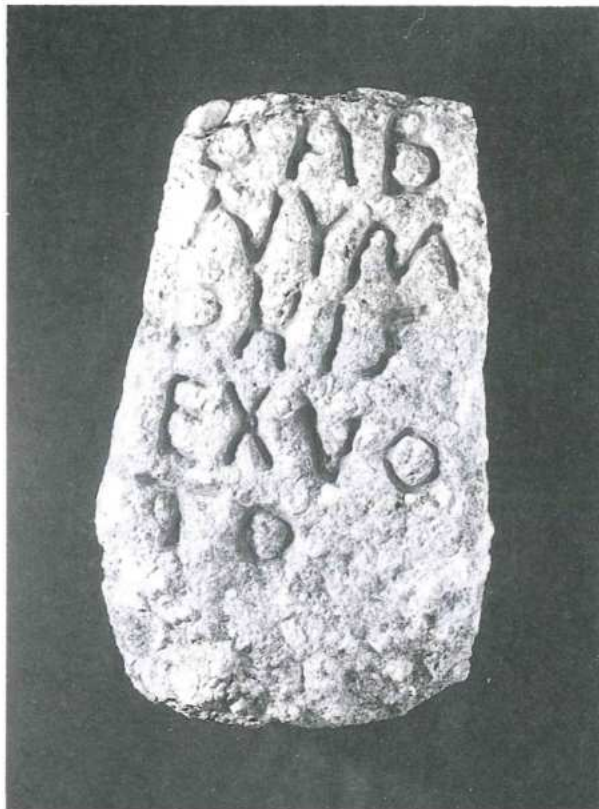


Foto 2

Já se pretendeu ver na l. 1 um «s» em lugar do «n» e na l. 2 um «l» e um «m» em lugar de um «i» e de um «n», respectivamente.

Após um trabalho de 1977 de Maria Lourdes Albertos (p. 42), a leitura de *Caeno* parece admissível, sendo este um nome indígena tipicamente peninsular.

A l. 2 continua a oferecer dúvidas de leitura.

Bibliografia — CIL II, 2457 e 5572a; E. E., 1899, p. 399; Bellino, 1909, p. 6; Vasconcelos, 1913, p. 258; Cardozo, 1947, pp. 162, 165, 204, 208; Santos Júnior, 1953, p. 60; Brandão, 1962, pp. 34-39 (com foto); ILER, n.º 621; Tranoy, 1981, p. 325; García, 1986, p. 158.

N.º 4

Achado — Ara encontrada no século XVIII, aquando das obras a que se procedia nas termas de Caldelas.

Paradeiro — No interior do edifício da estação termal de Caldelas, Vila Verde, Braga.

Dimensões — 39 × 24/14,5.

D(?)A(?)B(?) | NYM | PHIS | EX VO | TO

Tradução — Às Ninfas, D.A.B.(?), em cumprimento de um voto.

«A leitura LAG. de Hübner é impossível segundo a fotografia» (Alarcão, 1969, p. 225).

DAB tem sido interpretado como D(e)AB(us), mas atendendo a que esta epígrafe foi encontrada no preciso local onde foi achada aquela que é apresentada neste trabalho com o n.º 3 (fazendo aí pressupor a existência de um santuário ou lugar de oferendas, onde se concentrariam vários monumentos epigráficos dedicados às Ninfas), parece mais provável que as letras DAB constituam as siglas dos *tria nomina* do dedicante, que apareceria assim identificado logo no início do texto, para distinguir o monumento dos outros (tal como terá acontecido na inscrição n.º 3).

Bibliografia — CIL II, 2457; CIL II, 5572b; E. E., 1899, p. 399; Bellino, 1909, p. 6; Vasconcelos, 1913, p. 258; Cardozo, 1947, pp. 162, 165, 204, 208; Santos Júnior, 1953, p. 60; Brandão, 1962, pp. 34-39 (com foto); Alarcão, 1969, p. 225; ILER, n.º 617; García, 1986, p. 158.

N.º 5

Achado — Ara aparecida em 1949, perto da Igreja paroquial de S. João da Ponte (aquando da demolição de uma casa rústica), no concelho de Guimarães.

Paradeiro — Encontra-se integrada na colecção do Museu da Sociedade de Martins Sarmiento com o número de inventário 190.

Dimensões — 70 × 40 × 30.

NYPHIS | G(aius) . SVLP(icius) . FES | TVS . EX VOTO

Tradução — Gaio Sulpício Festo consagrou às Ninfas, em cumprimento de um voto.

Em 1953 (p. 63) Santos Júnior e Mário Cardozo, em vez de *Gaius* leram *Gallus*. Com esta leitura concordou Blanca García Fernández-Albalat (1986, p. 159). Porém, essa interpretação não é aceitável, já que o dedicante se identifica com os *tria nomina*, devendo a primeira letra corresponder, como é habitual, à sigla do seu *praenomen*, que não poderia ser *Gallus*, antropónimo usado unicamente como *cognomen*. Em 1971 (p. 55), Mário Cardozo alterou a leitura que tinha apresentado em 1953, lendo *Gaius*. Alain Tranoy (1981, p. 325), por sua vez, leu *Caius*.

A fotografia parece confirmar a segunda leitura de Mário Cardozo.

Bibliografia — Santos Júnior, 1953, p. 63 (com foto); A. E., 1955, n.º 236; Cardozo, 1971, p. 55 (com foto); Tranoy, 1981, p. 325; García, 1986, p. 159.

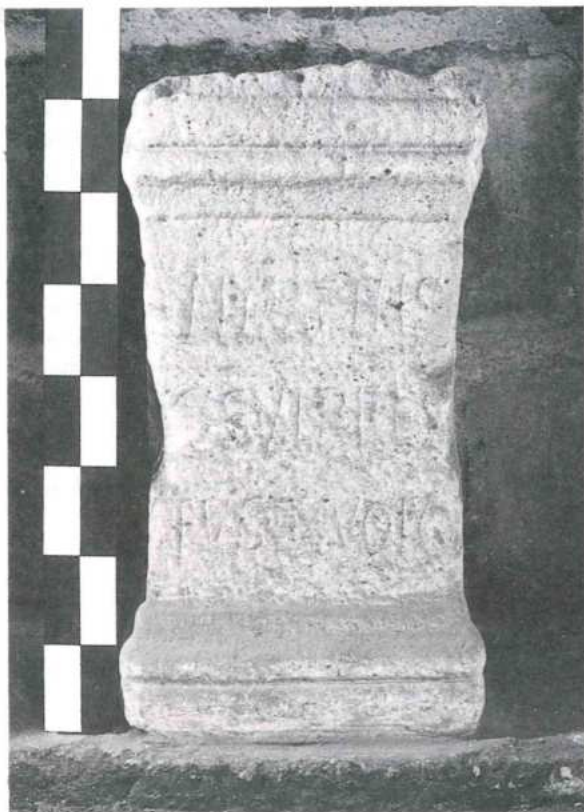


Foto 3

N.º 6

Achado — Ara aparecida em 1885, na cidade de Guimarães.

Paradeiro — Faz igualmente parte da colecção do Museu de Martins Sarmiento, com o número de inventário 33.

Dimensões — 89 × 32 × 20.

VRBAN(us) | PRO CRY | SEDE | NYMPHIS | EX VOTO | POSVI[T]

Tradução — Urbano colocou, por Crísis, em cumprimento de um voto às Ninfas.

Os nomes dos dedicantes, Urbano e Crísis, assim como o modo simples com que se identificam, fazem supor a sua condição de escravos.

Bibliografia — CIL II, 5569; Sarmiento, 1901, p. 45 (2); E. E., 1903, p. 100; Vasconcelos, 1913, p. 258; Cardozo, 1926, p. 67; Sarmiento, 1933, p. 60 (com foto); ILER, n.º 606; Cardozo, 1972, p. 58 (com foto); Tranoy, 1981, p. 325; García, 1986, p. 158.

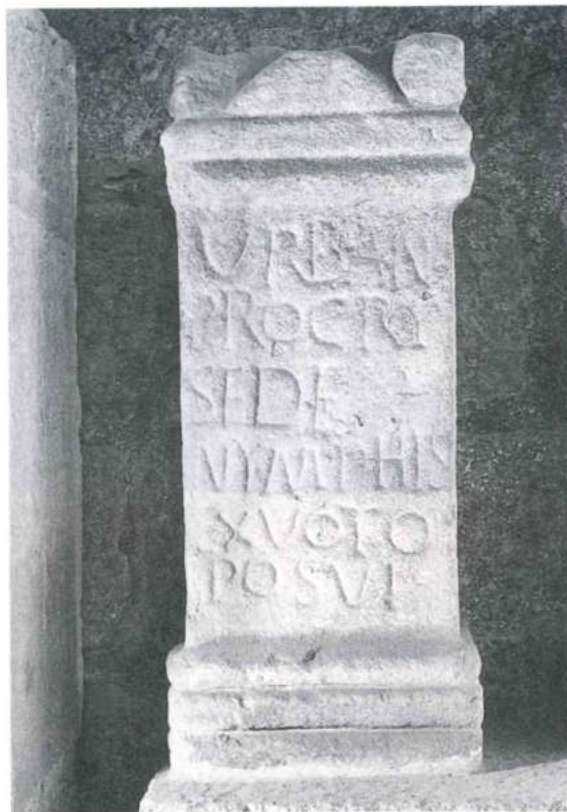


Foto 4

N.º 7

Achado — Ara encontrada em 1935, na freguesia da Horta da Vilarica, concelho de Torre de Moncorvo, oferecida em 1950 a Joaquim dos Santos Júnior.
Paradeiro — Não mencionado na bibliografia.
Dimensões — 62 × 29 × 22.

D(eabus) NYM|PHIS . V(otum) | POSVI|T . SIMP|LICIA | S(olvit) . L(ibens) .
 [A](nimo)

Tradução — Às deusas Ninfas colocou Simplicia, cumprindo de boa vontade o voto.

É particularmente interessante verificar-se que a palavra «Ninfas» se associa a de «deusas», como se fosse ainda necessário marcar bem o seu carácter divino. Isto demonstra o indigenismo da dedicante, que não parece ter ainda assimilado convenientemente a significação do termo, ou, ainda, pode demonstrar uma nova maneira de o encarar.

Bibliografia — Santos Júnior, 1953, p. 63 (com foto); A. E., 1955, n.º 159; Tranoy, 1981, p. 325; García, 1986, p. 158.

N.º 8

Achado — Ara encontrada em 1887 no passal da igreja de Tagilde, concelho de Guimarães.

Paradeiro — Encontra-se actualmente no Museu da Sociedade de Martins Sarmento com o número de inventário 34.

Dimensões — 72 × 30 × 31.

ANTONIA | RVFINA | VOTO NIN<p>|HIS LVPIA|NIS LIBEN<s> |
 ANIMO | POSVIT

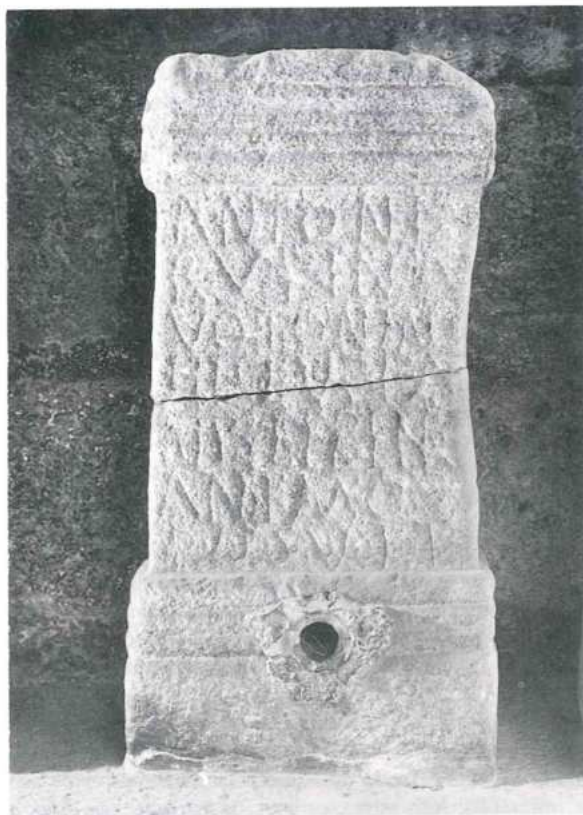


Foto 5

Tradução — Antónia Rufina erigiu de bom grado às Ninfas Lupianas, em cumprimento de um voto.

O erro que se cometeu ao escrever-se *Ninphis*, a substituição de *votum* por *voto* e o facto de se ter atribuído às Ninfas um epíteto, vêm demonstrar o indigenismo da dedicante. Esta epígrafe é um bom exemplo também da maneira como a religiosidade romana foi difundida nos meios indígenas.

O epíteto *Lupianis* tem sido objecto da atenção de vários investigadores, que parecem concordar no facto de ele manifestar a ligação das Ninfas ao culto das águas, embora não consigam determinar se ele corresponde a uma designação toponímica ou se, eventualmente, está relacionado com as qualidades benéficas destas Ninfas.

Bibliografia — Chaves, 1844, p. 7; CIL II 6288; Sarmento, 1896, p. 52 (2); Sarmento, 1896, p. 8 (1); Vasconcelos, 1897, pp. 189-190; Lopez-Cuevillas, 1933, p. 413; Cardozo, 1947, pp. 181, 183, 185, 187-188; Santos Júnior, 1953, p. 61 (com foto); Cardozo, 1958, pp. 102-103, 117; Blazquez, 1962, p. 177; ILER, 1969, p. 696; Cardozo, 1972, p. 36 (com foto); Encarnação, 1975, p. 24 (com foto); Blazquez, 1977, pp. 314-315; Tranoy, 1981, p. 325; García, 1986, p. 155.

O culto das Ninfas: um culto local ou tendência universal?

Desta apresentação das inscrições ressaltam, como evidentes, dois pontos que convém salientar e que foram também notados em 1953:

- Todas as inscrições dedicadas à Ninfas em Portugal foram encontradas no Norte do País, com uma excepção no Alentejo.
- Todas as epígrafes foram encontradas perto de estações termas: a inscrição n.º 1 apareceu em Monforte, que fica a cerca de 19 km da estação termal de Cabeço de Vide; a inscrição n.º 2 apareceu em Chaves, a romana Aquae Flaviae; exactamente nas Termas de Caldelas se encontraram as inscrições n.º 3 e n.º 4; as inscrições n.º 5 (de S. João da Ponte), n.º 6 (de Guimarães), n.º 7 (da Horta da Vilarica) e n.º 8 (de Tagilde), podem estar relacionadas com qualquer das abundantes estações termas existentes na região, como as Caldas das Taipas, as Caldas de Vizela ou ainda as Caldas da Saúde.

Qual terá sido então a importância deste culto na Península Ibérica? O número de testemunhos epigráficos do culto das Ninfas é, no conjunto peninsular, não muito elevado. Além das oito epígrafes do território actualmente português, o CIL II menciona mais vinte e duas e o ILER trinta e três, para o território espanhol. O núcleo mais importante situa-se no Noroeste peninsular, mas elas aparecem também na Península Ibérica Central e no Levante Ibérico (embora em número muito reduzido). A grande maioria das epígrafes espanholas surge também associada a estações termas. Tudo parece, pois, comprovar a ideia de que o culto às Ninfas tem carácter terapêutico (Blazquez, 1977, p. 331).

O número reduzido das epígrafes, a sua frequente associação a águas medicinais, e sua forte concentração no Noroeste peninsular fizeram a maioria dos investigadores defender a especificidade do culto às Ninfas na Península Ibérica. Causa também certa perplexidade o facto de este culto não ser muito praticado no conjunto peninsular, já que as epígrafes revelam que, apesar de raro, quando praticado, é-o por toda a população. Aparecem, de facto, indígenas pouco romanizados como Avito (n.º 1) e Cenão (n.º 3); indivíduos

que se identificam já com os *tria nomina*, como é o caso de Gaio Sulpício Festo (n.º 5) e do misterioso D. A. B., que humildemente só utiliza as siglas do seu nome para se identificar (n.º 4); mulheres, como Flacila (n.º 1), Crísis (n.º 6), Simplicia (n.º 7), Antónia Rufina (n.º 8); ou libertos, como Aurélio Dionísio. Também a população escrava veneraria as Ninfas, como o mostra Urbano (n.º 6), que cumprindo a vontade de Crísis, ou mesmo ele próprio pedindo às Ninfas por Crísis, mandou erigir-lhes um monumento, expressando-lhes o agradecimento à resposta com que elas terão recompensado as suas esperanças. Os votos demonstram ainda o quanto interiorizadas estão e mesmo adaptadas as Ninfas que os invasores trouxeram para se associarem ao número, já elevado, das divindades indígenas.

As Ninfas eram, originalmente, divindades femininas da mitologia grega, que povoavam os mares, as águas, os bosques, as árvores, as montanhas, as grutas, as nascentes... Personificavam forças da natureza e presidiam à fecundidade no reino animal e vegetal. Eram capazes, além disso, de profetizar sobre o destino dos homens e os curar dos seus males por acção das águas.

Estas graciosas e benfeitoras divindades adquirem características especiais quando incluídas no Panteão Romano. É que as Ninfas romanas resultam de um processo de assimilação da mitologia grega com a mitologia indígena itálica. As Ninfas gregas confundiram-se e misturaram-se, em Roma, com as vetustas divindades indígenas das fontes e das águas em geral. As Ninfas romanas passam, por conseguinte, a estar, mais do que as gregas, ligadas à água, à humidade e à medicina.

Do mesmo modo, é importante não esquecer que a difusão, na Península Ibérica, da religiosidade romana, além de não se ter feito sem deturpações, não anulou (nem o pretendeu) a religiosidade indígena. E é assim que surgem inscrições mandadas fazer por indígenas, celebrando as Ninfas, e que as vemos tomarem epítetos indígenas (como acontece na inscrição n.º 8). Roma era tolerante no plano religioso, admitia e reconhecia a força dos deuses locais, contentando-se, sempre que possível, em inseri-los no quadro das divindades romanas, sem todavia pretender anular o culto já existente.

Alain Tranoy (1981, pp. 325-326) mostrou que, no conjunto do Noroeste peninsular, a proporção de mulheres que veneravam as Ninfas é maior do que na veneração de outras divindades. Com o culto a Júpiter e aos Lares, o culto das Ninfas, segundo este autor, é um dos fenómenos de romanização de cultos locais mais sensível na população indígena, e entre os escravos e libertos (como parecem demonstrar as inscrições n.º 6 e n.º 2), que poderia, até, ter concorrido com o culto a divindades indígenas muito enraizadas. De qualquer maneira, um dado parece certo: o culto das Ninfas estava nitidamente afirmado no meio indígena e pode, decerto, ser uma das vias para a unificação religiosa. A administração, o exército e as trocas comerciais terão sido os seus principais veículos difusores.

E porque foi tão bem aceite o culto das Ninfas na Península Ibérica? As inscrições parecem indicar uma adopção e adaptação rápida e fácil, uma vez que o modo de identificação dos dedicantes denuncia frequentemente a lenta romanização de que estão a ser alvo (como acontece na inscrição n.º 1, em que as personagens se identificam à maneira indígena, um nome mais o patronímico, ambos de raiz latina), provavelmente a explicação do fenómeno

reside no facto de as comunidades autóctones venerarem já, anteriormente à chegada dos Romanos, divindades aquáticas ou, eventualmente, as águas.

Essa tem sido a ideia mais aceite e defendida. Mais: tem-se mesmo proposto a hipótese de o culto das águas ser uma herança neolítica que tomou um *facies* particular no Noroeste peninsular.

Nesse sentido se orientou a investigação de Blanca García Fernández-Albalat, com vista a determinar se o culto das águas era ou não um fenómeno especificamente galaico com raízes pré-históricas, que teria sobrevivido na crença das qualidades salutaras e fertilizantes das águas durante os períodos proto-histórico, romano, medieval, moderno e até contemporâneo, sob a forma de superstições populares.

Os resultados dessa pesquisa abalaram profundamente a ideia tradicional atrás referida. É que a autora conclui que, em seu entender, não se pode desligar o mundo galaico do conjunto europeu, pelo que se deve abandonar a ideia da especificidade local do fenómeno, já que os achados são semelhantes um pouco por toda a Europa.

Verifica também Blanca García Fernández-Albalat que não lhe parece possível relacionar com segurança fósseis pré-históricos, dos quais poderia eventualmente retirar certos valores rituais, com as divindades do mundo proto-histórico e galaico-romano, já que se trata de sociedades muito diferentes que, em sua opinião, pouco ou nada têm de comum. Assim é recusada *in limine* a continuidade normalmente aceite acriticamente.

Finalmente, depois de analisar fontes arqueológicas, literárias e epigráficas, sobre as divindades relacionadas com a água e o chamado «culto das águas», Blanca García Fernández-Albalat afirma que se pode também concluir que a acção dessas «supostas» divindades aquáticas no elemento líquido é apenas uma das suas múltiplas funções. Por exemplo, as Ninfas não teriam a sua actividade definida e limitada pela água. A água constituiria um local de actuação, de manifestação da divindade e não um elemento definidor da divindade que a ela está vinculada.

Para esta autora, «divindades galaicas das águas» é expressão que, por conseguinte, carece totalmente de sentido, até porque, em seu entender, se poderá saber algo sobre o significado religioso dessas divindades a partir do que ela chama de «métodos comparativos e estruturais». Nada garante, portanto, segundo Blanca García Fernández-Albalat, que as Ninfas sejam divindades locais, exclusivas do Noroeste, e tudo lhe parece indicar que são algo mais do que divindades «das águas».

Porém, esta nova visão do assunto não resolveu de modo nenhum a questão e não anulou as dúvidas e perplexidades.

De facto, os vestígios epigráficos do culto das Ninfas, na Península, continuam junto de estações termais e essencialmente concentrados no Noroeste, na região mais recentemente conquistada pelos Romanos, a menos romanizada, «um território ocupado por tribos celtas cujo regime social estava alicerçado num particularismo muito vivo» (Alarcão, 1969, p. 227).

Em Portugal existe apenas uma excepção, a inscrição apresentada neste artigo com o n.º 1, cuja onomástica apresentada pode ser atribuída a gente oriunda do Norte e se encontrou numa zona de forte imigração. Não seria, portanto, de estranhar que Avito fosse um emigrante proveniente do Noroeste que, perante a doença da sua

esposa, fez um voto (atitude que tomara na sua terra natal). Quando Flacila recuperou a saúde, Avito cumpriu a sua promessa, agradecido.

Talvez também algumas das poucas inscrições que aparecem em território espanhol, no Sul, se possam explicar de modo semelhante.

Não deve também ser negligenciado o facto de o ser humano agir de modo muito semelhante perante a realidade, em sociedades muito diferentes. São disso exemplo o culto ao disco solar e o megalitismo, fenómenos praticamente mundiais, que aparecem em sociedades que aparentemente nada têm em comum. No fundo, o homem é o homem em todos os lugares e em todos os tempos.

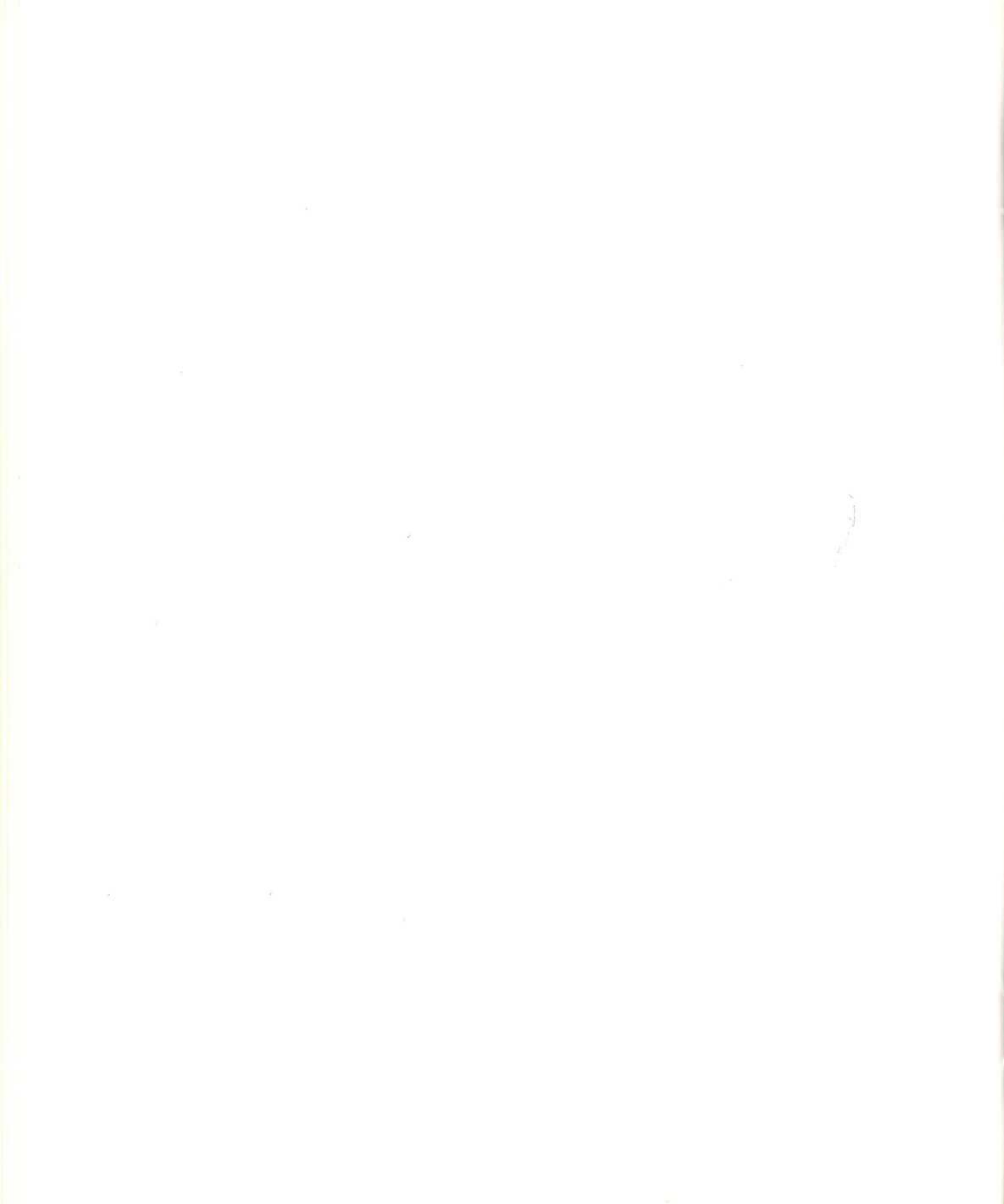
*
* *
*

O tema do culto das águas está, pois, longe de ser inteiramente pacífico, sobretudo quando se tenta especular sobre o verdadeiro significado atribuído às divindades nessas remotas eras e quando se tenta ver claro num domínio que, ainda hoje, na vida quotidiana, tem inúmeros contornos de uma imprecisão tentacular. Mas isso demonstra, de facto, a necessidade de se compilarem e relacionarem inscrições do mesmo género, única via que permitirá a formação de conclusões cada vez mais válidas.

Por isso se sentem actuais as preocupações e as perplexidades que levaram Santos Júnior e Mário Cardozo à elaboração do seu artigo sobre os «Ex-votos às Ninfas em Portugal».

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J.; ÉTIENNE, R. & FABRE, G. (1969) — «Le culte des Lares à Conimbriga (Portugal)», *Comptes rendus de l'Académie des Inscriptions et Belles Lettres*, pp. 213-236.
- ALBERTOS FIRMAT, M. L. (1977) — «Correcciones a los trabajos sobre onomástica personal indígena de M. Palomar Lapesa y M. L. Albertos Firmat», *Emerita*, 45, pp. 33-55.
- Année Épigraphique* (= A. E.) (1955) — *Revue des publications épigraphiques relatives à l'antiquité romaine*, Paris.
- ARGOTE, D. Jerónimo Contador de (1732) — *Memórias para a história eclesiástica do arcebispado de Braga, primaz das Hispânicas*, Lisboa, t. 1.
- BELLINO, Albano (1909) — «Cidades Mortas», *O Archeologo Portuguez*, XIV, pp. 1-28.
- BLAZQUEZ, J. M. (1962) — *Religiones primitivas de Hispânia. I — Fuentes literarias y epigraficas*, Roma.
- (1977) — *Imagen y mito — estudios sobre religiones mediterraneas e ibericas*, Madrid, pp. 307-331.
- BRANDÃO, P. (1962) — «As inscrições luso-romanas dos apontamentos de Frei Bento de Santa Gertrudes», *Lucerna*, 2, pp. 23-51.
- CARDOZO, M. (1926) — «Consagrado às Ninfas (acerca de uma lápide votiva do Museu de Martins Sarmiento)», *Revista de Guimarães*, XXXVI, pp. 64-69.
- (1947) — *Correspondência inédita e epistolar entre E. Hübner e Martins Sarmiento*, Guimarães.
- (1958) — *Cartas de Leite de Vasconcelos a Martins Sarmiento*, Guimarães.
- (1972) — *Catálogo do Museu de Martins Sarmiento — secção de epigrafia latina e escultura antiga* (2.^a edição), Guimarães.
- CHAVES, A. Mattos (1894) — «Tagilde, memória histórico-descritiva», *Revista de Guimarães*, XI, pp. 5-48.
- CIL — Ver Hübner.
- E. E. — Ver Hübner.
- ENCARNAÇÃO, José d' (1975) — *Divindades indígenas sob o domínio romano em Portugal*, Lisboa.
- (1984) — *Inscrições romanas do Conventus Pacensis (subsídios para o estudo da romanização)*, Coimbra.
- GARCÍA FERNÁNDEZ-ALBALAT, B. (1986) — «Las llamadas divinidades de las aguas», *Mitología y mitos de la Hispania prerromana* — 2 (edit. J. C. Bermejo Barrera), Madrid, pp. 141-192.
- HÜBNER, E. (1869) — *Corpus Inscriptionum Latinarum II*, Berlim, 1892 (suplemento) (= CIL).
- (1899) — *Addimenta nova ad corporis volumen II*, «Ephemeris Epigraphica» (= E. E.), VIII, pp. 351-528; IX, 1913, pp. 12-185.
- ILER — Ver Vives.
- JÚNIOR, J. R. dos Santos & CARDOZO, M. (1953) — «Ex-votos às Ninfas em Portugal», *Zephyrus*, IV, pp. 58-68.
- LÓPEZ-CUEVILLAS, F. (1933) — *La civilización céltica en Galicia*, Santiago de Compostela.
- RODRÍGUEZ COLMENERO, A. (1977) — *Galicia Meridional Romana*, Bilbao.
- (1987) — *Aquae Flaviae* (I Fontes Epigráficas), Chaves.
- SANTOS JÚNIOR — Ver Júnior.
- SARMENTO, F. Martins (1896) — «Materiaes para a Archeologia do Concelho de Guimarães», *Revista de Guimarães*, XIII, pp. 5-18.
- (1901) — «Materiaes para a Archeologia do Concelho de Guimarães», *Revista de Guimarães*, XVIII, pp. 6-29 (1).
- (1901) — «Catálogo do Museu Archeológico», *Revista de Guimarães*, XVIII, pp. 38-72 (2).
- (1933) — *Dispersos* (Artigos publicados desde 1876 a 1899), Coimbra.
- TRANOY, Alain (1981) — *La Galice Romaine*, Paris.
- VIVES, J. (1971) — *Inscripciones Latinas de la España Romana* (= ILER), Barcelona.



A ROCHA 49¹ DE FRATEL E OS PERÍODOS ESTILIZADO-ESTÁTICO E ESTILIZADO-DINÂMICO DA ARTE DO VALE DO TEJO

MÁRIO VARELA GOMES

*Em homenagem ao Professor Doutor
Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior, pioneiro
dos estudos de Arte Rupestre em Portugal.*

1 — Introdução

A superfície decorada, objecto do presente estudo, faz parte de um conjunto, com cerca de uma vintena de rochas, que, no Complexo de Arte Rupestre do Vale do Tejo, se destacam não só pelas suas dimensões como, também, pela forma elevada, do tipo mesa, que apresentam em relação ao caos de xisto onde geralmente se integram. A rocha 49¹ de Fratel foi descoberta, em Abril de 1974, por Francisco Sande Lemos e pelo signatário, quando reviam a numeração daquela estação, tendo, até então, passado despercebida, escondida sob espessa camada de líquenes. Tal como na maioria dos grandes painéis gravados, nela detectámos, igualmente, figurações pertencentes a diferentes episódios culturais, com distintas concepções estilísticas e que deverão traduzir diversos tipos de vida, de sociedade, dos seus sistemas sócio-económicos e, sobretudo, da sua superestrutura sagrada.

Resta-nos acrescentar, a esta breve introdução, que preparamos, neste momento e com o apoio do IPPC, o *corpus* da estação de Fratel, onde registámos cerca de trezentas superfícies decoradas.

2 — Localização (figs. 1 e 2)

A estação com arte rupestre de Fratel fica situada num troço da margem direita do curso médio do Tejo, iniciando-se num ponto a pouco mais de 2 km a jusante das Portas do Ródão e alcançando uma zona que em pouco ultrapassa a estação de caminho-de-ferro de Fratel, oferecendo cerca de 2 km de extensão.

As gravuras aproveitam como suporte as superfícies dos restos das bancadas de xisto e grauvaques, do Carbónico, ou de blocos daquelas rochas, sobranceiras ao rio, descobertas pela erosão das águas que, também, as poliu.

O local onde se encontra este arqueossítio pertence à freguesia de Fratel, ao concelho de Vila Velha de Ródão e ao distrito de Castelo Branco. As coordenadas aproximadas, do ponto onde está implantada a rocha 49¹, perto da confluência da ribeira da Micoca com o Tejo, são: 1° 25' de longitude este e 39° 37' 40'' de latitude

norte, segundo a Carta Militar de Portugal, folha 314, Vila Velha de Ródão, escala 1:25 000 (Serviços Cartográficos do Exército, 1946).

3 — Descrição

A rocha decorada, agora dada a conhecer, faz parte de uma bancada, ligeiramente sobre-elevada e com 62 m de cota, afastada cerca de 25 m do leito normal do Tejo, no sopé da inclinada vertente que ali bem define o fundo do seu vale (fig. 3). Oferece forma trapezoidal, inclinada para nordeste cerca de 30°, medindo 3,25 m de comprimento máximo por 1,25 m de largura na área mesial (est. I). A sua maior dimensão está orientada aproximadamente no sentido sueste-noroeste, e quase na perpendicular ao curso do rio naquele local. Mostra profundas fissuras transversais e longitudinais, que definem uma grande superfície central, mais decorada, um outro painel a sueste, tal como áreas marginais a norte e a noroeste (fig. 4).

As figurações, as linhas e manchas, gravadas pela percussão de artefactos líticos, ou picotagem, reconhecidas neste suporte são as que a seguir se enumeram.

O seu registo fez-se da esquerda para a direita e de cima para baixo, segundo a posição normal de um observador frente a esta superfície.

Catálogo

1 — Linha, de forma subcircular, semelhante a muitas outras a que passaremos a denominar por círculos, realizada com picotado denso, de negativos largos, profundos e pouco patinados. Mede 0,30 m de diâmetro máximo e parece inscrever-se no sector do suporte a cuja forma se assemelha. No seu interior observam-se alguns picotados dispersos. Localiza-se na área sueste da rocha e é a figura mais afastada do seu centro.

2 — Linha, ondulada, do tipo meandriforme, realizada com picotado pouco denso, de negativos pequenos, não muito profundos e pouco patinados. Mede 0,20 m de comprimento e 0,10 m de largura máxima. Localiza-se na área Sueste da rocha, entre a figura já referida e as duas que descreveremos sob os n.ºs 3 e 4.

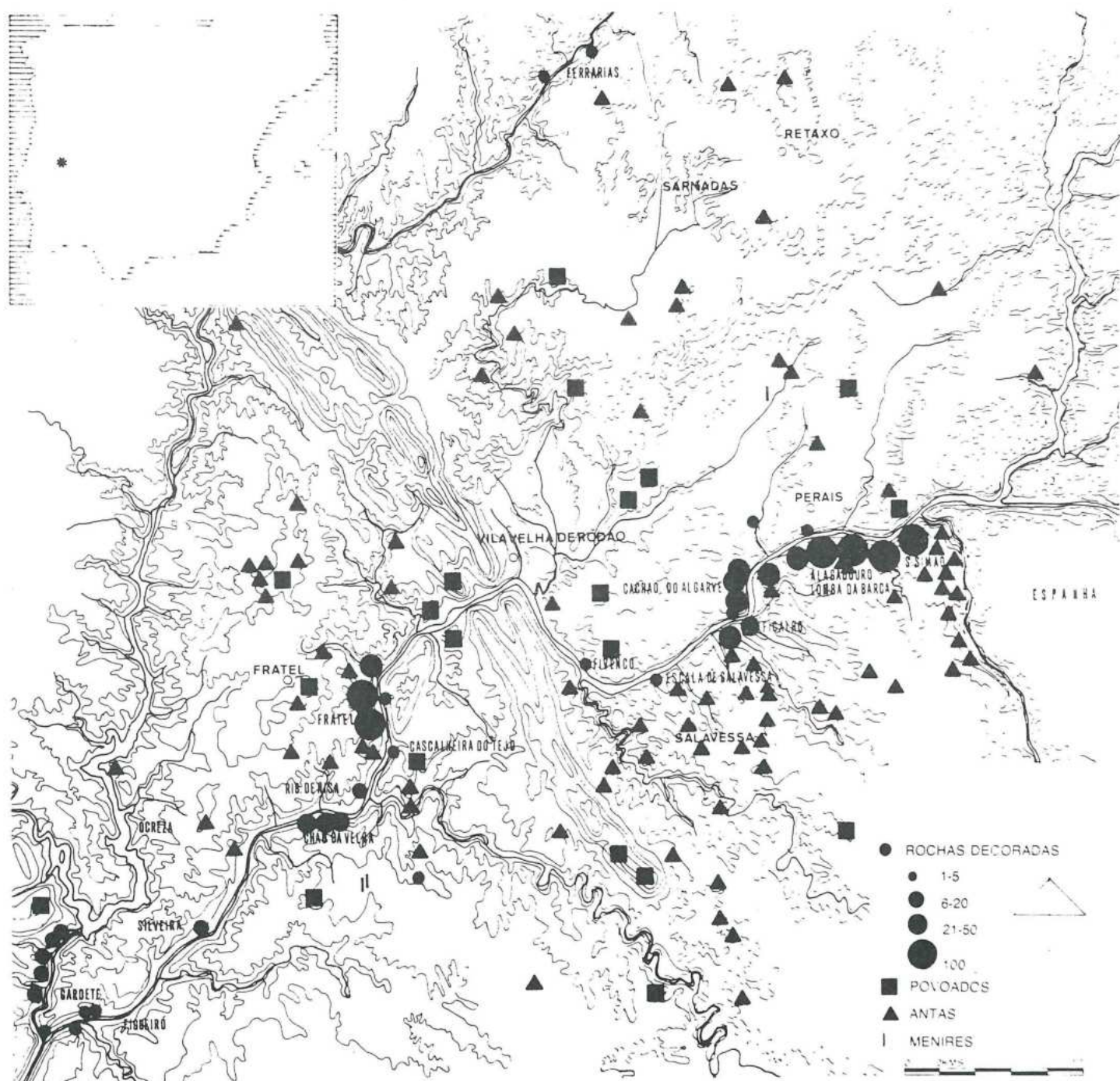


Fig. 1 — O Complexo de Arte Rupestre do Vale do Tejo. Rochas decoradas e contexto arqueológico

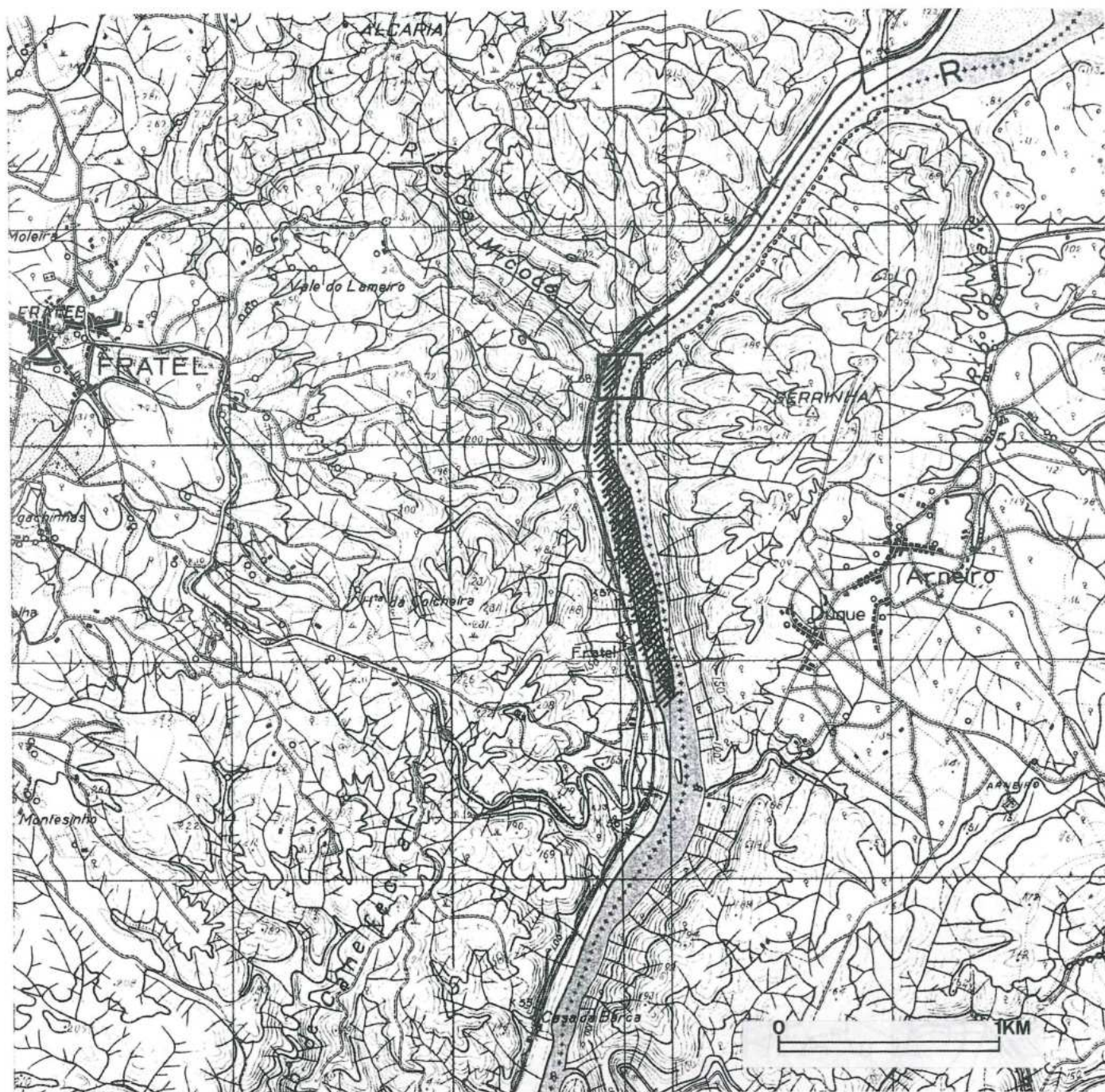
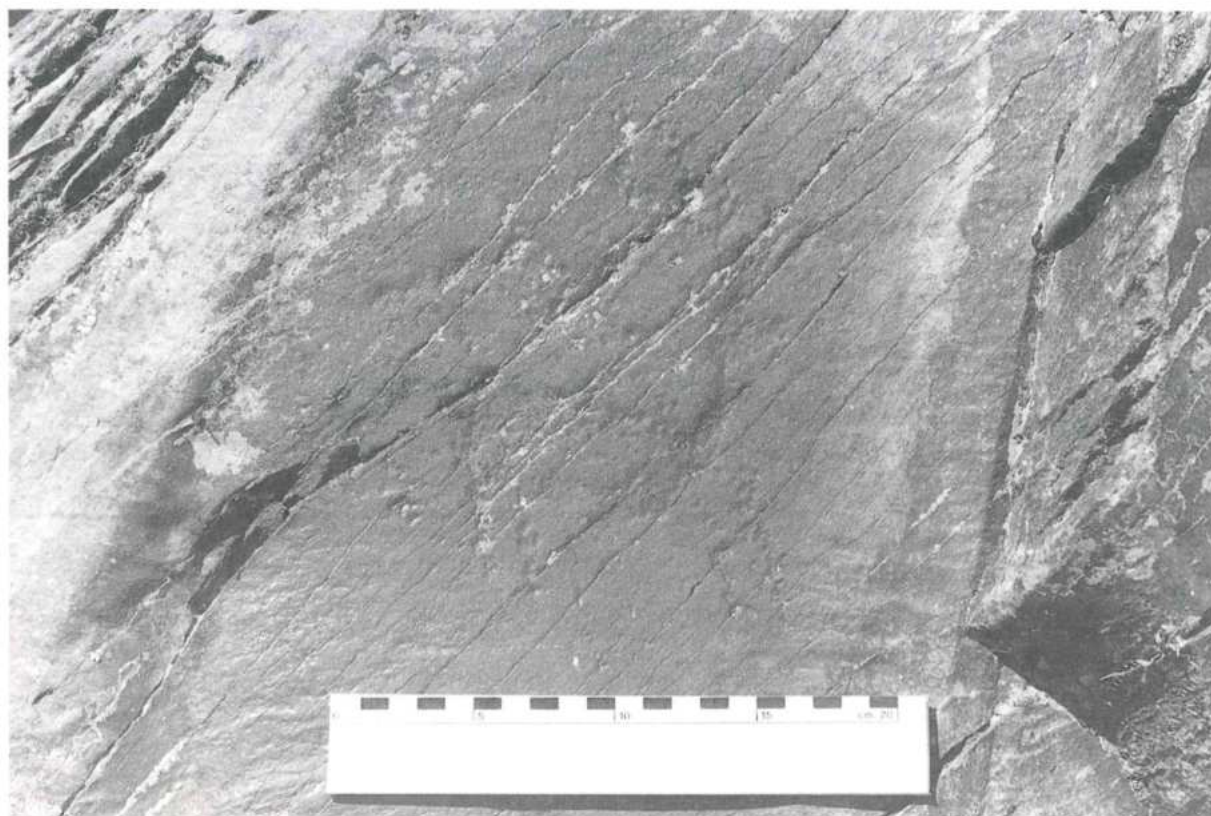


Fig. 2 — A estação de Fratel e a zona da rocha 491



Est. I — A rocha 49¹ de Fratel vista de norte (RX/74-7)



Est. II — *Cervídeo estilizado-dinâmico* (P. III-C). Rocha 49¹ de Fratel (RX/74-18)

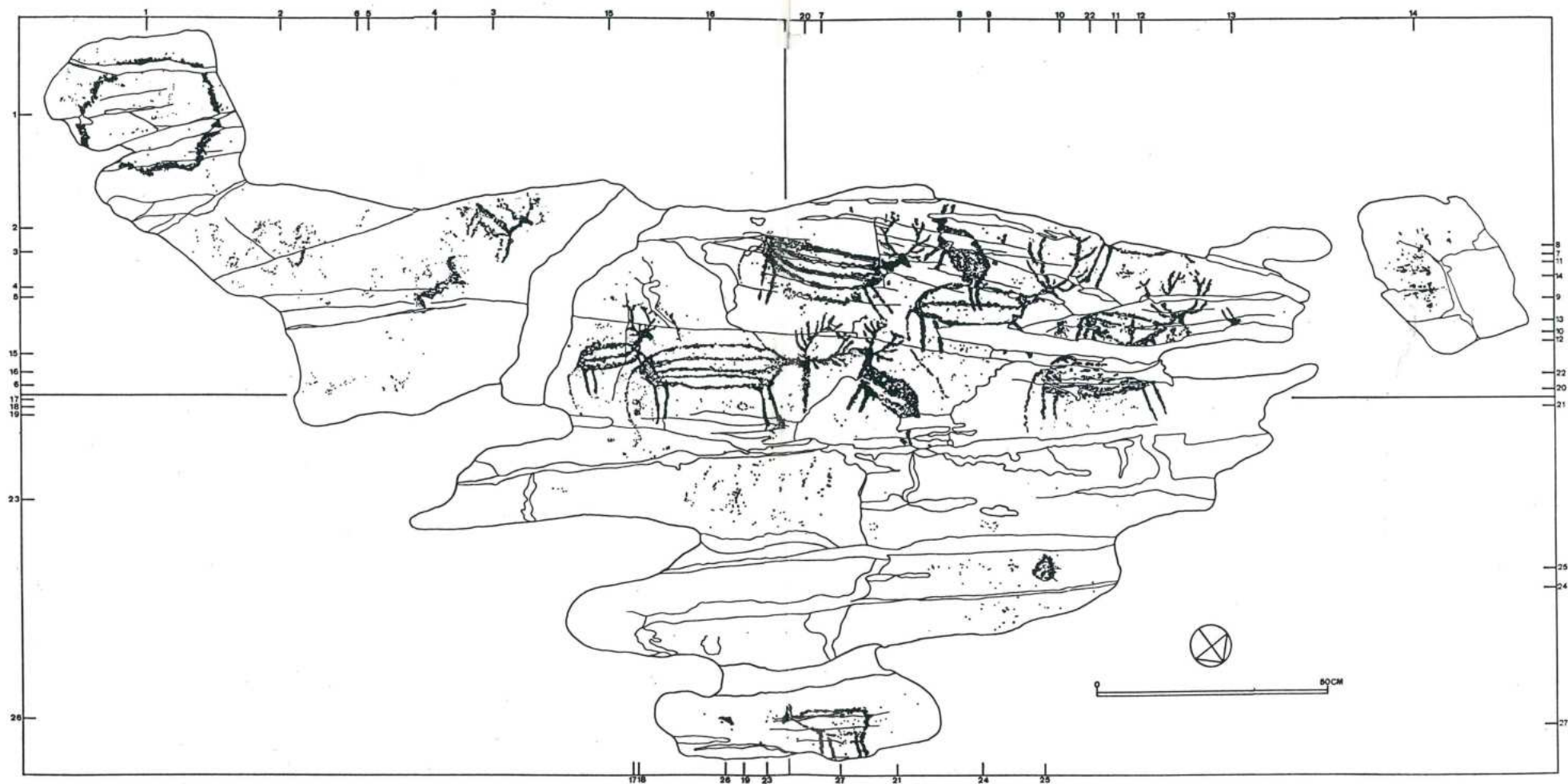


Fig. 4 — Decalque da rocha 49¹ de Fratel

3 — Cervídeo (est. II), com o corpo trapeziforme, em contorno, e dois pares de membros lineares mas ligeiramente arqueados. A cabeça, com a ponta do focinho levantada e voltada para norte, assenta num pescoço alto. A armação é bem desenvolvida e tem forma de V. A picotagem da cabeça, do pescoço e de uma das pernas dianteiras é densa. A linha dorsal é larga, terminando numa cauda curta, sendo os restantes traços realizados com picotado menos denso. Todos eles mostram negativos pequenos, pouco profundos e bem patinados.

Frente à cabeça observa-se uma sucessão de picotados dispostos em linha curva e, à sua retaguarda, uma mancha triangular, ambas pouco densas, de negativos pequenos e não muito profundos. Mede 0,125 m de comprimento e 0,16 m de altura máxima.

A figura, no seu conjunto, oferece a sensação de se encontrar com movimento; conseguido através da perspectiva com que foi registada tanto a armação como ambos ou pares de membros e, ainda, ao facto de haver diferenças de densidade na picotagem da metade frontal, mais densa e mais próxima do observador, em relação à restante, que é menos nítida e, portanto, parece mais afastada. Igualmente, a posição deste zoomorfo disposto na oblíqua, não só em relação ao eixo longitudinal do suporte como à situação normal dos seus observadores, e numa das suas zonas mais altas, junto a um dos bordos, imprimem-lhe um sábio sentido de elegância e dinamismo.

4 — Quadrúpede, por certo representando um cão. Mostra corpo trapezoidal, muito longo, com um membro em cada extremidade, ou um par, mas estando juntos. A cabeça é curta, voltada para poente, e assentando sobre pescoço alto forte.

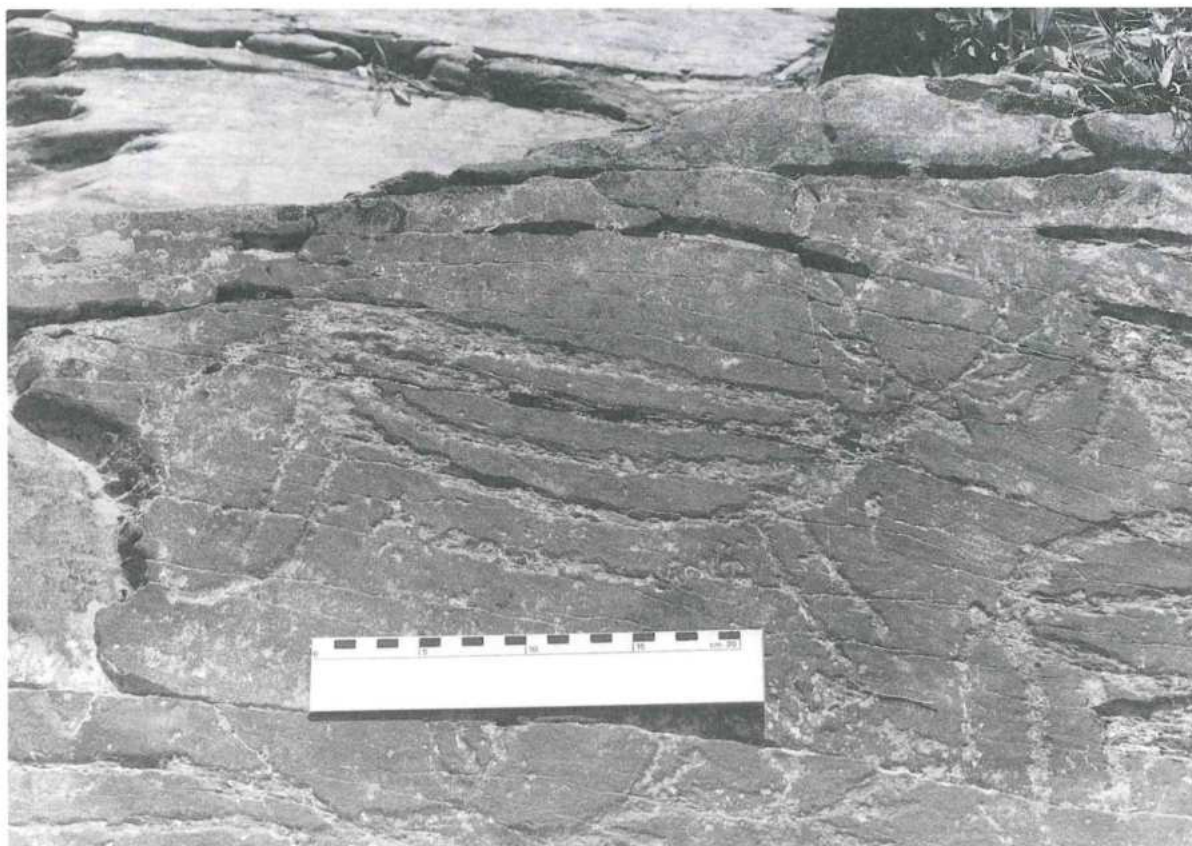
Toda a figura foi realizada com picotagem densa, de negativos pequenos, pouco profundos e bem patinados. Mede 0,125 m de comprimento e 0,07 m de altura máxima.

Esta representação é oblíqua ao eixo maior da rocha e à posição normal do observador, devendo estar associada à anteriormente descrita. É aceitável que ambas constituam, conforme as diferenças morfológicas registadas deixam supor, uma cena de carácter cinegético onde o veado seria perseguido pelo cão e encurralado no canto definido pelos limites do suporte.

5 — Manchas e séries de picotados dispersos, uma delas formando ondulado. Os negativos são pequenos e pouco profundos. Estendem-se pela área imediatamente à esquerda da figura que acabámos de descrever.

6 — Mancha de picotado disperso, com negativos pequenos e pouco profundos. Ocupa uma área, com 0,25 m de comprimento, situada na zona sudoeste da rocha e abaixo das figuras anteriormente descritas.

7 — Cervídeo (est. III), com o corpo oval alongado, em contorno, assente sobre dois pares de membros lineares e paralelos. A cabeça tem perfil triangular, está voltada para noroeste, e suporta uma desenvolvida armação de forma oval. O pescoço é forte e curto.



Est. III — Cervídeo *estilizado-estático* (P. II-A). Rocha 49¹ de Fratel (RX/74-12)

No interior do corpo encontram-se duas linhas, longitudinais, que o dividem em três áreas semelhantes e ambas partindo do pescoço atingem o ponto onde se inicia a cauda. A linha superior é quase recta, sendo a inferior arqueada, acompanhando o traço que delimita o ventre do animal.

Tanto o interior da cabeça, como o pescoço e o peito deste zoomorfo estão preenchidos com picotado denso. A armação, com galhos radiais, e a cabeça oferecem técnica de picotagem muito precisa, com negativos regulares, não muito grandes, mas profundos, e de arestas boleadas.

Os membros dianteiros foram colocados obliquamente em relação ao corpo do animal, enquanto os traseiros são-lhe perpendiculares. A picotagem das linhas que definem o corpo é densa, larga e profunda, sendo a das pernas também densa e profunda, mas bem menos larga. A cauda é curta e os quartos traseiros estão preenchidos com uma mancha de picotado mais ou menos disperso.

A armação e os membros deste zoomorfo encontram-se em perspectiva, enquanto o corpo e a cabeça estão representados de perfil. No entanto, tanto este aspecto como o facto de os membros dianteiros estarem oblíquos em relação ao corpo e, ainda, de uma das linhas do seu interior ser arqueada, dão à imagem não só a sensação de volume como lhe imprimem o denominado «movimento congelado», parecendo que foi registada num momento de pose.

Esta figuração mede 0,375 m de comprimento por 0,235 m de altura máxima, encontra-se, sensivelmente, ao centro da metade superior da área central da rocha, perto do seu limite a sul, e é quase paralela à sua direcção longitudinal.

Sob o ventre, entre os dois pares de membros, observa-se uma linha, de picotado denso, largo e profundo, paralela àquela. Na continuação da cauda, sobrepondo-a em parte, foi construída, em época posterior à da realização da figura, uma longa linha curva, por certo uma nova cauda com picotado de negativos menos densos e profundos.

8 — Cerveídeo, com corpo suboval, inteiramente preenchido por picotagem, assente em dois pares de membros lineares. A cabeça, sobre pescoço curto, tem perfil triangular, encontra-se voltada para sul e suporta a armação. Esta é representada por dois traços lineares, paralelos e verticais. Tanto a cabeça como a armação, os membros e o contorno do corpo foram realizados com picotado denso, de negativos pequenos, não muito profundos, bem regulares e patinados. O picotado que preenche o interior do corpo é semelhante.

O par de membros dianteiros foi disposto em V e os da retaguarda são paralelos e ligeiramente curvos, dando à figura, conjuntamente com o facto de não ser mais larga na metade traseira como de estar disposta obliquamente em relação à orientação longitudinal do suporte, um notável sentido de movimento e perspectiva.

Este zoomorfo mede 0,21 m de comprimento por 0,14 m de altura, e encontra-se junto ao limite superior da rocha. Ambos os seus membros posteriores sobrepõem a área central do corpo de um outro cervídeo de estilo diferente, que descreveremos em seguida, e quase toca com as patas dianteiras a armação do veado anteriormente referido. Parece claro que esta representação se inscreveu no espaço deixado livre pelas duas figurações já mencionadas e o limite físico do suporte, oferecendo-nos não só um claro exemplo de estratigrafia vertical como, também, horizontal.

9 — Cerveídeo, com o corpo oval alongado, em contorno, assente sobre dois pares de membros lineares. A cabeça, com pescoço longo e forte, oferece perfil triangular, está voltada para noroeste, e suporta armação bem desenvolvida de forma oval. Uma linha, que parte da base do pescoço e atinge o ponto onde arranca a cauda, divide o corpo deste zoomorfo em duas metades semelhantes.

O pescoço, em contorno, é segmentado, por dois traços perpendiculares, e, na sua ligação com o corpo, oferece uma mancha de picotado não muito densa.

As pernas dianteiras, ligeiramente oblíquas em relação ao corpo do animal, encontram-se, quase na totalidade, obliteradas por uma profunda fractura.

A cauda é curta e toda a representação foi realizada com picotados densos, de negativos largos e profundos, já bem patinados. Mede 0,425 m de comprimento e 0,275 m de altura máxima.

Tanto a armação como os membros estão representados em perspectiva, enquanto o corpo e a cabeça foram construídos de perfil. A figura, que ocupa a metade superior direita da zona central da rocha, tem o corpo paralelo à sua direcção longitudinal, parecendo estática ou em pose. Um dos galhos da armação sobrepõe o membro traseiro do zoomorfo que descreveremos sob o n.º 11.

Uma longa linha curva, com 0,20 m de comprimento, sobrepondo-se numa extremidade à cauda desta figura, realizada com picotado pouco denso, de negativos pequenos e não muito profundos, deve representar uma nova cauda, aposta em período muito posterior ao da sua realização.

10 — Mancha de picotado denso, de negativos médios, pouco profundos e ligeiramente patinados. Mede 0,025 m de largura e 0,035 m de altura máxima. Encontra-se entre o cervídeo atrás referido e o que descreveremos sob o n.º 12.

11 — Quadrúpede, possivelmente um cervídeo, com corpo oval alongado, em contorno, assente sobre dois pares de membros lineares. A figuração quase desapareceu, em virtude da profunda fractura de parte do bordo superior do suporte, observando-se, apenas, um sector da linha ventral, os dois membros traseiros e restos de um dos dianteiros. Este zoomorfo encontrar-se-ia representado em paralelo aos outros grandes cervídeos desta rocha (n.ºs 7, 9, 12, 16 e 22).

A técnica de picotagem usada é semelhante à da figura descrita sob o n.º 7, mostrando membros menos robustos que as do cervídeo n.º 9, oferecendo picotagem densa, com negativos largos, profundos e bem patinados. A parte conservada mede 0,20 m de comprimento e 0,11 m de altura.

Sob o ventre, e entre os dois pares de patas, observa-se uma pequena mancha de picotado disperso, com negativos largos, profundos mas menos patinados. Como já referimos, uma das patas traseiras é sobreposta pela armação do veado n.º 9 e um dos membros dianteiros quase toca a armação do veado que, a seguir, descreveremos.

12 — Cerveídeo, com corpo oval, alongado nas extremidades, em contorno, assente sobre dois pares de membros lineares. A cabeça, sobre pescoço curto e estreito, tem perfil triangular, está voltada para noroeste e suporta armação muito desenvolvida de forma oval. O corpo encontra-se dividido, longitudinalmente, por um traço horizontal que, partindo do pescoço, atinge o ponto onde arranca a cauda. Um traço perpendicular a este, um pouco atrás dos membros dianteiros, subdivide o corpo do animal transversalmente. Nos quartos traseiros mostra manchas picotadas. A armação, quase fechada, oferece galhos muito longos e ramificados, sendo semelhante à do cervídeo n.º 9. Uma extensa fractura amputou, quase por completo, ambos pares de membros desta representação, realizada com picotagem densa, de negativos médios e profundos, bem patinados. Mede, actualmente, 0,30 m de comprimento e 0,16 m de altura máxima, e encontra-se junto à extremidade poente do sector central da rocha, paralelamente ao seu desenvolvimento longitudinal, entre os cervídeos n.ºs 11 e 22. Frente à cabeça desta representação encontram-se os restos da armação do cervídeo que descreveremos sob o n.º 22. A cauda, curta, foi sobreposta, em época posterior, por uma linha, de picotado denso.

Tanto a armação deste animal como os seus membros foram representados em perspectiva, sendo a cabeça e o corpo mostrados de perfil, sugerindo o estatismo idêntico ao observado nas figuras n.ºs 7 e 9. Este zoomorfo deveria sobrepor com os seus membros, em parte, o cervídeo que descreveremos com o n.º 22 e a sua armação quase toca um dos membros dianteiros do veado n.º 11.

13 — Cabeça de cervídeo, de focinho curto com a extremidade arredondada, suportando armação linear, representada por dois traços paralelos e verticais. A cabeça encontra-se voltada para poente, é inteiramente picotada e faria parte de um zoomorfo desaparecido devido a extensas fracturas que alteraram, a noroeste, a área central da rocha. No entanto, podemos aceitar que se trataria de uma representação muito semelhante à descrita sob o n.º 8, correndo obliquamente à orientação longitudinal do suporte e na direcção poente. Mede 0,045 m de altura e 0,025 m de largura máxima, e foi realizada com picotado denso, de negativos pequenos, regulares, não muito profundos mas patinados, semelhantes aos utilizados nas figuras n.ºs 8 e 21 desta superfície. Localiza-se sobre o bordo da extremidade noroeste do painel central, entre o seu limite e os cervídeos n.ºs 12 e 22.

14 — Conjunto de manchas constituídas por picotados dispersos ou formando pequenas linhas. Foram realizadas com negativos largos e profundos, pouco patinados, semelhantes aos utilizados para a figura n.º 1. Mede 0,15 m de largura e 0,18 m de altura máxima, e ocupa um fragmento desta rocha, de forma rectangular, localizado a poente; actualmente separado da sua área central por profundas fracturas.

15 — Cerveídeo (est. IV), de corpo oval alongado, em contorno, assente sobre dois pares de membros lineares. A cabeça, com focinho de ponta arredondada e voltada para noroeste, está sobre pescoço proporcionado e suporta uma armação, não muito desenvolvida, de forma oval. No interior do corpo observa-se uma linha longitudinal, que o divide em duas metades sensivelmente iguais, que parte da cabeça e atinge o local, da extremidade oposta, onde arranca uma cauda muito curta. A armação, representada em perspectiva, e os membros dianteiros, dispostos em V, tal como na figura n.º 8, conferem a este pequeno veado a sensação de movimento, que é, aliás, acentuada pelo facto de ser ligeiramente oblíquo em relação ao desenvolvimento longitudinal do suporte. A técnica utilizada na realização desta figura serviu-se de picotagem densa, de negativos regulares, pequenos, pouco profundos, e já patinados. Ocupa a extremidade sueste da área central da rocha entre uma profunda fractura que aí a limita, e o veado que descreveremos em seguida



Est. IV — Cervídeo *estilizado-dinâmico* (P. III-A), sobrepondo os quartos traseiros de outro veado de estilo *estilizado-estático* (P. II-A).
Rocha 49¹ de Fratel (RX/74-17)

(n.º 16), ao qual, aliás, sobrepõe, com os membros dianteiros, os quartos traseiros. Mede 0,20 m de comprimento e 0,175 m de altura máxima.

Frete à cabeça desta representação encontra-se um traço, de picotado não muito denso, e à retaguarda uma outra linha curva sobrepõe-se à sua cauda. Esta oferece picotados pequenos, pouco profundos, e menos patinados que os do cervídeo.

16 — Cervídeo, com corpo oval muito alongado, em contorno, assente sobre dois pares de membros lineares. A cabeça, totalmente picotada, tem perfil triangular, pescoço longo, está voltada para noroeste e suporta uma desenvolvida armação de forma oval. O interior do corpo é dividido por três linhas horizontais, partindo a superior do pescoço para atingir o ponto onde arranca uma cauda curta, e ligando as duas outras o peito aos quartos traseiros do animal. Estes são preenchidos por uma mancha de picotado não muito denso. Os membros dianteiros são paralelos, ligeiramente oblíquos em relação ao corpo, e os traseiros, um pouco encurvados, estão colocados na perpendicular.

A armação, muito desenvolvida, oferece galhos radiais.

Este animal foi realizado com picotagem densa, de negativos regulares, não muito grandes, mas profundos e já bem patinados. A armação mostra incisões mais precisas, encontrando-se representada em perspectiva, tal como ambos pares de membros, contrastando com a cabeça e o corpo, que se apresentam de perfil.

A concepção deste cervídeo assemelha-se muito à do descrito sob o n.º 7, registando-se idêntico «movimento congelado». Mede 0,50 m de comprimento e 0,25 m de altura máxima. Ocupa a metade inferior do lado sueste da área central do suporte, tendo sido realizado em paralelo à direcção longitudinal deste e aos cervídeos n.ºs 7, 9, 11, 12 e 22.

Uma das extremidades dos galhos da armação desta figura foi sobreposta pelo focinho de um outro cervídeo, a seguir referido com o n.º 21, tal como a cabeça se

encontra, igualmente, sob uma mancha triangular alongada (n.º 20) e, também, os quartos traseiros estão sob as patas do cervídeo descrito com o n.º 15. A cauda é sobreposta por uma longa linha curva, com picotados de negativos pequenos e pouco profundos.

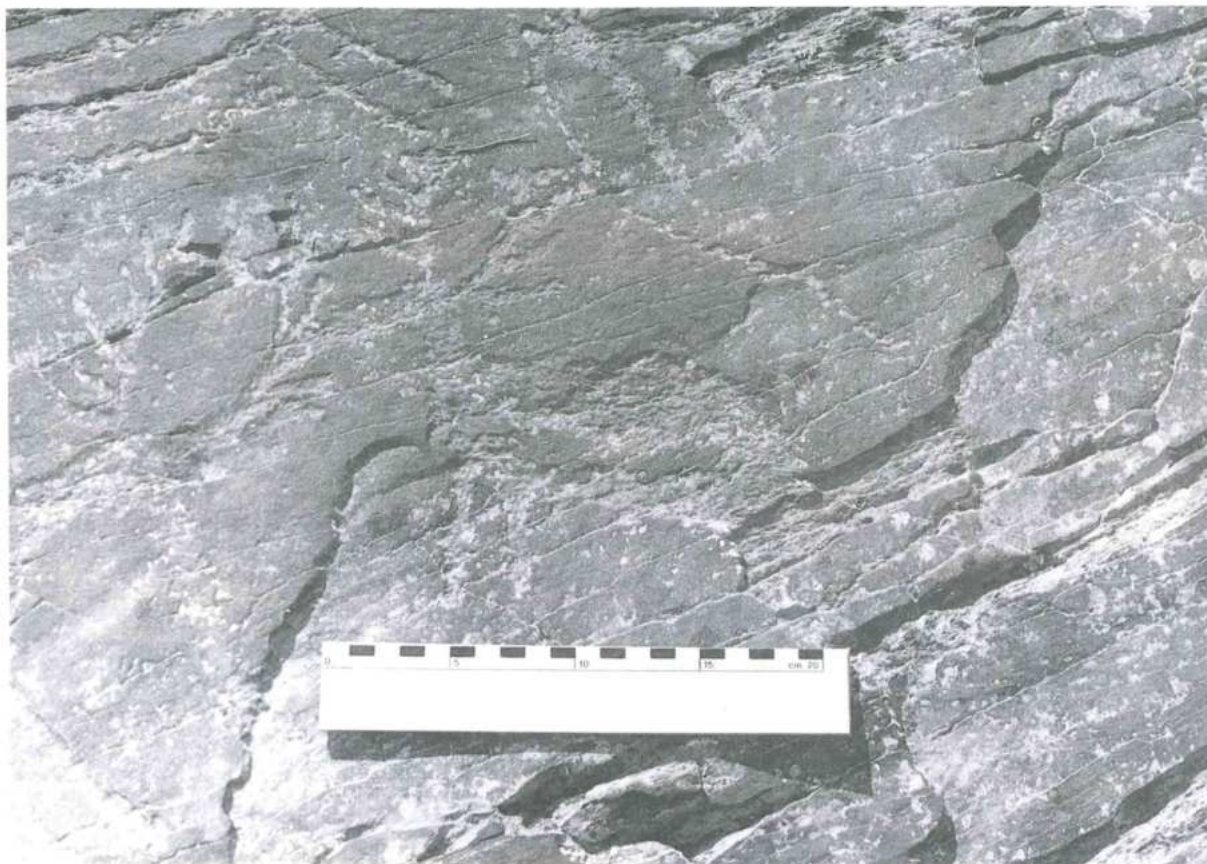
17 — Círculo, com picotado pouco denso, de negativos pequenos, não muito profundos nem patinados. Mede 0,012 m de diâmetro. Encontra-se sob os quartos traseiros do cervídeo anteriormente descrito.

18 — Mancha de forma circular, com picotado pouco denso, de negativos pequenos, não muito profundos nem patinados. Mede 0,015 m de diâmetro. Encontra-se próxima do círculo anteriormente descrito.

19 — Círculo, com picotado pouco denso, de negativos médios, não muito profundos nem patinados. Mede 0,02 m de diâmetro. Encontra-se um pouco atrás dos membros anteriores do cervídeo descrito sob o n.º 16.

20 — Mancha, com forma triangular alongada, realizada com picotado de densidade variável, de negativos pequenos, não muito profundos e pouco patinados. Mede 0,10 m de comprimento e 0,015 m de largura máxima. Sobrepõe-se, na extremidade mais larga, à cabeça do cervídeo descrito sob o n.º 16, onde parece constituir um longo bico.

21 — Cervídeo (est. V), com corpo ovóide alongado, assente sobre dois pares de membros lineares. A cabeça, com pescoço forte, está voltada para Sueste, suporta armação desenvolvida, com galhos radiais, de forma suboval mas a tender para V. O corpo encontra-se preenchido por picotagem densa, exceptuando-se uma área em reserva que atravessa longitudinalmente o animal, do meio do peito à zona de onde arranca a cauda. O focinho oferece a extremidade arredondada e tanto a armação



Est. V — Cervídeo *estilizado-dinâmico* (P. III-B), sobrepondo a armação de outro veado de estilo *estilizado-estático* (P. II-A).
Rocha 49^l de Fratel (RX/74-16)

como ambos pares de membros estão representados em perspectiva, enquanto a cabeça está de perfil. O corpo, mais largo na metade traseira, e a que corresponde um encurvamento dos membros respectivos, associado à posição oblíqua que esta representação tem em relação ao desenvolvimento longitudinal do suporte, confere-lhe a sensação de perspectiva e de movimento, que também encontramos no zoomorfo n.º 8 e, em menor grau, no n.º 15. A figura agora descrita ocupa a zona central da parte inferior da área mesial da rocha. Mede 0,21 m de comprimento e 0,21 m de altura máxima.

Esta representação, que ocupa um espaço entre uma fissura e o cervídeo n.º 16, sobrepõe-se a uma das hastes da armação deste e quase toca um dos membros do veado n.º 7. Foi realizada com picotado denso e preciso, de negativos pequenos, não muito profundos, e já bem patinados. Encontra-se, claramente, associada à figura descrita sob o n.º 8.

22 — Cervídeo, com corpo ovóide alongado, em contorno, assente sobre dois pares de membros lineares, amputado por profundas fracturas na metade dianteira mas registando-se, ainda, as hastes terminais da armação. A cabeça estaria voltada para nascente. No interior do corpo observam-se três linhas longitudinais, devendo a superior unir o pescoço à zona onde arranca a cauda e as inferiores desenvolverem-se entre o peito e os quartos traseiros do animal. Nestes oferece uma zona de picotagem não muito densa.

A concepção desta figura aproxima-se bastante da registada para os cervídeos n.ºs 7 e 16. Mede, actualmente, 0,35 m de comprimento, 0,20 m de altura máxima e ocupa a extremidade noroeste da zona mesial do suporte. O animal está disposto paralelamente ao desenvolvimento longitudinal da rocha e oferece o mesmo tipo de pose, ou «movimento congelado», já registado para as figuras n.ºs 7, 9, 12 e 16.

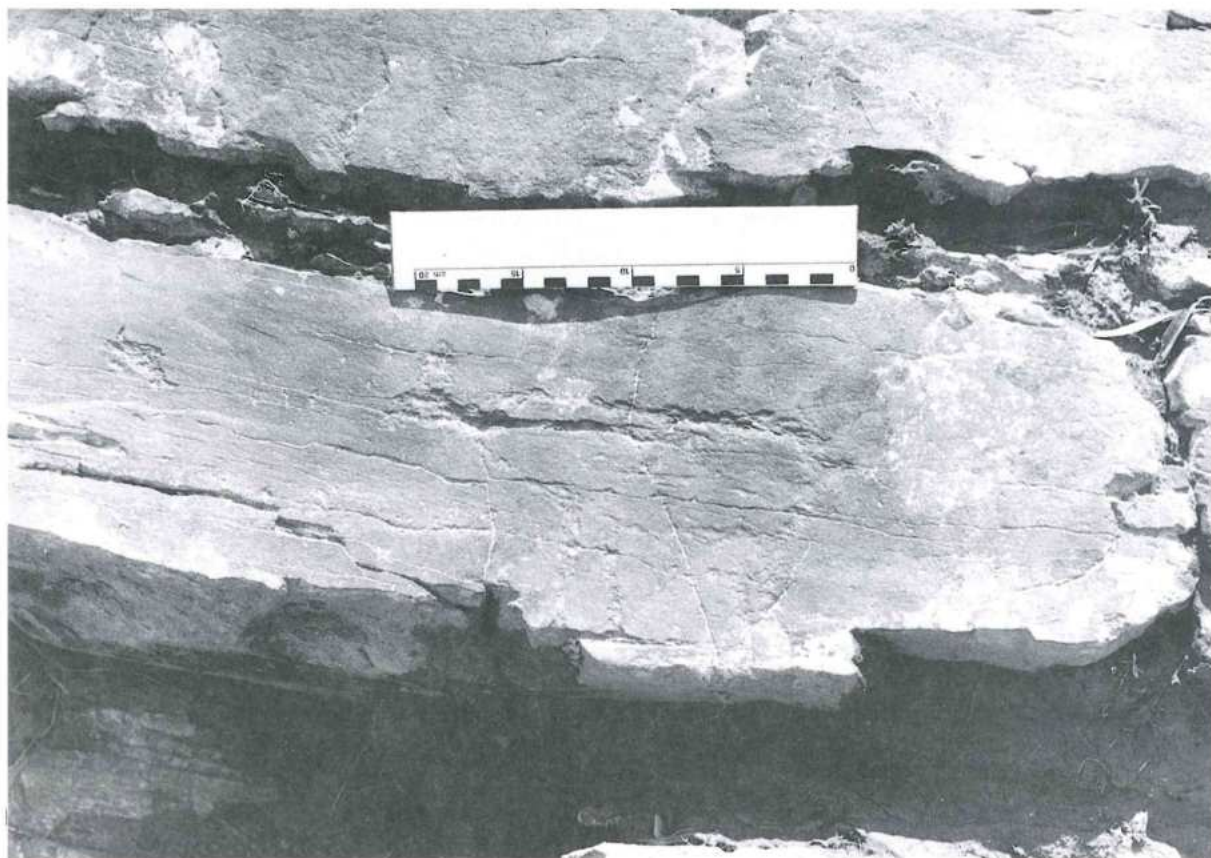
23 — Conjuntos de linhas e manchas de pontos dispersos, de picotados largos, profundos e pouco patinados. Ocupam um espaço, com 0,35 m de comprimento e 0,175 de largura, na área nascente da zona inferior do suporte.

24 — Conjuntos de linhas e manchas de pontos dispersos, de picotados médios, não muito profundos e pouco patinados. Ocupam um espaço, com 0,20 m de comprimento e 0,25 m de largura, na área norte da zona inferior do suporte.

25 — Círculo, contendo no interior alguns picotados. Mede 0,05 m de diâmetro máximo e foi realizado com picotado denso, de negativos não muito grandes, profundos e pouco patinados. Localiza-se na área norte da zona inferior do suporte, a 0,15 m do seu bordo. A sua pátina é semelhante à registada no círculo descrito sob o n.º 1.

26 — Triângulo. Realizado com picotado denso, de negativos pequenos, pouco profundos e patinados. Mede 0,035 m de comprimento, 0,015 m de largura, e localiza-se na extremidade nordeste do suporte, frente ao zoomorfo a seguir descrito.

27 — Cervídeo (est. VI), com corpo trapezoidal em contorno, assente sobre dois pares de membros lineares. A cabeça é pequena, tal como o pescoço, e suporta dois curtos traços paralelos representando a armação. Encontra-se voltado para nascente e no seu interior reconhecem-se alguns picotados dispersos. Mostra cauda curta. Foi realizado com picotagem densa, de negativos médios, pouco profundos e patinados. A armação e os membros foram representados em perspectiva, estando a cabeça e o corpo de perfil. Mede 0,20 m de comprimento e 0,135 m de altura máxima. Ocupa a extremidade nordeste do suporte e tem as patas assentes no seu bordo, servindo-lhe de linha de terra.



Est. VI — Cervídeo *estilizado-dinâmico* (P. III-D). Rocha 49¹ de Fratel (RX/74-15)

4 — Análise interna

4.1 — As técnicas

Registámos, na descrição efectuada, os principais atributos detectados em cada uma das gravações identificadas nesta rocha de Fratel. Mencionámos, também, que todas elas foram realizadas por picotagem, ou percussão, de artefactos líticos, denominados «incisores». Estes seriam, possivelmente, seixos de quartzo ou de quartzito, rudemente talhados, de modo a se obterem extremidades aguçadas capazes de resistirem aos impactes nas rijas superfícies polidas de xisto grauváquico, que constituem os suportes da Arte do Tejo.

A picotagem utilizada foi de dois tipos: directa, quando o artefacto incisor foi accionado pela mão do operador, ou indirecta, quando o incisor é impulsionado através dos choques de um percutor. Este último processo produz levantamento com negativos mais regulares, dado que pode melhor controlar a força das pancadas, e permite realizar traços ou figuras mais precisas. Foi, aliás, esta variante técnica a utilizada na realização da totalidade dos zoomorfos da rocha 49¹ de Fratel, embora, como observámos, com diferenças nítidas no que concerne ao seu resultado.

De facto, os veados de maior tamanho, voltados para noroeste e de corpo listrado, foram construídos a partir de linhas constituídas por sucessões e sobreposições de negativos, não muito regulares, de forma circular ou oval, de tamanho médio e profundos. Por outro lado, os três cervídeos de menores dimensões, que os sobrepõem, oferecem picotagem de negativos mais regulares, quase sempre redondos, bem mais pequenos e menos profundos. Uma outra variante técnica significativa foi registada no veado descrito sob o n.º 3 e no zoomorfo que o acompanha com o n.º 4, que patenteiam picotagem semelhante à daqueles últimos cervídeos, embora demonstrem, ainda, um maior cuidado na sua execução, sendo mais precisos, regulares, e menos profundos.

A percussão directa deve ter sido utilizada na realização do meandriforme (n.º 2), de traçado irregular pouco profundo, mais sugerindo ser um esboço a um ideomorfo perfeitamente terminado. Igualmente o grande círculo que inicia o catálogo das figurações desta rocha (n.º 1) sugere a utilização da percussão directa, resultando uma linha bem marcada, muito irregular e profunda, que atinge os 0,015 m de largura, e é diferente de todas as versões técnicas registadas nas restantes imagens deste mesmo suporte.

As pequenas linhas e as manchas de picotados dispersos devem, do mesmo modo e tal como o círculo irregular descrito com o

n.º 25, ter sido gravadas através da percussão directa. Os seus negativos têm não só forma desigual como diferentes profundidades.

Os traços que enformam todos os ideomorfos da rocha 49^l são, como referimos, construídos a partir de sequências de picotados, podendo, conforme o seu tamanho e número, ser muito estreitas e ténues, quase invisíveis ou muito largos e profundamente incisos.

A diferente densidade dos negativos ao produzirem, igualmente, distintos tipos de linhas pode, numa mesma figura, ser utilizada em jogos de claro-escuro, ajudando à simulação da perspectiva, como acontece com o veado n.º 3.

Certas áreas de alguns zoomorfos, a que, julgamos, se terão dado maior importância, ou um especial destaque, foram inteiramente preenchidas por picotagem, mais ou menos densa. São disso exemplo as cabeças dos veados n.ºs 7 e 16, abrangendo essa área, também, o peito deste primeiro animal. De modo análogo, foram valorizados, com picotagem não muito densa, os quartos traseiros dos cervídeos n.ºs 7, 12, 16 e 22.

Os zoomorfos n.ºs 8 e 21 oferecem o corpo preenchido por picotagem compacta, que se poderá dever à necessidade de, num modo específico, se terem de diferenciar das figuras que sobreponhem, a razões puramente formais e estilísticas, como sejam as soluções conectadas com a própria representação, mais ou menos verista, das pelagens, ou à simulação da perspectiva através de jogos de claro-escuro.

Recordemos que este tipo de variantes técnicas aplicado na distinção entre zoomorfos contemporâneos, mas participando numa mesma composição, pode estar presente na cena constituída pelos animais n.ºs 3 e 4; um claramente pertencente à família dos *Cervidae*, com o corpo em reserva, e o outro, à dos *Canidae*, de corpo preenchido por picotados, exactamente para melhor ajudar a distingui-los e a caracterizá-los; neste caso em termos claros de franca oposição que o porte agressivo do cão não deixa passar despercebida.

4.2 — Os estilos (fig. 5)

Em termos estilísticos podemos reconhecer, nos zoomorfos da rocha 49^l, dois importantes grupos. O primeiro inclui as figuras que considerámos de grandes dimensões, medindo entre 0,50 m e 0,30 m de comprimento, atingindo quase os 0,30 m de altura, com corpos de forma oval alongada, assentes em membros lineares dispostos a par. As cabeças destas representações oferecem característico perfil triangular e suportam armações desenvolvidas, subcirculares ou ovais, em perspectiva. Um outro atributo comum a estes cervídeos é terem o interior do corpo listrado, por linhas paralelas horizontais, ou, apenas, dividido por um traço central, a denominada «linha da vida». Regista-se, em todos eles, idêntica aparência de terem sido reproduzidos em pose ou sugerindo um esboço de actividade, do tipo «movimento congelado». Os pormenores anatómicos são sintéticos, reduzindo-se certas formas ao essencial, como os membros que são representados por traços singelos. No entanto, foi dedicado melhor cuidado à realização das cabeças, que para além de serem mais realistas oferecem tratamento minucioso das armações. Chamámos a este tipo de figuração, que constitui o II período artístico da Arte do Tejo, *estilizado-estático*.

Neste grupo mais antigo de animais, da rocha 49^l de Fratel, todos dispostos em paralelo e voltados para noroeste, diferenciaram-se, ainda, dois conjuntos distintos: um que integra duas representações completas de veados (n.ºs 7 e 16) e duas outras incompletas (n.ºs 11 e 22), de corpos muito alongados, listrados, com os quartos traseiros preenchidos por picotagem, ostentando armações quase redondas, de galhos radiais curtos. O outro é formado pelos dois veados (n.ºs 9 e 12) de corpos mais ovalados, com «linha da vida» central, outras áreas reticuladas, e com armações ovais de galhos mais desenvolvidos.

O segundo grande grupo observado integra zoomorfos de dimensões mais reduzidas, medindo entre 0,25 m a 0,12 m de comprimento e 0,20 m de altura máxima. Os seus corpos são de forma oval ou de trapézio e assentam sobre membros lineares, dispostos em paralelo, rectos ou curvos, ou em ângulo. As cabeças são ovais ou trapeziformes, terminam em focinhos de extremidade arredondada e suportam armações ovais, muito estreitas, ou angulares. Encontram-se, exceptuando um elemento que ocupa posição marginal em relação à zona mais decorada, dispostos na oblíqua em relação à orientação longitudinal do suporte e ao grupo de cervídeos caracterizado anteriormente.

A disposição cenográfica, os modelados da própria volumetria dos corpos, a posição movimentada das pernas e o sentido perspetivo que envolve todas estas figuras, imprimem-lhes, apesar do seu sintetismo formal, acentuada impressão de mobilidade, o que nos conduziu a denominá-las de *estilizado-dinâmico*. A evidência da sua individualidade estilística, a inserção estratigráfica e a sua representatividade, em muitas outras rochas decoradas, fez com que integrassem o III período artístico do Vale do Tejo.

Neste conjunto de figurações, da rocha 49^l, detecta-se, do mesmo modo que aconteceu para o primeiro grupo referido, certo polimorfismo que, embora inserido na mesma grande etapa estilística, nos conduz a considerar três fases ou momentos distintos. O primeiro está representado pelo cervídeo n.º 15, de corpo e armação ovais, com os membros dianteiros dispostos em V, esboçando movimento, e conservando a «linha da vida», característica das figurações zoomorfas do período anterior. No segundo, regista-se acentuado movimento e perspectiva, os corpos, ovais, estão preenchidos por picotagem, os membros são curvos, ou em ângulo, e as armações têm forma oval, muito fechada, quase em V, ou reduzem-se a dois traços paralelos.

Na terceira fase, representada pelos cervídeos n.ºs 3 e 27, assim como pelo cão (n.º 4), os corpos são trapezoidais, em reserva ou preenchidos por picotagem, e, pelo menos num caso, a armação implanta-se em forma de V.

Define-se, assim, a presença de representações pertencentes a dois estilos bem diferenciados, um que denominámos *estilizado-estático* e outro *estilizado-dinâmico*. Cada um deles integra, porém, variantes que completam, e matizam, a evolução cronológico-estilística descoberta nesta rocha.

4.3 — As estratigrafias

No catálogo dos motivos que decoram a rocha 49^l registámos as sobreposições detectadas, capazes de definirem dois grandes mo-

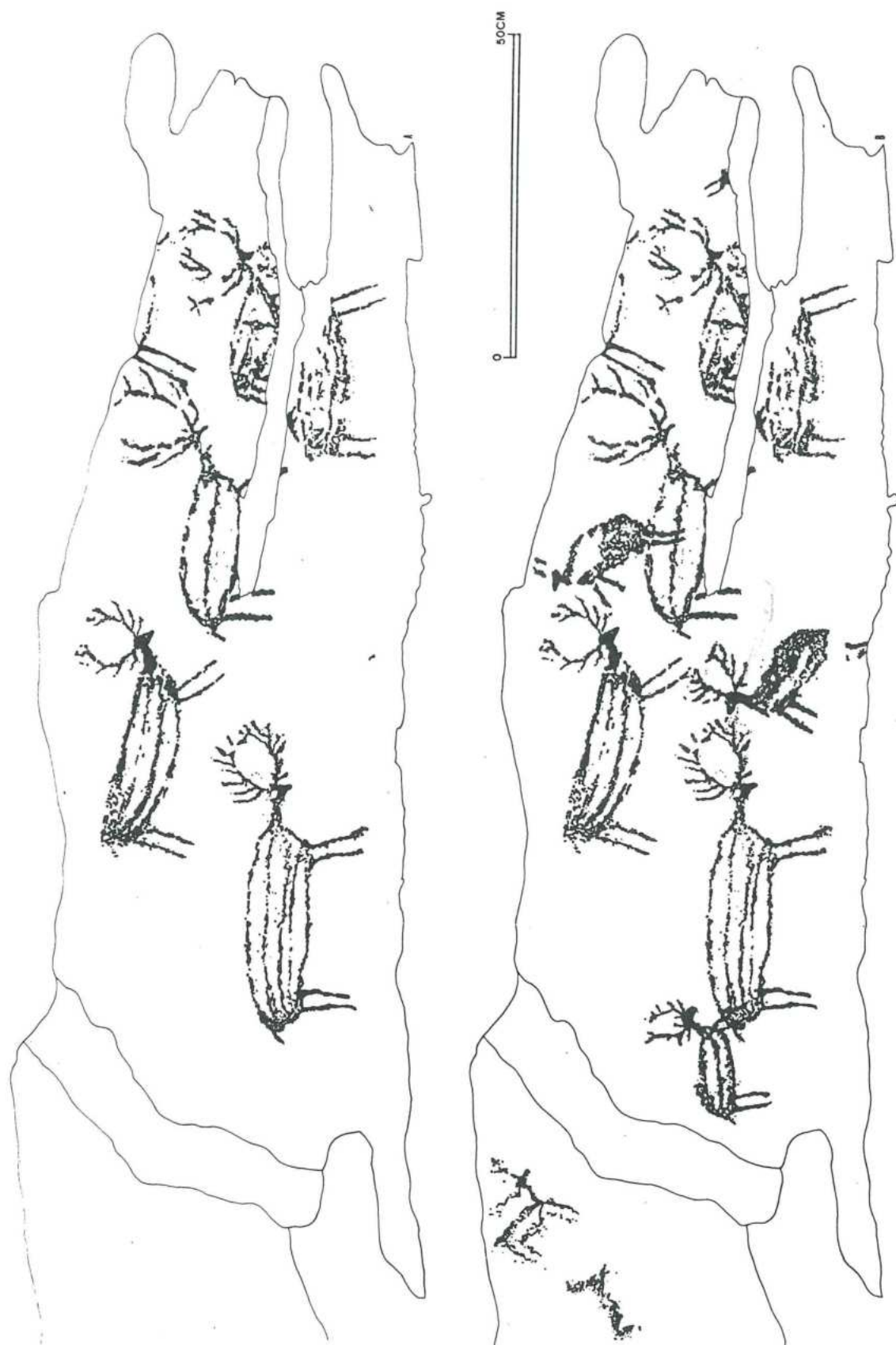


Fig. 5 — Decalque do sector da rocha 49¹ de Fratel. A — Figurações no período *estilizado-estático*; B — Figurações no período *estilizado-dinâmico*

mentos com expressão estratigráfica vertical a que correspondem, como argumentámos, dois estilos bem diferenciados.

Aos veados de estilo *estilizado-estático* sobrepõem-se, sem margem para dúvidas, três dos veados de estilo *estilizado-dinâmico*. Mas tão importante como a estratigrafia vertical são as observações fornecidas pela estratigrafia horizontal, que define o comportamento dos ideomorfos nos espaços, as associações, as composições, de elementos do mesmo período ou de períodos diferentes, e as cenas.

Este outro nível da análise permite-nos concluir que o painel central desta rocha foi primeiramente ocupado pela gravação dos três cervídeos, de corpo listrado, com os n.ºs 7, 16, 22, e, quiçá, o a cujos restos atribuímos o n.º 11; constituindo uma cena que identificamos como reproduzindo um bando.

Num segundo momento foram realizados os cervídeos n.ºs 9 e 12, ocupando a estreita faixa frente aos veados n.ºs 7 e 16 e entre os seus congêneres n.ºs 11 e 22. Estes animais associam-se, claramente, aos anteriores, ampliando o bando para seis elementos, e têm concepções artísticas tão aproximadas que os incluímos no mesmo período da evolução crono-estilística da Arte do Tejo.

Posteriormente, surgem os cervídeos dinâmicos, primeiro o n.º 15, ainda com o corpo em reserva, mas contendo a representação da «linha da vida» e, num momento não muito ulterior, mas por certo fruto de outra mão, os cervídeos n.ºs 8, 21 e o 13 (de que resta apenas a cabeça). Ocupam pequenos espaços ainda livres entre o bando já existente, sobrepondo alguns dos seus elementos, e constituem visivelmente outra cena, e um outro tipo de registo; dois deles (n.ºs 8 e 21) correm para um dos lados e o terceiro para outro, oposto, num movimento centrífugo, oblíquo aos das figuras anteriores, que parte de um ponto no bordo inferior do suporte ou da posição normal do observador, momentaneamente transformado em caçador.

Num canto do sector sueste desta mesma superfície, separado do grande painel central por profunda fractura, encontramos a associação de dois zoomorfos, que temos vindo a interpretar como sendo

um veado e um cão. Os eixos destas figuras são transversais e o cão parece encurralar o veado num estreito espaço delimitado pela convergência de um ângulo do bordo da rocha. Tanto a morfologia destas figuras, sobretudo a do veado, como o seu estilo, o grau de pátina e a posição que ocupam, conduzem-nos a concluirmos serem algo mais recentes que os restantes cervídeos deste mesmo período, constituindo, assim, um momento distinto. Deverá, ainda, ser posterior a esta fase, do terceiro período da Arte do Tejo, o cervídeo com o n.º 27, muito afastado do centro da composição e oferecendo menor grau de pátina.

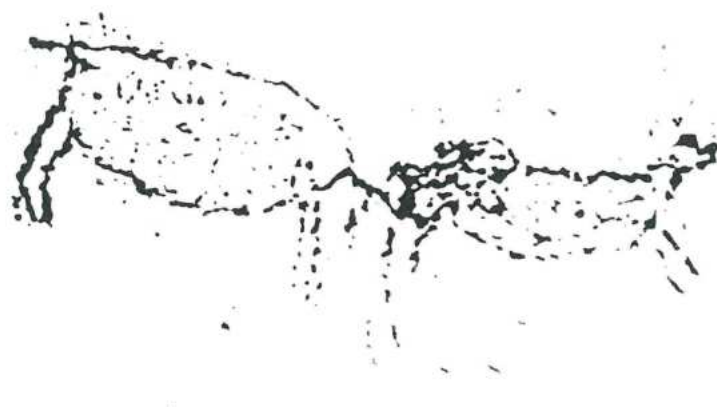
O meandriforme (n.º 2) deve, pelo grau de desgaste inferior ao dos zoomorfos que se encontram próximos (n.ºs 3 e 4), ser mais recente que estes e mais antigo que o grande círculo (n.º 1). Este encontra-se em posição marginal e oferece negativos pouco patinados, de arestas ainda bastante vivas, aliás semelhantes aos que constituem o círculo n.º 25. A este mesmo último período de gravação deverão pertencer as manchas, assim como os esboços de linhas que ocupam o sector do lado poente da rocha (n.º 14) e os pequenos círculos gravados próximos ao veado n.º 16. Os principais ideomorfos geométricos ocupam, como se observa, posições marginais à área central da rocha e nenhum se sobrepõe aos zoomorfos dos períodos anteriores.

Faz, também, parte de um momento final das intervenções neste suporte a aposição das «caudas de rato» a quase todos os cervídeos do painel central; um deles, o maior, é, nessa mesma época, transformado num ser híbrido, monstruoso, com enorme bico, pendurado da cabeça e longa cauda encurvada na extremidade.

5 — A rocha 49¹ de Fratel e a evolução crono-estilística da Arte do Tejo

A iconografia reconhecida nesta rocha encontra paralelos não só em diferentes superfícies decoradas da mesma grande estação, como

Períodos e fases artísticas \ Relatório iconográfico	Cervídeos	Cão	Meandro	Círculos	Manchas	Zoomorfo híbrido	Outros	Total	Porcentagem
Estilizado-estático, P. II-A	4							4	22
Estilizado-estático, P. II-B	2							2	
Estilizado-dinâmico, P. III-A	1							1	30
Estilizado-dinâmico, P. III-B	3							3	
Estilizado-dinâmico, P. III-C	1	1						2	
Estilizado-dinâmico, P. III-D	1						1	2	
Atlântico, P. V			1					1	4
Círculos e linhas, P. VI				5	6	1		12	44
Total	12	1	1	5	6	1	1	27	100
Porcentagem	48		44			4	4	100	



A



B

0 20CM

Fig. 6 — Representações de estilo *estilizado-estático*. A — Cena de pré-acasalamento (rocha 04 do Cachão do Algarve); B — Cópula. A fêmea associa-se a um macho da fase arcaica do período *subnaturalista* (P.IA.) (rocha 155 de Fratel)

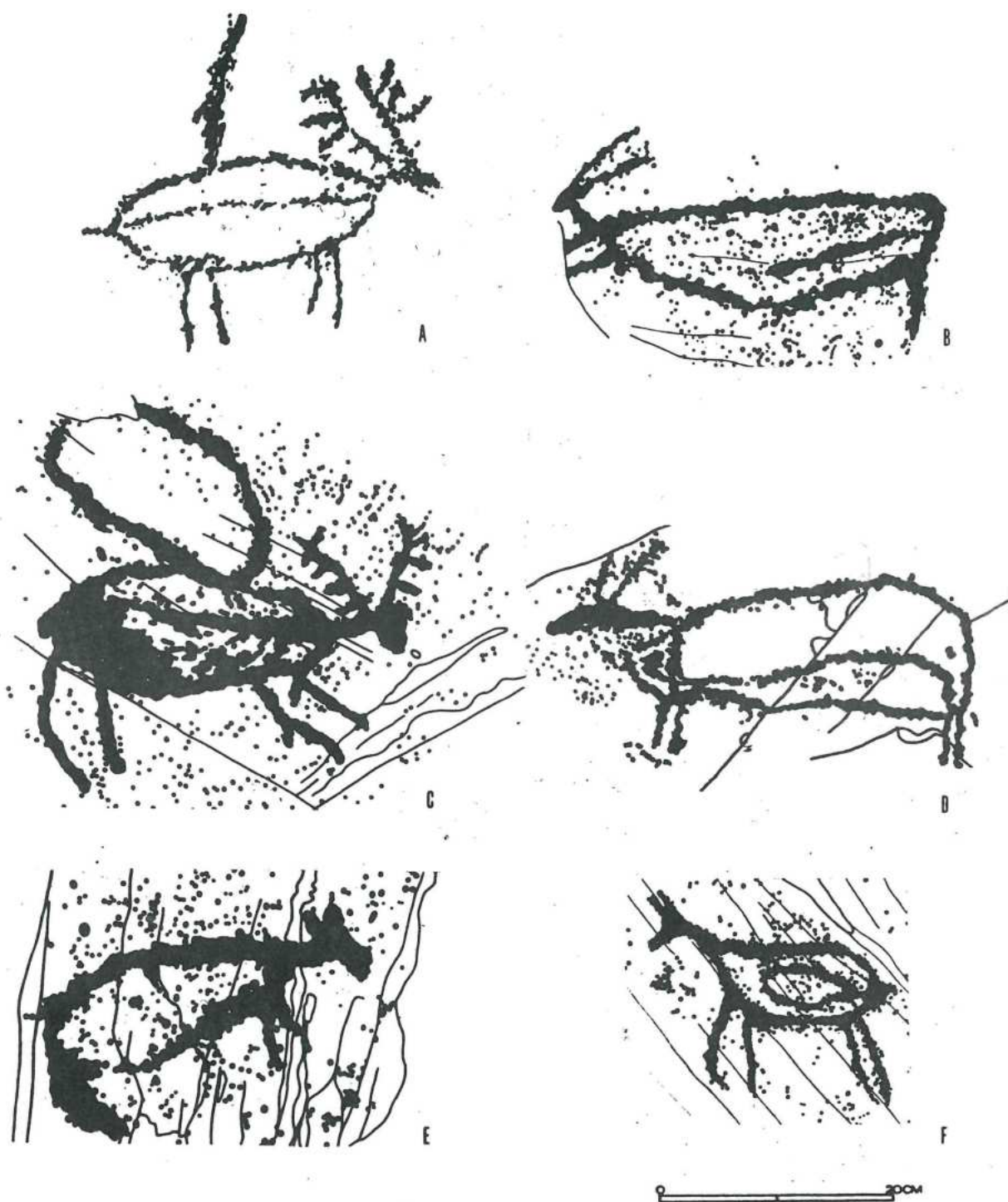


Fig. 7 — Representações zoomórficas de estilo *estilizado-estático*. A — Veado com lança cravada no dorso (rocha 56 do Cachão do Algarve); B — Cabra (rocha 211 de Fratel); C — Veado, sobreposto por um podomorfo, do período VI ou dos *círculos e linhas* (rocha 61 do Cachão do Algarve); D — Cervídeo (rocha 155 de Fratel); E — Cervídeo (?) (rocha 45 do Alagadouro); F — Cervídeo (rocha 211A de Fratel)

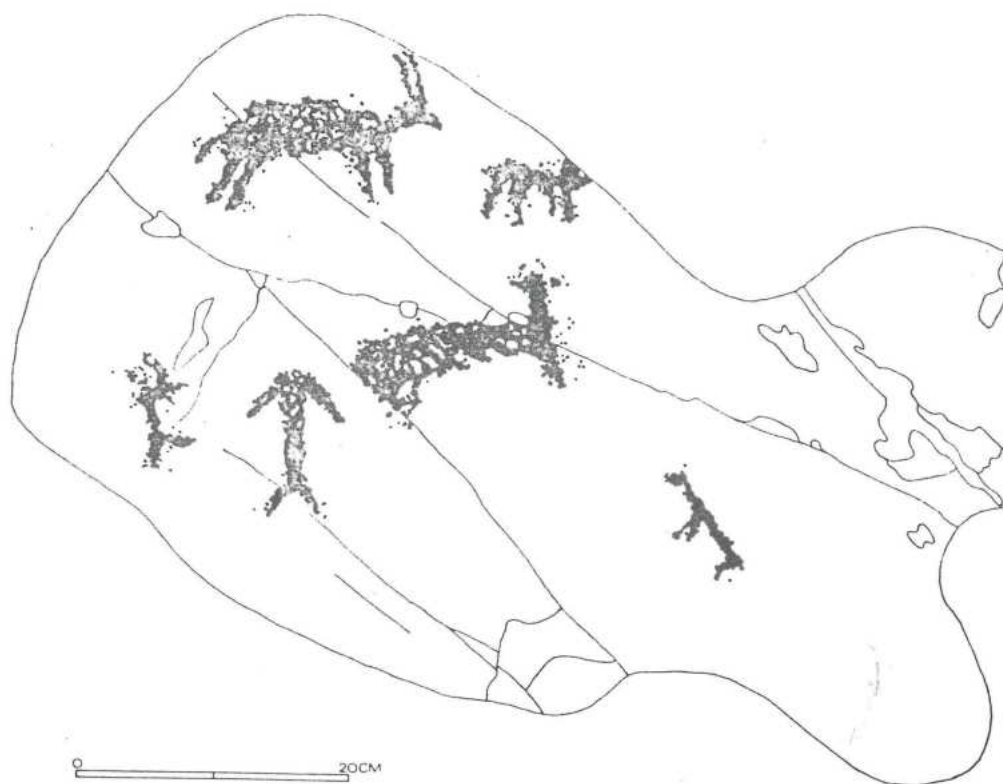


Fig. 8 — Cena de caça. Decalque de um sector da rocha 175 de Fratel



Fig. 9 — Cena, de caça ou de culto, do período *estilizado-dinâmico* (P. III-B). Rocha 150 de Fratel

em outros sítios rupestres do Vale do Tejo. Nela estão representadas, sobretudo, figurações pertencentes a dois períodos subsequentes de arte animalista, as de estilo *estilizado-estático* e as de estilo *estilizado-dinâmico*, assim como imagens avulsas integráveis em períodos posteriores (*atlântico* e dos círculos e linhas).

A temática observada nos conjuntos de figurações daqueles dois primeiros períodos da rocha 49¹ é a ainda própria das sociedades de caçadores pós-paleolíticos. Ali foram representados, primeiramente, cervídeos com estilo derivado do dos grandes animais subnaturalistas, encontrados em rochas de Fratel e do Cachão do Algarve, que constituem o I período da Arte do Tejo. Estes zoomorfos mais recuados da rocha 49¹ mostram morfologia com maior grau de estilização que a daqueles, encontram-se igualmente estáticos e estão associados, formando uma cena que de modo evidente reproduz um bando. Esta composição, que integra o II período da Arte do Tejo, suporta paralelos com outras cenas e animais isolados do Cachão do Algarve e de Fratel.

Assim, reconhecemos cenas de pré-acasalamento e de cópula, na rocha 04 do Cachão do Algarve e na 155 de Fratel (fig. 6). Na primeira o macho toca com o focinho nos quartos traseiros da fêmea como, igualmente, se observa em animais de estilo muito semelhante do ciclo artístico galego (Os Ballotes, Tenxiñas, Laxe do Cuco), enquanto na rocha referida de Fratel a fêmea sobrepõe os membros traseiros de um veado da fase arcaica do período anterior (*subnaturalista*), estando ainda estes animais ligados por uma linha que une o baixo-ventre de ambos. Esta associação repete-se com zoomorfos de estilo idêntico, da Laxe das Lebres, no Noroeste peninsular.

Um outro veado (fig. 7-A), na rocha 56 do Cachão do Algarve, também com o corpo atravessado pela «linha da vida», exhibe, cravada no dorso, uma lança ou dardo, e constitui uma das mais antigas manifestações artísticas deste ciclo, directamente relacionada com a actividade cinegética, suportando afinidades com o enorme cervídeo, subnaturalista, de Paredes, em Pontevedra, atingindo por uma sucessão de lanças.

Outros zoomorfos deste período, de transição entre o Epipaleolítico e o Neolítico (fig. 7), como a cabra de rocha 211 de Fratel, os veados, machos e uma fêmea da rocha 155 deste mesmo local, e os das rochas 101 e 61 do Cachão do Algarve, oferecem o corpo dividido por um traço horizontal, como os exemplares da rocha 49¹ de Fratel, indicando a «linha da vida» já detectada em representações do período precedente. Encontram-se figuras isoladas do período *estilizado-estático*, sobretudo nas estações do Cachão do Algarve, Alagadouro e de Fratel. Nesta última, na rocha 211A (fig. 7-F), existe uma corça em que o interior do corpo foi valorizado por uma forma circular, por certo representando algum pormenor do seu interior.

Na segunda grande etapa artística da rocha 49¹ de Fratel, que integra o III período da Arte do Tejo, observámos duas cenas de carácter cinegético, bem diferenciadas, em termos espaciais e estilístico-morfológicos tanto entre si como da composição do período anterior, e onde é de relevar a participação, numa delas, de um cão. O estilo destes zoomorfos e o próprio tema da mitografia da caça estão bem representados no período III, ou *estilizado-dinâmico*, do Tejo, datado do Neolítico, nomeadamente nas rochas 175 de Fratel, 3 de Chão da Velha, ou na 168 de S. Simão.

Naquela primeira superfície (fig. 8), uma família de três cervídeos, o macho, a fêmea e a respectiva cria, são encurralados por dois homens e um cão. Um outro cervídeo numa rocha próxima, mas, sem dúvida, executado pela mesma mão que realizou os desta cena, observa o desenrolar dos acontecimentos. É notável a semelhança estilística entre estes zoomorfos, representados em corrida, e os que compõem a cena com os três cervídeos em fuga da rocha 49¹.

A actividade cinegética parece estar, ainda, presente na rocha 3 de Chão da Velha (fig. 10-B), com uma personagem já muito apagada, de saíote triangular, próxima de um veado de estilo dinâmico, assim como na rocha 150 de Fratel (fig. 9), onde se reconhece um arqueiro com traje semelhante, esboçando movimento e em que o arco aproveita uma estreita fractura do suporte. Perto desta figura, um pouco mais acima, identifica-se um quadrúpede, talvez um cão, frente a um antropomorfo, acéfalo e sem braços, separados por uma mancha oval de picotado disperso. Um outro provável caçador, com saíote comprido, na rocha 37 da Lomba da Barca (fig. 10-A), associa-se a um pequeno cervídeo que corre junto ao bordo da superfície. Numa cena, na rocha 60 do Alagadouro (fig. 11), possivelmente também de caça mas gravada numa superfície vertical, aspecto raro no Vale do Tejo, observa-se um belo casal de veados que ocupa o extremo da composição, junto à extremidade do suporte e voltado para o seu interior. Separado cerca de 0,50 m, e encoberto por denso conjunto de fendas e fissuras verticais, descobrimos um antropomorfo, o possível caçador, que espreita os animais situados no outro extremo da rocha.

Um cervídeo (fig. 12), talvez uma fêmea, de corpo alongado e elegante, na totalidade preenchido por picotagem densa, da rocha 45³ de Fratel, mostra sobre o dorso, incisões por abrasão, três curtos traços que devem representar armas de arremesso.

Também na rocha 168 de S. Simão se identificam dois cães no encaixe de um veado que foge em sentido oblíquo junto ao topo do painel. Ainda na estação de S. Simão (rocha 158) (fig. 10-C), um antropomorfo fático ergue com os braços ao alto um veado morto cujo estilo, com a marcação da «linha da vida», se aproxima de um dos cervídeos *estilizados-dinâmicos* da rocha 49¹ de Fratel. Neste diversificado período da Arte do Tejo reconhecemos, também, outras composições de carácter descritivo, repetindo-se as associações entre animais, machos e fêmeas e as cenas de pré-acasalamento (fig. 13).

Não devemos, neste momento, esquecer os excelentes paralelos oferecidos pela notável cena pintada, de cor vermelha, na Orca dos Juncais (Sátão, Viseu) onde, pelo menos, três homens armados de arco e flecha, ajudados por cães, dão caça, frente a uma estrutura indeterminada, a um bando de veados de estilo muito semelhante aos da rocha 49¹ e corrobora aquela nossa atribuição cronológica. Aliás, na denominada «pedra de cabeceira», deste monumento funerário megalítico, regista-se a presença de um enorme personagem fático, de pernas e braços abertos, que encontra paralelos em outros, do período III de Fratel (rocha 139) e do Cachão do Algarve (rocha 63), ou, por certo, no atrás referido de S. Simão. Sobre o antropomorfo da Orca dos Juncais vêem-se os restos das representações de dois veados, com armações bem desenvolvidas e, de igual modo, muito semelhantes, em termos estilísticos, às encontradas em animais do período *estilizado-dinâmico* da Arte do Tejo.



Fig. 10 — Mitografias, de estilo *estilizado-dinâmico*, relacionadas com a caça. A — Rocha 37 da Lomba da Barca (P. III-B); B — Rocha 3 de Chão da Velha (P. III-C); C — Rocha 158 de S. Simão (P. III-A)



Fig. 11 — Cena, de caça (?), do período *estilizado-dinâmico* (P. III-B). Rocha 60 do Alagadouro

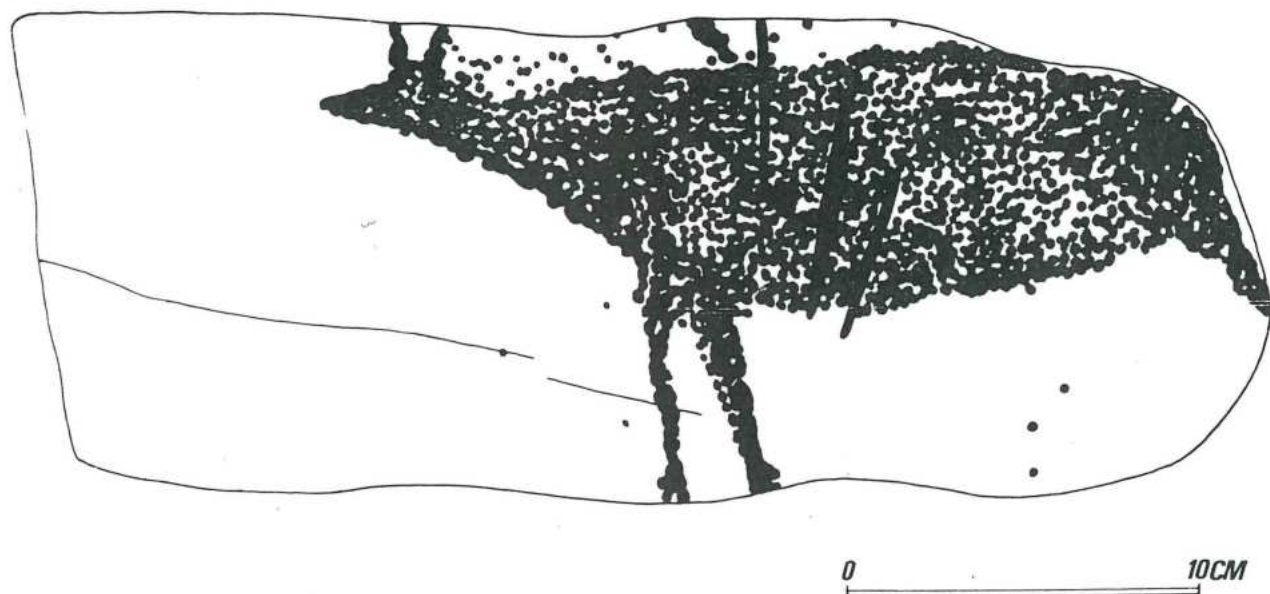


Fig. 12 — Cervídeo de estilo *estilizado-dinâmico* (P. III-B) com o corpo trespassado por armas de arremesso. Rocha 45³ de Fratel

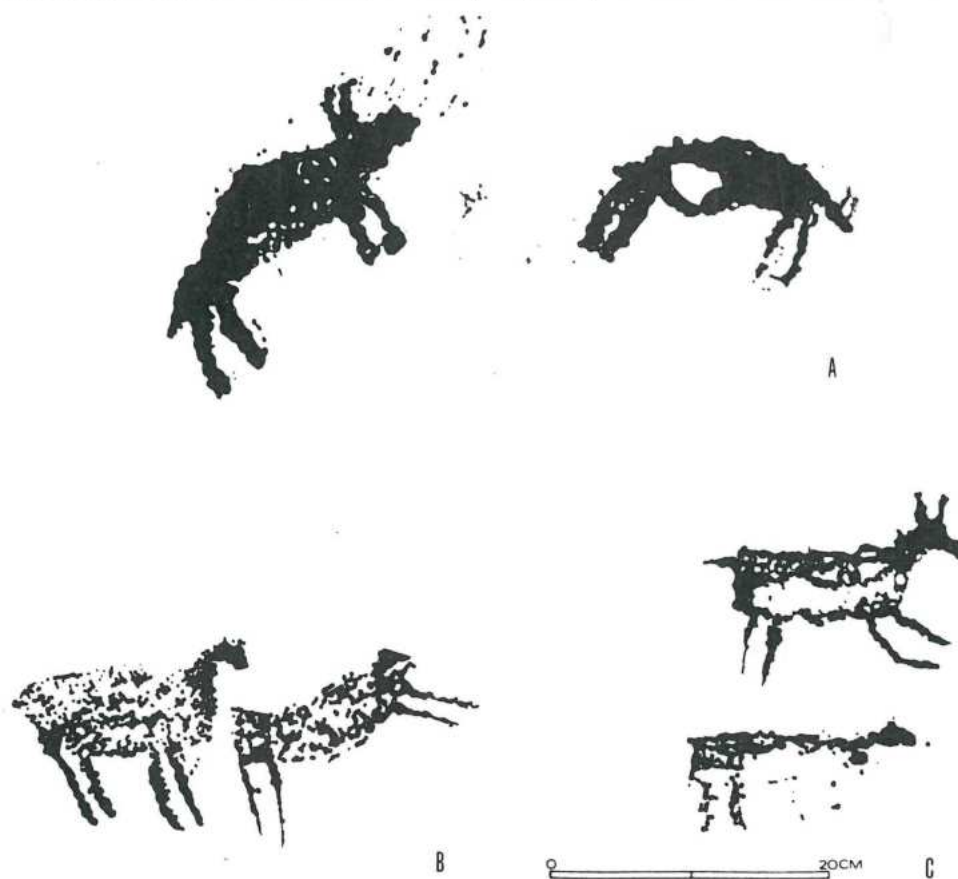


Fig. 13 — Cenas, de pré-acasalamento, do período *estilizado-dinâmico*. A — Rocha 64 do Alagadouro (P. III-B); B — Rocha 3 de Chão da Velha (P. III-C); C — Rocha 69A do Cachão do Algarve (P. III-A)

Na arte megalítica da região de Viseu, no dólmen 4 da Lubageira, detecta-se um antropomorfo, armado de arco e flecha, que ajuda a integrar, em termos funcionais, cronológicos e estilísticos, as cenas cinegéticas que temos vindo a enunciar.

O esboço meandriforme, que vimos ser mais tardio que as figurações pertencentes aos dois períodos assinalados, deve, pelos paralelos que sustenta, fazer parte do período *atlântico* da Arte do Tejo, já próprio das sociedades de metalurgistas da Idade do Bronze. Encontra paralelos na rocha 129 de Fratel, onde uma enorme espiral contém no seu interior um meandro e é rodeado por três outros, e nas rochas 37 da Lomba da Barca, 49 e 162 de Fratel, ou na rocha 222 de S. Simão, onde constituem figuras isoladas. Em S. Simão, na rocha 43 (fig. 14), observa-se uma composição formada por enorme círculo associado a um meandro, sobrepondo claramente um pequeno animal de estilo dinâmico, e confirmando a sua atribuição cronológica a um período posterior ao *estilizado-dinâmico*. Também na rocha 129 de Fratel os meandros são mais tardios que, pelo menos, uma representação zoomórfica dinâmica.

O grande círculo, inscrito numa zona recortada do sector mais meridional da rocha 49¹, suporta paralelos sobretudo em rochas do Cachão do Algarve, onde figuras idênticas rodeiam representações dos períodos precedentes, dando-lhes maior destaque. Curiosamente, os pequenos círculos tão abundantes em outras rochas do

Vale do Tejo têm na rocha 49¹ de Fratel uma presença muito discreta; aliás, os zoomorfos totalizam 52% do total das figuras registadas e os ideomorfos geométricos, que não estão presentes nos seus dois primeiros períodos artísticos, apenas 44%. É na fase final de gravação desta rocha, devendo pertencer ao período VI ou dos *círculos e linhas* da Arte do Tejo, que podemos classificar tanto o grande círculo como os que detectámos com menores dimensões.

A um momento certamente terminal deste período deve-se a aposição das «caudas de rato» à maioria dos cervídeos ali representados, e do longo bico que melhor ajuda a transformar um deles. O resultado é um estranho animal híbrido ou fantástico, capaz de encontrar paralelos em outros zoomorfos que sofreram alterações semelhantes ou foram assim criados, como demonstra não pequeno número de exemplares, nomeadamente no Cachão do Algarve.

6 — Interpretação páleo-etnológica e conclusões

A evidência arqueológica demonstrou a existência de figurações pertencentes a quatro grandes períodos artísticos na rocha 49¹ de Fratel. Estes devem reflectir não só distintos conceitos e concepções figurativas como serão consequência natural da evolução das sociedades que, durante longo período, frequentaram aquela região.

	Períodos	Fases	Antropomorfos	Zoomorfos	Artefactos	Geométricos	Composições	Actividades	Paralelos	Cronologia	
I	Subnaturalista	A-(arcaica) B-(evoluída)	—	Veado Cavalo Touro	—	Traços reticulados (?) Manchas de pontos	De zoomorfos	Cinegética Recolectora Ritos de caça (Raios X)	Pinturas levantinas Gravuras do NO	Epipaleolítico	6000 ?
II	Estilizado- estático	A— B—	—	Veado Cabra	Dardo	—	Bandos Pré-acasala- mentos Cópulas	Cinegética Recolectora Ritos de caça (linha da vida)	Pinturas levantinas Gravuras do NO	Neolítico	
III	Estilizado- dinâmico	A— B— C— D—	Naturalistas Subesquemáticos	Cão, Cavalo Veado, Cabra Lobo, Urso Aves, Javali	Arco Dardos	Manchas de pontos	Manadas Cópulas Cenas de caça Cenas de de culto	Cinegética Domesticação Religiosa	Pinturas levantinas Arte megalítica (Juncas, Lubagueira)	Neolítico	4500
IV	Meridional	A-(descritiva) B-(ideomórfica)	Ancoriformes Ramiformes Bitriangulares Máscaras Idoliformes	Cão Boi Veado	Arco, Punhal, Alabarda, Machado, Bastão, Báculo, Foicet(?), Amuletos, Adereços	Sóis Círculos ondulados Manchas	Cenas Pares antrop. Assoc. de signos Monumentais	Domesticação «Culto solar»	Arte megalítica (Chão redondo, Antelas) Granja de Tuniuelo Período II dos abrigos de Arronches	Neolítico Final e Calcolítico	3500 1800
V	Atlântico	A-(antiga) B-(superior)	Muito esque- máticos e em Ø	Serpentes	Espada Alabarda Machado Escudos (?)	Círculos Arcos Espirais ondulados	Grandes círculos concêntricos Espirais Meandros	Exploração e comércio dos metais Culto dos deuses e heróis	Escandinávia Irlanda Gravuras do NO Canárias	Bronze Inicial e Médio Bronze Final	 900
VI	Círculos e linhas	A-(inicial) B-(final)	«Espíritos» Podomorfos	Serpentes «Híbridos» «Fantásticos»	Espadas Escudo	Círculos ondulados Linhas de união Manchas	Complexas	Polimorfismo religioso	Gravuras do NO	Idade do Ferro	0
VII	Histórico	A- B- C-	—	—	Cruz	Cruzes Coração	Inscrições Grafitos	Comemorativa Religiosa (?) Lúdica	—	Ep. Romana Ep. Medieval Ep. Actual	D.C.

Periodização da Arte do Vale do Tejo

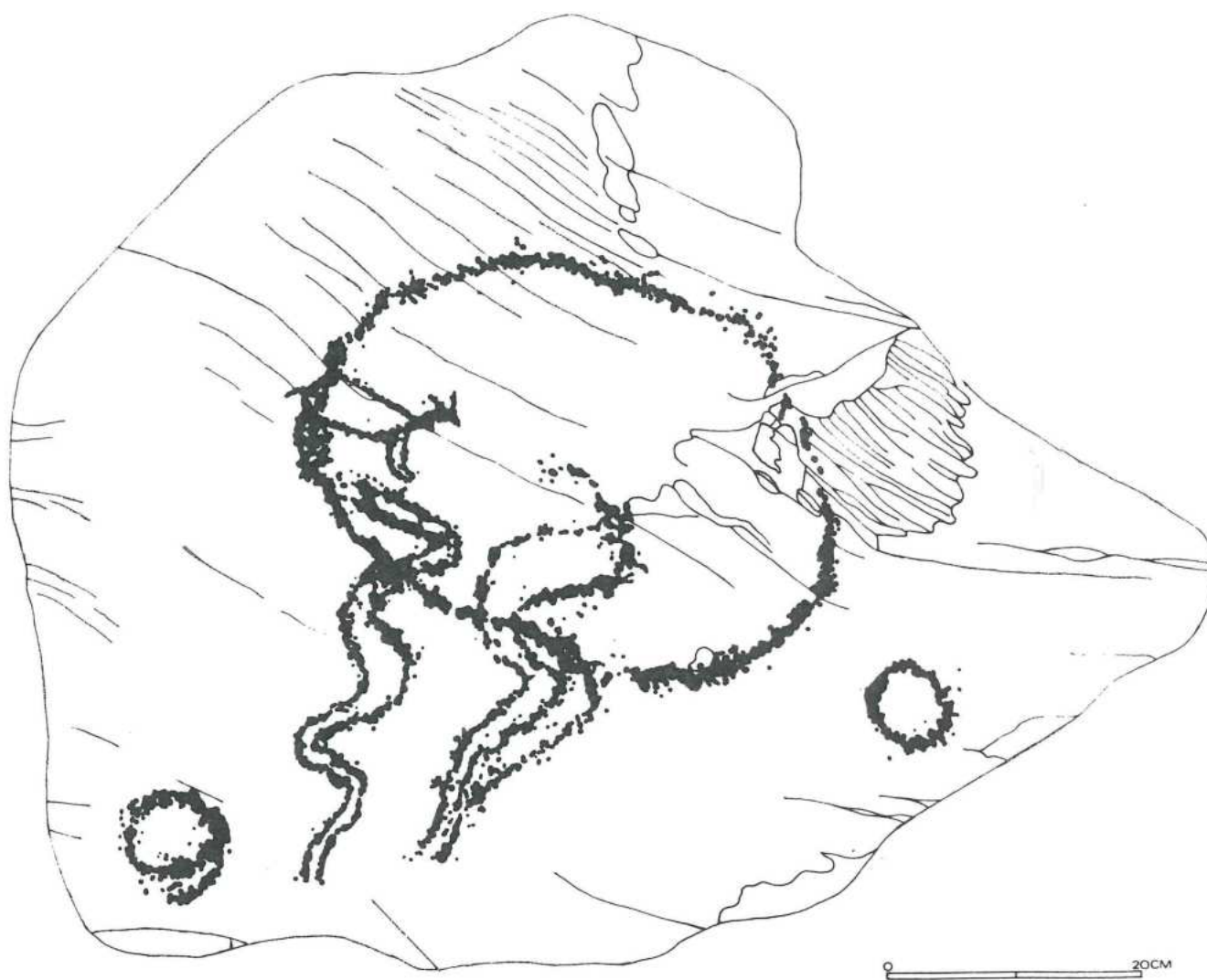


Fig. 14 — Cervídeo de estilo *estilizado-dinâmico* (P. III-A), círculos e linhas do período final da Arte do Tejo (P. VI). Rocha 49 de Fratel

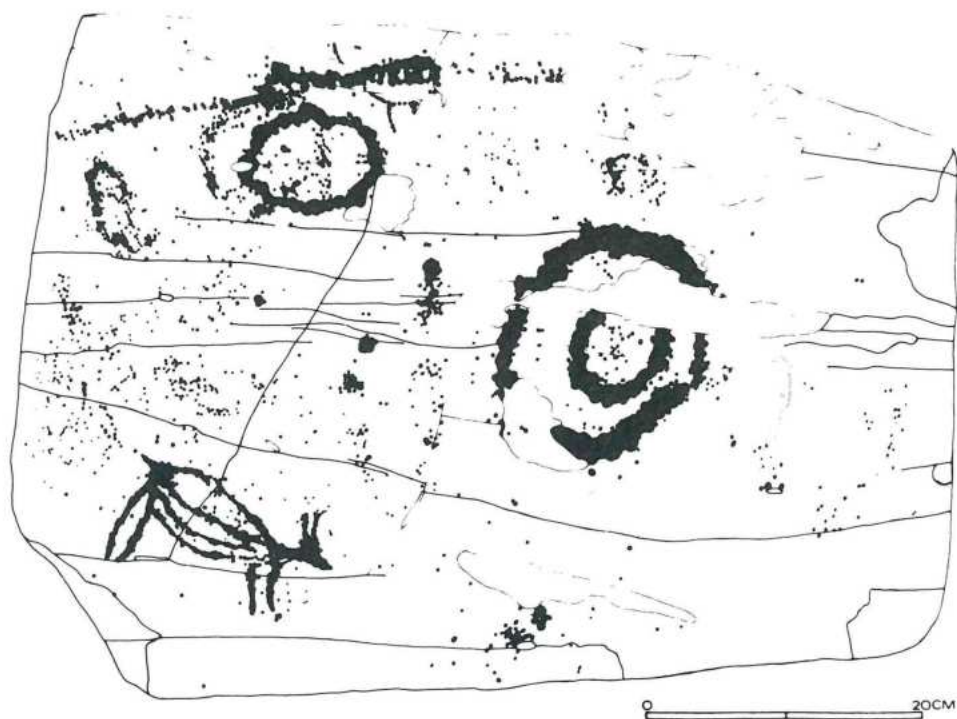


Fig. 15 — Caprídeo, de estilo *estilizado-dinâmico* (P. III-A), sobreposto por grande círculo e ondulados do período *meridional* (P. IV). Rocha 43 de S. Simão

Não esqueçamos que esta zona das margens do médio vale do Tejo, a montante e a jusante das Portas de Ródão, se constitui como um vasto santuário rupestre, com cerca de 50 km de extensão. O grande rio peninsular desempenhou vigoroso e insubstituível factor de riqueza económica, traduzido em excelentes locais de caça, de pesca e de recollecção, em férteis terrenos de cultivo e num meio fundamental de circulação, numa zona onde também se conhecem alguns jazigos minerais. Foram, certamente, estas condições ambientais favoráveis que ali atraíram numerosos grupos de caçadores depredadores, ao longo de todo o Paleolítico, e que os terão sugestionado psicologicamente, permitindo definir uma área referenciada, bem identificável, depois transformada num extenso santuário, um *axis-mundi*, capaz de organizar o espaço, em termos físicos e psíquicos, tanto destes como das sociedades de pastores-agricultores, ou de metalurgistas especializados.

Aquelas populações elegeram este troço do Tejo para cenário privilegiado dos seus diferentes e variados comportamentos ritualizados, de que as gravuras são o último testemunho; reflexo directo da evolução da sua superstrutura sagrada e da multiplicidade das actividades mágico-religiosas.

Os seis principais períodos artísticos que reconhecemos na Arte do Vale do Tejo, onde se integram os quatro detectados na rocha 49¹, são a resultante do sucessivo desenvolvimento da mentalidade e dos padrões culturais das populações responsáveis pela sua realização, pois a cada sociedade primitiva, para além de algumas recorrências formais, corresponde uma arte com estilo próprio, reflexo das suas necessidades de ordem ideológica, da sua compreensão social e das suas capacidades económicas e técnicas.

Apesar de a Arte do Tejo mostrar uma evolução interna própria, coerente e já bem definida, nela se reconhecem os contributos dos modelos artísticos externos, ou dos sistemas lógico-formais que enformaram os outros ciclos rupestres peninsulares (Levante, Arte Esquemática do Sudoeste, Galaico-Português do Noroeste), certamente consequência da posição geográfica que ocupa, no centro-oeste da Península, uma espécie de região charneira entre o Norte e o Sul, aberta, de igual modo, tanto às influências vindas do Atlântico como do Mediterrâneo ou do Continente.

A iconografia registada nos dois primeiros períodos da rocha 49¹ oferece, apenas, zoomorfos, geralmente associados em cenas: no período *estilizado-estático* um bando realizado em dois momentos distintos e no *estilizado-dinâmico* duas outras composições de carácter cinegético, e dois animais isolados, reflectindo, ambos, a temática e as preocupações próprias às sociedades de caçadores pós-paleolíticos.

Naquele primeiro período apercebe-se a tentativa de reproduzir, com precisão, certos detalhes anatómicos, como as cabeças e especialmente as armações ou, até, o interior dos corpos; aspecto que se traduz nas séries de listas paralelas que segmentaram alguns desses exemplares, nas «linhas da vida» que oferecem os restantes, por vezes subdivididos por traços verticais. Uma outra característica é a valorização, através de picotagem, dos quartos traseiros de alguns destes zoomorfos, sempre representados em pose, esboçando acção, ou no denominado «movimento congelado». Estes atributos estilísticos radicam-se no subnaturalismo dos animais do período anterior do Vale do Tejo, parecendo ser uma evolução natural no caminho do sintetismo formal.

A fauna representada no período *estilizado-estático* circunscreve-se, agora, aos cervídeos e caprinos, desconhecendo-se o touro ou o cavalo, presentes no período anterior.

O bando de veados estáticos, todos eles do sexo masculino e com armações desenvolvidas que podem indicar idades em torno dos cinco a seis anos, são animais próprios de um coberto vegetal do tipo floresta ou bosque, que condições climáticas mais amenas, em relação às que a fauna do período anterior sugere, terão ajudado a desenvolver. Esta iconografia denota, por outro lado, uma especial preocupação na reprodução das zonas vitais dos animais e, até, do seu interior, aspecto inegavelmente próprio do mundo dos caçadores primitivos especializados, de todas as regiões onde a sobrevivência dos grupos humanos dependia, ou ainda depende, em boa parte, do conhecimento preciso dos ritmos naturais dos animais que se pretendia abater. As associações de fundo sexual, detectadas tanto na rocha 155 de Fratel como no Cachão do Algarve, reflectem, em última análise, essa aprendizagem e os aspectos míticos da fertilidade, sejam eles conotados com práticas ligadas à magia simpática ou com rituais xamânicos, que o Tejo passa a assumir. O seu caudal interminável, que corre rasgando e fecundando a terra, constitui uma enorme energia que preside tanto ao nascimento das plantas como dos animais, atraindo-os e transformando-se num excepcional território de caça, tão essencial à subsistência daquelas comunidades, materializará o conceito de abundância e, talvez, da primeira fonte de vida.

A importância da economia de caça terá desenvolvido sistemas religiosos onde os animais desempenham papel preponderante ao nível do discurso iconográfico, podendo o Tejo, também, conduzir ao interior da terra, aos caminhos do mundo fantástico, ou às vias que se dirigem à caça e mostram como a descobrir.

A rocha 49¹ de Fratel deve comemorar façanhas cinegéticas, marcar um ponto estratégico, ou o local de preparação dos caçadores e onde, certamente, se desenrolaram práticas mágico-religiosas. As representações zoomorfas seriam, segundo os conceitos do xamanismo, capazes de manterem as «substâncias vitais» dos animais mortos e de os trazerem de novo ao mundo dos homens. Os veados do período *estilizado-estático* não estariam vivos nem mortos, mas seriam espíritos a partir dos quais renasceriam para sempre. Foi neste sentido que houve o cuidado de se representarem pormenorizadamente as cabeças, sugerir o interior dos corpos e de os representar em grupo, multiplicando-os.

Novos conceitos enformaram os cervídeos dinâmicos que se sobrepõem aos estáticos, sendo, talvez, a sugestão de movimento, o sentido perspético e a integração em cenas as mais importantes alterações sofridas.

Este novo período, que denominámos de *estilizado-dinâmico*, pode ser atribuído a uma fase plena do Neolítico e parece, com alterações, continuar a traduzir ou a ser a expressão, mitográfica, das actividades cinegéticas, identificando-se caçadores, cães, e uma fauna, muito variada, composta por equídeos, veados, cabras, javalis, lobos ou, até, um urso e aves. Repetem-se as representações de casais de cervídeos, as cenas de pré-acasalamento e os bandos. O cão participa isolado, ou acompanhado por homens, em cenas de caça. É, ainda, neste período que surgem as imagens antropomórficas, figuradas em escala aproximada à dos animais, que identificá-mos como caçadores, «orantes» ou divindades.



Fig. 16 — Zoomorfos de estilo *estilizado-dinâmico*. A — Cervídeo (P. III-C) sobreposto por linha pertencente a composição do período dos *círculos e linhas* (P. VI) (Rocha 119A de S. Simão); B — Veado (P. III-A) (Rocha 111 de Fratel); C — Veado (P. III-B), sobreposto por círculos do período dos *círculos e linhas* (P. VI)

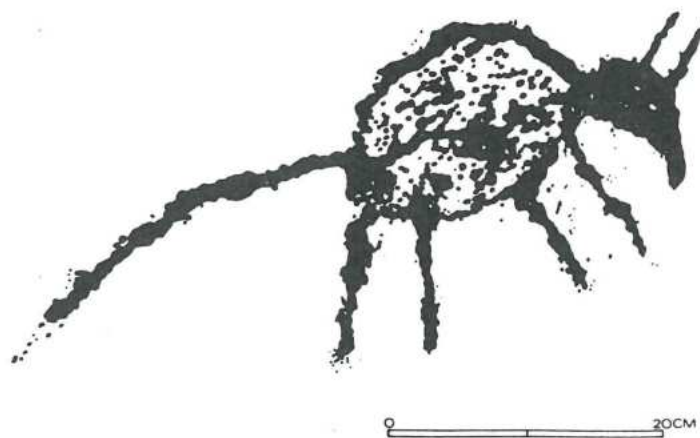


Fig. 17 — Grande representação zoomorfa. Rocha 57 do Cachão do Algarve

Os zoomorfos, quando representados isoladamente, situam-se em superfícies de tamanho reduzido, por vezes escondidos, ou correm na orla de grandes rochas, mas parecendo que irrompem, como por encanto, da paisagem envolvente. Neste período procuram-se suportes mais próximos do rio e, especialmente, locais na confluência de linhas de água, propícios à caça.

As cenas, e figuras isoladas, deste período que revelam, mais directamente, pertencerem a contextos mitológicos, imprimem uma nova dimensão à integração da Arte do Tejo e maior conotação com a superestrutura sagrada.

Estão, ainda, presentes na rocha 49¹ de Fratel os ideomorfos geométricos, como o meandro que classificámos no período atlântico, e os círculos e manchas do período dos círculos e linhas. Os meandros, surgindo no Vale do Tejo no mesmo período em que os labirintos, as espirais e os ondulados, podem estar relacionados com aspectos conotados com a morte e a ressurreição, como de certo modo estavam os zoomorfos dos períodos precedentes. O mesmo grande santuário pode assumir outras categorias significativas, e as águas do antigo rio mítico poderão, agora, ter carácter marcadamente infernal e constituírem com a Terra e o Céu a totalidade do Universo. Por isso, neste período, são associadas às figuras precedentes espirais ou meandros no claro contexto de uma acção sacralizadora, redimensionando-as e integrando-as em outras estruturas significantes. Função semelhante podem ter os círculos gravados junto às figuras dos períodos anteriores quando não constituam mero exercício de participação iconográfica, ou um tipo de intervenção mais rudimentar, esvaziado o conteúdo formal e ideológico que constituiu o restante imaginário da arte no Vale do Tejo.

Os meandros e as espirais fazem parte de uma onda simbólica, cuja inspiração parece poder encontrar-se nas decorações dos monumentos megalíticos da Bretanha (Gravinis, Petit Mont) e da Irlanda (Longhcrew, New Grange, Bryn Cili Ddu). Esta irá difundir-se em áreas onde se sentirão as influências culturais da denominada Idade do Bronze Atlântica, ligando-se, principalmente, à intensa exploração e ao comércio dos metais (estanho, cobre, prata e ouro). Aquele reportório recupera, ainda, muitos aspectos iconográficos da arte megalítica ibérica, da fachada atlântica, que lhe serviram de modelo

e foi divulgado, num mesmo momento histórico e mostrando poucas alterações, a várias latitudes: desde a Escandinávia às Ilhas Canárias, da Galiza à Bretanha, às Ilhas Britânicas e à Irlanda.

Para além das manchas e dos círculos pertencerá, igualmente, ao último período da Arte do Tejo a transformação de um dos veados estáticos em zoomorfo híbrido. Encontrámos, no Vale do Tejo, não só outras intervenções semelhantes, que alteraram imagens já existentes, como, ainda, grandes e estranhos zoomorfos (fig. 17). Este bestiário pode ter sido iniciado nos finais da Idade do Bronze e alcançar os alvares da Idade do Ferro num tempo em que também se desenvolve o «culto dos heróis», esse seres complexos, mistos de características humanas e divinas, fruto das sociedades proto-estatais.

Mais de cinco milénios separam os primeiros zoomorfos subnaturalistas dos ideomorfos deste último período de um dos mais importantes ciclos artísticos pré-históricos da Europa.

BIBLIOGRAFIA

- ANATI, E. (1968) — *Arte Rupestre nelle Regioni Occidentali della Penisola Iberica*, Archivi, vol. 2, Edizioni del Centro Camuno di Studi Preistorici, 136 pp., 143 figs., Capo di Ponte.
- (1974) — «Lo stile sub-naturalistico camuno e l'origine dell'arte rupestre alpina», *Bollettino del Centro Camuno di Studi Preistorici*, vol. xi, pp. 59-83.
- BELTRAN, A. (1980) — *L'Arte Rupestre del Levante Spagnolo*, Le Orme dell'Uomo, Jaca Book, 93 pp., 100 ests., Milão.
- GOMES, M. V. (1983) — «Arte esquemática do Vale do Tejo», *Zephyrus*, vol. xxxvi, pp. 277-285.
- (1987) — «Arte Rupestre do Vale do Tejo», *Arqueologia no Vale do Tejo*, Instituto Português do Património Cultural, pp. 26-43, Lisboa.
- LOMMEL, A. (1967) — *The World of the Early Hunters*, Evelyn Adams & Mackay, 175 pp., 44 ests., Londres.
- SANTOS, A. P., & VARELA, J. M. V. (1979) — *Los Petroglifos Gallegos, Grabados rupestres prehistóricos al aire libre en Galicia*, Cuadernos del Seminario de Estudios Cerámicos de Sargadelos, Edicions do Castro, 132 pp., 86 figs., La Coruña.
- SANTOS JÚNIOR, J. R. dos (1940) — «Arte Rupestre», *Congresso do Mundo Português*, vol. i, pp. 327-376, 26 figs., Lisboa.

AS GRAVURAS RUPESTRES DO ALTO DA MÃO DO HOMEM (VILA REAL)

CARLOS ERVEDOSA

Introdução

Há algum tempo já que estas gravuras são do conhecimento de alguns arqueólogos, mas apesar disso não encontramos qualquer nota descritiva ou simples referência na bibliografia consultada, salvo o topónimo que aparece na carta topográfica n.º 102 (Vila Real), datada de 1948 e publicada à escala 1/25 000 pelos Serviços Cartográficos do Exército.

Destas gravuras nos falara já o Sr. P.º João Parente, o arqueólogo que melhor conhece o concelho de Vila Real, onde vive e trabalha há muitos anos, e que a elas se referiu como «o santuário rupestre do Alto da Mão do Homem».

Também o Prof. Doutor Joaquim dos Santos Júnior, no seu incansável trabalho de investigação, me pedira para encontrar a «Mão do Homem», que deveria estar gravada em algum penedo por cima da povoação de Benagouro, segundo consta de uns apontamentos antigos do Prof. Doutor Mendes Corrêa.

Localização

E assim, empenhados na elaboração da Carta Arqueológica do Concelho de Vila Real, acabámos por dar com as gravuras, na vertente da serra do Alvão, à esquerda da estrada nacional que de Vila Real nos conduz a Chaves, e a seguir à aldeia de Escariz.

As suas coordenadas quilométricas, colhidas na citada Carta, são as seguintes: M=488,325/P=234,450.

O penedo gravado faz parte de um pequeno afloramento granítico, cotado na referida Carta, com 615 m de altitude e tem, a uma dezena de metros adiante, implantada uma torre de suporte de cabos eléctricos, o que torna a sua localização bastante fácil a eventuais investigadores.

Descrição do gravado

A face gravada do penedo (est. I, A) tem uma forma aproximadamente rectangular com cerca de 4,00 × 3,80 m de lado e está inclinada de norte para sul.

O conjunto gravado (fig. 1 e est. I, B) apresenta ao alto e à esquerda uma figura serpentiforme, de 110 cm de comprimento, «caminhando» de cima para baixo. Ainda no alto, alguém gravou, mais recentemente, uma palavra (ARMANDO), que nos escusamos de reproduzir.

Do meio para baixo podem-se ver as restantes gravuras, das quais daremos seguidamente descrição.

A figura cimeira representa uma mão esquerda em tamanho natural com os seus cinco dedos e a palma bem gravados. Mede 18 cm, do pulso à extremidade do dedo médio, e 27,5 cm desde o polegar ao dedo mínimo.

Esta mão prolonga-se por um extenso braço curvilíneo, com 42 cm de comprimento.

Logo abaixo dela vamos encontrar a representação de uma segunda grande mão, mais esquemática e incompleta, com 40 cm de comprimento. Da palma, representada por um triângulo, partem três sulcos gravados, representando os três dedos, que terminam em três covinhas. De um e outro lado há mais duas covinhas, que poderão ser as cabeças dos dedos que faltam a esta grande mão.

À sua direita aparece um triângulo com 13 × 7 cm e abaixo dele há outra figura em forma de pá com 33 cm de comprimento.

À esquerda da grande mão atrás descrita foi gravada uma figura que à primeira vista nos pareceu antropomórfica. Trata-se de uma cruz do culto cristão assente numa peanha.

Imediatamente abaixo desta cruz encontra-se outra mão de tamanho natural com 13 cm de comprimento por 17 cm de largura, desde o pulso à extremidade do dedo médio e desde a extremidade do polegar à do dedo mínimo. Não tem representada a palma da mão, como a primeira, e os seus cinco dedos, terminados em covinhas, vêm reunir-se no pulso. Deste sai o antebraço, com 27 cm de comprimento até ao cotovelo, a que se segue o braço com 12 cm e o ombro com 10 cm.

Finalmente, à direita desta última mão parece haver uma outra muito pouco incisa de quatro dedos e que poderá ser obra de qualquer gravador mais recente.

Cronologia

Quanto à cronologia deste conjunto gravado no Alto da Mão do Homem, duas hipóteses se podem pôr:

- 1.^a A cruz cristã ser coeva das restantes gravuras.
- 2.^a A cruz cristã ser posterior.

No primeiro caso, as gravuras pertenceriam obviamente a uma idade posterior à chegada do cristianismo à Península.

No segundo caso, o problema da datação torna-se complicado. Com efeito, não encontramos em qualquer dos trabalhos publicados sobre as gravuras do Norte de Portugal nenhum conjunto semelhante. Apenas recentemente o Prof. Doutor Santos Júnior, no seu trabalho sobre os castros de Boticas, refere ter encontrado no castro do Mouril, a cerca de 100 m da vertente norte deste castro, um penedo com 19 covinhas e no meio delas «um grupo de cinco pequenas covinhas e pouco fundas, com sulcos irradiantes, um tanto

em goteiras, pouco fundas, as quais se adaptam perfeitamente as polpas dos dedos da mão direita quando espalmada e de dedos abertos. Acresce que ao ajuste da mão corresponde um pequeno saliente ovalar em que assenta o cavado da palma».

Para o Prof. Doutor Santos Júnior esta «mão» do castro de Mouril seria, indubitavelmente, de origem castreja.

São conhecidas mãos pintadas em abrigos pré-históricos, fora do nosso país, e que têm sido interpretadas como manifestações de culto à mão.

Será também este, como opina o P.^e João Parente, um santuário rupestre de culto à mão do homem?

BIBLIOGRAFIA

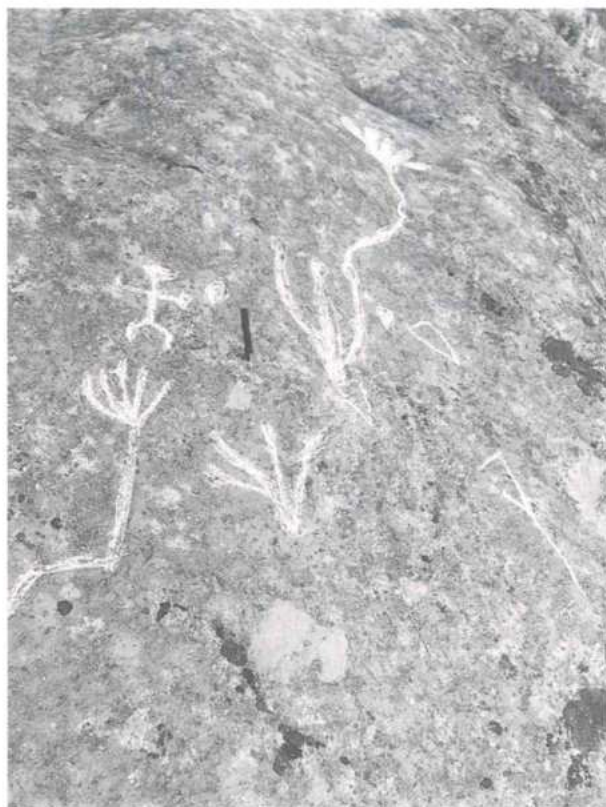
- SANTOS JÚNIOR, J., *et al.* (1986) — «Castros do Concelho de Boticas — II», *Anais da Faculd. Ciênc. do Porto*, vol. LXVI, fascs. 1.^o a 4.^o, Porto.
- SOUSA, Fernando de; Gonçalves, Silva (1987) — Rellação de Villa Real e seo termo, 1722, in: *Memórias de Vila Real*, Publicação do Arquivo Destrtrial de Vila Real, p. 563.



Fig. 1 — Desenho dos gravados



Est. I, A — conjunto de gravuras (cobertas a branco de gis para melhor observação)



Est. I, B — Pormenor das gravuras

ACERCA DOS «RASPADORES NUCLEIFORMES SOBRE SEIXO» DA INDÚSTRIA ACHEULENSE FINAL DE MILHARÓS (VALE DO FORNO, ALPIARÇA)

LUÍS RAPOSO E JÚLIO ROQUE CARREIRA

Aquando da redacção do breve estudo com que demos a conhecer as características tipológicas gerais da indústria lítica do Acheulense Final (Micoquense) de Milharós, Vale do Forno (Alpiarça) (1), chamámos a atenção para diversos pormenores, relacionados com a existência, as características ou a percentagem de ocorrência de certos tipos de instrumentos, sem que na ocasião houvesse possibilidade, designadamente por falta de espaço disponível, para os desenvolver como mereceriam.

Retomamos agora, nesta curta nota, um desses aspectos: aquilo que então referimos por «raspadores nucleiformes sobre seixo», que já então considerávamos constituir «um tipo particular [...] que no futuro muito interessará detalhar» (id., *ibid.*, p. 53). Não pretendemos ainda realizar um estudo exaustivo deste tipo de utensílio, estudo que certamente excederia os limites de um texto como o presente, mas tão-só esclarecer um pouco melhor os critérios que nos parecem permitir defini-lo autonomamente, assim como procurar na bibliografia os elementos mínimos de comparação que lhe forneçam o necessário enquadramento tipológico e cronológico-cultural.

Afirmávamos no artigo acima citado, ao analisar o conjunto dos raspadores (*racloirs*) de Milharós, que entre eles, seis «constituem um tipo muito particular, que encontra bons paralelos em outros horizontes acheulenses e mustierenses do baixo vale do Tejo e se poderia designar por 'raspador nucleiforme sobre seixo'». E acrescentávamos: «Normalmente alongado, de retoque oblíquo ou subvertical, reentrante, cobrindo todo o anverso, este tipo de peças apresenta o reverso preenchido por superfícies planas ou levemente convexas, corticais ou, por vezes, com alguns (não raro apenas um) levantamentos anteriores, limitados e de preparação.» (Id., *ibid.*, p. 48.)

Para além da definição tipológica elementar indicada, era então também avançada parte da problemática ligada a este tipo de peças: «Nem sempre é clara a separação entre este tipo de raspado-

res e os núcleos discóides, de reverso preparado ou não.» E mais adiante, na parte referente aos núcleos, consideravam-se: «Formas particularmente características são as dos 'núcleos sobre calote de seixo', núcleos mais ou menos discoidais, centrípetos, de talhe oblíquo e reverso cortical, por vezes bastante convexo. De entre eles, alguns correspondem genericamente à morfologia dos 'raspadores nucleiformes'.» (Id., *ibid.*, p. 52.) Mas sugeríamos também nessa ocasião uma via possível para a melhor distinção entre aqueles dois tipos de peças: «A inclinação do talhe, o retoque no anverso e o carácter plano do reverso, permitem contudo uma separação satisfatória.» (Id., *ibid.*, p. 48.)

Iremos agora procurar aprofundar este tipo de observações, confirmando e corrigindo algumas delas, tendo por base uma colecção mais alargada do que a de Milharós. Aliás, em relação a esta última deve salientar-se a exclusão de dois dos seis raspadores inicialmente incluídos na categoria em apreço, o primeiro (n.º 23) por não ter sido possível localizar em tempo útil para a redacção da presente nota, e o segundo (n.º 137) por se tratar de um instrumento compósito (raspador e furador) e, por isso, apresentar características particulares desnecessárias de ter em consideração na melhor definição do tipo que ora nos ocupa. Em contrapartida, foram agora acrescentadas ao conjunto três outras peças, a saber: duas que não foi possível ter presente na altura da elaboração do anterior artigo a que nos temos vindo a referir (n.ºs 134 e 135); uma que entretanto, após a publicação daquele artigo e da leitura das considerações que nele fizéramos, nos foi entregue para estudo por Octávio da Veiga Ferreira, que a recolhera em Milharós (peça que surge designada neste artigo pelo número convencional 1001) (2). Para além deste conjunto de Milharós, retivemos também, sem quaisquer pretensões de exaustividade, mas apenas para efeitos de comparação de dados, algumas outras peças do mesmo tipo, provenientes de diversas

(1) RAPOSO, L.; CARREIRA, J. R. & SALVADOR, M. (1985) — «A estação acheulense final de Milharós, Vale do Forno, Alpiarça», *Actas da I Reunião do Quaternário Ibérico*, Lisboa, vol. 2, pp. 41-60.

(2) Os autores agradecem a Octávio da Veiga Ferreira a chamada de atenção que teve amabilidade de lhes fazer para este tipo de peças, reforçando as observações que por si próprios já tinham desenvolvido. Agradecem também o empréstimo para estudo da peça acabada de referir, que bem constitui o melhor exemplar do tipo de raspador a que se refere a presente nota.

estações da área do Baixo Tejo: Samouco (Montijo) (3), Cascalheira (Samora Correia) (4), Linda-a-Pastora (Oeiras) (5) e Casal do Monte (Loures) (6). Todas elas se encontram representadas nos desenhos que acompanham estas linhas.

O tipo de peça a que nos referimos tem sido registado pelos diferentes autores que desde os anos 40 têm estudado o Paleolítico do Baixo Tejo. Mas nem sempre debaixo da mesma designação. Com efeito, elas encontram-se distribuídas por um conjunto algo variado de categorias tipológicas, criadas ou desenvolvidas na sequência e na tradição dos trabalhos de Henri Breuil e Georges Zbyszewski: «núcleos sobre calote de seixo», «raspadores nucleiformes», «raspadores espessos», «calotes de seixo», «raspadores sobre fragmento de seixo», etc. Mais raramente, elas podem também surgir incluídas noutras categorias, como a dos «calhaus raspadores». Não sendo possível em pouco espaço proceder à análise de cada um daqueles termos ou expressões, será talvez indicado concentrarmo-nos nas duas últimas designações com que mais frequentemente as assinalámos: «calotes de seixo» e «raspadores sobre fragmento de seixo». Fazemo-lo porque são estas as expressões que se utilizam em trabalhos mais recentes que, dos anos 40, procuram constituir uma tentativa de ordenação e melhor explicação.

Mas nem aí se encontram satisfatoriamente definidas. Assim, por exemplo, no trabalho sobre as indústrias de Samouco que Georges Zbyszewski e João Luís Cardoso realizaram em 1978 (7), cuja importância já sublinhámos noutro local (8), este tipo de peças

surge agrupado, para efeitos de definição, com as «raspadeiras» do mesmo tipo e de ambos apenas se assinala que «convém não os confundir com fragmentos de raspadeiras e raspadores sobre seixos; nestes, o trabalho encontra-se claramente interrompido por uma fractura mais recente» (9).

Não se encontrando explícita qualquer definição na bibliografia sobre esta matéria, a melhor via de análise será certamente a da procura das descrições particulares de artefactos classificados de qualquer das formas acima indicadas, e especialmente das duas postas em saliência. Mais uma vez, sem quaisquer pretensões de exaustividade e apenas a título de exemplo, socorremo-nos dos trabalhos relativamente recentes apontados anteriormente, onde, para além do mais, se publicam algumas das peças que ora retivemos. Assim, por ordem cronológica, encontra-se:

- num trabalho sobre algumas «jazidas» paleolíticas dos arredores de Alcochete (raspadores sobre fragmentos de seixo): «Um pequeno raspador de contorno oval. Anverso trabalhado por vários negativos de pequenas dimensões tirados do bordo direito, que é deste modo levemente convexo. Bordo esquerdo ocupado por superfícies térmicas, assim como ambas as extremidades e a parte central deste face. Reverso ocupado pela superfície primitiva do seixo» (10); «um fragmento de seixo largo e achatado, transformado em raspador simples convexo por pequenos retoques tirados de cerca de metade do bordo do anverso, totalmente ocupado na parte restante por uma superfície de separação, fortemente espolizada. Superfície primitiva do seixo conservada na totalidade do reverso» (id., *ibid.*, p. 17); «um raspador simples convexo, sobre uma calote de seixo de contorno oval, de formato semelhante a um núcleo mustierense. Reverso de superfície primitiva do seixo. Anverso trabalhado num dos bordos laterais por múltiplos negativos medianamente inclinados, estreitos e paralelos, que realizam um gume convexo. A parte restante desta face é ocupada por superfícies de separação, na zona central e por negativos mais extensos, tirados da metade direita da periferia» (id., *ibid.*, p. 19); «cinco fragmentos de seixo, tendo servido todos eles como raspadores simples convexas ou sub-rectilíneas; quatro são trabalhados unifacialmente; o restante é de talhe bifacial» (id., *ibid.* p. 25);
- no trabalho sobre as indústrias do Samouco já citado (raspadores sobre fragmentos de seixo): «Dois raspadores unificiais sobre fragmentos de seixo. Base rectilínea; extremidade oposta ocupada pelo gume, com um bico saliente do lado esquerdo. Um deles tem o reverso ocupado pela superfície primitiva do seixo e o outro por um plano de separação» (11);
- no trabalho sobre o Paleolítico da «jazida» de Linda-a-Pastora também já citado (calotes de seixo): «Uma calote de seixo alongada, com reverso de superfície primitiva. An-

(3) De que seleccionámos a peça n.º 2564, publicada em ZBYSZEWSKI, G. & CARDOSO, J. L. (1978) — «As indústrias paleolíticas de Samouco e sua exposição dentro do conjunto quaternário do Baixo Tejo», *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, Lisboa, t. LXIII, pp. 547-609. Trata-se de uma peça não figurada nesta obra (hoje depositada no Museu dos Serviços Geológicos de Portugal), e cuja exacta localização no conjunto dos materiais descritos se afigura problemática pelo facto de os mesmos não serem identificados pela numeração aposta nas peças.

(4) Este sítio é o mesmo que já Henri Breuil e Georges Zbyszewski tinham dado a conhecer em 1945, sob a designação de «jazida da Cascalheira a NE de Alcochete». V.: BREUIL, H. & ZBYSZEWSKI, G. (1945) — «Contribution à l'étude des industries paléolithiques du Portugal et de leurs rapports avec la géologie du Quaternaire» (vol. II), *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, Lisboa, t. XXVI, pp. 515-536. Todavia, as duas peças seleccionadas (depositadas no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, em Lisboa) fazem parte de um muito vasto conjunto de materiais recolhidos mais recentemente no local por um dos signatários (JRC), encontrando-se inéditas, mas devendo ser proximamente incluídas num artigo sobre aquela indústria em preparação pelo mesmo autor.

(5) A peça deste sítio por nós seleccionada foi publicada em: ZBYSZEWSKI, G. & CARDOSO, J. L. (1987) — «O Paleolítico da jazida de Linda-a-Pastora», *Da Pré-História à História (volume de homenagem a Octávio da Veiga Ferreira)*, Lisboa, ed. Delta, pp. 111-152. Surge descrita na p. 115 («calote de seixo alongado») e desenhada na fig. 5, n.º 2, p. 144.

(6) Do conjunto de peças deste sítio por nós seleccionadas, somente uma se encontra publicada, em: BREUIL, H. & ZBYSZEWSKI, G. (1942) — «Contribution à l'étude des industries paléolithiques du Portugal et de leurs rapports avec la géologie du Quaternaire» (vol. I), *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, Lisboa, t. XXIII, pp. 59-208 (descrita na p. 123: «pequena peça ovóide cordiforme») (hoje encontra-se depositada no Museu dos Serviços Geológicos de Portugal). As restantes foram recolhidas por um dos signatários (JRC), estão inéditas e encontram-se depositadas no Museu Nacional de Arqueologia e Etnologia, em Lisboa.

(7) V. *op. cit.*, na nota 3.

(8) V. RAPOSO, L. & SILVA, A. C. (1984) — «O Languedocense: ensaio de caracterização morfotécnica e tipológica», *O Arqueólogo Português*, Lisboa, 4.ª série, vol. 2, pp. 87-141 (p. 98, nota 40).

(9) *Op. cit.*, na nota 3, p. 594.

(10) CARDOSO, J. L. & MONJARDINO, J. (1976-1977) — «Novas jazidas paleolíticas dos arredores de Alcochete», *Setúbal Arqueológica*, Setúbal, vol. II-III, pp. 7-60 (pp. 9-12).

(11) *Op. cit.*, nota 3, p. 564.

verso trabalhado em grande parte da periferia. Bordo direito e base afeiçãoados em raspador convexo por lascas mais ou menos inclinadas» (12).

Os poucos exemplos dados, embora façam uso de uma linguagem descritiva de difícil controlo porque vaga, são talvez suficientes para mostrar a relativa amplitude da materialização concreta, morfológica e técnica, do tipo de peça que temos vindo a observar. Com

efeito, verifica-se aqui a ocorrência de situações tais como as dos suportes poderem ser fragmentos ou calotes de seixo, ou até lascas; os reversos poderem ser corticais ou não; os contornos poderem ser circulares, ovais ou alongados, etc. Pelo nosso lado, e tendo em conta este tipo de descrições, procurámos desenvolver uma metodologia de análise algo mais objectiva e, sobretudo, mais estandardizada. Assim, os artefactos que seleccionámos para constituírem termo de comparação com o conjunto de Milharós, assim como estes últimos, todos foram objecto do mesmo tipo de análise, resumido no Quadro I, o qual retoma em parte o que já incluíamos no

(12) *Op. cit.*, na nota 5, p. 115.

QUADRO I

Número	L	m	e	P	pt	MEDIDAS DE BASE									Icr	MORF.-TÉCN.			TALHE/RETOQUE																												
						pg	pr	ea	er	la	le	Ig	Ica	1		2	3	0	1	2	3	4	5																								
Milharós																																															
50	68	34	23	71	180	180	180	20	3	2.0	2.2	100	1.7	11.3	fs — ae	x	2	t	c	o	r																										
134	60	44	28	57	182	182	0	16	12	1.4	2.6	0	2.8	3.7	fs — s	—	—	—	—	—	—																										
135	60	43	33	91	175	175	101	32	1	1.4	1.6	57	1.3	43	l x- ad	x	1	t	c	o	r																										
147	45	32	23	36	150	150	42	19	7	1.4	1.7	28	1.7	4.6	fs — s	x	1	m	c	o	r																										
U-57-1	57	36	24	44	160	160	0	16	8	1.6	1.9	0	2.3	4.5	fs — s	—	—	—	—	—	—																										
V-71-3	72	45	25	83	400	400	102	20	5	1.6	2.3	25	2.3	9	l x- s	x	1	t	c	o	r																										
1001	111	44	31	135	270	270	270	30	1	2.5	2.6	100	1.5	44	fs x - s	x	2	t	c	o	r																										
Cascalheira — Samora Correia																																															
195	59	34	18	31	153	153	0	17	1	1.7	2.6	0	2	34	s xx s	—	—	—	—	—	—																										
198	59	34	22	46	156	156	85	17	5	1.7	2.1	54	2	6.8	fs — s	x	1	t	c	o	r																										
Samouco																																															
2564	60	45	36	107	169	108	0	22	14	1.3	1.5	0	2.1	3.2	fs x- ae	—	—	—	—	—	—																										
Linda-a-Pastora																																															
14	70	50	29	112	202	145	128	17	13	1.4	2.1	63	2.9	3.8	l — ae	x	1	t	c	h	r																										
Casal do Monte																																															
1	42	35	22	31	126	126	0	17	5	1.2	1.8	0	2.1	7	fs — s	—	—	—	—	—	—																										
3	45	42	24	46	138	138	0	18	6	1.1	1.8	47	2.3	7	fs — s	—	—	—	—	—	—																										
5	59	45	27	82	201	136	55	20	7	1.3	1.9	27	2.3	6.4	l — ae	x	1	dp	d	o	p																										
7	57	36	23	48	150	150	51	17	6	1.6	2	34	2.1	6	fs x- s	x	1	mp	c	o	p																										
8	54	35	27	48	147	147	0	11	16	1.5	1.7	0	3.2	2.2	fs x- ae	—	—	—	—	—	—																										
10	51	43	23	62	168	168	0	16	7	1.2	2	0	2.7	6.1	fs — s	—	—	—	—	—	—																										
12	61	46	29	89	178	178	0	16	13	1.3	1.8	100	2.9	3.5	cs x- s	—	—	—	—	—	—																										
13	58	46	22	71	171	171	85	14	11	1.3	2.4	49	3.3	4.2	l x- ae	x	1	t	c	o	r																										
14	54	39	28	61	154	112	95	17	11	1.4	1.7	61	2.3	3.6	l x- ae	x	1	t	c	o	r																										
16	58	41	30	69	161	161	105	16	6	1.4	1.7	65	2.6	6.9	fs x- ae	x	1	t	c	o	r																										
17	66	47	39	127	188	140	110	32	7	1.4	1.5	58	1.5	6.7	l x- ae	x	1	t	c	o	r																										
19	43	41	23	54	153	153	81	15	8	1.1	1.8	53	2.7	5.1	fs x- s	x	1	mp	c	o	r																										
23	54	43	24	74	176	176	0	10	13	1.3	2	0	4.3	3.3	fs — ae	—	—	—	—	—	—																										
1002	55	45	25	81	182	182	135	10	15	1.2	2	74	4.5	3	l x- ad	x	2	t	c	h	p																										

Obs. — *Medidas de base*: L: comprimento (eixo maior morfológico); m: largura máxima (perpendicular ao comprimento); e: espessura máxima (perpendicular ao plano definido pelo comprimento e largura); P: peso; pt: perímetro total; pg: perímetro do gume (em sentido amplo: incluindo áreas sem retoque de raspador); pr: perímetro do gume objecto de retoque como raspador; ea: espessura do anverso (altura medida a partir do plano médio da linha de gume); er: espessura do reverso (altura medida a partir do plano médio da linha de gume); la: índice de alongamento (L/m); le: índice de espessura (L+m/2e); lg: índice de gume de raspador (100pr/pt); lca: índice de espessura do anverso (m/ea); lcr: índice de espessura do reverso (m/er). *Aspectos morfo-técnicos*: 1: massa inicial, podendo ser = s: seixo, 1: lasca, fs: fragmento de seixo, cs: calote de seixo; 2: talhe no reverso, podendo ser = —: ausência, x-: presença de talhe anterior ao do anverso, -x: presença de talhe posterior ao do anverso, xx: presença de ambos os talhes; 3: simetria da curvatura (convexidade) no reverso, podendo ser = s: simétrica; ase: assimétrica à esquerda; asd: assimétrica à direita. *Talhe/Retoque*: 0: presença ou ausência (x ou —); 1: em um ou nos dois lados (1 ou 2; nota: o mesmo código para o caso de artefactos totalmente circulares: 1, para retoque parcial; 2, para retoque total); 2: localização, podendo ser = d: distal, m: mesial, p: proximal, t: total; 3: delineação, podendo ser = c: contínuo, d: descontínuo; 4: modo, podendo ser = h: horizontal ou sub-horizontal, o: oblíquo, s: subvertical ou vertical; 5: amplitude, podendo ser = p: periférico, r: reentrante. Os comprimentos são dados em mm e os pesos em g.

artigo referido na nota 1⁽¹³⁾, embora com importantes modificações e a adição de atributos novos, justificados pelas razões que decorrem da argumentação adiante expandida.

Não cabe no âmbito desta nota uma análise detalhada do conjunto de atributos observados — nem foi essa a nossa intenção, pois que para tal haveria de considerar um conjunto de peças bastante mais representativo. Pelo contrário, procurámos verificar a amplitude de ocorrência de um ou do outro aspecto morfológico, técnico ou morfotécnico. Para o efeito, o conjunto de artefactos seleccionado não teve em consideração — antes evitou — situações de atribuição cronológico-cultural muito específicas. Daí a importância dada ao lote de peças do sítio do Casal do Monte, onde é suposto estarem representados praticamente todos os momentos evolutivos do Paleolítico, sem que, em nossa opinião, os métodos de seriação física utilizados para os individualizar sejam convincentes na maior parte dos casos.

Um primeiro aspecto a observar será o da *massa inicial* utilizada para o fabrico deste tipo de peças, a qual é muito variável: lascas, fragmentos de seixo, seixos ou calotes de seixo. Quando se trata da utilização de lascas, o trabalho de talhe secundário é sempre realizado basicamente sobre a face de lascagem, dando origem a um tipo de retoque que se poderia designar, de acordo com uma terminologia empregue na descrição dos raspadores sobre lasca, como «sobre face plana»⁽¹⁴⁾. A face externa das lascas é assim concebida como base ou reverso, podendo ser inteiramente cortical (no caso das lascas iniciais) ou parcialmente preenchida por levantamentos anteriores, no caso das lascas de descorticação. Existe no tratamento que, para a realização destas peças, se dá às lascas iniciais, ou de descorticação, algo de muito semelhante, em termos amplos, àquilo que se observa no caso dos «seixos talhados sobre lasca» que se registam com frequência no chamado «Languedocense»⁽¹⁵⁾. Todavia, pelo carácter do talhe/retoque produzido no anverso é impossível, na maior parte dos casos, afirmar com rigor qual a massa inicial utilizada para o fabrico deste tipo de peças. Daí a importância (talvez aparente) dada aos diferentes tipos de suportes sobre bloco, e especialmente aos chamados «fragmentos de seixo». É certo que algumas peças observadas foram realizadas sobre fragmentos de seixo, entendidos como porções de um seixo original, pré-existent (por estalamentos térmicos, acções mecânicas naturais, etc.) no momento em que terão sido escolhidas para a realização do instrumento pretendido. Mas na maior parte dos casos esta consideração resulta somente da impossibilidade em lhe atribuir outra origem, a partir de evidências objectivas. E, por outro lado,

também é certo que algumas destas peças são feitas sobre seixos, geralmente de pequenas dimensões, detectáveis pelas faixas corticais em todo (ou quase) o reverso, com prolongamentos para o anverso que não deixam dúvidas quanto a esta atribuição. Há ainda o caso das calotes de seixo empregues como massa inicial. No fundo, trata-se de seixos que têm a particularidade de manter intacta e reservada uma superfície convexa, no reverso, independentemente de poderem ou não resultar de um reaproveitamento de um «núcleo sobre calote de seixo» esgotado.

Por todas as razões indicadas no parágrafo anterior, parece-nos desajustada a designação «sobre fragmentos de seixo» para este tipo de peças, assim como a de «calotes de seixo». Neste segundo caso, a sua ocorrência é limitada e pode mesmo induzir em equívoco o leitor, uma vez que, com muito maior propriedade, se utiliza esta expressão para designar um tipo particular de núcleo. No primeiro caso, a expressiva percentagem de peças executadas a partir daquele suporte poderá talvez ser muito mais aparente do que real. E, como quer que seja, não julgamos útil reduzir a designação de um tipo de instrumento a somente um aspecto técnico da sua definição.

A questão tratada nos dois parágrafos anteriores permite passar para o problema central da separação entre este tipo de peças e os núcleos, discóides ou não. É óbvio que, por um lado, tal separação se pode fazer em primeira linha pelo tipo de retoque existente no anverso da peça: a presença de um claro retoque de raspador facilita bastante a sua identificação. Este retoque, aliás, pode revestir qualquer das seguintes modalidades: ou a do preenchimento completo ou quase completo do anverso, dado pelo seu carácter contínuo, total e reentrante, ou a da elaboração de um gume de raspador que apenas parcialmente recorta o «gume total» de uma peça pré-existente. No primeiro caso estamos perante a realização mais característica deste tipo de peça: um raspador como tal concebido desde que iniciado o talhe/retoque do suporte escolhido e que nas suas mais conseguidas realizações (caso da peça Milharós 1001) se aproxima das chamadas «lesmas» (*limaces*), delas diferindo pelo tipo de suporte utilizado (as *limaces* são raspadores *sobre lasca*) e pelos índices de espessura que apresenta⁽¹⁶⁾. No segundo caso, ocorrência especialmente frequente no aproveitamento de núcleos esgotados, estamos perante uma realização de ocasião, algo atípica, deste mesmo tipo de peça. Neste caso, aliás, é relativamente fácil distinguir as duas ordens de talhe presentes, quer pelas dimensões dos seus levantamentos (em regra as cicatrizes dos núcleos serão maiores do que os negativos do retoque de raspador), quer pela sua inclinação geral (a superfície remanescente do anverso do primitivo núcleo será normalmente mais horizontal do que a do retoque de raspador, mais oblíqua ou mesmo subvertical).

Em todo o caso, nem sempre tal característica é suficiente, e pode ver-se como algumas das peças que serviram de base de estudo para a presente nota não possuem o tipo de retoque de raspador citado. Haverá, por consequência, que fazer alinhar outros

(13) *Op. cit.*, nota 1, p. 47. Para uma mais completa compreensão dos atributos, índices e relações de grandeza utilizados neste texto, veja-se também o seguinte artigo: RAPOSO, L. & SILVA, A. C. (1980-1981) — «A estação 'languedocense' do Xerês de Baixo (Guadiana)», *Setúbal Arqueológica*, Setúbal, vol. VI-VII, pp. 47-84.

(14) Não julgamos aceitável incluir neste artigo de artefactos os verdadeiros «raspadores sobre lasca», ou raspadores (*racloirs*) em sentido estrito, ou seja, aqueles em que a face de lascagem se constitui em reverso não retocado. Damos neste sentido uma definição mais restrita a este tipo de peças do que a de outros autores, como é exemplo a segunda peça do Samouco cuja descrição citámos anteriormente, feita sobre um «plano de separação» no reverso.

(15) Veja-se o que a este propósito escrevemos na obra citada na nota 8, acerca do tipo 1.4.3 (p. 112).

(16) Mas neste caso, tal como acontece em relação aos bifaces, já tivemos ocasião de salientar no artigo referido na nota 2 como a natureza da matéria-prima utilizada — o quartzo — retira sentido aos tradicionais padrões de divisão entre «utensílios planos» e «utensílios espessos», elaborados a partir de indústrias feitas em sílex.

factores morfológicos, os quais a observação da colecção em referência sugere, mas no futuro se tornará indispensável confirmar mais solidamente:

- a) Índice de alongamento. Nas peças que mais claramente preenchem o padrão de raspador objecto da presente nota parece haver uma tendência para o afastamento relativamente às formas circulares ou subcirculares, acentuando-se o seu alongamento;
- b) Índices de espessura do anverso e do reverso. Parece também ocorrer uma relação inversa do seguinte tipo: nos raspadores mais característicos o anverso é muito mais espesso do que o reverso, que apenas é ligeiramente convexo ou muito próximo do plano; ao contrário, nas peças mais problemáticas e nos núcleos, o reverso apresenta-se bem mais convexo e o anverso tende para ser menos espesso, ou mesmo plano, sobretudo no caso de muitos dos chamados núcleos discóides «mustierenses»;
- c) Simetria da curvatura (convexidade) do reverso: as formas de reverso mais simétrico são as mais evoluídas do ponto de vista tipológico. Ao contrário, as formas de reverso assimétrico (muitas vezes porque se trata de um aproveitamento de um «flanco de seixo») são mais desequilibradas morfológicamente; entre elas se encontra a maior parte dos exemplares que parecem resultar de um reaproveitamento de núcleos esgotados, conforme se indica adiante. Nesta categoria se incluem também os casos em que se aproveita como suporte uma lasca de descorticação ou até de preparação, em que na face externa se justapõem uma superfície cortical plana e uma superfície de negativo de lasca anterior, formando entre si ângulos obtusos de 135° ou mais (na colecção observada este é o caso das peças CM 8 e 16, e Milharós 135).

Pelas características sumariamente expostas compreende-se como é equívoco o estabelecimento de uma relação demasiado estreita entre este tipo de raspadores e os núcleos, em geral, e os núcleos discóides, «mustierenses» ou «mustieróides», em particular. Este aspecto, que é na sua essência de tipo técnico e tipológico, tem importantes consequências cronológicas e de atribuição cultural. Intencionalmente, temo-nos neste nota limitado aos primeiros aspectos, mas uma palavra é devida aos segundos. Nas condições técnicas em que é produzido e conduzido para os padrões morfológicos apontados, forçosa seria a ligação deste tipo de instrumento àquele tipo de núcleos. Mas não se reduzem entre si. Aliás, é facilmente verificável nos conjuntos do baixo vale do Tejo, seja na margem sul, seja na margem norte e no manto basáltico de Lisboa, que ou não existe qualquer tipo de relação quantitativa clara entre este tipo de peças e um específico momento cronológico-cultural, ou ela é muitíssimo ténue.

Com efeito, se tivermos em conta as atribuições constantes da bibliografia existente, os «raspadores nucleiformes sobre seixo» (expressão que usamos no preciso sentido que temos descrito neste texto) começam por surgir ainda no Acheulense Antigo do Baixo Tejo, tornam-se mais frequentes no Acheulense Superior e Final da mesma área, e continuam pelo Paleolítico Médio, mas aqui fre-

quentemente já sob a forma um tanto incaracterística do retoque secundário sobre núcleos discóides esgotados. Nesta fase, aliás, eles encontram-se presentes em regiões muito mais amplas, como o documenta (a mero título de exemplo) a expressiva colecção de peças mais ou menos deste tipo dos arredores de Beja (17).

Parece, pois, estar-se em presença de uma peça anterior e paralela ao desenvolvimento da técnica *levallois*. De uma peça jamais feita sobre lasca *levallois* e aparentemente mais abundante em indústrias onde o talhe *levallois* é escasso. O conjunto de Milharós integra-se plenamente neste contexto: ele faz parte de uma indústria acheulense final, tipologicamente muito evoluída, mas onde a técnica *levallois*, sem estar ausente, é totalmente marginal. Uma indústria que faz amplo uso dos seixos e das lascas de grandes e médias dimensões que deles se podem obter em estádios iniciais de talhe. Seixos e lascas utilizados de modo fundamentalmente idêntico, como massas iniciais para o fabrico dos instrumentos tipologicamente mais característicos e aparentemente mais comuns: o biface, o machado e o raspador. Uma indústria onde os chamados «instrumentos sobre lasca», em sentido estrito (entre os quais os raspadores), são «reduzidos e sem grande impacte na caracterização da indústria no seu todo» (18) — que, tal como acrescentávamos no texto acabado de citar, corresponde à observação dos anos 40, de Georges Zbyszewski, segundo a qual existiria neste Acheulense Final de Alpiarça uma «extraordinária pobreza em utensílios e instrumentos sobre lasca» (id., *ibidem*, p. 50).

Sendo somente um dos diversos possíveis resultados tipológicos daquela sequência de redução, os «raspadores nucleiformes sobre seixo» não deixam, contudo, de ser singularmente sugestivos e importantes. Eles situam-se frequentemente (mas nem sempre, como o prova a magnífica peça de Milharós, que designámos por 1001) no extremo dessa sequência, correspondendo ao aproveitamento das lascas, fragmentos de seixo, seixos ou calotes de seixo de menores dimensões. E daí a sua sobrevivência em épocas posteriores, quando os núcleos se expandem (em directa relação com igual expansão dos chamados «instrumentos sobre lasca»), podendo, quando esgotados, ser retocados em formas tais que facilmente se confundirão com este tipo particular de peça, que, todavia, a eles se não limita, nem confunde. Pelo contrário, o «raspador nucleiforme sobre seixo» surge como uma peça *sobre seixo*, porque se baseia fundamentalmente no talhe/retoque de um bloco ou dos seus suportes imediatos circunstanciais e porque, mesmo quando o suporte é uma lasca, ela nunca é explorada a partir da sua face de lascagem (como seria normal numa indústria «sobre lasca», mas não o é nas indústrias acheulenses e especificamente no Acheulense Final de Alpiarça; cf. com o caso dos «machados»), e *nucleiforme*, porque o tipo de talhe/retoque desenvolvido, sobre um tal suporte, lhe confere esse aspecto tipológico. Não se trata, de todo, de uma peça que resulte do aproveitamento de núcleos esgotados — situa-

(17) VIANA, A. & ZBYSZEWSKI, G. (1952) — «O Paleolítico dos arredores de Beja», *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, Lisboa, t. XXXIII, pp. 5-59. Nesta obra é, aliás, frequente a referência a «calotes de seixo», «fragmentos de seixo», «lascas espessas» e «núcleos *mustieróides*» retocados para servirem como «raspadores nucleiformes».

(18) *Op. cit.*, na nota 2, p. 50.

ção possível, corrente até em certas indústrias (tal sempre dependendo da matéria-prima disponível, das características estilísticas de

cada indústria e do período cronológico-cultural em presença), mas ainda assim subsidiária na definição deste tipo de peça.

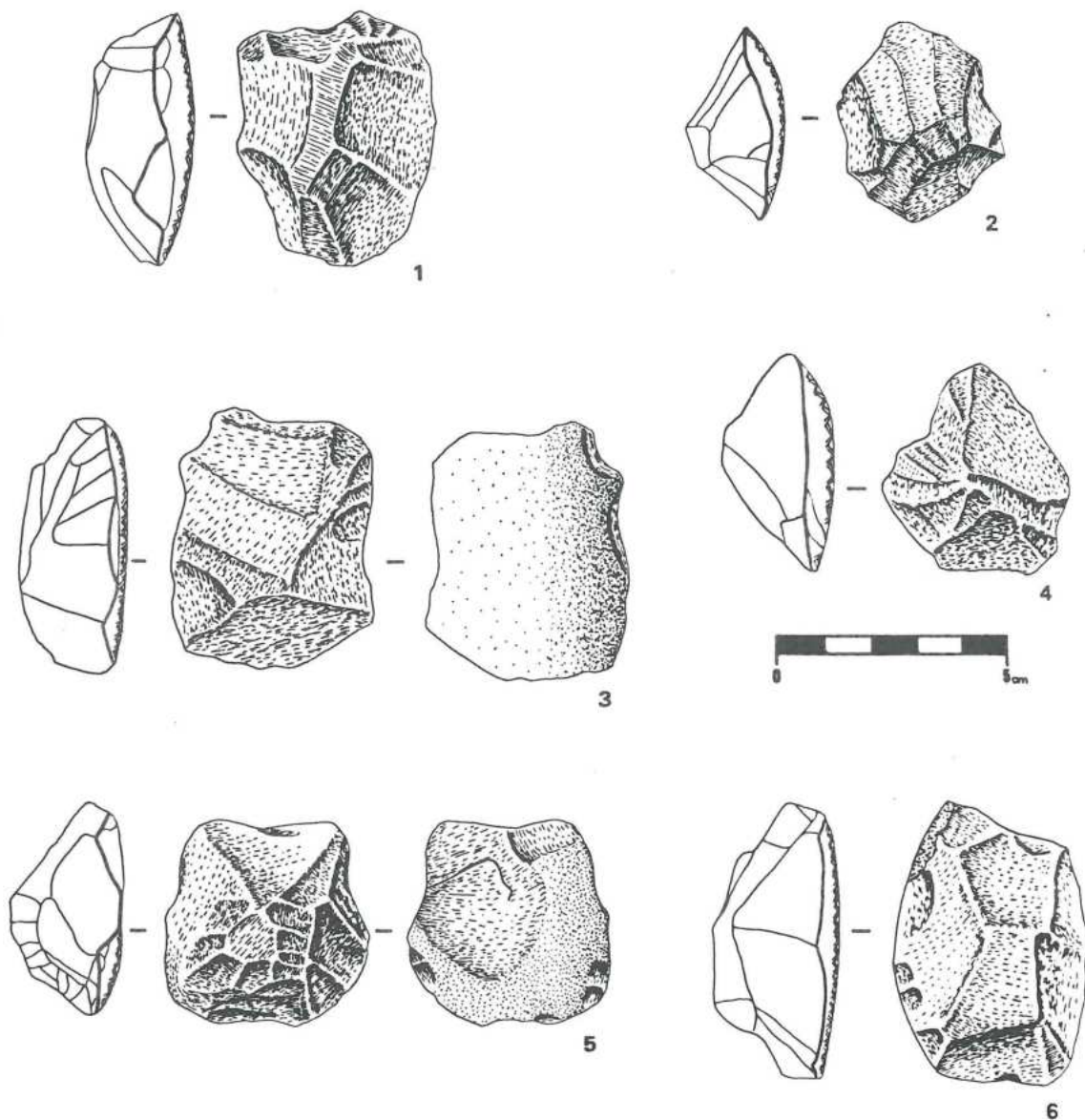


Fig. 1 — Peças do Casal do Monte (Loures). N.º 1: CM 10, n.º 2: CM 1, n.º 3: CM 23, n.º 4: CM 3, n.º 5: CM 19, n.º 6: CM 5

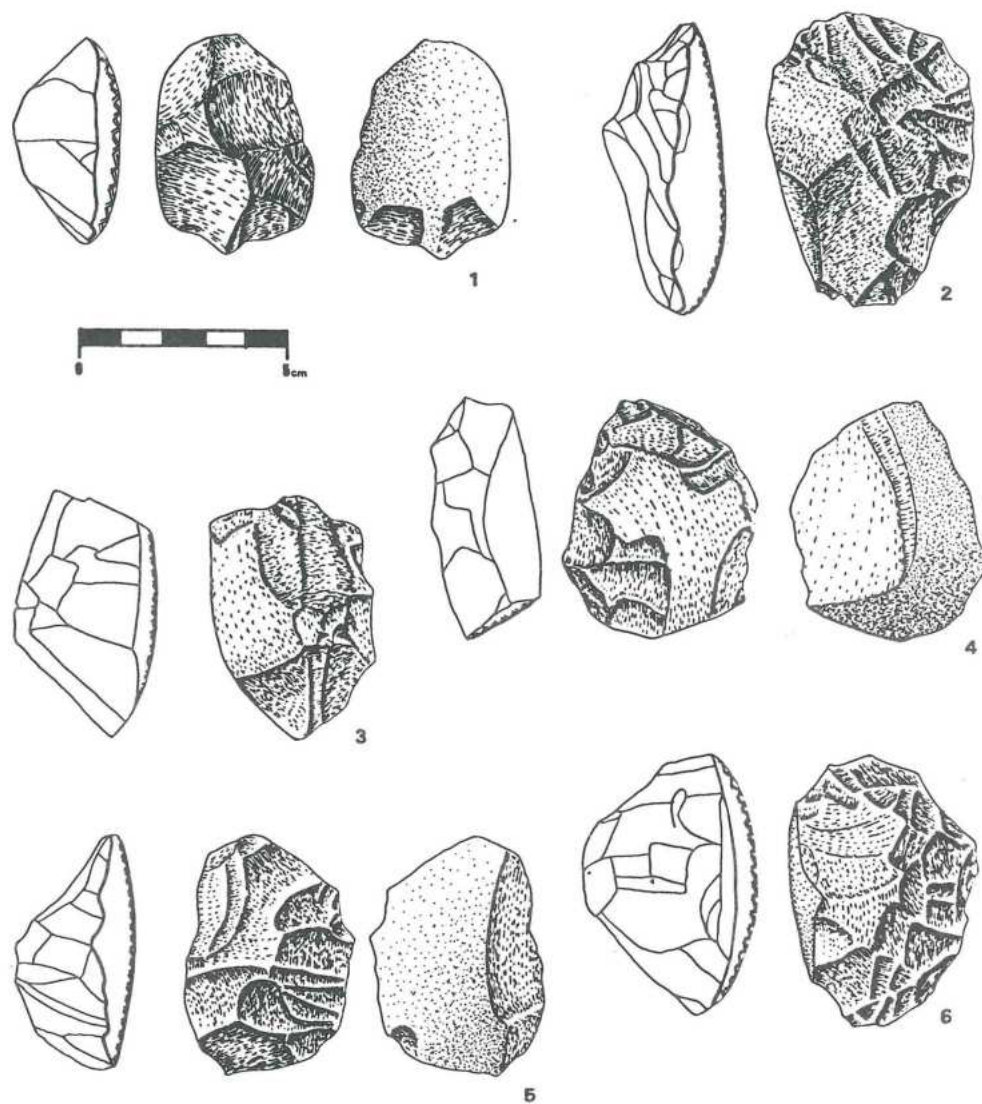


Fig. 2 — N.º 1: Casal do Monte (Loures) (CM 14), n.º 2: Linda-a-Pastora (Oeiras) (14), n.º 3: Samouco (Montijo) (2564), n.º 4 a 6: Casal do Monte (CM 1002, CM 16, CM 17).

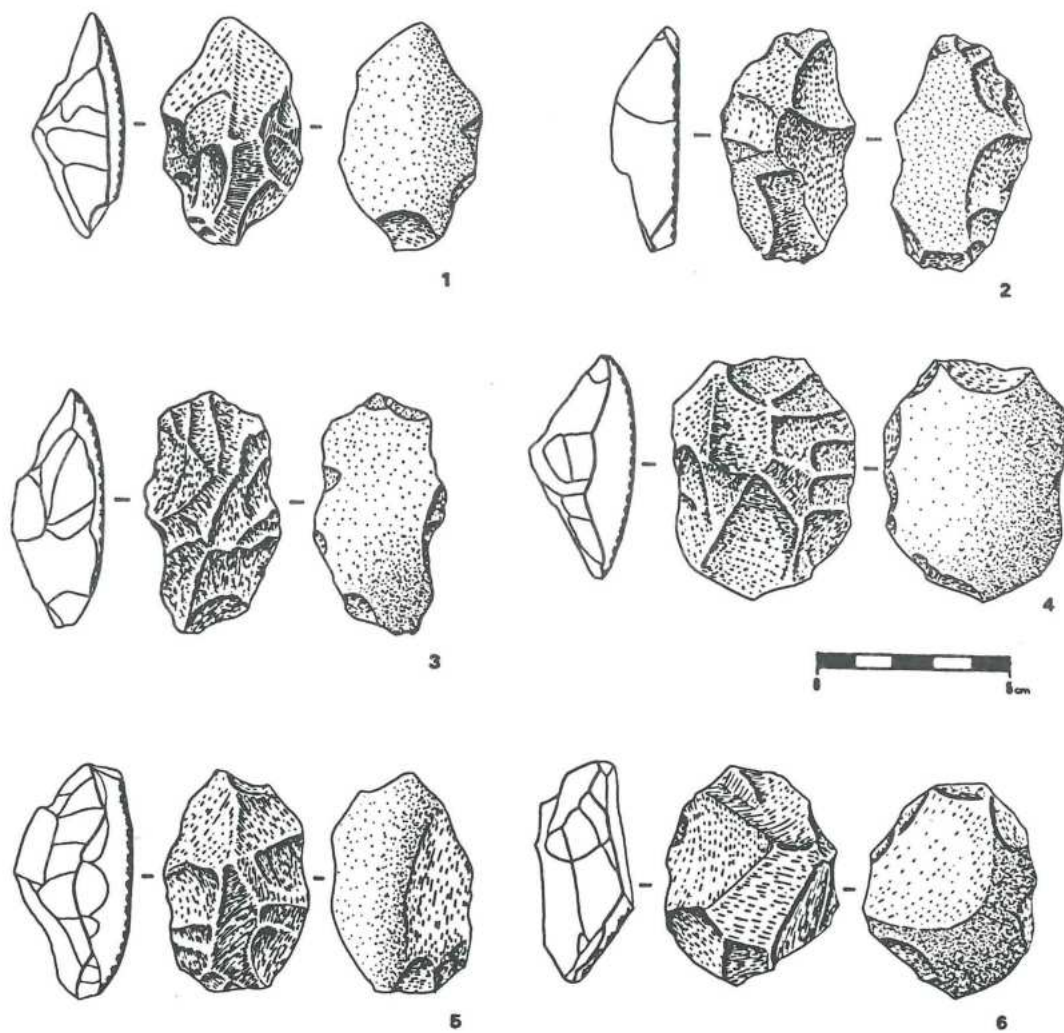


Fig. 3 — N.º 1: Casal do Monte (Loures) (CM 7), n.º 2 e 3: Cascalheira (Samora Correia) (195 e 198), n.º 4 a 6: Casal do Monte (CM 12, CM 8, CM 13)

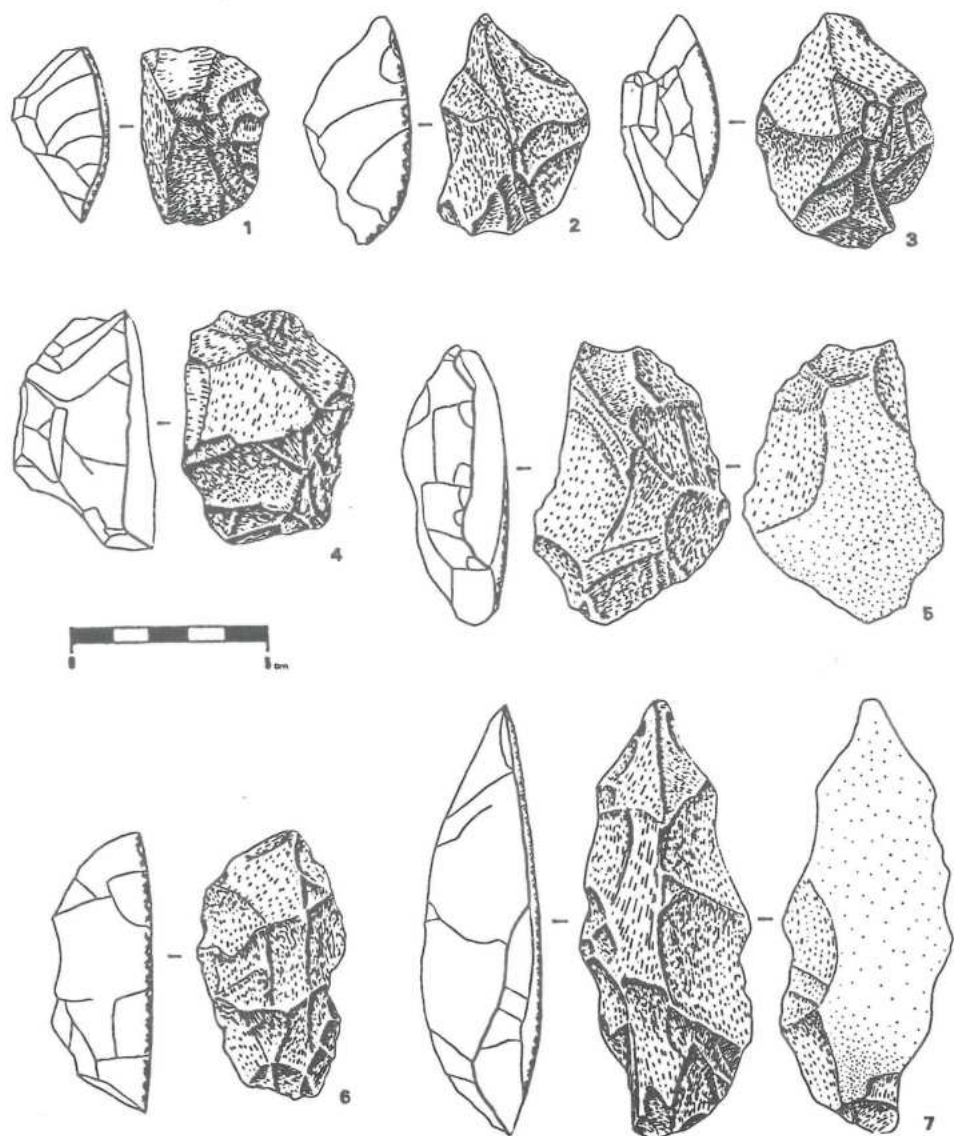


Fig. 4 — Peças de Milharós (Vale do Forno, Alpiarça). N.º 1: 147, n.º 2: U-57-1, n.º 3: 134, n.º 4: 135, n.º 5: V-57-3, n.º 6: 50, n.º 7: 1001

REGISTOS ARQUEOLÓGICOS DO PROF. DOUTOR MENDES CORRÊA (1920-1934)

ANTÓNIO A. HUET B. GONÇALVES

1 — Introdução

A vida e obra do Prof. Doutor Mendes Corrêa (Porto, 4-4-1888 — Lisboa, 7-1-1959) foram objecto, ao longo dos últimos 30 anos, de diversos estudos bibliográficos, tema que nunca nos propusemos abordar nesta despretensiosa nota introdutória.

No entanto, durante o trabalho de fixação do texto dos «registos» que a seguir se transcrevem, verificámos a necessidade de incluir — como introdução destinada ao leitor menos familiarizado com a figura de Mendes Corrêa — alguns dados cronológicos relativos a um dos períodos mais fecundos da sua vida académica.

Assim, interessa apenas reter que no ano de 1911 o licenciado António Augusto Esteves Mendes Corrêa foi nomeado assistente da Faculdade de Ciências do Porto — 2.º Grupo (Ciências Histórico-Naturais) —, tendo, dois anos mais tarde, prestado as respectivas provas públicas de doutoramento. Atingida a cátedra em 1921, ocupou-a até 1946, altura em que se transferiu definitivamente para Lisboa.

Em 1914 fundou o então Museu e Laboratório Antropológico⁽¹⁾, instituição anexa à Faculdade de Ciências da Universidade do Porto.

Além de professor e investigador, Mendes Corrêa desempenhou ainda, durante longos anos, as funções de director da instituição que criou, bem como as de presidente da direcção da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia, fundada em 1918, em colaboração com outros académicos.

Nesse período da sua existência assistir-se-ia não só à afirmação progressiva e irreversível da sua forte personalidade de pedagogo e cientista, mas também ao reconhecimento nacional e internacional do seu labor, testemunhado através dos títulos honoríficos e das condecorações que lhe foram, entretanto, outorgadas.

A projecção atingida pelo seu trabalho e pela instituição que dirigia foi em nossa opinião o motivo justificativo da ocorrência, em 1936, do seu primeiro contacto com um campo de acção extra-

-universitário — política. Alguns anos volvidos, esta viria a constituir, entre outras, uma das razões ponderosas que motivaram, face à incompatibilidade com a docência universitária, o abandono da cátedra portuense e a sua transferência definitiva para Lisboa, no ano de 1946.

Apesar de ainda não ter decorrido meio século sobre a passagem deste último evento, verifica-se hoje, através de uma rápida pesquisa aos reservados do Instituto de Antropologia do Porto, a *quase* total ausência de documentos de Mendes Corrêa — sobretudo manuscritos arqueológicos, inéditos ou não — contemporâneos do «período portuense» da sua existência, situação que é estranha se tivermos em consideração a sua vasta produção escrita. Apesar disto, foram recentemente descobertos alguns registos arqueológicos efectuados pelo Prof. Doutor Mendes Corrêa nos anos 20-30, documentos inéditos que constituem o tema central deste trabalho.

2 — Os registos arqueológicos

Os apontamentos do Prof. Mendes Corrêa encontram-se inseridos em 13 vulgares agendas de bolso, datadas de 1920 a 1934, e escritas, a tinta, com o inconfundível tipo de letra do autor.

Após uma leitura atenta das mesmas, concluímos que as anotações de campo abarcavam vários temas, tratados com diferentes graus de desenvolvimento.

Entretanto, dada a importância da temática arqueológica em relação às demais, só esta constituirá objecto de divulgação.

Uma vez aceite a responsabilidade da sua divulgação, procedemos à respectiva transcrição integral, mantendo-se as abreviaturas existentes nos originais, actualizando-se apenas a ortografia.

A importância científica deste conjunto de registos arqueológicos foi correctamente avaliada no momento em que deles tomámos conhecimento. Apesar de circunstancialismos de índole diversa terem retardado até ao momento a sua completa divulgação, a relevância dos documentos em causa tem vindo a ser permanentemente reforçada, dados os vários contributos já fornecidos para a

⁽¹⁾ Nome recentemente alterado para o de Instituto de Antropologia Prof. Mendes Corrêa. Decreto do Governo n.º 16/86, de 26 de Novembro de 1986.

solução de algumas situações pouco explícitas da Arqueologia do Centro e Norte do País.

De facto, quer a identificação de peças através dos desenhos, quer a elucidação ministrada por determinados dados manuscritos, mas não impressos no correspondente trabalho científico, quer ainda a apresentação de três plantas de importantes monumentos megalíticos da região da Beira, exemplificam algumas das referidas situações.

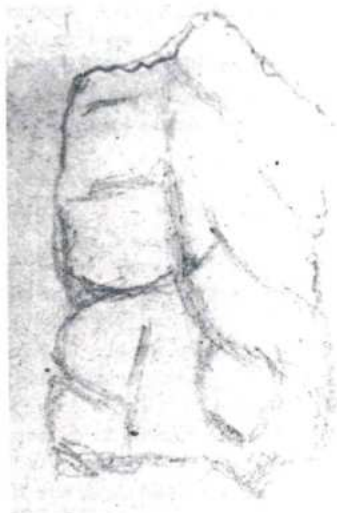
A sua divulgação integral é, em face do antecedente, uma tarefa que de imediato se realiza. Antes porém, é nosso dever alertar o leitor para o facto de os registos serem constituídos por *memórias de campo*, muitos deles inéditos, sem qualquer tratamento ulterior, que serviam de suporte aos seus trabalhos e, portanto, deverão ser considerados nesse contexto.

A terminar, resta-nos apenas esperar que os arqueólogos do presente — os promotores da intensa fase de investigação científica que o País atravessa, e, sem dúvida, os principais destinatários do presente trabalho — sejam capazes de retomar, embora à luz de novos conceitos, o estudo das estações pré e proto-históricas outrora iniciado pelo autor dos registos que a seguir se apresentam.



1920

Quinta de S. Martinho — Parada⁽²⁾. Propriet.³ António Barbosa Leão e Irmão.
A sepultura aberta por nós está a 55 cm de profundidade.
Pedra com insculpturas de uma das sepulturas.



Parada

⁽²⁾ Parada Todeia, freguesia do concelho de Paredes, distrito do Porto. Cf. MENDES CORRÊA, A. (1923-24) — «A necrópole de Parada Todeia». *Arqueólogo Português*, 26: 1-14.

1926

Pe. Zé Mont.^o d'Aguiar — S. Miguel de Paredes — Calçada⁽³⁾ — Douro.

15 Junho 1926.

Seg.^o informação do abade Aguiar:

Luzim — inscrição na res.^a paroquial:

DOMUS FLAVECERERIDICATA

1734

9 mamoas no Monte Mozinho.

Almocabares — sepulturas abertas na rocha (design.^{ao} popular).

Quem vai ao Mozinho ao rapão, apanha sempre alguma coisa no chão. (af.^o popular).

Visita na tarde de 15-VI-1926, em comp.^a (de) Abade Aguiar, Humb.^{to} (4) e Ruy (5). Nos Montes Alvagares — A estes montes pertence o do Castelo de Reguengo (6).

Uma mamoa a 500 km (7) aprox.^{te} do Monte do Castelo do Reguengo, a SO deste.

Nenhum esteio.

O povo diz que os cristais de feldspato e quartzo, que aparecem com abundância, são padres nossos rezados.

O Castelo ou Castro de Reguengo entre Salgão e Reguengo (Castro de Penha Fidelis) (8).

Penedo do Gato (a tradição diz que o penedo está cheio d'ouro).

Alt. máx. — 43 cm.

Larg. máx. — 35 cm.

Larg. do tronco — 12 cm.

Comp.^{to} das pernas — 8 cm.

Comp.^{to} dos pés — 4-5 cm.

Altura do umbigo (ao solo) — 25 cm.

Comp.^{to} do pescoço — 3,5 cm.

Diâmetro da cabeça — 6,5 cm.

Diâmetro do escudo — 9 cm.

Comp.^{to} da arma —

Comp.^{to} do braço —

Comp.^{to} do antebraço —



Inclinado 54°
sobre o plano
horizontal

⁽³⁾ Povoação da freguesia de S. Miguel de Paredes, do concelho de Penafiel, distrito do Porto.

⁽⁴⁾ Eng.^o Humberto Mendes Corrêa, irmão do autor.

⁽⁵⁾ Eng.^o Dr. Rui Correia de Serpa Pinto.

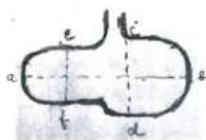
⁽⁶⁾ Cf. MENDES CORRÊA, A. (1926) — «Prehistória no distrito do Porto. O petroglifo do guerreiro no castro pré-romano do Reguengo». *A Águia* (Porto), 37, 38; id. (1926-28) — «Arte pré-histórica no distrito do Porto». *Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia*, 3: 55-56.

⁽⁷⁾ O autor quereria expressar, certamente, 500 m.

⁽⁸⁾ Cf. MENDES CORRÊA, A. (1927) — «O petroglifo do guerreiro lusitano no monte do Castelo de Penafiel». *Brotéria*, 4: 16-27.

O petróglifo está sobre uma superfície orientada N-50°-W.
Umb.^{to} tirou duas fotografias.
Quase no alto, uma pia com esgoto, cavada na rocha:

ab — 68 cm.
cd — 33 cm.
ef — 25 cm.



Orientação de ab — N-29°-W

A algumas dezenas de metros a norte de Guimarães ⁽⁹⁾, em propriedade da Casa das Pedras, do Sr. Domingos Vieira, apareceram sepulturas de lousa e telha, com cerâmica.

Mais a norte alguns metros, apareceram vaso com trigo meio cozido ou escuro, uma lareira e meia nó, mt.^{os} cacos e telhas.

Mais perto, também a NO, uma mó inteira.

Mais a N — uma talha grande e cacos.

Recolhi dessa zona um frag.^{to} de tégula.

Do Castro do Reguengo está em casa do Sr. Domingos Vieira um triturador de pedra com a superf.^e polida em forma de calote esférica.

Mais a NE do Castro de Reguengo há outro Monte do Castelo (?).

16 Junho 926.

Na parede dum tanque na residência paroquial de Galegos ⁽¹⁰⁾, uma pedra com um baixo-relevo ⁽¹¹⁾.



A pedra estava num muro perto do tanque.

Do extremo da cauda ao do focinho — 37 cm.
Altura da base ao dorso — 17 cm.

Num campo da residência encontraram-se sepulturas na terra, com vasos de cerâmica e moedas.

O Sr. abade de Galegos tem trazido mt.^{os} cacos e uma peça de ferro do *Crasto* (será o de Abujefa, nas propriedades do convento de Paço de Sousa), sito a SO de Galegos, a algumas centenas de metros.

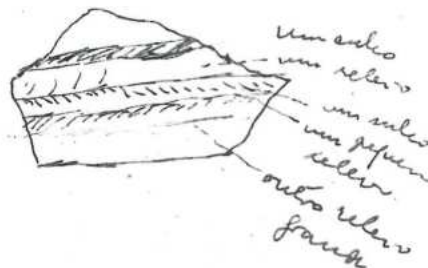
Em casa do Sr. Joaq.^m de Sá Per.^a Ferraz, da Torre ⁽¹²⁾, vimos uma lucerna que foi desenhada pelo Ruy e uma olazinha pequena com uma asa e ornatos em sulcos largos e inclinados em torno do bojo.

Tudo do Monte Mozinho.



Monte Mozinho —

A N da Cidade Morta — Necrópole, restos de louças e tegulae. Outros cacos. Meia mó manual.



No Monte Mozinho mt.^{os} frag.^{tos} de cacos (louça arretina, etc.), restos de muros e de casas.

Um muro.



Pedras irregulares

Outra mó desenterrada (dormente).

O povo chama-lhe Alto do Crasto — (cacos que eram dos mouros) — Ao pé, na vertente SO, a Fonte e o Penedo da Moura. Contava-se que lá aparecia no dia de S. João uma moura a assoalhar dinheiro. Que no monte há riquezas.

Parte duma coluna.

Anta do lugar do Padrão, Baltar ⁽¹³⁾, no terreno do Sr. Alberto Franc.^o dos St.^{os} à direita da estrada do Porto p.^a Baltar, a cerca de 150 m da estrada, entre os km 25 e 26 (a S do 26). Grande *tumulus*, restos dos esteios e talvez da mesa.

— Abertura possivelm.^{te} a Nascente, se bem que a poente cavaram uma galeria, tiraram mt.^{os} esteios e partiram[-nos].

Nos esteios mt.^{as} linhas serpentiniformes a vermelho, e uma a preto. Numa delas ao lado da linha serpentiniforme uma fig. humana esquemática. 15 m de raio, tem a mamoa.

Num dos esteios que foi descoberto agora, vários serpentiniformes vermelhos quase horizontais ⁽¹⁴⁾.

Depois fomos também com o Dr. Leal ⁽¹⁵⁾, o Sr. Pacheco e o Sr. Joaq.^m Ferr.^a Barbosa a casa deste na Chã de Vandoma. Tinha mós manuais, das quais trouxemos uma pequenita de Vandoma, e outra também pequena de Couto da Gandara, e tinha também telha de reborbo de Vandoma.

Fomos depois ao Penedo da Audiência, na encosta da Chã p.^a o alto de Vandoma (O Barbosa mostrou-nos a Mula no Penedo; é uma inclusão globular dum nódulo granítico no granito — a Pedra Parida do Abade Aguiar, da Calçada).

Depois subimos ao castro da Vandoma, vimos a velha muralha e parte da povoação moderna, algumas ruínas de casas antigas, quadradas.

Havia quem dissesse que no dólmen estava enterrada a caixa do correio do tempo dos franceses.

História de tesouros, etc.

O proprietário da mamoa vive em Mamoa de Baltar, mas não sabem de haver lá mamoa nenhuma.

⁽⁹⁾ Lugar da freguesia de Santo Estêvão de Oldrões, concelho de Penafiel, distrito do Porto.

⁽¹⁰⁾ Povoação e freguesia do concelho de Penafiel, distrito do Porto.

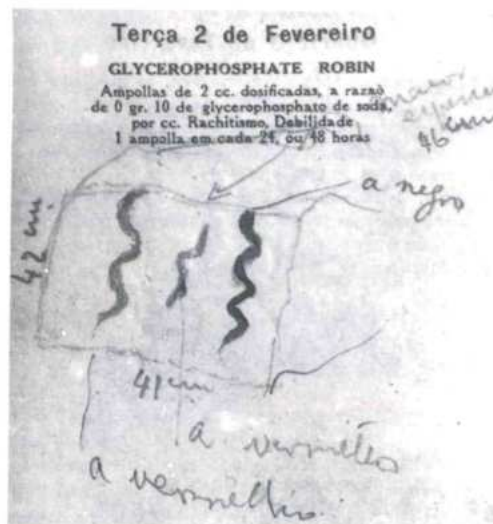
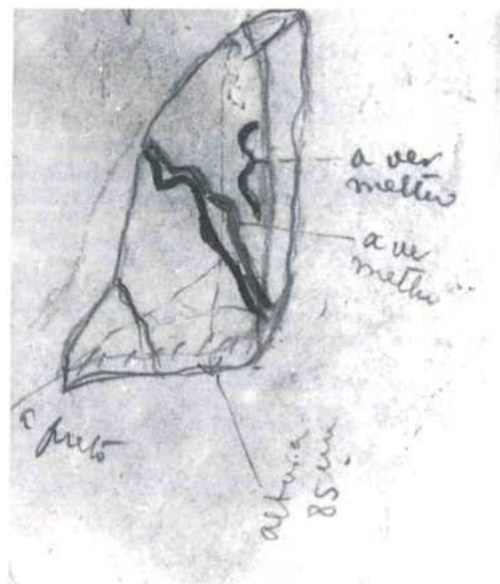
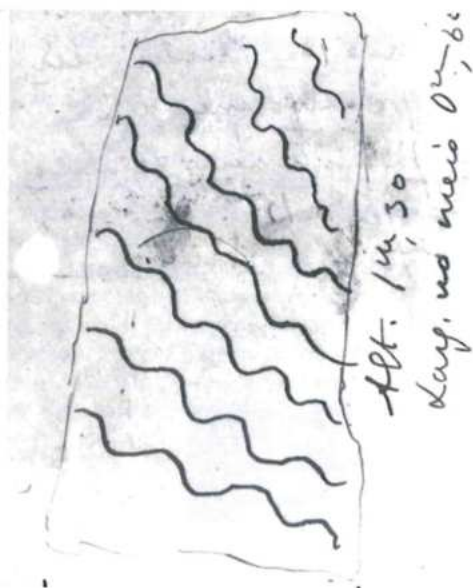
⁽¹¹⁾ Cf. MENDES CORRÊA, A. (1928) — «Nouveaux documents sur l'Art Préhistorique en Portugal». Sep. *Revue Anthropologique*, 4-6: 1-8.

⁽¹²⁾ Lugar da freguesia de Entre-os-Rios, concelho de Penafiel, distrito do Porto.

⁽¹³⁾ Freguesia do concelho de Paredes, distrito do Porto.

⁽¹⁴⁾ Cf. MENDES CORRÊA, A. (1928) — «Nouveaux documents sur l'Art préhistorique en Portugal». Sep. *Revue Anthropologique* (Paris), 4-6: 1-8; id. (1930) — «As pinturas do dolmen do Padrão (Vandoma)». *Arqueólogo Português*, 27: 128-136.

⁽¹⁵⁾ Dr. Augusto da Cunha Leal.



Uma pedra de 3,40 m com espessura de 43 cm — talvez o chapéu

Mais 2 esteios com cerca de 40 a 42 cm de espessura

1929

2 Set.^o

Dólmen de Rio Torto⁽²⁰⁾ (Gouveia), numa vinha a cerca de 100 m a NO da estrada de Trancoso a Coimbra.

Ainda tem a mesa.

Em 23-XII-46 encontrei lá um machado⁽²¹⁾.

quase 5 passos de larg. da câmar.

ab = 2 1/2 diagonais do lenço⁽²²⁾.
cd = 2 diagonais do lenço.



aberto a Sudeste

A pedra (a) tem exteriorm.^{te} uma cruz gravada.

A cruz gravada.



1 palmo de altura
2/3 do palmo da largura

1927

No dia 5 de Setembro de 1927 visitei a poucas centenas de metros a norte da margem direita do rio Dão, a pouca distância a montante da confluência do Sátão, do lado esquerdo da estrada que segue p.^a Nesperido, no Chão dos Cómoros, a poente da Sobreposta, na extrema da Quinte de Vila Meã⁽¹⁶⁾, do Sr. Pedro dos S.^{tos}, a O da casa do Prof. Viegas⁽¹⁷⁾, uma estação luso-romana.

Numa surriba p.^a vinha, encontraram-se m.^{tas} pedras aparelhadas (algumas grandes), algumas bases, capitéis e p.^{te} de fustes de colunas, três mós manuais, um machado de bronze de talão e dois anéis (tipo do Minho), frag.^{tos} de cerâmica (*lateres*, *tegulae*, *imbrices*, rebordos de vasos grandes, cacos de vasilhame pequeno e fino). Em tempos apareceu uma vasilha maior (*dolium*?).

Na Sobreposta, junto da casa do Prof. Viegas, vi uma *sepultura rectangular cavada na rocha*. Disseram-me que dantes havia ali mais duas, uma das quais de criança; desapareceram.

Na base do outeiro da capelinha de Vila Meã, a sul, um lagar (?) na rocha.

Pepim — Eneolítico 4 km de Amarante — não é castro, mas é povoação.

Sepulturas abertas na rocha numa propriedade de José Augusto da Silva Garcez (Ferreira do Zêzere)⁽¹⁸⁾.

Machado de bronze, de talão e um anel lateral — encontrado em Monforte da Beira⁽¹⁹⁾, numa propriedade denominada Monte Barata. Com um arado.

⁽¹⁶⁾ Povoação da freguesia de Povolide, concelho e distrito de Viseu.

⁽¹⁷⁾ Prof. Doutor Luís de Freitas Viegas (1869-1928), professor da Faculdade de Medicina da Universidade do Porto; foi um dos fundadores e o primeiro presidente da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia.

⁽¹⁸⁾ Concelho do distrito de Santarém.

⁽¹⁹⁾ Povoação e freguesia de N. Sr.^a da Ajuda, concelho e distrito de Castelo Branco.

Chamam-lhe *Lapa da Pedra de Orca*. Feito pelos Mouros. Já várias vezes cavaram ali, encontrando cristais de quartzo.

Entre Mozelos, Travassós de S. Martinho de Orgens e Vila do Souto — Baldio de N.^a S.^a do Crasto.

⁽²⁰⁾ Povoação e freguesia de S. Domingos, concelho de Gouveia, distrito da Guarda.

⁽²¹⁾ Registo escrito 17 anos mais tarde, em posição vertical e com tinta de cor diferente.

⁽²²⁾ A diagonal de um lenço mede, aproximadamente, 70 cm.

Nomes de sítios do conc.º de Viseu⁽²³⁾

Abravezes:

Esculca.
Cava de Viriato.
Padre-Rei.
Moure do Carvalhal.
Chão da Cruz.
Levada do Pintor.
Pintor-Moinhos do Pintor.
Lava Colhos.
Poldras do Forno, limite de Pascoal.
Pedra-Aguda.
Cruz, Cruzeiro, Cruzinha, etc.
Poço da Mama, limite de Pascoal.
Poço das Jóias-limite de S. Tiago.
Cabeça do Boi (monte).
Forno ou Espinheiro, limite de Moure de Carvalhal.
Chão de Arca-limite de Moure de Carvalhal.
Pedras ou Terras Talhadas, lim.º da Póvoa.
Forno, lim.º de Pascoal.
Soito do Lagar, lim.º do Moure de Carvalhal-monte.
Antas ou Rua da Fonte, em Abravezes.

Barreiros:

Lameiro do Forno, limite de Barreiros.
Santa Forna, limite de Brufe.
Chão do Forno, limite de Brufe.
Cruzinha, limite de Brufe.

Boa Aldeia:

Pedra de Anta ou só Pedra ou Sr.ª do Padrão, limite de Boa Aldeia.
Fornelinho, idem ou Tornelinho?
Arcainha, lim.º de Boa Aldeia.
Cruzes, id.
Arca, lim.º de Boa Aldeia ou Arouca.

Bodiosa:

Cruz — (Oliveira de Baixo).
Passo, limite de Aval.
Forninho (Bodiosa-a-Nova).
Cruz do Penedo.
Pedra, lim.º das Vendas de Travanca.
Pedrões, lim.º de Travanca Pequena.
Forno, Bodiosa Nova.
Arca, limite de Bodiosa.
Lagar Velho, lim.º de Silgueiros.
Vinha de Anta, lim.º de Travanca Pequena.
Forno da Lapa, lim.º de Bodiosa Velha.
Outeiro do Forno — monte — limite Bodiosa Nova.
Chão de Arca ou Jugada, limite de Travanca Grande.
Arca, limite de Boa Aldeia.
Padrões, lim.º de Travanca Pequena.
Lagariça, lim.º de Oliveira de Baixo.
Parede.
Paço, lim.º de Aval.
Cercas.
Vale da Telha, etc.

Calde:

Vilar de Monte.
Marca, lim.º de Almargem.
Penedo da Roda (ou Rosa?), limite de Paraduça.
Cruzes.
Crasto, limite de Paraduça.
Pedra, lim.º da Várzea.

Campo:

Moure de Madalena.
Dona Sancha.
Pedrões, lim.º de Mozelos.
Pena.
Pedra de Arca, lim.º de Mozelos.
Pedra de Arca, limite de Vilanova.
Padrões.

Cavernães:

Antas, lim.º de Corredoura.
Penedo dos Cabritos.
Cilhal das Antas, lim.º da Corredoura.
Padrao, Carragozela.
Antas, lim.º da Corredoura.
Passos.
Pedra Longa.
Penedo do Arco, lim.º de Nogueiredo.
Antas, lim.º de Carragozela.
Pedra, lim.º de Corredoura.
Penedo da Moira, lim.º de Nogueiredo.
Pias, lim.º de Corredoura.

Cepões:

Lagar Velho, Nogueira de Baixo.
Parvoice.
Lagar dos Moiros, lim.º de Avinges.
Pedra do Gato, lim.º de Nogueira.
Vale da Víbora, lim.º de Avinges.
Vale da Zebra.
Chão da Campa, lim.º de Bertelha.
Lagar Velho da Lapa, lim.º de Avinges.
Cantinhos, lim.º de Canidelo.
Cobras, lim.º de Vila Chã.
Pedrões, lim.º de Canidelo.
Alcaria, lim.º da Igreja.
Chão do Mouro, lim.º da Igreja.
Pedra da Era, lim.º de Maceira de Baixo.
Pedra do Gato, lim.º da Igreja.

Côta:

Chão do Forno, lim.º de Sanguinhedo.
Penedo do Mouro, lim.º de Sang.º
Antas, lim.º de Sanguinhedo.
Cruzinha.
Passos, lim.º de Nog.ª
Orca, lim.º de Zonho.
Paço, id.
Ferve Água, lim.º de Vouguinha.

Coitos de Baixo⁽²⁴⁾:

Cobraccia.

⁽²³⁾ Cf. MENDES CORRÊA, A. (1929) — «A Geografia da Prehistória». Pub. Instituto de Antropologia da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto: 1-80.

⁽²⁴⁾ Couto de Baixo, segundo COSTA, A. (1936) — *Dicionário Chorográfico de Portugal Continental e Insular*, 5: 850.

Lagar Velho.
 Anta, lim.^e de Vila Nova.
 Arca, lim.^e da Portela.
 Mourisca.
 Forno.
 Pedra do Porco, lim.^e de Salgueiral.
 Arca, lim.^e de Dade.
 Outeiro do Crasto, lim.^e do Couto de Baixo.
 Antas, lim.^e de V.^a Nova.
 Arcainha do Paço, lim.^e de Salgueiral.
 Casinha da Arca, Lim.^e da Portela.
 Anta da Ribeira, lim.^e de V.^a N.^a
 (25)

Coitos de Cima (26):

Campa, lim.^e de S. Cosmado.
 Vale das Corças.
 Lagar.
 Crasto, lim.^e dos Coitos de Cima.
 Arca, lim.^e de S. Cosmado.
 Corgo do Crasto, lim.^e de S. Cosmado.
 Atraz do Castro, lim.^e dos Coitos de Cima (Baltazar Pessanha).
 Crasto, dentro da Quinta do Espinheiro, lim.^e da Póvoa do Espinheiro.
 Corgo do Castro, dentro da mesma quinta.
 Arca, lim.^e de Masgalos.
 Chão do Mouro.

Fail:

Castelo ou Pavia, lim.^e de Fail. Na margem esquerda do rio.

Farminhão:

Mouras — Moura.
 Pedra Audiência, lim.^e de Real.
 Regada de Cu de Galos.
 Arcainho, lim.^e de Outeiro de Real.
 Pé da Certã.

Fragozela:

Vinha do Paço.
 Pedra Aguda.
 Pedra da Cruz, Espadanal.

Lordosa:

Passô.
 Vilarinhos.
 Vilar.
 Forninho, limite de Bigas.
 Moirão.
 Outeiro Calvo.
 Paço.

(25) Neste passo o autor insere uma anotação que julgamos posterior e não integrável neste contexto:

Cruz, etc.	em todos	Telhas
Fornos, id.		Paredes
Lagar		Marco
Viso		Mó
		Roda
		Cerca
		nalguns Tremôa

(26) Couto de Cima, segundo COSTA, A. (1936) — *Diccionario Chorographico de Portugal Continental e Insular*, 5: 852.

Castelo, limite de Passô.
 Vale de Anta ou de Ante, lim.^e id.
 Crasto, lim.^e de Galifonge.
 Galifonge.
 Folha das Arcas, lim.^e de Fermentelos.
 Arca da Murtinheira, lim.^e de Vilar.
 Corças.
 Ola.
 Arcas, lim.^e de Lajeosa.
 Folha de Arcas, lim.^e de Lajeosa.

Lourosa:

Vendas do Castelo, lim.^e de Lourosa.
 Paço.
 Arcas, lim.^e de Teivas.
 Pedra Lavradada, lim.^e de Lourosa de Baixo.
 Pedrão.
 Fornito.
 Pias.
 Vale de Merdeiros, lim.^e de Rebordinho.
 Penedo Urco — lim.^e de Rebordinho.
 Arcos, lim.^e de Teivas.
 Algeriz, Cabanões de B.^o
 Marco da Corça.

Mundão:

Orca, lim.^e de Mundão.

Órgens:

Crasto (Vil de Souto?).
 Passo.
 Arca, lim.^e de Travassós.
 Almeirão.
 Tombaburros.
 Belga de Arca, lim.^e de Travassós.
 Ponte Mourisca, lim.^e de Tondela.

Povolide:

Crasto, lim.^e das Cadimas.
 Vilar de Ordem.
 Vila Corça.
 Crasto, de Vilar de Baixo.
 Crasto, lim.^e da povoação.
 Crestelo (localid.^e).
 Crasto, lim.^e do Cabril.
 Outeiro do Crasto.

Ranhados:

Castelo, lim.^e de Repezes.
 Pedras Alçadas.
 Quinta das Feiticeiras.
 Castelo, lim.^e de Ranhados.
 Algeriz, lim.^e de Ranhados.

Ribafeita:

Pedra do Gato, Covelas.
 Fornelo.
 Castro ou Castelo, lim.^e de Lustosa.
 Pedra de Arca, lim.^e de Ribafeita.
 Ameal.
 Lagar dos Mouros, Seganhos.

Rio de Loba:

Fornela.
 Forninho.

Passos.
Pedraão.
Padiarca — lim.^e de Barbeita.
Pedra Encavalada — id.

S. Pedro de Frame:

Castelo (localid.^e).
Pedra Aguda.
Pia.
Moimenta (localid.^e).

Santos Evos:

Fornelo.
Fonte dos Mouros, lim.^e de St.^{os} Evos.
Pedraão.
Pedras Agudas.
Lajes Gordas.

S. Salvador:

Antas, lim.^e de Margovelas (Ant.^o Nogueira) também se diz Santo do Meio.
Chão do Paço.
Cerca.

S. Cipriano:

Passos.
Vale das Pias.
Forninho.
Paço.
Vale das Pias, Ferrocinto.
Castelo, lim.^e do Aral.

Silgueiros:

Passos.
Pedra Cavaleira.
Campas, lim.^e de Passos.
Orca e Cabecinha de Orca, lim.^e do Loureiro.
Padrão, Silvares.
Vale das Corças, Pindelo.
Falorca.
Pedra Abutre.

Vila Chã de Sá:

Castelo, lim.^e de V.^a Chã de Sá.
Lagares.
Forno.

Vil de Soito:

Pedraão, Carriça.
Cramol ou Caramol, Poives.
Vale dos Corças.

Torredeita:

Mamoinha, lim.^e de Casal do Mato.
Tapada Moura.
Vale de Anta, limite de Torredeita.
Vibora.
Arcainha, lim.^e de Routar.

1931

Em 6 de Julho de 1931 fui de Viseu p.^a Santa Marta de Penaguião⁽²⁷⁾ (Sarnadelo).

Em 6 visitei Mateus e Panóias. Depois fui a casa do Sr. D. Francisco da Cunha Coutinho, em S.^{ta} Comba, visitar o sítio do Navalho na quinta dele, onde diziam haver restos antigos. Crasto? É um monte na margem do Banduje, afluente do Corgo. Nada de cerâmica. Taludes ou calços de cultura. Enfim, resultados negativos.

Em 18 de Julho de 1931 fui do Porto aos Padrões da Teixeira⁽²⁸⁾, p.^a ver a S o Chão de Arca. Apenas 5 túmulos com poucos restos de esteios.

Em 4 de Setembro de 1931 fui de Viseu, com Alm.^a Moreira⁽²⁹⁾ e Luís Canavarro de Moraes, a um reconhecimento de dólmenes a SO de Vila Nova de Paiva, entre Côtã e Queiriga. Visitámos três à direita da estrada que vai p.^a Vila Nova de Paiva.

O carro andou 80 km. O 1.^o dólmen, com vestígios da galeria p.^a E, tem *tumulus* e só se viam 3 esteios de câmara. O Almeida fez um croquis e o Moraes fez a planta. Um dos esteios tinha 2 «fossettes» exteriormente. (Vd. desenho).

Este dólmen está a cerca de 2 km de Vila Nova de Paiva, a 60 ou 70 m da estrada, no sítio da Tojeira ou Corgo dos Moços. No lugar chamam *orcas* aos dólmenes.

A 2 ou 3 km deste dólmen, p.^a o lado de Viseu, estão do mesmo lado da estrada, a 200 m desta, dois *tumuli*: um dum grande dólmen de que resta um esteio de pé e um vestígio de galeria p.^a E, outro, de um pequeno dólmen sem galeria, a poucos metros a N daquele. O sítio chama-se da Póvoa.

Está perto da estrada p.^a Côtã. Do lado oposto da estrada, vi pelo menos 2 *tumuli*.

7 Set.^o

A O de Vila Nova de Paiva, a cerca de 800 m algumas sepulturas cavadas nas rochas, nos Carvalhais, à direita da estrada p.^a Touro. Mesmo rente à estrada.

Na Póvoa, algumas casas com paredes arredondadas.

A NO da Póvoa visitámos 1.^o a Orca de Vale de Cadela (com a cobertura partida), com galeria a nascente e mamoa. Uma «fossette» na tampa.

Depois fomos à Orca do Vidoinho, junto de um caminho de Touro para S. João de Tarouca. Bela orca!



⁽²⁷⁾ Concelho do distrito de Vila Real.

⁽²⁸⁾ Lugar da freguesia de Teixeira, concelho de Baião, distrito do Porto.

⁽²⁹⁾ Cap. Francisco António de Almeida Moreira, professor e crítico de arte, organizador e director do Museu Grão Vasco.

As medidas da cobertura:

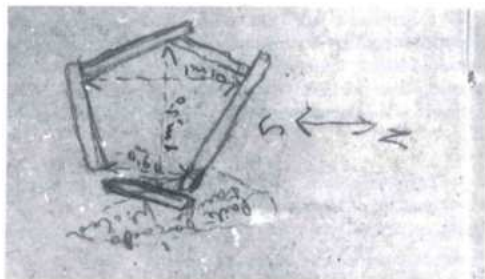
AB — 3,47 m
AC — 3,89 m
AD — 3,10 m

Maior larg.^a — 3,10 m.

Vestígios de pintura? em 2 esteios.

Fotografia — 1

A 200 m a N — uma antela com a tampa caída p.^a o lado.



Mais para N disseram-me haver mais 3, mas pequenas, mais ou menos como esta.

Voltámos à Orca do Vale da Cadela.

Comp. da galeria — 5,50 m.

Larg. à entrada da câmara — 0,90 m.



p.^{te} da cobertura ABCD

Na galeria ainda há 3 pedras de cobertura.
Com mamoa.

AC — 2,10 m
BD — 2,60 m

Rápida sondagem na câmara não deu nada.
Fotos de Gilb.^o de Carvalho.

Penedo Gateiro, a N da Póvoa, a 3 km de distância.

Abrijo sob rocha (granito) — marmitas. Escav.^o no abrijo não deu nada.
Dizem que há lá encanto, é uma mulher, uma moira a fiar, que segura o rochedo.

Fomos depois a Castelejos, outeiro encimado por um amontoado granítico, a 1500 m a NO da Póvoa. Nenhum caco. Nenhum talude. Apenas na vertente ocidental alguns restos de edificações rudes (muros divisórios? cortelhos? cabanas?).

Mais abrupto a S e a E. Um ribeiro a E e a S.

Quando muito, abrijo temporário.

Gilberto fez uma foto.

Nos Lenteiros, entre Castelejos e Póvoa, uma mamoa e os restos de uma orca; alguns esteios ao alto, uma galeria p.^a nascente.

Um muro atravessa a galeria.

Uns 20 m a NE desta orca, uma antela com mamoa, tudo coberto de terra ainda.

No Vale de Porcas, a O da Póvoa uns 600 m, uma mamoa vandalizada, só um esteio, pequena galeria p.^a SE.

A S desta, no Vale do Poço, ao lado do caminho, a já citada.

Está a poucos metros a N do caminho da Póvoa p.^a Cerdeira.

Tem mamoa, alguns esteios caídos, outros de pé, a mesa quase no seu lugar.

Corredor bem marcado.

Mamoa com 12 m de raio.

A laje de cobertura — 3,70 x 2,70 m.

Comp. do corredor — 6 m.



A cobertura tombada
p.^a este lado

O corredor abre p.^a SO

A SE de Vila Nova de Paiva, uma orca maior que não tivemos tempo de visitar.

Explorações da Cidade do Porto⁽³⁰⁾

Em 12 de Abril de 1932, pelas 5 e tal da tarde, fui com St.^{os} J.^{or} pela Travessa do Souto procurar a Viela de que fala o documento de 1519, que d'ali conduz à Cidade de sobre os Pelames. Seguimos pela rua dos Pelames e fomos deparar na calçada do Corpo da Guarda com uma alta muralha que serve de talude a uma eminência de terreno, de que não suspeitávamos e que é oculta pelo casario a ela encostado, da calçada do Corpo da Guarda, da rua ⁽¹⁾ e trav. do Loureiro, da rua Chã e ainda um pouco do próprio largo do Corpo da Guarda. Entrámos numa ruela particular que da referida eminência vem abrir no largo do Corpo da Guarda e das traseiras do posto de Guarda Fiscal existente ao fundo, vimos o desnível em relação a S. Bento. Visitámos depois um quintal do antigo Salão do Corpo da Guarda [no fim do séc. XVIII era o palácio dos duques de Lafões e foi por ele vendido ⁽²⁾ a Rodrigo Xavier de Sousa da ⁽³⁾, por estar desabitado e em via de demolição, o que consta de documentos em poder do actual proprietário, Sr. Luís Guimarães] e verificámos que esse quintal e o da escola da Sé vizinha são os pontos mais altos da eminência. Falámos depois com o Sr. Guimarães na s/ casa da rua Chã, cujo quintal (à altura do 4.º andar) ele nos mostrou. Empréstou-me os velhos documentos da propriedade, em que se fala do palácio dos duques de Lafões, duma casa como a Torre e de uma viela do Monte ⁽⁴⁾, ali.

Autorizou escavações quando quiséssemos.

Em 13, fui à repart.^o da carta da Cidade na Câmara e verifiquei que aquele morro não estava cotado, prometendo-me Barreiros e Nascimento mandar fazer o respectivo levantamento.

Em 14, às 10 da manhã, comecei uma breve exploração no terreno do Sr. Luís Guimarães a O da escola da Sé, estando presentes Santos J.^{or}, Damião Peres e Rosas da Silva. Américo tirou fotografias. Trabalharam dois cavadores.

Abriu-se uma vala exploradora no sentido ⁽⁵⁾ ESE-ONO, com 1,80 m de profundidade média (até à rocha natural), e mais de 1 m de largura. Logo no começo, no lado oriental, apareceu a 2 palmos da superfície uma moeda de D. Sebastião. Pouco depois o Sr. Guimarães encontrava uma de D. João V à superfície dum muro e dava-ma. Há muitos entulhos evidentemente recentes. Aparecem entretanto cacos que *podem* ser antigos (tijolos, imbrices, fragm.^{tos} de vasos), talvez mesmo alguns pregos, mas nada é *tipicamente* antigo.

Ao fim da tarde a vala ainda não atingira o extremo ocidental do terreno. Faltavam uns 2 m.

Nos cortes nota-se uma espessa camada de terra vegetal muito negra (cerca de 1 m e 20 cm) e depois terra ⁽⁶⁾ mais clara até à rocha natural (granito, mais ou menos decomposto à superfície). Em toda a espessura há cacos modernos, o que mostra revolvimentos. Aqui e ali aparecem estratificações lenticulares claras, de entulhos.

A escavação foi visitada durante o dia pelos engenheiros Barreiros (Ant.^o e Guilherme), e pelo Artur Mag.^s Basto, e pelo prof. Castro Portugal.

Dia 15 — Concluiu-se a vala transversal, mas não se aprofundando na metade ocidental mais de 1,20 m, por aparecer sempre a mesma coisa: entulhos modernos. Porém a 2,5 m do extremo ocidental apareceram pedras argamassadas umas com outras a cerca de 80 cm de profundidade, formando duas paredes (?) normais à vala. Abriu-se portanto uma vala nessa altura normal, para N.

O Américo às 3 1/2 da tarde fez uma fotograf.^a dos trabalhos.

Tenho pouco esperança.

Visitei a poente a porta da Fábrica da Refinação, sobre a calçada do Corpo da Guarda, em frente à rua dos Pelames. Fui a um terraço da mesma mais a N. O casario é complicado. Há muros modernos e antigos. As casas da R. do Loureiro já estão na base da Cidade.

⁽³⁰⁾ Em 1983 apresentámos este registo ao Seminário de Arqueologia Portuense organizado pelo GEAP e pela Câmara Municipal do Porto, integralmente transcrito nas respectivas Actas. Cf. GONÇALVES AAHB (1984) — «O diário das escavações do Prof. Doutor Mendes Corrêa na Cidade do Porto». *Arqueologia (Porto)*, 10: 18-21.

Dia 16 — Continuou-se no descobrimento das fundações a O. A mesma entulhagem em toda a parte.

Dia 18 — 4 trabalhadores. Continuou o descobrimento das fundações. São de aparência relativamente moderna, mas a ausência de qualquer outro vestígio e a profundidade permitem pensar em construções de há 3 ou 4 séculos. Coevas do palácio de Lafões, ou anteriormente? Não sei. Mas parecem m.^{to} anteriores.

Como choveu bastante, o trabalho foi lento. Entulho como anteriormente.

Dia 19 — Continuou o isolamento dos alicerces e prolong.^{to} da escavação a pôr estes a nu. Apareceu na vala paralela do N uma moeda (ceitil de D. João III). Ao lado dos alicerces.

Estamos, St.^{os} J.^{or} e eu, sem esperança de encontrar nada de curioso.

Dia 20 — Continuou a escavação, sob a vigilância do Claro. Isolaram-se as paredes, que não assentam na rocha mas em terra. O Claro fez uma planta e o Américo tirou a fotogr.^a das paredes. Começou depois o levantamento das pedras das paredes para escavar por baixo (a mais de 2,5 m de prof.^o). Apareceu junto duma das paredes uma moeda espanhola que o Damião Peres classificou presumívelm.^{te} de Henrique II (séc. XIV).

Dia 21 — Levantaram-se as pedras. Começou a escavar-se por baixo destas. Apareceu um fragmento da família *sigillata*? (tom amarelado). Eu mesmo o limpei da terra. Apareceu um alfinete antigo de latão, vários cacos antiquados ⁽⁷⁾, duas moedas.

À tarde a escavação foi visitada por Pedro Vitorino e Rui que animaram a prosseguir.

[NOTAS]: ⁽¹⁾ (em 1836 era de S. Bento das Freiras?).
⁽²⁾ em 1797.
⁽³⁾ Silva Alcoforado e Lencastre.
⁽⁴⁾ a Norte.
⁽⁵⁾ de eixo transversal.
⁽⁶⁾ um pouco (palavras cortadas no original).
⁽⁷⁾ (um vidro árabe?).

(31)

* *
*

26-IV-32 — Informação de Alberto Cabral. Na Cogula ⁽³²⁾ (perto de Trancoso) há restos de edificações antigas e apareceram painéis, etc. Pedir informações ao Sr. Francisco Crespo — Cogula.

Informação do Sr. Augusto Morna — Citânia entre Penaverde e Forninhos ⁽³³⁾, num caminho que vai da estrada de Fornos de Algodres a Aguiar da Beira. A pé 3/4 de hora. Falar a P.^o Joaquim dos St.^{os} Aragão, reitor de Penaverde.

Em 9-IX-32 — Fui do Porto à Póvoa e Balazar. Com Pessoa e Santos Graça. Capela de S.^{ta} Cruz de Balazar — Lenda das cruzes no chão — Siglas dos poveiros na porta.

Aldeia de Escariz — freg.^a de Balazar, a 14 km a E da Póvoa de Varzim (perto há um lugar de Vila Pouca). A 5 km da cidade de Bagunte ninguém sabia de que havia essas coisas.

⁽³¹⁾ Sobre o tema acabado de referir, veja-se: MENDES CORRÊA, A. (1932) — «As Origens da Cidade do Porto». *Rev. Estudos Nacionais*, Ed. Pátria (Gaia), 14: 1-54; id. (1934) — «Cale, Portucale e Porto». *Arq. do Sem. Estudos Galegos* (Santiago de Compostela), 6: 161-213; id. (1935) — «As Origens da Cidade do Porto (Cale, Portucale e Porto)». 2.^a ed. Fernando Machado e C.^a (Porto). 1-77 p.; id. (1936) — «A Antiguidade do Porto (A propósito de algumas críticas a 'As Origens da Cidade do Porto')». *Trab. Associação Arqueólogos Portugueses*, 2: 21-57; id. (1940) — «Fontes Antiquitatum Portucalensis». *Bol. Cult. Câmara Municipal do Porto*, 3: 181-202.

⁽³²⁾ Povoação e freguesia de S. Miguel, concelho de Trancoso, distrito da Guarda.

⁽³³⁾ Freguesia do concelho de Aguiar da Beira, distrito da Guarda.

Os achados (cacos e pedras) com o arado deram p.^a um grande aterro dum caminho.

Na aldeia de Além apareceram umas casas (?).

O proprietário, Sr. Manuel Murado, disse-me que há dois anos em Escariz, foram encontradas com o arado em plantações, coisas que me parecem:

Mós manuais.

Lateres.

Tégulas.

Rectângulos de pedra com desenhos (letras ?).

etc.

Nas visitas ao local não deu *nada*. Villa?

Em 13-XI-32 fui do Porto a S. Miguel-o-Anjo⁽³⁴⁾, com Artur⁽³⁵⁾. O povo diz haver no monte uma «mina dos moiros». Há uma capelinha e coretos. Vêm-se em torno do monte 2 ou 3 taludes artificiais.

Restos à superfície do solo — nada vi.

Informação de Manuel Pinto.

Monte das Coroas — Ruivães — Conc.^o de Cinfães.

Em 27 Dez. 1932 fui com Santos Júnior e Ant.^o Almeida ver a mamoa de Ardegães⁽³⁶⁾, a «Pedra Partida» (gravuras), também de Ardegães⁽³⁷⁾, a mamoa de S. Pedro Fins⁽³⁸⁾, o cemitério luso-romano da mesma e a mamoa de Leandro⁽³⁹⁾ (ainda 2 esteios visíveis).

1933

22-III-33 — No lugar da Lagoa ou Fragosa, da freguesia de Averomar⁽⁴⁰⁾, à medida que iam tirando a areia, encontraram um campo liso de boa terra arável, com um muro, uma pedra  desta secção e telha de rebordo. Campo de Joaquim Flores. Apareceram também garranjos (truncos de árvores) e esqueletos de animais.

A S, a algumas dezenas de metros, a vila do Fortes⁽⁴¹⁾.

À beira duma lagoa, que hoje escoia por um canal.

Mais perto da estação do Fortes apareceram os restos dum aqueduto e de um caminho feito de godos (larg. >1 m? — parte está ainda debaixo da areia).

Em 14-7-33 fui com St.^{os} J.^{or} a Vitorino de Piães⁽⁴²⁾ (Ponte de Lima), sob indic.^o do Sr. Augusto Soucaux, que nos acompanhou, bem como o Sr. Cândido de Oliveira Castro, prof. oficial local, e fomos ao Monte da Nória ou da Nô, ver umas *Covas de Moiros*. São minas? Várias entradas. Numa sala um sinal no tecto  e perto da entrada está gravado 1874.

No sítio das Pedras Miúdas, a O das Covas, perto destas, ainda no monte, um

⁽³⁴⁾ Freguesia de Delães, concelho de Vila Nova de Famalicão, distrito do Porto.

⁽³⁵⁾ Dr. Artur Magalhães Basto.

⁽³⁶⁾ Lugar da freguesia de Águas Santas, concelho da Maia, distrito do Porto. Cf. MENDES CORRÊA, A. (1934) — «Cale in Callaecia (1934)». *Anuário del Cuerpo Facultativo de Archiveros, Bibliotecários y Arqueólogos* (Madrid), 1: 1-8; id. (1934) — «Cale Portucale e Porto». *Arq. do Sem. Estudos Galegos* (Santiago de Compostela), 6: 161-213.

⁽³⁷⁾ Esta importante pedra insculptada foi na década de 60 estudada por Elisabeth Shee. Cf. TWOHIGES (1981) — «A pedra decorada de Ardegães de Águas Santas (Concelho da Maia)». *Arqueologia* (Porto), 3: 49-53.

⁽³⁸⁾ Povoação e freguesia de S. Pedro, concelho da Maia, distrito do Porto.

⁽³⁹⁾ Lugar da freguesia de S. Pedro, concelho da Maia, distrito do Porto.

⁽⁴⁰⁾ Concelho da Póvoa de Varzim, distrito do Porto.

⁽⁴¹⁾ Dr. José Fortes (?-1919), arqueólogo.

⁽⁴²⁾ Vitorino dos Piães, povoação e freguesia de Santo André, concelho de Ponte de Lima, distrito de Viana do Castelo.

outeiro com pedras pequenas e taludes (castro?). Os pastores diziam que era ali a morada dos moiros que tinham as covas, que nestas há riquezas e que tocam lá dentro os sinos ao meio dia. Uma mulher, dizem, encontrou lá uma bacia (?).

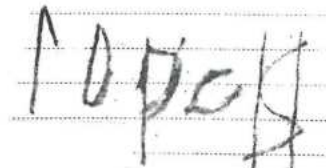
O monte do Castelo — a poente de Vitorino de Piães.

Penedo rajado (no alto) com grandes marmitas de erosão e uma cruz negra (de piche, dizem os pastores), na verdade duma tinta como que envernizada.

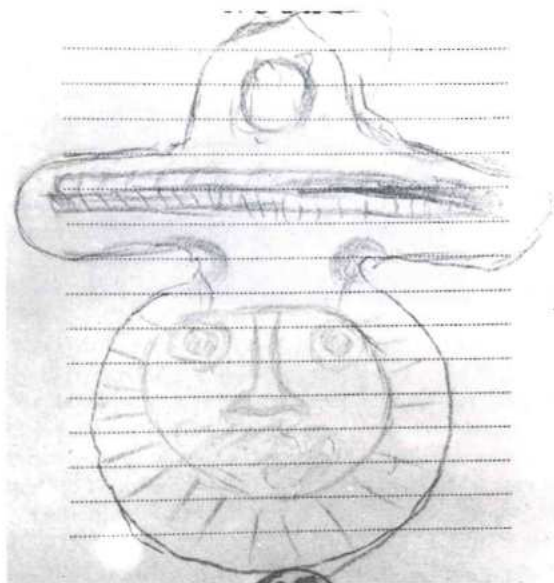
1934

Num tijolo do castro de Poiareis⁽⁴³⁾ (Régua), de Costa e Almeida⁽⁴⁴⁾.

1 pondus de barro.



2 peças de bronze como a desenhada na pág. seg.^{te}



Sem data

No sítio da Pedreira, em Silgueiros de Bodiosa⁽⁴⁵⁾, em terreno de Custódio Rod.^a da Rua.

Altura da abóbada 1,5 vara.

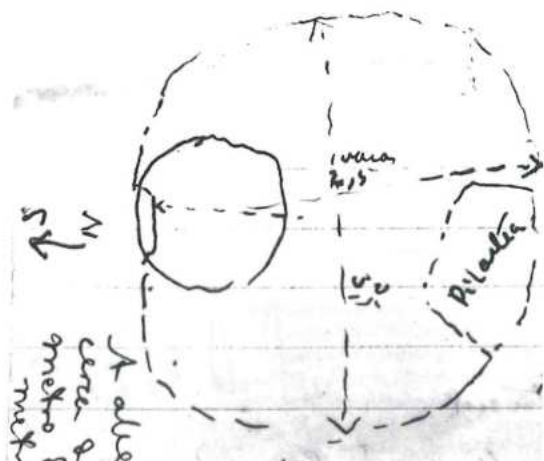
A vara média 4 palmos.

A cova estava cheia de entulho — pedras, tijolos, frag.^{tos} de gr.^s vasos.

⁽⁴³⁾ Povoação e freguesia de S. Miguel, concelho de Peso da Régua, distrito de Vila Real.

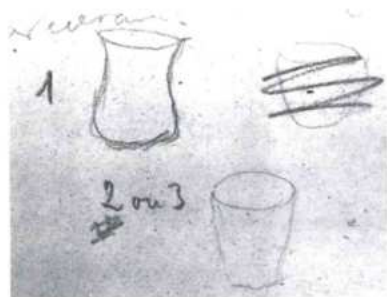
⁽⁴⁴⁾ Dr. António Corrêa da Costa e Almeida, sócio da S. P. A. E.

⁽⁴⁵⁾ Lugar da freguesia de S. Miguel, concelho e distrito de Viseu.



A abertura [tinha] cerca de um metro de diâmetro.

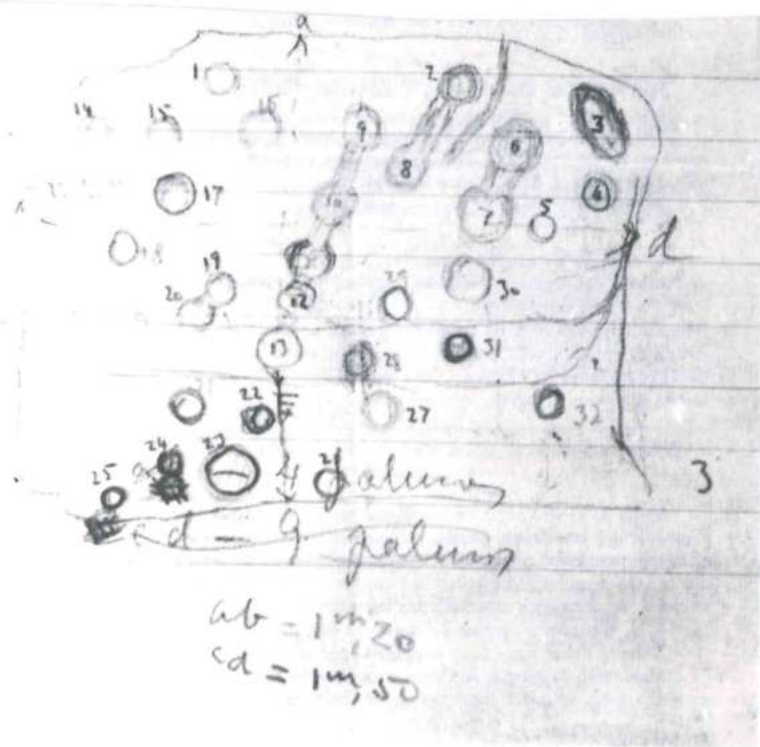
Em Orca da Póvoa (46) (Vale do Poço) apareceram:



(46) Concelho de Vila Nova de Paiva, distrito de Viseu

Em 13 (47) — ao fim da tarde.

Entre Carrazedo (48) e Goivães, no meio de Chã do Alvão, a 50 m a SE da mamoa que fica a poente do rio da Loura — numa vedação de bouça estava o esteio dum dólmen com 32 covinhas.



ab = 1,20 m
cd = 1,50 m

(49)

(47) Apesar de o original não estar datado, a bibliografia indicada na nota seguinte permite concluir que este registo foi efectuado em 1928.

(48) Lugar da freguesia de Soutelo de Aguiar, concelho de Vila Pouca de Aguiar, distrito de Vila Real. Cf. MENDES CORRÊA, A. (1929) — «A cronologia das mais antigas inscrições do Noroeste da Península». *Asociacion Española para el Progreso de las Ciencias. (Congreso de Barcelona)*, 1: 31-56; id. (1930) — «L'art rupestre préhistorique dans le nord-ouest de la Péninsule Ibérique», *XV Congr. Int. d'Anthrop. et Arch. Préhistorique (Portugal). IV Session de l'Inst. Intern. d'Anthropologie*, 1: 383-386.

(49) As notas (1) a (48) são da responsabilidade de A.A.H.B.G.

NECRÓPOLE PRÉ-HISTÓRICA DA ABOBOREIRA (DISTRITO DO PORTO) UMA HIPÓTESE DE DIACRONIA

VÍTOR OLIVEIRA JORGE

Numerosas têm sido as publicações sobre as mamoadas da Aboboreira, maciço granítico, de superfície aplanada, existente entre os concelhos de Amarante, Baião e Marco de Canaveses, na extremidade oriental do distrito do Porto. Quase todos os monumentos ali escavados, entre 1978 e 1988, se encontram à disposição dos estudiosos, sobretudo através de artigos vindos à estampa em revistas como a *Arqueologia* (editada pelo Grupo de Estudos Arqueológicos do Porto), a *Portugalia* (nova série) (do Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras da mesma cidade) e os *Trabalhos de Antropologia e Etnologia* (editados pela Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia), para só citar algumas publicações. De 37 monumentos conhecidos (note-se que nos referimos tão-só à serra da Aboboreira, e não a toda a área do projecto arqueológico do mesmo nome — que abrange ainda a zona entre o Douro e o Ovil, seu afluente —, na qual aquela cifra se eleva para 54), 33 foram já intervencionados.

Actualmente, um balanço muito genérico aponta para a seguinte tipologia:

- estruturas sem corredor, correspondentes a dólmenes de maior ou menor dimensão, sob mamoadas em terra revestidas por couraça lítica: 26;
- estrutura «em poço», sob mamoadas em terra do mesmo tipo das anteriores (Chã de Santinhos 2): 1;
- dólmen de corredor (Chã de Parada 1): 1;
- *cairns*, ou seja, mamoadas apenas feitas por acumulação de pedras, neste caso todas de pequena altura (Outeiro de Gregos 1 e 5, Meninas do Crasto 4): 3;
- cista megalítica de época campaniforme, sob mamoadas em terra com revestimento de couraça pétreia (Chã do Carvalho ou Cruz de Ferro 1): 1;
- indefinido (Chã do Carvalho ou Cruz de Ferro 2): 1.

As datas de C14 disponíveis (e também na sua quase totalidade publicadas) aproximam-se da meia centena. Descontando embora aquelas que são manifestamente anómalas, ou que precisam de ser testadas por novas análises, não há dúvida de que estamos perante o conjunto tumular pré-histórico mais bem datado do nosso país.

Neste breve texto pretendemos tão-só equacionar, com base nessas datações, uma hipótese de evolução diacrónica desta necrópole de mamoadas pré-históricas. Para isso usaremos sempre datas convencionais, não calibradas, e não teremos a preocupação de as citar todas, mas apenas aquelas que consideramos mais relevantes. Logicamente que, como todas as hipóteses, a que aqui apresentamos envolve um certo risco, e opções de onde não está ausente alguma subjectividade.

As mamoadas que com certeza podemos considerar mais antigas situam-se por volta dos meados do IV milénio a. C., e correspondem a antas sem corredor, que aliás estão em esmagadora maioria na Aboboreira. Uma delas ocorre em posição de relativo isolamento: é a mamoadas de Monte da Olheira (data para o topo do «solo antigo»: GrN-15 331 — 3450 ± 40 a. C.); outra, pertence a um núcleo de, pelo menos, três, que se deve ter constituído ao longo do tempo: é Chã de Parada 4 (datas para lareiras situadas ao nível do topo do «solo antigo»: ICEN-162 — 3520 ± 45 a. C.; ICEN-171 — 3420 ± 130 a. C.; ICEN-169 — 3470 ± 40 a. C.). Ambas se encontram acima da curva de nível dos 700 m (como, aliás, grande parte dos monumentos do conjunto de que tratamos).

Anote-se que diversas datas obtidas apontam para a primeira metade do IV milénio a. C., ou mesmo (num caso) para os finais do V milénio. Referimo-nos a datações de Monte Maninho (CSIC-755 — 3730 ± 80 a. C.; GrN-15 565 — 3855 ± 40 a. C.) e de Cabritos 3 (GIF-7020 — 4150 ± 70 a. C.). Todavia, para já, não sabemos como as valorizar, pois os carvões provêm dos solos antigos enterrados, não havendo condições estratigráficas para relacionar tais carvões com a erecção dos monumentos.

Em torno, *grosso modo*, de 3300 a. C., assiste-se provavelmente à construção de um número considerável de túmulos, entre os quais há que colocar Furnas 2 (topo do «solo antigo»: CSIC-775 — 3320 ± 70 a. C.) e talvez também Furnas 1 (base do monumento: CSIC-777 — 3300 ± 70 a. C.), Meninas do Crasto 2 (topo do «solo antigo»: CSIC-656/657/658 — 3310 ± 50 a. C.), e Outeiro de Gregos 3 (terras do *tumulus*: FN-2765 — 3250 ± 65 a. C.; FN-2766 — 3280 ± 75 a. C.). De novo nos encontramos perante dólmenes sem corredor, de câmara poligonal de pequenas dimensões (à excepção de Furnas 1, encontrada já em grande estado

de destruição), um deles relativamente isolado na paisagem (Meninas 2), os restantes integrados em núcleos. Continuamos a estar acima da curva de nível de 700 m.

Nos finais do IV milénio a. C. foi construído um monumento de câmara fechada naviforme, a Mina do Simão, que se encontra absolutamente isolada numa área deprimida, junto a um ribeiro. As datas não parecem dar lugar a dúvidas: o topo do «solo antigo» foi datado de 3180 ± 90 a. C. (CSIC-717), enquanto a base do enchimento da câmara de 3100 ± 70 (CSIC-716) e de 3060 ± 70 (CSIC-715). Se adoptássemos uma perspectiva evolucionista linear relativamente às arquitecturas, diríamos que esta anta parece anunciar monumentos de espaço funerário mais alargado, embora sem corredor, como Outeiro de Ante 1 (com abertura na câmara) e Chã de Parada 3 (com pinturas a vermelho em vários dos esteios). É bem possível, de facto, que com o correr do tempo se tenha verificado a tendência para um ou outro monumento aumentar de volume, tornando-se mais imponente no espaço e, eventualmente, ostentando uma nova carga simbólica nas suas paredes internas, ornamentadas. Esse fenómeno pode corresponder à ascensão de certos grupos ou linhagens no seio de sociedades tradicionalmente igualitárias. O que não há dúvida é que tal tendência, a ter-se verificado, não acabou com as pequenas construções, como veremos a seguir; quando muito, pode ter promovido o seu polimorfismo. Torna-se neste momento prioritário obter datações para Outeiro de Ante 1 ou Chã de Parada 3; mas não nos surpreenderíamos se viessem a posicionar-se nos fins do IV, princípios do III milénios a. C., ou mesmo mais tardiamente.

A viragem do IV para o III milénio assiste de novo a uma proliferação de construções: umas, como em Chã de Santinhos 1 e 2, criam um novo núcleo abaixo da curva de nível dos 700 m; outras, como Meninas do Crasto 3, aparecem em relativo isolamento (pelo menos de acordo com os nossos dados actuais); outras ainda, como Outeiro de Gregos 2, acrescentam-se a áreas onde já existia, pelo menos, uma mamoa. Aliás, de todos os núcleos da Aboboreira, são os de Outeiro de Gregos e de Chã de Parada que parecem mostrar uma mais notável pervivência. Se considerarmos em conjunto os núcleos de Outeiro de Gregos, da Abogalheira e de Outeiro de Ante, com uma totalidade de 11 mamoas todas situadas nas imediações daquele último outeiro, verificamos que estamos perante a maior aglomeração da Aboboreira, num dos pontos mais elevados da «Serra». Para Chã de Santinhos 1 (GIF-6783 — 3030 ± 50 a. C.) e 2 (GIF-6785 — 2980 ± 50 a. C.; GIF-6784 — 3040 ± 50 a. C.) temos datas que correspondem a lareiras situadas ao nível do topo do «solo antigo». Para Outeiro de Gregos 2 as datas referem-se a carvões oriundos também do solo enterrado, sendo de assinalar a sua coincidência (CSIC-547 — 3000 ± 50 a. C.; CSIC-774 — 3080 ± 70 a. C.). Finalmente, para Meninas do Crasto 3 a data de 3010 ± 70 a. C. (CSIC-776) corresponde, mais uma vez, ao topo do «solo antigo» enterrado sob o *tumulus*. Acrescente-se que em todos estes casos estamos perante pequenas câmaras poligonais, com excepção do exemplar *sui generis* de Chã de Santinhos 2, que, como dissemos, é uma estrutura «em poço» escavada na alterite granítica, sem paralelo, que saibamos, na Península Ibérica. Aliás, quando outras necrópoles ditas «megalíticas» forem escavadas com a mesma preocupação de exaustividade que nos tem norteado neste caso, estamos certos de que muitos outros exemplares «estranhos»

verão a luz do dia; até lá, continuaremos a discutir fenómenos parcelares, que inibem, ou falseiam, a realização de uma síntese do nosso «megalitismo» no seu conjunto.

Durante a primeira metade do III milénio a. C. (Neolítico Final-inícios do Calcolítico) a construção dolménica atinge o seu apogeu na Aboboreira. É então que se erige o dólmen de Chã de Parada 1, com corredor curto, e grande câmara poligonal alargada. Trata-se de um monumento provido de uma espécie de «átrio» fronteiro ao corredor (à semelhança do que se tem encontrado noutras áreas, como no dólmen de Madorras 1-Sabrosa, Trás-os-Montes — escavações de Huet B. Gonçalves — e de Dombate, na província da Corunha, Galiza — escavações de J. Bello Diéguez) e com uma série de gravuras praticadas nos seus esteios. Estas, se nuns casos são típicas do Noroeste peninsular (motivo indefinido da laje de cabeceira, a que E. Shee Twohig chama «the thing»), noutros parecem integrar-se numa imagética largamente espalhada na Península durante o III milénio («face oculada», figura esteliforme). O investimento em trabalho humano que estes monumentos representam articula-se bem com um amplo período de utilização, que no caso de Chã de Parada deve ter atingido os inícios do II milénio. Eram espaços cénicos para a realização de cerimónias de culto, em que certamente a comunidade se revia em antepassados cuja descendência directa era reivindicada por uma certa fracção do corpo social. O solo antigo do grande dólmen aboboraço deu-nos datas de 2660 ± 45 a. C. (ICEN-173) e de 2685 ± 100 a. C. (GIF-7873), que balizam um momento a partir do qual a construção se pode ter realizado. A data de 1990 ± 80 a. C. (GIF-7672), para carvões provenientes dos interstícios das pedras da chamada «estrutura de fecho», fronteira à entrada da câmara, indica com toda a probabilidade uma fase terminal de utilização do sepulcro.

A primeira metade do II milénio corresponde a uma última fase de construções tumulares (isto é, providas de mamoa) na Aboboreira. Por um lado, tais construções situam-se numa longa tradição de assinalar os monumentos no terreno; mas, por outro, é já óbvia a tendência para o «individualismo» dos rituais, para o «disfarce» de certos elementos ligados aos mortos, que perdem o carácter de referências comunitárias antes presente. Assim, na cista megalítica de Chã do Carvalhal 1 (cuja volumosa mamoa ostenta ainda as técnicas de construção em terra tradicionais), os objectos mais preciosos parece que foram enterrados no *tumulus* (dois punhais de tipo campaniforme, cinco pontas de Palmela, todos em cobre) e não na câmara, que apesar de tudo terá contido vasos campaniformes, destruídos e espalhados pelas violações. Não há dúvida de que estamos perante um monumento tardio, embora situado na proximidade de outras mamoas, estas megalíticas (todas abaixo da curva de nível de 700 m). Esta tendência é ainda mais patente no topo da «Serra», onde se constroem sepulcros isolados (Meninas do Castro 4, próxima de um dos pontos mais elevados), ou integrados num núcleo já existente (Outeiro de Gregos 1 e, eventualmente, Outeiro de Gregos 5 — a cronologia deste último monumento, desprovido de estrutura interna, levanta ainda dúvidas, dada a ausência de espólio e o facto de as datas, conseguidas a partir de carvões situados sob a mamoa, onde podem ter sofrido contaminações, serem discrepantes entre si). Todos estes três últimos sepulcros são, como dissemos, *cairns*, isto é, estruturas totalmente construídas com pedras. Em Outeiro de Gregos 1 temos uma câmara

baixa, cistóide, embora de forma poligonal, que nos revelou uma espiral em prata, atribuível ao Bronze Antigo; o *cairn* propriamente dito é rodeado por um pavimento horizontal, que se prolonga inusitadamente para leste, constituindo uma superfície trapezoidal em cuja extremidade existiu uma estrutura sub-retangular possivelmente relacionada com o culto. Resultante de qualquer ritual de fundação, ou de uma eventual ocupação (imediatamente?) anterior, foram encontrados os restos de um vaso decorado com mamilos, e provido de asa, sob o pavimento da estrutura periférica; tal vaso integra-se numa «família» de formas frequente no Noroeste peninsular, e igualmente atribuível à Idade do Bronze Antigo. Sob a grande laje horizontal que, segundo tudo indica, dava acesso à mencionada estrutura rectangular, foram recolhidos carvões datados de 1670 ± 50 a. C. (CSIC-772) e de 1410 ± 50 a. C. (CSIC-771). Quanto a Meninas do Crasto 4, podemos dizer que era um monumento rodeado por um anel de grandes lajes megalíticas, muito violado no seu interior; tal não nos impediu de encontrarmos, nas terras revolvidas, uma outra espiral em prata e parte de um vaso troncocónico, com mamilos alongados sob o bordo. Mais importante que tudo foi, porém, a detecção de um «solo antigo», bem selado por um nível de construção, cujo topo nos revelou, uma vez mais, abundantes carvões, que puderam ser datados: 1880 ± 50 a. C. (CSIC-661) e 1850 ± 50 a. C. (CSIC-660). Na alterite granítica da base encontrámos apenas o que deverão ser indícios de antiga(s) estrutura(s), com toda a probabilidade de tipo cistóide.

Como vemos, a diacronia da necrópole pré-histórica da Aboboreira está hoje bem estabelecida: vai dos meados do IV milénio (se não dos seus inícios... é assunto ainda a esclarecer) aos princípios do II milénio a. C., ou seja, de um Neolítico Médio a um Bronze Antigo. Aparentemente, os monumentos começaram por se implantar nas chãs altas, de forma isolada, ou, quando muito, agrupados em núcleos de dois (Furnas). Na passagem do IV para o III milénio, se não antes, encontramos já mamoeiras abaixo da curva de nível dos 700 m, num caso agrupadas (Chã de Santinhos). Mas os grandes núcleos do alto da serra, como Outeiro de Gregos, resultam de adições, ou daquilo que chamámos «processo de necropolização», efectuado ao longo de mais de 1500 anos. Esse facto pressupõe estabilidade de tradições funerárias, e possivelmente mesmo de populações, que mantiveram viva na sua memória a carga sagrada de determinados locais afectos aos mortos e, como tal, fundamentais para a «organização simbólica» dos territórios dos vivos. Podemos-nos porém perguntar, dada a nossa ignorância sobre os povoados destes últimos: onde estariam, em cada momento, tais *habitats*, e qual a relação espacial que entreteriam com os núcleos sepulcrais? Parece-nos que a situação poderá ter evoluído ao longo do tempo. As sugestões que a seguir se seguem são meras conjecturas, minimamente apoiadas em certos indícios, mas que poderão ser úteis para a orientação das pesquisas, que ainda têm muito que fazer na região que nos ocupa.

Creemos que os construtores da maior parte das mamoeiras escavadas habitavam nas suas proximidades. Alto teor em fosfatos de alguns «solos antigos» já analisados; presença de artefactos e, por vezes, de buracos de poste nesses solos; abundância de moinhos manuais reaproveitados como material de construção, são indicações de que os frágeis *habitats*, feitos em materiais perecíveis, se

deveriam encontrar nas imediações (por vezes mesmo, talvez, imediatas) dos sepulcros. Aliás, essa é a realidade verificada em cemitérios congêneres de outras regiões da Europa. As análises antracológicas ensinam-nos que a serra da Aboboreira deveria estar coberta, durante o IV e o III milénios, por uma vegetação esparsa de carvalhos, acompanhados de gramíneas, onde queimadas controladas poderiam abrir clareiras necessárias à agricultura. E esta, que muito possivelmente não utilizaria ainda o arado, teria mais facilidade em se exercer nos solos magros das chãs do que na terras pesadas dos vales, quicá ocupadas, então, por vegetação mais densa e, até certo ponto, impenetrável. As zonas baixas seriam então utilizadas para a caça, a recollecção, a pesca. Não temos que imaginar os territórios dos construtores de megálitos confinados às chãs; um bom conhecedor do terreno sabe com que facilidade, ainda hoje, pessoas e gado se deslocam dos vales ao «monte», e vice-versa; os *plateaux* são, aliás, desde tempos imemoriais, os mais fáceis e óbvios lugares de passagem, de trânsito de uma área para outra. É até possível que os territórios de exploração se organizassem, já então, no sentido «vertical», incluindo diferentes tipos de recursos e de nichos ecológicos, desde os vales às zonas altas; mas seria nestas últimas que, provavelmente, cada comunidade faria a sua agricultura e apascentaria o seu gado, colocando aí os túmulos dos seus antepassados como uma marca simbólica de apropriação. Por vezes, os monumentos parecem estar em relação com linhas de água (o caso da Mina do Simão é paradigmático), ou com nascentes (a mamoeira do Monte da Olheira é um bom exemplo), não sendo impossível que eles simbolizassem, entre outras coisas, o acesso de uma comunidade a esse recurso. À medida, porém, que os territórios disponíveis se foram tornando escassos, ou esgotados pelas repetidas queimadas, e que a tecnologia disponível permitiu uma intensificação da produtividade agro-pastoril, é bem provável que as populações tenham estendido cada vez mais a sua actividade aos vales mais férteis. Cerâmicas campaniformes apareceram na estação do Tapado da Caldeira, próximo de áreas ainda hoje intensamente agricultadas; e a mamoeira de Chã do Carvalhal 1, da mesma época genérica, não está longe de terrenos actualmente aproveitados com o mesmo fim (área da aldeia de Lavra). São zonas mais baixas da serra, longe das grandes aglomerações de mamoeiras dos altos. Que estas continuavam, porém, a manter uma tradição funerária, provam-nos as cerâmicas campaniformes encontradas em Outeiro de Ante 2 ou Chã de Parada 1, bem como os *cairns* da Idade do Bronze Antigo atrás citados. É provável que por essas épocas — fins do III, inícios do II milénios a. C. — já se tivesse dado uma dissociação espacial *habitats*-sepulcros. Tal dissociação só se romperia na segunda metade do II milénio a. C., quando nos aparecem pela primeira vez nesta região (escavações de Susana Oliveira Jorge) sepulturas planas (isto é, sem mamoeira), no Tapado da Caldeira, provavelmente relacionadas com uma fase inicial de ocupação do grande povoado da Bouça do Frade (até hoje ainda não bem definida). Este povoado apresenta datas já dos inícios do I milénio a. C., tendo portanto tido o seu apogeu num momento tardio do Bronze Final.

Eis um modelo resultante de dez anos de trabalho, colectivo e interdisciplinar, na Aboboreira, que importa agora testar através da continuação das pesquisas. Para além dos resultados concretos obtidos, os nossos votos são de que ele possa exercer uma acção pedagógica na nossa Arqueologia, mostrando como é promissor o

estudo aturado e sistemático de uma mesma região bem definida. A serra da Aboboreira não é particularmente rica: é tão-só um local de pesquisa favorável — enquanto as autarquias e as popula-

ções souberem protegê-la das depredações das empresas de celulose —, que, graças ao esforço concertado de um conjunto de investigadores, ganhou um valor acrescentado.

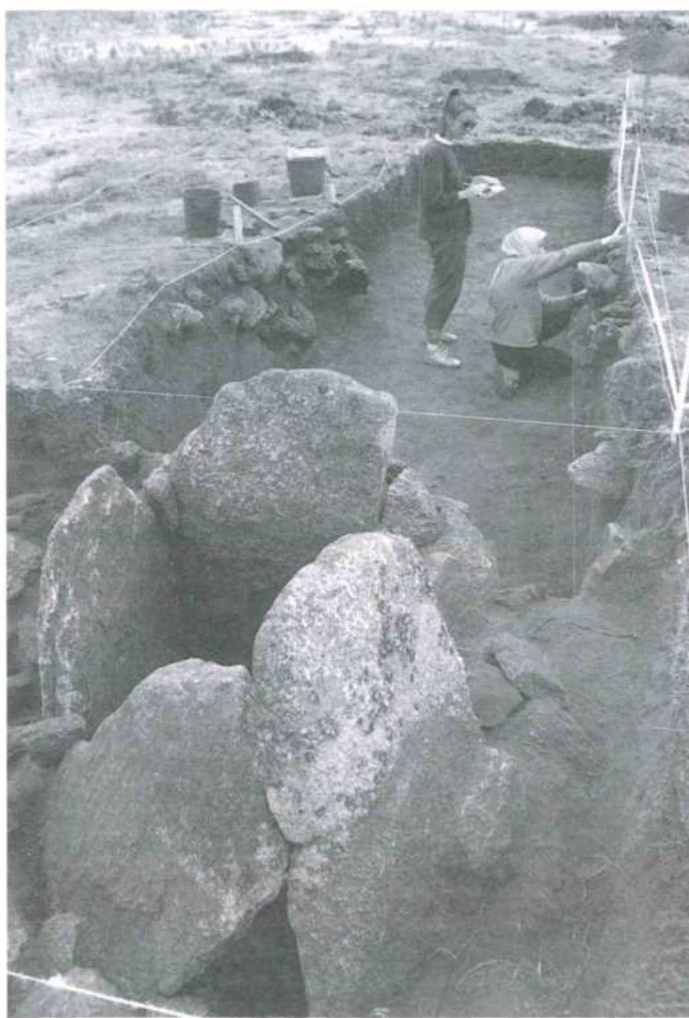


Fig. 1 — A mamoa 2 de Furnas
(C. 3300 a. C.)



Fig. 2 — A mamoa 2 de Outeiro de Gregos
(C. 3000 a. C.)



Fig. 3 — A mamoa de Chã de Santinhos 2
(C. 3000 a. C.) com a sua fossa central (seccionada por uma grande laje *in situ*, assinalada pela seta



Fig. 4 — Câmara da mamoa 1 de Outeiro de Ante (entrada voltada a nascente)



Fig. 5 — Dólmen de corredor de Chã de Parada 1 (visto do sul, observando-se parte do contraforte da câmara, sobreposto ao solo antigo)
(1.^a metade do III milénio a. C.)
(escavações do autor e de Ana Bettencourt)



Fig. 6 — Mamoá, de época campaniforme, de Chã do Carvalhal I (ao centro, rodeada por uma vedação)
(escavações de Domingos Cruz)



Fig. 7 — Cairn de Outeiro de Gregos 1
(Idade do Bronze Antigo) (vista parcial)

DO MESOLÍTICO AO NEOLÍTICO NO SUL DE PORTUGAL: PARA O ESTUDO DAS ESTRATÉGIAS DE SUBSISTÊNCIA

CARLOS TAVARES DA SILVA

Os trabalhos arqueológicos realizados pelo autor, de colaboração com Joaquina Soares, nos últimos quinze anos, em jazidas do Mesolítico (Vale Marim, Samouqueira, Castelejo) e do Neolítico Antigo (Fonte de Sesimbra, Casal da Cerca, Salema, Vale Pincel, Vale Vistoso, Medo Tojeiro, Castelejo, Gaspeia) do Sul do País⁽¹⁾ permitem apresentar um modelo relativo à estratégia de exploração dos recursos assumida pelas comunidades que ocuparam uma larga faixa litoral situada a sul do Tejo e estabeleceram a transição da economia de caça-recolocação para a de produção de alimentos.

1. No que se refere ao Mesolítico, importa sobretudo atender ao comportamento económico dos grupos humanos que ocuparam a Samouqueira (Porto Covo, Sines) e o Castelejo (Vila do Bispo).

A jazida mesolítica da praia da Samouqueira abrange extensa área plana (com aproximadamente 15 000 m²), que se estende ao longo da arriba, junto de uma praia e de nascentes de água doce. Além do núcleo exclusivamente mesolítico, existe, a cerca de 100 m para sul, um outro com vestígios mesolíticos e do Neolítico Antigo. As intervenções arqueológicas tiveram lugar no primeiro dos dois núcleos. Revelaram dois óptimos de ocupação mesolítica. No mais antigo ocorrem níveis de concheiro, cuja fauna⁽²⁾ (malacológica, carcinológica, ictiológica e mamalógica) documenta a exploração, pela população mesolítica, de amplo espectro dos recursos disponíveis. A intensa recolocação de moluscos incidiu principalmente sobre a *Patella* e o *Mytilus* (além de *Thais haemastoma* e *Monodonta lineata*), formas de fácies rochosa, ainda hoje existentes na zona,

que indicam uma costa de estrutura semelhante à actual. A recolocação de marisco está ainda testemunhada pela presença de pinças de crustáceos. A pesca encontra-se representada através de numerosas partes esqueléticas de peixe, nomeadamente da espécie *Sparus aurata*. A fauna mamalógica é constituída principalmente por javali (*Sus scrofa*), auroque (*Bos primigenius*), veado (*Cervus elaphus*), lebre (*Lepus capensis*), raposa (*Vulpes vulpes*) e, possivelmente, cão (*Canis lupus f. familiaris*). Esta fauna sugere cobertura vegetal do tipo floresta-parque, muito diferente da actual que se apresenta extremamente degradada.

Esta primeira fase oferece indústria lítica marcada por forte incidência de macroutensílios (grauvaque). O grupo tipológico da indústria sobre sílex melhor representado é o dos geométricos, em que os trapézios são quase exclusivos, por vezes com a base menor retocada; estão presentes os crescentes, bem como os triângulos tipo Muge (muito raros). A técnica do microburil foi largamente utilizada. Na fase mais recente, a macroutensilagem torna-se escassa; os geométricos estão essencialmente representados por trapézios de tipologia variada: trapézio de Vielle, de Montclus, de base menor retocada. Ocorrem truncaturas, denticulados, buris.

As escavações que temos vindo a realizar no Castelejo, concheiro da costa ocidental do Algarve, revelam níveis de concheiro alternando com níveis de abandono. Os níveis médios (mesolíticos) e superiores (neolíticos) são constituídos, no que se refere à fauna, exclusivamente por abundantes restos de marisco, com ausência de peixes, aves e mamíferos. Dominam as conchas de *Patella* e *Mytilus*.

Obtiveram-se recentemente duas datações radiocarbónicas, a partir de madeira carbonizada, para os níveis médios do Castelejo⁽³⁾: 7880 ± 40 BP (ICEN 215) e 7900 ± 40 BP (ICEN 213). A esta data há que acrescentar uma outra, obtida também a partir de carvões, que pensamos corresponder aos níveis médios⁽⁴⁾: 7450 ± 90 BP (Beta 2908). Não incluímos, por ora, as datas de

(1) As acções, subsidiadas pelo Instituto Português do Património Cultural e desenvolvidas no âmbito do projecto do autor, aprovado por aquele organismo, sobre *A transição das comunidades recolectoras e caçadoras para as de economia de produção de alimentos no Sul de Portugal*, contaram com importantes apoios do sector de arqueologia do Gabinete da Área de Sines e/ou do Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal. Os principais resultados desses trabalhos foram apresentados em SOARES e TAVARES DA SILVA, 1979; TAVARES DA SILVA e SOARES, 1981, 1982, 1987; TAVARES DA SILVA, SOARES e PENALVA, 1985.

(2) O estudo da fauna da Samouqueira foi realizado sob a direcção do arqueozoólogo belga Prof. Achilles Gautier (Instituto de Geologia da Universidade de Gent).

(3) As análises radiocarbónicas foram efectuadas no Departamento de Química do Instituto de Ciências e Engenharia Nucleares (ICEN) do LNETI, sob a direcção do Doutor J. M. Peixoto Cabral e Eng.º Monge Soares.

(4) Amostra recolhida por Devereux, antes do início das nossas escavações, em corte natural do concheiro.

conchas recolhidas também nos níveis médios, com valores mais elevados cerca de 200 a 300 anos relativamente às de madeira carbonizada.

Nos níveis médios e superiores está pois patente uma actividade económica marcadamente especializada: recollecção de limitadíssimo número de espécies de marisco praticada por um grupo que estacionaria nesse local em períodos muito curtos, talvez sazonalmente.

A Samouqueira, por um lado, e o Castelejo, por outro, reflectem uma mesma estratégia global de exploração dos recursos de uma região ou território. A actividade económica especializada exercida sazonalmente no Castelejo pressupõe, como se disse a propósito do Neolítico do Medo Tojeiro, «a existência de outros locais ocupados durante o resto do ano, onde, talvez de forma menos efémera, o grupo se dedicaria a outros tipos de economia» (TAVARES DA SILVA, SOARES e PENALVA, 1985). Ora, a Samouqueira poderia ser, precisamente (no que se refere ao Mesolítico), um desses outros locais. Estamos, assim, perante um modelo de estratégia de exploração dos recursos naturais que, como adiante veremos, se prolonga pelo Neolítico Antigo do Sul do País, e que consistiria na sábia e diversificada exploração, mais ou menos especializada, dos níveis tróficos mais produtivos e acessíveis dos diversos ecossistemas que integram um determinado território.

2. Os dados disponíveis relativos à estratégia de exploração dos recursos própria do Neolítico Antigo indicam-nos organização análoga à do período imediatamente anterior. Neste domínio, como no da estratégia de povoamento e no da indústria lítica, não se verificam rupturas na passagem do Mesolítico para o Neolítico, no Sul de Portugal.

A escavação do concheiro do Medo Tojeiro, nas proximidades de Almogrove, na costa alentejana (com trapézios de base menor retocada, machado de pedra polida, cerâmica com decoração plástica e impressa e datas radiocarbónicas de 6150 ± 120 BP e 5450 ± 160 BP) mostrou que aí teriam ocorrido sucessivas ocupações descontínuas e de curta duração, provavelmente sazonais, motivadas pela recollecção intensiva de marisco, principalmente de *Mytilus* e *Patella* (TAVARES DA SILVA, SOARES e PENALVA, 1985). Tal como nos níveis do Mesolítico e Neolítico do concheiro do Castelejo (Vila do Bispo), no Medo Tojeiro estão ausentes os ossos de mamíferos e aves e as peças esqueléticas de peixes. O grupo humano (ou melhor, o subgrupo) que para aí se deslocava sazonalmente fazia-o com o fim de explorar uma estreita banda do espectro dos recursos disponíveis. Era, sem dúvida, a banda ou nível trófico mais produtivo e acessível dos diversos ecossistemas presentes: considere-se a riqueza em moluscos marinhos que esse troço da costa oferece, enquanto o seu intenso hidrodinamismo poderia representar sério obstáculo à actividade piscatória. A fauna cinegética seria talvez pouco importante. Atenda-se à vegetação florestal sugerida pela análise antracológica dos carvões recolhidos no concheiro, quase monoespecífica (80% do combustível utilizado foi fornecido por coníferas, principalmente *Pinus* cf. *pinex* com 68,1%) e, em grande parte, aberta (presença de *Juniperus* sp. e de *Pistacia* sp.). O nível minerotrófico seria pouco produtivo de um ponto de vista agrícola: o concheiro assentou sobre espessa camada

de areias eólicas não consolidadas que, tal como hoje, cobriria grande extensão.

Mas essa actividade especializada, exercida sazonalmente, pressupõe a existência de outros locais ocupados durante o resto do ano, onde o grupo (ou subgrupo) se dedicaria a outros tipos de economia. Assim, em Vale Pincel I (Sines) seria explorado amplo espectro de recursos (caça, pesca, agricultura) e, na Salema (Santiago do Cacém), a actividade principal seria a agricultura. Recorde-se que esta última jazida, situada mais no interior, na margem esquerda da ribeira da Cascalheira, não ofereceu peças líticas correlacionáveis com actividades cinegéticas, enquanto, por outro lado, contém numerosos testemunhos indirectos da prática da agricultura (instrumentos de pedra polida, mós manuais e estruturas de *habitat* que teriam funcionado como fornos). É, além disso, das jazidas de ar livre conhecidas no Alentejo litoral, a que parece acusar ocupação mais persistente e contínua.

Também entre o Castelejo (níveis superiores do Neolítico Antigo) e a Cabranosa (Sagres) estão patentes duas formas distintas de estratégia de exploração de recursos. No último caso estamos perante uma situação de *economia de largo espectro*, explorando-se amplo leque dos recursos disponíveis, enquanto, no primeiro, como já dissemos, se assiste à prática de uma forma especializada de economia, explorando-se de modo intensivo o nível mais produtivo e mais acessível do respectivo ecossistema.

A Cabranosa (ZBYSZEWSKI *et al.*, 1981, 301-311), embora situada igualmente em local sem quaisquer condições naturais de defesa, revela uma estratégia de ocupação diferente da do Castelejo. Aquela jazida localiza-se mais no interior, a cerca de 2 km da linha de costa, abrangendo extensa área plana, aberta e arenosa, sulcada por três cursos de água. O local oferecia, pois, condições para a prática da agricultura (junto das margens dos referidos cursos de água) e da criação de gado. Além disso, a distância, não muito longe, que o separa da costa, permitia também a exploração de recursos marinhos. E, com efeito, os materiais exumados apontam não só para estadas mais prolongadas (maior abundância de espólio, designadamente cerâmica e pedra polida), mas ainda para a exploração de um mais vasto leque de recursos: agricultura (presença de machados e sachos/enxós), criação de gado (o autor recolheu um maxilar de oviceprídeo em uma estrutura de combustão neolítica recentemente posta a descoberto pela erosão eólica) e recollecção de marisco (foram exumadas, na sondagem efectuada por Zbyszewski e colaboradores, conchas de moluscos marinhos das formas *Patella*, *Thais haemastoma*, *Mytilus* e *Venerupis decussata*).

O Castelejo e a Cabranosa ou o Medo Tojeiro e Vale Pincel I (ou a Salema, ou a Gaspeia...) representariam, como salientámos em outro lugar (TAVARES DA SILVA, SOARES e PENALVA, 1985), «os elos de uma cadeia de estabelecimentos mais ou menos temporários, integrados num sistema de relações de interdependência, a partir dos quais o grupo exploraria a diversidade de recursos de determinado território».

As inovações manifestadas no domínio da produção de alimentos ter-se-iam inserido nessa malha de relações, ocorrendo como formas complementares das actividades de exploração pré-existent; por hipótese, teriam surgido, de preferência, em zonas onde os recursos naturais seriam mais escassos e a pressão demográfica relativamente elevada. Pelo contrário, em ecótonos como os de

alguns troços dos vales do Tejo e do Sado, onde confluíam diversos ecossistemas naturais de elevada produtividade e, certamente por esta mesma razão, se desenvolviam economias de «largo espectro» desde o Mesolítico pleno, as necessidades dos grupos humanos ter-se-iam mantido em equilíbrio com os recursos naturais disponíveis, *sem necessidade* do recurso à produção de alimentos, ainda que, em alguns casos, se houvesse adoptado a cerâmica.

Os concheiros do Cabeço do Pez e das Amoreiras, no vale do Sado, embora com datas radiocarbónicas da segunda metade do V milénio e primeira metade do milénio seguinte, ou seja, com ocupações contemporâneas do Neolítico Antigo evolucionado, e tendo fornecido cerâmicas com decorações impressas, incisas e plásticas, não possuem ossos de animais domésticos (ARNAUD, 1987) e contêm indústrias líticas ricas em crescentes, de forte ascendência mesolítica. Os abundantes recursos naturais (quer de origem fluvial, quer terrestre) de que dispunham as populações que os habitaram (atenda-se à grandé abundância de ossos de veado e de javali fornecidos pelo Cabeço do Pez) dispensavam-nas de recorrer à produção de alimentos, mormente de origem animal. Não é lícito falar de isolamento para explicar o suposto «atraso» invocado por alguns autores quando se referem ao carácter «tardio» do «Mesolítico» do Sado e Tejo. As populações do Cabeço do Pez (pelo menos as dos seus níveis superiores, com cerâmica e abundantes crescentes — FARINHA DOS SANTOS, SOARES e TAVARES DA SILVA, 1974) e do concheiro das Amoreiras conheciam, por certo, as técnicas de produção de alimentos e só não as usavam nesses locais porque mantinham aí um perfeito equilíbrio económico-ecológico. Se admitirmos que durante o nosso Neolítico Antigo, como no Mesolítico — à semelhança do que J. Guilaine propôs a propósito do grupo que frequentou o abrigo de Jean Cros (GUILAINE, 1979) —, a organização social correspondia ao que os neoevolucionistas americanos designam por bando (*band*), a exogamia seria uma constante e um dos principais factores de osmose cultural. Deste modo, a presença de cerâmica no Cabeço do Pez e nas Amoreiras poderia indicar a incorporação nos subgrupos que estacionavam nestes locais de mulheres de outro ou outros bandos, que, sendo portadoras da técnica da olaria, conheceriam também a agricultura. Por conseguinte, para esta fase de transição entre economia de depredação e economia de produção, torna-se por

vezes muito difícil saber se a população que estacionou em certas jazidas se encontrava em um estágio técnico-económico puramente mesolítico ou já neolítico. Vimos que o mesmo grupo (ou subgrupo do bando), dotado de acentuada mobilidade, ao explorar os diferentes ecossistemas integrantes do seu território, poderia desenvolver, em determinados locais, actividades de produção de alimentos e, em outros, dedicar-se exclusivamente a formas depredadoras de economia. É evidente que as jazidas arqueológicas correspondentes à última destas situações dificilmente revelam indícios de neolitização, quer através dos restos faunísticos, quer pela indústria lítica, necessariamente adaptada à função especializada do respectivo estabelecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARNAUD, J. M. (1987) — «Os concheiros mesolíticos dos vales do Tejo e Sado: semelhanças e diferenças». *Arqueologia*, 15, 53-64.
- FARINHA DOS SANTOS, M.; SOARES, J. & TAVARES DA SILVA, C. (1974) — «O concheiro epipaleolítico do Cabeço do Pez (Vale do Sado, Torrão): primeira notícia». *Actas do III Congr. Nacional de Arqueologia*, Porto, pp. 173-189.
- GUILAINE, J. (1979) — «Le Néolithique ancien de l'Abri Jean-Cros: hypotheses sociologiques», in GUILAINE et al., *L'Abri Jean-Cros: Essai d'approche d'un groupe humain du Néolithique ancien dans son environnement*, Toulouse, pp. 411-422.
- SOARES, J. & TAVARES DA SILVA, C. (1979) — «Alguns aspectos do Neolítico Antigo do Alentejo litoral». *Actas da Mesa Redonda sobre o Neolítico e o Calcolítico em Portugal*, Porto, pp. 9-50.
- (1981) — *Pré-história da Área de Sines*, Lisboa.
- (1982) — «Des structures d'habitat du Néolithique ancien au Portugal». *Actes du Colloque International de Préhistoire «Le Néolithique ancien méditerranéen»*, Montpellier, pp. 17-28.
- (1987) — «Les communautés du Néolithique ancien dans le Sud du Portugal». *Premières communautés Paysannes en Méditerranée Occidentale. Actes du Colloque International du C. N. R. S. (Montpellier, 26-29 Avril 1983)*, Paris, pp. 663-671.
- TAVARES DA SILVA, C.; SOARES, J. & PENALVA, C. (1985) — «Para o estudo das comunidades neolíticas do Alentejo Litoral: o concheiro do Medo Tojeiro». *Arqueologia*, 11, pp. 5-15.
- ZBYSZEWSKI, G.; VEIGA FERREIRA, O. da; LEITÃO, M.; NORTH, C. T. & NORTON, J. (1981) — «Nouvelles données sur le Néolithique ancien de la station à céramique cardiale de Sagres (Algarve)». *Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal*, 67, pp. 301-311.

ANTAS DE PAREDES DA BEIRA

(Contribuição para o seu inventário)

AGOSTINHO CAMPOS FERREIRA

1 — Introdução

Embora tenham permanecido até ao presente quase desconhecidos, muito aspectos de grande interesse histórico e arqueológico podem encontrar-se em Paredes da Beira⁽¹⁾.

Situada numa zona de transição entre o Alto Douro e a Beira Alta, é freguesia que pertence ao concelho de S. João da Pesqueira, distrito de Viseu.

São poucas, muito poucas mesmo, as referências escritas relativas à arqueologia da região. Apenas conhecemos uma ou outra vaga indicação de carácter genérico, incluída em pequenos artigos ou breves referências a esta terra.

Além de um importante conjunto de pinturas rupestres existente num abrigo sobranceiro ao rio Távora, junto ao Castelo Velho⁽²⁾, e de um considerável conjunto de castros⁽³⁾, alguns de certa importância e grandeza, ainda por estudar, pode ver-se também na região

um interessante núcleo de monumentos megalíticos (antas), que deve ter sido numeroso, mas que pelo decurso do tempo e a acção do homem ficou reduzido ao que hoje se conhece.

Do conjunto dolménico de Paredes da Beira são conhecidas quatro antas e o que parece ser uma mamoa, no centro da qual afloram duas pedras, provavelmente a parte superior de dois esteios. Duas dessas antas, hoje completamente destruídas e sem quaisquer vestígios no local onde se encontravam implantadas, tiveram destinos diferentes; uma foi aproveitada para a construção de uma eira, enquanto a outra foi utilizada no tranqueiro da porta de uma casa.

O grau de dispersão destes monumentos, todos em granito, é relativamente pequeno (*Fig. 1*), nada se sabendo sobre outras antas que tudo leva a crer foram destruídas ao longo dos tempos.

A cerca de 3,5 km (em linha recta), na freguesia de Penela da Beira, surge um outro conjunto dolménico constituído por mais quatro antas. A diferença de altitudes entre estes dois núcleos é de cerca de 200 m, situando-se o de Paredes da Beira numa altitude menor, e que ronda em média os 717 m.

Em trabalho anterior⁽⁴⁾, onde estudámos uma destas antas, actualmente monumento nacional, é indicada a localização destes quatro monumentos.

Não conhecemos anteriores referências a estes dólmenes, para além das que lhe são feitas em termos muito genéricos pelo

⁽¹⁾ Relativamente a esta freguesia foram publicados os seguintes trabalhos: FERREIRA, AGOSTINHO CAMPOS; FERREIRA, MARIA CLARA FIGUEIREDO CAMPOS (1978) — «O 'Porco de Pedra' de Paredes da Beira — (Berrão Proto-Histórico)», *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, fascs. II e III, vol. XXIII, Porto, pp. 340-345.

AZEVEDO, ROGÉRIO (1982) — «O Porco na Zoolatria Ibérica», *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, fasc. II, vol. XXIV, Porto, pp. 321-329.

FERREIRA, AGOSTINHO CAMPOS — «Paredes da Beira teve Pelourinho», separata do *Arrais* — *Semanário Independente, Defensor do Alto Douro*, n.º 294, Peso da Régua, 3 de Novembro de 1983.

JORGE, VÍTOR OLIVEIRA, et alii — «O Abrigo com Pinturas Rupestres da Fraga d'Aia (Paredes da Beira — S. João da Pesqueira) — Notícia Preliminar», *Arqueologia*, n.º 18, Porto, Dezembro de 1988, pp. 109-130.

⁽²⁾ Este abrigo com pinturas rupestres foi descoberto casualmente em 1975 pelo Dr. Fernando Rocha, quando percorria com a família estas paragens, onde possui propriedades. Apecebendo-se do seu interesse arqueológico, tirou na altura algumas fotografias a estas pinturas, que penso constituir o primeiro documento sobre esta estação. Posteriormente procedemos ao levantamento e decalque dos seus diversos motivos com vista à sua divulgação, que chegámos a anunciar, mas que razões várias não permitiram a sua concretização. Esta estação suscitou já a melhor atenção por parte de grandes estudiosos da arte rupestre (SANTOS JÚNIOR, que as estudou no local em Agosto de 1982, M. FARINHA DOS SANTOS e VÍTOR OLIVEIRA JORGE), a quem demos a conhecer a sua existência, mostrámos fotografias e fornecemos outras indicações sobre estas pinturas.

⁽³⁾ Num próximo trabalho divulgaremos o conjunto de castros da região. Gostariamos no entanto de chamar a atenção para o Castelo de Nossa Senhora ou

Castelo dos Mouros, castro com cerca de 500 m de perímetro. A muralha na zona norte atinge os 6,5 m de largura.

Tem sido sujeito, desde há muito, não só ao maior abandono mas ainda a destruições sucessivas. Em Dezembro de 1983, ao abrirem um caminho em terra batida para acesso à capela que fica no interior do recinto do castro, atravessaram a muralha e destruíram o que parece ser uma porta de acesso ao castro. Aproveitando a presença da máquina escavadora no local puseram ainda a descoberto a parte interior e exterior da muralha. A tarefa, executada sem preocupações de natureza arqueológica, deixou a descoberto cerca de 82 m da muralha. No desaterro da parte interior não devem ter-se apercebido da existência de pelo menos uma rampa de acesso. Destruíram-na em grande parte, quando certamente procuravam pôr a descoberto em linha recta esta muralha. Será conveniente que se evite de futuro que as pedras do castro continuem ser utilizadas para os mais diversos fins.

⁽⁴⁾ FERREIRA, AGOSTINHO CAMPOS (1985) — «A Anta da Capela da Senhora do Monte — Contribuição para o estudo do megalitismo da freguesia de Penela da Beira», *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, fasc. I, vol. XXV, Porto, pp. 41-62.

P.^o Dr. Manuel Gonçalves da Costa (5). É curioso, e não deixa de ser intrigante, que este conjunto de monumentos não tenha sido até agora estudado ou mesmo convenientemente divulgado, já que pelo menos o estudo de uma destas antas, de grandes dimensões, virá certamente a revelar aspectos de interesse.

Ao longo dos anos, sempre que pudemos calcorrear estas terras, inventariámos e recolhemos elementos sobre estas antas, que se distribuem por uma área muito restrita e de acesso fácil. Para que de todo em todo se não percam essas informações e com a esperança de que se venha a proceder ao seu estudo em moldes científicos e de uma forma sistemática e global, passaremos a descrever e a caracterizar, em termos de nota prévia, o que resta destes monumentos até agora desconhecidos e necessitando em alguns casos de urgente e adequada protecção.

De salientar que estes dólmenes têm sido votados ao mais completo abandono, sofrendo acções não só de pura inconsciência mas ainda, em alguns casos, de verdadeiro vandalismo.

2 — Descrição dos monumentos

Anta n.^o 1

Cerca de 350 m antes do entroncamento que deriva para Penela da Beira (pela Floresta), na estrada que liga Paredes da Beira a Riodades, num pinhal situado no lado direito, surge uma anta localmente conhecida por «Anta da bouça da Sr.^a Berta». Dista da berma da estrada 20 m. As suas coordenadas geográficas (que servirão como referência para os restantes dólmenes, dada a grande proximidade entre estes monumentos), de acordo com a Carta Militar de Portugal na escala 1/25 000, folha 139 — Paredes da Beira, são as seguintes: 41° 2' 54" Lat. N.; 7° 28' 15" Long. W. Green.

É monumento de assinaláveis proporções e, embora muito danificado, mostra ainda de pé os esteios de ambos os lados do corredor e alguns esteios da câmara (Figs. 2 e 3). No seu interior encontram-se várias pedras de dimensões variáveis. Uma, de grandes propor-

ções, encontra-se encostada na parte interior da cabeceira, a um dos esteios (Fig. 4). Terá pertencido ao chapéu.

Só um estudo conveniente do monumento poderá fornecer com rigor indicação sobre a sua configuração, já que a grande quantidade de pedras dos esteios e do chapéu espalhadas pelo seu interior, muitas delas provavelmente afastadas da sua implantação inicial, não facilitam esta tarefa.

Esta anta está erigida no centro de um pequeno monte de terra, com grande abundância de pedra solta, que na sua parte exterior cobre grande parte dos esteios. Estes restos da mamoa chegam a atingir 10 m de raio. A depressão central da câmara, no seu ponto mais baixo (Fig. 5), é de 1,3 m em relação à superfície da mamoa.

Pouco se sabe sobre anteriores escavações, ou melhor, de remeximentos no interior deste dólmen. A título de mera curiosidade refira-se que corre na povoação que se alguém sonhar três noites seguidas com estes monumentos isso é sinal de que ao remexer o seu interior aparecerá uma panela com moedas de ouro. Daí que na sequência destes «avisos» algumas pessoas tenham tentado a sua sorte, destruindo deste modo algumas camadas estratigráficas e diversos achados que poderiam revelar-se do maior interesse, entre outros aspectos, para a sua datação.

Esta anta, para além destas buscas desordenadas e ocasionais de «riquezas», foi explorada aquando da realização de um julgamento em Paredes da Beira em 1947 ou 1948, pelo juiz Aquilino Ribeiro, que terá orientado os trabalhos nos tempos livres deixados pelo julgamento. Três pessoas participaram na exploração, trabalhando duas a três horas por dia, durante cerca de uma semana. Escavaram pouco, cerca de meio metro. Esta anta já nessa altura apresentaria um aspecto muito semelhante ao actual.

Foi encontrado nessa escavação «um objecto parecido com uma cafeteirinha em bronze que levaria talvez meio litro», no dizer das pessoas que participaram nessas actividades. Encontraram ainda «algumas pedras que não eram vulgares» e que o juiz Aquilino Ribeiro terá levado.

Consta ainda, embora não tenhamos conseguido confirmar este facto, que parte das pedras desta anta foram utilizadas na construção de um lagar.

Actualmente esta anta encontra-se enxameada de pinheiros, tendo mesmo alguns no seu interior.

Para além da laje de cobertura, que tem um dos lados enterrado no interior da câmara e que desde o solo até ao ponto que encosta nos esteios mede 3,2 m, apresenta ainda de pé pelo menos oito esteios de grandes dimensões. Os da cabeceira têm de altura acima do solo entre 1,60 e 2,05 m e a largura chega a atingir 1,90 m.

Os esteios dispõem-se de forma imbricada ao longo de um corredor, cuja extremidade actualmente visível dista do ponto interior da cabeceira cerca de 8 m.

A Fig. 2 procura mostrar o esquema da implantação dos esteios e das lajes que estão no interior da câmara e do corredor desta anta.

Apesar dos vários remeximentos e das explorações, pensamos que, sem preocupações arqueológicas, sofridas ao longo dos tempos, esta anta bem merece cuidada atenção e um estudo conveniente, pois certamente fornecerá importantes elementos para o conhecimento do megalitismo da região. Bom será que, pelo menos de imediato, se impeça que se avance na sua destruição.

(5) Numa dessas referências, COSTA, M. GONÇALVES (1977) — *História do Bispado e Cidade de Lamego*, vol. 1 («Idade Média: A Mitra e o Município»), Lamego, pp. 23-24, afirma que:

Toda a região planáltica entre Penela e Paredes da Beira abundava em monumentos funerários pré-históricos. Podemos ainda contemplar, embora mutilados, o da Senhora do Monte, cuja enorme tampa serviu de cobertura à capela-mor da ermida, hoje também em ruínas. Nos arredores levantam-se meio destroçadas as antas da Lapinha e do Pendão e vestígios duma terceira à entrada de Castainço. A deslido da estrada de Paredes para Riodades, no sítio do Areite, conservam-se duas de razoáveis dimensões, também violadas; e a pouca distância, no lugar de Escáduas, uma terceira foi há pouco aproveitada na construção de uma casa.

Advertimos que os dólmenes citados constam duma única câmara, dos quais mãos ignaras retiraram todo o recheio de valor arqueológico. Sabe-se que do despojo constavam machados de pedra, lâminas, facas, pontas de seta, punhais, ídolos cilíndricos, agulhas, alfinetes de osso, cerâmica, etc. Todos estes monumentos se levantam sobre o solo, sem indícios de terem estado alguma vez soterrados, com duas ou três excepções.

Anta n.º 2

De proporções bem mais reduzidas que a anta n.º 1, cerca de 170 m antes do entroncamento já referido, no lado esquerdo da estrada que liga Paredes da Beira a Riodades, a 20 m da bermã e numa zona de pinhal (6), encontra-se uma outra anta. Tinha ainda ao alto quatro esteios quando a observámos pela primeira vez. A fotografia (Fig. 6) tirada em Março de 1978 constitui, muito provavelmente, um raro, senão mesmo único testemunho, onde é possível observar o aspecto que esta anta apresentava na altura. Foi destruída entre os finais de 1980 (última vez que vimos os esteios de pé) e Agosto de 1981. Não se sabe por quem foi demolida nem se conhecem os motivos de tal atitude. Nesta última data, numa das visitas que esporadicamente fazíamos ao local, deparámos com os esteios completamente tombados e bastante afastados da sua implantação primitiva. Pensamos ter sido trabalho conjunto de várias pessoas, pois o tamanho dos esteios certamente não tornou fácil a sua movimentação.

Curiosamente, e apesar de muito nos termos interessado pelo caso, nada transpirou sobre a identificação dos autores deste acto. Ter-se-á tratado de uma mera acção de vandalismo inconsciente ou mais uma procura de «riquezas»?

De notar que a área da zona da câmara, actualmente com uma depressão de cerca de 0,8 m, havia já sido anteriormente remexida várias vezes por pessoas que teimam obstinadamente em encontrar tesouros nestes monumentos.

Na Fig. 7 indica-se a disposição relativa dos esteios antes e após a sua destruição. Estavam dispostos de forma imbricada. Pode ainda observar-se, na Fig. 8, a sua forma e respectivas dimensões. A altura dos esteios oscila entre os 2,05 e os 2,60 m; a largura máxima varia de 1,05 a 1,25 m.

Após o conveniente estudo desta anta, bom será que se proceda à sua recuperação, implantando os esteios na sua posição primitiva.

Anta n.º 3

Conhecida na região por «Ímbigo», trata-se de uma elevação em forma de pequeno monte circular que emerge no meio de um lameiro (Fig. 9). Tudo leva a crer tratar-se de uma mamoa com cerca de 16 m de diâmetro, constituída por grande quantidade de pedras de pequena dimensão misturadas com terra. Na parte central aparece um pequeno amontoado de pedra solta, que ocupa uma área de forma quase circular com cerca de 2 m de diâmetro (Fig. 10). Junto a este amontoado de pedras afloram duas lajes que parecem ser, numa primeira observação, a parte superior de dois esteios (Fig. 11). Só uma análise mais cuidada poderá confirmar esta hipótese.

A tratar-se de uma anta não danificada, o seu estudo revestir-se-á do maior interesse, sendo tarefa que urge encetar. Não é provável, no entanto, a sua destruição nos tempos mais próximos, se atendermos à grande quantidade de pedras que seria necessário

remover e ao modo como o terreno está a ser utilizado desde há muitos anos.

Fica situada em Pereiras de Lameiras, em terreno baldio pertencente à Junta de Freguesia, estando actualmente arrendado para pastagens. Embora estes lameiros tenham já sido cultivados, a parte que forma o montículo mantém o aspecto actual desde que há memória. É fácil de localizar seguindo a indicação da Fig. 1 e tomando como referência o entroncamento da estrada Paredes da Beira-Riodades, que deriva para Penela da Beira.

Anta n.º 4

Desta anta não restam hoje no local, à superfície, quaisquer vestígios.

Era um monumento de grandes dimensões, idêntico na sua estrutura à anta n.º 1. O terreno onde estava erigida é actualmente utilizado como campo de cultivo. Foi demolida em 1943 ou 1944, apresentando já nessa altura algumas pedras tombadas.

Os esteios e as lajes de cobertura, depois de cortados e talhados foram utilizados na construção de uma eira (Fig. 12), que ainda hoje existe numa propriedade (7) situada junto à Praça. Trata-se de mais um caso, infelizmente idêntico a muitos outros, onde a ignorância e a falta de sensibilização para a conservação deste património arqueológico terá pesado na sua destruição.

Uma das pessoas que participou na sua demolição, na altura rapaz de 18 anos, informou que na povoação «ignoravam o interesse destas antas, não sabendo que eram monumentos que deviam ser conservados. Estava ali aquela pedra que podia ser aplicada em várias coisas mas desconheciam o seu significado». Como pormenor curioso referiu que na altura em que procediam à demolição desta anta o pároco de Riodades, freguesia vizinha de Paredes da Beira, terá chamado a atenção para o que estavam a fazer, informando-os de que era um crime destruir monumentos daqueles. Mas de nada valeram as suas palavras!

Passados anos, e depois de saberem o interesse e significado destes monumentos, exploraram o local com o objectivo de tentarem encontrar quaisquer objectos. Para isso é provável que muito tenha contribuído uma indicação do pároco de Riodades, que terá informado que era normal enterrar as pessoas da altura com os objectos de maior valor (8).

(7) A propriedade onde foi construída a eira pertencia ao Sr. José Cristiano Aguiar, que terá comprado as pedras da anta ao Sr. António Bezelga, então proprietário do terreno onde estava implantada. A propriedade pertence actualmente a seu filho, Manuel de Jesus Bezelga.

É considerável a distância entre os locais onde estava a anta e onde foi construída a eira. Todas as lajes, transportadas por bois para o local onde foi construída a eira, foram trabalhadas pelo Sr. António Manuel da Fonseca Engrácio (como mestre) e pelo Sr. António de Jesus Proença (que trabalhava na altura como servente de pedreiro e que nos forneceu quase todas as informações sobre a demolição desta anta).

(8) O local onde se encontrava esta anta, três ou quatro anos depois de destruída, foi explorado, pensamos que sem qualquer preocupação de natureza científica, pelo Sr. José Luís, com a ajuda do seu pai, António Manuel da Fonseca Engrácio.

Terá encontrado entre outros objectos vários «guilhos de pedra» (machados?), que levou para Lisboa, desconhecendo-se o destino que lhes foi dado. Por várias

(6) Este pinhal é actualmente propriedade do Sr. António Augusto Figueiredo.

Pode determinar-se com rigor o local onde existiu esta anta. Andando 60 m a partir do entroncamento que segue para Penela da Beira, encontra-se no lado esquerdo a propriedade onde estava erigida. O esquema da Fig. 13 permite localizar com rigor esse ponto, tendo-nos sido garantido que a parte central da câmara se encontrava dentro de um círculo com centro no ponto indicado e com um raio máximo de 2 m.

A destruição desta anta é caso a merecer reflexão!

Anta n.º 5

É bem provável que se tratasse de parte de uma anta o conjunto de quatro pedras colocadas ao alto (esteios?) que existiu no lugar de Fornos e que foi destruído em 1962.

Confirmaram-nos⁽⁹⁾ que nesse lugar «existiam umas pedras ao alto» e que essas pedras foram utilizadas na construção do tranqueiro da porta de uma casa que fica a pouca distância do local onde se encontrava esta anta (Fig. 14). Dizem que no seu conjunto estas pedras tinham uma configuração muito semelhante à anta n.º 2.

Nunca chegaram a aparecer quaisquer objectos com interesse arqueológico no local onde se encontravam estas lajes e onde actualmente não são visíveis quaisquer vestígios da sua existência.

Com vista a um eventual estudo futuro, através da sua escavação em moldes científicos, indica-se na Fig. 15 a sua localização. Para lá chegar, e continuando a tomar como referência o entroncamento que segue para Penela da Beira, percorrem-se cerca de 500 m a partir desse ponto, ficando do lado esquerdo a propriedade onde terá existido esta anta.

O P.^o Dr. Manuel Gonçalves da Costa⁽¹⁰⁾, numa pequena referência às antas de Paredes da Beira, que passamos a transcrever na íntegra, alertou para a preservação destes monumentos, nos termos seguintes:

Dos restos arqueológicos pré-célticos avultam pela sua importância os dólmenes que um imperdoável desinteresse por parte dos responsáveis pela administração local é responsável pela próxima e total destruição. No sítio do Areite, de um e outro lado da estrada para Riodades, vêem-se ainda de pé os esteios de duas antas [antas n.ºs 1 e 2 deste trabalho] constituídas apenas pelas câmaras, ambas violadas pelos sonhadores de tesouros escondidos. Uma delas [anta n.º 1], de notáveis proporções, conserva a laje de cobertura, embora tombada. Estão prestes a seguir o mesmo destino de outras levantadas nas imediações, que viram as suas pedras aproveitadas em muros, a

última delas há poucos anos, na construção duma vivenda no sítio das Escáduas, umas dezenas de metros mais abaixo.

Apesar de nos termos interessado pela confirmação desta notícia, nada conseguimos apurar sobre a existência de qualquer anta no lugar de Escáduas, bem como do seu aproveitamento na construção de alguma casa nesse local. Haverá confusão com a destruição da anta n.º 5, localizada no lugar de Fornos, ou tratar-se-á de um outro monumento?

3 — Conclusões

Nesta primeira abordagem procurou fazer-se a divulgação do núcleo dolménico de Paredes da Beira, com o objectivo de sensibilizar os estudiosos para a importância destes monumentos funerários, como eventual contributo para um melhor conhecimento do megalitismo do Norte de Portugal.

A memória dos homens é curta e não raras vezes, mais tarde, os testemunhos escritos acabam por revelar-se como documentos que em regra se mostram auxiliares prestimosos para a investigação.

Ao longo da exposição desta nota, propositadamente descritiva, optámos por dar a conhecer o que conseguimos apurar sobre estes monumentos, indicando nomes de pessoas (particularmente no caso de antas já desaparecidas), que poderão fornecer outras informações com interesse, nomeadamente a quem possa vir no futuro a efectuar escavações arqueológicas norteadas por espírito científico e utilizando procedimentos metódicos. Poderão ainda estas informações ser relevantes para uma possível caracterização dos tipos arquitectónicos destes monumentos.

Embora a depressão central das câmaras das antas n.ºs 1 e 2 indicie sucessivas explorações por «caçadores de tesouros» e no caso das antas n.ºs 4 e 5 nada identifique o local onde estavam erigidas, o estudo estratigráfico e antracológico destes monumentos poderá fornecer elementos com interesse. A confirmar-se a hipótese do montículo, que designamos por anta n.º 3, englobar um monumento ainda não explorado, o seu estudo revestir-se-á da maior importância para o conhecimento do nosso megalitismo. É bem possível que seja encontrado espólio que mostre a contemporaneidade entre esses objectos e a construção onde aparecem colocados, restando ainda a possibilidade de também vir a aparecer outro espólio que permita confirmar posteriores e sucessivas utilizações deste monumento.

Em termos científicos é praticamente desconhecida a natureza dos anteriores achados arqueológicos das antas que em Paredes da Beira foram sujeitas a sucessivos remeximentos. Apenas se conhece uma ou outra vaga indicação, que será necessário articular com o espólio que possa vir a ser encontrado quando estes dólmenes forem convenientemente estudados.

Relativamente à cronologia destes monumentos e ao conhecimento do período em que se terá dado a neolitização desta região, a datação pelo radiocarbono de eventuais achados poderá revelar-se como contributo importante para o conhecimento da data em que estas antas foram erigidas.

vezes, com a ajuda de outras pessoas, fez explorações no local, mas dizem que sempre só à superfície do terreno.

⁽⁹⁾ Estas informações foram-nos fornecidas pelo Sr. José Maria Ferreira (que terá destruído a anta), filho do proprietário do terreno onde se encontravam estas pedras, Sr. Armando Augusto Raposo.

⁽¹⁰⁾ COSTA, M. GONÇALVES (1979) — *Op. cit.*, vol. II («Idade Média: Paróquias e Conventos»), Lamego, pp. 213-214.

Numa primeira observação não identificámos vestígios de arte parietal (gravuras ou pinturas), manifestações artísticas que por vezes ocorrem na arte dolménica.

Como conclusão, bom será que, pelo menos de imediato, se evite a progressiva destruição destas antas e que a sensibilização da

população local e dos responsáveis pela conservação do património arquitectónico possa ser no futuro garantia da preservação destes monumentos.

Paredes da Beira, Março de 1989.

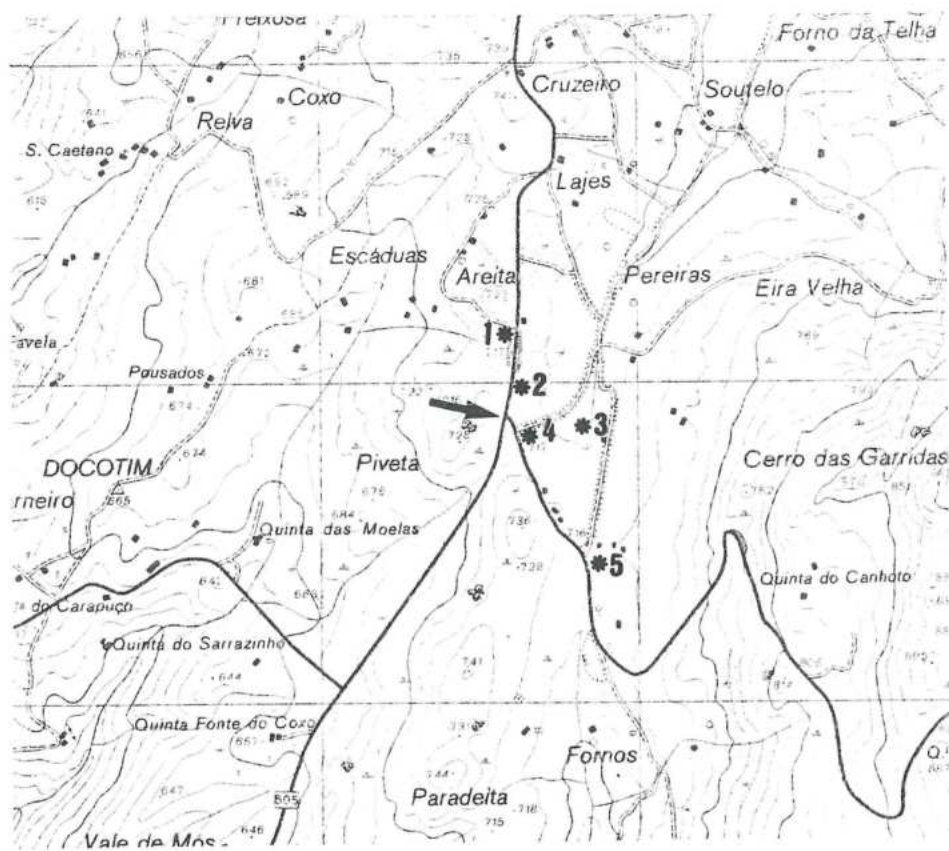


Fig. 1 — Mapa dos Serviços Cartográficos do Exército (na escala 1/25 000), com a localização das Antas de Paredes da Beira. Os números correspondem a antas descritas no texto; a seta indica o entroncamento da estrada Paredes da Beira-Riodades, que deriva para Penela da Beira (pela floresta)

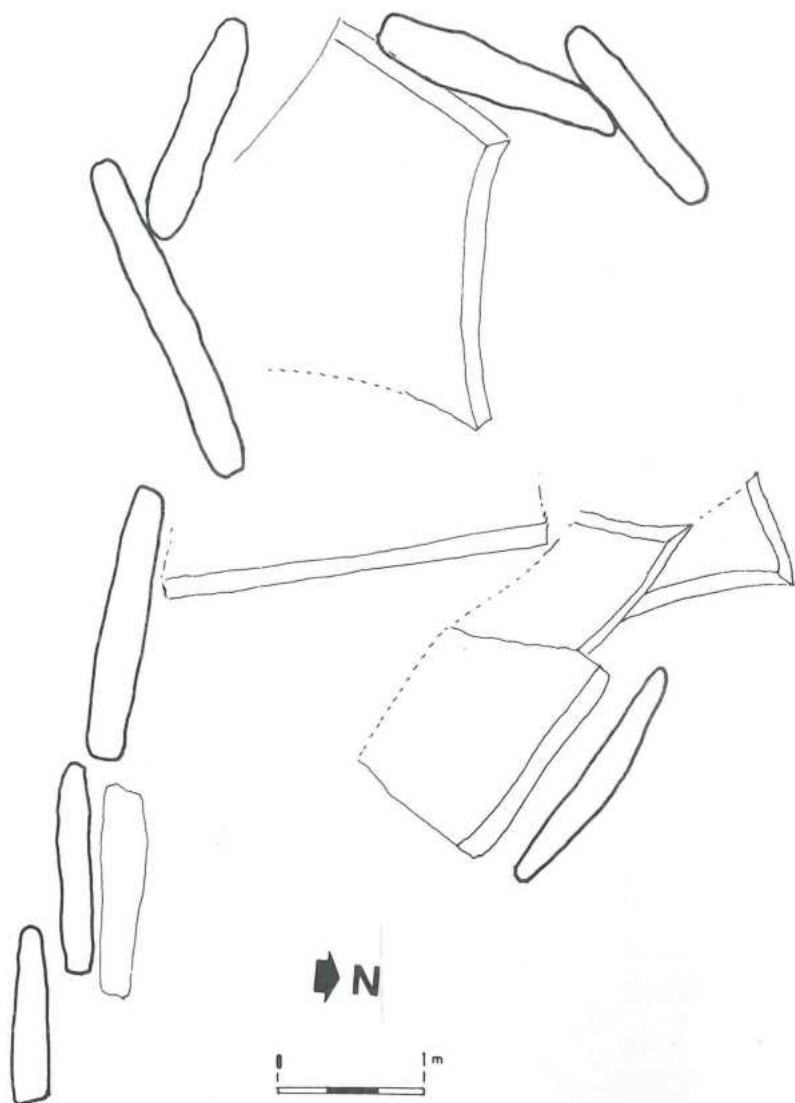


Fig. 2 — Esquema dos esteios e do chapéu da anta n.º 1



Fig. 3 — Um aspecto geral da anta n.º 1, sendo bem visível o conjunto de esteios do corredor e da câmara

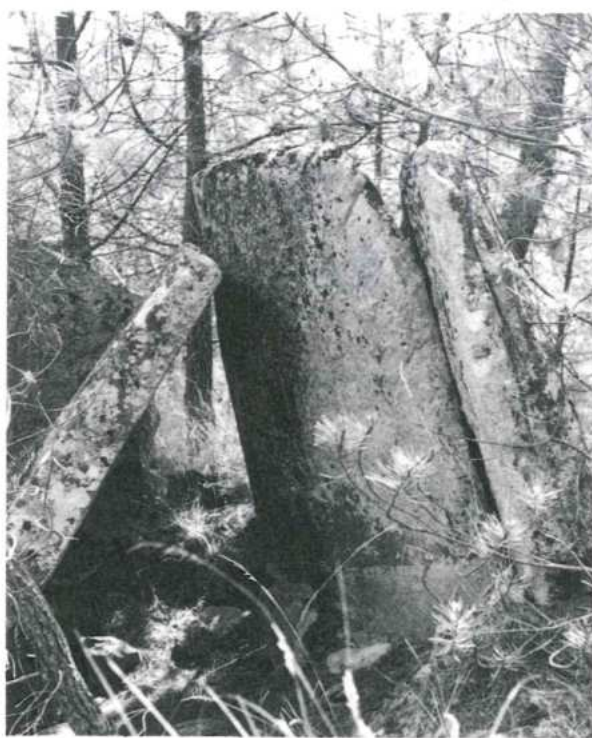


Fig. 4 — Cabeceira da anta n.º 1. No lado esquerdo, uma das lajes da cobertura encostada a um dos esteios da câmara



Fig. 5 — Aspecto da anta n.º 1, sendo visível a depressão actualmente existente no interior do corredor e da câmara



Fig. 6 — Aspecto geral da anta n.º 2, antes da sua demolição

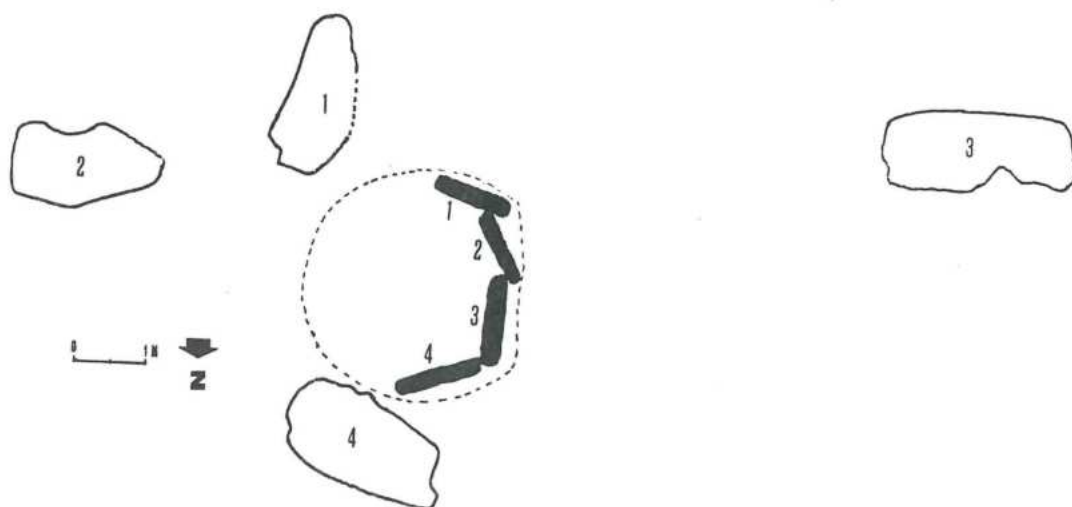


Fig. 7 — Esquema dos esteios da anta n.º 2 (a cheio) antes da sua demolição. Indica-se ainda a disposição destes esteios depois da destruição deste monumento

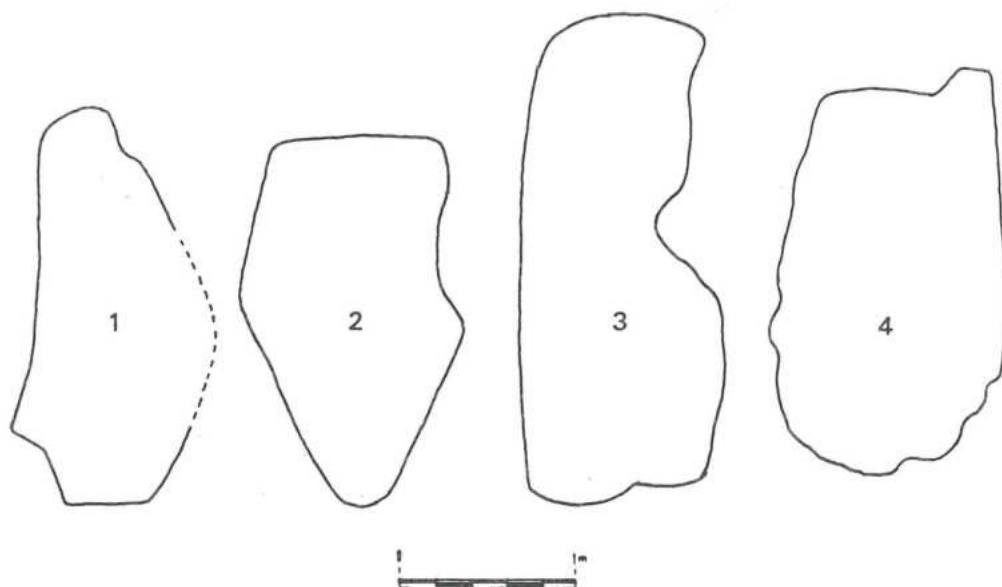


Fig. 8 — Configuração e dimensões dos esteios da anta n.º 2



Foto do autor (Março 1989)



Foto do autor (Novembro 1984)

Fig. 9 — Vista geral da mamoa. Pormenor da parte superior da mamoa (anta n.º 3), na altura coberta por grande quantidade de ervas e giestas.



Fig. 10 — Outro aspecto da parte superior da mamoa (anta n.º 3), sendo visível o que parece ser a parte superior de dois esteios, junto a um pequeno amontoado de pedra solta

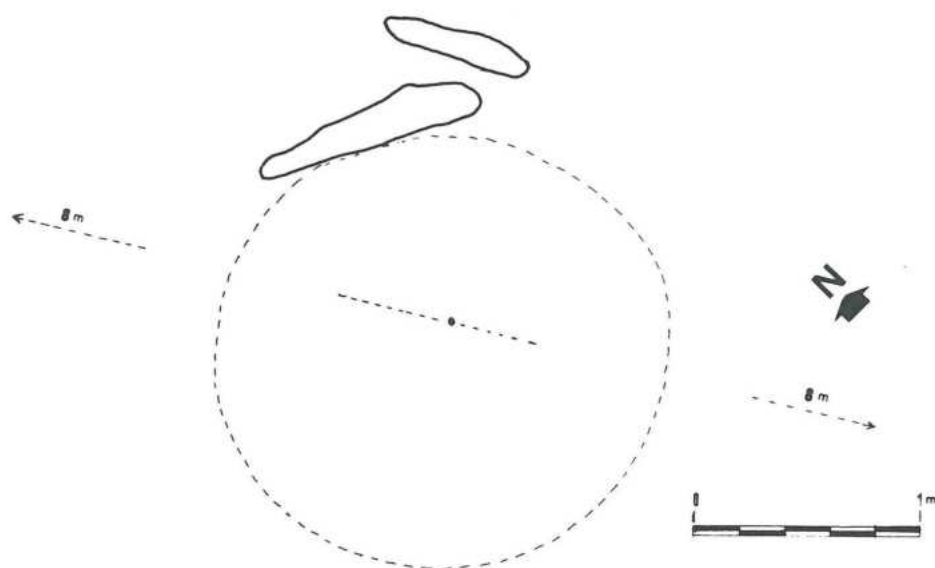


Fig. 11 — Esquema da mamoa (anta n.º 3). O círculo a pontado pretende mostrar a área ocupada pelo amontoado de pedra solta que está encostada à parte superior de dois esteios



Fig. 12 — Eira onde foram aplicadas as lajes da anta n.º 4

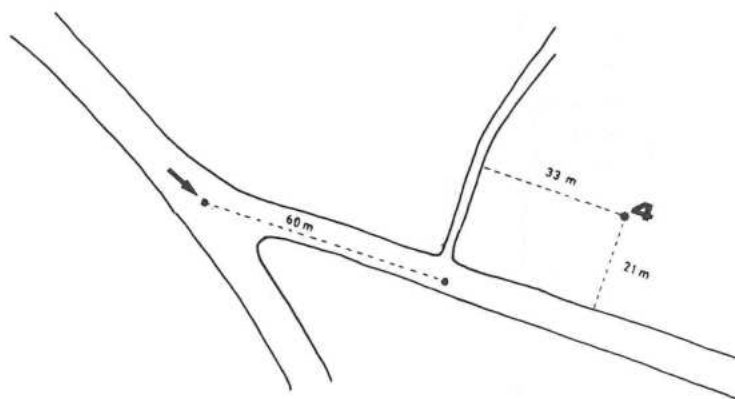


Fig. 13 — Esquema identificativo da localização da anta n.º 4. A seta indica o entroncamento para Penela da Beira (pela floresta)



Fig. 14 — Aspecto geral do local onde se encontrava implantada a anta n.º 5. A pessoa indica o local onde estava erigida; ao fundo a casa onde foram utilizados os seus esteios

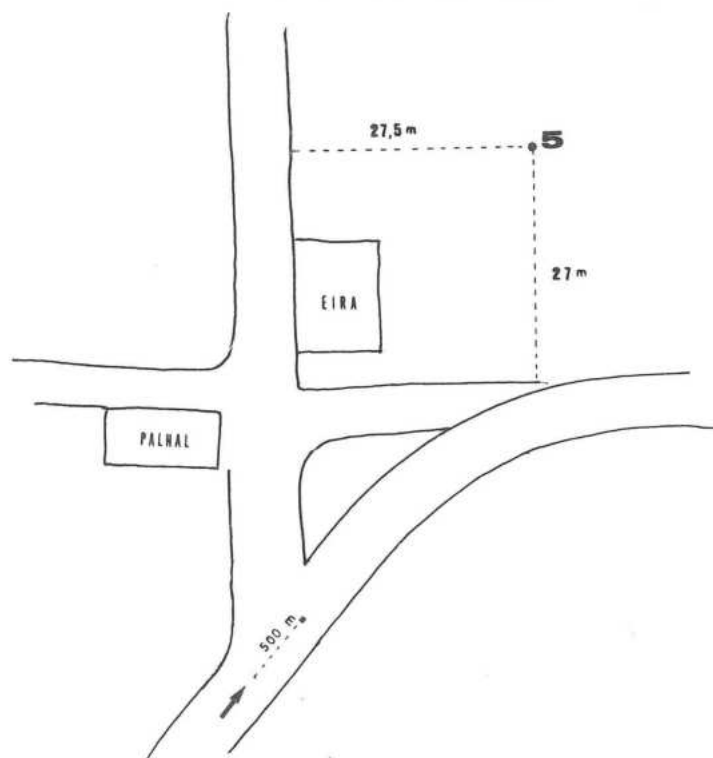


Fig. 15 — Esquema para localização do ponto onde se encontrava a anta n.º 5. A seta indica a distância a percorrer a partir do entroncamento que segue para Penela da Beira (pela floresta)

A CERCA DE RIBAS E A SUA NOTÁVEL REDE DE MURALHAS

ADÉRITO MEDEIROS DE FREITAS

1 — Introdução

Natural de Campo d'Égua, freguesia de Santiago da Ribeira d'Alhariz, muito cedo comecei a sentir uma atracção muito especial por tudo aquilo que, de algum modo, me levava a reflectir sobre o nosso passado; e, nessa época para mim, como ainda acontece, hoje, para a maior parte dos habitantes das aldeias de Trás-os-Montes, todos esses vestígios do nosso passado eram atribuídos aos «mouros».

Esta ideia generalizada está presente, ainda hoje, nas lendas e nomes de lugares: «castelos dos mouros», «pias dos mouros», «moura que tecia com fios de ouro», «moura encantada», etc. A muitos desses lugares associam-se também, com frequência, a existência de tesouros enterrados e muitos têm sido os casos de pessoas terem sonhado com o local onde os mesmos se encontram. Em 1987, aquando do início dos nossos trabalhos na Cerca de Ribas, uma senhora acercou-se de nós e perguntou: «Andam à procura do tesouro? Pois fiquem sabendo que o não encontram, ele não está aí!...»

Dentre os vestígios desse nosso passado sobressaem nestas regiões do Norte de Portugal as ruínas dos castros. E a poucos quilómetros da minha terra natal salientam-se, pela sua grandiosidade, respectivamente os castros (*cercas* na designação local) de Vila Nova e de Ribas. O primeiro situa-se nas proximidades da aldeia do mesmo nome e na freguesia de Santiago da Ribeira d'Alhariz; o segundo, objecto principal deste nosso trabalho, situa-se nas proximidades da povoação de Ribas, freguesia de Argeriz.

Desde muito jovem, pois, que visitava com frequência a Cerca de Ribas, de fácil acesso e a curta distância da estrada nacional n.º 206. Detinha-me, maravilhado, frente os imponentes lanços da muralha central, que se erguiam, há uns vinte anos ainda e a noroeste, a mais de três metros de altura. Todas construídas com pedras de granito, com uma face externa muito regular e predominantemente rectangular, algumas de grandes dimensões, dispunham-se, como ainda hoje se pode ver nos lanços conservados, com uma ligeira inclinação para dentro (figs. 16 e 17).

Que processos e materiais foram utilizados com tanta eficiência pelos nossos antepassados para cortar, afeiçoar, transportar e colocar nas muralhas milhares e milhares de toneladas de pedras de granito, algumas das quais de grandes dimensões? Era esta uma das muitas interrogações que eu frequentemente fazia e que, ainda hoje, se ouvem à maior parte das pessoas que nos visitam durante os curtos períodos de trabalho de cada ano.

Conhecedor das dificuldades que um trabalho desta natureza ainda hoje apresenta, apesar da grande ajuda proporcionada pela invenção da pólvora, do aço e de outros materiais, curvo-me admirado e presto a minha homenagem a esses excepcionais artífices do granito, que foram os nossos antepassados castrejos!

No entanto, num dado momento da sua história, este imponente povoado fortificado deixou, por não necessário já, de desempenhar as funções que tinham justificado, durante muitas gerações, a sua construção e conservação. Foi então abandonado e, a seus pés, principalmente na vertente sul, um novo aglomerado populacional nasceu. A abundância de água facilitando a actividade agrícola, a sua exposição a uma melhor incidência dos raios solares, a protecção em relação aos ventos do Norte, devem ter sido alguns factores que influenciaram a sua implantação. No entanto, um outro factor determinante deve ter antecedido os que acabei de referir; muito lentamente, durante o longo período da romanização, foi-se concretizando, pelo menos nalguns aspectos, uma simbiose cultural entre o povo invasor (romanos) e os autóctones, e quando a paz se instala mais ou menos por todo o território, as muralhas e outras estruturas de defesa tornam-se desnecessárias. É então que os povoados se vão estendendo para fora das muralhas ou, se as condições gerais não são aí as mais favoráveis para os novos padrões de vida, os recintos fortificados são a pouco e pouco abandonados para originarem, nas proximidades, um novo núcleo populacional. Creio poder ter sido esta a origem da actual povoação de Ribas.

Para a edificação do novo povoado não havia problemas de material, nem tão-pouco de transporte do mesmo; já aparelhado, com as dimensões desejadas para cada caso, ele encontrava-se ali mesmo ao lado, só um pouco mais acima, nas muralhas e casas

abandonadas; bastava deslocá-lo do lugar e, quase só por si, a força da gravidade encarregava-se de o colocar cá em baixo!

Vale a pena percorrer, calmamente, as tortuosas ruas da parte mais antiga da povoação de Ribas e examinar atentamente as paredes das velhas casas, bem como os muros de suporte e de vedação; a identificação, aí, de pedras que fizeram parte das muralhas da Cerca é relativamente fácil a qualquer observador; é que aquelas possuem um tipo de aparelho e uma forma que se tornam inconfundíveis em qualquer lugar onde se encontrem.

Após esta primeira fase de destruição, julgo que a Cerca de Ribas não terá sofrido, durante muitos anos, estragos significativos; e muito menos significativos teriam sido ainda, se só os habitantes de Ribas fossem buscar as pedras às muralhas. Porém, e infelizmente, a velha fortificação constituía, também, a reserva de material para todo o tipo de construção de outras aldeias das proximidades.

O período mais negro da sua evolução recente inicia-se na década de 50-60, como resultado de um grande incremento na construção civil directamente relacionado com a emigração. Nesta fase, a maior parte da pedra dali retirada já não é gasta na elevação, até ao nível do telhado, das paredes das casas, por uma questão de economia de tempo e divisas; a pedra das muralhas foi quase só utilizada para os alicerces, enquanto as paredes, na maior parte dos casos, são construídas com blocos de cimento e tijolos.

Durante muitos anos, pois, e com assustadora incidência a partir de 1974, camiões e tractores carregavam quase diariamente milhares e milhares de toneladas de pedras e, a pouco e pouco, o que de melhor ainda existia foi desaparecendo. E simultaneamente, como se tudo isto ainda fosse pouco, foram-se instalando, dentro do recinto fortificado e nas proximidades, numerosas pedreiras; grandes blocos de granito, predominantemente arredondados por muitos milhares de anos de acção dos agentes de geodinâmica externa, com alguns dos quais estavam relacionadas lendas e que faziam parte integrante das estruturas defensivas, desapareceram para sempre. Como que por milagre, um enorme bloco, situado a cerca de 5 m da muralha central quase em frente da porta *a* (fig. 2), viu «suspensa a sua pena de morte»! Na sua superfície encontram-se duas bem nítidas cicatrizes que os seus carrascos lhe marcaram — profundos furos, abertos já com o auxílio de um compressor, destinados, cada um deles, a uma potente carga explosiva.

Em carta endereçada ao Exm.^o Senhor Presidente do Instituto Português do Património Cultural, enviei informações pormenorizadas sobre tudo que se estava a passar na Cerca de Ribas, alertando para a necessidade de providenciar no sentido de evitar a sua total destruição; sugeria, ainda, que, em todas as povoações nas proximidades das quais existam monumentos de interesse, se fizessem sessões de esclarecimento. Tais sessões constituiriam, a meu ver, a primeira e mais importante acção a desencadear em defesa do nosso património histórico-arqueológico.

Através do Ofício n.^o 15 595, de 18 de Dezembro de 1981 (Proc. 81/1/63), o Instituto Português do Património Cultural solicitou ao presidente da Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho, Dr. Francisco M. S. Sande Lemos, um reconhecimento das condições de conservação da Cerca de Ribas. Transcrevo, em seguida, os resultados desse reconhecimento e a proposta enviada pelo

Dr. Francisco M. S. Sande Lemos ao presidente do Instituto Português do Património Cultural, em 8 de Março de 1982:

De acordo com o solicitado pelo Ofício n.^o 15 595, de 18 de Dezembro de 1981 (Proc. 81/1/63), visitei o castro de Ribas bem como um possível santuário rupestre que se localiza próximo. Na sequência do reconhecimento efectuado elaborei o memorando que junto envio, e no qual se propõe a classificação daqueles dois sítios. Nesta mesma data dirigi ofícios à Câmara Municipal de Valpaços e à Junta de Freguesia de Argeriz, pedindo-lhes que procurem pôr cobro ao aproveitamento da pedra do castro.

Aproveito a oportunidade mais uma vez para sublinhar que a grande maioria dos sítios castrejos estão actualmente a ser submetidos a actos de vandalismo, estando assim a desaparecer os testemunhos materiais de dois mil anos de proto-história do nosso país, pois que a maioria dos castros do Norte oferecem vestígios entre a Idade do Ferro e a época Medieval. Só uma legislação específica para a defesa daqueles monumentos que preveja sanções pesadas para quem *rouba* a pedra das muralhas e estruturas poderá impedir que tal aconteça. Nesta perspectiva é também indispensável que a G. N. R. inclua nos seus itinerários de patrulha os monumentos arqueológicos classificados, à semelhança do que se faz *por rotina* em Espanha e em França.

Acrescento que no próximo mês de Março a A. S. P. A. e a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho tencionam apresentar um anteprojecto de lei que será enviado ao I. P. P. C. e apresentado à discussão no próximo Encontro das Associações de Defesa do Património, em Torres Vedras.

Com os melhores cumprimentos,
O Presidente da Unidade,
Francisco M. S. Sande Lemos

Julgo que a minha proposta de realização de sessões de esclarecimento onde e quando fossem consideradas convenientes, não teria sido aceite, pois não tenho conhecimento de que alguma tenha sido realizada por iniciativa do I. P. P. C.

A partir de um dado momento, e porque a Cerca de Ribas continuava a ser sistematicamente destruída, mesmo depois de classificada, sem que alguém com poderes para tal fizesse fosse o que fosse para evitá-lo, deixei, vencido, de a visitar. Da estrada nacional n.^o 206, um pouco depois de Argemil, via nitidamente, quando por ali passava, as cicatrizes que se iam alargando dia após dia, como resultado da referida destruição.

Finalmente, em Abril de 1986, surgiu nova esperança de salvar aquilo que ainda restava deste monumento. Com data de 17 de Abril de 1986 recebi, da Câmara Municipal de Valpaços, a seguinte carta:

Tendo conhecimento de que V. Ex.^a procede a trabalhos de Reconstituição Arqueológica no Concelho de Chaves, e uma vez que neste concelho existem alguns castros que eventualmente merecem a atenção, agradecia de V. Ex.^a o empenho e colaboração no levantamento dos mesmos.

Com os melhores cumprimentos,
O Presidente da Câmara,
Francisco Batista Tavares,
Eng.^o Civil

Respondi afirmativamente, sugerindo dois planos de actividades:

- 1.º Imediata actuação na Cerca de Ribas, pois que, a meu ver, sendo um dos mais importantes monumentos do concelho era, também, um dos que estavam na iminência de desaparecer, se não fossem tomadas medidas preventivas;
- 2.º Prosseguir um trabalho por mim já iniciado, de inventariação de todos os castros do concelho, bem como de outros monumentos de interesse histórico-arqueológico.

Estas mesmas sugestões, bem como uma fotocópia da carta que me foi endereçada pela Câmara Municipal de Valpaços e assinada pelo seu presidente, Eng.º Francisco Batista Tavares, foram por mim enviadas ao Ex.º Senhor Presidente do Instituto Português do Património Cultural em 30 de Junho de 1986. Simultaneamente, pedia autorização para iniciar os trabalhos de limpeza e conservação na Cerca de Ribas.

Com data de 7 de Setembro de 1987 recebi do I. P. P. C. a autorização que havia solicitado e que transcrevo:

Castro de Ribas — Valpaços:

Em referência à carta acima indicada, comunico a V. Ex.ª que foram superiormente autorizados os trabalhos de limpeza e conservação no referido Castro, desde que sejam realizados em estreita colaboração com o Serviço Regional de Arqueologia da Zona Norte e com o apoio da Câmara Municipal de Valpaços.

Com os melhores cumprimentos,
O Vice-Presidente,
João Manuel Bairrão Oleiro

Eis, em resumo, algumas das fases conhecidas da evolução da Cerca de Ribas num passado relativamente recente. Quanto à evolução da mesma durante o longo período da sua construção e ocupação, ela irá sendo a pouco e pouco esclarecida através dos dados que, ano após ano de actividades, ali vão sendo obtidos.

Neste resumido trabalho debruçar-me-ei, principalmente, sobre a evolução da área ocupada e das suas notáveis estruturas defensivas.

2 — Situação

Ribas, junto da qual se encontra o castro do mesmo nome (Cerca de Ribas), é uma pequena mas antiga aldeia da freguesia de Argeriz. Fazem ainda parte da mesma freguesia as povoações de Pereiro, Midões e Vale de Espinho.

Conjugando os dados relativos à altitude, morfologia do relevo, constituição geológica, exposição e, necessariamente, distribuição da flora, podemos considerar o Pereiro (a cerca de 800 m de altitude) pertencente à «terra fria», enquanto Argeriz, Midões e Vale de Espinho se situam já na chamada «terra quente transmontana».

Nesta grosseira divisão geográfico-climática, Ribas ocupa uma posição de transição, a uma altitude entre os 600 e 700 m (fig. 1).

Como que envolvendo a freguesia de Argeriz, encontram-se as freguesias de Carracedo de Montenegro, Serapicos, Santiago da Ribeira d'Alhariz, Vassal, Sanfins, Água Revez, Castro e Santa Maria de Emeres, todas do mesmo concelho de Valpaços.

A Cerca situa-se a norte da aldeia de Ribas (fig. 1), a uma altitude de, aproximadamente, 750 m e a uma distância aproximada de 1000 m da estrada nacional n.º 206. Uma placa à direita, na referida estrada, entre as povoações de Argemil e Argeriz, indica o desvio para aquela povoação. Uma vez percorridos cerca de 400 m deste desvio, o acesso à Cerca faz-se por um caminho à esquerda, que permite o trânsito a viaturas, embora com algum cuidado; este ano, este acesso será melhorado pelos serviços da Câmara, de modo a permitir o acesso fácil a qualquer veículo automóvel. Este ano também serão colocadas placas a sinalizar o monumento.

Toda a área ocupada pela Cerca é de natureza granítica, com muitos blocos dispersos ou amontoados, por vezes com grandes dimensões e fazendo parte das suas estruturas defensivas; um deles, situado a nascente, conhecido por «penedo das pombas», é notável pelas suas dimensões, com muitos metros de altura, e nele vão entroncar as muralhas I e III (fig. 2).

Por toda a área do castro, pequenas áreas picadas e aplanadas de muitos destes blocos de granito parece indicarem apoios dos muros de antigas casas.

Este granito é de grão médio, com biotite e moscovite. Constitui, como referi, o material essencial utilizado na construção de todas as estruturas; só a preencher pequenos espaços entre as pedras das muralhas se encontram fragmentos lascados de xisto metamórfico, que, aliás, não se encontra longe.

3 — A Cerca propriamente dita. Disposição e características das suas muralhas e outras estruturas defensivas

Tenho pensado muitas vezes naquilo que o meu amigo nos mostrou no Castro de Ribas. Pelo que vi, o castro é de enormes dimensões e opulência. Das suas muralhas, a ciclópica é deveras notável. O poço causou-me profunda impressão. Naquele castro tudo é à GRANDE [...] Com mais algumas campanhas o castro vai dar brado [...]

Carta do Prof. Doutor J. R. dos Santos Júnior,
Quinta da Caverneira, 28 de Setembro
de 1988.

Eis, em resumo, a impressão causada ao meu grande amigo, o Prof. Doutor J. R. dos Santos Júnior, numa visita que fez à Cerca de Ribas no dia 14 de Setembro de 1988 e que dispensa quaisquer comentários.

Até ao momento realizámos, totalmente custeadas pela Câmara Municipal de Valpaços, duas campanhas de actividades:

A primeira, em Julho de 1987, durou apenas cinco dias (27 a 31), devido, principalmente, a compromissos assumidos relativamente a idênticas actividades no castro da Curalha (Chaves).

A *segunda*, organizada com mais antecedência, começou em 22 de Agosto e terminou em 15 de Setembro de 1988. Antes, porém, e para eliminar algumas dificuldades surgidas em 1987, pelo facto de habitantes de Ribas possuírem, na área ocupada pela Cerca, parcelas de terreno, programei para o dia 27 de Julho, à tarde, uma sessão de esclarecimento que teve lugar no salão da Escola Primária local. Estiveram presentes os Ex.^{mos} Srs. Presidente da Câmara Municipal de Valpaços, Vereador do Pelouro da Cultura, Presidente da Junta de Freguesia de Argeriz, Professores do Ensino Primário e muitas outras pessoas, que, além de manifestarem um certo interesse pela conservação deste e doutros monumentos, exercem sobre a população uma certa influência. Salienta-se, entre estas últimas, o Rev.^o Dr. António Barrosos de Oliveira, natural de Argemil e, presente-mente, pároco das freguesias de Carracedo de Montenegro, Argeriz e Serapicos. O salão estava praticamente cheio e, além de Ribas, viam-se pessoas das vizinhas povoações de Argeriz, Pereiro, Argemil e Carracedo de Montenegro.

Considero esta sessão o passo mais importante e definitivo para a defesa do que ainda resta deste monumento e creio poder afirmar que a partir do dia 27 de Julho de 1988 ele está totalmente protegido contra qualquer acto de vandalismo. No final da sessão, e apesar de isso não estar programado, tive mesmo que acompanhar muitos dos presentes numa visita ao local dos trabalhos.

Depois disso, posso afirmar que tinha razão quando propus, ao Instituto Português do Património Cultural, a realização de sessões de esclarecimento onde e quando fossem julgadas necessárias!

A figura 2 mostra a planta esquemática aproximada da Cerca, de acordo com os dados obtidos até ao final da campanha de 1988.

Muralha I

Limita uma área de, aproximadamente, 4800 m². Mede (face externa, única que nos foi possível delimitar na totalidade) cerca de 370 m.

As actividades de 1988 incidiram, principalmente, no troço esquematizado na figura 3, virado para noroeste. É notável a largura que a muralha atinge neste troço, com se verifica facilmente da análise dos cortes esquemáticos segundo *AB*, *CD* e *EF* (fig. 4). Assim, enquanto em *EF* a muralha mede 4,5 m de largura, em *CD* já atinge 5,40 m para, no cotovelo e segundo *AB*, atingir a largura impressionante de 13 m. Entre a porta *a* e o corte *CD* a muralha apresenta, internamente, uma curvatura e, aí, mede 5,90 m de largura.

A diferente largura deste troço da muralha central, assim como outros troços desta e das restantes muralhas que iremos descrever, justificam-se, segundo creio, pela diferente inclinação do terreno onde as mesmas se encontram implantadas; assim, se o terreno é fortemente inclinado, a defesa está parcialmente assegurada e a muralha é aí mais estreita, como acontece nesta muralha central a este e a sul; pelo contrário, a norte e oeste, o terreno é menos acidentado, e aí foi necessário providenciar para que as estruturas defensivas fossem mais eficazes, o que se verifica com o aumento considerável da largura da muralha e a utilização, principalmente na face externa da mesma, de pedras de granito de grandes dimensões. Julgo que aqui, também, a muralha deve ter tido uma altura consi-

derável, podendo ter formado mesmo, nalguns troços, uma espécie de «torreão alongado».

Não conhecíamos, quando iniciámos os nossos trabalhos em 1988, a existência de qualquer porta nesta muralha central. No entanto, após o corte de todo o mato que encobria a muralha e remoção, de um e outro lado, das pedras necessárias à identificação dos seus limites externo e interno, descobrimos que, num determinado sector (fig. 14) e a toda a sua largura, muitas das pedras não tinham os espaços entre si cheios de terra, como seria de esperar. Surgiu-me então a hipótese da existência, ali, de uma porta. Ao fim de dois dias de trabalhos e de termos removido centenas de pedras, cheguei a pensar que a minha hipótese estaria errada e que as características descritas poderiam ser explicadas por uma simples acção de caçadores ao procurarem tirar, dentre as pedras da muralha, um qualquer animal (coelho, por exemplo). Finalmente, vimos o nosso trabalho coroado de êxito e a hipótese confirmada: a cerca de 1,5 m de profundidade surgiram, de um e outro lado, duas fiadas de pedras que assinalavam os limites de uma porta (fig. 15). Tal como aconteceu às pedras melhor aparelhadas da face externa da muralha, também pedras idênticas que limitavam a porta foram quase totalmente roubadas.

Esta porta é, parece-me, anormalmente estreita (70 cm). Admito a mesma servir, apenas, para dar passagem a uma outra área fortificada, espécie de plataforma semicircular que existiria do lado poente (fig. 2-E). Julgo poder verificar a validade ou não desta hipótese na campanha de 1989.

A descoberta desta porta trouxe-nos outras importantes informações sobre a evolução deste troço da muralha central. Assim, comparando as larguras da muralha que limitam a porta *a*, verificámos que a sul ela mede 5,48 m, enquanto a norte mede 6,80 m. Da análise do esquema (fig. 3) fácil é verificar que esta diferença se deve, de um e outro lado da porta, à face externa da muralha não se encontrar no mesmo alinhamento. Encontrámos aqui, a norte, duas muralhas: uma mais interna, com 4,20 m de largura, e a actual, com 6,80 m de largura. Esta largura actual resultou do acréscimo, num dado momento da ocupação e essencialmente por necessidades de defesa, de 1,30 m, quer externa quer internamente. Como a sul da referida porta este acréscimo só existe na face interna, está explicada a diferença da largura de um e outro lado da porta, bem como a não existência de alinhamento referido. A falta do acréscimo de 1,30 m a sul da porta pode ser, também, um indício da existência da referida área fortificada (*E*).

Embora não tenha ainda qualquer dado com que possa confirmá-lo, julgo que a muralha primitiva que foi detectada no interior tivesse uma largura mais ou menos uniforme e que, a ser verdade, então o acréscimo referido, principalmente na face externa, irá aumentando desde a porta *a* até ao cotovelo. As linhas a tracejado marcadas neste e noutros troços da muralha correspondem, apenas, a limites hipotéticos, mas lógicos de acordo com os dados até ao momento recolhidos.

Ao admitir que a porta não constituísse a entrada principal da muralha central, pensei que, necessariamente, deveria existir outra porta naturalmente mais larga: esta hipótese foi confirmada com a descoberta de uma segunda porta (fig. 2-b), a norte, com 1,50 m de largura. Ela foi totalmente delimitada a este, mas falta ainda delimitá-la internamente do lado poente.

A opinião adiantada por alguns arqueólogos de que «as muralhas dos castros não teriam outra função senão a de defenderem as pessoas e os animais domésticos do ataque das feras» creio não ter qualquer consistência, de acordo com os dados que acabo de fornecer, e para a Cerca de Ribas e de outros castros transmontanos.

Quando forem removidas todas as pedras (milhares de toneladas) caídas da muralha serão postos a descoberto alguns lanços da face externa perfeitamente conservados e com alturas que poderão estar compreendidas entre 1,5 e 2 m. Dois desses lanços podem ser observados já a sueste (figs. 16 e 17).

Durante os trabalhos de remoção das pedras caídas da muralha para delimitarmos a sua face externa encontrámos duas curiosas pedras ornamentais. A primeira (figs. 2-I, 7 e 8) mede 1 m de comprimento e 34 cm de largura máxima, encontrando-se, na muralha, deitada. A ornamentação mede 60 cm de comprimento e 20 cm de altura. Admitimos, por hipótese, que a mesma poderia ter pertencido antes de ser ali colocada, à ombreira da porta de uma casa. A sua actual posição na muralha poderia ser justificada por uma necessidade de reforçar as características de defesa, tendo para o efeito sido alargada e utilizados à pressa materiais que pertenceram a outras estruturas. Não esqueçamos que fenómenos idênticos foram descobertos em Conímbriga!

A segunda pedra (figs. 2-c, 5 e 6) encontra-se também fazendo parte da face externa da muralha central, junto do cotovelo voltado a norte. É uma pedra de granito com uma ornamentação circular de 36 cm de diâmetro e nove raios. Como vimos, este troço da muralha, onde a largura atinge os 13 m, parece ter resultado de dois acréscimos a uma muralha mais primitiva e mais estreita. Deste modo admito, também, que esta pedra já tenha pertencido, antes de ser aqui colocada, a uma outra estrutura e que poderia ter, nela, um significado meramente decorativo ou qualquer outro, talvez mesmo religioso. Não terá o número 9 (9 raios) qualquer significado?

Nas proximidades da pedra ornamentada (figs. 7 e 8), e à distância de 7 m da face externa da muralha, encontra-se, escavado num monólito de granito, um pequeno «lagar» (figs. 2-m e 12). Mede de comprimento 2 m e de largura máxima 1 m. A altura, a descoberto, da pedra onde foi escavado é de 60 cm. Interrogo-me sobre quais as verdadeiras funções desta estrutura: destinar-se-ia, efectivamente, ao esmagamento de frutos e à obtenção de líquidos (fermentáveis ou não) ou desempenharia qualquer função cultual? Qualquer que tivesse sido a sua verdadeira função, ao certo podemos afirmar que a sua goteira, com 30 cm de comprimento, se destinava a dar passagem a qualquer líquido, que seria recolhido por qualquer recipiente colocado do lado de fora.

Muralha II

Menos extensa que a muralha I, limita, necessariamente, uma área menor (fig. 2-B). A forma como se estabelece o contacto entre esta e a muralha central, sem qualquer continuidade, permite-nos concluir que é mais recente. Não descobrimos, ainda, qualquer porta de comunicação entre os recintos A e B. No entanto, um estrangulamento existente a sul, nesta muralha (fig. 2-f), pode indicar a existência de uma porta que estabeleceria a comunicação entre B e G; a existência desta porta poderia, ainda, estar relacio-

nada com a presença de uma outra estrutura, que é conhecida por «poço» (fig. 2-h). Não estamos muito inclinados a admitir que o «poço», com 3,45 de diâmetro, se destinasse, como o nome parece indicar, à obtenção de água. Referindo-se-lhe, o Prof. Doutor Santos Júnior afirma: «O poço causou-me profunda impressão.» Esperemos que no futuro possamos, pelo menos, formular hipóteses com alguma lógica!

É nesta muralha, e num troço a oeste, com cerca de 30 m de comprimento (fig. 2-g), que se encontra o vestígio mais extenso, mais alto e melhor conservado de todo o castro. A sua largura varia entre 3,0 e 3,5 m e a altura ultrapassa por vezes os 2,5 m.

A seguir ao estrangulamento que admiti poder tratar-se de uma porta, a muralha parece ficar reduzida a um muro com cerca de 1 m de largura; de notar que deste lado o terreno é muito acidentado e o acesso seria, por isso mesmo, muito difícil.

Muralha III

Não conhecemos muito bem, ainda, esta terceira muralha. Ela entesta com a muralha I, a norte e a sul, sem qualquer solução de continuidade entre ambas, o que me levou a concluir tratar-se de uma construção mais recente. Limita uma grande área (fig. 2-C), embora um pouco menor que a área A. Julgo que todo este espaço foi ocupado por casas, dada a sua situação privilegiada, voltada para nascente, a um nível inferior ao espaço A e, ainda, protegida dos ventos norte não só pelo relevo como pela própria muralha. Além de tudo isto, a área C corresponde a um espaço com fraca inclinação.

Julgo ter existido na muralha I uma porta que permitia a comunicação das áreas A e C. Ela poderia ter estado localizada no lugar onde, presentemente, há uma passagem para carros de bois e tractores; creio, no entanto, que, mesmo que esta hipótese seja válida, não será possível comprová-la por falta de elementos.

O troço norte desta muralha possui, ainda, limites bem definidos. Depois de removermos todas as pedras caídas, quer externa quer internamente, julgo que esta muralha poderá ter, principalmente junto da muralha I, mais de 2 m de altura. Enquanto a norte esta muralha é constituída por pedras de granito com predomínio das de dimensões médias, como acontece com as muralhas I e II, a sul e este predominam as pedras de grandes dimensões, características da muralha IV.

Muralha IV

Em 1987, início dos nossos trabalhos na Cerca de Ribas, descobrimos que as casas 1, 2 e 3 se encontravam dentro dos limites interno e externo de uma muralha (figs. 2, 9, 10 e 11). Ao medirmos a sua largura, a sul destas casas, com base em algumas pedras (poucas) que não chegaram a ser removidas, ficámos surpreendidos ao encontrarmos valores médios de largura da ordem dos 6 m (figs. 2-n e 19). Estas poucas pedras que nos permitiram detectar esta muralha são, geralmente, de grandes dimensões; porém, salvo uma ou outra que foi aproveitada na sua posição natural, elas apresentam vestígios nítidos de terem sido trabalhadas e para ali transportadas.

Outra surpresa ainda maior surgiu-nos nesta muralha, do lado norte e a seguir às casas referidas; ela atinge aí 7 e por vezes 8 m de largura. Facto verdadeiramente notável para esta muralha é o de ser construída, tanto interna como externamente, por blocos de granito enormes, alguns com mais de 2 m de comprimento e atingindo, alguns também, 1,5 m de altura (fig. 20). Um deslocamento da face interna desta muralha (fig. 2-i) nas proximidades das casas foi interpretado como tratando-se de uma rampa de acesso, mais larga do que qualquer outra das que tenho observado noutros castros transmontanos.

Julgo ter sido esta, das quatro muralhas referidas, a última a ser construída; as suas características revelam bem das necessidades de defesa sentida, a partir de um dado momento, pelos habitantes deste povoado. Quais teriam sido os poderosos inimigos que os ameaçavam?

Muralha V

O fosso assinalado no esquema situa-se numa zona relativamente plana. Uma vez ultrapassado o fosso, o invasor deslocar-se-ia facilmente para sul, ao longo da face externa da muralha IV. Esta muralha V, com apenas 18,5 m de comprimento, teria sido possivelmente construída para impedir esse movimento. Junto do fosso (fig. 2-F) poderia mesmo existir uma espécie de torreão, que aproveitaria a presença dos rochedos aí existentes. A apoiar esta hipótese, de notar a presença, na referida área, de terra e pequenas pedras, que poderiam ter constituído o enchimento do hipotético torreão.

Muralha VI

O espaço entre as muralhas I, II, IV e VI (fig. 2-D) orientado e inclinado para a povoação de Ribas constitui uma depressão alongada, espécie de vale, ocupando as referidas muralhas as posições mais elevadas de um e outro lado.

A muralha VI não é mais que uma espécie de muro de suporte que, mesmo assim, não deixava de desempenhar importantes funções de defesa. Conheci-o bastante mais alto do que é actualmente; esta foi, nos últimos vinte anos, uma das zonas mais afectadas pelas pedreiras, e daí a grande destruição nele verificada.

Fosso

Pela análise da distribuição das plantas (principalmente fetos), calculo que este fosso atinja cerca de 60 m de comprimento.

Nota-se, com base nos dados que nos foi possível obter, a existência de um enorme contraste entre a aparente fragilidade desta estrutura defensiva comparada com a grandiosidade e robustez das suas muralhas. É que este fosso parece não ter mais que 1 m de largura, ou talvez menos. A ser assim, e independentemente da sua profundidade, um cavalo ou mesmo um homem poderiam, de um salto, ultrapassá-lo facilmente!

Admito, pois, que ele constituísse antes uma espécie de trincheira ou uma passagem camuflada utilizada pelos encarregados da defesa. Só com a limpeza de toda a terra e pedras que o enchem serão obtidos os dados que nos elucidem sobre estes problemas.

Espólio

Neste curto trabalho pretendi, principalmente, dar a conhecer as extraordinárias estruturas de defesa da Cerca de Ribas. Naturalmente que, durante os longos anos de destruição e nestas duas nossas campanhas de trabalhos, numeroso outro material foi encontrado que nos vai ajudar a fazer uma reconstituição no que se refere ao modo de vida desses nossos antepassados. Dentre esses achados, salientemos:

- *Dois machados de cobre* (cerca de 95% de cobre), encontrados há já bastantes anos e que fazem parte da colecção particular do Ex.^{mo} Sr. Amílcar Costa, de Carrzedo de Montenegro, que gentilmente pôs à minha disposição para serem incluídos no meu relatório sobre este monumento.
- *Um alfinete* (ou peça de fívula?) também de cobre, maravilhosamente trabalhado, por mim encontrado numa visita que fiz à Cerca de Ribas no dia 2 de Novembro de 1968.
- *Centenas de fragmentos de cerâmica*, entre as pedras caídas das muralhas e no interior das casas 1, 2 e 3.
- *Numerosos pedaços de carvão* encontrados no interior das casas 1 e 2.
- *Numeroso material de quartzo e xisto*, que julgo dever ser interpretado como indicativo de uma ocupação desta zona muito antes dos nossos antepassados castrejos e dos invasores romanos.
- *Numerosos fragmentos de mós*.
- *Um fragmento do bordo de um vaso de vidro* de cor amarelo-esverdeada.

Na opinião do Sr. Prof. Doutor Joaquim Rodrigues dos Santos Júnior: «Com mais algumas campanhas o castro vai dar brado.» Sou da mesma opinião, e pelos dados já recolhidos e aqui descritos creio poder mesmo afirmar que a Cerca de Ribas «já está a dar brado»!

Guimarães, Março de 1989.

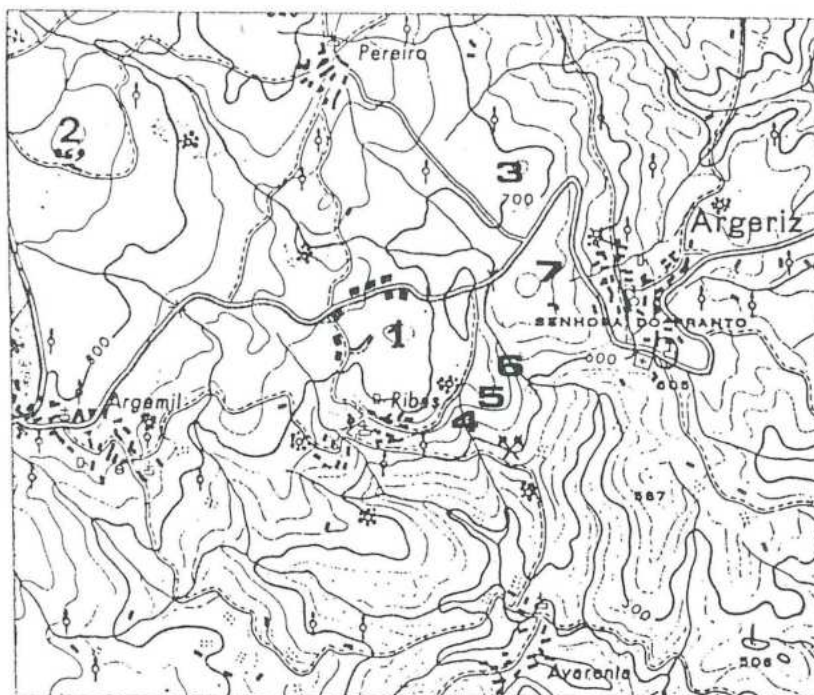


Fig. 1 — Pormenor da carta 6-D (Vila Pouca de Aguiar) do Instituto Geográfico e Cadastral, na escala de 1/50 000, com a indicação da Cerca de Ribas e de outros monumentos de interesse arqueológico

- 1 — Cerca de Ribas.
- 2 — Castro do Cabeço, no qual os vestígios das muralhas desapareceram quase totalmente.
- 3 — Estação arqueológica onde, possivelmente, já existiu um castro. Aqui tem sido encontrado numeroso material lítico (de granito, xisto e quartzo), assinalando várias épocas de ocupação, bem como numerosos fragmentos de cerâmica e muitos moinhos, principalmente do tipo mais arcaico.
- 4 — Área em declive e a menor altitude, que se segue à Cerca e que na toponímia local é conhecida pelo nome de «Cividade». Aqui têm sido encontrados vestígios de ocupação humana.
- 5 — Área contígua à anterior, conhecida pelo nome de «Castelares». Parece ter sido também uma área habitada. Encontrei os restos de uma casa e fragmentos cerâmicos correspondentes a um vaso de grandes dimensões. Parece existirem ali, ainda, restos de antigas muralhas.
- 6 — Proximidades de um pequeno riacho onde me foi possível observar: troços ainda em bom estado de uma via romana, um belo exemplar de uma ponte romana de um só arco quebrado, e uma estrutura cilíndrica em granito, oca, com cerca de 3 m de altura, que julgo ter pertencido a uma lavandaria de minério.
- 7 — «Pias dos Mouros», bem conservado santuário rupestre.

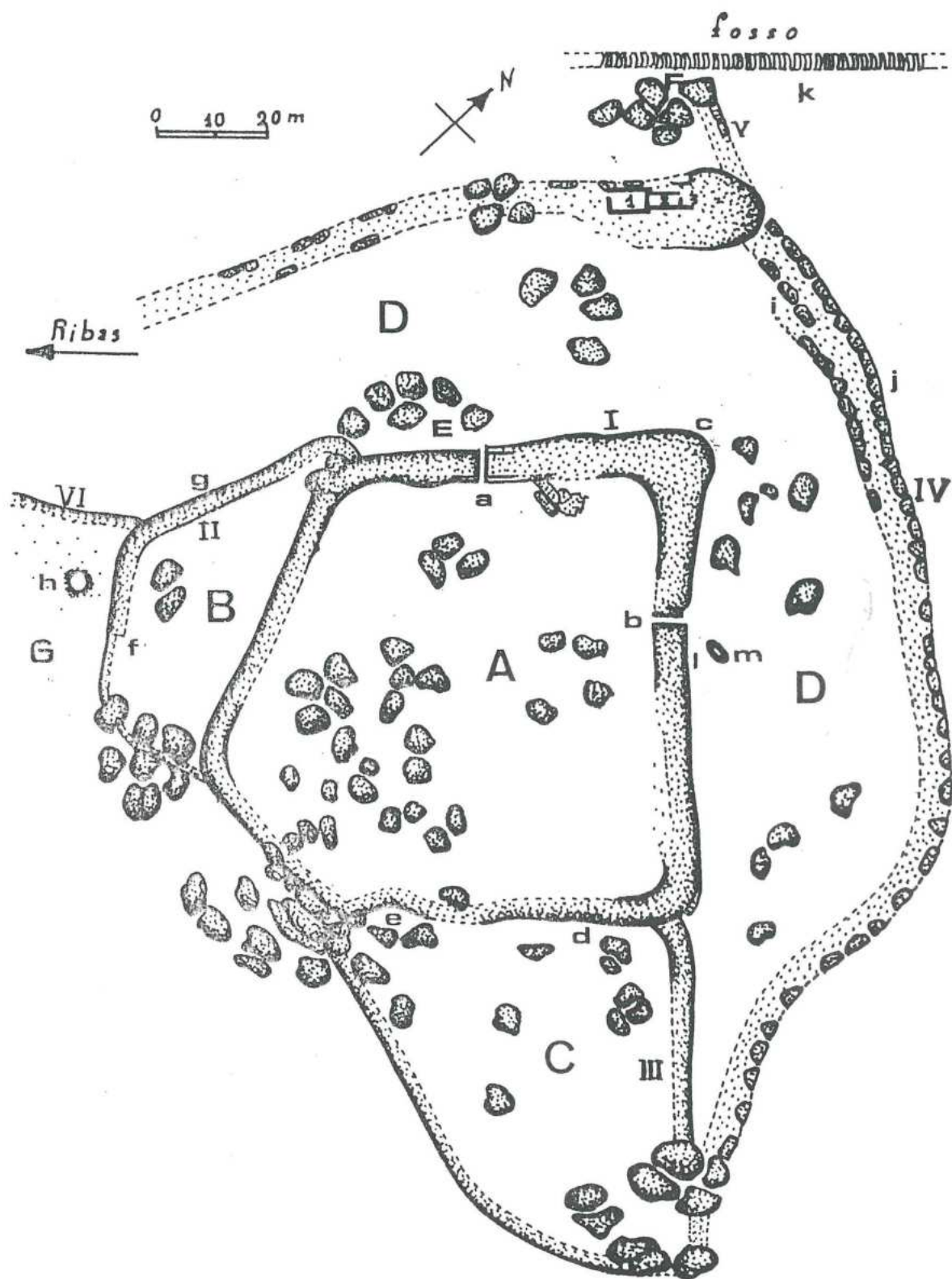


Fig. 2 — Planta esquemática da Cerca de Ribas, conforme os dados obtidos até ao final da campanha de 1988

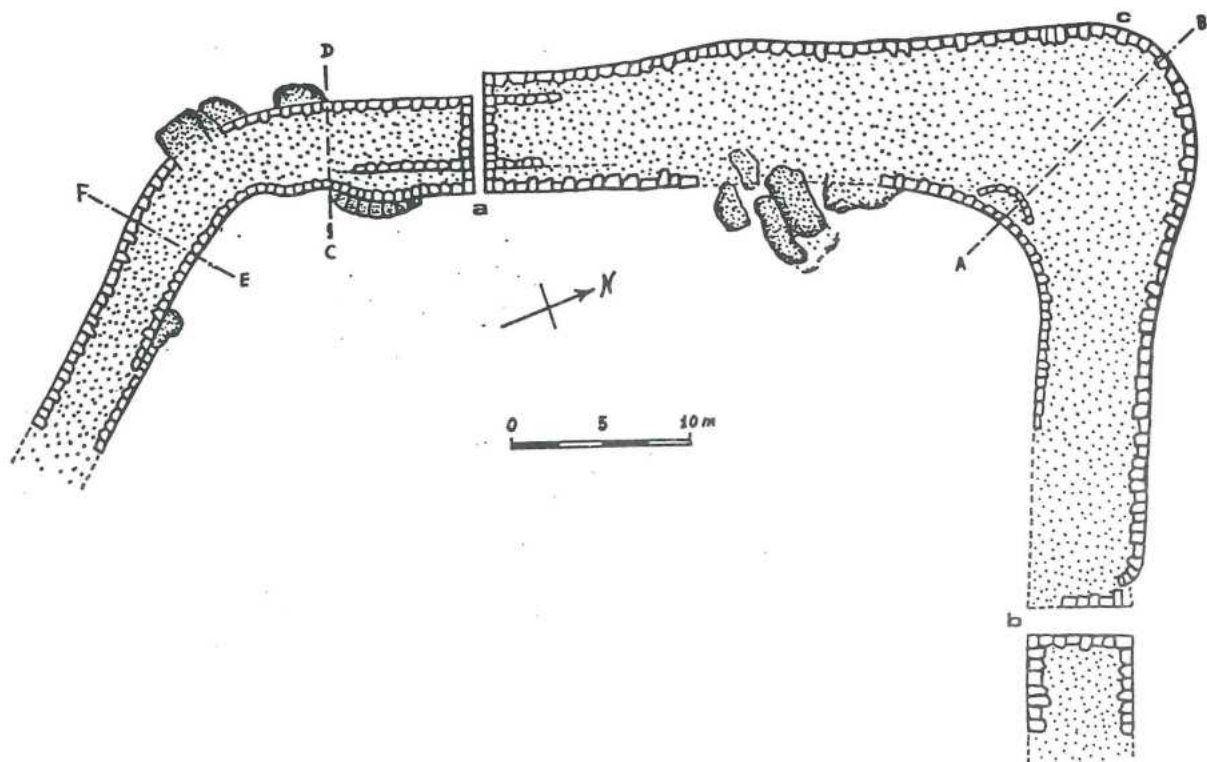
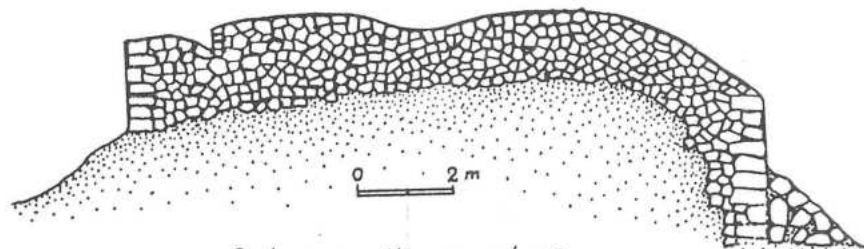
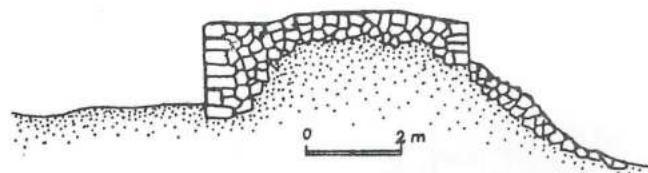


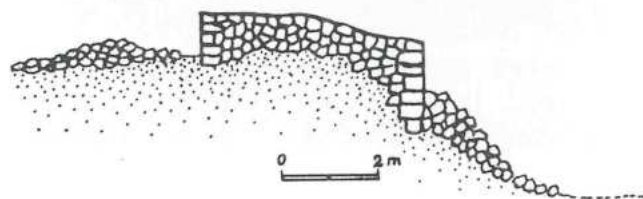
Fig. 3 — Troço da muralha central onde incidiram a maior parte dos trabalhos da campanha de 1988



Corte esquemático segundo AB



Corte esquemático segundo CD



Corte esquemático segundo EF

Fig. 4 — Cortes esquemáticos segundo AB, CD e EF, respectivamente (fig. 3). Numa extensão de um pouco mais que 60 m, a largura da muralha varia desde 4,5 m (segundo EF) a 13 m (segundo AB)

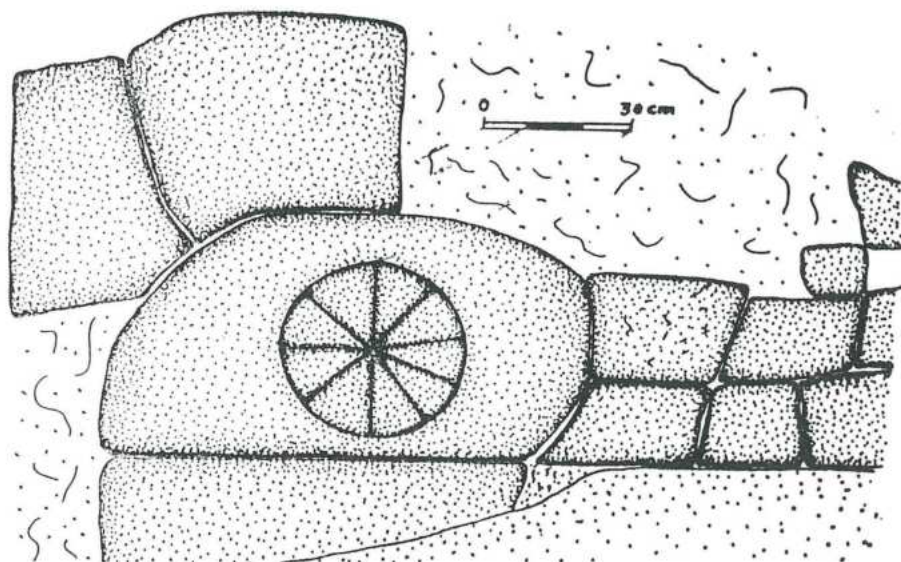


Fig. 5 — Pedra de granito existente na face externa da muralha central (fig. 2-c), com uma gravação circular (36 cm de diâmetro) e nove raios



Fig. 6 — Pormenor fotográfico da pedra de granito com uma gravação circular de 36 cm de diâmetro e 9 raios. Como esta porção da muralha central corresponde a um acréscimo a uma muralha mais antiga e mais estreita, esta pedra poderá ter pertencido a uma estrutura já existente (fig. 5)

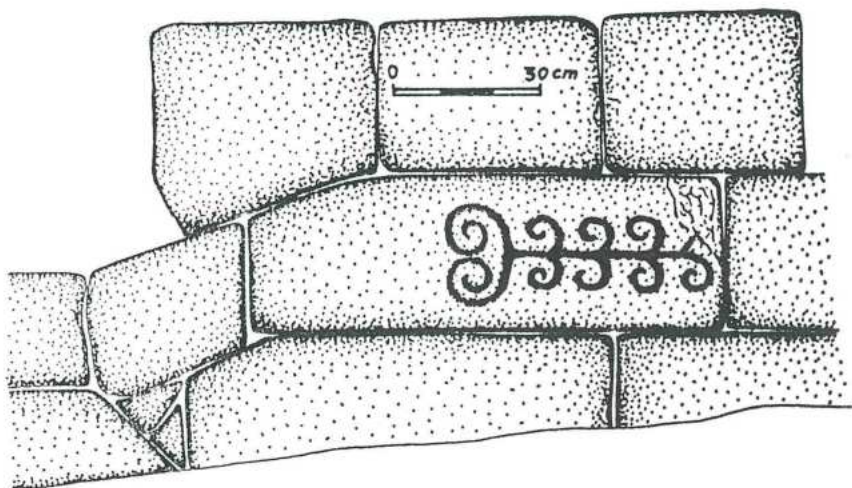


Fig. 7 — Pedra de granito existente na face externa da muralha central (fig. 2-1), com uma ornamentação horizontal. Mede 1 m de comprimento e 35 cm de altura máxima. Supondo que esta muralha foi alargada, então esta pedra poderia ter pertencido à ombreira da porta de uma casa.



Fig. 8 — Pormenor fotográfico da gravação ornamental da pedra que faz parte da face externa da muralha central (fig. 7)

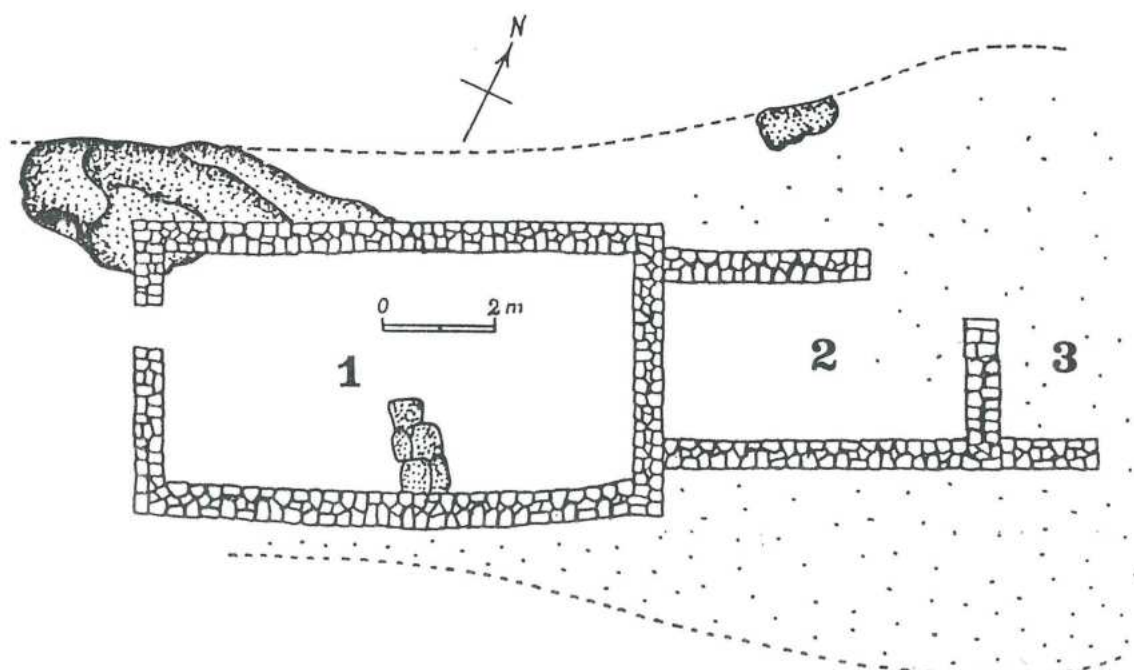


Fig. 9 — Planta esquemática das casas, 1, 2 e 3, postas a descoberto sobre a muralha IV (fig. 2) na curta campanha de trabalhos de 1987



Fig. 10 — Zona da muralha IV (fig. 2) onde foram descobertas as casas 1, 2 e 3 (fig. 9). Esta fotografia corresponde ao aspecto oferecido antes, ainda, do corte do mato



Fig. 11 — Aspecto da área da muralha IV correspondente à fotografia anterior, mas no fim da campanha de trabalhos de 1987. Vêem-se apenas a casa 1 (vista parcial, em primeiro plano) e a casa 2

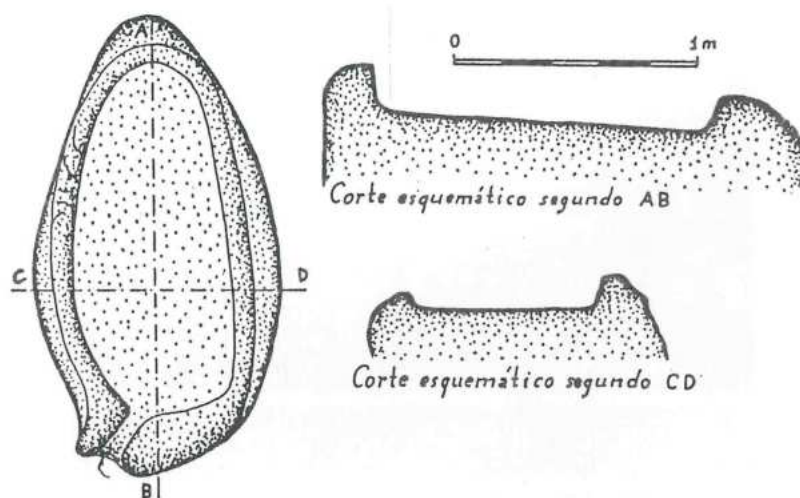


Fig. 12 — Pequeno «lagar», talhado num monólito de granito, próximo da face externa da muralha central (fig. 2-m). Mede 2 m de comprimento e 1 m de largura máxima



Fig. 13 — Zona da muralha central (fig. 2), precisamente no cotovelo onde a mesma mede 13 m de largura. Nota-se a rampa em frente e à direita, resultante da total destruição até ao nível observado, da face externa da mesma muralha



Fig. 14 — Zona da muralha central (fig. 3), após a limpeza de quase todo o mato que a encobria. A seta indica o local onde descobrimos a existência da porta *a*. A face externa da muralha fica do nosso lado esquerdo vendo-se, em primeiro plano, três pedras definindo o respectivo alinhamento



Fig. 15 — Aspecto da *porta a* no final dos trabalhos de 1988. A fotografia foi tirada do lado interno da muralha (fig. 3). Nos limites desta porta, apenas as fiadas basais de pedras não foram por nós repostas



Fig. 16 — Um magnífico lanço da face externa da muralha central (fig. 2-e). Este troço mede 20 m de comprimento, numa altura máxima de 3,10 m e a pedra que se encontra no centro da fotografia, e em cima, mede 2 m de comprimento e 1 m de altura



Fig. 17 — Outro aspecto da primitiva face externa da muralha central (fig. 2-d)



Fig. 18 — Fotografia mostrando a forma inteligente de trabalhar as pedras que vão formar as faces externas das muralhas. A pedra do meio, por exemplo, possui uma face rectangular com 20 cm de altura e 68 cm de largura. Na parte posterior elas são adelgaçadas, permitindo, assim, diminuir consideravelmente o seu peso e facilitando a sua colocação



Fig. 19 — Aspecto da porção da muralha IV (fig. 2-n) totalmente destruída



Fig. 20 — Um aspecto da face externa da muralha IV (fig. 2-j), mostrando algumas das enormes pedras que a constituem. Em *i*, uma rampa de acesso

COMO ENCONTREI O «CASTELO DO MAU VIZINHO»

ANTÓNIO DA EIRA E COSTA

Era em 1955. Estava eu a começar a minha vida profissional na freguesia de Cimo da Vila, concelho de Chaves, onde se levanta o «Castelo do Mau Vizinho».

Foi o Sr. José Pio, artesão entalhador de madeira e (fazedor) de imagens de santos, que me falou no dito Castelo do Mau Vizinho, circundado de mistérios, situado lá bem no fundo de um vale, para nordeste do povoado, à beira do rio Mouce, afluente do rio Mente, que leva as águas ao Rabaçal, com que este, mediante o auxílio do Tua, faz engrossar o volume do Douro.

Pois o dito senhor e artesão me disse, em linguagem simples e concisa, que o Castelo é do Mau Vizinho por lá morar — o Demoucre. Mais relatou que o Diabo faz as suas incursões a cavalo, no ofício de tentador das almas, para andar mais depressa. Referiu que o Castelo está situado num fragão enorme e que pelo fragão acima — onde nem todas as pessoas conseguem subir, porque é temeroso e faz perder o tino — estão bem visíveis as marcas feitas pelas ferraduras do cavalo do DIANHO.

Lá quase no cimo há uns degraus; e no cimo, umas pias escavadas na rocha, onde o Diabo dá o grão à sua montada.

Mais me foi dito que o Diabo entra para o Inferno pela porta que é no fundo daquele monte, quase em forma de cone, e especificando mais, a porta é o fosso de Baldar, escuro e feio, onde ninguém se atreve a ir às trutas.

É que já aconteceu, como contava o avô do artesão, que um antigo, da vizinha freguesia de Roriz, por uma sesta, mergulhou no dito poço e atreveu-se a entrar pela porta infernal, em perseguição

das trutas. Ultrapassando tal porta, ficou prisioneiro na escuridão de uma caverna. Os companheiros esperaram em vão que ele aparecesse. Levaram a roupa do desaparecido à família e contaram o misterioso sucesso. Mas o caso não terminou aí... E muito mais reza a tradição.

O Castelo era alto, dizem; mas actualmente limita-se a um resto de muralha, com cerca de metro e meio de espessura, a resguardar o imponente e rico santuário dos deuses pagãos, cheio de grandeza e majestade.

Um dia fui em busca dele, orientando para o local a caçada às perdizes.

Fiquei maravilhado ao vê-lo e escalá-lo a vez primeira.

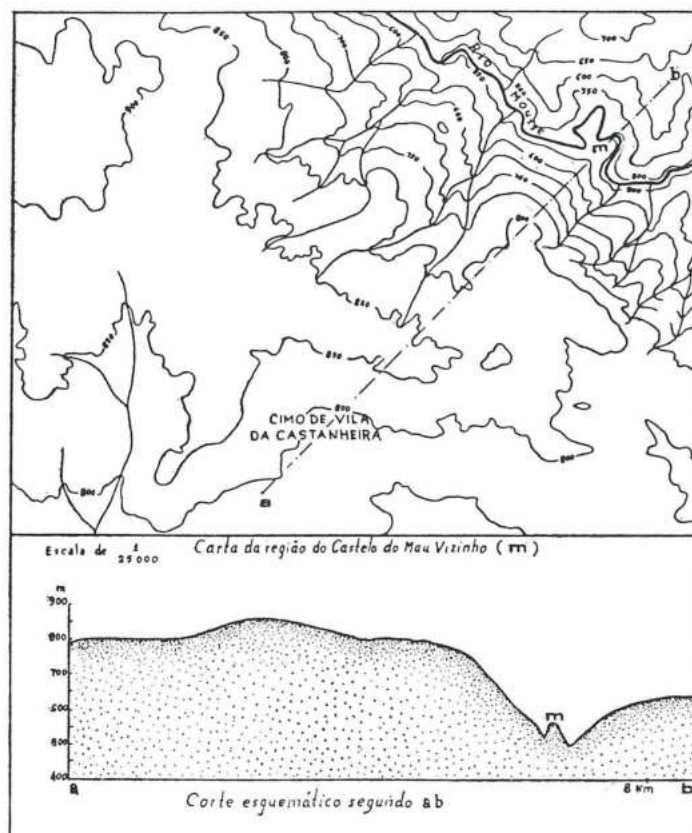
Depois, lá fui em peregrinação, vezes repetidas ao longo dos anos, a tentar fazer limpeza à parte superior do monumento, para que os arbustos, por suas raízes, não agredissem tanto a sua face.

Senti-me feliz e invadiu-me estranho e fundo sentimento por ver e pisar lugar tão célebre.

Célebre por si próprio, como lugar santo; célebre pelo mito que o envolve; célebre pelas lendas que o alimentam vivo e revivido; célebre ainda pelos próprios elementos naturais, só de si merecedores de um culto especial.

O Castelo do Mau Vizinho é um santuário grande, entre os grandes santuários.

Poetas, místicos, arqueólogos, turistas, amigos do desporto, sigam até lá, e poderão apreciar aquela pedra preciosa, aquele pico sacro em forma de cone, a erguer-se do seio das águas do Mouce, que o abraçam ternamente quase a toda a roda.



Situação do Castelo do Mau Vizinho em relação a Cimo de Vila e no esquema de baixo em relação à Serra do Candado



Esta fotografia foi tirada por A. M. F.

Aspecto do monólito quartzítico-xistoso no topo do qual reencontra o Castelo do Mau Vizinho. À direita pode ver-se a rampa natural de acesso.

Composto e impresso em
SILVAS - C. T. G., srl
Rua D. Pedro V, 118 - 126
Tel. 342 31 21 - 1200 Lisboa





biblioteca
municipal
barcelos



26844

Homenagem a J. R. dos Santos
Junior 1